

BACELAR, José Teixeira da Mata

* const. 1891; dep. fed. PA 1891-1899.

José Teixeira da Mata Bacelar era filho de Mata Bacelar, que durante o Império foi magistrado e senador pela província de Sergipe entre os anos de 1826 e 1838.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação do Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado constituinte pelo Pará. Assumiu o mandato em 15 de novembro de 1890 e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Sucessivamente reeleito deputado federal, permaneceu na Câmara até 1899.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BACELAR, Pedro de Alcântara

*gov. AM 1917-1921.

Pedro de Alcântara Bacelar nasceu em Feira de Santana (BA) no dia 29 de junho de 1875, filho de João Paulino Bacelar e de Maria Ferreira Bacelar.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Em outubro de 1905 transferiu-se para o Amazonas e estabeleceu-se na cidade de Humaitá, às margens do rio Madeira. Ali exerceu a medicina antes de entrar para a política.

Em 1916, seu nome foi recomendado para suceder ao governador Jônatas Pedrosa (1913-1917), por indicação do então presidente da República Venceslau Brás (1914-1918). Foi eleito no dia 14 de julho de 1916 e declarado governador do Amazonas, pela Assembleia Legislativa, no dia 5 de setembro seguinte. Ainda antes da posse, o vice-governador eleito, coronel Antônio Guerreiro Antony, teve sua residência atacada por um grupo do Batalhão da Polícia Militar do estado. Apesar do saldo de alguns mortos e feridos, nenhuma investigação ou inquérito policial foi aberto. Buscou-se dissociar o novo governador eleito do que havia ocorrido com seu vice.

Assumiu o governo do Amazonas no dia 1º de janeiro de 1917. Seu mandato foi marcado por uma intensa crise econômica decorrente da queda do preço da borracha no mercado externo. Em março seguinte foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas. Ainda no mesmo ano, através da Lei nº 916, de 21 de setembro, foi reorganizada a força policial do estado, com 530 homens distribuídos entre o Batalhão de Caçadores, a Companhia de Bombeiros e o Piquete de Cavalaria. Em janeiro de 1918 foi fundada a Academia Amazonense de Letras (AAL). No momento de sua criação, a Academia possuía 30 vagas e, para presidente, foi escolhido Djalma Batista, médico e escritor.

Apesar da crise econômica, Pedro Bacelar adquiriu, também em 1918, por 200 contos de réis, o palacete Scholz, construído em estilo eclético em 1903 pelo alemão Karl Waldemar Scholz, comerciante de borracha. O palacete passou a ser chamado de palácio Rio Negro e tornou-se residência oficial dos governadores e sede do governo até 1959, quando passou a cumprir apenas a segunda função. O governador investiu, ainda, no prolongamento da estrada de Campos Sales. Concluiu seu mandato de quatro anos e entregou o governo ao sucessor César Resende do Rego Monteiro no dia 1º de janeiro de 1921.

Faleceu na cidade de Manaus no dia 21 de abril de 1927.

Era casado com Maria Augusta Bacelar, com quem teve dez filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Biblioteca Virtual. Gov. Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 19/8/2010; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL EST. AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 19/8/2010; Portal Amazonia do sistema Globo. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com>>. Acesso em: 19/8/2010; Revista de educação da Universidade Estadual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.revistas.uea.edu.br>>. Acesso em: 19/8/2010; Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.culturamazonas.am.gov.br>>. Acesso em: 19/8/2010.

BACKER, ALFREDO

*dep. fed. RJ 1905-1906; pres. RJ 1906-1910; sen. RJ 1935.

Alfredo Augusto Guimarães Backer nasceu em Macaé (RJ) em 1851, filho de João Anastácio Backer e de Maria Josefa Backer.

Passou a infância em Macaé, onde fez os estudos primários. Completou os preparatórios em Niterói e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois de formado foi clinicar em Macaé e logo ingressou na política local, tendo sido o organizador do Partido Republicano Fluminense (PRF) na cidade. Participou ativamente das campanhas pela abolição da escravidão e pela instauração da República. Fundou em Macaé o jornal *O Federalista*, no qual também escrevia, além de colaborar na revista *Lince*.

Nos primeiros anos do regime republicano, juntou-se aos políticos que combateram o primeiro presidente do estado do Rio, Francisco Portela, nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca e deposto em seguida à renúncia deste à presidência da República em 23 de novembro de 1891. Ainda em 1891 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do estado do Rio, e a seguir foi reeleito para a legislatura de 1892 a 1894. Novamente eleito deputado estadual em 1901, com mandato até 1903, foi um dos que indicaram o senador Nilo Peçanha como candidato à sucessão de Quintino Bocaiúva (1900-1903) na presidência do estado. Quando Nilo assumiu o cargo, em 31 de dezembro de 1903, foi nomeado secretário-geral do governo.

Em 1905 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse em maio e permaneceu na Câmara dos Deputados até ser eleito presidente do estado em 1906, por indicação de Nilo Peçanha, que deixava o cargo para assumir a vice-presidência da República. Tomou posse em 31 de dezembro de 1906 e no curso do governo de Afonso Pena (1906-1909), de quem Nilo Peçanha era vice-presidente, veio a divergir do antigo aliado. Afonso Pena decidiu constituir uma base de apoio independente das lideranças políticas tradicionais, a fim de poder enfrentar a oposição que lhe era movida pela corrente liderada por Pinheiro Machado. Formou-se assim o bloco conhecido como “Jardim de Infância”, constituído de políticos jovens que passaram a se articular com líderes políticos estaduais para garantir apoio a Afonso Pena. Nesse processo, Carlos Peixoto Filho, um dos líderes do “Jardim de Infância”, manteve entendimentos com Backer no Rio de Janeiro.

Reagindo a essa interferência em sua área de atuação política, Nilo Peçanha, que era ligado a Pinheiro Machado, desentendeu-se ao mesmo tempo com Afonso Pena e com Alfredo Backer.

Com o desenvolvimento da crise, Backer sofreu um importante revés em setembro de 1907, quando a sobretaxa para o café estipulada pelo Convênio de Taubaté (1906), cuja adoção defendia, foi derrubada pela Assembleia estadual. A situação se agravou quando os partidários de Nilo Peçanha pediram a intervenção federal no estado e o encurtamento do mandato de Backer. Apesar da ajuda de Pinheiro Machado, Nilo Peçanha não conseguiu, porém, que a intervenção fosse votada pelo Congresso, devido ao apoio prestado a Backer por Afonso Pena.

A dissensão entre Backer e Nilo Peçanha aprofundou-se ante a perspectiva da sucessão presidencial em 1910. Backer apoiou inicialmente o presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, enquanto Nilo era partidário da candidatura do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. Em março de 1908 consumou-se o rompimento, ocorrendo manifestações em que partidários dos dois líderes entraram em conflito. Com a morte de João Pinheiro, em outubro de 1908, Backer passou a ser apoiado pelos políticos que haviam aderido à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República.

A situação modificou-se por completo com a morte de Afonso Pena, em junho de 1909. Nilo Peçanha assumiu então a presidência da República, extinguindo-se a poderosa influência do “Jardim de Infância”. Já alguns meses antes da morte de Afonso Pena o grupo se enfraquecera quando seu líder, Carlos Peixoto Filho, renunciara à presidência da Câmara dos Deputados.

Realizadas as eleições presidenciais em março de 1910, o marechal Hermes da Fonseca derrotou Rui Barbosa. À divisão de forças no estado do Rio correspondeu o lançamento simultâneo de duas candidaturas à sucessão estadual. De um lado, Backer e seus partidários defendiam a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, enquanto, de outro, Nilo Peçanha apoiava a candidatura de Francisco Chaves de Oliveira Botelho, prestigiada pela oposição a Backer. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910.

Em consequência dessa divisão, os dois grupos acabaram por deixar a capital do estado,

retirando-se ambos para Petrópolis nos dias seguintes às eleições. Prevendo a interferência do governo federal, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la.

O impasse permanecia e, quando Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1910, encontrou o chamado “Caso Fluminense” nessa situação. Segundo Hélio Silva, Backer “abandonou o palácio do Ingá um dia antes do término do seu governo”, ou seja, no dia 30 de dezembro. No dia seguinte, o grupo que o apoiava deu posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo federal interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito, sendo empossado o candidato simpático à situação, Oliveira Botelho.

Depois desse episódio Alfredo Backer manteve-se afastado da cena política, embora preservasse sua influência no estado. Por ocasião da sucessão de Oliveira Botelho em 1914, quando ocorreu nova cisão da Assembleia, entre os que apoiavam Feliciano Sodré e os partidários de Nilo Peçanha, Backer, sem manifestar-se ostensivamente, recomendou a seus seguidores que dessem apoio a Nilo. Já na campanha presidencial de 1921, Backer uniu-se a Feliciano Sodré, formando a Comissão Opositora Fluminense. A comissão emprestou seu apoio a Artur Bernardes contra Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de março de 1922. Quando, em 1923, houve nova intervenção no estado do Rio devido à dualidade de governos, Backer se encontrava entre os partidários de Bernardes que haviam provocado a crise. Na sequência dos acontecimentos, o PRF cindiu-se, e Backer ficou do lado da dissidência encabeçada por Feliciano Sodré.

Em 1930, Backer aderiu à Aliança Liberal, tendo sido um de seus líderes no estado do Rio. Com a total desarticulação do PRF, participou em 1932 da fundação do Partido Liberal Social Fluminense (PLSF), originário da facção dissidente do PRF em 1923. Integrou a direção provisória como presidente da comissão executiva, inscrevendo o partido no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro em março de 1933. Entretanto, nas eleições de maio do mesmo ano, o PLSF não conseguiu eleger nenhum representante à Assembleia Nacional Constituinte.

Backer passou então a integrar o Partido Socialista Fluminense (PSF), pelo qual foi eleito deputado à Assembleia Constituinte fluminense nas eleições de outubro de 1934. Seu nome foi cogitado para candidatar-se ao governo do estado pela coligação do partido Popular Radical com o PSF, que acabou entretanto apresentando o almirante Protógenes Guimarães. Em sessão marcada por sérios conflitos, com a ocorrência de tiroteio entre os parlamentares, o almirante Protógenes foi eleito pela diferença de um voto. A eleição foi anulada, novo pleito foi realizado em novembro de 1935, e a vitória do almirante Protógenes foi ratificada, sendo eleito senadores Alfredo Backer e José Eduardo de Macedo Soares, ambos da Coligação Radical-Socialista.

Em razão de sua saúde precária e da idade avançada, 84 anos, Alfredo Backer não chegou a exercer o mandato de senador.

Faleceu em Niterói, no dia 25 de dezembro de 1937.

Sônia Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BELLO, J. *História*; BLAKE, A. *Diccionario; Boletim Min. Trab.* (5/36); CARONE, E. *República velha*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador; Estado* (1930 e 1937); *Grande encic. DeltaJornal do Comércio* (26/12/1937); MOTA, C. *Brasil; Personalidades*; SILVA, H. 1935; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dic.*

BACURY, Francisco Ferreira de Lima

*dep. fed. AM 1893-1896.

Francisco Ferreira de Lima Bacury nasceu no Amazonas (de acordo com Agnelo Bittencourt), ou no Pará (de acordo com Dunshee de Abranches), no dia 4 de outubro de 1848, filho de Manuel Antônio Bacury.

Ao concluir os estudos de humanidades no Seminário de São José, na capital amazonense, prestou concurso para amanuense da Secretaria de Governo do Amazonas e foi aprovado. Na década de 1880 participou do movimento abolicionista integrando sociedades defensoras da extinção do cativeiro. Ainda durante o Império militou no Partido Liberal.

Já na República participou da deposição do governo do coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo (1891-1892), integrando, junto com Almino Afonso e Leonardo Malcher, a comissão enviada em janeiro de 1892 pelos antigovernistas para fazer a intimação de renúncia. Diante da reação governista, chegou a ser ferido e preso na Santa Casa de Misericórdia. Taumaturgo de Azevedo acabou, porém, por ser deposto em 27 de fevereiro.

No decorrer da legislatura 1891-1893, foi eleito deputado federal pelo Amazonas em 20 de março de 1893, na vaga de Manuel Inácio Belfort Vieira, que fora eleito governador do Maranhão. Foi reconhecido no dia 2 de junho seguinte e tomou posse em seguida. Reeleito em 1894, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Posteriormente foi transferido da Secretaria do Estado para o Tesouro Público, onde se aposentou no cargo de inspetor, o mais alto da hierarquia.

Faleceu em 27 de outubro de 1918.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* .

BAENA, Antônio

*militar; const. 1891; sen. PA 1891-1897.

Antônio Nicolau Monteiro Baena nasceu em Belém no dia 16 de abril de 1833, filho de Antônio Ladislau Monteiro Baena e de Maria Bruna de Siqueira Baena. Seu pai, militar, geógrafo e historiador português, escreveu dois importantes estudos relativos à formação e à natureza da região amazônica e, mais especificamente, do Pará: *Ensaio corográfico sobre a província do Pará* (1839) e *Compêndio das eras da província do Pará*.

Assim como o pai, Antônio Baena fez carreira militar.

No início da crise entre Brasil e Paraguai, em 1864, o governo imperial considerou a possibilidade de complementar a força militar do Exército brasileiro mobilizando a Guarda Nacional, na qual se alistavam todos os cidadãos de 18 a 60 anos de idade que tivessem renda mínima de duzentos mil-réis anuais. A idéia encontrou resistências, e a dificuldade de mobilização de guardas nacionais para enviar ao Sul só não teve consequências mais graves porque o governo imperial criou, por decreto do dia 7 de janeiro de 1865, os corpos dos Voluntários da Pátria, nos quais poderiam alistar-se, por livre vontade, cidadãos entre 18 e 50 anos dispostos a servir ao Exército. Para estimular o alistamento, oferecia-se aos voluntários, além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de quinhentos réis diários, uma gratificação de trezentos mil-réis ao darem baixa no final da guerra, direito a terras nas colônias militares e agrícolas existentes em diferentes pontos do Brasil, promoções por bravura, meio soldo em caso de invalidez física e, em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado à vontade. Enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a se apresentar para a guerra, o setor popular demonstrou entusiasmo patriótico para formar os corpos de Voluntários da Pátria, chegando a cerca de dez mil o número de voluntários alistados em todo o Brasil.

No Pará, ainda em 1865, o presidente da província, José Vieira Couto Magalhães, criou o primeiro Corpo Paraense de Voluntários da Pátria, oriundo do Corpo de Polícia. Designou para comandá-lo o tenente-coronel comandante do Corpo de Polícia, Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Belo, e para a função de major-fiscal, Antônio Baena. Sem receber roupas

adequadas ao frio intenso que caracterizava o inverno no rio da Prata, quase todos os quatrocentos praças que compunham o efetivo do batalhão oriundo do Pará morreram de frio. Além disso, o excesso de carne fresca na alimentação e a necessidade de beber água dos rios, nem sempre pura, agravaram as doenças entre a tropa.

Em 1867, adido na província do Pará após ter retornado do teatro de operações no Paraguai, Antônio Baena foi nomeado pelo então presidente da província, o vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raimundo de Lamare, comandante interino do Corpo de Polícia, enquanto o tenente-coronel Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Belo estivesse participando das operações no Paraguai ou até que renunciasse ao cargo. Baena exerceu a função até o ano de 1881, quando foi reformado no posto de major por José da Gama Malcher, então vice-presidente da província.

Em 1885 Antônio Baena exerceu, gratuitamente, as funções de administrador do Teatro da Paz, em Belém do Pará. Foi ainda vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, ajudante de ordens da presidência da província e agente auxiliar do Arquivo Público do Império.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação do Congresso Nacional Constituinte, Antônio Baena foi eleito senador pelo Pará. Assumiu o mandato em 15 de novembro de 1890 e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Reeleito, permaneceu no Senado até 1897, ano em que foi eleito vice-governador do estado do Pará. Entretanto, não completou seu mandato, pois faleceu no dia 18 de junho de 1898.

Adrianna Setemy

FONTES: BAENA, A. *Compêndio*; DORATIOTO, F. *Maldita*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BAHIA, Alcides

*dep. fed. AM 1924-1926.

Alcides Bahia era afro-descendente e filho de pais desconhecidos, possivelmente, segundo Agnelo Bittencourt, “gente da mais humilde camada social”. De acordo com o mesmo autor, pode ter nascido no Pará.

Na juventude, viajou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e matriculou-se na Escola Politécnica. Consta que, num comício abolicionista no largo da Carioca, falou com tanta eloquência que teria emocionado o líder negro José do Patrocínio.

Em Belém, foi jornalista de oposição a Antônio Lemos, aliado de Lauro Sodré, escrevendo na *República*. Fugindo para Manaus, passou a trabalhar no *Comércio do Amazonas*, sob a direção de Rocha dos Santos. Ingressou depois no *Amazonas*, tornando-se um defensor aguerrido dos governos de Silvério Nery (1900-1903), Constantino Nery (1904-1907), Afonso de Carvalho (1907-1908), Antônio Bittencourt (1908-1910) e, depois, de Pedro de Alcântara Bacelar (1917-1921) e Rego Monteiro (1921-1924). Em 1908 integrou a Comissão Organizadora do Governo do Amazonas, encarregada de celebrar o I Centenário da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas, ao lado de Antônio Monteiro de Sousa, Alfredo da Mata e Agnelo Bittencourt.

Sob a liderança de Rego Monteiro, foi eleito deputado federal em 1924. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nela permaneceu até dezembro de 1926, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Trabalhou ainda em outros jornais e foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras, além de seu orador.

Faleceu em Manaus no dia 4 de outubro de 1934.

Era casado com Antônio Bahia, professora de música e canto. Não teve descendência, mas adotou Moacir Bahia, que foi funcionário do Ministério do Trabalho.

Colaborou com João Batista de Faria e Sousa em vários livros, inclusive em *A imprensa no Amazonas, de 1852 a 1908*.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; Casa Civil do Amazonas. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/imp_gov.php>. Acesso em: 24/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros (1826-1976)*; Nação Mestiça. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/bahia_alcides.htm>. Acesso em: 20/11/2010.

BANCO DO BRASIL

Em Portugal, o primeiro a compreender as vastas possibilidades de extrair vantagens para o Estado através dos mecanismos de crédito bancário foi o italiano Domingos Vandelli, que lecionara filosofia em Coimbra, a convite de Pombal. Lançada a semente, ela viria a germinar em solo brasileiro em decorrência da transmigração da monarquia. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, um ilustrado típico, sugeriu em 1808 a fundação do Banco do Brasil, o qual teria por objetivo facilitar "os meios e os recursos de que as rendas reais e as públicas necessitam para ocorrer às despesas do Estado" (Alvará de 12 de outubro de 1808).

O PRIMEIRO BANCO DO BRASIL

Instituído intencionalmente como organização comercial autônoma, o banco contava com a captação de recursos privados para dar início às atividades. Suas ações, entretanto, foram dificilmente subscritas, vendo-se o governo na contingência de cumular os acionistas de favores para que, ao final de um ano, pudesse arrecadar a parcela mínima de capital necessário à sua instalação.

As notas emitidas pelo banco circulavam no Rio de Janeiro e as suas emissões cobriam os déficits orçamentários provocados pela manutenção de uma corte numerosa e pela política externa expansionista de dom João VI. A instituição era ainda jovem quando, do exílio, o jornalista Hipólito da Costa denunciava: "O Real Erário muito tem exigido do Banco do Brasil obrigando-o a operações muito superiores às suas forças, pondo-o em circunstâncias de faltar a seu crédito." O favorecimento da monarquia atraía os subscritores, que estavam regionalmente assim distribuídos: do total de 1.380 ações negociadas, o Rio de Janeiro retinha 57%, na Bahia havia 15 %, em Minas Gerais 8% e em São Paulo 5 %. A degeneração das notas em papel-moeda inconversível não chegava a preocupar os acionistas, para os quais a situação do banco era altamente rendosa. A distribuição de dividendos era generosa, pois estes eram calculados sobre os juros pagos pelo volume dos empréstimos concedidos, mais 5% sobre o fundo de reserva. Ora, o Estado era o maior cliente e solicitava sempre novas emissões para cobrir suas próprias necessidades e compromissos com o banco, o que tornava fácil a política de agraciamento dos acionistas,

em detrimento dos portadores das notas, isto é, do público em geral. Em 1817, o total dos descontos particulares montava a apenas seiscentos mil réis, enquanto o Estado devia perto de sete mil contos de réis, o que bem traduz a política de desinteresse em oferecer crédito à iniciativa privada.

A ampliação do raio de ação do Banco do Brasil com a autorização para organizar filiais em outras cidades do reino deve ser entendida como uma procura de acionistas e clientes em regiões com potencial financeiro. Tanto é assim que, logo após haver entrado em funcionamento a Caixa de Descontos de Salvador, em 1818, foi regulamentada a filial de São Paulo, que iniciou as atividades em 1820. Ficava patenteado que na Bahia, mesmo tardiamente, o banco procurava participar da euforia dos preços do açúcar e, em São Paulo, alimentava certa expectativa no sentido de sorver os excedentes monetários metálicos. A filial de Pernambuco não chegou a funcionar porque os revolucionários de 1817 queimaram as notas remetidas do Rio de Janeiro para dar início às operações da caixa. A monarquia pretendeu criar uma "carteira" do banco em Minas Gerais para a compra de ouro e prata através de bilhetes de emissão especial. Os mineiros não se deixaram enganar com essa operação, e a "carteira" não teve movimento. "Era um plano organizado para desapossar Minas da circulação das reservas metálicas e trocar esse sangue pela água rala dos papéis impressos, sem nenhuma garantia", como disse Afonso Arinos.

Com essas medidas, o governo pretendia aparelhar o banco para preparar o lastro da viagem de dom João VI a Lisboa. O público, pressentindo a manobra, apressou-se em converter suas notas em ouro, mas encontrou a cavalaria nas portas do banco para impedir o resgate. No Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, onde quer que circulassem os bilhetes do banco, os metais preciosos desapareceram. O ouro se evadia no contrabando, na compra de escravos, nas importações britânicas. A volta de dom João VI a Portugal em 1821, levando consigo as reservas metálicas do banco, legou uma situação financeira alarmante para o herdeiro do trono.

Com um déficit superior a seis mil contos de réis, maior que seu capital e com um lastro metálico que cobria apenas 20% do valor nominal de suas notas, o Banco do Brasil tornou-se a instituição financeira de sustentação da Guerra de Independência. O primeiro ministro da Fazenda do novo reino, Martim Francisco, procurou garantir sua solvabilidade

utilizando-se de duas táticas: eliminar os impostos criados para sustentar a remuneração dos acionistas e proibir novas emissões, inclusive as destinadas ao pagamento dos dividendos. A desobediência a essas determinações foi flagrante e partiu do próprio governo, que continuou a sacar contra o banco e acabou por afastar o ministro. Essas circunstâncias derivavam da incapacidade da receita arrecadada de cobrir as despesas públicas e assegurar os gastos militares na consolidação da Independência.

A partir de 1824 a depreciação da moeda bancária se acentuou. O desempenho da instituição passou a ser questionado pela oposição tão logo o Congresso foi aberto. O antagonismo ao Banco do Brasil estava vinculado à luta contra o absolutismo que se exercia através da instituição que o financiava. A classe dominante de grandes proprietários e comerciantes, especialmente do Rio de Janeiro, era conivente com o imperador e seu banco porque remunerava-se regamente enquanto portadora das ações, na medida que os juros dos empréstimos ao Tesouro eram contabilizados como lucro. Lesada por essa artimanha era a população, que a cada emissão via reduzir-se a capacidade de compra das notas em carteira, a mesma população que com o pagamento de impostos contribuía para o pagamento dos juros da dívida.

Em 1828 o banco estava contabilmente falido, e o reconhecimento de sua falência implicava reconhecer a insolvabilidade do Tesouro Nacional. O ágio dos metais sobre as notas do banco chegava a 100% quanto ao ouro, 40% quanto à prata e 12% quanto ao cobre. A oposição exigia a extinção imediata do Banco do Brasil. A monarquia desejava uma reestruturação que não matasse sua galinha dos ovos de papel. Demonstrando sua postura moderada, saiu vitoriosa do Parlamento a posição de liquidação gradual (Lei de 23 de setembro de 1829). Pouco tempo depois começaram a surgir críticas contra a liquidação do primeiro Banco do Brasil. Historiadores, até os nossos dias, são unânimes em opinar que a economia não podia prescindir de um instituto regulador do crédito e o governo de um aparelho auxiliar da administração que servisse de apoio às finanças públicas e como elemento de equilíbrio do meio circulante.

O SEGUNDO BANCO DO BRASIL

A tentativa de reorganização do Banco do Brasil, em 1833, fora um fracasso em virtude das fraudes ocorridas durante a extinção do primeiro banco, que ficaram na memória dos investidores. A discussão sobre a conveniência de criar um novo Banco do Brasil tomou grande fôlego em 1853, depois das palavras de dom Pedro II perante a Assembleia Legislativa: "Recomendo-vos a criação de um banco solidamente constituído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e da indústria. Nas circunstâncias que já nos achamos, semelhante instituição é elemento indispensável de nossa organização econômica."

O debate polarizou de um lado uma corrente que defendia a existência de um banco emissor único, respaldada pelo visconde de Itaboraí, e, de outro, uma corrente que sustentava a conveniência de coexistir uma pluralidade de bancos emissores localizados nos centros de circulação monetária regionais, baseada na leitura de Sousa Franco. O governo desejava impor seu poder de gestor da moeda, atribuindo a um banco o monopólio de emissão. A formação gradativa do Estado nacional, a partir de demonstrações sucessivas de força do poder central, não podia dispensar o controle monetário. Os banqueiros privados, entretanto, não estavam dispostos a se submeter facilmente à centralização na sua área de atuação.

Era fundamental que a fusão dos dois maiores bancos cariocas, o Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, de Mauá, fosse promovida para criar o núcleo do novo Banco do Brasil. Das 150.000 ações que deveriam ser subscritas, 80.000 ficaram asseguradas pelo capital social desses bancos. Das restantes, 40.000 foram reservadas para os acionistas das caixas filiais nas províncias e 30.000 se destinavam ao lançamento junto ao público.

Pela Lei nº. 638, de 5 de julho de 1853, foi criado o segundo Banco do Brasil. Suas operações básicas seriam as de depósitos, descontos e emissão de notas. O presidente seria nomeado pelo imperador entre os acionistas que tivessem mais de 50 ações. A emissão deveria ser inferior ao dobro do fundo de capital, a não ser que houvesse autorização especial do governo. O fantástico êxito no lançamento dessas ações no Rio de Janeiro emergiu, entretanto, das peculiaridades do momento histórico. A existência de capitais ociosos decorrentes da cessação do tráfico negreiro, ao lado de determinações do Código Comercial sobre a constituição de sociedades anônimas, atijou o mercado. Os primeiros

subscritores negociavam os certificados de compra de ações do segundo Banco do Brasil com larga margem de lucro no mercado secundário, dando continuidade à febre de Bolsa que começara com o lançamento de empresas no início da década.

A fusão compulsória do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil de Mauá desencadeou por outro lado uma reação de descontentamentos do setor financeiro privado com o governo. Uma cisão inicial dera origem ao Banco Hipotecário do Rio de Janeiro. Tirando partido das novas divergências entre os interesses dos empresários e os objetivos do governo, Mauá organizou uma sociedade bancária com o nome Mauá MacGregor & Cia.

A primeira diretoria do Banco do Brasil procurou pôr em prática seu plano de guerra política monetária em nível nacional, tratando da instalação das caixas filiais nas províncias. Com exceção da de Ouro Preto (MG), as demais caixas resultaram da conversão das filiais do antigo Banco do Brasil de Mauá ou de bancos existentes nas províncias. No Rio Grande, as moedas de ouro e prata espanholas, que anteriormente circulavam, começaram a escassear, pelas mais óbvias razões (entesouramento, recolhimento do banco e do fisco ou acerto de contas com o comércio exterior), e estabeleceu-se um ágio, que variava de 4% a 10% na troca de moedas estrangeiras pelo papel-moeda do banco.

A florescente província de São Paulo não podia deixar de merecer também a atenção especial do Banco do Brasil. A caixa filial paulista, entretanto, não atendeu às necessidades de financiamento para a expansão dos cafezais, caracterizando-se apenas como um estabelecimento de depósitos, e afastando os clientes mais ativos – os comissários – por cobrarem taxas de desconto mais altas que as do Rio de Janeiro. Somente em 1856 começou a funcionar a caixa de Salvador, trazendo insatisfação para os acionistas, que se sentiram aliçados do processo decisório, já que as determinações de condução do banco provinham do Rio de Janeiro. Também em 1856 a caixa filial de Pernambuco iniciou suas atividades. A respeito das últimas caixas filiais a entrar em funcionamento, a do Maranhão e do Pará, pouco se conhece.

Gradativamente, os inconvenientes da intervenção direta do Banco do Brasil na vida econômica e financeira das diferentes áreas de circulação monetária foram ficando mais evidentes do que as projetadas vantagens do monopólio de que gozava. A intervenção do

poder central se operava a partir de inferências que refletiam a vida financeira da corte, em detrimento das reais necessidades dos outros circuitos comerciais. Apenas quatro meses depois de instalado, o banco solicitava autorização para emitir o dobro do fundo disponível, alegando uma afluência excessiva de notas para troca – provocada pelas remessas para o Nordeste – que, ao reduzir as garantias reais, rompia com a relação entre elas e a emissão. Em abril do ano seguinte a emissão ultrapassou até o novo limite autorizado, e, desfalcado de metais para troca, o banco viu tremerem suas bases durante a crise de 1857.

PLURALIDADE DE EMISSÃO BANCÁRIA

Em maio de 1857, assumiu a pasta da Fazenda Sousa Franco, um liberal para quem o crédito bancário devia estar subordinado às necessidades do comércio local, opondo-se por isso ao monopólio do Banco do Brasil. Assim, Sousa Franco realizou uma reforma através da qual autorizou cinco novas instituições bancárias regionais e lhes concedeu direito de emissão.

Nesse ínterim, eclodiu no Brasil a crise de 1857. Inicialmente, a orientação adotada pela diretoria do Banco do Brasil foi retraindo o crédito e procurar reembolsar em ouro os portadores de notas que solicitavam metal para enviar às praças estrangeiras. Exauriam-se os cofres do estabelecimento para atender aos pagamentos forçados de recâmbio. No estouro da corrida, os agentes nacionais foram os primeiros que se viram afetados pelas pressões exercidas pelas casas bancárias e bancos. A direção do banco reconheceu sua incapacidade de compatibilizar os interesses do comércio interno e externo, e recorreu ao Estado solicitando elevar a emissão ao quádruplo do valor das disponibilidades e garantias reais, o que foi concedido. O ministro da Fazenda, entretanto, foi obrigado a apelar para a casa bancária Mauá Mac-Gregor, em março de 1858, para sustentar o câmbio, já que a diretoria do Banco do Brasil se recusara a fazê-lo, como revidou à perda de exclusividade de emissões.

A CONTRARREFORMA E A LEI DE 1860

A administração de Sousa Franco foi fortemente criticada por Sales Torres Homem por ter tentado acabar com a unidade bancária e a exclusividade do direito de emissão. Em

fins de 1858, ele foi nomeado ministro da Fazenda, substituindo seu adversário. Em 15 de junho propôs uma nova lei bancária na qual previa a conversibilidade das notas do Banco do Brasil e a proibição de novas emissões pelos demais bancos autorizados, que deveriam receber um inspetor do governo. O debate foi caloroso e o gabinete teve que renunciar em 1859.

A proposta de Torres Homem foi emendada por Silva Ferraz, no ano seguinte, mantendo-se grandes restrições ao funcionamento dos bancos. Foi estabelecido que a emissão do Banco do Brasil não podia exceder o dobro do fundo disponível. Como resultado da lei de 1860, o banco viu-se em dificuldades contínuas para manter a relação entre a emissão e o fundo, além de defrontar-se com a redução dos lucros, ameaçado mesmo de liquidação.

O Decreto nº. 2.970, de 7 de setembro de 1862, aprovou a fusão do Banco do Brasil com o Banco Comercial e Agrícola e o Banco Rural e Hipotecário. A fusão previa que os dois bancos menores transfeririam seu direito de emissão ao Banco do Brasil. Em 1864 começou uma crise comercial profunda, provavelmente resultado da política monetária restritiva da lei de 1860. O pânico começou depois que a Casa A. J. Alves Souto & Cia suspendeu seus pagamentos. O Banco do Brasil estava carregado de títulos dessa casa bancária. O governo autorizou o banco a emitir um montante superior ao dobro do fundo disponível e a suspender a conversão das notas em metal que foram transformadas em notas legais. Apesar de superada a crise, o banco encontrava-se numa situação crítica.

A REFORMA DO BANCO DO BRASIL EM 1866

Em 1866, o ministro da Fazenda elaborou uma proposta legislativa para atingir a conversibilidade das notas do banco, que causou atritos. Uma proposta diferente foi apresentada, tendo como ponto fundamental a suspensão das emissões do Banco do Brasil. A instituição dedicar-se-ia exclusivamente a operações de redesconto, depósitos e hipotecas, e começaria imediatamente a resgatar anualmente 5% de sua emissão em circulação. As notas em circulação teriam cunho de moeda legal até serem totalmente resgatadas.

Em 1870, o Brasil possuía um sistema bancário no qual o Banco do Brasil tinha papel de destaque. Depois da reforma de 1866, o banco deixara em parte de financiar

atividades comerciais. O propósito da reforma fora convertê-lo em um instrumento de crédito à lavoura, cujas atividades começaram em 1867 com operações sobre hipotecas e penhor agrícola, com prazo geralmente de seis anos e taxa de juros de 8% ao ano. Essas hipotecas foram consideradas onerosas. A maior parte das filiais foi liquidada e em 1880 somente existia a de São Paulo. Os prazos da carteira de hipotecas eram muito curtos, as condições muito pesadas e, em caso de más colheitas, podiam provocar a falência de numerosas fazendas.

Uma nova contração econômica começou a ocorrer em fins de 1874, porém com grande impacto em 1875, e tudo parece indicar que só houve alguma recuperação em 1876. No início de 1875 o pânico generalizado quase destruiu o sistema bancário existente. O governo tomou medidas que beneficiaram alguns bancos e assim impediu o alastramento das falências. O Banco do Brasil, o Banco Alemão e o Banco Rural e Hipotecário foram os maiores beneficiados. O Tesouro julgou insuficientes os recursos disponíveis para assistir todas as instituições. O visconde do Rio Branco, ministro da Fazenda na ocasião, tomou medidas que foram incorporadas à legislação em maio de 1875, mas foi seu substituto, o barão de Cotegipe, quem as executou. A consequência mais trágica do pânico de 1875 foi a falência do Banco Mauá & Cia.

Em 7 de junho de 1888, o Partido Liberal assumiu o poder sob liderança do visconde de Ouro Preto, que propôs a autorização para a criação de bancos de emissão. O primeiro banco a se beneficiar da nova legislação foi o Banco do Brasil, que, mesmo antes da publicação da nova lei, já havia alterado seu regulamento para incluir a emissão de notas. Entretanto, ele era apenas um entre os 17 bancos protegidos por Ouro Preto e encarregados de auxiliar a lavoura.

O BANCO DO BRASIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA

A primeira legislação financeira elaborada por Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda republicano, buscava satisfazer a expansão da indústria e das atividades tradicionais da agricultura e comércio (Decreto de 17 de janeiro de 1890). Essa reforma se caracterizou pela criação de bancos emissores regionais. No Rio de Janeiro, esse banco seria o Banco dos Estados Unidos do Brasil, o que atingiu profundamente os interesses dos

dois bancos emissores da praça: o Banco Nacional e o Banco do Brasil. O ministro da Fazenda, para aplacar os ânimos, concedeu-lhes, em março, o direito de emitir até o dobro do lastro metálico de 25.000 contos sem obrigações de conversão. Logo em dezembro (Decreto de 7 de dezembro de 1890), Rui Barbosa determinou a fusão do Banco Nacional do Brasil com o Banco dos Estados Unidos do Brasil, que tomou a denominação de Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Com esse novo estabelecimento, o Banco do Brasil perdeu a sua liderança.

Serzedelo Correia, ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, apelou para uma solução de emergência, fundindo os dois principais bancos de emissão, o Banco da República e o Banco do Brasil, sob o nome de Banco da República do Brasil. Durante a operação ficou claro que o primeiro encontrava-se em situação de insolvência e o segundo, próximo a ela. Em 1894, a pedido do novo presidente, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves foi chamado ao Ministério da Fazenda. Extinguiu a responsabilidade emissora do Banco da República do Brasil, fruto da fusão realizada por Serzedelo Correia, passando esse direito à União. O ato significou o fim dos bancos de emissão particulares. Aos poucos a orientação econômica retomava os interesses da produção agrícola.

Esse período histórico culminou com a contrarreforma monetária de Joaquim Murinho, que seguia de forma estrita a teoria quantitativa da moeda e a execução da lei do padrão-ouro de 1846. A política monetária devia ser orientada para manter a relação entre o papel-moeda e o ouro, definida pela lei de 1846, através da contração da renda monetária, com medidas austeras de contenção de crédito. A consequência a curto prazo dessa política foi uma crise bancária em 1900 que quase destruiu o Banco da República do Brasil, que foi obrigado a suspender os pagamentos. Nesse ponto o Congresso concedeu um milhão de libras esterlinas ao banco para ajudá-lo e ajudar às demais instituições do mercado monetário, e o pânico foi controlado.

O BANCO DO BRASIL ATUAL

O Banco do Brasil atual surgiu em 1905, quando uma crise bancária levou seu predecessor direto, o Banco da República, à beira da falência. Devido à importante posição que o Banco da República ocupava no sistema financeiro do país e a seu papel semioficial

como banqueiro do governo, o Tesouro federal interveio para apoiá-lo. O banco reorganizado, agora chamado Banco do Brasil, ficou sob controle direto da União. O Tesouro comprou aproximadamente 1/3 das ações da nova instituição, o maior lote único de votos. Além disso, os novos estatutos do banco autorizavam o presidente da República a nomear o presidente do Banco do Brasil (o que já se fazia com o Banco da República) e um dos seus quatro diretores. O governo federal gozava de grande influência no banco não só por ser o seu maior cliente, mas também por ter poderes para conceder ou negar privilégios especiais.

Embora o Tesouro se tornasse o acionista majoritário apenas em 1923, quando comprou ações adicionais, o Banco do Brasil já vinha atuando como uma instituição pública desde a sua reorganização. Quando o governo federal assumiu o controle, ele o fez com o objetivo de empregá-lo para estabilizar o câmbio. O Tesouro depositou seus fundos no Banco do Brasil, que se tornou o único agente do governo em transações com moeda estrangeira; o banco era o maior negociante naquele lucrativo negócio e, desse modo, debilitava a dominação dos bancos estrangeiros nas operações de câmbio. O ministro da Fazenda originariamente pensara em vender 1/3 das ações aos europeus, e apenas a relutância destes últimos fez com que o Banco do Brasil fosse inteiramente brasileiro.

O banco mostrou-se apto para evitar pequenas oscilações no mil-réis, mas, embora a taxa de câmbio permanecesse estável entre 1906 e 1914, tal ocorreu graças à Caixa de Conversão e não ao Banco do Brasil. A caixa resistia contra a tendência ascendente da moeda brasileira por meio da venda de notas conversíveis a uma taxa estável abaixo do mercado. O Banco do Brasil mantinha taxa idêntica e contribuía para essa estabilidade veiculando as compras e vendas cambiais do Tesouro uniformemente durante o ano, e evitando abundância ou escassez periódicas. Quando a caixa cessou suas operações em 1914, pressionada pela drenagem de ouro do Brasil para o exterior, o Banco do Brasil conseguiu apenas amortecer as tendências de oscilações mais bruscas.

Afinal, até 1923 o banco era uma empresa privada que precisava apresentar lucros e não podia arcar com perdas consideráveis por meio da sustentação de uma taxa marcadamente diferente da predominante. A situação do Tesouro era tal que, uma vez iniciada a guerra, ele se recusava a prover o Banco do Brasil com fundos especiais para manipular a taxa de

câmbio, exceto em emergências extremas. O banco conciliava os seus interesses com os do Tesouro nacional, obtendo bons resultados em suas operações de câmbio (geralmente responsáveis por cerca de 20% do total de lucros).

Enquanto banco comercial, o Banco do Brasil era concebido como "o regulador constante e benéfico do crédito público". Não era, entretanto, um banco de desenvolvimento: seu estatuto de 1905 proibia empréstimos ou descontos de prazo de mais de seis meses, vetava qualquer redesconto e impedia a compra de ações de outras companhias. Embora controlasse a Frota Mercante do Lóide Brasileiro por um curto período, ele a havia herdado do Banco da República, razão por que nunca operou com a maior frota mercante do Brasil e procurou ansiosamente passar adiante esse investimento.

Os diretores do banco acreditavam que sua função não era tanto suprir capital, mas regular a circulação. O banco corrigia frequentemente a escassez de crédito, bancando as taxas de juros, e oferecia subsídios ao café, durante o primeiro programa de valorização, e à borracha, durante a crise de 1910. A orientação do banco era sobretudo cautelosa e, quando a Primeira Guerra Mundial provocou uma crise de liquidez, ele imediatamente reagiu, elevando a taxa de desconto e reduzindo à metade suas operações, num comportamento mais conservador do que o de seus concorrentes. No período de 1906-1913, os empréstimos do Banco do Brasil em relação aos depósitos estavam abaixo de 0,7, enquanto os demais bancos registravam uma relação acima de um. Apesar de ser um banco interestadual, possuía apenas quatro filiais no país. O fato de o Banco do Brasil não haver exercido um papel ativo no sentido de expandir sua rede de agências contribuiu gravemente para emperrar o sistema.

EFEITOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL SOBRE O BANCO DO BRASIL

A Primeira Guerra Mundial ocasionou importantes mudanças no papel desempenhado pelo Banco do Brasil na economia. O setor de exportação tradicional vacilava, e o fluxo de capital estrangeiro se interrompia. Como Cincinato Braga, posteriormente presidente do Banco do Brasil, argumentou, "o Estado não pode permanecer indiferente à desastrosa situação econômica do Brasil". O governo federal foi encorajado a delegar novos poderes ao Banco do Brasil. A fim de suavizar a escassez de crédito, o

Congresso autorizou o Tesouro a emprestar cem mil contos aos bancos em 1914. O banco recebeu a maior parte (22%), mais do que o montante total de seus depósitos. Os recursos eram destinados a empréstimos de curto prazo (inicialmente de seis meses, mais tarde prorrogados para dois anos), a fim de evitar um desastre bancário e de facilitar as transações comerciais.

No ano seguinte, o Tesouro emitiu 350.000 contos, dos quais o Banco do Brasil recebeu 50.000, para utilizar no redesconto. Tal fato consistia numa mudança radical da política anterior, que via no redesconto uma possibilidade arriscada e inflacionária. A fim de estimular a velocidade da moeda e, portanto, de oferecer mais crédito de curto prazo para a agricultura, comércio e indústria, o Congresso encorajou os redescontos do Banco do Brasil. Confirmava-se assim a posição privilegiada do banco no sistema financeiro, por meio de operações de mercado, e não através de poderes especiais legislados. Por volta de 1920, o governo federal expandiria ainda mais suas atividades, consolidando quase inteiramente a terceira valorização do café através do Banco do Brasil, que lucrou mais do que nas valorizações anteriores. Assim, os anos de guerra testemunharam o estreitamento dos laços entre o banco e o governo. Apesar disso, o banco perdeu em importância relativa no sistema bancário: antes da guerra controlava cerca de 25% de todos os depósitos; esse percentual baixou para 18% em 1914 e para 10% até 1921. Todavia, um forte programa de expansão fez o número de suas agências crescer de quatro para 42 em 1919.

A DÉCADA DE 1920

Na década de 1920, o Banco do Brasil não só recobrou, mas ultrapassou sua importância anterior no sistema financeiro. Esse sucesso resultou diretamente do seu relacionamento com o governo federal. Em 1920, o banco foi autorizado a abrir oficialmente uma carteira de redescontos a fim de redescontar títulos de outros bancos. O diretor da carteira era escolhido pelo presidente da República e suas atividades eram supervisionadas pelo ministro da Fazenda. Assim, o Banco do Brasil recebeu um dos mais importantes atributos de um banco central e tornou-se uma instituição mais segura aos olhos do público. O presidente do Banco do Brasil, José Maria Whitaker, creditou o salto brusco do volume de depósitos ao "imenso prestígio" da carteira. No ano seguinte essa

posição era acentuada pela Câmara de Compensação de Cheques, que naturalmente melhorou bastante a posição comercial do banco.

Uma vez que o Banco do Brasil concedia redescontos quadrimensais a juros de 6% a outros bancos, estes podiam reduzir sua relação encaixe/depósitos e, portanto, emprestar mais. Porém o governo federal desencorajava o banco a conceder empréstimos de longo prazo, porque desejava que mantivesse um alto nível de liquidez, a fim de poder emprestar ao próprio governo. Outra falha da carteira consistia na sua atuação regionalmente concentrada: o Distrito Federal recebia 62% dos redescontos que, somados aos de São Paulo, atingiam 77%.

Em 1923, o presidente Artur Bernardes fechou a Carteira de Redescontos como parte de uma grande reforma bancária, pretendendo remediar a ascendente taxa de inflação e a queda precipitada do mil-réis. O banco continuou a dominar o mercado de redesconto depois de 1923, apesar de não poder emitir notas especificamente para esse propósito. O banco ganhou com a reforma o monopólio da emissão de moeda, servindo, em sentido limitado, como banco central entre 1923 e 1926. Essa mudança era parte de uma onda internacional de esforços para voltar ao padrão-ouro, donde o Banco do Brasil recebeu dez milhões para retirar as notas inconversíveis do Tesouro de circulação e substituí-las por notas conversíveis, quando a taxa de câmbio atingisse o par. Apesar de Bernardes desejar reduzir a oferta de moeda, o presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga, emitiu, no final de 1924, 25 % do total de moeda em circulação. Bernardes, ultrajado, acusou Braga de desobediência a fim de conceder empréstimos a seus amigos paulistas. O presidente do Banco do Brasil defendeu-se, sustentando que garantia a liquidez da instituição, já que o Tesouro lhe devia quantia mais alta e se recusava a pagar. Bernardes demitiu-o. Seu sucessor suspendeu as emissões do banco.

Washington Luís também posicionou o Banco do Brasil no centro de sua política econômica. Embora tenha voltado a suspender seu direito de emissão em 1926, encarava tal procedimento como uma medida provisória, necessária até que a conversibilidade do mil-réis fosse restabelecida. A orientação de Washington Luís colocou o banco em uma posição extremamente controversa nos últimos dois anos da Primeira República. Com o objetivo de manter a taxa de câmbio, o presidente ordenou ao banco que se abstivesse de emprestar ao

Instituto do Café – que se encontrava em dificuldades financeiras – a fim de apoiar a defesa do café e exigiu que reduzisse o crédito a pagar. Provocou assim uma recessão antes ainda que os efeitos da depressão mundial atingissem o Brasil. Na prática, o Banco do Brasil desviava o capital que se dirigia a São Paulo e deslocava parcela substancial para o Rio, em apoio às notas conversíveis da Caixa de Estabilização, com o fim de proteger o mil-réis. Tal política não sustentou a moeda e ajudou a provocar a insatisfação que eclodiu na Revolução de 30.

O BANCO DO BRASIL DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO

Um dos primeiros atos praticados pelo ministro Whitaker foi acertar as contas do Tesouro com o Banco do Brasil. Assim, o banco ficou com uma quantia livre de libras e passou a utilizá-la para remessas ao estrangeiro, em cobertura a seus saques, eliminando, por um período, a escassez de letras de exportação. Na contabilidade do banco, essa operação foi lançada em caráter de venda, pelo banco, ao Tesouro, das referidas libras, e pela compra imediata delas, pelo primeiro, ao segundo. Logo depois, reconhecendo o caso de extrema necessidade, foi autorizada uma emissão de emergência de notas do banco. Pelo Decreto nº. 19.423, de 19 de novembro de 1930, foi extinta a Caixa de Estabilização, e suas funções foram transferidas para o Banco do Brasil.

De todas as formas o Governo Provisório buscou assegurar a posição do banco no estrangeiro, onde diversas recusas de aceite e pagamento de cambiais de sua emissão exigiam pagamento pronto. Restituiu-lhe a posição de centro do sistema bancário, através da reabertura da Carteira de Redesconto, o que foi muito bem recebido pelas associações comerciais, agrícolas e industriais do país. Dessa forma o governo procurava aliviar a pressão sobre os bancos comerciais que mantinham altos encaixes, temerosos de que lhes faltasse numerário para atender retiradas. Completando essa atuação, o governo criou a Caixa de Mobilização Bancária (Decreto nº. 21.499, de 9 de junho de 1932), que agia no sentido de solucionar o retraimento do crédito na medida em que assegurava aos bancos condições de mobilidade de seus ativos e lhes permitia fazer face aos compromissos assumidos e às necessidades gerais da economia. O funcionamento da caixa demonstrou que ela agiu mais pela sua simples existência, fortalecendo a confiança dos depositantes e

evitando as corridas.

Já era ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, quando o Banco do Brasil se tornou a peça-chave na solução do grave problema econômico do café, através da execução do plano de defesa permanente do convênio firmado pelos estados produtores. O limite das operações da carteira de emissão e redesconto foi aumentado ao quádruplo, e foi admitido o redesconto, dentro desse importe, dos títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café, incluindo-se entre eles os que tivessem sido descontados pelo banco. Quando, em 1933, esse conselho foi extinto e foi criado o Departamento Nacional do Café, subordinado ao ministro da Fazenda, o Banco do Brasil permaneceu desempenhando importante papel junto a esse órgão.

Em 1932, o Banco do Brasil acudiu ao governo com suas emissões para superar a Revolução Constitucionalista de São Paulo e a seca de proporções devastadoras que ocorreu no Nordeste. Impossibilitados de pagar os recursos captados no exterior, os estados e municípios recorreram ao Banco do Brasil para saldar suas dívidas. A seguir, foram financiados diretamente pelo banco, com garantia do Tesouro Nacional.

A Carteira de Câmbio do Banco do Brasil tornou-se o órgão exclusivo do controle governamental, excluída a participação de representantes do setor privado (Decreto nº. 20.695, de 20 de novembro de 1931). O banco dispunha de monopólio de compras de letras de importação, cujos fundos eram aplicados em remessas e obrigações dos governos federal, estaduais, municipais e no pagamento de importações, devidamente comprovadas pela fiscalização bancária.

O Governo Provisório baixou um decreto (Decreto nº. 22.626, de 7 de abril de 1933) adotando normas severas para regular, impedir e reprimir os excessos praticados pela usura. A famosa Lei da Usura dispôs que seria vedado e punido o ato de estipular taxas de juros superiores a 12% ao ano. Esta foi a medida que mais marcou o sistema financeiro contemporâneo no Brasil.

A CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Uma reforma da maior importância foi proposta na assembleia geral extraordinária dos acionistas do Banco do Brasil que se reuniu a 14 de novembro de 1936, na qual o

presidente justificava alterações nos estatutos para a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Um dos objetivos principais da nova carteira era dar assistência creditícia à atividade agrícola ou agroindustrial do país no período de entressafra, em que mais necessária se fazia a assistência financeira e bancária para dar ao agricultor recursos em condições satisfatórias de juros e de prazo.

O crédito aos agricultores seria dado com as seguintes finalidades: a) aquisição de meios de produção, sementes, adubos e matérias primas para fins industriais; b) aquisição de gado destinado à criação e melhora de rebanhos; c) custeio de entressafra; d) aquisição de máquinas agrícolas ou de reprodutores; e) reforma ou aperfeiçoamento de maquinaria. Os prazos variavam de um a três anos, podendo, no caso de indústrias genuinamente nacionais, chegar a cinco anos. Inicialmente o Banco do Brasil agiu cautelosamente na concessão desse novo tipo de crédito, adotando uma pauta gradual, pela qual atendeu em primeiro lugar às necessidades do crédito de custeio, deixando para depois o atendimento às solicitações referentes ao crédito destinado ao melhoramento mobiliário e ao crédito de longo prazo.

O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A imediata providência tomada pelo governo, no primeiro momento de alarme, foi admitir que a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil expandisse moderadamente de início e depois acelerasse suas operações. A alegação a favor dessas emissões, que se tornaram mais frequentes naqueles anos, era a da pressão das necessidades de crédito à produção, que devia ser ativada no tocante a mercadorias que se tornavam mais imperiosas nos mercados externos. Outra alegação, ligada à primeira, era a de pressão da necessidade de proteger setores de produção que podiam estiolar-se, porque seus produtos perdiam mercados de consumo, por serem dispensáveis aos esforços de guerra. O disparo das emissões começou em 1941, sob o dístico do fomento e amparo à economia nacional. Com a entrada do Brasil na guerra, o governo formulou um plano financeiro no qual angariasse os recursos necessários para a suficiência orçamentária. Figurou como integrante dessa reforma o Decreto-Lei nº. 4.792, de 5 de outubro de 1942, que, a título de restringir a capacidade emissora do Tesouro e de ampliar as atribuições da Carteira de Redescontos,

procurou dar a aparência de que o governo se dispunha a controlar a inflação. Se de um lado fechava-se uma fonte de emissão, de outro alargava-se o canal de outra fonte, o da Carteira de Redescontos, menos visível, com aparências de apoio bancário e mais rápida nos seus efeitos.

O REAPARELHAMENTO DO BANCO DO BRASIL

Em 10 de março de 1942, os estatutos do Banco do Brasil foram reformulados, no sentido de se adequarem à então recente Lei das Sociedades Anônimas. Com a reforma, ficava definitivamente consagrada sua ação em duas áreas aparentemente conflitantes, pois atuava como autoridade monetária e como banco comercial comum. Enquanto agente financeiro do governo, efetuaria as arrecadações das rendas federais e pagamentos autorizados, concederia antecipações ao governo e atuaria como agente federal para operações de câmbio. Como banco comercial, concederia financiamento à atividade produtiva.

Especificamente, cinco carteiras coordenariam as atividades do banco: 1) a Carteira de Câmbio, que executava a política cambial do governo, a fiscalização bancária e a Agência Especial de Defesa Econômica; 2) a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que estabelecia a política de crédito à produção e às instituições financeiras; 3) a Carteira de Crédito Geral, que centralizava as operações de crédito comercial; 4) a Carteira de Exportação e Importação, que se incumbia de todos os serviços relativos a transações que envolvessem o mercado externo, promovia estudos sobre a situação dos mercados internos e externos e atuava em conveniência com os interesses comerciais do país, devendo, contudo, não incorrer em conflitos com a Carteira de Câmbio; e 5) a Carteira de Redesconto, que cuidava do serviço de redesconto às instituições financeiras.

A determinação de ampliar a cobertura de atendimento nacional do banco provocou rápida expansão de sua rede de agências, que passou a contar com 220 unidades em 1942, contra 157 no ano anterior. Em 1945, o banco já contava com 259 agências distribuídas pelo território nacional. Essa política visava sobretudo a estender a presença governamental às regiões interioranas, unificando sua atuação. A nova sistemática de operações garantiu ao banco o *status* de mais importante estabelecimento de crédito em funcionamento no

país. Era um dos pilares da política governamental, pois, além de atuar como banco de segunda linha, garantindo liquidez ao sistema bancário, também impedia quebras eventuais no sistema produtivo e constituía elemento fundamental no mecanismo da política monetária.

A CRIAÇÃO DA SUMOC

Com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), algumas atribuições administrativas do Banco do Brasil – por exemplo, a fiscalização dos bancos – foram transferidas para esse novo órgão. Também passaram para a competência da Sumoc as requisições para emissão de papel-moeda do Tesouro nacional; a exclusividade dos recebimentos dos depósitos de bancos; o controle das taxas de juros; o abono às novas contas dos bancos, casas bancárias e caixas econômicas; a determinação mensal das taxas de redescontos e juros dos empréstimos a bancos; a autorização de empréstimos garantidos pelo governo; a compra e venda de ouro ou cambiais, entre outros.

Na esfera institucional financeira, a regulamentação da Sumoc foi implementada em meio a acirradas discussões que questionavam o Banco do Brasil em sua atuação como banco central. Ao ser baixada a Instrução 1, de 5 de fevereiro de 1945, que regulamentou o Decreto-Lei nº. 7.293, foi conferido ao presidente do banco o lugar de primeiro substituto da presidência da Sumoc. Embora fosse reconhecida a necessidade de criação de um banco central, o Banco do Brasil permaneceria de fato investido das funções de autoridade monetária, dividindo com a Sumoc as prerrogativas clássicas normalmente atribuíveis a um banco central. Em sua condição híbrida de banco comercial e banco central, o Banco do Brasil sempre foi capaz de ofertar recursos em quantidade superior à sua captação, na medida em que não era obrigado a custodiar parte dos seus depósitos, como os demais bancos comerciais. Além disso, como autoridade monetária, o banco também nunca esteve sujeito aos rigores da prática bancária usual, que prevê limites de segurança para o encaixe dos bancos. Um outro aspecto relevante diz respeito à sua atuação como instrumento amortecedor de oscilações econômicas conjunturais. Para tanto, fluíam para o banco recursos extras muitas vezes provenientes de emissões de papel-moeda.

O BANCO DO BRASIL NO IMEDIATO PÓS-GUERRA (1945-1946)

Até 1947 foram instituídas diversas medidas objetivando uma reformulação do sistema financeiro do país, o que resultou em última instância no início do processo de oligopolização que viria caracterizar o desenvolvimento dos bancos comerciais nas décadas seguintes. Nesse período, não ocorreu propriamente uma diminuição de assistência da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil aos demais bancos do país, e sim uma maior seletividade das instituições contempladas com aqueles recursos.

O governo recorreu, por vezes, a um curioso expediente para disfarçar o progressivo endividamento do Tesouro com o Banco do Brasil decorrente da contínua emissão de papel-moeda. O endividamento normalmente se iniciava com uma solicitação de recursos por parte do Tesouro nacional ao Banco do Brasil, onde supostamente teria saldo. Para cobrir a diferença entre o total requerido e o crédito existente, o banco recorria à Carteira de Redesconto, que, por sua vez, solicitava uma correspondente emissão à Caixa de Amortização do Tesouro nacional. A operação conhecida como "encampação de papel-moeda" consistia num artifício contábil pelo qual se cancelava parte do débito do Tesouro junto ao Banco do Brasil, bem como parte equivalente do débito do banco com a Carteira de Redesconto. Os desacertos da política orçamentária do governo federal ficavam, através das encampações, sem registro na Carteira de Redesconto e no Banco do Brasil, embora evidentemente agravassem pressões inflacionárias, gerando descontroles da política monetária e tensões políticas.

O Banco do Brasil destinava a maior parcela de seus recursos ao setor agropecuário. O nascente desenvolvimento industrial brasileiro não teria perspectivas de afirmação no cenário econômico se não contasse com certo progresso do setor agrícola. À agricultura era reservado o importante papel de financiar as importações brasileiras, que se destinavam em grande parte a alimentar o processo produtivo da máquina industrial. O amparo financeiro à agricultura procurava também garantir uma adequada oferta interna de produtos de abastecimento básico, a preços estáveis, o que constituía um requisito fundamental para o desenvolvimento urbano e o crescimento industrial. O Banco do Brasil tornava-se o principal instrumento financeiro do governo, através do qual se procurava garantir o nível de atividade da agricultura brasileira. Essa política era consubstanciada, de um lado, na

forte participação relativa dos financiamentos agrícolas no total dos financiamentos concedidos pelo banco e, de outro, no subsídio implícito que acompanhava as operações de crédito rural, cujas taxas de juros eram invariavelmente inferiores à taxa de inflação. Com relação ao setor industrial, os empréstimos eram mais comprometidos com projetos de infraestrutura, tais como montagem de frigoríficos no cais do porto e armazenagem de cereais.

A ATUAÇÃO ANTICÍCLICA DO BANCO DO BRASIL (1947-1948)

No início de sua gestão na pasta da Fazenda, o ministro Correia e Castro enfatizou que sua política estaria voltada para a estabilidade de preços, o controle orçamentário e o crescimento econômico. Nos anos de 1947 e 1948, o governo efetivamente implementou uma rigorosa política de combate à inflação através de medidas de política fiscal e de controle ao crédito bancário. O somatório das medidas contracionistas se traduziu em um aumento de 50% no número de falências no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1947, e de 20% em 1948, comparados com 1946. O crescimento do setor industrial como um todo reduziu-se de 18% em 1946 para 3% em 1947, acarretando queda no nível de emprego naquele período. As medidas recessivas não foram, contudo, seguidas pelo Banco do Brasil, cuja atuação anticíclica foi evidente na época. Essa atuação peculiar pode ser depreendida no seguinte trecho do seu relatório de 1948: "Mas o Banco do Brasil não praticou a política de deflação do crédito, canalizou-o para os setores de produção de bens de consumo e impediu as operações de especulações... uma política anti-inflacionista não deve impedir a realização de empreendimentos necessários à preservação e desenvolvimento das oportunidades de emprego e produtividade futura."

É certo que a atuação do Banco do Brasil, em flagrante conflito com a política implementada pelo ministro da Fazenda, concorreu para aliviar tensões econômicas e sociais que seguramente tenderiam a se aguçar com o processo recessivo. Grande parte dos recursos que garantiram as operações de atendimento do Banco do Brasil provinha de fundos coletados que eram pelo governo federal e depositados no banco. Por operar com a "caixa unificada" e, principalmente, por não estar submetido, à semelhança dos bancos comerciais, a limites técnicos e institucionais ao volume de seus financiamentos, o Banco

do Brasil efetivava sua política de empréstimos independentemente de reservas para o suprimento das atividades.

Coube à Carteira de Câmbio do banco, naquela conjuntura de restrições generalizadas, contornar algumas limitações impostas às remessas dos rendimentos do capital estrangeiro determinadas pela Sumoc. Para tanto, o banco permitiu que os juros, lucros e dividendos aqui gerados por residentes no exterior fossem considerados investimentos estrangeiros para efeito de registro junto à fiscalização bancária, possibilitando, assim, elevar no ano seguinte a evasão de recursos do país para o exterior. Foi através de sua atuação creditícia ampliada que o banco garantiu a sobrevivência de setores produtivos em plena política contracionista desenvolvida pelo ministro Correia e Castro.

O desemprego e a crescente insatisfação social desgastaram o governo que, em 1949, já não tinha condições de prosseguir atuando com o rigor das medidas estabilizadoras. Em consequência, o então presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira, foi chamado a assumir o Ministério da Fazenda. O novo presidente do Banco do Brasil, Ovídio Xavier de Abreu, manteve as diretrizes que nortearam o comportamento da instituição. Defendeu a expansão do crédito para cobrir as necessidades oriundas do crescimento das safras agrícolas e apontou o crescimento dos preços como consequência natural do aumento de moeda e do poder de compra das classes trabalhadoras, mostrando que o aumento da produção com crescente oferta dos bens de necessidade básica é que possibilitaria a redução dos preços.

Do relatório do inquérito desenvolvido em 1951 no Banco do Brasil, pode-se verificar que a instituição também desempenhou um papel como instrumento político-partidário. Adversários do então senador Getúlio Vargas, os dirigentes do banco utilizaram a instituição para custear a publicação de artigos e discursos elogiosos à administração do banco, ao mesmo tempo em que procuravam desmoralizar Getúlio Vargas, na época candidato à presidência da República. Outra operação política foi o desenvolvimento dos créditos em liquidação, isto é, operações vencidas, não pagas, de resgate duvidoso, que passaram de 11 milhões de cruzeiros em janeiro de 1946 para 151,8 milhões em dezembro de 1950. Essas operações se acentuaram nos anos 1949-1950, denotando maiores empréstimos com garantias insuficientes, prazos dilatados e reformas sucessivas. Tal

procedimento, favorável ao crédito especulativo, respaldou naquele período a difusão da campanha política antigetulista.

O BANCO DO BRASIL NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Em 31 de fevereiro de 1951, Getúlio Vargas denunciou a regulamentação do retorno de capitais estrangeiros como lesiva aos interesses nacionais. O presidente do Banco do Brasil na época, Ricardo Jafet, fazia coro às denúncias do presidente da República referentes à legislação que regulamentava a remessa de lucros, juros e dividendos para o exterior. Assim como o presidente do Banco do Brasil considerava conveniente a extinção dos privilégios ao capital estrangeiro criados pela Carteira de Câmbio, economistas ilustres como o professor Otávio Bulhões e o próprio diretor da Carteira de Câmbio defendiam sua manutenção.

A Lei nº. 1.807 tornaria livre, em 21 de fevereiro de 1953, o fluxo de capitais estrangeiros no país pelo sistema de taxa de câmbio livre. Segundo sugestão do presidente do Banco do Brasil, foram destacados investimentos de interesse nacional que recebiam benefício fiscal de remessa de lucros de 10% por ano ao câmbio oficial, dependendo das possibilidades do balanço de pagamentos. Esses lucros poderiam ser incorporados ao capital registrado, quando reinvestidos na atividade. Através da Carteira de Exportação e Importação, foram facultadas ao Banco do Brasil a compra e a venda de qualquer produto; tais dispositivos estatutários foram postos em prática em 1952, atendendo basicamente aos exportadores.

Procurando salvaguardar a situação do balanço de pagamentos, o governo adotou uma política de sustentação de preços dos produtos de exportação. Nesse sentido o Banco do Brasil majorou as bases de financiamento do café e do algodão, que foram responsáveis pela elevação dos níveis de empréstimos do banco naquele período.

A permanência de uma taxa de câmbio fixa até fevereiro de 1953 numa situação inflacionária diminuía a competitividade da produção de exportação. A fim de atenuar as adversidades que se colocavam aos exportadores, o banco aumentou seus empréstimos e efetivou compras diretas de produção. Para isso, foi obrigado a utilizar-se de operações de redesconto e de recursos de sua própria caixa.

A Carteira de Exportação e Importação, cuja atuação não era coordenada com a atuação da Carteira de Câmbio, concedia licenciamentos muitas vezes superiores ao orçamento de câmbio. Em consequência, as licenças de importação não encontravam, como deveriam encontrar, automaticamente cobertura cambial, daí decorrendo os atrasos comerciais. É certo que os atrasos tomavam essas proporções em decorrência de uma taxa de câmbio fictícia que, ao baratear as importações, estimulava compras excessivas. Com a posse de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda e de Sousa Dantas na diretoria da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, este passaria a liderar o mercado, comprando a taxas fixadas, embora exigindo pagamento imediato e reservando-se a entrega de cobertura num prazo de 90 dias. O limite operacional dos bancos comerciais foi ampliado e foram liberadas as operações de *swaps* – operações simultâneas de compra e venda de câmbio, isto é, arbitragem a vista contra arbitragem a prazo, não sendo interpretada como retorno de capital, já que seu prazo (90 dias) não proporcionava tempo para as vantagens usufruídas pelos capitais destinados a investimento. Em 9 de setembro de 1953, a Instrução 70 da Sumoc viria finalmente disciplinar o mercado de câmbio, ao mesmo tempo deixando o mercado livre funcionar somente para o movimento de capitais. Em dezembro de 1953, respondendo às frequentes denúncias de corrupção e abuso, o governo extinguiu a Carteira de Exportação e Importação e criou em seu lugar a Carteira de Comércio Exterior.

A partir de 1953, o Banco do Brasil utilizou mais intensamente os recursos da Carteira de Redesconto, da Carteira de Mobilização Bancária e de sua própria caixa, visando o pagamento dos atrasados comerciais e o atendimento às necessidades financeiras da administração federal, estadual e municipal. Esses recursos se prestariam também a auxiliar alguns bancos em dificuldades e a elevar os financiamentos à produção. Para fazer face à elevação de seus empréstimos em 1953, o Banco do Brasil teve de recorrer à venda de parte dos estoques de produtos adquiridos no ano anterior. Esses recursos não foram suficientes para a cobertura do programa de aplicações do banco, forçando-o assim a recorrer em maior escala ao redesconto e à Caixa de Mobilização Bancária. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial também lançou mão de recursos excedentes à sua dotação orçamentária. A fim de evitar uma corrida aos bancos comerciais do Rio e São Paulo, seus cheques foram cobertos com fundos da Carteira de Redesconto e da Carteira de

Mobilização Bancária.

O BANCO DO BRASIL NO INTERREGNO CAFÉ FILHO

O primeiro registro de relevância no que se refere ao período está na harmonia entre a atuação do ministro da Fazenda e do Banco do Brasil. Como existia uma intenção contracionista explícita nesse período, o governo não vacilou em recorrer novamente ao artifício da "encampação", de acordo com a Lei nº. 2.426, de 16 de fevereiro de 1955. Mais uma vez o expediente serviria para mascarar contabilmente a posição efetivamente deficitária do Tesouro nacional.

Durante essa fase a economia brasileira se defrontou com uma diminuição das vendas de café, em especial para os Estados Unidos. Em maio de 1955, a Carteira de Câmbio, após esgotar o recurso às linhas normais de crédito de banqueiros particulares, recorreu a 45 milhões de dólares do crédito especial concedido pelo Export-Import Bank of Washington. Um obstáculo adicional a uma atuação do Banco do Brasil, alinhado com as medidas contracionistas, estava no fato de aquelas medidas normalmente serem implementadas próximo à época do custeio agrícola e de que um eventual corte na produção agrícola agravaria não só o problema do balanço de pagamentos, como também o processo inflacionário.

O setor bancário, atingido pelas medidas de política econômica, iria atravessar um período de crise em decorrência das restrições impostas ao crédito. No final de 1954 a praça de São Paulo era palco de uma crise bancária, tendo o Banco Nacional Interamericano suspenso suas operações, enquanto outros bancos solicitavam medidas que viessem orientar os processos de liquidação extrajudicial dos bancos. Em consequência da crise bancária, a Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil aumentou mais ainda o nível de suas operações.

Abril de 1955 constituiu um marco de mudança na orientação política: Clemente Mariani foi substituído na presidência do banco por Alcides Vidigal. As medidas contracionistas foram relaxadas. Da antiga gestão permaneceu apenas o presidente da Sumoc, Otávio Bulhões, que tentou, em vão, manter a orientação anterior. Em 5 de maio de 1955 a Instrução 116 rebaixou as taxas de juros das aplicações dos bancos e das operações de

desconto, bem como diminuiu as exigências de recolhimento compulsório dos bancos comerciais.

Nesse período ficou clara, no que diz respeito à política do Banco do Brasil, a impossibilidade de se estabelecer um teto fixo para as aplicações de cada carteira, tendo em vista os diversos fatores e injunções que condicionavam tais aplicações. A administração da política de financiamento do banco permaneceu estreitamente vinculada às questões conjunturais vividas pela economia brasileira. Inicialmente, o governo procurou contrair os meios de pagamento. Em seguida, dada a virtual impossibilidade de sustentação dessa política por período superior a um ano, o governo se viu forçado a afrouxar os mecanismos de controle monetário e permitiu o retorno da liberdade creditícia.

O BANCO DO BRASIL NO GOVERNO JUSCELINO

Para responder aos novos desafios do desenvolvimento econômico, o Banco do Brasil efetivaria uma reforma estatutária votada em 9 de maio de 1956. O aumento do capital social – antiga reivindicação dos acionistas – foi efetivado, duplicando para duzentos milhões de cruzeiros. A determinação de expandir de forma limitada a quantidade de ações explica-se dentro da política de controle da inflação, pois grandes aumentos de capital, mesmo com recursos do fundo de reserva do banco, teriam de ser financiados via emissão de moeda. Além disso, o banco também se preocupava com possíveis consequências negativas que poderiam advir de uma excessiva oferta de suas ações no mercado, em termos de deterioração das cotações.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do banco estendeu seus financiamentos sem garantias reais ou pessoais de pagamento aos pequenos produtores rurais e passou a cobrir também a pequena indústria rural de característica doméstica ou artesanato organizado em pequena indústria.

O desenvolvimento do banco foi acompanhado por um rápido crescimento do número de agências da instituição. Em 1956 o número de agências chegava a 364, sendo duas no exterior. Em 1957 foram inauguradas mais 13 agências. A expansão da rede concentrou-se em São Paulo – para atender a exigências da industrialização e da produção de café – e em Goiás, para abrir espaço financeiro para Brasília e para a pecuária da região.

Apesar da preocupação com o pequeno produtor, a expansão industrial exigia grandes recursos, quer para investimentos diretos no setor, quer indiretamente, através da priorização da agricultura de exportação, com a qual o país contava para viabilizar as importações necessárias ao desenvolvimento da indústria.

Grande parte dos recursos de implementação do Plano de Metas era de origem externa e, para manter o necessário fluxo de financiamentos à sua execução, Lucas Lopes negociou acordos com os Estados Unidos em 1956, os quais impunham exigências no sentido de o governo brasileiro demonstrar capacidade efetiva de controle da inflação. Entre as recomendações específicas para o controle da expansão monetária através do Banco do Brasil, o Plano de Estabilização determinava: 1) um teto para o débito do Banco do Brasil junto à Carteira de Redesconto, que permitisse ao banco atender às necessidades adicionais de financiamento do governo e do setor privado; 2) o racionamento do crédito dos diversos setores do banco e a imperiosidade de expandir mais que normalmente o crédito da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em virtude da necessidade de acelerar o processo de expansão das exportações. O setor de bancos, em especial nas praças de São Paulo e Recife, foi duramente atingido com os limites de expansão do crédito junto à Carteira de Redesconto, bem como com a limitação dos prazos.

Vale ressaltar uma medida de política monetária peculiar implementada pelo Banco do Brasil, que consistiu na operação *open* pelo câmbio. A operação se resumia numa prática de venda de dólares aos importadores, com isso retirando cruzeiros de circulação, sempre que se registrasse déficit no balanço de pagamentos. Essa política tinha efeito deflacionário pela retirada do dinheiro do sistema ou, pelo menos, pela não emissão de novos recursos. A operação se traduziu em aumento de caixa para o Banco do Brasil na conta "Ágios e bonificações". Em sentido contrário agiam dois outros importantes componentes da base monetária. De um lado, o Banco do Brasil, ao dispor de reforço de caixa, tinha maior capacidade de incrementar seus empréstimos ao setor privado, e de outro lado, o governo, também beneficiado com o aumento de caixa, aumentava seus gastos, que acabavam por se traduzir em déficits sistemáticos do Tesouro com o banco.

Em 1958-1959, dada a volumosa safra de café e o elevado preço internacional do produto, o governo inclinou-se pela compra do excedente de exportação a fim de sustentar

o preço. Para que essa operação se realizasse sem recursos inflacionários, o governo passaria a efetuar retenção cambial de exportação, o que viria a ser conhecido como "confisco cambial".

Com o afastamento de Lucas Lopes em agosto de 1959, o Ministério da Fazenda passaria a ser comandado por Sebastião Pais de Almeida, então presidente do Banco do Brasil. Essa nomeação visava a relaxar as metas e instrumentos herdados da política de contração, já que o Brasil rompera com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A expansão do volume de importações comparativamente às exportações forçou o Banco do Brasil, após a queda da assistência financeira do FMI e dos bancos estrangeiros, a incrementar as operações de *swaps*, evitando uma expansão no endividamento de curto prazo do país.

A partir de 1960, tornava-se cada vez mais inevitável uma nova reorganização do sistema financeiro, uma vez que os desafios da economia já exigiam uma maior sofisticação dos instrumentos de captação e aplicação dos recursos financeiros.

A REFORMA BANCÁRIA DE 1964

A Lei de Reforma Bancária (Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964) dispôs que o sistema financeiro do Brasil seria constituído a partir de então pelo Banco Central do Brasil; Banco do Brasil; bancos comerciais, privados ou estaduais; instituições de crédito tais como companhias de crédito e financiamento, bancos de investimento, sociedades corretoras e sociedades de crédito imobiliário; instituições públicas ou mistas especiais (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e bancos de desenvolvimento estaduais); caixas econômicas, e instituições voltadas para o financiamento da construção civil.

Além da especialização de instituições por linhas de crédito, o aspecto mais relevante da reforma bancária foi a criação, como gestor da política monetária, do Banco Central do Brasil, cujas diretrizes eram determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Foram atribuídas ao Banco Central funções antes executadas pelo Banco do Brasil e a Sumoc: emissão de moeda, controle de redesconto e dos depósitos de reservas obrigatórias, regulação das atividades bancárias, financeiras e dos capitais estrangeiros.

O Banco do Brasil continuou a funcionar como uma sociedade de economia mista, ou seja,

pessoa jurídica de direito privado, configurando-se como um banco comercial, apesar de exercer uma série de atividades não pertinentes a instituições desse tipo. Sendo um instrumento de execução das políticas creditícia e financeira do governo federal, cabia-lhe, entre outras atribuições: a) receber, a crédito do Tesouro nacional, o produto da arrecadação de tributos ou rendas federais, bem como o produto das operações de crédito da União; b) realizar os pagamentos e suprimentos necessários à execução do orçamento geral da União; c) adquirir e financiar estoques de produção exportável; d) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris e e) ser o agente pagador e recebedor fora do país. Como principal executor dos serviços bancários de interesse do governo federal, inclusive suas autarquias, cabia-lhe também receber em depósito, com exclusividade, as disponibilidades de quaisquer entidades federais, além de realizar a política de comércio exterior e financiar atividades industriais e rurais.

Outro fato importante da década de 1960 foi a promulgação da Lei de Mercado de Capitais (Lei nº. 4.728, de 14 de julho de 1965), que representou a declaração pública definitiva das intenções do governo no sentido de instituir um mercado de capitais forte e utilizá-lo em sua política global de desenvolvimento e controle da inflação.

Maria Bárbara Levy
colaboração especial

A DÉCADA DE 1970

Em 1975, o Banco do Brasil destacava-se como um dos maiores bancos do mundo, sendo o décimo-segundo em ativos e o segundo em patrimônio líquido. Sua rede de unidades domésticas aproximava-se do número mil, marco atingido em 1976 com a inauguração da agência de Barra dos Bugres, em Mato Grosso. Mais de 90% da rede localizava-se em cidades do interior do país, e o quadro de funcionários montava a 65 mil. A política de expansão da presença do banco no exterior, iniciada com a abertura da agência de Nova Iorque em 1969 – a segunda após a de Assunção, esta inaugurada em 1941 –, refletia-se na existência de 26 unidades cujos ativos atingiam 7,6 bilhões de dólares. Além de sua atuação direta, o Banco do Brasil buscava parcerias com outras instituições

financeiras, criando empresas como o European Brazilian Bank, em Londres.

As operações privilegiavam o setor privado, destino de mais de 95% dos créditos do banco. Os fundos que financiavam as operações mostravam a importância de sua condição de banco de governo. Em 1976, por exemplo, do total de 79 bilhões de cruzeiros de depósitos, apenas cerca de 38% provinham de captação junto ao público. A conta movimento do Banco Central, mecanismo de suprimento de recursos para operações de interesse governamental, tinha um saldo de 66,2 bilhões de cruzeiros, mais do que o dobro dos recursos captados do público.

A partir de meados da década de 1970, a primeira crise do petróleo inaugurou um período de instabilidade econômica. Até então, o país vinha vivendo uma fase áurea, de rápido e sustentado crescimento e contínua queda dos níveis de inflação, que ficou conhecida como os anos do “milagre econômico”. A inflação, que se reduzira a níveis próximos a 15% a.a., recomeçou a subir, e os maiores gastos com importações forçaram o governo a se preocupar com a situação da balança comercial e dos níveis de reservas internacionais.

O Banco do Brasil continuou com a política de expansão de suas operações no país e no exterior, dentro da euforia que caracterizara o Brasil nos anos anteriores. Ademais, constituiu-se num dos principais instrumentos do governo para o suporte dos setores cuja expansão era considerada fundamental para a superação dos desequilíbrios originados pelo choque do petróleo: agropecuária, exportação e energia.

O setor agropecuário tornou-se duplamente prioritário, com o incremento de sua produção visando a minorar pressões inflacionárias e gerar crescentes excedentes exportáveis. O Banco do Brasil voltou-se ainda mais para seu suporte, expandindo sua rede de agências no interior. Em 1980, o total de unidades em operação já atingia 1.838, das quais 1.155 eram agências, e parte da diferença eram postos avançados de crédito rural. Acompanhando o crescimento da rede, o número de funcionários alcançou 118 mil no final de 1980. A expansão da rede externa continuou de forma acelerada, dentro da prioridade de suporte ao comércio exterior. No final de 1980, eram 61 as unidades em operação, com ativos de 20,8 bilhões de dólares. Em cinco anos, portanto, mais que dobrou o número de unidades, enquanto os ativos cresceram 170%. Na área de exportações, outro instrumento fundamental era a Carteira de Comércio Exterior (Cacex), principal executora da política de

fomento às exportações do país. Entre outras atividades administrativas a Cacex gerenciava o Fundo de Financiamento às Exportações (Finex).

O aumento dos níveis de inflação ampliou o grau de subsídio aos juros dos financiamentos agrícolas, realizados a taxas fixas, fazendo com que o capital aplicado retornasse ao banco em termos cada vez mais depreciados, e exigindo a permanente recomposição de seu valor por parte do governo. Acoplado à necessidade de maior controle da expansão monetária, o resultado foi um continuado esforço de reduzir a utilização de créditos subsidiados e ampliar a participação de recursos privados no financiamento do setor agropecuário.

Evento importante nesse período foi o início das operações do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (Funtec), ao qual passaram a ser destinados 2% do lucro líquido do banco.

AS CONSEQUÊNCIAS DAS DUAS CRISES DO PETRÓLEO

A segunda crise do petróleo em 1979 marcou o início de uma fase em que o crescimento da economia se tornou mais lento e instável, e a inflação tomou uma tendência crescente, logo atingindo 100% a.a. e acabando por desaguar em níveis hiperinflacionários. Essa deterioração do quadro macroeconômico passou a exigir do governo, nos anos que se seguiram, constantes mudanças na política econômica, com impacto negativo em todos os integrantes da economia e, em especial, no Banco do Brasil.

No plano internacional, houve um recrudescimento da inflação, com as taxas anuais chegando aos 12,4% nos Estados Unidos e a 8% no Japão, e acarretando grande aumento nas taxas de juros. A Libor, taxa que rege o custo de fundos no mercado interbancário de Londres, atingiu 16,8% a.a., enquanto que a Prime Rate, taxa interna norte-americana, alcançou 20,5%. Esse nível de taxas dificultou a situação dos países em desenvolvimento, como o Brasil, por serem grandes tomadores de recursos, e contribuiu ainda para o aumento de custos dos empréstimos e para a eclosão da crise da dívida externa, ocorrida pouco depois.

No ano de 1981, ocorreu a integração dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais, o que significou maior restrição às operações do Banco do Brasil, cujos recursos, nos programas de interesse do governo, provinham basicamente do orçamento monetário. Em

consequência, as aplicações do BB evoluíram em 68% no ano, com perdas reais.

A restrição ao crédito sempre foi uma das medidas favoritas do governo para controlar a demanda agregada. A contínua fase de instabilidade revelou-se muito prejudicial ao banco, com suas operações consistentemente crescendo abaixo daquelas dos bancos comerciais. O Banco do Brasil, que em 1974 era responsável por metade do crédito bancário ao setor privado, viu essa participação reduzir-se a 1/3 em 1981.

Embora o banco concentrasse suas aplicações no setor agropecuário, destinando-lhe 2/3 de suas aplicações em 1981, a demanda por recursos superava a disponibilidade, dado o alto grau de subsídio ao crédito agrícola. Em 1980 iniciou-se um maior direcionamento de fundos para o pequeno produtor, e em 1981 passou-se a exigir maior contrapartida de recursos próprios dos grandes e médios produtores. Entrava-se numa fase de tentar transformar o estímulo à área rural transitando-se do crédito subsidiado para os preços.

Fiel à sua tradição de apoio aos programas de governo, engajou-se ainda o banco no Proalcool, sendo o seu maior agente, responsável por 64% das aplicações.

A expansão da rede externa permitiu ao banco uma crescente participação em sindicatos de bancos, concedendo empréstimos externos a empresas brasileiras e ao governo. De 1977 a 1981, o Banco do Brasil foi o líder de sindicatos de empréstimos atingindo o valor de 1,65 bilhões de dólares, colíder de sindicatos montando a 6,659 bilhões de dólares, e participante em outros alcançando 3,128 bilhões de dólares.

A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA

O ano de 1982 ficou marcado pela crise da dívida externa, iniciada pela moratória declarada pelo México. A crise encontrou o Banco do Brasil em fase de plena expansão. Apenas no ano de 1982, instalaram-se 792 unidades no país – crescimento da rede de 40% –, e houve um aumento de 20 mil no número de funcionários. As agências no exterior, àquela altura 70 unidades, detinham depósitos de 22,1 bilhões de dólares, em boa parte aplicados no Brasil.

A crise externa obrigou o Brasil à assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em fevereiro de 1983, objetivando melhorar a posição do balanço de pagamentos, reduzir o déficit do setor público e promover a liberalização da economia.

Também foi assinado acordo com os bancos internacionais, envolvendo a concessão de novos empréstimos em moeda, rolagem automática do principal vencendo naquele ano, e manutenção das linhas de *trade finance* de curto prazo e das linhas interbancárias.

A necessidade de controle monetário e a maior facilidade de controlar os empréstimos do Banco do Brasil fizeram com que, no final de 1984, o saldo dos empréstimos do banco se reduzissem a ¼ daquele existente em 1978. Apesar da perda substância no mercado, a relevância do Banco do Brasil no sistema financeiro nacional podia ser aferida pelo fato de seu patrimônio líquido ainda ser igual ao do conjunto dos 20 maiores bancos comerciais.

Em 1985 iniciou-se o processo de ajuste da rede externa com o encerramento das atividades de 12 unidades e a redução de seu número para 59, processo que iria continuar nos anos seguintes. A tônica da atuação do banco deslocou-se da captação de depósitos, não mais disponíveis, para operações financeiras e de comércio exterior. Restou, porém, o problema do financiamento da carteira de ativos da rede externa, representada principalmente por papéis de risco do Brasil.

O banco conseguiu reduzir o atraso que acumulara na área de informática em relação a seus concorrentes, em função de grandes investimentos em equipamentos. A modernização tecnológica começou a chegar às agências com a instalação, a partir de 1984, de terminais *on-line*.

O PLANO CRUZADO: FIM DA CONTA MOVIMENTO

A aceleração da inflação no final de 1985, que levou a taxa ao patamar de 15% ao mês, forçou o governo a instituir um novo plano de estabilização, que foi divulgado em 28 de janeiro de 1986 e de início obteve grande sucesso em termos de controle da inflação e níveis de crescimento econômico. Baseou-se o Plano Cruzado no congelamento de preços, salários e câmbio, na desindexação da economia, na criação de um novo padrão monetário, o cruzado, e no aumento de taxas de juros para conter a demanda. Como parte do plano foram introduzidas alterações fundamentais no relacionamento do Banco do Brasil com o Banco Central e o Tesouro Nacional.

Por meio do voto 45/86, de 30 de janeiro de 1986, foi feito o congelamento da conta movimento que o Banco Central mantinha no Banco do Brasil para contabilizar as

operações de interesse do governo federal, com as novas operações ocorrendo dentro da sistemática de prévio suprimento de recursos. Perdeu ainda o banco os recursos originários do fluxo de caixa do orçamento do Tesouro. Em contrapartida, foi autorizado a praticar todas as operações permitidas às instituições financeiras.

O crescimento de um segmento financeiro não monetário fora viabilizado pelas leis de Reforma Bancária e de Mercado de Capitais. O fato de não ser permitido ao Banco do Brasil participar desse segmento contribuiu, ao lado do contingenciamento de suas operações pelo governo, para a queda de sua participação nos empréstimos ao setor privado. O primeiro passo do banco foi criar o BB DTVM, implantando-se o Fundo Ouro de Ações já em junho de 1986. Não foi possível ao Tesouro fornecer ao Banco do Brasil todos os recursos necessários para este atender às operações de crédito agrícola, tendo o banco coberto cerca de 25% com recursos próprios, sob promessa de receber o montante correspondente à equalização de juros, o que só viria a ocorrer no ano seguinte. A incapacidade do governo de suprir os recursos requeridos iria se transformar num problema recorrente, com graves repercussões.

O ano de 1986 viu, também, nascer o programa Verão Ouro, de apoio a clientes do cheque-ouro em viagem de férias, que iria se revelar um grande sucesso de marketing. O cheque-ouro com garantia de pagamento, produto inovador cuja marca acabou se confundindo com o produto, havia sido criado em 1969.

A expansão das operações e o comportamento da concorrência permitiram ampliar a participação dos empréstimos do banco no sistema financeiro nacional, que caíra para 7,5% em março de 1985, e atingiu 14,8% ao final do primeiro semestre de 1986. Essa participação seria mantida *grossa modo* nos anos seguintes. Na ocasião, do total dos empréstimos, 40% eram financiados por recursos próprios e captação no mercado. A agropecuária recebeu 37% das aplicações, a indústria 9%, comércio e serviços 27%, e o setor público, incluindo empresas estatais, 27%. Destacaram-se nas operações com o setor público empréstimos a estados e municípios com recursos do Tesouro Nacional.

Em termos administrativos, a necessidade de captar recursos no mercado e melhor geri-los levou à criação da vice-presidência de finanças. Iniciou-se ainda a reformulação da estrutura física, tecnológica e de pessoal das agências e unidades de suporte do banco.

A momentânea eliminação da inflação afetou o sistema bancário pela perda dos ganhos inflacionários, em parte compensados pela maior monetização da economia e expansão das operações ativas. Muitos bancos deram início a um processo de ajuste, com revisão de política de pessoal, cobrança por serviços antes gratuitos e fechamento de pontos de atendimento. O sucesso do Plano Cruzado foi contudo curto, e iniciou-se um período de grande instabilidade econômica, com a implantação fracassada de diversos planos de estabilização.

Em 1987, o banco continuou a ocupação do novo espaço de mercado, com a criação da financeira, da empresa de *leasing*, da corretora de seguros e da administradora de cartões de crédito. Foram lançados o cartão de crédito Ourocard, o Fundo Ouro de Renda Fixa e a caderneta de poupança ouro, esta destinada a direcionar recursos para o financiamento do crédito rural, substituindo o aporte de recursos do Tesouro. Criada em fevereiro, a poupança ouro ao final do ano já acumulava 7,5% de toda a captação do sistema. O ano marcou ainda o início das atividades da Fundação Banco do Brasil, que passou a centralizar as atividades de apoio às áreas científica, tecnológica e social.

As atividades do BB-Banco de Investimentos iniciaram-se em julho de 1989, e em outubro inauguraram-se as instalações do Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, que em pouco tempo passou a registrar a presença de mais de dois milhões de visitantes por ano.

Por decisão do governo federal, todas as empresas estatais e de economia mista tiveram o número de diretores reduzido a cinco, mais o presidente, independentemente de seu porte. O Banco do Brasil, que tinha quatro vice-presidentes e dez diretores, viu esse número ser reduzido a seis, porque conseguiu um a mais por conta da Cacex. Na oportunidade, foi promovida uma reformulação administrativa.

A rede do Banco do Brasil alcançou 4.449 unidades domésticas ao final de 1989, das quais 2.377 eram agências, somando-se 46 dependências no exterior. O número de funcionários atingiu 134 mil.

A DÉCADA DE 1990

O início do ano de 1990 foi marcado por mais um plano econômico, o chamado Plano Collor, que aumentou ainda mais o grau de distorção existente na economia, com o congelamento de depósitos de clientes e de parte do capital de giro das instituições financeiras. Para o Banco do Brasil, o ano representou também o fim da Cacex, com a transferência de suas funções para o então Ministério da Economia. Passou ainda o banco por reformulação administrativa, sendo sua estrutura alterada e reduzindo-se a administração central e o número de funcionários em cerca de 10%.

O volume de recursos aportado pelo Tesouro ao crédito agrícola tendeu a se reduzir cada vez mais, em vista das restrições fiscais, representando em 1991 apenas 17% do total. A pressão sobre o banco para cobrir o diferencial, existente havia algum tempo, levou à aplicação no crédito rural de um volume de recursos superior ao disponível nas fontes respectivas, com o desvio de recursos destinados a outras atividades, ou mesmo à captação adicional no mercado, a custos mais elevados. Além disso, a necessidade de controle da inflação tendeu a depreciar os preços mínimos, ao passo que os altos juros reais, típicos dos sucessivos planos econômicos, aumentavam bem mais os custos dos financiamentos, gerando descompassos que tiveram sérias repercussões nas atividades do banco.

Com o fracasso do Plano Collor, houve rápida aceleração das taxas de inflação, gerando receita adicional, o que reduziu o estímulo para continuar o processo de ajuste. Voltou a crescer a rede de dependências do Banco do Brasil, e o número de funcionários atingiu 126 mil em 1993.

As mudanças que ocorreram na época ficaram refletidas na estrutura de recursos: enquanto em 1985 apenas 34% das operações de crédito com o setor privado tinham sua fonte em operações de mercado, o restante provindo basicamente do Tesouro e do Banco Central, ao final de 1994 80% dessas operações tinham sua fonte no mercado, sendo apenas 8% fornecidos pelo Tesouro. A dependência das condições de mercado ficou ainda mais patente com as modificações efetuadas por ocasião do Plano Real.

O Plano Real foi anunciado em 1º de julho de 1994, abrangendo as áreas fiscal, monetária e cambial, e incluindo um engenhoso e eficaz mecanismo de desindexação da economia, via efetiva amarração do valor da nova moeda, o real, ao dólar norte-americano. Caracterizou-se pelo aumento no nível das taxas de juros e pela sobrevalorização do câmbio, viabilizada

pela entrada de capital decorrente do diferencial entre os juros domésticos e internacionais. Destacou-se ainda por, pela primeira vez, não se basear em controle e tabelamento de preços. Em nível mais estrutural, aprofundou-se o programa de abertura comercial, já em andamento, e deu-se ênfase à privatização e à reforma da Constituição, com vistas a viabilizar a privatização de diversas áreas e o controle de gastos governamentais.

O impacto no Banco do Brasil foi imediato. A queda da inflação para níveis abaixo de 2% já ao final do ano implicou a perda dos expressivos ganhos inflacionários. A valorização do real frente ao dólar gerou perdas adicionais, dado que o banco tinha mais ativos do que passivos naquela moeda. De início, houve uma certa euforia com a expansão do volume de crédito, mas tal situação se alterou, em vista do ajuste que o governo foi forçado a fazer nos rumos da economia, em função de nova crise externa mexicana.

As novas condições de baixa inflação e aumento do nível de inadimplência levaram a uma situação de crise no sistema financeiro, tornando clara a situação de insolvência de diversos bancos, tanto privados quanto estaduais. Uma crise financeira mais séria só foi evitada com a assunção pelo Banco Central de perdas expressivas no saneamento do sistema, que incluiu a intervenção em três dos dez maiores bancos privados.

O Banco do Brasil, historicamente o que mais emprestava ao setor produtivo, detinha uma carteira de ativos com muitos problemas, que veio agravar suas dificuldades operacionais. Registrou-se um prejuízo de 4,2 bilhões de reais em 1995, e outro ainda maior, de 7,5 bilhões de reais, no ano seguinte, todo ele ocorrido no primeiro semestre, em parte em consequência do aumento de provisões para atender o crescimento da inadimplência. A fim de manter sua integridade patrimonial, o banco fez um aumento de capital de 8 bilhões de reais no primeiro semestre de 1996. Uma consequência de chamada de capital tão expressiva foi o aumento da participação do Tesouro no capital total do banco, que, de cerca de 30%, passou a 73%.

O ajuste às novas condições abrangeu ações em variadas áreas. Buscou-se aumento de receitas com a cobrança por serviços prestados, a ampliação do leque de produtos oferecidos, e a exploração do potencial da rede de vendas via criação de novas empresas na área de seguros e capitalização, em sociedade com empresas privadas.

Em termos de redução de custos, entre 1995 e 1996 racionalizou-se a rede de dependências,

com a redução de seu número em 541 unidades, das quais 170 eram agências, a redução de porte de muitas outras e a diminuição do número de funcionários em 34 mil, representando o rompimento do modelo de relações trabalhistas até então existente. Ao final de 1996, eram 85 mil funcionários e 4.443 pontos de atendimento, dos quais 2.931 eram agências.

As perdas decorrentes do descompasso cambial e da alta inadimplência levaram o banco a aprimorar substancialmente seus sistemas de administração de risco e de concessão de crédito. Definiu-se nova estrutura administrativa, com a criação de unidades de negócios e unidades de suporte. As nove unidades de negócios cobriam as áreas comercial, de distribuição, de governo, internacional, de mercado de capitais e investimentos, de recuperação de créditos, rural e agroindustrial, de seguridade, de varejo e negócios. Com a criação do cargo de superintendente executivo para cada área de negócios e de suporte deu-se mais profundidade à estrutura executiva, restrita aos sete membros do conselho diretor. Procurou-se, também, isolar o banco de influências políticas em suas operações, com a redução do poder dos representantes do governo nos conselhos de administração e fiscal.

As prioridades de atuação do Banco do Brasil voltaram-se para o varejo, a área de seguridade e a de mercado de capitais. Foram criadas várias empresas em parceria com o setor privado em que o banco, embora com a maioria do capital, não detém o controle, como a Brasilprev, na área de previdência privada, a Brasilcap, empresa de capitalização, a Brasil Saúde, na área de seguro de saúde, a Brasilseg, na área de seguros, posteriormente desdobrada em Aliança do Brasil, atuando nos ramos vida e elementares, e a Brasil Veículos, no ramo de seguro de veículos.

Paulo de Tarso Medeiros
colaboração especial

FONTES: BANCO DO BRASIL. *Relatório* (1965-1986); BENEVIDES, M. *Considerações*; CASTRO, H. *Introdução*; LEVY, M. *Encilhamento*; LEVY, M. *Fundamentos*; LEVY, M. *Gestão*; PACHECO, C. *História*; TOPIK, S. *Empresa*.

BANDEIRA NACIONAL

Símbolo nacional modificado após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, com base em projeto idealizado por Raimundo Teixeira Mendes com a colaboração de Miguel Lemos. O projeto manteve o retângulo verde e o losango amarelo da bandeira imperial, desenhada por Jean-Baptiste Debret, mas substituiu, no centro do losango, o escudo de armas encimado pela coroa e ladeado por ramos de café e tabaco por uma esfera azul salpicada de estrelas e cortada por uma faixa branca com os dizeres “Ordem e progresso”. Foi prevista a colocação de 21 estrelas, mostrando de forma idealizada o céu do Rio de Janeiro nas primeiras horas da manhã do dia 15 de novembro. Coube a Manuel Pereira Reis, professor de astronomia da Escola Politécnica, a projeção das estrelas na esfera. O desenho foi executado pelo pintor Décio Vilares. Para garantir a aprovação do projeto, foi atribuída a Benjamin Constant a responsabilidade pela criação da bandeira, mas na verdade ele apenas aprovou o projeto, indicando que deveria ser dado maior realce ao Cruzeiro do Sul, o que foi feito.

Assim, foram os positivistas que definiram o projeto de uma bandeira para a República. Mantiveram o verde-amarelo que representava a riqueza nacional e apontaram para o futuro da nação com a divisa “Ordem e progresso”, lema de Augusto Comte, fundador do positivismo. Pelo Decreto nº 4 do Governo Provisório, de 19 de novembro de 1889, foi oficialmente adotada a bandeira que simbolizava a República. Seu lema não foi contudo bem aceito, provocando grandes divergências e críticas que permaneceram até recentemente.

A primeira bandeira republicana foi bordada por Flora Simas de Carvalho, em algodão. A segunda, bordada pela mesma senhora em seda, foi hasteada com solenidade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em seguida, as filhas de Benjamin Constant bordaram as bandeiras destinadas às escolas Militar e Superior de Guerra.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: COIMBRA, R. *Bandeira*.

BANDEIRA, Esmeraldino

*dep. fed. PE 1900-1909; min. Just. 1909-1910; dep. fed. PE 1910-1911.

Esmeraldino Olímpio Torres Bandeira nasceu na cidade do Recife em 27 de fevereiro de 1865.

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1885, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1889.

Republicano histórico, após formar-se foi oficial maior da Secretaria do Governo do Estado de Pernambuco, deputado estadual de 1893 a 1895, procurador-geral da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), e prefeito do Recife de 1898 a 1902. Eleito deputado federal por Pernambuco pela primeira vez em março de 1900, tomou posse em maio desse ano e foi três vezes reeleito: em 1903, 1906 e 1909. Nesse ano deixou a Câmara dos Deputados para assumir, em 18 de junho, o Ministério da Justiça do governo Nilo Peçanha. Findo o governo, em 15 de novembro de 1910, retornou à Câmara e nela permaneceu até o fim da legislatura, em dezembro de 1911.

Foi também professor de direito criminal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1928.

Publicou entre outras obras *Política criminal* (1912), *Curso de Direito Penal Militar* (1915), *Direito, Justiça e Processo Militar* (1º e 2º vol. 1919), e *Tratado de Direito Penal Militar Brasileiro* (vol. 1 1925).

Marcos Paulo Torres

FONTES: CÂM. DEP.; FUND. JOAQUIM NABUCO.

BANDEIRA, Raimundo Carneiro de Sousa

*const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893.

Raimundo Carneiro de Sousa Bandeira nasceu em Recife no dia 24 de setembro de 1855, filho de Antônio Herculano de Sousa Bandeira. Seu irmão João Carneiro de Sousa Bandeira foi membro da Academia Brasileira de Letras.

Formou-se em 1877 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império.

Depois de proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado federal constituinte pelo estado de Pernambuco em setembro de 1890 e assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato ordinário até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Foi também professor do Ginásio Pernambucano e um dos fundadores da Associação Médica e Farmacêutica de Pernambuco.

Seu sobrinho Manuel Bandeira foi poeta e membro da Academia Brasileira de Letras.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARTINS, M. *Dicionário*.

BANIMENTO DA FAMÍLIA IMPERIAL

Medida resultante do Decreto nº 78-A, de 21 de dezembro de 1889, revogada pelo Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920.

HISTÓRICO

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório foi enviar ao imperador dom Pedro II, no dia 16 de novembro, uma mensagem confirmando a queda da Monarquia e intimando a família imperial a sair do país. O embarque, previsto para o dia 17, foi antecipado e, em vez de realizar-se à tarde, ocorreu logo nas primeiras horas do dia, com o objetivo de evitar manifestações populares contra ou a favor da Monarquia. No intuito de garantir as necessidades do estabelecimento da família imperial no exterior, o Governo Provisório concedeu-lhe, através de decreto também do dia 16 de novembro, a quantia de cinco mil contos de réis. Contudo, cerca de 30 dias depois, em 21 de dezembro, o mesmo governo expediu novo decreto banindo do território brasileiro dom Pedro de Alcântara e sua família, proibindo-lhes a posse de imóveis no Brasil, obrigando-os a liquidar no prazo de dois anos os bens dessa espécie que aqui possuísem, e extinguindo as dotações anuais que recebiam.

As principais justificativas utilizadas para explicar o banimento da família imperial foram problemas de segurança nacional e a necessidade de assegurar a ordem pública, evitando perturbações. Outra justificativa ressaltada em algumas ocasiões foi a recusa de dom Pedro II em receber o subsídio de cinco mil contos que lhe fora oferecido, o que teria provocado uma reação negativa entre os membros do Governo Provisório. A decisão do banimento da família imperial foi um ato que se deliberou nas conferências coletivas do Governo Provisório, das quais não se lavraram atas. Na ânsia de constituir rapidamente um novo regime, as decisões tomadas pelo Governo Provisório, que durante algum tempo concentrou em suas mãos os poderes Executivo e Legislativo, tampouco foram examinadas pelos constituintes eleitos e empossados em novembro de 1890, ou seja, não foram alvo de debate.

O exílio e banimento do ex-imperador e sua família podem ser considerados apenas o início de todo um trabalho de estruturação e legitimação da República brasileira, que incluiria também uma “batalha” em torno do passado, de símbolos, imagens e

comemorações, permeada por uma constante tensão entre o que guardar e o que esquecer. O trabalho de invenção de uma tradição para a nova República procurou equacionar essa tensão, uma tarefa difícil considerando o momento de efervescência da vida política que caracterizou os primeiros dez anos republicanos.

Ainda naquela fase de incertezas, mas já após a promulgação da Constituição de fevereiro de 1891, surgiu na Câmara dos Deputados o primeiro projeto de revogação do banimento, de autoria dos deputados Caetano de Albuquerque, do Mato Grosso, e Anfilóbio de Carvalho, da Bahia. A apresentação do projeto ocorreu na sessão de 5 de agosto de 1891, iniciada com a fala do deputado Caetano de Albuquerque. O projeto era simples: considerava que, cessados os motivos de ordem pública que haviam determinado o banimento do ex-imperador, deveria ser restituído a dom Pedro de Alcântara o gozo de todos os direitos de cidadão brasileiro, podendo ele regressar ao Brasil quando desejasse.

Na sessão seguinte, do dia 7 de agosto, o presidente da Câmara consultou os demais deputados para avaliar se o projeto deveria ou não ser objeto de deliberação. O deputado Inocêncio Serzedelo propôs então que, diante da importância política do projeto, a votação fosse nominal, pois não se poderia deixar de definir as posições dos deputados – restauradores e monarquistas de um lado, e republicanos de outro. Realizada a votação nominal, o projeto não foi julgado objeto de deliberação. Votaram contra 106 deputados, e apenas dez a favor.

O projeto do deputado Caetano de Albuquerque foi apenas o primeiro de uma série de outros em prol da revogação do banimento e da transladação dos despojos imperiais, que deixaram suas marcas em praticamente todas as décadas republicanas até 1920. Em 1906, no último ano do governo de Rodrigues Alves, outro projeto foi apresentado no Senado por Coelho Lisboa, senador pelo estado da Paraíba. Não requeria a revogação do banimento, mas a transladação dos despojos imperiais para o Brasil e a construção de um *Pantheon* para alocá-los 25 anos *post mortem*. O projeto foi enviado para a Comissão de Constituição e Diplomacia, que emitiu parecer contrário à sua aprovação, apontado que a transladação dos despojos não poderia ser discutida sem antes ser autorizada pela família imperial, e deveria ser debatida junto com o decreto de 1889, que determinou o banimento. Segundo o parecer da comissão, seria prudente não abrir o debate, pois o país se encontrava em um momento de reconstrução moral e material, necessitando de paz e tranquilidade, e a discussão poderia animar e fornecer elementos para a perturbação da ordem. Por último, o projeto de Coelho

Lisboa foi encaminhado à Comissão de Finanças, que emitiu parecer semelhante ao da Comissão de Constituição e Diplomacia, condicionando a transladação dos despojos imperiais à vontade da família Bragança, algo que não poderia ser decidido pelo Legislativo brasileiro. Quanto ao segundo artigo do projeto, que versava sobre a construção do *Pantheon*, o parecer da Comissão Finanças apontou apenas a necessidade de impor um limite às despesas.

O tema voltou à tona em 20 de julho 1912, sob a forma de dois projetos apresentados na Câmara dos Deputados por Maurício de Lacerda, deputado pelo estado do Rio de Janeiro. O projeto de revogação do banimento apresentava, todavia, uma restrição: o repatriamento da família Bragança deveria implicar sua completa renúncia a quaisquer pretensões restauradoras. Apesar dessa restrição, os projetos enfrentaram oposição na Câmara e foram rejeitados em primeira discussão. Ainda assim o deputado paulista Martim Francisco resolveu apresentar, em 19 de dezembro de 1913, uma emenda autorizando a transladação para o Brasil dos despojos dos ex-imperadores, que seriam trazidos para o país pelo primeiro navio de guerra nacional que tocasse no porto de Lisboa. A emenda foi levada à Comissão de Finanças, que opinou por sua rejeição, justificando que já havia um projeto de lei sobre o assunto, e que a emenda não constituía matéria orçamentária.

As iniciativas visando ao repatriamento dos restos mortais dos ex-imperadores não ficaram restritas ao Congresso Nacional. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) também se pronunciou sobre a questão na forma de um projeto de autoria do historiador Basílio de Magalhães, que foi apresentado em 1916 ao presidente Venceslau Brás (1914-1918). O presidente teria aprovado a moção, mas adiado sua oficialização para 1922.

O último projeto apresentado requerendo a revogação do banimento foi o do deputado mineiro Francisco Valadares, em dezembro de 1919, já no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). O projeto despertou pouca atenção na Câmara e acabou arquivado, mas retornou à pauta após a mensagem do presidente Epitácio Pessoa na abertura dos trabalhos do Congresso em maio de 1920, ressaltando a importância de associar o traslado dos despojos mortais de dom Pedro II e de dona Teresa Cristina às comemorações do Centenário de Independência planejadas para 1922. O projeto do deputado Francisco Valadares recebeu então parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e foi rapidamente aprovado no Congresso. Enfim, no dia 3 de setembro de 1920, realizou-se no salão de despachos do palácio do Catete a assinatura do decreto que revogava o banimento

da família imperial. Para tal ato foi oferecida ao presidente uma caneta de ouro adquirida especialmente para a ocasião com dinheiro arrecadado mediante subscrição pública promovida pelo jornal *A Rua*. A cerimônia foi realizada com a presença de comissões de várias instituições importantes, como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Imprensa.

Além de revogar o banimento, o decreto assinado por Eptácio Pessoa autorizava o Poder Executivo, mediante prévio assentimento da família do ex-imperador e do governo de Portugal, a trasladar para o Brasil os despojos mortais de dom Pedro II e de dona Teresa Christina, fazendo-os recolher em mausoléu condigno. Para o repouso dos restos mortais imperiais foi escolhida a Catedral de Petrópolis, que, além de corresponder ao desejo da família imperial, aparecia na imprensa carioca como o lugar ideal. Entretanto, como a Catedral ainda estava inclusa, os restos mortais ficariam provisoriamente na capela de Nossa Senhora dos Passos, na Catedral do Rio de Janeiro.

Assim, o couraçado *São Paulo*, que partiu para a Europa em outubro de 1920 com os soberanos belgas, retornou em 8 de janeiro de 1921 com os despojos mortais dos ex-imperadores. O governo participou oficialmente da recepção, concedendo ao ex-imperador as honras de chefe de Estado em seu funeral.

Em 1925, junto com as comemorações do centenário natalício de dom Pedro II, os restos mortais dos ex-imperadores foram trasladados para Petrópolis. Já o mausoléu para abrigar os dois esquifes foi inaugurado em 1939, pelo presidente Getúlio Vargas.

Luciana Fagundes

FONTES: GUIMARÃES, L.. *Primeira*; SANDES, N. *Invenção*; SCHWARCZ, L. *Barbas*.

BARATA, Afonso

*dep. fed. RN 1915-1920.

Afonso Moreira de Loiola Barata nasceu na cidade de Natal no dia 20 de setembro de 1862, filho de Urbano Joaquim Loiola Barata.

Fez seus estudos primários em Natal e posteriormente no Ginásio Pernambucano, em Recife. Em 1883 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1888. Depois de formado passou a clinicar em Natal, como médico do Exército.

Após a instalação do regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República e em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte no Rio Grande do Norte. Cumprido o mandato, mudou-se para o estado do Pará, onde clinicou e, em 1895, tornou-se médico regional da Diretoria de Higiene Pública. Em 1898 regressou a Natal e foi nomeado inspetor de saúde do porto e médico do asilo de alienados.

Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte e em 1918 foi reeleito. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio de 1915 até dezembro de 1920.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BARATA, AGILDO

*militar; rev. 1930; rev. 1932; mov. comunista; rev. 1935.

Agildo da Gama Barata Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano de 1905. Seu pai, Atanagildo Barata Ribeiro, foi guarda-marinha no tempo do Império e engenheiro naval, e já tivera cinco filhos em primeiras núpcias quando se casou com Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, descendente de uma família paulista de cafeicultores em fase de declínio econômico. Agildo foi o segundo filho do casal. Seu pai morreu quando ele tinha apenas sete meses, deixando a família em situação de pobreza. Para complementar a pequena pensão que recebia, Maria Gabriela passou a contar com a colaboração dos enteados e a realizar pequenos trabalhos domésticos de costura e confeitaria.

Agildo fez os estudos primários na escola pública do bairro em que morava no Rio, ingressando em seguida no Colégio Militar. Em fins de 1920, no entanto, quando cursava a terceira série ginásial, a morte de sua mãe obrigou-o a mudar-se para São João Batista de Camaquã, hoje Camaquã (RS), onde se instalou na casa de seu meio-irmão Francisco, médico recém-formado. Teve então a oportunidade de conhecer de perto um dos mais cruentos conflitos políticos da época, acompanhando a atuação de seu irmão, do lado dos libertadores, na violenta luta que estes travaram em 1923 no Rio Grande do Sul contra os republicanos, instalados no governo estadual. Depois, a família mudou-se para Lajes (SC), onde Francisco – simpatizante dos “tenentes”, que ao longo da década de 1920 promoveram uma série de revoltas armadas contra o governo federal – estabeleceu contato com diversos oficiais desgarrados das forças revolucionárias que partiram do Rio Grande do Sul em outubro de 1924 e iriam compor a Coluna Prestes.

Em 1925, Agildo Barata ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio. Integrou-se então às articulações tenentistas que, embora derrotadas nos levantes armados, perseveravam no objetivo de derrubar o governo federal e reformar as instituições políticas do país. Com essa finalidade, seus líderes desenvolviam um trabalho constante de doutrinação nas unidades militares, recrutando adeptos que procuravam distribuir por diversas guarnições de acordo com um plano de prioridades. Agildo terminou o curso da Escola Militar em 1928 e, no posto de segundo-tenente, foi classificado no 1º Regimento de Infantaria, na Vila Militar do Rio. Passou a integrar, junto com o tenente Juraci Magalhães, que servia no mesmo regimento, o grupo de revolucionários liderado pelo capitão Juarez Távora.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Em janeiro de 1930, os tenentes Agildo Barata, Jurandir Bizarria Mamede e Paulo Cordeiro foram convidados pelo subcomandante do 1º RI, coronel Maurício José Cardoso, a se transferir para o 22º Batalhão de Caçadores, sediado na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa. Sua missão seria intensificar e modernizar a instrução na 7ª Região Militar, sediada em Recife e com jurisdição sobre quase todo o Nordeste.

Essa medida fazia parte de uma política de concentração de tropas federais na Paraíba, diante do agravamento do conflito entre o governo do estado – chefiado por João Pessoa, candidato da Aliança Liberal à vice-presidência da República no pleito que se realizaria em

março de 1930 – e o então presidente da República Washington Luís. O levante separatista de oposição a João Pessoa, iniciado em fevereiro na cidade de Princesa, hoje Princesa Isabel, oferecera um pretexto suplementar para essa concentração.

Entretanto, todos os tenentes do 1º RI deslocados para a Paraíba estavam comprometidos com as articulações que visavam à derrubada de Washington Luís. Embora julgassem que o objetivo real de sua transferência era aumentar a pressão federal sobre o governo de João Pessoa, o grupo aceitou o convite, animado do propósito de reforçar e ampliar os preparativos revolucionários. A Paraíba fora escolhida por Juarez Távora para centro de irradiação do movimento nas regiões Norte e Nordeste, e o 22º BC, onde foram servir Agildo e seus companheiros, reunia o maior efetivo de todo o contingente estacionado no estado. Os oficiais revolucionários na unidade eram apenas quatro, contra 80 legalistas, mas se viram em excelente situação para desenvolver suas articulações.

A vitória do candidato situacionista Júlio Prestes nas eleições presidenciais de março apressou os preparativos para uma ação armada, e o assassinio de João Pessoa em julho fez com que novos setores aderissem aos planos revolucionários em todo o país. O movimento partiria dos três estados mais importantes da Aliança Liberal: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Segundo as memórias de Agildo Barata (*Vida de um revolucionário*, 1962), o gaúcho Osvaldo Aranha, principal articulador civil da revolução, aceitou que Juarez Távora fixasse a data da eclosão do levante, tendo em vista que as condições no Centro-Sul eram mais favoráveis do que no Norte-Nordeste, onde o governo federal concentrara muitos oficiais leais. Desse modo, foi escolhida a data de 3 de outubro, que coincidia com o período em que Agildo Barata, como oficial de dia, e Juraci Magalhães estariam de prontidão no 22º BC.

O plano traçado para a tomada da unidade previa que Juraci seria o chefe geral da sublevação no quartel. Auxiliado por Mamede, Cordeiro e um grupo de sargentos, levantaria a tropa, enquanto Agildo, ajudado por civis liderados por Antenor Navarro, prenderia os oficiais. Todavia, ocorreu um equívoco na fixação da hora para o início do levante: marcado para as cinco e meia da tarde do dia 3 no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, na Paraíba estava previsto para as duas da madrugada de 3 para 4 de outubro.

Assim, antes que se iniciassem as ações na Paraíba, o governo federal já fora alertado da eclosão do movimento no Sul e em Minas. Por esse motivo, Agildo e seu grupo anteciparam em meia hora a execução da parte do plano que lhes cabia, tentando ainda surpreender as forças legalistas, embora, com essa decisão, contassem com um número de homens inferior ao que fora previsto. À frente de dez civis, Agildo conseguiu aprisionar a oficialidade, evitando que o conflito chegasse à tropa. De todo modo, morreram no entrechoque quatro revolucionários e igual número de legalistas, entre os quais o general Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª RM – então temporariamente sediada na Paraíba –, que tentou resistir e foi mortalmente ferido no tiroteio.

Apenas meia hora depois da tomada da capital paraibana, Agildo Barata partiu para Recife no comando de 80 homens fortemente armados. Antes de chegar à capital de Pernambuco, o grupo tinha também a incumbência de neutralizar e desarmar os destacamentos policiais das cidades situadas no percurso. Na localidade de Frágoso (PE), houve um combate contra

cerca de 350 homens da Polícia Militar pernambucana, que afinal bateram em retirada depois que chegaram reforços para os revolucionários, comandados por Paulo Cordeiro e Juraci Magalhães.

Recife foi ocupada no dia 5 de outubro, e Agildo partiu então ao longo da costa rumo ao Sul, no comando de forças encarregadas de depor os governos de Alagoas, Sergipe e Bahia. Acumulava as funções de comandante do 1º Grupo de Batalhões de Combate, com um efetivo de cerca de 1.200 homens, e de subcomandante da Coluna do Leste, cujo chefe, Juraci Magalhães, estava gripado e virtualmente impossibilitado de exercer o comando da coluna.

Maceió foi ocupada sem dificuldades por um batalhão chefiado pelo tenente Agnaldo Valente Sotero de Meneses, que se desprendera do grosso do contingente para esse fim. Em seguida, Sergipe passou ao controle dos revolucionários depois da fuga do presidente do estado, Manuel Dantas, para a Bahia.

Rumando para o Sul, as colunas do Leste e do Interior, esta comandada por Jurandir Mamede, convergiram na direção de Alagoinhas (BA), de onde iniciariam o cerco à capital baiana. A vanguarda da Coluna do Leste, que sob o comando de Agildo Barata deveria estabelecer contato com as tropas governistas estacionadas em Salvador, conquistou a adesão do 19º Batalhão de Caçadores, comandado pelo coronel Colatino Marques e estacionado em Esplanada (BA). No dia 24 de outubro, Agildo se encontrava no povoado baiano de Sauípe de Dentro quando recebeu a notícia da deposição de Washington Luís. O presidente fora derrubado e substituído por uma junta governativa provisória, o que selava a vitória da revolução, e as forças comandadas por Agildo marcharam para Alagoinhas, que ocuparam no mesmo dia. Em 26 de outubro, entraram na capital baiana, depondo o último governo do Norte-Nordeste fiel a Washington Luís.

Em suas memórias, Agildo Barata narra que, iniciadas as negociações entre os líderes revolucionários para a escolha do chefe do novo governo, procurou convencer Juarez Távora, a quem considerava o revolucionário de maior prestígio nacional, a usar de sua influência para conseguir do novo regime garantias de que as reformas pelas quais haviam lutado seriam efetivamente realizadas. Reconheceu que “não tinha a menor idéia do que se devia fazer e muitíssimo menos de como fazer. Na realidade, nós, os tenentes, só tínhamos boas intenções e isso evidentemente era pouco para orientar e realizar alguma coisa na difícil conjuntura econômica e político-social em que se encontrava o país após a vitória do movimento armado de outubro de 1930”.

Embora consciente dessas deficiências, Agildo opunha-se à entrega do poder aos políticos da Aliança Liberal, incentivando Juarez Távora a se articular nacionalmente com outras forças para conquistar a presidência da República. Juarez, contudo, não atendeu a seus argumentos, e depois da posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório da República Agildo propôs que, pelo menos, oficializasse seu controle sobre a situação política do Norte-Nordeste. Em janeiro de 1931, Juarez Távora foi nomeado delegado do governo provisório naquelas regiões do país, ficando conhecido como o “vice-rei do Norte” pelo poder com que contava.

Durante alguns meses, Agildo Barata exerceu no Rio as funções de secretário de Juarez, mas acabou se demitindo por considerar que a atuação de seu chefe se tornara “inoperante e

inócua”. Foi substituído por Juraci Magalhães, e participou então da formação do Comitê Revolucionário do Nordeste, para onde se transferiu. Esse órgão, cuja criação fora proposta por Juraci Magalhães e apoiada por outros “tenentes”, deveria coordenar a atuação de seus membros frente à orientação política do governo provisório, considerada por eles contrária às suas aspirações principalmente no que dizia respeito à promoção de oficiais comprometidos com o governo deposto. Entretanto, um episódio no qual o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, teria favorecido interesses de amigos, resultando na renúncia do interventor no Rio Grande do Norte Irineu Joffily, precipitou a autodissolução do comitê. Segundo Agildo Barata, seus integrantes sentiram-se “inúteis”.

Em 1931, Agildo Barata negou qualquer apoio às legiões revolucionárias que começavam a ser organizadas por Juarez Távora, Osvaldo Aranha, Francisco Campos e outros, denunciando sua inspiração fascista. Em julho do mesmo ano, casou-se com Maria Barata Ribeiro, com quem teve um único filho nascido em 1932, que recebeu seu nome e se tornaria conhecido como Agildo Ribeiro, ator de teatro, cinema e televisão.

NA REVOLUÇÃO DE 1932

Descontente com os rumos seguidos pela Revolução de 1930, Agildo ligou-se a elementos que articulavam a deposição do chefe do governo provisório. Em meados de 1931, seu irmão Francisco, então clinicando em São Paulo, estabeleceu relações com o general Isidoro Dias Lopes, chefe da 2ª Região Militar e líder oposicionista, recebendo deste a missão de procurar Juarez Távora para convencê-lo a participar das articulações da oposição. A caminho de Aracaju, onde encontraria Juarez, Francisco esteve com Agildo em Salvador e o pôs a par da situação no Sul. Encontrou-se em seguida com Juarez em Sergipe, mas sua missão não obteve êxito, e o “vice-rei” permaneceu fiel ao governo.

Entrementes, a situação política de São Paulo se agravava, marcada pela oposição entre as correntes políticas tradicionais do estado e as forças tenentistas aliadas ao governo federal. Os paulistas reivindicavam a imediata reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Com o acirramento do conflito, intensificaram os contatos nacionais, a fim de evitar o isolamento.

Transferido para o Rio, Agildo se manteve em contato com o irmão e o general Isidoro Dias Lopes, de quem recebeu a incumbência de discutir com oposicionistas mineiros a possibilidade de apoio político e militar para uma sublevação contra o governo federal. Em suas memórias, Agildo descreve uma reunião com líderes de Minas, na qual recebeu de Mário Brant a resposta de que o estado manteria “dentro de suas fronteiras uma atitude de expectativa hostil ao governo provisório”.

Em fins de maio de 1932, estava decidida a promoção de um levante em São Paulo. Nos primeiros dias de julho, Agildo compareceu a uma reunião presidida por Isidoro Dias Lopes, na qualidade de representante dos conspiradores do estado do Rio e do Distrito Federal. Estavam também presentes ao encontro Francisco Morato e Cesário Coimbra (líderes do Partido Democrático de São Paulo), Sílvio de Campos (pelo Partido Republicano Paulista), o tenente Adacto Pereira de Melo (ajudante de ordens e representante do general Bertoldo Klinger, comandante da guarnição federal de Mato Grosso), o coronel Júlio Marcondes Salgado (comandante da Força Pública paulista) e um

oficial representando o contingente federal estacionado no estado. Foram discutidos diversos aspectos da sublevação, inclusive a época de sua deflagração, acertada para o período compreendido entre 15 e 20 de julho, cabendo ao general Isidoro definir a data precisa com 48 horas de antecedência.

Depois de rápida passagem pelo Rio, na noite do dia 8 de julho Agildo embarcou novamente para São Paulo portando códigos, cifras e as tarefas a cumprir pelas tropas que se levantariam naquele estado. O plano previa também que o tenente Severo Fournier coordenaria a eclosão de distúrbios em série no Distrito Federal, de forma a dificultar a reação do governo à rebelião que partiria de São Paulo. Entretanto, a reforma administrativa do general Klinger, determinada no mesmo dia 8 pelo ministro da Guerra, general Augusto Espírito Santo Cardoso, precipitou os acontecimentos. Em nova reunião, de caráter improvisado, o general Isidoro, o coronel Euclides Figueiredo, o tenente Adacto de Melo e Júlio Mesquita decidiram desencadear a revolta no dia seguinte, a fim de garantir a participação do valioso contingente mato-grossense ainda sob o comando de Klinger.

Precipitado o levante em São Paulo, iniciou-se a repressão governamental nos outros estados, onde as forças comprometidas com a revolução ainda não se haviam mobilizado. De volta ao Rio na noite do dia 9 de julho, Agildo Barata foi preso por policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) quando passava por sua residência antes de se juntar a companheiros que o aguardavam em Niterói. Recolhido inicialmente ao quartel da Polícia Militar, esteve preso depois em diversos locais: no navio-presídio *Pedro I* (de onde tentou fugir a nado, sem êxito), na ilha das Flores, na Casa de Correção e na ilha Rasa. Permaneceu detido durante todo o período da guerra civil iniciada em São Paulo e com a derrota dos paulistas, em outubro, foi transferido para o navio *Siqueira Campos*, que conduziu 77 líderes constitucionalistas civis e militares para o exílio em Portugal, onde chegaram no dia 10 de novembro.

No exílio, Agildo identificou-se com o grupo de deportados que considerava necessário continuar a luta contra o governo provisório e pela reconstitucionalização do país, mas não esteve entre os que tentaram retornar clandestinamente ao Brasil através da Argentina. Permaneceu em Lisboa devido à precariedade dos recursos disponíveis para custear o retorno dos exilados e à necessidade de esperar sua família, que, graças ao auxílio de amigos brasileiros, conseguiu viajar ao seu encontro. Esses amigos, entre os quais figuravam Artur Negreiros Falcão, Juraci Magalhães e Pompeu Acióli Borges, organizaram um grupo que enviava mensalmente uma quantia para suas despesas.

O período vivido em Lisboa teve grande importância na formação intelectual e política de Agildo. Ali, encontrou traços comuns entre o regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar e o governo de Vargas, o que contribuiu para consolidar sua posição favorável à redemocratização do Brasil. Iniciou também o estudo de autores comunistas e anarquistas, aprofundando sua crítica da sociedade capitalista e orientando-se no sentido do socialismo. Enquanto isso, no Brasil, o governo provisório retomou o processo de institucionalização da vida política nacional, satisfazendo inclusive algumas aspirações dos paulistas derrotados, como a convocação, para maio de 1933, de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Após as eleições, ganharam força os debates e pronunciamentos em torno da questão da anistia.

Em fins de 1933, Agildo Barata deixou Portugal e aportou na Bahia. Fora convidado pelo interventor Juraci Magalhães para desempenhar alguma função no governo estadual, mas, decidido a prosseguir na oposição ao regime, recusou a proposta e seguiu viagem para o Rio de Janeiro, onde fixou residência, dedicando-se ao comércio de sapatos. Em janeiro de 1934, por força do decreto que readmitiu nas forças armadas os envolvidos na Revolução de 1932, retornou ao Exército. Alguns meses depois, beneficiado também pela anistia concedida em maio pelo chefe do governo provisório, foi promovido a capitão. Manteve contudo, ainda por algum tempo, suas atividades comerciais.

NO PARTIDO COMUNISTA

Ainda em 1934, Agildo Barata foi procurado em sua sapataria por alguém que designa em suas memórias por “tenente CL”, ligado ao setor militar do Partido Comunista Brasileiro, então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB). Convidado por CL a ingressar no partido, começou aí sua militância comunista, mantida inicialmente em segredo por razões de segurança, de acordo com a orientação do secretariado político do partido.

Segundo afirmou mais tarde, seu ingresso no PCB em fevereiro de 1935 se deu por considerar que aquele era o único partido a se manter coerente na luta contra o regime de Vargas e contra o integralismo, movimento de inspiração fascista que, na época, atravessava uma fase de franca ascensão. Os meses que se seguiram à sua entrada no PCB, porém, transcorreram sem que recebesse tarefas políticas a desempenhar. Desse modo, decidiu empreender ações independentes. Junto com seu irmão Zamiro e alguns amigos como João Cabanas, Nemo Canabarro Lucas e José Augusto Medeiros, investiu contra integralistas que desfilavam uniformizados pelas ruas do Rio. Pouco depois, por ordem do ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, foi transferido para o 8º Batalhão de Caçadores, sediado em São Leopoldo (RS).

Em trânsito para o Sul, recebeu orientação do PCB no sentido de engajar-se na estruturação da seção gaúcha da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política oficializada em março de 1935, definida como “uma frente popular contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo” e apoiada pelos comunistas e outras tendências políticas. O capitão Agildo Barata se tornou vice-presidente da comissão diretora provisória da ANL no Rio Grande do Sul, que tinha na presidência o médico e escritor Dionélio Machado.

O período que se seguiu à criação da ANL foi marcado pela radicalização política. De um lado, a aliança se transformava em um amplo movimento de massas de expressão nacional. De outro, já no dia 4 de abril era sancionada a primeira Lei de Segurança Nacional da história do país, facultando a detenção de suspeitos e a intervenção policial em comícios da ANL e na imprensa ligada ao movimento. Além disso, multiplicavam-se em todo o país os choques de rua entre aliancistas e integralistas.

Depois da redação do manifesto de lançamento, os aliancistas gaúchos obtiveram do governo estadual a cessão do Teatro São Pedro para realizar, no dia 5 de julho – data para a qual estavam sendo preparadas grandes manifestações da ANL em todo o país – o ato público de lançamento do movimento. Embora o governo gaúcho houvesse anunciado que reprimiria com violência os manifestantes em caso de perturbação da ordem, no dia

marcado o teatro e seus arredores foram tomados por uma multidão que ali ocorreu para ouvir os oradores e prestigiar o movimento.

Na mesma data, a ANL realizou no Distrito Federal um comício em que seu presidente de honra, Luís Carlos Prestes, fez um pronunciamento radical pedindo “todo poder à ANL”. Esse fato e o crescimento patente da influência do PCB sobre o movimento acirraram a repressão contra os membros das duas organizações.

Alguns dias depois do ato no Teatro São Pedro, instaurou-se um processo contra Dionélio Machado. O primeiro-secretário da ANL gaúcha, Aparício Cora de Almeida, apareceu morto em condições mal esclarecidas, e Agildo Barata foi vítima de um atentado – atribuído em suas memórias ao prefeito de São Leopoldo, Teodomiro Porto da Fonseca – do qual, entretanto, escapou ileso. A ANL também crescera rapidamente em São Leopoldo, tornando-se, segundo Agildo, a principal força política do município, superando até o integralismo, que encontrava muitos adeptos entre a numerosa colônia alemã.

O fechamento da ANL foi decretado pelo governo federal ainda no dia 11 de julho de 1935, o que não impediu que a organização prosseguisse em suas atividades. Agildo continuava em sua militância ostensiva no movimento, acumulando os cargos de vice-presidente da comissão diretora gaúcha e de presidente da comissão municipal de São Leopoldo. Entretanto, além de ter sua segurança pessoal ameaçada por atentados, acabou enquadrado no regulamento disciplinar do Exército pelo comandante do 8º BC, coronel Teles Ferreira. Condenado a 25 dias de prisão, reduzidos depois para 20 graças a seus bons antecedentes, Agildo, entretanto, já estava àquela altura com sua transferência acertada para o Batalhão de Guardas, sediado no Rio de Janeiro, graças à interferência de seu irmão Zamiro. Preocupado com a integridade de Agildo, Zamiro procurara o general Pantaleão Teles Ferreira, chefe do Departamento de Pessoal do Exército, amigo e ex-companheiro de Agildo no exílio em Portugal, obtendo deste a transferência do irmão para o Rio.

NA REVOLTA DE 1935

Em meados de outubro de 1935, o capitão Agildo Barata chegou ao Rio de Janeiro, acompanhado da família, e hospedou-se provisoriamente na casa de Zamiro, em Copacabana. Nesse momento, o PCB, hegemônico na direção da ANL, havia decidido que as condições eram favoráveis à deflagração de um levante armado para derrubar Getúlio Vargas. A preparação do movimento já estava em curso quando, no dia 8 de novembro, Agildo apresentou-se ao comando do 3º RI, no bairro da Praia Vermelha, onde deveria cumprir sua pena disciplinar antes de começar a servir em sua nova unidade.

Em suas memórias, Agildo afirma ter escolhido ele mesmo o 3º RI para o cumprimento da pena, por se tratar da unidade próxima à residência do irmão. Desse modo, contesta a versão segundo a qual seu envio para o 3º RI obedeceria a um plano de Vargas: ciente da iminência de uma revolta comandada pela ANL e da concentração de grande número de aliancistas na unidade, o presidente teria enviado Agildo para lá de modo a circunscrever o levante ao regimento e facilitar sua repressão.

De todo modo, Agildo foi recolhido preso ao 3º RI e, por intermédio de seu camarada Francisco Moésia Rolim, que fora visitá-lo, entrou em contato com o tenente Francisco Leivas Otero, responsável pelo trabalho pró-ANL no regimento e integrante da célula

comunista ali organizada, que vinha conduzindo os preparativos para a insurreição, prevista para o dia 29 de novembro. Segundo Agildo, porém, a polícia conseguira infiltrar-se na direção do PCB, falsificando informações e contribuindo para que o partido precipitasse um processo que o governo já tinha sob controle.

Quando as autoridades militares de Natal proibiram o reengajamento de cabos e sargentos, o Comitê Revolucionário do Nordeste, composto exclusivamente de militantes comunistas, determinou, no dia 23 de novembro, o início da insurreição. Embora deflagrado seis dias antes do previsto, o movimento aliancista dispunha de grande força e apoio popular na região e logo assumiu o controle da cidade, depondo o governo estadual e substituindo-o por um “governo nacional popular revolucionário”. No dia 25, quando a revolta estava quase sufocada no Rio Grande do Norte, o Comitê Revolucionário do Nordeste ordenou o levante em Recife, onde os combates duraram até o dia seguinte com nova vitória das forças governistas.

No Rio, um comitê revolucionário dirigido pessoalmente por Luís Carlos Prestes organizou o levante militar, antecipando sua deflagração para o dia 27 em virtude dos acontecimentos no Nordeste. No entanto, ainda segundo Agildo, também na capital federal a polícia se infiltrara no partido, permitindo ao governo tomar rigorosas medidas preventivas. No 3º RI, estabeleceu-se vigilância especial sobre os capitães Álvaro Francisco de Sousa e Agildo Barata, o qual, embora no cumprimento de prisão disciplinar, gozava de ampla liberdade de movimentos. Apesar dessas providências, o levante foi mantido e Agildo foi procurado para colaborar na elaboração do plano, devido à sua experiência nas ações militares da Revolução de 1930.

A relação entre legalistas e aliancistas no 3º RI era desfavorável aos últimos na proporção de dez para um. Dos trezentos oficiais e sargentos, o núcleo revolucionário contava apenas com cerca de 30 pessoas, 12 das quais pertencentes à célula comunista do regimento. Impossibilitados de agir de surpresa em face da rigorosíssima prontidão das forças armadas, os aliancistas planejaram prender os oficiais, isolando-os da tropa, e conseguir a adesão dos soldados, mobilizando-os para missões externas definidas no plano geral traçado por Prestes. O comando do regimento sublevado caberia a Agildo Barata.

O plano de tomada do quartel começou a ser cumprido às 2:30h da madrugada do dia 27 de novembro, quando o tenente Leivas Otero, chefe da subunidade responsável pela guarda do quartel naquela noite, deu o sinal convencionado – uma rajada de metralhadora. Em 15 minutos, segundo a narrativa de Agildo Barata, os comandantes de companhias e demais oficiais foram aprisionados, os sargentos neutralizados e a tropa dominada. Apenas os comandantes da 1ª e da 2ª companhias de metralhadoras resistiram, mas logo foram convencidos a se render por oficiais legalistas que haviam sido presos.

Logo nos primeiros momentos do levante, contudo, o comandante do regimento, coronel José Fernando Afonso Ferreira, conseguiu fazer uma ligação telefônica para o quartel-general da 1ª Região Militar, colocando seus superiores a par do que estava ocorrendo. Segundo o historiador Hélio Silva, foi esse fato, ao lado da resistência na 1ª e na 2ª companhias, que alterou o curso dos acontecimentos, impedindo que o regimento sublevado ganhasse as ruas antes de ser cercado.

A tomada do quartel custou dois mortos: o tenente Tomás Meireles, aliancista, e o major

Misael de Mendonça, legalista. Surgiria depois uma versão oficial dos fatos afirmando que o major teria sido assassinado enquanto dormia, mas Agildo Barata, apoiando-se no próprio relatório policial depois elaborado, assegura que o oficial foi atingido durante um tiroteio no pátio do quartel. Em seu livro *1935 – a revolta vermelha*, Hélio Silva transcreve as autópsias dos mortos no levante, refutando a tese de que alguém houvesse sido assassinado em pleno sono.

Por volta das 3:30h, uma hora portanto após o início do levante, o comando rebelde – formado pelos capitães Agildo Barata, Álvaro de Sousa e José Leite Brasil – resolveu tentar sair à rua e fugir às limitações do quartel, espremido entre dois morros íngremes, com o mar à retaguarda e situado em um bairro com apenas uma saída por terra para o resto da cidade. Àquela altura, porém, o cerco governista já estava formado, mobilizando um batalhão do 2º RI e outro da Polícia Militar, as guarnições dos fortes do Vigia e de São João, o 1º Grupo de Obuses de 155mm e vários choques da polícia política, sob o comando geral do general Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª Região Militar. Os revoltosos fizeram três tentativas de forçar a saída do quartel, mas em todas elas foram rechaçados, sendo obrigados a assumir uma posição defensiva no interior da unidade. Nas escaramuças, os revoltosos sofreram diversas baixas por ferimentos e a morte de um sargento.

Às quatro horas, o general Dutra enviou um ultimato aos rebeldes, exigindo sua rendição incondicional. Agildo Barata respondeu com um bilhete no qual expressava sua recusa, reafirmava que a insurreição não tinha caráter comunista e conclamava o general à luta para salvar o Brasil do imperialismo. Pelo mesmo portador, um sargento do Batalhão de Guardas, enviou também aos soldados dessa unidade um apelo para que aderissem ao levante. Confiando no possível apoio de outras unidades militares sublevadas, particularmente da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, onde efetivamente se iniciara um levante, liderado pelos capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves, os aliancistas permaneceram em armas.

No entanto, quando a aviação surgiu às 11 horas, seu alvo foram as posições rebeldes, pois o governo assumira o controle da situação no Campo dos Afonsos. Sob intenso bombardeio aéreo e terrestre, com o lançamento de bombas incendiárias e gases tóxicos, o 3º RI ardia em chamas e ainda era metralhado por dois navios da Marinha ancorados na praia. Em face dessas circunstâncias, o comando rebelde decidiu enviar uma comitiva para negociar com o general Dutra os termos de sua rendição.

Segundo Agildo, os dois oficiais enviados – capitão Anacleto Tavares, até então prisioneiro dos aliancistas e voluntário para a missão, e o tenente Leivas Otero – foram recebidos com violência e desarmados. Em seguida, por volta das 13 horas, as tropas legalistas penetraram no que restava do quartel, consumando a rendição incondicional de seus ocupantes. Detidos, os revoltosos foram conduzidos para veículos da empresa Light and Power Company, postos à disposição do governo, e transportados para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, até então utilizada apenas para a reclusão de presos comuns.

DEZ ANOS DE PRISÃO

Após a derrota da tentativa de insurreição da ANL, Getúlio Vargas mobilizou todo o seu aparato de propaganda para caracterizá-la como uma ação exclusivamente comunista. O

episódio ficaria inclusive conhecido pela designação de Intentona Comunista, e a partir de seu desfecho desencadeou-se uma violenta campanha de repressão contra diversas correntes políticas opositoras, com a prisão de grande número de ativistas, simpatizantes ou simples suspeitos. Decretado o estado de sítio, depois transformado em estado de guerra, seguiu-se um conjunto de leis e medidas repressivas que dominaram a conjuntura nacional e culminaram no golpe de Estado que, liderado pelo próprio Vargas, implantou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

Nesse mesmo ano, Agildo Barata compareceu à força a seu julgamento ante o Tribunal de Segurança Nacional, pois negava-se a aceitar determinações de órgãos cuja autoridade não reconhecia. Graciliano Ramos, seu companheiro de prisão, descreve em *Memórias do cárcere* como Agildo, recusando-se a comparecer a uma sessão do tribunal, saiu carregado pelos braços e pelas pernas, de pijama, sob o aplauso dos outros presos.

Incursores na Lei de Segurança Nacional, os acusados de envolvimento no levante aliancista foram condenados a um total superior a mil anos de reclusão, e Agildo recebeu a pena máxima de dez anos prevista para líderes de sublevações militares contra o governo. Foi ainda condenado a dois anos e meio de reclusão por ter assinado um manifesto da seção gaúcha da ANL em 1935, mas o tribunal não chegou sequer a pronunciá-lo quanto à acusação de ter assassinado oficiais que estavam dormindo, em virtude da absoluta ausência de provas. Em setembro de 1937, teve sua pena reduzida pelo Supremo, hoje Superior, Tribunal Militar, que deferiu recurso impetrado por diversos aliancistas presos. Contudo, sua patente militar foi cassada, e só seria recuperada após a queda do Estado Novo.

Em suas memórias, Agildo descreve as pressões que sofreu além da punição legal, na forma de intimidações à sua família. Certa vez, sob o pretexto de que passava bilhetes nos sapatos do filho durante as visitas – o que negou de forma veemente –, sua esposa foi detida e ameaçada de ter a criança entregue à tutela do juiz de menores. A situação só se resolveu quando, além de ter um *habeas-corpus* impetrado, sua esposa entrou em greve de fome, obtendo o relaxamento de sua prisão e a cessação das ameaças que pesavam sobre o filho.

Durante os dez anos de prisão iniciados com a punição disciplinar de 1935, Agildo esteve na Casa de Detenção, no navio-presídio *Pedro I*, nas ilhas de Fernando de Noronha e Grande (esta no litoral do Rio de Janeiro) e na Casa de Correção.

Em 1945, o Estado Novo apresentava nítidos sinais de enfraquecimento e a oposição crescia. Nessa época, o PCB, duramente atingido pela repressão, se dividia em dois grupos rivais que disputavam a hegemonia no partido. Um deles, conhecido como Comitê de Ação, pregava a oposição irrestrita ao governo de Vargas, caracterizado como fascista, enquanto o outro, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), defendia o apoio ao presidente em virtude de seu alinhamento aos Aliados em 1942 e do envio de tropas brasileiras para lutar na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo. Os dois grupos disputavam a simpatia do secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, o qual, encarcerado, poderia decidir a disputa.

Entre os presos comunistas, duas tendências também se opunham. O grupo liderado por Carlos da Costa Leite considerava impossível qualquer ação organizada clandestinamente, devido à eficiência da polícia política do Estado Novo. O outro grupo, reunido em torno de

Agildo Barata, seguia a orientação de Prestes em sentido contrário, e passou a apoiar a CNOP quando o secretário-geral definiu-se por sua orientação. Contribuiu para isso um encontro que Agildo teve nos últimos dias de sua prisão, em 1945, com Prestes, a quem devotava grande admiração e que o convenceu a endossar a política de apoio a Vargas.

DEPOIS DE 1945

Anistiados em abril de 1945, os presos políticos deixaram as prisões. Ainda nesse ano o PCB foi legalizado e, por indicação de Prestes, Agildo e Agliberto de Azevedo tornaram-se membros do comitê central do partido, contrariando porém a maioria dos integrantes da organização. Em janeiro de 1947, Agildo foi um dos 18 vereadores eleitos no Distrito Federal na legenda do PCB. Com cerca de 24% dos votos válidos, os comunistas formavam a maior bancada da Câmara de Vereadores então constituída. Em janeiro do ano seguinte, porém, juntamente com todos os parlamentares comunistas do país, Agildo teve seu mandato suspenso devido à cassação pela Justiça Eleitoral da licença do PCB, que retornou à clandestinidade.

Militando no setor financeiro do PCB, Agildo organizou uma vasta e eficiente rede de contribuintes e, auxiliado por um antigo companheiro do levante do 3º RI, José Gutman, fundou uma sociedade anônima a fim de arrecadar o capital necessário para superar o déficit crônico do jornal do partido, *Tribuna Popular*. Designado tesoureiro do comitê central, desincumbiu-se dessa tarefa de modo tão eficiente que seus companheiros, brincando, afirmavam que ele criara o “PCF”: Partido Comunista das Finanças.

A divulgação, em 1956, do relatório secreto de Nikita Krushev ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciando os crimes cometidos por Josef Stalin e dando início ao processo de desestalinização, deflagrou uma intensa luta interna nos partidos comunistas de todo o mundo, opondo partidários e opositores da renovação de sua política. Em suas memórias, Agildo descreve o impacto que esse relatório provocou em suas convicções, causando-lhe inclusive intenso mal-estar físico.

Abertos os debates no interior do PCB – veiculados principalmente pelos redatores da *Voz Operária* e da *Tribuna Popular* – Agildo escreveu um artigo, intitulado “Pela democratização do partido”, no qual propunha a realização de eleições para todas as instâncias da direção partidária, inclusive o comitê central. A direção nacional do PCB proibiu sua divulgação na imprensa interna, destacando um de seus integrantes, João Amazonas, para elaborar uma réplica à proposta de Agildo.

Na luta que se travou então no interior do partido, uma das correntes litigantes organizou-se em torno da posição de Agildo Barata. No decorrer dos debates, porém, este convenceu-se de que era impossível levar adiante um questionamento profundo da prática política do PCB e de que a direção do partido era incapaz de autocrítica. Por esses motivos, demitiu-se em dezembro de 1957 do comitê central e de sua condição de membro do PCB, sendo seguido por vários companheiros. Depois dessa decisão, passou a ser sistematicamente criticado pela imprensa partidária, que o considerava expulso e não demissionário das fileiras do PCB.

Em 1962, a Editora Melso publicou seu livro de memórias, *Vida de um revolucionário* (2ª ed., 1979). Cinco anos mais tarde, já acometido pela enfermidade que o mantinha

semiparalítico, voltou a perder sua patente militar por decisão do Supremo Tribunal Federal. Faleceu em 1968, no Rio de Janeiro.

Renato Lemos

FONTES: BARATA, A. *Vida*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DULLES, J. *Anarquistas*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; LEVINE, R. *Vargas*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); NÉRI, S.16; PERALVA, O. *Retrato*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945.

BARATA, MAGALHÃES

*militar; rev. 1924; interv. PA 1930-1935 e 1943-1945; const. 1946; sen. PA 1946-1954; gov. PA 1955-1959.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu no distrito de Valde-Cães, em Belém do Pará, no dia 2 de junho de 1888, filho do major Marcelino Cardoso Barata e de Gabrina de Magalhães Barata.

Passou sua infância na cidade paraense de Monte Alegre. Assentou praça em 1904, cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e formou-se aspirante a oficial em 1911. Classificado no 47º Batalhão de Caçadores, em Belém, foi promovido a segundo-tenente em 1915. Nesse posto, comandou a guarnição da fronteira Brasil-Guiana, em Oiapoque (AP). Em 1920 foi promovido a primeiro-tenente e transferido para o Rio de Janeiro.

Após os movimentos revolucionários de 1922, ligou-se aos “tenentes” e, em 24 de dezembro de 1923, recebeu a incumbência de dirigir-se ao Paraná, onde, no dia 28, deveria prender o ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho. O ato seria o sinal para desencadear o levante simultâneo de todos os corpos de tropa aquartelados no Paraná e de alguns do Rio de Janeiro. Entretanto, o plano foi denunciado, e Magalhães Barata foi preso em São Paulo no dia 25, sendo recambiado diretamente para o 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus.

Em 1924, comandava a 3ª Companhia do 27º BC quando, ao lado dos tenentes Alfredo Augusto Ribeiro Júnior e Sebastião Mendes de Holanda, entre outros, promoveu no dia 23 de julho a sublevação da unidade em que serviam. Os revolucionários tomaram de assalto o quartel da polícia e o palácio do governo, depondo a administração estadual amazonense. Instalou-se então uma junta governativa chefiada pelo tenente Ribeiro Júnior, que durante um mês teve o controle da região. Irradiando-se para o Pará, tropas revolucionárias ocuparam a fortaleza de Óbidos, às margens do rio Amazonas, e tentaram assumir o controle do rio. Entretanto, no mês de agosto, o governo federal enviou uma expedição comandada pelo general João de Deus Mena Barreto, que à frente de uma esquadra, em 20 de agosto, retomou a fortaleza de Óbidos, na ocasião comandada por Magalhães Barata, e depois rumou para Manaus, que acabou sendo abandonada pelos rebeldes. Juntamente com alguns de seus companheiros de luta, Magalhães Barata foi preso e conduzido a Belém. Mais tarde, porém, conseguiu fugir da prisão e refugiou-se no Uruguai, de onde retornou, via Rio Grande do Sul, apenas alguns meses antes da Revolução de 1930.

INTERVENTOR E GOVERNADOR DO PARÁ

Em agosto de 1930, voltou clandestinamente a Belém, com identidade falsa, e passou a se dedicar à articulação da revolução no estado. Apesar de disfarçado, foi preso ainda antes da deflagração do movimento na casa do padre Leandro Pinheiro, um dos principais líderes civis da revolução no Pará, e enviado para o Rio de Janeiro. Com a vitória da revolução, deixou a prisão e rumou para Belém, onde assumiu o cargo de interventor

federal no Pará no dia 12 de novembro de 1930. Sua chegada à cidade, acompanhado de Juarez Távora e de José Américo de Almeida, motivou uma grande manifestação popular de apoio.

Promovido a capitão três dias depois de sua posse como interventor, e a major em agosto de 1931, filiou-se ao Clube 3 de Outubro assim que este foi formado, e foi um dos fundadores do Clube Político Beneficente 24 de Outubro no Pará, que reunia outros líderes revolucionários do estado. Nas eleições para a primeira diretoria da agremiação, realizadas em novembro de 1931, foi aclamado presidente de honra. No mês seguinte, promoveu a fundação do Partido Liberal do Pará. Como os demais partidos então criados pelos interventores estaduais, o Partido Liberal do Pará apoiava claramente a política de Getúlio Vargas e era filiado à União Cívica Nacional, reunindo as forças que promoveram a Revolução de 1930 no estado. Entre seus membros, figuravam Abel e Mário Chermont, o padre Leandro Pinheiro, Rodrigo da Veiga Cabral, José Carneiro da Gama Malcher e outros.

Em setembro de 1932, o movimento constitucionalista que eclodira em julho em São Paulo produziu reflexos em Belém. Elementos revoltosos ocuparam o prédio da Polícia Civil e atacaram o quartel do Corpo de Bombeiros, o quartel-general do Exército e a Cadeia de São José. O interventor Magalhães Barata comandou a repressão ao movimento, sufocando-o com o emprego de forças do Exército, da Marinha, da polícia e do Corpo de Bombeiros.

Devido a seu hábito de percorrer sistematicamente o interior do estado, o interventor consolidou a capacidade eleitoral de seu partido, conquistando um apoio maciço, que no futuro iria compensar seu pouco prestígio na capital. Desse modo, o Partido Liberal elegeu em 1933 todos os deputados paraenses à Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934, embora as forças de oposição ao interventor se reunissem, formando a Frente Única Paraense (FUP), o Partido Liberal manteve seu poderio. Nas eleições de outubro, elegeu 21 dos 30 deputados à Assembleia Constituinte estadual e sete dos nove deputados federais da bancada paraense.

A Constituinte paraense, com data de instalação marcada para 4 de abril de 1935, além de elaborar a Constituição estadual, tinha a atribuição de eleger o governador constitucional do estado e dois senadores. Em princípio, Barata contava com ampla maioria para sufragar sua própria candidatura ao governo. Entretanto, sete deputados do Partido Liberal, recusando-se a apoiá-lo, uniram-se aos nove deputados da FUP, constituindo assim uma maioria oposicionista favorável à candidatura de Mário Chermont ao governo. Diante do clima de extrema tensão que se criou, no dia 4 de abril, esses deputados, impedidos de ingressar na Assembleia por forças policiais, asilaram-se no quartel-general da 8ª Região Militar. Ao mesmo tempo, requereram ao Tribunal Regional Eleitoral *habeas-corpus* que lhes assegurasse exercer livremente e com garantias o direito de voto nas eleições para governador e senadores. Entrementes, o presidente da Assembleia, Ápio Medrado, membro do Partido Liberal, reuniu o plenário, convocando suplentes para substituir os oposicionistas. Realizada a votação, o major Magalhães Barata

foi eleito. A oposição, porém, conseguiu provimento a seu recurso, pondo em questão a legalidade do resultado e convocando nova reunião da Assembleia para o dia seguinte.

Em 5 de abril, quando os oposicionistas se dirigiam para a Assembleia sob escolta militar e acompanhados pelo desembargador Dantas Cavalcanti, formou-se um tumulto. A polícia interveio, houve troca de tiros, e alguns dos deputados saíram feridos do conflito, em que morreram dois populares. Acuados, os oposicionistas tornaram a abrigar-se na 8ª RM, enquanto Barata se proclamava empossado e comunicava sua vitória às autoridades federais, ao mesmo tempo em que responsabilizava o general comandante da 8ª RM pelas cenas de violência ocorridas em Belém.

Recebendo apelos do lado derrotado e tomando conhecimento das acusações trocadas pelas duas facções, o governo federal decidiu intervir no estado. No dia 6 de abril, Getúlio Vargas comunicou ao major Barata que o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral havia determinado a intervenção no Pará, e que fora nomeado interventor o major Roberto Carneiro de Mendonça, que tomou posse no dia 12 de abril. Em 29 do mesmo mês, após a pacificação do estado, a Assembleia Constituinte paraense foi reaberta e elegeu, para o governo estadual, José Carneiro da Gama Malcher, e para o Senado, Abel Chermont e Abelardo Conduru, numa solução de compromisso entre as diversas forças políticas.

Segundo Hélio Silva, Magalhães Barata, desgostoso com os acontecimentos no Pará, apoiou sigilosamente a Aliança Nacional Libertadora (ANL), mantendo-se porém desvinculado da entidade para preservar maior liberdade de movimentos. Ainda em 1935, o ex-interventor rearticulou o Partido Liberal, fazendo eleger um novo diretório.

Magalhães Barata retornou ao serviço militar ativo em janeiro de 1936, assumindo o comando do 6º Batalhão de Caçadores, em Ipameri (GO). Em maio do mesmo ano foi promovido a tenente-coronel, permanecendo no comando do 6º BC até setembro de 1937. De fevereiro de 1938 a novembro de 1939, comandou o 22º Batalhão de Caçadores, em João Pessoa (PB), tendo sido promovido a coronel em setembro de 1939. Comandou em seguida o 15º Batalhão de Caçadores, em Curitiba (PR), de dezembro de 1939 a agosto de 1940. Em setembro de 1940, assumiu a chefia da 21ª Circunscrição Militar, em Recife, posto em que permaneceu até fevereiro de 1943.

No dia 8 de fevereiro de 1943, foi novamente nomeado interventor no Pará, tomando posse 12 dias depois. Desde o início de 1945, participou das gestões para a fundação do Partido Social Democrático (PSD) em plano nacional. No dia 19 de maio fundou o PSD no Pará, atraindo para ele seus correligionários, assumindo a presidência do diretório regional e participando igualmente da direção nacional. Ainda em 1945, reformou-se no posto de general de brigada.

Juntamente com Gama Malcher, que também ingressara no PSD, apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Com a antecipação das eleições estaduais para o dia 2 de dezembro, junto com as federais, procurou desincompatibilizar-se para poder se candidatar ao governo do estado, e exonerou-se da interventoria no dia 27 de outubro. Entretanto, com a deposição de Vargas dois dias depois, ficaram suspensas as eleições para os governos estaduais. Manteve-se contudo a eleição para presidente da

República, e decidiu-se realizar eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. Candidatando-se a senador constituinte pelo PSD, o general Barata foi eleito. No Senado, fez parte da Subcomissão de Segurança Nacional, da Comissão de Constituição e da Comissão de Forças Armadas. As eleições para o governo do estado realizaram-se em 19 de janeiro de 1947, e nelas o senador Magalhães Barata apoiou o major Moura Carvalho, que venceu o pleito, derrotando o general Alexandre Zacarias de Assunção, ex-comandante da 8ª RM.

Candidato pelo PSD ao governo do estado nas eleições de 3 de outubro de 1950, o senador Barata foi derrotado por 555 votos pelo mesmo general Zacarias de Assunção, candidato da Coligação Democrática Paraense. Reeleito senador em 1954, voltou a se candidatar a governador em 1955 e foi eleito, com o apoio de Juscelino Kubitschek, derrotando Epílogo de Campos. Tomou posse em 10 de junho de 1956.

Magalhães Barata morreu em pleno exercício do mandato, no dia 29 de maio de 1959. Considerado um dos maiores líderes da história republicana do Pará, dividiu a opinião política do estado em duas correntes: o baratismo e o antibaratismo.

Foi casado com Georgina de Oliveira Barata, tendo deixado duas filhas.

Foi presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

A seu respeito foram publicadas as seguintes obras: *Normas de um governo; psicologia de um administrador: aspectos sociais de atos e despachos do cel. Magalhães Barata* (1944), de Coimbra Cunha, e *Eu e as últimas 72 horas de Magalhães Barata* (1960), de Dalila Nogueira Ohana.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BIB. NAC.; CAFÉ FILHO, J. *Do Sindicato*; CÂM. DEP. *Anais* (1959-29); CÂM. DEP. *Deputados*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CORRESP. GOV. EST. PA; *Cronologia da Assembléia*; CRUZ, E. *História do Pará*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; INST. HIST. GEOG. BRAS.; *Jornal do Comércio*, Rio (30/5/1959); LEVINE, R. *Vargas*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1944); PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; ROQUE, C. *Grande*; SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1945.

BARATA, Manuel

* const. 1891; sen. PA 1891-1906.

Manuel de Melo Cardoso Barata nasceu em Belém no dia 4 de agosto de 1841, filho de Manuel José de Melo Freire Barata e de Jacinta Maria de Melo Freire Barata.

Como seu pai era um abastado fazendeiro na ilha de Marajó, grande proprietário de imóveis na cidade de Belém e capitão da Guarda Nacional, teve as condições necessárias para sair de Belém e cursar a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se formou em 1872 em ciências jurídicas e sociais. Em 1878 foi subdelegado do 1º Distrito de Belém e entre 1879 e 1882 foi vereador na Câmara Municipal da mesma cidade. Em 1886 participou da fundação do Clube Republicano do Pará, associação criada com o intuito de propagar os ideais republicanos na província. Foi seu vice-presidente em 1887 e presidente em 1888, quando também fez parte da comissão de elaboração do estatuto do Clube.

Logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi deposto o então presidente da província do Pará, o monarquista Antônio José Ferreira Braga. Dois dias depois foi empossada uma junta governativa provisória, chefiada pelo doutor Justo Leite Chermont e composta pelo tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior e pelo capitão-de-fragata José Maria do Nascimento. Em 17 de dezembro Justo Chermont e Manuel Barata foram nomeados pelo governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, respectivamente, governador e vice-governador do Pará.

Realizadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte em setembro de 1890, Manuel Barata foi eleito senador pelo Pará. Assumiu o mandato em 15 de novembro e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Sucessivamente reeleito, permaneceu no Senado até 1906, quando decidiu afastar-se da vida política a fim de dedicar-se à pesquisa histórica.

Faleceu em Belém do Pará, no dia 13 de outubro de 1916.

Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde se encontram depositadas sua biblioteca de obras raras sobre o Brasil e, especialmente, sobre a Amazônia, além de sua opulenta coleção de mapas. Para homenageá-lo, o IHGB colocou na

antessala de consulta seu retrato a óleo, como guardião dos amantes da literatura histórica. Foi membro, também, dos Institutos Históricos de São Paulo, Bahia e Ceará.

Escreveu diversos manuscritos de cunho genealógico referentes ao Pará, o que lhe valeu o título de patrono da cadeira número 20 do Colégio Brasileiro de Genealogia. Entre as suas publicações, destacam-se os seguintes trabalhos: *Formação histórica do Pará: obras reunidas* (reeditado em 1973), *Fundação de Belém: estudo da história paraense com documentos inéditos* (1904), *A jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco* (1904), *A Confederação dos Tamoios* (1905) e *Antiga produção e exportação do Pará* (1915).

Adrianna Setemy

FONTES: FLORES, M. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BARBALHO, João

* magistrado; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893; sen. PE 1893-1896; min. STF 1897-1906.

João Barbalho Uchoa Cavalcanti nasceu em Serinhaém (PE) no dia 13 de junho de 1846, filho de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti e de Ana Maurício Wanderley Cavalcanti. Seu pai foi senador do Império, representando a província de Pernambuco, de 1869 a 1899.

Após completar os preparatórios no Ginásio Pernambucano, matriculou-se em 1863 na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1867. No ano seguinte, passou a se dedicar à advocacia forense, até 1872, quando foi nomeado promotor público do Recife, desempenhando funções junto à curadoria-geral de órfãos.

Além do direito, ocupava-se também de temas relativos à educação pública, sendo de seu parecer que a alfabetização das classes baixas era o principal problema a ser enfrentado pelo Império. Assim, em 1873, foi nomeado diretor-geral da Instrução Pública de Pernambuco. Deputado provincial em 1874 e 1875, nessa legislatura apresentou projeto de modificação na orientação pedagógica da província. Permaneceu diretor-geral da Instrução Pública durante 16 anos, e nesse período redigiu seu programa pedagógico, em que defendia para todo o Império modificações na instrução primária e secundária. Foi premiado na exposição pedagógica realizada na Corte em 1883.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado ao Congresso Constituinte, tornando-se um dos parlamentares mais atuantes na condução dos trabalhos que resultaram na Constituição republicana promulgada no dia 24 fevereiro de 1891. Ligado a Deodoro da Fonseca, após a eleição indireta do marechal para a presidência da República em 25 de fevereiro, ocupou as pastas do Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, defendendo, para este último ministério, uma divisão de modo a criar uma pasta exclusiva da Instrução Pública. Por considerar a educação matéria de interesse nacional, afirmou em relatório do ministério, enviado no final de 1891 à presidência, que “na grande República que a cada

momento trazemos para exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, se compreende que o primeiro interesse do Estado consiste em instruir o povo”.

Permaneceu no ministério até a renúncia de Deodoro, em novembro de 1891, e no início do ano seguinte voltou à Câmara dos Deputados. Conforme dispunha a legislação da época, seguiu para o Senado em março de 1893, ocupando vaga decorrente do falecimento do senador José Simeão de Oliveira, que fora eleito senador por Pernambuco para o Congresso Constituinte. No Senado, foi indicado primeiro-secretário em 1896. Em janeiro de 1897, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência da exoneração de Ubaldino do Amaral Fontoura. Permaneceu na corte até abril de 1906, quando foi aposentado. Retirou-se então da vida pública para se dedicar à advocacia.

Atuou ainda no jornalismo político, tendo fundando em Recife o jornal *Tribuna*, periódico de inclinação republicana e abolicionista.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 1909.

Foi casado com Idalina Regueira Costa.

Publicou, entre outras obras, *Instrução pública: estudo sobre o sistema de ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco* (1879) e *Constituição Federal Brasileira: comentários* (1902).

Eduardo Junqueira

FONTES: CAVALCANTI, J. *Relatório*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

BARBOSA, ADOLFO SIMÕES

*dep. fed. PE 1909-1917; const. 1934; dep. fed. PE 1935-1937.

Adolfo Simões Barbosa nasceu no engenho Tabatinga, na cidade de Cabo (PE), em 3 de abril de 1860, filho de Manuel Alves Barbosa e de Joana Maria Simões Barbosa.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em setembro de 1882, chefiou a clínica de partos do Hospital Pedro II, foi ginecologista do Hospital Português de Beneficência de Recife, médico da Associação Operária de Camaragibe (PE) e professor substituto de medicina pública na Faculdade de Direito do Recife.

Elegeu-se deputado federal por Pernambuco três vezes consecutivas, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados de maio de 1909 a dezembro de 1917.

Depois da Revolução de 1930, presidiu o conselho técnico do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco e elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte instalada em 15 de novembro de 1933. No pleito de outubro de 1934 elegeu-se deputado federal para a legislatura ordinária que se seguiu à promulgação da Constituição, exercendo o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todas as câmaras legislativas do país.

Abandonando a vida pública, faleceu em Recife em 1950.

Era casado com Ângela Viana Simões Barbosa, com quem teve quatro filhos.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm. Dep. Seus componentes*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; INF. FAM.

BARBOSA, ALFREDO RUI

*dep. fed. BA 1909-1930.

Alfredo Rui Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 10 de junho de 1879, filho de Rui Barbosa e de Maria Augusta Viana Bandeira. Seu pai foi uma das figuras mais eminentes do início da República: foi vice-chefe do governo provisório de Deodoro da Fonseca e ministro da Fazenda (1889-1891), constituinte pela Bahia e relator da Constituição de 1891, senador (1891-1921), redator-chefe do *Jornal do Brasil*, representante do Brasil na 2ª Conferência de Haia, candidato à presidência da República em 1910 e 1919, e presidente da Academia Brasileira de Letras. Nos meios políticos, Alfredo Rui Barbosa era conhecido como *Alfredo Rui* ou *Ruizinho*, e no ambiente familiar, como *Rui Filho*.

Seguiu carreira na Marinha, chegando a capitão de mar e guerra. Beneficiado pela ampla notoriedade e respeitabilidade do pai, foi eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1909-1911, e reeleito para a legislatura 1912-1914. Nesse período, bacharelou-se em 1912 pela Faculdade Nacional de Direito. Voltou a se reeleger deputado federal para as legislaturas 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1926, 1927-1929 e 1930-1932, mas nesta última teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Salvador no dia 9 de junho de 1939.

Casado com Marina Braga, teve quatro filhos.

Junto com Rubem Nogueira e César Faria, foi colaborador do livro *Variações sobre a modernidade de Rui Barbosa*.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20/2/2009; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

(v.263,n..60,1964); SARMENTO. Silvia. Depoimento prestado a Liliane de Brito Freitas, no dia 19 de maio de 2009; CASA RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 6, 24/3/2009.

BARBOSA, Alfredo

*dep. fed. CE 1892-1893.

Alfredo José Barbosa nasceu em Aracati (CE).

Tendo lutado na Guerra do Paraguai, chegou ao posto de capitão do Exército. Com o advento da República, foi nomeado para o Conselho de Intendência de Fortaleza em outubro de 1890, nele permanecendo até abril de 1891. Em 1892 foi eleito deputado estadual, mas em setembro do mesmo ano deixou a Assembleia Legislativa a fim de assumir a cadeira de deputado federal vaga com a renúncia do titular, capitão Alexandre José Barbosa Lima. Encerrou o mandato em dezembro de 1893.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.139-147); RIBEIRO, V. *Conselhos* (p. 16).

BARBOSA, Aureliano Pinto

* dep. fed. RS 1897-1902.

Aureliano Pinto Barbosa nasceu em Itaqui (RS), filho do coronel Freitas Barbosa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Era um entusiasta da causa republicana e, como tal, foi membro do Clube Republicano Acadêmico e do Clube 20 de Setembro, formado por gaúchos republicanos.

Ao regressar ao Rio Grande do Sul, passou a atuar como advogado em sua terra natal, integrou a campanha republicana que se espalhava por todo o país e agitou as últimas décadas da Monarquia no Brasil. Era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em fevereiro de 1882, ainda durante a Monarquia, por adeptos do regime republicano. O PRR defendia a eleição direta dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e Estados. Estes últimos deveriam ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado.

O órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era o jornal *A Federação*, criado em janeiro de 1884 e que foi decisivo para o êxito da história do PRR. Afinal, os jornais eram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX. Vale destacar que a fundação de uma imprensa republicana ainda na vigência da Monarquia não era uma novidade no país, pois, desde o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, começaram a surgir jornais que defendiam abertamente a mudança do regime político no Brasil. No entanto, estes jornais não estavam isentos de represálias do governo imperial.

O PRR seria extinto em 1937, juntamente com os demais partidos do país, após a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. O partido governou o Rio Grande do Sul de 1882 a 1930, ininterruptamente. Seus maiores líderes foram Júlio de

Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros.

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou a Monarquia e proclamou a República, encerrando o período imperial no Brasil. Nesse mesmo dia foi instituído um Governo Provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Durante esse Governo Provisório, as Assembleias Provinciais foram fechadas. Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana no país, Deodoro foi eleito para a presidência por um colégio eleitoral (formado por deputados federais e senadores), tornando-se o primeiro presidente eleito da República brasileira.

Ainda em 1891, já sob o novo regime político, Aureliano Barbosa foi eleito deputado à Assembleia Constituinte Estadual no Rio Grande do Sul, onde atuou até 1892. Vale destacar que o Partido Republicano Rio-Grandense, do qual era integrante, conseguiu eleger todos os 32 membros da Assembleia Constituinte gaúcha. No dia 14 de julho de 1891 foi promulgada a primeira Constituição republicana do Estado do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, líder do PRR, foi o responsável, quase que exclusivamente, pela elaboração da Constituição estadual, que estabeleceu a presença de um Poder Legislativo com poderes limitados a questões orçamentárias, ao mesmo tempo em que garantia um Poder Executivo forte. O presidente do Estado (cargo equivalente ao de governador) exerceria um mandato de cinco anos, estando garantido seu direito à reeleição contínua, desde que obtivesse 75% dos votos. Já o vice-presidente seria nomeado pelo presidente do Estado. Por esta Constituição estadual, a autoridade legal do governador equivalia à de um ditador, tal a concentração de poder no Executivo. A Assembleia Constituinte Estadual, ainda em 1891, elegeu Júlio de Castilhos para a presidência do Estado – o primeiro governador eleito no Rio Grande do Sul após a proclamação da República.

Com o fim da Constituinte estadual, a Assembleia transformou-se em Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, hegemonizada pelo PRR. Pelas atribuições reduzidas e pouco significado político, sobretudo frente à concentração de

poderes pelo Executivo estadual, a Assembleia dos Representantes foi alvo de severas críticas por parte dos opositores do Partido Republicano Rio-Grandense.

Em 1892, Aureliano Barbosa assumiu o cargo de vice-intendente municipal em Itaqui (RS), no qual permaneceu até 1896. A Constituição estadual do Rio Grande do Sul instituiu os Conselhos Municipais, cujos membros – que eram chamados de conselheiros e não vereadores, como na época da Monarquia e atualmente – eram eleitos por sufrágio direto, concomitantemente ao intendente municipal, para um mandato de quatro anos. As atribuições do Conselho Municipal estavam restritas à votação referente às questões orçamentárias e às leis tributárias. Durante o período em que atuou como vice-intendente de Itaqui, Aureliano Barbosa substituiu o intendente municipal, Felipe Nery de Aguiar, por diversas vezes.

De 1893 a 1895, Aureliano Barbosa participou do combate à chamada Revolução Federalista, que se constituiu numa guerra civil, desenvolvida no Rio Grande do Sul, oriunda da radicalização cada vez maior da luta pelo poder. A implantação da República acarretou profundas mudanças no comando político do Rio Grande do Sul e representou o afastamento do poder dos membros do recém-extinto e outrora poderoso Partido Liberal, chefiado por Gaspar Silveira Martins, que, por sua vez, fundou o Partido Federalista do Rio Grande do Sul em 1892. Com o advento do novo regime, o poder no Rio Grande do Sul ficou a cargo do Partido Republicano Rio-Grandense (liderado por Júlio de Castilhos), que, até então, não tinha poder ou expressão eleitoral. O radicalismo político de Júlio de Castilhos impediu a conciliação dos republicanos gaúchos com os liberais e a assimilação destes últimos na formação do novo governo. Desta forma, os liberais foram alijados dos cargos públicos que ocupavam em todos os municípios. Esmagados também nas eleições estaduais, os opositores do “castilhismo”, recorreram às armas.

A guerra civil assim se delineou: de um lado, os federalistas ou gasparistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, defendiam o federalismo, o regime parlamentarista e a revisão da Constituição do Rio Grande do Sul de 1891, escrita por Júlio de Castilhos. Os federalistas receberam a alcunha de *maragatos*, porque nas tropas de Gumercindo Saraiva,

um dos principais chefes federalistas, muitos procediam de San José, no Uruguai, com forte presença de originários da região espanhola da Maragatería. Usavam como distintivo um lenço vermelho no pescoço ou uma fita vermelha no chapéu. De outro, os republicanos ou castilhistas, liderados por Júlio de Castilhos, então presidente da província do Rio Grande do Sul (cargo equivalente ao de governador do Estado), defendiam um presidencialismo forte e centralizador, no estilo do presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894). Eram apelidados de *pica-paus*, por duas razões: porque as tropas do governo usavam um enfeite amarelo no chapéu, semelhante à crista da ave, e porque o barulho de suas armas parecia com o som de um pica-pau bicando a madeira.

O confronto ultrapassou as fronteiras gaúchas, estendendo-se a Santa Catarina, Paraná e até ao Uruguai. O presidente da República, Floriano Peixoto, e o Exército Nacional aliaram-se a Júlio de Castilho. Os federalistas, por sua vez, receberam o apoio de muitos oficiais que participaram da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, incluindo seu líder, Custódio de Melo, que se deslocaram para o Rio Grande do Sul. Aureliano Barbosa lutou ao lado das forças castilhistas, atuando na divisão legalista comandada pelo general Hipólito Ribeiro e ainda no comando do 11º Corpo Provisório da Guarda Nacional de Itaqui.

Durante os conflitos, predominou uma luta de guerrilhas, com práticas cruéis de ambos os lados, o que rendeu ao movimento a fama de “revolução da degola”. A luta fratricida contabilizou mais de 12 mil mortos.

O ímpeto das tropas federalistas diminuiu depois de seguidas derrotas e, sobretudo, após seu líder Gumerindo Saraiva morrer em combate. Somente em 1895, já com Prudente de Moraes (1894-1898) na presidência da República, chegou-se a um acordo de paz no Rio Grande do Sul, após a derrota das forças federalistas e a retomada do poder por Júlio de Castilhos, que detinha o apoio do governo federal. Em 19 de setembro de 1895, o governo federal concedeu anistia aos rebeldes do Rio Grande do Sul e da Armada Nacional.

Em 1894, Aureliano Barbosa foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense. Vale lembrar que, nessa época, os Estados

e o Distrito Federal eram divididos em distritos eleitorais. Exerceu seu mandato durante a segunda legislatura, de 22 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1896. Durante essa legislatura, a Câmara dos Deputados Federais teve como presidentes Francisco de Assis Rosa e Silva (de 17 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1895) e Artur César Rios (de 19 de maio de 1896 até o fim da legislatura nesse mesmo ano).

Em 1897 foi reeleito deputado federal, sempre pelo Rio Grande do Sul, e exerceu seu mandato ao longo da terceira legislatura, de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Os presidentes da Câmara dos Deputados Federais, durante esta legislatura, foram Artur César Rios (de maio de 1897 a 1898) e Carlos Vaz de Melo (de maio de 1899 até o final da legislatura nesse mesmo ano). Já em 1900, Aureliano Barbosa foi, mais uma vez, reeleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e exerceu seu mandato durante a quarta legislatura, de 3 de maio de 1900 a 31 de dezembro de 1902. Durante essa legislatura, a presidência da Câmara dos Deputados Federais esteve a cargo de Carlos Vaz de Melo.

Após anos atuando na Câmara Federal, Aureliano Barbosa regressou à sua terra natal, onde foi eleito intendente municipal de Itaqui, cargo que exerceu de 1901 a 1904. No entanto, ainda em 1901, o então presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros (sucessor de Júlio de Castilhos), líder do Partido Republicano Rio-Grandense, assinou um decreto que alterava a lei orgânica do município de Itaqui, revogando as atribuições e competências do Conselho Municipal da cidade. Aureliano Barbosa, recém-eleito intendente municipal, passou a divergir abertamente de Borges de Medeiros e, em consequência disso, passou a sofrer perseguições políticas, que culminaram com um processo criminal, no qual foi condenado a seis meses de prisão por usurpação de função pública. Posteriormente, acabou sendo absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao longo de sua vida, Aureliano Pinto Barbosa também atuou como jornalista e redator do jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense.

Faleceu em 31 de maio de 1914.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* . (v.1, 2); ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; FLORES, H. *Revolução*; FLORES, M; FLORES, H. *Rio Grande do Sul*; FRANCO, S. *Dicionário*; FRANCO, S. *Júlio*; MELO, L. *Subsídios*; PESAVENTO, S. *Assembleia*; REVERBEL, C. *Maragatos*; SOUSA, J. *Índice*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*; VELHO SOBRINHO, J. *Diccionario* (v.2); VIDAL, J. *República*.

BARBOSA, Carlos

*pres. RS 1908-1913; sen. RS 1920-1929.

Carlos Barbosa Gonçalves nasceu em Pelotas (RS) no dia 8 de abril de 1851, filho de Antônio Gonçalves da Silva e de Maria da Conceição Rodrigues Barbosa. Descendia pelo lado paterno de Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos, da ilha da Madeira, que recebeu a sesmaria onde se fundou Porto Alegre; pelo lado materno, de Dionísio Rodrigues Mendes, lusitano do continente. Seu avô paterno, Manuel Gonçalves, era irmão de Bento Gonçalves da Silva, chefe da Revolução Farroupilha. Seu irmão José Barbosa Gonçalves foi ministro da Viação de 1912 a 1914, e deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre os anos de 1916 e 1930.

Foi alfabetizado e fez os primeiros estudos com o professor José Francisco Diana, que mais tarde se tornaria advogado, deputado provincial e conselheiro do Império. Aos 14 anos de idade viu seu pai resistir, juntamente com outros habitantes de Jaguarão (RS), ao cerco de forças uruguaias; foi seu primeiro contato com os problemas políticos. Ainda adolescente foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar no Colégio Pedro II, onde concluiu o curso de humanidades. Em 1870 ingressou na Faculdade de Medicina e cinco anos depois se formou. Após a formatura foi enviado para Paris, onde permaneceu por três anos e aperfeiçoou seus conhecimentos. Além de cirurgia geral, fez especialização em oftalmologia, medicina interna e obstetrícia, tendo trabalhado no Hospital Necker e no Hospital Val de Grace, onde foi chefe clínico. Teve reconhecida sua capacidade profissional na *Gazette des Hospitaux* e na *Revue de Medecine et Chirurgie*, publicações especializadas.

De volta a Jaguarão em 1879, passou a se dedicar à profissão de médico, conquistando prestígio para além das fronteiras do município, até Cerro Largo, no Uruguai. Em 1882 fundou o Clube Republicano, ao lado de Assis Brasil e outros líderes republicanos, e a seguir tornou-se membro fundador e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Jaguarão. Contribuiu para a organização do jornal republicano *A Ordem*, em janeiro de

1883, e foi signatário do manifesto do PRR apoiando o da Câmara Municipal de São Borja, em sua manifestação acerca dos perigos do Terceiro Reinado e da inconveniência da presença da princesa Isabel no trono. Foi ainda vereador em Jaguarão, em 1888, e intendente municipal.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado constituinte estadual e presidente da Constituinte gaúcha de 1891. Renovou o mandato de deputado estadual até 1907 e presidiu nesse período a Assembleia dos Representantes. Foi também vice-presidente do estado no governo de Júlio de Castilhos, de 1893 a 1898.

Na sucessão de Borges de Medeiros, presidente do estado e líder do PRR, em 1907, foi escolhido por este para ser candidato ao governo, em disputa com a dissidência encabeçada por Fernando Abbott. Durante a campanha eleitoral foi fundado, por estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Bloco Acadêmico Castilhista. A agremiação apoiou sua candidatura e teve a participação de jovens que alcançariam projeção nacional a partir, sobretudo, da Revolução de 1930, como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Firmino Paim, Maurício Cardoso e outros. Além destes, participaram do bloco alguns estudantes da recém-criada Escola de Guerra de Porto Alegre, como Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Salvador César Obino, que obteriam mais tarde renome no Exército e na política.

Foi eleito por larga vantagem de votos, e em seu governo, iniciado em janeiro de 1908, projetou e iniciou a construção do palácio do governo (1910) e do prédio da Biblioteca Pública, contratando Rodolfo Ahrons, renomado engenheiro, para a realização das obras. Iniciou também a construção do primeiro trecho do cais de Porto Alegre, no prolongamento da praça Senador Florêncio (1911). No campo da saúde, criou o Hospital São José; no campo da educação, fundou o Instituto de Belas Artes; no campo da segurança, construiu vários quartéis para a Brigada Militar e dissolveu o Corpo Provisório do Cati (1908-1912). Em 1912, foi laureado como professor *honoris causa* pela turma de doutorandos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em janeiro de 1913, transmitiu o governo a Borges de Medeiros, que então voltou ao poder.

Foi eleito senador em 1919, para um mandato de seis anos, e assumiu uma cadeira no Senado Federal, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nos primeiros meses de 1920. Durante a legislatura, foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados do Senado. Em 1927 foi reeleito e assumiu a presidência da comissão. Renunciou ao mandato em 1929, por motivo de doença.

Faleceu em Jaguarão em 23 de setembro de 1933.

Casou-se com Carolina Cardoso de Brum.

Publicou *Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1875) e *Mensagem presidencial à Assembleia Legislativa do RS* (1908).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário ; Federação* (7/4/1903); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1); SENADO. *Dados biográficos dos Senadores do Rio Grande do Sul*; VILLAS-BÔAS, P. *Dicionário bibliográfico*.

BARBOSA, Eduardo Pimentel

*dep. fed. MG 1897-1905.

Eduardo Pimentel Barbosa nasceu em Paracatu (MG), filho de Augusto Pimentel Barbosa e de Alzira Roquete Franco. Seu avô, Olímpio Gonzaga, foi juiz de paz, vereador, agente executivo e coronel da Guarda Nacional em Paracatu. Além disso, foi deputado à Assembleia Provincial de Minas Gerais em três legislaturas seguidas e recebeu das mãos de dom Pedro I a comenda da Ordem de Cristo. Seus tios Nelson Dario Pimentel Barbosa e Joaquim Pedro de Melo foram, respectivamente, deputado provincial e deputado geral por Minas Gerais.

Lecionou as disciplinas de português e literatura brasileira na Escola Normal de Paracatu durante o ano de 1880. O educandário, que funcionou no casarão que fora residência do benemérito Joaquim Pedro de Melo, teve duração efêmera, já que foi extinto em 1906 por ter o governo mineiro da época alegado falta de recursos.

Foi deputado estadual em Minas Gerais, e em março de 1897 foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito para as duas legislaturas seguintes, permanecendo na Câmara até dezembro de 1905.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BIO. Joaquim Pimentel Barbosa. Disponível em: <http://araposadachapada.blogspot.com/2010_05_02_archive.html>. Acesso em: 19/7/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros* ; ESCOL. NORM. PARACATU. Disponível em: <http://araposadachapada.blogspot.com/2010_04_01_archive.html>. Acesso em: 19/7/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 19/7/2010; LATTMAN-WELTMAN, F. *Política*; Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

BARBOSA, Elisiário José

* militar; min. STM 1893-1909; min. Mar. 1894-1896.

Elisiário José Barbosa nasceu no estado da Bahia no dia 27 de setembro de 1830, filho de Anacleto José Barbosa e de Maria Joaquina Alves dos Santos.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 13 de março de 1843 e guarda-marinha em 22 de dezembro de 1848. Promovido a segundo-tenente em 9 de janeiro de 1851, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1856, a capitão-tenente em 13 de janeiro de 1866, a capitão de fragata em 21 de janeiro de 1867 e a capitão de mar e guerra em 9 de dezembro de 1867, teve participação destacada na Guerra do Paraguai (1864-1870), que foi o conflito de maior repercussão na América do Sul, não só pela mobilização e perda de homens, mas também por seus aspectos políticos e financeiros. O confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai representou de fato um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Já para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Elisiário José Barbosa foi considerado um dos heróis da Batalha do Riachuelo, uma das mais importantes da Guerra do Paraguai, travada às margens do arroio Riachuelo, na província de Corrientes, na Argentina. Por sua atuação na guerra, foi condecorado com várias medalhas: do Mérito Militar, da Campanha do Prata, da Campanha Oriental, da Campanha do Paraguai e do Combate Naval do Riachuelo. Seria ainda condecorado como comendador da Ordem de Cristo e oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em 31 de dezembro de 1880 foi promovido a contra-almirante e em 17 de fevereiro de 1883 foi nomeado conselheiro do Conselho Supremo Militar e de Justiça, cargo em que tomou posse em 28 de fevereiro. Em 9 de julho seguinte foi promovido a vice-almirante.

Ostentava essa patente quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. Dois meses depois, em 8 de janeiro de 1890, seria promovido a almirante.

Transcorridos os governos provisório (1889-1891) e constitucional (fevereiro a novembro de 1891) de Deodoro da Fonseca, e iniciado o governo Floriano Peixoto (1891-1894), no dia 25 de julho de 1893 assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar, no qual permaneceria até falecer. Em 15 de novembro de 1894, quando tomou posse o terceiro presidente da República brasileira, Prudente de Moraes (1894-1898), foi nomeado ministro da Marinha. Durante sua gestão no ministério, foram promovidos diversos melhoramentos nos estabelecimentos da Marinha, além de terem sido inaugurados os faróis de Camocim, no Ceará, e de Rio Doce, no Espírito Santo. No que tange à renovação dos meios flutuantes, foram incorporados o cruzador *Barroso*, os avisos-fluviais *Tefé* e *Tocantins*, os cruzadores-torpedeiros *Tupi* e *Timbira*, e o vapor-de-guerra *Carlos Gomes*.

Entre 11 de novembro de 1896 e 3 de março de 1897, Prudente de Moraes afastou-se da presidência por motivo de saúde e foi substituído interinamente pelo vice-presidente Manuel Vitorino. Elisiário Barbosa exonerou-se então do cargo de ministro em 21 de novembro de 1896, sendo substituído por Manuel José Alves Barbosa. Reformou-se em 26 de setembro de 1898.

Durante sua longa carreira militar, comandou os vapores *Maracanã* e *Mearim* (interinamente), os encouraçados *Tamandaré* e *Lima Barros*, o vapor *Amazonas*, a 3ª Divisão da Esquadra em Operações, a 2ª Divisão da Esquadra em Operações, o Corpo de Imperiais Marinheiros, a Divisão Naval do Rio da Prata, a Divisão Naval do Primeiro Distrito, a Capitania do Porto da Corte e da Província do Rio de Janeiro; chefiou ainda a Esquadra em Operações, e foi diretor da Escola Naval. Faleceu em 16 de junho de 1909.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1,2); *Biografia dos ministros*; COL. NAVAL. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cn/colégio/historico.htm>>; DORATIOTO, F. *Maldita*; SUP. TRIB. MILITAR. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/>>.

BARBOSA, Manuel Alves

*min. Mar. 1896-1898; dep. fed. BA 1900-1905.

Manuel José Alves Barbosa nasceu em Salvador no dia 10 de dezembro de 1845, filho de Manuel José Alves e de Carlota Maria Barbosa.

Ingressou como aspirante na Escola de Marinha em 27 de fevereiro de 1862, passando a guarda-marinha em 29 de novembro de 1864. Na Guerra do Paraguai (1864-1870), participou da batalha naval do Riachuelo (11 de junho de 1865) e, sob as ordens do almirante Barroso, hasteou no mastro do navio *Amazonas* a flâmula com a mensagem “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”, que tinha como objetivo incentivar a tropa. Em 21 de janeiro de 1867 foi promovido a segundo-tenente, em 12 de abril de 1868 a primeiro-tenente, em 1º de dezembro de 1882 a capitão-tenente e em 26 de abril de 1890 a capitão de fragata. Nessa mesma data foi transferido para o Corpo de Engenheiros Navais, no qual foi nomeado chefe e inspetor geral. Em 20 de janeiro de 1891 foi promovido a capitão de mar e guerra, em 31 de maio de 1892 a contra-almirante graduado e em 21 de outubro do mesmo a contra-almirante efetivo.

Em 1896 foi nomeado por Manuel Vitorino Pereira, presidente interino da República (11 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897), ministro da Marinha, em substituição ao almirante Elisiário Barbosa, que havia pedido demissão. Foi mantido no cargo pelo presidente Prudente de Moraes quando este reassumiu a presidência até o fim do governo, em 15 de novembro de 1898. Elegeu-se deputado federal nas eleições de 1900 e teve o mandato renovado nas eleições de 1903, até 1905. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Marinha e Guerra.

Exerceu as funções de diretor de construções navais do Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, e em 1907 foi nomeado pelo governo da União para dirigir e fiscalizar a construção de novos encouraçados para a esquadra da Marinha, razão pela qual viajou para a França. Faleceu em Paris em 13 de junho daquele ano.

Foi cavaleiro das ordens de Cristo, da Rosa, do Cruzeiro e de São Bento de Aviz. Recebeu

as medalhas das Campanhas de Paissandu e do Paraguai e do combate do Riachuelo.

Casado com Mariana Airosa Botelho Barbosa, teve uma filha. Seu sobrinho José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra, filho de sua irmã Leopoldina Alves Seabra, foi constituinte de 1891, deputado federal em várias legislaturas a partir de então, ministro do Interior e Justiça (1902-1906), ministro da Viação (1910-1912), duas vezes governador da Bahia (1912-1915 e 1920-1924), senador (1917-1920) e constituinte de 1934. Seu sobrinho-neto, J. J. Seabra Filho foi deputado federal pela Bahia (1918-1923).

Escreveu *Relatório descritivo da cidade de Corumbá* e *Plano de reforma da administração naval*.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario*. (v.6); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*. (p. 55-86); *Diário de Notícias, Jornal de Noticias* (11,14;6;1907). *Necrologia Almirante Alves Barbosa*; PRES. REP. *Governos*; (p.27-28, 40); SAMPAIO, C. *Partidos*.

BARBOSA, RAIMUNDO RODRIGUES

*militar; gov. mil. AM 1924; interv. BA 1931; ch. EME 1935; min. STM 1938-1943.

Raimundo Rodrigues Barbosa nasceu no Pará em 18 de outubro de 1875.

Sentou praça em janeiro de 1890, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tornou-se alferes em novembro de 1894, primeiro-tenente em janeiro de 1907, capitão em setembro do ano seguinte, major em novembro de 1913, tenente-coronel em agosto de 1918 e coronel em julho de 1921.

Exercia o comando da 8ª Região Militar, sediada em Belém, quando eclodiu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, a revolta tenentista liderada pelo general Isidoro Dias Lopes contra o presidente Artur Bernardes. Os rebeldes paulistas ocuparam a capital do estado durante três semanas, rumando em seguida para o interior, de onde seguiram para o sul. Nesse ínterim, levantaram-se as guarnições do Exército em Aracaju, no dia 12 de julho, e em Manaus no dia 23. Na capital amazonense, os revoltosos, liderados pelos tenentes Alfredo Ribeiro Júnior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, depuseram o governador em exercício Turiano Meira, que substituíra o titular César do Rego Monteiro, e organizaram uma junta governativa, obtendo grande apoio da população. Foram, contudo, dominados pelas forças federais comandadas pelo general João de Deus Mena Barreto. Como Turiano Meira se recusasse a reassumir o cargo, em 28 de agosto Raimundo Barbosa foi designado para substituí-lo, na condição de governador militar do estado. Exerceu essa função por pouco tempo, sendo substituído pelo capitão de mar e guerra Hormidas de Albuquerque.

Após a Revolução de 1930, Raimundo Barbosa foi promovido, em maio de 1931, a general de brigada. Encontrava-se no comando da 6ª Região Militar, sediada em Salvador, quando, em julho de 1931, assumiu interinamente a interventoria federal na Bahia, substituindo Artur Neiva, que renunciara. Durante o curto período em que foi interventor teve atuação discreta, limitando-se a despachar o expediente e a manter a ordem pública. Em setembro do mesmo ano foi substituído por Juraci Magalhães.

Promovido a general de divisão em dezembro de 1931, exerceu a chefia do Estado-Maior do Exército de maio a julho de 1935, quando foi substituído pelo general Pantaleão Pessoa. Em dezembro do mesmo ano participou da reunião de generais que se realizou no Rio de Janeiro em decorrência das insurreições promovidas no mês anterior pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Natal, em Recife e na capital federal. O encontro tinha por finalidade examinar a situação por que passava o país e avaliar a suficiência das leis repressivas existentes para punir os revoltosos. Estiveram presentes, entre outros oficiais, os generais João Gomes, ministro da Guerra, Eurico Dutra, comandante da 1ª Região Militar, e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Durante as discussões, Raimundo Barbosa opinou favoravelmente à aplicação da legislação em vigor no julgamento dos acusados, uma vez que o estabelecimento de novas leis para punir crimes já praticados implicaria sua retroação. Ao final, concedeu, assim como os demais presentes, apoio total ao ministro da Guerra para agir junto aos poderes competentes a fim de que a punição dos réus se processasse o mais rapidamente possível.

Após a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, foi nomeado, em fevereiro do

ano seguinte, ministro do Superior, então Supremo, Tribunal Militar (STM). Eleito vice-presidente do órgão em junho de 1943, aposentou-se, a pedido, em outubro do mesmo ano. Bacharel em matemática e ciências físicas, colaborou também na imprensa e escreveu *História do Superior Tribunal Militar* (1952). Faleceu no Rio de Janeiro em 1968.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. OSVALDO ARANHA; CORRESP. GOV. EST. BA; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Diário Oficial* (18/8/1931); *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; LAGO, L. *Generais*; MELO, A. *Cartilha*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SILVA, H. 1937.

BARBOSA, Rui

* dep. geral BA 1878-1885; min. Faz. 1889-1891; min. Just. 1889; const. 1891; sen. BA 1891-1923; cand. pres. Rep. 1910 e 1919.

Rui Barbosa nasceu na rua dos Capitães, hoje Rui Barbosa, na freguesia da Sé, município de Salvador, em 5 de novembro de 1849, filho primogênito de João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira, nascida de Almeida (1818-1867). Não há evidência material alguma de que tenha recebido o nome Rui Barbosa de Oliveira. Nos documentos disponíveis, como a matrícula e o diploma da Faculdade de Direito de São Paulo, o título de eleitor, o registro de casamento e os inúmeros trabalhos que assinou, figura apenas o nome Rui Barbosa. O nome Rui seria uma forma abreviada de Rodrigo, homenagem ao avô paterno Rodrigo Antônio Barbosa de Oliveira, comerciante, falecido quando João José ainda era criança. João José e Maria Adélia eram primos: ele, filho de Rodrigo e neto do sargento-mor Antônio Barbosa de Oliveira; ela, neta de um irmão de Rodrigo, o capitão Antônio Barbosa de Oliveira, e portanto bisneta do sargento-mor. O casal teve ainda uma filha, Brites (1851-1879) morta prematuramente em consequência de parto.

Estudante de medicina em 1837, João José teve os estudos interrompidos pela Sabinada, da qual participaram vários Barbosa de Oliveira, inclusive Luís Antônio Barbosa de Almeida, seu primo e futuro cunhado. Quando as tropas legais entraram na capital baiana, ambos foram presos e processados, mas conseguiram a absolvição. Luís Antônio veio a se tornar influente no Partido Liberal da Bahia, e por seu intermédio João José foi eleito deputado provincial em 1846. Embora médico, João José não exerceu a profissão por muito tempo. Persistiu na política, na qual fez carreira atribulada: rompeu com o cunhado, foi preterido em cargos e empregos e perdeu eleições, embora tenha sido eleito duas vezes deputado geral, entre 1864 e 1868. Morreu aos 66 anos, deixando um modesto patrimônio e muitas dívidas: todas seriam abonadas pelo primogênito, então com 25 anos, que as converteu em títulos pessoais.

FORMAÇÃO: DIREITO E TRADIÇÃO LIBERAL

Rui Barbosa ingressou no Ginásio Baiano em 1861, tendo como colega Antônio de Castro Alves. Aos 15 anos terminou o curso de humanidades, ocasião em que foi contemplado com a medalha de ouro. Foi a maior emoção de sua vida, diria mais tarde. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1866 e ainda calouro participou de uma associação acadêmica abolicionista fundada por Castro Alves, Augusto Alves Guimarães (cunhado de Castro Alves), Plínio de Lima (poeta baiano) e outros. Ao prestar

os exames do segundo ano jurídico, recebeu um *R*, ou seja, uma nota “simplesmente”, dada pelo professor de direito natural Meneses de Drummond. O episódio provavelmente concorreu para sua transferência para o terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo em 1868.

Logo foi eleito segundo orador de uma sociedade literária de estudantes, O Ateneu Paulistano, presidida por Joaquim Nabuco, a quem sucederia no ano seguinte. Desse grupo faziam parte Rodrigues Alves, Afonso Pena e Martim Cabral. Castro Alves também viera estudar em São Paulo e integrava “comissão de literatura” do Ateneu, juntamente com Rui e Nabuco. Ingressou ainda na Loja América, loja maçônica de relevo. A maçonaria era propícia às ideias liberais, e muitos estudantes e professores dela faziam parte.

A queda do gabinete Zacarias de Góis, em 16 de julho de 1868, unicamente por decisão pessoal do imperador, e a formação de um gabinete conservador sob a chefia de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, afetaram enormemente os liberais, que viram no gesto uma manifestação arbitrária do poder da Coroa. Entre os estudantes, foi forte a repercussão política. Rui participou intensamente das atividades políticas e culturais próprias à vida acadêmica, particularmente agitada naquele período. Foi atraído pelo apelo dos liberais da Corte, que se haviam unido no Clube da Reforma, destinado a enfrentar o “poder pessoal” do monarca. A Reforma pugnava pela modificação do sistema eleitoral, com a adoção da eleição direta. Seguiu-se em São Paulo a fundação de um Clube Radical cujo programa admitia amplas reformas, como a federação, o ensino livre, o Senado eleito, o fim do poder moderador, a abolição e a eleição direta. Rui participou de sua fundação e propôs a criação de um jornal, o *Radical Paulistano*, que seria encarregado de veicular essas ideias e contaria com a colaboração de vários de seus discípulos: Bernardino Pamplona, presidente do Clube, Américo de Campos, Luís Gama, Benedito Otoni, entre outros.

Logo após sua formatura em São Paulo, em 29 de outubro de 1870, Rui Barbosa voltou à Bahia e inscreveu-se ao lado do pai no Partido Liberal (janeiro de 1871), quase concomitantemente à divulgação do Manifesto Republicano (3/12/1870), assinado por muitos dos seus ex-camaradas e contemporâneos da época estudantil: Saldanha Marinho, Campos Sales, Francisco Rangel Pestana.

Na política, João José Barbosa ligara-se a Manuel Pinto de Sousa Dantas, chefe de uma das facções liberais no estado, que estendeu facilmente sua simpatia ao jovem bacharel. Rui Barbosa iniciou sua vida forense no escritório de Dantas. Quase ao mesmo tempo começou a trabalhar no *Diário da Bahia*, jornal do Partido Liberal também controlado por aquele chefe político. Em dezembro de 1872, com 23 anos, foi nomeado redator-chefe do jornal, trabalho, aliás, sem remuneração. Um cargo remunerado viria em 15 de dezembro de 1874,

alguns meses depois da morte do pai, a quem Rui sucedeu no lugar de secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, nomeado a pedido de Dantas.

Dois itens, sobretudo, faziam então parte da pauta liberal: a demanda pela eleição direta, que substituiria a eleição em dois graus, onde o corpo eleitoral escolhia um grupo de eleitores que votavam para os parlamentos provincial e geral; e o que era conhecido por um eufemismo: a questão do elemento servil. No que diz respeito a este último, a Coroa, durante o gabinete de Rio Branco – quase que inteiramente por conta própria –, tinha dado um passo na direção da extinção do trabalho escravo, com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Adia-se, por assim dizer, a discussão da abolição total da escravidão por mais de uma década, quando então o movimento abolicionista passou a crescer de maneira mais significativa. Por sua vez, a questão da eleição direta viria a surgir com força quando da volta dos liberais ao poder, em 1878.

DEPUTADO PROVINCIAL E DEPUTADO GERAL

O regime dos conservadores que se instalara em 1868 durou, portanto, dez anos e acabou da mesma maneira que começou, por iniciativa do imperador. Dom Pedro II incumbiu João Lins Vieira Cansansão, então barão de Sinimbu, liberal, de organizar o ministério que se instalou no dia 5 de janeiro de 1878. Em 13 de janeiro realizou-se a eleição provincial na Bahia, que foi ganha, como de praxe, pelo partido que detinha o poder central. Rui Barbosa, forte de sua participação na política regional ao lado dos Dantas, foi eleito para a Assembleia Legislativa Provincial, com 1.071 votos.

No entanto, não foi longa sua permanência como deputado provincial. O novo gabinete liberal pretendia encaminhar uma proposta de reforma eleitoral contemplando a eleição direta. Para tanto, não poderia contar com a Câmara eleita pelo governo conservador. Dissolveu-se a Câmara em abril de 1878, convocou-se outra para 15 de dezembro do mesmo ano e fez-se a eleição em setembro, quando foi eleita uma Câmara com maioria liberal. Na Bahia, sempre por indicação de Manuel Pinto Dantas, Rui Barbosa foi eleito deputado geral para a legislatura 1878-1881.

Na Assembleia Geral, Rui Barbosa atuaria como figura de destaque do Partido Liberal desde o início de seu mandato, quando da discussão sobre a reforma eleitoral. Contra uma dissidência liberal liderada por José Bonifácio, o Moço – da qual faziam parte Joaquim Nabuco, Silveira Martins, Saldanha Marinho e Pedro Luís Pereira de Sousa, seus companheiros de liberalismo – passou a defender a proposta governamental nos seus pontos principais: o que chamou de *censo literário*, ou seja, o saber ler e escrever; e o *censo pecuniário*: a renda líquida anual, já que o projeto também elevava o mínimo exigido previsto na Constituição de 1824 para os eleitores de segundo grau.

No que diz respeito à primeira cláusula, diria: “A necessidade de saber ler e escrever não é uma limitação do direito; é apenas uma condição ao seu exercício; visto ser impossível desempenhar a função de eleitor quem não souber escrever a sua lista.” Quanto ao censo pecuniário, para Rui Barbosa só um indigente viveria no Brasil com uma renda anual menor do que a exigida pelo projeto (quatrocentos mil-réis), o que lhe tolheria a independência ao votar.

Esse primeiro projeto foi rejeitado pelo Senado, e a discussão sobre a eleição direta teve que aguardar um novo gabinete liberal, o gabinete Saraiva, que assumiu em 28 de março de 1880. Manuel Pinto de Sousa Dantas foi designado para a pasta da Justiça e foi encarregado de elaborar um novo projeto de reforma eleitoral, do qual coube a Rui ser o principal redator.

Aprovada em 9 de junho de 1881, a Lei Saraiva – que Rui Barbosa definiria mais tarde como o “liberalismo possível” à época – manteve a restrição censitária, sem elevá-la contudo, eliminou o voto do analfabeto, excluiu praticamente o assalariado privado do direito de voto e tornou o voto facultativo. Por outro lado, introduziu alguns pontos liberalizantes: o voto aos acatólicos, aos libertos e aos naturalizados.

Reeleito para as legislaturas iniciadas em 1882 e em 1885 (esta encerrada no mesmo ano), Rui Barbosa atravessaria mais quatro gabinetes liberais – Martinho Campos (21/1/1882-3/7/1882), Paranaguá (3/7/1882-24/5/1883), Lafayette Rodrigues Pereira (24/5/1883-6/6/1884), Manuel Pinto de Sousa Dantas (6/6/1884-6/5/1885) e um segundo gabinete Saraiva de curtíssima duração (6/5-20/8/1885) – antes de ser derrotado na eleição de 15 de janeiro de 1886. Teve um próximo envolvimento com as administrações de Martinho Campos, Lafayette e Dantas. Provavelmente motivado por tão firme solidariedade, Lafayette propôs ao imperador que lhe concedesse o título de conselheiro, invocando seus serviços à educação, uma referência às propostas de reforma do ensino secundário e superior contidas em célebre parecer elaborado por Rui como relator e apresentado à Comissão de Instrução Pública (13/4/1882). Rui Barbosa recebeu o título de conselheiro do Império em 31 de maio de 1884, ascendendo, portanto, a uma das posições mais honrosas da monarquia brasileira antes de completar 35 anos de idade.

Sua influência cresceu sobretudo durante o gabinete Dantas, seu conterrâneo e chefe político, período no qual ele também se reaproximou da ala mais progressista do Partido Liberal. Os outros governos liberais pouco haviam proposto e nada haviam feito no sentido da extinção do trabalho escravo. Em 15 de julho de 1884 foi apresentado à Câmara o projeto do governo sobre a emancipação dos sexagenários, um documento que havia sido praticamente escrito por Rui Barbosa.

O fato novo era a definição de uma idade-limite para o estado de escravidão: 60 anos. Mais

importante: ficava implícita a preclusão ao pagamento de qualquer indenização pela emancipação do escravo, o que seria a primeira contestação ao direito de propriedade sobre a pessoa humana na legislação brasileira. A percepção da ameaça representada pelo projeto de lei foi imediata e, sob forte pressão parlamentar, o gabinete Dantas foi dissolvido logo em seguida, no mês de maio, adiando-se com isso a discussão do projeto Dantas. O novo projeto foi aprovado em 13 de agosto de 1885, mas a concessão feita aos escravistas – e que recebera acerbos críticas de Rui – esgarçara a unidade do Partido Liberal, dificultando a liderança de Saraiva, que, tendo feito aprovar a sua lei, devolveu o cargo ao imperador, para criar melhores condições políticas ao encaminhamento da reforma do regime servil. A ascensão do novo gabinete do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley (20/8/1885-10/3/1888) marcou o início de um governo dos conservadores por mais três anos, o que tornaria praticamente inviável a volta de Rui Barbosa ao parlamento até o fim da monarquia.

Por três vezes ele tentou a eleição, sem sucesso, para a Câmara de Deputados: duas vezes pela Bahia – em 1886 e em 1888 – quando dominavam os conservadores, o que tornava praticamente inviável a sua vitória. Com a queda do gabinete conservador de João Alfredo e a posse do liberal visconde de Ouro Preto em 7 de junho de 1889, Rui, tendo-se recusado a participar do gabinete, afastou-se da política liberal. Quando se organizou o que seria a última eleição do Império, em agosto de 1889, ele se viu excluído da chapa do Partido Liberal na Bahia. Um grupo de amigos apresentou sua candidatura pela Corte, mas esta foi derrotada pela terceira vez (31/8/1889).

Entre 1885 e a proclamação da República, Rui Barbosa se dedicaria sobretudo ao jornalismo e à advocacia. Assumiu a direção de um pequeno jornal, o *Diário de Notícias*, que prosperou sob as suas ordens. Nesse período publicou centenas de artigos, reunidos mais tarde em livro sob o título *Queda do Império*. Seu prestígio na Corte como personagem público e polemista se consolidou e ampliou. Passou a defender com insistência o sistema federalista e tomou o partido dos militares nos seus conflitos com os diversos gabinetes que precederam a proclamação de República.

MINISTRO E CONSTITUINTE

Embora não fazendo parte do núcleo conspirador que levou a termo o golpe de Estado republicano, o novo regime reconheceria Rui Barbosa como aliado. Assim, no mesmo dia 15 de novembro de 1889, foi nomeado ministro da Fazenda do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca. Assumiu também interinamente, por três dias, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, até a posse de Campos Sales.

Nos seus 14 meses de administração na pasta da Fazenda, tentou transformar a política de

emissão e de créditos iniciada pelo visconde de Ouro Preto – concebida para vir em socorro de uma parte da agricultura atingida pela abolição do trabalho escravo – em uma política de apoio e de incentivo à indústria (através da taxação dos produtos importados) e de crédito a novos investimentos. As medidas tomadas fracassaram, enredadas em uma corrida especulativa desenfreada, em aumentos significativos da dívida pública e em um processo inflacionário que inibiria inclusive o próprio desenvolvimento industrial almejado. Os efeitos dessa política só seriam remediados no quadriênio de Campos Sales, entre 1898 e 1902, ao custo de uma política financeira recessiva.

Durante sua participação no governo provisório, procuraria inscrever muito do seu ideal doutrinário liberal. Assim, logo aos 7 de janeiro de 1890, fez aprovar pelo Conselho de Ministros o projeto de separação da Igreja do Estado, que proibia a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagrava a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado.

Eleito senador constituinte pela Bahia em 15 de setembro de 1890, teria um papel decisivo na elaboração da primeira Constituição republicana. Nela, ao se decidir pelo regime presidencialista e federalista, pensava atender às suas preocupações de ampliar o sistema de representação política, ao mesmo tempo em que daria ao poder central elementos para manter a ordem e a unidade no país. Antecipando possíveis extrapolações dos poderes Executivo e Legislativo, tratou igualmente de fortalecer o Judiciário, definindo um papel central para o Supremo Tribunal Federal, encarregado de ser um poder neutro, árbitro final dos conflitos, capaz assim de restabelecer o domínio da Constituição.

A promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, e as eleições no dia seguinte, pelo Congresso Nacional Constituinte, para o primeiro período governamental republicano – quando foram eleitos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente presidente e vice-presidente da República – ocorreram um mês depois da renúncia coletiva do primeiro ministério do governo provisório, do qual Rui Barbosa fazia parte (20/1/1891).

Iniciada a legislatura ordinária em junho de 1891, já afastado do Ministério da Fazenda, Rui exerceria seu mandato de senador discretamente, pronunciando discursos em defesa de sua administração durante o governo provisório ou debatendo projetos convencionais, como o do Regimento do Senado. Por outro lado, depois do início de seu mandato constitucional, Deodoro entrou em conflito com a maioria parlamentar em torno de um projeto de lei aprovado pelo Senado e pela Câmara e vetado por ele. O resultado foi que em 3 de novembro de 1891 Deodoro dissolveu o Parlamento, gerando assim uma imediata e profunda crise institucional que só terminaria com sua renúncia em 23 de novembro, inclusive com a revolta da Marinha. Assumiu então o governo Floriano Peixoto, e sua

posse foi vista por muitos, inclusive por Rui Barbosa, como uma defesa do Parlamento e uma vitória da legalidade republicana.

OPOSIÇÃO A FLORIANO E EXÍLIO NA INGLATERRA

Floriano Peixoto, contudo, passou a exercer o governo com disposição autoritária, reprimindo duramente as oposições e suscitando resistências e conflitos, dos quais as expressões mais violentas seriam, em 1893, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, movimentos insurrecionais duramente debelados.

Já em março de 1892 o governo decretou estado de sítio e, ao mesmo tempo, foram desterrados para o Amazonas vários oficiais militares e personalidades civis, enquanto outros tantos eram detidos nas fortalezas de Laje, Villegaignon, Santa Cruz e São João, no Rio de Janeiro. A reação de Rui Barbosa foi quase imediata: em 13 de abril, impetrou um *habeas corpus* em defesa dos perseguidos, o primeiro sobre matéria política que se impetrava junto ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a medida teve provimento negado por dez votos contra um. Rui seria um opositor aguerrido do governo Floriano, destacando-se pela defesa sistemática dos prisioneiros políticos e pela publicação de artigos na imprensa onde defendia a Constituição que julgava desrespeitada pelas ações arbitrárias do Executivo.

Em 5 de setembro de 1893, à véspera de eclodir a Revolta da Armada, identificado como um dos elementos mais importantes da oposição a Floriano Peixoto, Rui Barbosa, prevenido sobre o levante, asilou-se na legação do Chile. Em seguida foi para Buenos Aires, onde permaneceu algumas semanas. Tentou regressar ao Brasil, mas, diante da insegurança reinante, não chegou a desembarcar no país. Tomou novamente o caminho da Argentina e, em 20 de março de 1894, partiu para Portugal. Novamente encontrou dificuldades políticas: o governo português recolheu às fortalezas de Elvas e Peniche um grupo de oficiais brasileiros que buscavam asilo. Rui insurgiu-se pela imprensa contra a medida e foi instado a deixar o país em 27 de junho. Depois de passar por Madri e Paris, chegou aos 20 de julho de 1894 à Londres, onde, finalmente, se instalou exilado.

Ficaria um ano na Inglaterra. De lá, enviaria correspondência para o *Jornal do Comércio*: uma série de seis ensaios, reunidos no livro *Cartas de Inglaterra*. O primeiro, “O processo do capitão Dreyfus”, datado de 7 de janeiro de 1895, foi a primeira manifestação internacional a favor do célebre capitão, condenado injustamente por espionagem na França. No quarto, “Duas glórias da humanidade”, Rui estigmatizava os governos de dois ditadores, José Gaspar Rodrigues Francia, paraguaio, e Juan Manuel Domingo Ortiz de Rosas, argentino, uma clara alusão ao que considerava como o poder despótico de Floriano Peixoto.

NO SENADO

A posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 marcou o início do fim de um período de tensão e conflito que caracterizou os dois primeiros governos republicanos, chefiados por marechais do Exército. Em meados de 1895, Rui Barbosa decidiu voltar ao Brasil. Em 26 de junho chegou à Bahia e foi recebido com manifestações populares. De volta ao Rio, retomou seu lugar no Senado em 24 de agosto de 1895 – um dia após o fim da Revolta Federalista –, discursou sobre a pacificação do Rio Grande do Sul e pediu anistia irrestrita para os revolucionários.

Voltou a exercer ativamente seu papel de publicista e de advogado. Veio a ser redator-chefe e editorialista de *A Imprensa*, jornal criado às vésperas da posse de Campos Sales e gerenciado por seu cunhado, Carlos Viana Bandeira. Em 20 de julho 1897, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras. Por diversas vezes se insurgia, através do Judiciário, contra atos do Executivo que julgava arbitrários, defendendo nos tribunais os que não haviam sido incluídos na Lei de Anistia. Magistrados aposentados compulsoriamente, ou professores da Escola Politécnica, e os próprios monarquistas, cujo partido fora reorganizado em 1896, vendo-se ameaçados, passaram a procurá-lo.

Na eleição de 11 de dezembro de 1896, foi reconduzido ao Senado sob forte oposição de seus correligionários e com o apoio decisivo de Luís Viana, então governador da Bahia. No primeiro ano do novo mandato, uma série de incidentes violentos na capital da República – o assassinato do diretor de um jornal monarquista, e o atentado contra Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897 – levou-o a manifestar sua solidariedade ao presidente e ao regime, notadamente em um discurso pronunciado no Senado no dia seguinte ao atentado.

A eleição de Campos Sales para suceder a Prudente de Moraes em 1898 viria a confirmar o controle da nova República pelos elementos civis. No seu governo, a introdução do que ficou conhecido como a “política dos governadores” – uma política de apoio mútuo entre o governo central, representado pelos presidentes da República, e os estados, representados pelos respectivos governadores, e municípios, representados pelos chefes políticos locais – veio a contribuir decisivamente para a estabilização do regime. No entanto, Rui Barbosa praticamente manteve-se, ou foi mantido, alheio às decisões que encaminharam esse processo. Durante quase todo o quadriênio de Campos Sales ateve-se predominantemente às suas atividades de jornalista e advogado. A discussão sobre o projeto do Código Civil veio inesperadamente retirar-lhe a relativa obscuridade em que se encontrava.

Em 2 de novembro de 1900, o governo de Campos Sales enviou à Câmara dos Deputados um projeto de Código Civil originariamente redigido por Clóvis Bevilacqua. Pouco mais de

um ano depois, em 31 de janeiro de 1902, o texto emendado e revisto pela Comissão Especial do Código Civil da Câmara foi enviado pelo seu presidente a um eminente gramático, ex-professor de francês de Rui Barbosa, Ernesto Carneiro Ribeiro. Aprovado o texto na Câmara e encaminhado ao Senado, Rui Barbosa recebeu a incumbência de examiná-lo. E em março de 1902 surpreendeu a todos com seu “Parecer”, contendo mais de mil emendas no texto corrigido por Carneiro Ribeiro. Este último respondeu-lhe polidamente em um pequeno opúsculo que intitulou “Ligeiras observações”, ao que Rui retrucou com a famosa “A réplica”, monumento de erudição filológica, no qual exibiu um conhecimento fabuloso da língua portuguesa, o que contribuiu para sua consagração no imaginário da época como o grande sábio da língua vernácula. O projeto de Código Civil se arrastaria no Parlamento até 1916, quando depois de inúmeras modificações foi promulgado.

Rui voltaria ao centro dos embates políticos nos prenúncios da sucessão de Rodrigues Alves (1902-1906), quando em conjugação com Pinheiro Machado tratou de arrebatar forças para se opor à candidatura de Bernardino Campos, escolhido pessoalmente pelo presidente para seu sucessor. A oposição do senador gaúcho e, desde o início também a de Rui, não se dirigia propriamente ao nome de Bernardino Campos, mas a um modelo que se fortalecia no regime, o qual privilegiava o controle do Executivo sobre a sua renovação. Afinal congregaram-se as várias lideranças estaduais no que seria cognominado “o Bloco”, contra a iniciativa de Rodrigues Alves. A aliança resultaria na eleição de Afonso Pena.

NA CONFERÊNCIA DE HAIA

Durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), Rui conheceu seu mais longo período de situacionismo. Ainda antes do início do governo, em janeiro de 1906, foi reeleito senador pela Bahia. Permaneceria senador, com sucessivas reeleições, até a morte. Em 1908, reeleveu-se vice-presidente do Senado e, juntamente com José Marcelino e Luís Viana, elegeu o governador da Bahia, João Ferreira de Araújo Pinho. Foi também nomeado pelo governo embaixador extraordinário e plenipotenciário para representar o Brasil na Segunda Conferência da Paz, a se realizar em Haia entre 15 de junho e 18 de outubro de 1907. Em torno dessa conferência, a despeito das diferentes interpretações sobre a sua real importância política e do sentido contemporâneo que a ela se possa atribuir, perpetuou-se parte significativa da mitologia popular sobre Rui Barbosa. Festejado por sua atuação, recebeu na imprensa da época e, em seguida, nos manuais escolares, o epíteto de *Águia de Haia*.

A Segunda Conferência da Paz de Haia marcou a primeira participação importante do Brasil na política internacional, quando a delegação brasileira chefiada por Rui Barbosa – tratava-se de uma reunião de formato parlamentar, com vasta cobertura da imprensa mundial, o que punha em relevo suas qualidades de tribuno – e sob a orientação do barão do Rio Branco, enfrentou as delegações das grandes potências na defesa da igualdade jurídica entre as nações.

A questão surgiu quando da organização do Tribunal Permanente de Arbitragem: Rui Barbosa apresentou uma proposta onde todos os países teriam assento no tribunal, ficando, porém, à escolha das partes em litígio submeterem seus pleitos ao plenário ou apenas aos juízes por elas escolhidas. O projeto se contrapunha ao dos grandes Estados, que previa uma participação privilegiada para eles próprios, ou seja, recusava a paridade entre seus árbitros e os dos Estados menos poderosos.

O conflito levou a um impasse e a uma resolução praticamente inócua da conferência: ao mesmo tempo em que reiterava a importância da criação do tribunal, decidia adiar a elaboração das disposições relativas à sua organização. A questão da paridade dos votos entre países tem ainda relevância em fóruns multilaterais permanentes, notadamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os membros permanentes têm cada um o poder de veto sobre as decisões do conselho.

DA CAMPANHA CIVILISTA ÀS ELEIÇÕES DE 1919

A sucessão de Afonso Pena, prevista para 1910, fez com que Rui Barbosa revisse sua posição de apoio ao governo: opôs-se à candidatura de Davi Campista, ministro da Fazenda que o presidente da República havia escolhido para sucessor, tentando ressuscitar o feito de Campos Sales. Houve uma ampla resistência ao nome de Campista no campo situacionista, e suscitou-se a possibilidade de nome de um militar. O marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, renunciou ao seu posto e assumiu postura de candidato. Davi Campista foi afastado da competição. Consolidou-se o nome de Hermes da Fonseca para presidente da República, tendo como vice Venceslau Brás, presidente de Minas Gerais.

A morte de Afonso Pena em 14 de junho de 1909 precipitou o processo sucessório. Assumindo a presidência, o vice Nilo Peçanha empenhou-se em apoiar a candidatura do marechal. Rui Barbosa rompeu com o Bloco e se manifestou francamente contrário à candidatura militar. Surgiu sua própria candidatura: começava o que ficou conhecido como a Campanha Civilista.

Em 28 de agosto de 1909, a Convenção Nacional das forças dissidentes proclamou Rui Barbosa e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente de São Paulo, candidatos às eleições presidenciais. Em 3 de outubro, na qualidade de candidato à presidência da

República, Rui pronunciou discurso na Convenção das Municipalidades, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Desenvolveu-se o movimento em oposição ao marechal Hermes, articulado pelo Partido Republicano Paulista, e apoiado pelos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

A Campanha Civilista é considerada a primeira campanha presidencial que contou com a participação de amplos setores da sociedade brasileira. Parecendo pouco preocupado com os resultados imediatos, Rui lançou-se em uma intensa pregação cívica pelos estados que o apoiavam, peregrinação eleitoral jamais tentada por candidato algum em campanhas anteriores. O peso da estrutura política dominante condenava de antemão ao fracasso da empreitada, mas na eleição de 3 de março de 1910 as oposições obtiveram seus melhores resultados entre todas as competições eleitorais da Primeira República.

Hermes da Fonseca e Venceslau Brás assumiram a presidência e a vice-presidência, respectivamente, em 15 de novembro de 1910, e uma semana depois, no dia 22, sob o comando do marinheiro João Cândido, revoltaram-se os marinheiros dos couraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* (apoiados pelos marujos do *Barroso* e do *Bahia*). Originalmente planejada para dez dias depois da posse presidencial, a punição aplicada a um marinheiro, que foi submetido a chicotadas, precipitou o início da revolta que ficou conhecida Revolta da Chibata. Reivindicavam os marinheiros notadamente a extinção dos castigos corporais na Marinha.

Como senador, Rui Barbosa participou das tratativas com os revoltosos e já no dia 24 de novembro apresentou ao Senado um projeto de anistia. No dia seguinte, o marechal Hermes da Fonseca assinou um decreto que concedia anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional. Entretanto, logo em seguida, outro decreto autorizou a baixa, por exclusão, das praças do corpo de marinheiros cuja permanência fosse julgada prejudicial à disciplina. Para Rui, este último constituía uma fraude contra a anistia e, no Senado, criticou duramente a atitude do governo. Em vão, porque no dia 4 de dezembro 22 marinheiros foram presos e recolhidos à ilha das Cobras, acusados de conspiração. Seguiu-se uma revolta dos prisioneiros, que foram reprimidos duramente, vários assassinados. O governo embarcou um grande grupo de revoltosos no navio *Satélite* e os deportou para o Amazonas. Vários foram fuzilados a bordo, o que suscitou uma nova manifestação indignada de Rui no Senado, exigindo a condenação dos culpados do massacre. A Revolta terminou com a derrota e expulsão da Marinha dos insurgentes.

Durante a presidência Hermes da Fonseca, Rui Barbosa seria o centro da oposição mais vigorosa, tanto no Senado quanto na imprensa, onde passou a colaborar no novo *Diário de Notícias*. Voltou-se contra a política de intervenção nos estados que visava a favorecer as correntes políticas próximas do grupo governista e que assumia muitas vezes forma

violenta. Na Bahia, por exemplo, onde os correligionários de Rui detinham o governo, a capital chegou a ser bombardeada, e o governador Araújo Pinho foi forçado a renunciar. Em dezembro de 1911, Rui Barbosa ocuparia a tribuna do Senado cinco dias em seguida denunciando os acontecimentos no seu estado em discursos considerados antológicos.

Nesses anos de oposição, a popularidade de Rui Barbosa crescera e firmara-se, sobretudo junto ao público de uma classe média urbana crescente, porém ainda diminuta. Na sucessão de Hermes da Fonseca, em 1914, sua candidatura chegou a ser lançada, mas foi retirada frente à coalizão política formada em torno da candidatura de Venceslau Brás, que prevaleceu. Dois dias antes de sua posse, em 13 de novembro de 1914, Rui Barbosa discursou no Senado e manifestou seu apoio ao novo presidente eleito.

Na Europa, começara a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A neutralidade brasileira foi decretada em 4 de agosto de 1914, logo no começo da guerra. Decisão semelhante foi tomada pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson. Liberal, francófilo, como uma boa parte de sua geração, admirador das instituições inglesas, as simpatias de Rui Barbosa iam naturalmente para a luta contra a Alemanha e ele aceitou a presidência da Liga pelos Aliados.

Ganhava força no país a agitação em favor dos Aliados. Em meados de 1916, Rui Barbosa foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário para representar o Brasil no 1º Centenário da Independência da Argentina e, na ocasião, pronunciou em Buenos Aires uma conferência de enorme repercussão sobre “O dever dos neutros”. Nela, podia-se ler o apelo à solidariedade aos países aliados: “Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutras entre a lei e o crime... A neutralidade inerte e surda muda cedeu a vez à neutralidade vigilante e judicativa.” Em outubro de 1917, depois do torpedeamento de um segundo navio brasileiro pelos alemães, Venceslau Brás declarou o estado de guerra.

Em 1918, Rui Barbosa faria 69 anos. Cinquenta anos antes, em agosto de 1868, fizera o seu primeiro discurso político: uma homenagem a José Bonifácio, o Moço, seu professor na Faculdade de Direito de São Paulo. Amigos e admiradores se reuniram então e organizaram a comemoração de seu jubileu cívico, que logo se transformou em uma homenagem de grande amplitude. A festa durou três dias: começou no dia 11 de agosto, com uma missa campal, às 11 horas, na praça de São Cristóvão, celebrada pelo cardeal Arcoverde, com a presença do presidente Venceslau Brás, dos ministros e de todas as autoridades legislativas, judiciárias e administrativas. Em nome do povo, falou Coelho Neto. No dia seguinte, inauguração de seu busto na Biblioteca Nacional; o dia do jubileu, 13 de agosto, foi declarado feriado nacional.

Eleito presidente República em 3 de março de 1918, Rodrigues Alves morreu um ano depois, sem ter podido assumir o governo. Para substituí-lo, o nome de Rui foi novamente

cogitado por Nilo Peçanha e Paulo de Frontin e recebeu também o apoio entusiasta da grande imprensa da capital do país. Seguiu-se um manifesto de advogados paulistas, encabeçado pelas assinaturas de Alfredo Pujol e Luís Barbosa da Gama Cerqueira, lançando a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Em entrevista ao jornalista Sertório de Castro do *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Rui pareceu aceitar a incumbência e expôs seu programa de governo.

Sua insistência na necessidade de promover-se uma reforma constitucional e uma altivez que nem sempre se conciliava com os imperativos dos arranjos partidários tornavam sua candidatura pouco atraente para a grande maioria da classe política. Ficou isolado, e na Convenção Nacional do Partido Republicano Conservador recebeu 42 votos contra 139 votos dados a Epitácio Pessoa, que foi proclamado candidato.

No entanto, mesmo sem os apoios políticos que tornariam viável uma vitória, Rui Barbosa improvisaria sua segunda campanha presidencial. Animado pela recepção popular nos comícios, reiniciou jornada idêntica àquela de 1909. Fez reuniões e conferências no Rio de Janeiro, Juiz de Fora, São Paulo e Bahia. No Teatro Lírico do Rio de Janeiro pronunciou a célebre conferência “A questão social e política no Brasil”, na qual defendeu um avançado plano de reformas quanto a: a) casas de operários; b) trabalhos de menores; c) horas de trabalho; d) regalias às mães operárias; e) acidentes de trabalho; f) seguro operário; g) igualdade dos sexos ante o trabalho; h) salário mínimo fixado por lei para os menores; i) proibição ou redução de trabalho noturno; j) trabalho em domicílio; l) garantia de salário durante certo prazo de gravidez e após o parto; e m) armazéns de venda aos operários.

As eleições confirmaram sua imensa popularidade. O total foi-lhe desfavorável: Epitácio Pessoa venceu Rui Barbosa por 249.324 votos contra 118.303. Entretanto, Rui venceu em todas as capitais, exceto Manaus e Paraíba, onde perdeu por pequena porcentagem de votos, e ganhou nas grandes cidades de São Paulo e da Bahia.

Rui continuaria na política, inclusive na política regional: em 6 de janeiro de 1920 o *Diário da Bahia* publicou um manifesto dirigido por ele “Ao povo baiano”, subscrito por vários outros políticos, sustentando, contra o resultado oficial que proclamara J. J. Seabra governador eleito, a vitória do candidato Paulo Fortes. Em 5 de junho de 1921 foi mais uma vez reeleito senador. Naquele mesmo ano escreveu seu texto mais reeditado: a *Oração aos moços*, dirigido aos bacharelandos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Quase às vésperas de sua morte, já doente e recolhido à sua casa de Petrópolis, ainda se reuniu com correligionários, na manhã de 27 de fevereiro de 1923, para discutir a escolha do candidato a governador da Bahia. No dia seguinte passou mal. Veio a falecer às 20:15h do dia 1º de março de 1923, depois de receber a extrema unção. Seu corpo foi velado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de onde saiu para ser sepultado no cemitério São

João Batista, acompanhado de grande massa popular.

Casado com Maria Augusta Viana Bandeira, teve cinco filhos. Um deles, Alfredo Rui Barbosa, também fez carreira política e foi deputado federal pela Bahia de 1909 a 1930.

Um ano após sua morte, sua casa no Rio de Janeiro foi adquirida pelo governo federal com todo o conteúdo. Em 1927 o Decreto nº 17.758 criou o Museu Rui Barbosa e em 1928, pelo Decreto nº 5.429, o museu passou a chamar-se Casa de Rui Barbosa (CRB). Em 13 de agosto de 1930 a instituição foi inaugurada pelo presidente Washington Luís como museu-biblioteca. Já sob o governo de Getúlio Vargas, em dezembro de 1930, a CRB foi incorporada à estrutura do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Sua finalidade era o culto à memória de Rui pela conservação de sua biblioteca, seu arquivo e todos os objetos que lhe pertenceram; pela organização e a publicação dos catálogos do museu-biblioteca; pela pesquisa, classificação e publicação de suas obras ou de trabalhos a seu respeito; e pela realização de cursos, conferências, exposições e sessões cívicas e culturais. Na década de 1940 a CRB deu início à publicação das obras completas de Rui, e em 1966 tornou-se uma fundação, a FCRB, importante centro de documentação, pesquisas e debates.

José Almino de Alencar

FONTES: ALENCAR, J; SANTOS, A. *Meu*; BARBOSA, R. *Escritos*; BARBOSA, R. *Discursos* (v. 6); BARBOSA, R. *Discursos* (v. 9); BARBOSA, R. *Discursos* (v. 11); BARBOSA, R. *Queda* (v. 16); CARDOSO, F. *Dos governos*; CARVALHO, J. *Construção*; DANTAS, S. *Rui Barbosa*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; HOLANDA, S. *Brasil* (v. 5, p. 135-145); IANNI, O. *Progresso*; LACOMBE, A. *Mocidade* (v. 38.); LACOMBE, A. *À sombra*; LACOMBE, A. *Afonso Pena*; LESSA, R. *Invenção*; LAMOUNIER, B. *Rui Barbosa*; LEVY, M. *Encilhamento*; MAGALHÃES, R. *Rui Barbosa*; MONTEIRO, T. *Pesquisas*; PORTO, J. *Pinheiro*; Prefácio de Manuel Pinto de Aguiar. In: BARBOSA, Rui. *Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. XVII. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. 12, 1885, t. 1.); SOUZA, M. *Processo*; VISCARDI, C. *Teatro*.

BARCELOS, Alfredo

*pref. DF 1892.

Alfredo Augusto Vieira Barcelos nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 19 de setembro de 1853.

Médico reconhecido por seu talento, notabilizou-se por defender as causas abolicionista e republicana. Foi vereador, chefe da Saúde Municipal, e presidiu o primeiro Conselho da Intendência Municipal do Rio de Janeiro após a proclamação da República. Em conformidade com a Lei Orgânica nº 85, de 20 de setembro de 1892, que determinou a organização do Distrito Federal e a extinção do Conselho de Intendência Municipal, o presidente da República, marechal Floriano Peixoto, o designou prefeito em caráter provisório. Exerceu o cargo de 3 a 16 de dezembro de 1892, até a nomeação e posse de Cândido Barata Ribeiro.

Clicava no Hospital de São João Batista pouco tempo antes de falecer, em 3 de julho de 1930.

Claudia Mesquitta

FONTES: *Jornal do Brasil* (5/7/1930); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>; REIS, J. *Rio de Janeiro*.

BARCELOS, CRISTÓVÃO

*militar; rev. 1930; const. 1934; ch. EME 1944-1946.

Cristóvão de Castro Barcelos nasceu em Campos (RJ) no dia 25 de julho de 1883, filho de João Gomes Sobral Barcelos e de Teresa de Castro Barcelos.

Estudou no Liceu de Humanidades de Campos e, em 1901, assentou praça, ingressando depois na Escola Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Declarado aspirante a oficial em 1909, em 1911 foi promovido a segundo-tenente e, em outubro de 1917, a primeiro-tenente. Em janeiro de 1918 seguiu para a França, integrando a comissão brasileira de estudos, operações de guerra e aquisição de material. Em plena Primeira Guerra Mundial, acompanhou operações dos Aliados e permaneceu na França até junho de 1919, tendo realizado estudos na Escola de Saint-Cyr. Em janeiro de 1919, ainda na França, foi promovido a capitão por atos de bravura praticados durante a guerra.

De volta ao Brasil, ingressou em março de 1922 na Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio, cujo curso concluiu em janeiro de 1925. Entre fevereiro de 1927 e fevereiro de 1930 chefiou a 3ª Circunscrição de Recrutamento, sediada em Vitória. Promovido a major em novembro de 1928, chegou à patente de tenente-coronel em fevereiro de 1930. Nesse mesmo mês, durante a campanha eleitoral para a sucessão do presidente Washington Luís, chefiou a caravana oposicionista da Aliança Liberal que percorreu cidades dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em Vitória, reagiu a tiros ao ataque movido por forças policiais contra os oposicionistas, que realizavam um grande comício e endereçavam duras críticas ao governo federal. Em outubro, participou da revolução que depôs Washington Luís, chefiando tropas em operação na região situada entre as cidades mineiras de Além-Paraíba e Carangola.

Logo após a tomada do poder pelos revolucionários, vários grupos começaram a se reunir em segredo, procurando chegar a uma forma de organização que pudesse manter e defender os princípios da revolução. Cristóvão Barcelos frequentou reuniões de um desses grupos, embriões do futuro Clube 3 de Outubro, no bairro carioca da Gávea. A elas compareciam também Virgílio de Melo Franco, Juraci Magalhães, Herculino Cascardo, João Alberto Lins de Barros e outros.

Promovido a coronel em abril de 1931, assumiu em junho desse ano o comando da Escola de Estado-Maior do Exército. Em julho de 1932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, combateu os paulistas à frente do Destacamento Coronel Barcelos, envolvido em choques na região da serra da Mantiqueira (MG). Em setembro, foi promovido a general de brigada.

Após a derrota dos constitucionalistas em outubro de 1932 e a posterior convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, o general Barcelos participou, em dezembro do mesmo ano, da fundação do Partido Socialista Fluminense (PSF). Dois meses depois, desligou-se do PSF e engajou-se na tentativa de unificar partidariamente os antigos adeptos da candidatura de Nilo Peçanha, adversário de Artur Bernardes nas eleições presidenciais de 1922. Entretanto, frustraram-se os esforços de unificação dos nilistas, resultando daí a criação de dois partidos: a União Progressista Fluminense (UPF), liderada por Cristóvão Barcelos e José Eduardo Prado Kelly, e o Partido Popular Radical (PPR),

chefiado por Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares. Membro da primeira comissão diretora da UPF, Cristóvão Barcelos foi um dos quatro deputados eleitos na legenda, em maio de 1933, para Assembleia Nacional Constituinte.

NA CONSTITUINTE

Logo após a instalação da Assembleia, em novembro de 1933, Cristóvão Barcelos foi um dos protagonistas da disputa que se travou pela presidência da mesa diretora. A direção da Constituinte tinha particular importância política, já que um dos encargos de seus membros seria a eleição do presidente da República.

O chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, tentando articular sua permanência no poder, procurava consolidar aliança com setores das oligarquias regionais. Nesse sentido, apoiou a indicação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado pelo Partido Progressista de Minas Gerais e ex-presidente de seu estado, para a presidência da Assembleia. Outras candidaturas se apresentaram, inclusive a de Cristóvão Barcelos, que teria, segundo os informes do líder político mineiro Virgílio de Melo Franco e de Getúlio Vargas, o apoio de deputados classistas e de representantes das oposições do Distrito Federal, Bahia e São Paulo. Circulavam também no palácio Tiradentes, onde se reuniam os constituintes, rumores de que o capitão-tenente Ari Parreiras, interventor no Distrito Federal, e o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, pretendente à sucessão de Vargas, viam com simpatia a candidatura do general Barcelos.

Entretanto, nas eleições para a presidência da mesa realizadas no dia 13 de novembro, Cristóvão Barcelos recebeu apenas um voto contra os 138 que elegeram Antônio Carlos. Foi, contudo, escolhido segundo-vice-presidente da Assembleia.

Na sessão de 7 de dezembro, propôs a transferência da capital do país para o ponto mais central do território brasileiro, argumentando que sua experiência na Primeira Guerra Mundial, quando Paris e Londres foram especialmente visadas, ensinava que a sede do governo federal deveria situar-se em um local mais protegido do ponto de vista militar. A proposta, contudo, não foi aceita.

Em janeiro de 1934, foi um dos constituintes que se opuseram à proposta do líder da maioria, Antônio Medeiros Neto, no sentido de inverter a ordem dos trabalhos da Assembleia, o que implicaria que a eleição do presidente da República fosse realizada antes que se promulgasse a nova Constituição. Contrário à medida, o general Barcelos participou de uma reunião no gabinete do general Góis Monteiro, à qual também compareceram Virgílio de Melo Franco, João Alberto e Valdemar Mota. Nesse encontro, ficou concertada a aceitação da Fórmula Simões Lopes, sugerida pelo deputado Augusto Simões Lopes, segundo a qual a eleição presidencial seria precedida da votação, em primeiro turno, do projeto da Constituição.

No mês de março, quando se discutiu na Assembleia a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos constituintes, que desse modo executariam funções para as quais não haviam sido eleitos, o general Barcelos assumiu posição decididamente contrária à medida. Na semana seguinte, em reunião com os líderes de bancadas, pronunciou-se sobre a concessão do direito de voto aos sargentos, questão que dividia as oposições dentro do próprio Exército. Argumentando que se produziriam efeitos nefastos para a disciplina militar,

solicitou que fosse encontrada uma forma de recuar, anulando a decisão já tomada. Sua proposta foi debatida, mas acabou recusada pela maioria dos líderes.

Em junho, já perto do final dos trabalhos constituintes, o general Barcelos votou, juntamente com Nilo Alvarenga e Asdrúbal Gwyer de Azevedo, a favor de que a Assembleia atribuísse ao presidente da República, até a promulgação da nova Constituição, os poderes discricionários conferidos em 1930 ao cargo de presidente, atribuindo-lhe funções próprias dos poderes Executivo e Legislativo.

Com Prado Kelly, Nilo Alvarenga e Abelardo Marinho, Cristóvão Barcelos assinou as emendas nº 897, criando o Conselho Federal, responsável pelo planejamento quinquenal da produção do país, e nº 899, garantindo o direito à educação para todos os brasileiros. Integrou ainda a comissão nomeada pelo presidente da Assembleia para apresentar a Getúlio Vargas congratulações pela decretação da anistia para os acusados de crimes políticos.

A SUCESSÃO FLUMINENSE DE 1935

Encerrados os trabalhos da Constituinte em julho de 1934, com a promulgação da nova Constituição e a eleição de Vargas para a presidência da República, entrou em fase decisiva o processo de reconstitucionalização nos estados. Em outubro, realizaram-se eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias constituintes estaduais, encarregadas também de eleger governadores e senadores. No estado do Rio, a UPF elegeu 19 deputados, enquanto a coligação do PSF com o PPR conseguiu fazer 23 representantes.

Dois fatores, porém, tornavam especialmente complexa a conjuntura política fluminense. Em primeiro lugar, também no estado do Rio se registrava uma característica do processo de reconstitucionalização nas demais unidades da Federação: o governo federal, através dos interventores, não lograra organizar-se politicamente de forma autônoma, permanecendo ligado a alianças com os tradicionais setores oligárquicos. Dessa maneira, o interventor Ari Parreiras não conseguia dirigir sua própria sucessão, disputada pelo general Barcelos, candidato da UPF e apoiado pelo Partido Evolucionista do Distrito Federal e um deputado dissidente do PSF, e pelo almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha e candidato da Coligação Radical Socialista.

O segundo fator a tornar mais complexa a conjuntura política fluminense era a interferência do governo federal e de alguns governos estaduais na sucessão. Mal haviam terminado os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, já iam avançadas as articulações entre forças empenhadas nas eleições diretas para a presidência da República, previstas para os primeiros meses de 1938. O governo do estado do Rio assumia assim grande importância, atraindo a atenção de diversos grupos relevantes no plano nacional. Os governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais apoiavam Cristóvão Barcelos, enquanto os governos federal e de São Paulo eram favoráveis a Protógenes Guimarães.

Após tentar em vão um acordo entre os partidos adversários, o interventor, sentindo fugir-lhe ao controle o processo eleitoral, apresentou ao presidente Vargas, em janeiro de 1935, sua renúncia ao cargo, no que não foi atendido. Agravaram-se, a partir de então, as suspeitas de que o governo federal estaria preparando a substituição do interventor por algum elemento ligado ao seu esquema político. Em telegrama datado de março de 1935, o

general Barcelos denunciava a José Antônio Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, as supostas manobras do presidente.

De acordo com um relatório apresentado em setembro a Getúlio Vargas pelo ministro da Justiça, Vicente Rao, Cristóvão Barcelos teria sido instado por Benedito Valadares, interventor federal em Minas Gerais e seu amigo particular, a procurar uma solução conciliatória com os demais partidos fluminenses. Insistira porém em manter sua candidatura ao governo estadual, declarando, além disso, que “chegaria até à inimizade pessoal com o presidente, não hesitando em levantar a rebelião no estado e a morrer na luta”.

Em 25 de setembro de 1935 realizaram-se as eleições, marcadas por atos de violência que chegaram a provocar ferimentos à bala em um deputado do PSF e no próprio general Barcelos. O almirante Protógenes Guimarães venceu o pleito, mas a UPF entrou com recurso, alegando as precárias condições de segurança em que este fora realizado, e conseguiu que a Justiça Eleitoral anulasse o resultado e convocasse novas eleições.

Flores da Cunha, empenhado em obstruir o projeto continuísta de Vargas, apoiou o recurso impetrado pelo general Barcelos, acusando o presidente de pressionar os constituintes fluminenses, através do ministro da Justiça, para que votassem em Protógenes Guimarães. No dia 12 de novembro de 1935 realizaram-se novas eleições, vencidas por um voto de diferença pelo almirante Protógenes. As relações entre Vargas e Flores da Cunha deterioraram-se aceleradamente a partir dessa disputa eleitoral, e às vésperas da decretação do Estado Novo (novembro de 1937) Flores da Cunha acabaria renunciando ao governo gaúcho e partindo para o exílio.

DE VOLTA À CASERNA

De fevereiro de 1936 a março de 1937 o general Barcelos comandou a 8ª Brigada de Infantaria, e em dezembro seguinte assumiu o comando da 7ª Região Militar, sediada em Recife. Promovido a general de divisão em junho de 1938, deixou o comando da 7ª RM em agosto.

Presidente da Comissão Central de Requisições do Exército a partir de janeiro de 1939, comandou até 1942 a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Infantaria, ambas em Minas Gerais. Ainda em 1942 desempenhou as funções de inspetor do 3º Grupo de Regiões Militares e, em dezembro, foi nomeado chefe da Comissão do Rio de Janeiro na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, criada para regular a participação das forças militares dos dois países na defesa continental. Permaneceu na comissão até 1944.

De 1943 a 1945 integrou a Comissão de Promoções do Exército, e em dezembro de 1944 tornou-se chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que continuou a ocupar, mesmo depois da queda de Getúlio Vargas (29/10/1945), até fevereiro de 1946.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1946.

Foi casado com Olga de Carvalho Barcelos.

Renato Lemos

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Cronologia da*

Assembléia; Encic. Mirador.; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta;* LAGO, L. *Generais;* MIN. GUERRA. *Almanaque* (1944); MIN. REL. EXT. *Relatório;* NOVAIS, M. *História;* SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1944.

BARCELOS, Ramiro

*const. 1891; sen. RS 1891-1906.

Ramiro Fortes de Barcelos nasceu em Cachoeira do Sul (RS) no dia 23 de agosto 1851, filho de Vicente Loreto de Barcelos e Joaquina Idalina Pereira Fortes de Barcelos.

Iniciou seus estudos na Escola Pública de Cachoeira do Sul e em 1865 mudou-se para Porto Alegre, onde continuou o secundário. Kursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e formou-se em 1873.

Entre os anos de 1877 e 1882, foi deputado provincial no Rio Grande do Sul, eleito pelo Partido Liberal. Durante esse período foi, em 1880, secretário da Mesa Diretora da Assembleia. A partir de 1882, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e dedicou-se à medicina e ao jornalismo. Em 1883 fundou o jornal *Novo Mundo*, e no ano seguinte foi um dos fundadores de *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação a que foi ligado.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado ministro plenipotenciário no Uruguai, responsável por negociar um tratado aduaneiro para combater o contrabando na fronteira entre o Brasil e o país vizinho. Em 15 de setembro de 1890, foi eleito senador constituinte pelo estado do Rio Grande do Sul com um mandato de nove anos. Tomou posse no Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, a partir de maio seguinte, passou a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Ausentou-se do Senado durante a Revolução Federalista de 1893, quando atuou com Pinheiro Machado nas operações militares ao lado das forças que defenderam Júlio de Castilhos, então presidente do Rio Grande do Sul (1893-1898).

Foi reeleito senador em 1900 e nesse mandato apresentou, em 1902, projeto instituindo uma nova moeda: o cruzeiro. Segundo o jornal *A Federação*, escreveu nesse ano alguns artigos criticando o positivismo. Foi também, em 1903, designado membro das comissões de Constituição e Poderes e de Finanças e, em 1904, nomeado procurador do Rio Grande

do Sul no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1906 renunciou ao mandato de senador. Passou então a se dedicar à medicina, ao jornalismo e às atividades empresariais. Entre 1906 e 1912 foi superintendente das obras da Barra do Rio Grande e, em 1912, superintendente da Brazil Railway.

Voltou a participar da vida política de seu estado em 1915, quando da escolha do candidato do PRR ao Senado. Na ocasião, Borges de Medeiros, que presidira o Rio Grande do Sul de 1898 a 1908 e voltara ao comando do estado em 1913, seguindo sugestão do senador Pinheiro Machado, aceitou a indicação da candidatura do ex-presidente da República, marechal Hermes da Fonseca. A escolha provocou várias manifestações de desgosto entre seus correligionários, e dias depois Ramiro Barcelos decidiu concorrer contra Hermes. Não tendo obtido o apoio de Borges, rompeu com ele e com o PRR e acusou o Partido Republicano Conservador (PRC) de ser um veículo da ambição política de Pinheiro Machado. Depois das eleições, vencidas por Hermes, escreveu um poema épico-satírico intitulado *Antônio Chimango*, dirigido a Borges e sua máquina política. O personagem-título era o senhor todo-poderoso da “estância de São Pedro” (o Rio Grande do Sul), que elegia e depunha deputados e senadores. A Brigada Militar procurou impedir a circulação da obra, mas não pôde evitar sua divulgação clandestina. Como consequência, o termo “chimango” passou a ser empregado genericamente para designar Borges de Medeiros e seus liderados. Chimango ou ximango, nome de uma ave de rapina do Rio Grande do Sul, já havia designado no Império uma facção do Partido Liberal.

Ramiro Barcelos foi também distinguido com o título de coronel honorário do Exército, foi chefe da Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Porto Alegre e professor de propedêutica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Faleceu em Porto Alegre em 29 de janeiro de 1916.

Foi casado com Lucília Gomes.

Publicou: *Das alianças consanguíneas e sua influência sobre o físico, o moral e o intelectual do homem* (tese, 1873); *Convenção Republicana de 23 de fevereiro* (discursos de F. M. Azevedo, Apeles Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Luís L. Faria e Ramiro

Barcelos, 1882); *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul – História* (2ª ed. 1985); *Discurso - Senado, 14.01.1892* (1892), e *Antônio Chimango – Poemeto campestre* (1915).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário ; Federação* (25/9/1902); PORTO ALEGRE, A. *Homens*; *SENADO. Dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul*; SPALDING, W. *Propaganda*; VILLAS BOAS, P. *Dicionário*.

BARRADAS, Costa

*magistrado; min. STF 1891-1893.

Joaquim da Costa Barradas nasceu no Maranhão no dia 18 de fevereiro de 1833, filho de Joaquim da Costa Barradas e de Maria Amália Bruce Barradas.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1856, iniciou carreira na magistratura ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Itapicuru (BA) e anexos. Em 1862 passou a exercer as mesmas funções em São Luís do Maranhão, e em maio de 1864 foi nomeado juiz de direito em Turiaçu (MA). Chefe de polícia da província em 1872, no ano seguinte assumiu a 2ª Vara Cível de São Luís, e em 1885 foi nomeado desembargador da Relação.

Assumiu interinamente a presidência de várias províncias no Nordeste, por conta das sucessivas crises que abalaram a região ao fim do Império. Advinda a República, com a mudança de nome dos tribunais de segunda instância, que passaram a se chamar cortes de apelação, tornou-se por eleição, em março de 1890, o primeiro presidente da Corte de Apelação do Maranhão. Já destacada figura no panorama jurídico de sua época, em novembro seguinte foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). No STF, foi relator do rumoroso processo de *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa em favor do Senador Eduardo Waldenkolk e outras autoridades e políticos presos durante a decretação do estado de sítio pelo governo Floriano Peixoto, em abril de 1892. Negada a ordem de soltura dos detidos, que foram acusados de conspirar contra o regime florianista e de se apossar de navios da Armada para derrubar o governo, Barradas entendeu legítima tanto a medida de exceção decretada quanto a detenção daquelas autoridades, que se dera, segundo ele, em clima de comoção e desordem pública.

Foi aposentado do STF por decreto de 21 de outubro de 1893. Entre 1899 e 1900 atuou na comissão nomeada pelo governo republicano e chefiada por Clóvis Bevilacqua para organizar o projeto de um Código Civil.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 31 de janeiro de 1908.

Era casado com Zulmira Frazão Varela.

Eduardo Junqueira

FONTES: MELLO FILHO, J. *Notas*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal Federal*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

BARRETO, Almeida

*militar; const. 1891; sen. PB 1891-1905.

José de Almeida Barreto nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, em 22 de junho de 1827.

Participou ao lado de Joaquim Nunes Machado da Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco em 1848. Em decorrência, foi mantido preso na fortaleza do Brum, na mesma província, e, em 6 de junho de 1849, obrigado a sentar praça como soldado no 1º Regimento de Cavalaria do Exército. Recebeu a patente de sargento em 1851 e, por decreto de 2 de dezembro de 1855, foi promovido a alferes. Nesse posto comandou as fortificações de Parati, na então província do Rio de Janeiro. No ano de 1858, serviu como adido ao Batalhão de Engenheiros, sendo depois nomeado quartel-mestre. Promovido a tenente a 22 de janeiro de 1866, foi classificado no 3º Corpo de Caçadores a Cavalos, de onde foi desligado para se unir ao Exército em operações no Paraguai.

NA GUERRA DO PARAGUAI

Presidido por Francisco Solano Lopez, o Paraguai declarou guerra ao Brasil em 13 de dezembro de 1864, e à Argentina em 18 de março do ano seguinte. Coube aos paraguaios as primeiras ações efetivas durante o conflito. Somente em fins de 1865 é que a reação brasileira de fato começou.

Servindo no 2º Regimento de Cavalaria, Almeida Barreto passou com o Exército para o território do Paraguai, tomando parte nas ações de guerra, pela primeira vez, em 16 e 17 de abril de 1866. Em 2 de maio, esteve no combate em Estero-Bellaco, onde milhares de militares dos dois lados foram abatidos. Achando-se na vanguarda das forças, avançou a 20 daquele mês para atacar as posições de Tuiuti. Quatro dias depois, ocorreu naquela localidade uma batalha ainda mais sangrenta que a de Estero-Bellaco. Durante o embate, em função da morte de seus chefes, Almeida Barreto assumiu o comando da tropa.

Ainda em 1866, ao fim da Batalha do Tuiuti, as forças da Tríplice Aliança, formada por

Brasil, Argentina e Uruguai, voltaram-se para o objetivo de liberação da passagem do rio Paraguai, fundamental para conquista da cidade de Assunção, capital paraguaia. Almeida Barreto fez parte das tropas que partiram para a concretização dessa meta. Assim, dirigiu-se para Curupaiti, visando a tomar o forte lá estabelecido. O primeiro embate entre as tropas se deu em setembro daquele ano, mas a vitória das forças aliadas só ocorreu em 23 de março de 1868. Em seguida, participou do cerco e tomada da fortaleza de Humaitá, em 25 de julho de 1868, feito fundamental para os destinos finais do conflito.

Almeida Barreto também esteve presente nos combates do rio Tebiquary, na ponte colocada no arroio Surubi-hy, em setembro de 1868, e nos reconhecimentos de Angustura. Embarcou para o Chaco a 25 de novembro daquele ano, para participar dos combates que ocorreriam naquela região, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Tais batalhas, que ficaram conhecidas como a “dezembrada”, resultaram em uma série de vitórias das tropas brasileiras. Assim foi que, em 6 de dezembro de 1868, Almeida Barreto tomou parte no embate na ponte de Itororó; no dia 11, na batalha do Avaí; e, no dia 21, no combate de Lomas Valentinas, onde, por bala de metralhadora, foi gravemente ferido na perna esquerda.

Pelos atos de bravura durante o conflito com o Paraguai, em 20 de fevereiro de 1869 foi promovido a capitão. No dia 1º de março embarcou de volta para o Brasil, e em 28 daquele mesmo mês lhe foi concedida a Medalha de Mérito Militar, em atenção aos relevantes atos em combate. Finda a guerra, foi contemplado no elogio do imperador às forças do comandante duque de Caxias, foi condecorado com o Grão de Cavaleiro da Ordem de Rosa e nomeado Grão-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz. Recebeu, ainda, a Medalha da Campanha do Paraguai, conferida pelo Brasil e pela Argentina, correspondente a quatro anos de lutas.

Prosseguindo na carreira militar, recebeu a patente de major graduado em 14 de abril de 1871, e a de efetivo em 21 de dezembro daquele ano. Em 13 de junho de 1876 foi promovido a tenente-coronel por merecimento. A 14 de maio de 1881 foi elevado a coronel graduado, e, em 14 de julho, a coronel efetivo por merecimento. Antes, por decreto de 8 de

junho de 1881, foi nomeado conselheiro de guerra do Conselho Superior Militar. Em 1884 foi designado comandante do 1º Regimento de Cavalaria, onde havia iniciado a sua carreira militar, e em 28 de julho de 1887 foi promovido a brigadeiro.

NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Almeida Barreto surgiu na política com o advento da República, em 15 de novembro de 1889, quando, devido ao desconhecimento que seus superiores tinham de suas idéias políticas, se tornou um colaborador útil e privilegiado do movimento republicano.

Em face da crise política que assolava o Império, em 7 de junho de 1889, dom Pedro II nomeou Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde do Ouro Preto, membro do Partido Liberal, presidente do Conselho de Ministros. Almeida Barreto fazia parte do Partido Conservador, responsável pelo gabinete deposto, e em consequência dessa filiação política, em 11 de agosto daquele ano foi demitido da posição que ocupava como comandante de brigada. Algum tempo depois, às vésperas da proclamação da República, passou a maquinar pela derrubada do regime.

No dia 6 de novembro de 1889, Benjamin Constant, um dos líderes da conspiração, recebeu a notícia de que Almeida Barreto estava disposto a contornar os problemas que tivera com o marechal Deodoro da Fonseca e aderir ao movimento. Dois dias depois, participou de uma reunião em São Cristóvão, na residência do capitão Vicente Antônio do Espírito Santo, à qual também estiveram presentes Constant, o coronel Cândido José da Costa, o major Solon Ribeiro e o tenente Lauro Sodré. Nesse encontro, foram combinadas a data da insurreição e as providências a serem tomadas. No dia seguinte, em carta enviada a Benjamin Constant, Almeida Barreto declinou o convite que lhe fora feito para ingressar no Clube Militar. Alegou que à instituição, criada em 1887 e dirigida por Deodoro da Fonseca, pertenciam alguns desafetos seus, mas se colocou à disposição para defender os direitos e a dignidade do Exército.

No dia 15, inconformado com o início das movimentações dos militares revoltosos no Campo de Santana, também denominado Campo da Aclamação, Ouro Preto solicitou que o

marechal Floriano Peixoto tomasse providências para debelar os rebeldes, mas este nada fez. Em seguida, não estando ciente de que Almeida Barreto era um dos conspiradores para a queda do regime, Ouro Preto confiou-lhe o comando de uma brigada de mais de mil homens, incluindo praças, marinheiros, fuzileiros navais, policiais e bombeiros, com a qual deveria combater o destacamento dos revoltosos. Almeida Barreto assegurou ao ministro que cumpriria a missão que lhe foi designada, mas apenas circulou pelo Campo de Santana fingindo que iria atacar. Ao invés de atacar, passou para o lado do marechal Deodoro da Fonseca, ajudando-o a comandar as forças revoltosas.

Derrubado o antigo regime, foram tomadas providências com vistas à afirmação da nova situação. Em resposta a um motim de inspiração monarquista iniciado por praças do 2º Regimento de Artilharia Montada, foi desencadeada uma ofensiva contra os supostos líderes da revolta, entre eles o visconde de Ouro Preto. Em complemento, para desestimular novas aventuras subversivas, no dia 23 foi editado um decreto que previa a criação de uma Comissão Mista Militar de Sindicância e Julgamento com o objetivo de julgar todos os que conspirassem contra a República, aliciando militares. Para presidente da comissão, o ministro da Guerra, Benjamin Constant, escolheu Almeida Barreto. Em 28 de junho de 1890, este deixou o serviço ativo no Exército por ter atingido a idade para a reforma compulsória.

SENADOR

Em 15 de setembro de 1890, Almeida Barreto foi eleito senador pela Paraíba ao Congresso Constituinte, sendo empossado em 15 de novembro seguinte. Durante os trabalhos posicionou-se a favor da dissolução do Congresso após a promulgação da Constituição e a eleição do presidente da República, cuja responsabilidade cabia aos constituintes. Contudo, o texto da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, previa que, terminada a missão constituinte, o Congresso Nacional seria separado em Câmara e Senado e principiaria suas funções normais. Entrando em vigor a nova Carta e feita a separação do parlamento, Almeida Barreto continuou senador, com

mandato até dezembro de 1899.

Na Constituinte de 1890-1891, e, depois, no Senado, Almeida Barreto fez parte da bancada governista, mas, com a ascensão do marechal Floriano Peixoto à presidência da República após a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, passou a se opor ao governo. Tão logo assumiu o cargo, Floriano promoveu a deposição dos presidentes e governadores de estado. Entre eles estava Venâncio Neiva, que havia assumido o governo da Paraíba em 1889 com o apoio de Almeida Barreto. O senador paraibano logo se opôs à destituição de Venâncio Neiva, e, no plenário do Senado, fez críticas à ação de Floriano Peixoto e o ameaçou dizendo que, caso continuasse semeando ventos, colheria horribéis tempestades, que trariam ódio e vingança. A 11 de janeiro de 1892, seguindo o que determinava o Decreto nº 29, do dia 8 daquele mês, recebeu a patente de marechal.

Em 31 de março de 1892, junto com 12 outras autoridades militares, Almeida Barreto assinou o que ficou conhecido como o “Manifesto dos 13 Generais”. No documento, publicado apenas em 6 de abril, os oficiais sustentavam que, segundo a Constituição da República, deveria ser feita nova eleição para presidente, uma vez que Deodoro havia renunciado dentro do primeiro biênio governamental. Além disso, criticavam a intervenção do governo federal nos governos estaduais. Floriano Peixoto respondeu com agilidade. Declarando tratar-se de uma revolta de oficiais, em 10 de abril destituiu de seus comandos e prendeu os oficiais signatários do manifesto. Almeida Barreto foi desterrado nas proximidades de Santa Isabel e Cucuí, nas margens do rio Negro, no estado do Amazonas.

Após um período de afastamento devido ao degredo, retornou ao Senado em 19 de setembro de 1892, mantendo-se em firme oposição ao governo Floriano (1891-1894) e ao grupo que assumira o controle político no estado da Paraíba. Porém, durante o quadriênio de Prudente de Moraes (1894-1898), apoiou as medidas do governo. Diante da escolha de Epitácio Pessoa para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Campos Sales (1898-1902), e do resultado da eleição de 1899, os partidários de Venâncio Neiva se fortaleceram e, no pleito de 1900, reelegeram Almeida Barreto para o Senado. Membro do Partido Autonomista, na Paraíba, e do Partido Democrata, na capital federal, manteve-se na

oposição à presidência de Campos Sales, mas, iniciado o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), enquanto pôde exercer seu mandato foi um de seus partidários. No Senado, manteve uma atuação destacada no debate de questões relativas aos militares e fez parte da Comissão de Marinha e Guerra, chegando a presidi-la.

Durante o tempo em que esteve no serviço ativo do Exército desempenhou várias comissões importantes, chegando a exercer o comando superior da Guarda Nacional da capital federal. Foi também ministro do Supremo Tribunal Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio de 1905.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1905); CARONE, E. *Primeira*. CARONE, E. *República*; DONATO, H. *Dicionário; Encyclopedia e Diccionario Internacional* (v. II, p. 1236); *Jornal do Brasil* (4/5/1905, p. 1); LEMOS, R. *Benjamin*; MARIZ, C. *Apanhados*; PENNA, L. *República*; SCHULZ, J. *Exército*; SENADO. *Anais* (1890-1905).

BARRETO, Américo

*dep. fed. BA 1927-1930.

Américo Pinto Barreto Filho nasceu em Lençóis (BA) no dia 5 de julho de 1874, filho do desembargador Américo Pinto Barreto e de Altina Moreira de Andrade.

Fez seus estudos em Salvador, onde colou grau de bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia em 1894. Exerceu a profissão de advogado, alcançando posição de destaque entre seus pares. Dedicou-se também ao jornalismo, ganhando fama por haver divulgado versos polêmicos de seu grande amigo e poeta Transíbulo Ferraz. Dirigiu o *Diário da Bahia*, que aglutinava um grupo de profissionais de grande prestígio na época.

Militante do Partido Republicano (PR), chefiado por Severino Vieira, foi deputado estadual de 1897 a 1898, de 1905 a 1906 e de 1907 a 1908. Nesse último participou das lutas políticas na sucessão do governador José Marcelino.

Em março de 1927 foi eleito deputado federal e tomou posse em maio seguinte. Reeleito em março de 1930, teve o segundo mandato interrompido em decorrência de Revolução de outubro de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Salvador em 15 de junho de 1956, aos 82 anos.

Casado com Josefina Tanajura Barreto, teve uma filha, Alcina Barreto Matos, casada com o industrial Hipólito Matos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20/2/2009; Morte do Dr. Américo Barreto. Tarde ((5/6/56, p. 6);

BARRETO, Antônio Adolfo da Fontoura Mena

*militar; const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893; min. Guerra 1911-1912.

Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto nasceu em Porto Alegre, na então província do Rio Grande do Sul, no dia 21 de fevereiro de 1846, filho do marechal de campo Gaspar Francisco Mena Barreto e de Balbina Carneiro da Fontoura Mena Barreto.

Assentou praça no Exército em outubro de 1861, e em 1864 seguiu para o campo de combate na guerra contra Aguirre, presidente do Uruguai. Com as forças do marechal João Propício Mena Barreto, mais tarde barão de São Gabriel, marchou para Paissandu e em seguida para Montevideú, participando do sítio e da capitulação daquela cidade. Em 18 de fevereiro de 1865 foi promovido a alferes e partiu, então, sob as ordens do general Manuel Luís Osório, futuro marquês de Herval, para Entre Rios, província argentina ameaçada de invasão pelas tropas paraguaias. Presidido por Francisco Solano Lopez, o Paraguai havia declarado guerra ao Brasil em 13 de dezembro de 1864, e fez o mesmo em relação à Argentina em 18 de março de 1865. Membro das tropas brasileiras na região do Prata, Mena Barreto passou então a participar da Guerra do Paraguai (1864-1870). Comandado pelo coronel João Manuel Mena Barreto, rumou para o Passo da Pátria, incorporando-se mais tarde ao corpo de Exército estacionado em Curuzu, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Sousa, o barão de Porto Alegre. Participou de toda a campanha, e já após seu encerramento, foi promovido a tenente em 13 de junho de 1876, com antiguidade de 22 de junho de 1875. Sua promoção seguinte ocorreu apenas em 2 de setembro de 1884, quando passou capitão, com antiguidade de 26 de agosto do mesmo ano.

Aproximou-se da política alistando-se nas fileiras do Partido Conservador, no Rio Grande do Sul. Considerando que o partido enfraquecia devido à orientação da chefia, convenceu seus correligionários da necessidade de mudança. Contudo, não exigiu para si a posição de chefe, e sim para Francisco da Silva Tavares, o Joca Tavares, que assumiu a liderança do partido em abril de 1888. Desiludido com o regime monárquico, tornou-se abertamente um dos mais esforçados propagandistas da corrente republicana que crescia pelo país. Nas

vésperas do advento da República encontrava-se com seu regimento no Rio de Janeiro, então capital do Império. Não tardou a fazer alianças com companheiros de armas, propagandistas republicanos, como Benjamin Constant, Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, Joaquim Inácio Batista Cardoso, Sebastião Bandeira, Saturnino Cardoso, Marciano de Magalhães, Lauro Müller, Augusto Tasso Fragoso, Adolfo Peña e outros. Tornou-se, então, um dos oficiais que mais ativamente trabalharam para a implantação do novo regime.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, como recompensa por seus serviços à causa republicana, foi promovido a major em 7 de janeiro de 1890 e a tenente-coronel pouco depois, em 17 de março. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, afinal promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, e em 25 de abril foi transferido para a sua terra natal, como comandante do então 4º Regimento de Cavalaria Ligeira, em Itaqui. Nesse posto, prestou auxílio a Júlio de Castilhos na defesa das novas instituições. Em paralelo, a partir de junho, ao se iniciar a legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. No curto período em que esteve no parlamento, dedicou-se quase que integralmente a questões relativas à carreira militar. Além disso, postou-se na defesa do marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente constitucional da República do Brasil.

Fiel e devotado amigo do marechal-presidente, Mena Barreto com ele se solidarizou quando da crise que o levou à renúncia em 23 de novembro de 1891. Chegou a planejar uma invasão do Rio Grande do Sul, mas foi impedido pelas autoridades uruguaias. Com a substituição de Deodoro pelo vice-presidente Floriano Peixoto, retornou ao Rio de Janeiro e ligou-se aos adversários deste. Foi assim um dos signatários do chamado “Manifesto dos 13 Generais”, publicado em 6 de abril de 1892. No documento, os oficiais sustentavam que, segundo a Constituição, deveria ser feita nova eleição para presidente, uma vez que o marechal Deodoro havia renunciado dentro do primeiro biênio governamental. Além disso, criticavam a intervenção do governo federal nos governos estaduais. Floriano Peixoto,

declarando tratar-se de uma revolta de oficiais, em 10 de abril prendeu os signatários do manifesto. Em consequência, Mena Barreto foi encarcerado a bordo do encouraçado *Aquidabã* e desterrado para regiões do estado do Amazonas, onde permaneceu durante seis meses. Anistiado, reassumiu o mandato de deputado federal.

NO COMBATE À REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Com o retorno de Júlio de Castilhos ao governo do Rio Grande do Sul em 1893, Mena Barreto passou a apoiar o governo contra a Revolução Federalista. O movimento ameaçou a estabilidade do governo republicano e, em resposta, Floriano Peixoto enviou tropas federais para o Sul com o objetivo de combatê-lo. Mena Barreto participou da campanha de março de 1893 até seu encerramento em agosto de 1895, incorporando-se, no comando da 2^a Brigada legalista, às fileiras dos chamados “pica-paus”, seguidores de Júlio de Castilhos, que combatiam os “maragatos”, defensores do federalismo e do parlamentarismo. Sua atuação durante o movimento assinalou sua reconciliação com Floriano Peixoto.

No início da guerra civil, os revolucionários, comandados por João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joça Tavares, e Gumerindo Saraiva, concentraram-se em regiões de fronteira com o Uruguai, próximas a Bajé (RS). Iniciaram, então, a invasão daquela cidade gaúcha, onde Mena Barreto assumira o comando das forças legais. Diante do sucesso inicial das ações dos maragatos e do recrudescimento da revolução, e existindo nas forças legalistas mais de um chefe de igual patente, Mena Barreto concluiu que faltava uma unidade de comando. Solicitou ao governo a nomeação de um oficial general que assumisse o comando em chefe das tropas, no que foi atendido por Floriano, que nomeou o general João Batista da Silva Teles para a função.

Em abril de 1893, à frente de sua brigada, Mena Barreto combateu diretamente as forças federalistas, sendo ferido nos combates próximos ao povoado da Serrilhada. Mesmo ferido e quase derrotado, pois já havia perdido posições para os federalistas, conseguiu de novo conquistá-las, forçando o inimigo à fuga até o Uruguai. Em seguida, continuou a

acompanhar as ações de Gumerindo Saraiva, que retornara a solo brasileiro, até o rio Negro, onde recebeu ordem de regressar a Bajé. Devido ao seu estado de saúde, foi-lhe determinado que regressasse a Pelotas e, mais tarde, à capital do estado.

Ainda não restabelecido completamente, a convite do então ministro da Guerra general Francisco Antônio de Moura, e de Júlio de Castilhos, marchou para São Jerônimo, para dar combate às forças revolucionárias que assolavam o município de São Sepé, operação que não se realizou, pois os federalistas tomaram a direção de São Gabriel, onde derrotaram as forças legalistas. Em seguida, rumaram em direção norte e invadiram Santa Catarina. Mena Barreto marchou, então, para a cidade de Itajaí, naquele estado, onde Gumerindo Saraiva e outros líderes maragatos se achavam alojados. Depois de um combate que durou mais de três horas, os federalistas foram obrigados a abandonar a posição.

Mena Barreto retirou-se com sua brigada e posteriormente foi designado para seguir em direção ao rio Pelotas, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para impedir a passagem de Gumerindo Saraiva que regressava triunfante do Paraná, depois da tomada da cidade da Lapa. Com as margens do rio guarnecidas e atacado ainda pelas forças de Mena Barreto reunidas às do general Artur Oscar, Gumerindo foi obrigado a uma nova retirada pelo centro do sertão. Foi derrotado pela tropa legalista comandada pelo general Lima no município de Passo Fundo (RS) e posto em fuga rumo à fronteira de Missões. Com essa constante perseguição, chegou a Carovi e ali, em 10 de agosto de 1894, foi derrotado e morto em combate pelas forças daquele general. Confiado o comando dos federalistas a Aparício Saraiva, irmão de Gumerindo, seguiram estes rumo à fronteira com o Uruguai, devendo efetuar uma passagem pelo rio Ibicuí. Mais uma vez as margens estavam guarnecidas pelas tropas lideradas por Mena Barreto, o que lhes impediu o intento. Nesse mesmo comando, Mena Barreto bateu as forças federalistas na Serra do Caverá, na localidade de Rosário do Sul (RS), e as que se encontravam em Lavras do Sul (RS) e em Camapuã (MT).

Nessa fase da revolução, em 24 de junho de 1895, foi morto no Campo Osório o almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, um dos líderes da Revolta da Armada, movimento de

oposição ao marechal Floriano Peixoto que, após ser derrotado no Rio de Janeiro, rumou para o Sul do país e uniu-se aos federalistas. Formalizou-se, então, um acordo para pacificação em 23 de agosto, e teve início a dissolução das forças patrióticas. Em face da formalização do fim do conflito, Mena Barreto deixou o campo de ação. Parte dos revoltosos, no entanto, não se conformando com o tratado de pacificação que acabara de ser assinado, continuou a percorrer os Pampas. Mena Barreto, a convite do general em chefe das forças legais e do governo Castilhos, seguiu com o intuito de fazê-los depor as armas, o que conseguiu, obtendo a sua dispersão desde Palmeira das Missões até Vacaria. Em 11 de fevereiro de 1896 foi promovido a coronel, com antiguidade de 23 de julho de 1894.

Em 1902, acusado de ter proferido um pronunciamento, foi preso na fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Anulada a decisão judicial, ainda assim foi mandado servir em Mato Grosso. Insatisfeito, pediu reforma em 18 de novembro de 1903, permanecendo fora do serviço ativo até 9 de janeiro de 1907. Revertido à efetividade, foi promovido a general de divisão no dia 14 de novembro de 1910 e nomeado, no dia 25 daquele mês, comandante do então 4º Distrito Militar, localizado no Rio de Janeiro. No mês seguinte, participou da retomada da ilha das Cobras, também no Rio de Janeiro, na qual fuzileiros navais, presos em consequência da Revolta da Chibata, haviam iniciado nova rebelião. Deixou o posto em 12 de setembro de 1911, quando foi nomeado ministro da Guerra pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), em substituição ao general Emídio Dantas Barreto, que assumiria o governo de Pernambuco.

NO MINISTÉRIO DA GUERRA

Durante a administração de Mena Barreto à frente do Ministério da Guerra, através do Decreto nº 9.397, de 28 de fevereiro de 1912, foi criado o Colégio Militar de Porto Alegre. Sua permanência no ministério foi, entretanto, curta. Acusado de interferir na política estadual, especialmente do Rio Grande do Sul, durante uma reunião do gabinete ministerial realizada em 29 de março de 1912, exonerou-se. Reformou-se em seguida, afastando-se das atividades políticas.

Durante toda a sua carreira militar pertenceu à arma de cavalaria, tendo exercido o comando da 1.^a Brigada Estratégica na capital da República. Foi, ainda, deputado estadual em sua terra natal. Recebeu as condecorações das ordens de Cristo e da Rosa. Possuía, também, as medalhas comemorativas da Guerra do Paraguai, conferidas pelo Brasil, Argentina e Uruguai.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 4 de junho de 1914.

Era casado com Raquel Ribeiro Mena Barreto. Seu sobrinho, João de Deus Mena Barreto, foi um dos líderes da junta governativa provisória que administrou o país entre a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e a posse de Getúlio Dorneles Vargas, em 3 de novembro do mesmo ano.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. I, p. 198); CÂM. DEP. *Anais*; CONG. CONST. REP. *Anais*; DONATO, H. *Dicionário; Encic. Mirador Internacional* (v. 14, p. 7466); *Jornal do Brasil* (5/6/1914, p. 12); *Jornal do Comércio* (5/6/1914. p. 4); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 53); LEMOS, R. *Benjamin Constant*; LEMOS, R. *Mena Barreto*; LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 168-169); MACCANN, F. *Soldados*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1909); 1.^a REGIÃO MILITAR. Galeria. Disponível em: <<http://www.1rm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>. Acesso em: 30/4/2011; 1.^a REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO. Ex-Comandantes. Disponível em: <<http://www.1rcmec.eb.mil.br/paginas/principal.htm>>. Acesso em: 30/4/2011.

BARRETO, Cândido Floriano da Costa

*militar; junta gov. MA 1889.

Cândido Floriano da Costa Barreto era capitão-tenente do Exército quando integrou a junta governativa que assumiu o poder no Maranhão logo após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Essa junta governou o estado de 18 de novembro a 17 de dezembro seguinte. Era composta ainda pelo tenente-coronel João Luís Tavares, que a presidiu, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho, e pelos civis José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. Foi substituída pelo governador nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior.

Alan Carneiro

FONTE: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008.

BARRETO, Emídio Dantas

*militar; min. Guerra 1910-1911; gov. PE 1911-1915; sen. PE 1916-1918; dep. fed. PE 1921-1923.

Emídio Dantas Barreto nasceu em Bom Conselho (PE) no dia 23 de março de 1850. Pertencente a uma família de escassos recursos financeiros, ainda na infância dedicou-se junto com um irmão à venda de jóias pelos sertões do Nordeste. Aos 15 anos de idade tornou-se voluntário das tropas pernambucanas que seguiram para a Guerra do Paraguai (1864–1870). Um ano antes do fim da guerra, já era considerado um ex-combatente e foi promovido a alferes. Durante a construção de sua carreira militar, passou por cursos de artilharia, cavalaria e infantaria. Em 1879 foi promovido a tenente, e em 1882, devido aos estudos realizados, passou a capitão; em 1890, por mérito, foi promovido a major, e em 1894, a tenente-coronel. Em 1897 chegou a coronel, em 1906 a general de brigada e, por fim, em 1908, a general de divisão. Ao longo desse período participou ativamente da Revolta da Armada (1893-1894) e da repressão à Guerra de Canudos (1897).

No governo Hermes da Fonseca (1910-1914), foi nomeado ministro da Guerra. Assumiu o cargo em 15 de novembro de 1910, sucedendo ao general José Bernardino Borman, e exerceu-o até 1911, quando resolveu concorrer ao governo de Pernambuco na sucessão de Herculano Bandeira de Melo, sendo substituído no ministério pelo general Antônio Mena Barreto.

Sua candidatura foi apresentada com o apoio dos militares, e contra ela foi lançada a de Francisco de Assis Rosa e Silva, chefe da facção que dominava o estado e que era apoiada pelas forças políticas civis. Em virtude da disputa, ocorreram episódios como brigas, tiroteios e troca de insultos entre os “dantistas” e os “rosistas”, além de manifestações nas ruas, invasões de quartéis policiais e do palácio do governo, fechamento de jornais e de casas comerciais. As notícias de violência e terror nas ruas da capital pernambucana chegaram ao Rio de Janeiro, capital federal na época, e a Lisboa, onde os incidentes foram relatados nos jornais. Só após a intervenção de Estácio Coimbra, que como presidente da

Assembleia Legislativa substituiu interinamente Herculano Bandeira de Melo no governo, a realização da eleição e a convocação do Congresso estadual para o reconhecimento do candidato eleito, a situação começou a se normalizar. Apesar das denúncias de fraudes nas eleições, Dantas Barreto foi legitimado como governador de Pernambuco, sendo sua vitória anunciada pelo jornal *Diário de Pernambuco* no dia 21 de novembro de 1911. Tomou posse em 19 de dezembro e durante sua administração atuou fortemente no combate aos grupos de cangaceiros, enviando forças volantes para o interior com o objetivo de extinguir os grupos de bandoleiros. Governou até 18 de dezembro de 1915, quando passou o poder a Manuel Antônio Pereira Borba.

Ainda em 1915 elegeu-se senador e de 1916 a 1918 ocupou uma cadeira no Senado. Eleito deputado federal em março de 1921, representou Pernambuco na Câmara dos Deputados até o fim da legislatura, em dezembro de 1923.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1931, deixando registrada sua atuação nas carreiras militar e política. Sua dedicação à produção de trabalhos científicos, estudos de guerra, romances históricos, textos teatrais, crônicas e artigos em revistas e jornais lhe haviam rendido, no início de 1911, a cadeira nº 27 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo ao político, historiador, diplomata e abolicionista Joaquim Nabuco, falecido em 1910.

Entre suas produções literárias conhecidas estão *A condessa Hermínia* (teatro, 1883); *Lucinda e Coleta, episódios da vida fluminense* (1883); *Margarida Nobre* (romance, 1886); *A última expedição de Canudos* (história, 1898); *Acidentes da guerra. Operações de Canudos*, (história, 1915); *Expedição a Mato Grosso. A revolução de 1906* (1907); *Impressões militares* (1910); *A destruição de Canudos* (ensaio histórico, 1912); *Discurso político* (1912) e *Conspirações* (1917).

Marcos Paulo Torres

FONTES: Biblioteca Virtual. Disponível em:
<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/dantasbarreto.htm>>; DUARTE, J. *Almanaque*; PORTO, J. *Tempos de Estácio*; PORTO, J. *Tempos da República*; VAINSENCER, S. *Emídio*.

BARRETO, Dionísio Manhães

*militar; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893.

Dionísio Manhães Barreto nasceu em Campos (RJ) no dia 21 de março de 1842.

Aspirante a guarda-marinha em 8 de março de 1860 e guarda-marinha em 26 de novembro de 1862, foi promovido a segundo-tenente em 24 de novembro de 1864, a primeiro-tenente em 21 de janeiro de 1867 e a capitão-tenente em 12 de abril de 1868.

Nesse período lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e participou, em 27 de março de 1866, da batalha de Itapiru, a bordo do encouraçado de bateria central *Tamandaré*, o primeiro navio encouraçado construído no Brasil pelo Arsenal de Marinha da Corte, seguindo os planos do engenheiro Napoleão Leve. Durante a batalha o *Tamandaré* foi atingido por uma bala de canhão, e dezenas de homens morreram ou ficaram gravemente feridos. Manhães Barreto foi um deles, mas ainda assim assumiu o comando do encouraçado e conseguiu conduzi-lo ao ancoradouro. Por sua atuação na guerra, foi condecorado com a medalha da Campanha do Paraguai. Nos anos seguintes foi promovido a capitão de fragata, em 28 de dezembro de 1876, a capitão de mar e guerra graduado em 14 de junho de 1885, e efetivo em 3 de setembro de 1887. Recebeu também as insígnias de oficial da Ordem da Rosa e da Ordem de São Bento de Avis e de cavaleiro das ordens do Cruzeiro e de Cristo.

Já sob o regime republicano, foi promovido a contra-almirante em 8 de maio de 1890, e ainda no mesmo ano foi nomeado membro da Comissão Especial do Tratado de Montevideu. O tratado, negociado por Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, visava a estabelecer os limites entre Brasil e Argentina na região oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. Considerando que Quintino Bocaiúva havia feito concessões territoriais excessivas, o Congresso Nacional não ratificou os termos do tratado. Manhães Barreto foi um dos signatários do parecer do Congresso que rejeitou a negociação encabeçada por Quintino.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1890 e tomou posse em 15 de novembro.

Participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de junho, ao ter início a legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, até 31 de dezembro de 1893. Em 21 de março de 1902 foi promovido a vice-almirante graduado.

Faleceu em 31 de março de 1907.

Publicou *Cabo submarino* (1877), onde narrava as sondas obtidas pela canhoneira *Araguaia* na costa do Maranhão, em comissão do Ministério da Agricultura.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; (v.1); Biblioteca Digital de Literaturas de Língua Portuguesa. Disponível em:: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/public/documentos/?id=209902>>; BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIMEIRA CONST. REP. *Relatório*; DONATO, H. *Dicionário*; DORATIOTO, F. *Maldita*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; Histórico dos Navios Brasileiros. Disponível em: <<http://naviosbrasileros.com.br>>; SOUSA, J. *Índice*.

BARRETO, EDMUNDO MUNIZ

*ch. pol. DF 1901-1902; min. STF 1910-1931; proc.-ger. Rep. 1911-1919.

Edmundo Muniz Barreto nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 19 de maio de 1864, filho de Orosimbo Muniz Barreto, oficial de Marinha, e de Isidora Muniz Barreto.

Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1884. Na última série do curso, fundou o Grupo Abolicionista Acadêmico. Iniciou a carreira em maio de 1886, quando foi nomeado juiz municipal e de órfãos em São Borja (RS). Em junho de 1888, foi designado terceiro juiz substituto da Corte do Império. Após a proclamação da República, tornou-se juiz de direito na comarca de São Borja, cargo que deixou no ano seguinte para assumir as funções de pretor da Justiça na 17ª Pretoria do Distrito Federal. Em janeiro de 1892 foi transferido para a 7ª Pretoria e em agosto de 1894 foi designado juiz do Tribunal Civil e Criminal, chegando a presidir o órgão.

Nomeado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em agosto de 1901, chefe de Polícia do Distrito Federal, permaneceu nesse posto até o final do governo, em novembro de 1902. Em abril de 1904 participou da fundação da Associação dos Funcionários Públicos Civis, sendo o primeiro a presidir a entidade. Designado desembargador da Corte de Apelação em janeiro de 1905, nesse ano deixou o Tribunal Civil e Criminal. Exerceu suas novas funções até dezembro de 1910, quando se tornou ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em setembro de 1911 assumiu o cargo de procurador-geral da República, então privativo de ministro do STF, ocupando-o até julho de 1919. Nesse período dedicou-se intensamente às atividades da Associação dos Funcionários Públicos Civis, tendo sido criado, por iniciativa sua, o Instituto Muniz Barreto, destinado a amparar os filhos dos membros da associação. Em 1922, além de participar do congresso jurídico comemorativo da independência do Brasil, onde reivindicou a criação do mandado de segurança como complemento do *habeas-corpus*, foi aclamado, no mês de dezembro, presidente da Associação dos Funcionários Civis.

Após a Revolução de 1930, foi aposentado discricionariamente, junto com outros cinco ministros do STF, por decreto do governo provisório de Getúlio Vargas datado de fevereiro

de 1931. Afastado do STF, passou a colaborar na imprensa do Distrito Federal, escrevendo artigos para o *Jornal do Comércio* sobre assuntos jurídicos.

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1934.

Foi casado com Emili do Paço William Muniz Barreto.

Publicou *O território do Acre perante o STF* (1929), onde defendia os interesses do Acre contra os do estado do Amazonas, então sustentados por Rui Barbosa.

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; COSTA, E. *Grandes*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Supremo*; MACEDO, R. *Efemérides*; MOREIRA, J. *Dic.*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1931.

BARRETO, Fábio de Sá

*dep. fed. SP 1924-1926; sen. SP 1924-1926 e 1927-1929.

Fábio de Sá Barreto nasceu em Resende (RJ) no dia 4 de janeiro de 1876, filho de Cândido Pereira Barreto e de Virgínia de Sá Barreto. No mesmo ano a família estabeleceu-se na fazenda Jandaí, então em Ribeirão Preto (SP), atualmente no município de Cravinho. Seu tio, Luís Pereira Barreto, foi o introdutor do café Bourbon na região.

Iniciou os estudos secundários no Colégio César Ribeiro, em Franca (SP), e prosseguiu-os no Colégio Culto a Ciência, em Campinas (SP). Mais uma vez mudou-se, agora para São Paulo, completando os estudos no Colégio Dalamare. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e formou-se em 1895. Nesse período trabalhou como escriturário dos Correios. Depois de formado estabeleceu escritório de advocacia em Franca e foi promotor público de Sapucaí (SP).

Em 1899 voltou para Ribeirão Preto, onde lecionou matemática no Colégio Spencer e participou do escritório de advocacia de Breno Santos. Em 1905 ingressou na política, como membro do Partido Republicano Paulista (PRP), e foi eleito vereador, mas renunciou em 1906. Em 1907 tomou posse como professor de aritmética e álgebra no Ginásio do Estado, hoje denominado Otoniel Mota. Voltou à Câmara de Ribeirão Preto e foi escolhido seu presidente, na legislatura 1920-1923. Reeleito, exerceu o mandato na legislatura 1923-1926.

Em 1924 elegeu-se deputado federal, permanecendo na Câmara até o final do mandato em 1926. Reelegeu-se para a legislatura seguinte, de 1927 a 1929, mas afastou-se para assumir a Secretaria do Interior de São Paulo, no governo de Júlio Prestes de Albuquerque (1927-1930).

Em 1930 voltou para Ribeirão Preto e reassumiu seu lugar como professor do Ginásio do Estado. Nesse mesmo ano foi escolhido prefeito municipal, posto em que permaneceu por vários anos, reconduzido em ocasiões seguidas. Quando da instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi prestigiado pelo interventor Ademar de Barros que o manteve no cargo até 23 de março de 1939, no final de seu governo; nessa ocasião foi mais uma vez

reconduzido, agora pelo interventor Fernando Costa, permanecendo à frente da prefeitura de Ribeirão Preto até 3 de maio de 1944. Em sua longa gestão os destaques foram a criação do Bosque Municipal, do Zoológico e do Orquidário. Também construiu a avenida Francisco Junqueira, remodelou e arborizou a avenida 9 de Julho, as praças Santo Antônio, Luís de Camões, Coração de Maria e Praça XV de Novembro, onde construiu uma fonte, então símbolo de modernidade. Contribuiu ainda para a criação do Aeroclube de Ribeirão Preto. Após deixar a prefeitura, continuou gerenciando o Bosque Municipal.

No final de sua carreira, foi advogado do Banco do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto (1944-1948), cargo em que veio a falecer, em 5 de dezembro de 1948.

Um busto seu foi instalado na Praça XV de Novembro. Seu nome foi ao Zoológico de Ribeirão Preto e a uma das mais tradicionais escolas estaduais de Registro (SP).

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: Aciar. Disponível em: <<http://www.aciar.com.br/noticias.asp?cod=173>>;
Alfredo Condeixa Filho. Disponível em:
<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/historia/i14biografias.htm>>;
PREF. RIBEIRÃO PRETO. Disponível em:.,
<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/principaln.php?pagina=/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-96-fsbarreto.php>>.

BARRETO, FRANCISCO DE BARROS

*militar; min. STM 1925-1938.

Francisco de Barros Barreto nasceu em Pernambuco no dia 9 de setembro de 1866.

Ingressou na Marinha matriculando-se na Escola Naval, de onde saiu guarda-marinha em fevereiro de 1884. Foi promovido a segundo-tenente em novembro de 1887, a primeiro-tenente em 4 de novembro de 1889, a capitão-tenente em maio de 1892 e a capitão de corveta em abril de 1894. Atingiu a patente de capitão de fragata em maio de 1911, tornando-se capitão de mar e guerra em novembro de 1913. Foi promovido a contra-almirante em dezembro de 1917 e chegou a vice-almirante em janeiro de 1923.

Foi nomeado ministro do Superior (então Supremo) Tribunal Militar em agosto de 1925, tomando posse em setembro do mesmo ano. Em fevereiro de 1938, foi aposentado compulsoriamente por ter atingido o limite de idade para a função.

Faleceu no Rio de Janeiro.

FONTES: CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque* (1934).

BARRETO, Inácio de Barros

*dep. fed. PE 1930.

Inácio de Barros Barreto foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco em março de 1930. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio seguinte, mas teve o mandato interrompido em outubro com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, colaborou com o *Jornal do Recife* e o *Boletim da Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco*, também na capital pernambucana.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História*. (v.1-2).

BARRETO, José de Almeida

*militar; const. 1891; sen. PB 1891-1905.

José de Almeida Barreto nasceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa, no dia 22 de junho de 1827.

Ingressou no Exército em junho de 1849 e foi promovido a alferes em dezembro de 1855. Lutou na Guerra do Paraguai (1865-1870), sendo promovido a tenente em janeiro de 1866 e a capitão em fevereiro de 1869. Ao final do conflito, recebeu as condecorações de Aviz e da Rosa e as medalhas do Mérito Militar e da Campanha do Paraguai conferidas pelo Brasil e a Argentina. Prosseguindo na carreira militar, foi promovido a major em dezembro de 1871, a tenente-coronel em junho de 1876, a coronel em julho de 1881 e a brigadeiro em julho de 1887.

Em 15 de novembro de 1889 foi um dos militares que estiveram ao lado do marechal Deodoro da Fonseca quando este depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instituiu o governo provisório da República. Em setembro de 1890 foi eleito senador constituinte pelo estado da Paraíba. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e em 21 de dezembro foi promovido a marechal de campo. Durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, defendeu o presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891). Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário no Senado Federal. Ainda em 1891 tornou-se conselheiro de guerra do Conselho de Superior Militar, mas afastou-se do cargo por divergências com o então vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Foi perseguido e exilou-se, mas foi anistiado e, em 11 de janeiro de 1892, reformou-se como marechal. Em 1899 foi reeleito senador pelo estado da Paraíba e em 1901 tornou-se ministro do Supremo Tribunal Militar, cargo que ocupou até a morte.

Foi também comandante de Armas de Pernambuco e comandante superior da Guarda Nacional da capital.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 3 de maio de 1905, em pleno exercício do mandato de senador.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do Supremo*.

BARRETO, Lima

* escritor e jornalista.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 13 de maio de 1881, filho de João Henriques de Lima Barreto e de Amália Augusta Pereira de Carvalho. Sua mãe, filha de escravos, tornou-se professora primária e proprietária de uma escola para meninas no bairro carioca de Laranjeiras. Seu pai foi tipógrafo e trabalhou em jornais do Rio de Janeiro e na Imprensa Nacional. Também descendente de escrava, João Henriques era ligado aos liberais do fim do Império, principalmente ao visconde de Ouro Preto, a quem deu o filho por batismo. O tipógrafo, por conta de sua identificação com os liberais, após a proclamação da República sofreu perseguições, vindo a perder o lugar de mestre de composição na Imprensa Nacional.

Lima Barreto teve infância atribulada e repleta de dissabores. Não bastasse o desemprego do pai, e as dificuldades deste em conseguir nova colocação, perdeu a mãe, vítima de tuberculose, quando tinha sete anos. Órfão, com três irmãos mais novos, foi tido por criança dotada, cuja inteligência orçava acima da média dos meninos de sua idade. Recebeu instrução primária na Escola Pública Teresa Pimentel do Amaral, estabelecimento de ensino modesto, para onde seguiam as crianças das classes menos favorecidas que viviam no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Para Francisco de Assis Barbosa, um de seus mais célebres biógrafos, a infância conturbada, a morte prematura da mãe, os eventos relacionados à chegada da República e a perseguição sofrida pelo pai deixaram marcas profundas não só na personalidade de Lima Barreto, como também no conteúdo de sua obra. Segundo o biógrafo, um acontecimento teria marcado profundamente sua infância de menino mulato, órfão e descendente de escravos: a assinatura da Lei Áurea e os festejos da Abolição, no dia em que completou sete anos. Já não se diria o mesmo de outra data simbólica: o 15 de novembro de 1889. Sobre seu significado, o próprio Lima Barreto afirmou, em crônica incluída na obra póstuma *Coisas do reino do Jambon*, que “via-a com desgosto”, acentuando que, com o regime republicano ali inaugurado, o Brasil se tornara “uma vasta comilança”; era “a subida do

partido conservador ao poder, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados”.

Em 1894, Lima Barreto concluiu o curso secundário no Liceu Popular Niteroiense, internato de propriedade do escocês William Cunditt destinado aos filhos da elite carioca e fluminense. Graças à ajuda do padrinho Afonso Celso (o visconde de Ouro Preto, que retornara do exílio em 1891), pôde ali estudar e conviver com meninos ricos e de condição social diferente da sua: foram seus contemporâneos no Liceu Otávio Kelly, Ribeiro de Almeida, Ricardo Greenhalgh, Américo Ferraz de Castro, entre outros.

Por essa época, seu pai foi nomeado almoxarife das Colônias de Alienados. Em decorrência do novo posto ocupado pelo pai, a família mudou-se para a ilha do Governador, onde se localizavam os hospícios. Foi o primeiro contato com a loucura e com os loucos, tanto para Lima Barreto como para seu pai, que já ali começou a apresentar os primeiros sinais de demência. Ainda que estivesse interno no Liceu, a ilha foi para o menino ao mesmo tempo paraíso e inferno, em face da natureza bela, quase intocada, e da assustadora presença dos doentes dos asilos.

Depois de frequentar os preparatórios Paula Freitas e o Ginásio Nacional – nome dado pela República nascente ao Imperial Colégio Pedro II –, Lima Barreto ingressou, em 1897, na Escola Politécnica do largo do São Francisco, no Centro do Rio, e iniciou o curso de engenharia civil. Foi o momento em que travou contato com o positivismo, para logo com ele se incompatibilizar, identificando-o como suporte filosófico do regime republicano que tanto execrava. Durante o período em que frequentou a Politécnica, escreveu para o jornal estudantil *A Lanterna*, destinado a tratar dos temas de interesse dos estudantes dos cursos superiores do Rio de Janeiro. Mesmo sob a sombra de um pseudônimo, seus artigos, logo identificados, agradaram ao público. Foi esta, para Lima Barreto, a época em que descobriu a cidade: frequentou cafés, teatros, reuniões políticas e a boemia carioca.

Sendo estudante pobre, mulato e com dificuldades no relacionamento com professores e colegas, a atmosfera estudantil e as exigências do curso de engenharia não combinavam com sua personalidade. Por outro lado, é certo que dedicava mais tempo à leitura de

tratados filosóficos e romances do que propriamente aos manuais de topografia e cálculo.

Em 1903, seu pai se afastou da função que exercia nas Colônias de Alienados, após uma série de crises de alucinação e pânico que acabaram por tornar o afastamento definitivo, com a aposentadoria. Diante desse fato, a família foi obrigada a deixar a ilha do Governador e estabelecer residência no Engenho Novo, subúrbio do Rio de Janeiro. Empurrado por esse problema familiar, Lima Barreto abandonou de vez a Politécnica, tanto mais que uma sucessiva série de reprovações na disciplina de mecânica racional impedia-o de progredir no curso. Com a engenharia fora de sua vida, tentou dedicar-se ao jornalismo. Mas os proventos não lhe bastavam, dado que, após a loucura do pai, foi obrigado a prover o sustento da família. Assim, ainda em 1903 ingressou por concurso público na Secretaria da Guerra, para desempenhar a modesta função de amanuense e dar solução à situação em que vivia com a família.

Nesse ano, a cidade iniciou o processo de modernização, sob o comando do prefeito Pereira Passos. No contexto de transformação, que se traduzia pela abertura de avenidas e a construção de jardins e palácios, ao estilo parisiense, a vida mundana, os teatros, a boemia, os saraus passaram a atrair cada vez maior número de pessoas, indicando uma mudança de hábitos do carioca, no sentido do florescimento de uma cultura eminentemente urbana. Lima Barreto, frequentador assíduo dos cafés, iniciou seus contatos com o meio intelectual dos pequenos literatos, tornando-se ele próprio, em pouco tempo, um de seus maiores expoentes.

Em 1905, ocorreu sua estréia na grande imprensa com a série de reportagens publicadas no *Correio da Manhã*, intitulada *Subterrâneos do morro do Castelo*, na qual explorou o mistério e a possibilidade de haver naquele morro túneis e galerias onde os jesuítas teriam escondido documentos secretos e suntuosos tesouros. As reportagens fizeram relativo sucesso, mas não a ponto tornar o escritor conhecido do grande público. Ainda em 1905, numa rápida passagem pela revista *Fon-Fon*, publicou artigos sobre literatura brasileira e estrangeira.

Dois anos depois, fundou a revista *Floreal*, suplemento literário que tinha como redatores,

além dele próprio, Alcides Maia, Ribeiro Filho, Noronha Santos, Curvelo de Mendonça e Fábio Luz. A revista, apesar de ter desaparecido em 1908, com apenas quatro números publicados, chamou a atenção de José Veríssimo, então figura de grande prestígio intelectual, que a elogiou em artigo no *Jornal do Comércio*. Na *Floreal*, além da crítica literária, que procurava expressar posição em face das novas estéticas surgidas em decorrência da agonia do simbolismo, havia artigos de cunho político, que davam voz aos movimentos socialista e operário.

O Rio de Janeiro do início do século XX, a capital federal, centro administrativo, político e econômico, era também o espaço em que muitos conflitos encontravam eco. Circulava na cidade uma grande quantidade de jornais e revistas, de todas as orientações políticas e estéticas, sendo que relações de poder e interesse eram quase sempre levados em conta diante da estréia de uma obra ou de um novo autor. Não era um meio acolhedor para um funcionário subalterno, mulato, morador do subúrbio, aspirante a literato, sem indicações ou pistolões de que se pudesse valer. Nesse meio, somente os já consagrados tinham oportunidades.

Em dezembro de 1909, Lima Barreto publicou seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, editado em Portugal graças à intervenção do amigo João Pereira Barreto. Pretendia ele, com o romance de estreia, causar escândalo no meio literário. Tendo por pano de fundo a redação de um jornal, o livro contava a história de um rapaz inteligente, honesto, porém mulato, que vinha para o Rio de Janeiro em busca de sucesso, além de conter uma sátira direta às principais figuras do jornalismo da época, que apareciam em situações vexatórias e constrangedoras. Todavia, o que poderia ser a força do romance tornou-se seu ponto fraco. Tomado como um *roman à clef*, cheio de mágoa e ofensivo, o livro foi praticamente ignorado. Os poucos que lhe escreveram notas foram unânimes na crítica, como Alcides Maia, que em resenha no *Diário de Notícias* o classificou como “álbum de fotografias que dá a penosa impressão de um desabafo, mais próprio das seções livres do que do prelo literário”.

Por ter ocorrido em meio à campanha para as eleições presidenciais de 1910, na qual se

debatiam Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca, é possível que a estreia de Lima Barreto tenha sido ofuscada pela agitada disputa política. Ainda assim, o insucesso do romance não o desanimou de todo. Entre 1910 e 1911, publicou na imprensa aqueles que foram considerados seus melhores contos: *O homem que sabia javanês* e *A nova Califórnia*. Exemplos de crítica social exacerbada, repleta de ironia panfletária, os dois contos denunciavam os falsos valores das elites política e intelectual, sua torpeza e sua ingenuidade cínica, quando se tratava de abrir mão de convicções em nome de interesses puramente pessoais.

Ainda em 1911, Lima Barreto deu início à publicação no *Jornal do Comércio*, em forma de folhetim, da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A história do patriota desajustado e solitário, que leva seu amor à nação às últimas consequências, ampliou ainda mais o significado de sua produção, no horizonte de uma literatura militante na qual se percebe certa dose de ressentimento do escritor, em parte motivado por seu fracasso em termos de reconhecimento e ascensão no mundo das letras.

Foi por essa época, e coincidindo com sua fase mais criativa e fecunda, que Lima Barreto se entregou ao vício do álcool e à vida desregrada. Essa entrega ocorreu justo no momento em que a boemia perdera seu caráter revolucionário, aburguesara-se, tornara-se uma “boemia dourada de salões”, como assegurou Brito Broca no livro *A vida literária no Brasil – 1900*. Eram salões cujas portas não estavam abertas para o escritor, dada sua condição social. Daí que, deixando os cafés, tornar-se-ia “um frequentador de botequins, embriagando-se todos os dias, esbodegado e sujo, quase um trapo humano”, no dizer de Francisco de Assis Barbosa.

Em 1914, às vésperas de um conflito na Europa, Lima Barreto foi impedido de ingressar na Sociedade dos Homens de Letras, entidade para cuja criação muito trabalhara, ao redigir seus estatutos e presidir algumas de suas sessões preparatórias. Repetia-se, portanto, a memória da circunstância em que fora impedido de ingressar na Academia Brasileira de Letras. A casa, em 1911, sequer lhe aceitara a candidatura, e o próprio escritor viria a reconhecê-lo, em carta enviada a Monteiro Lobato e hoje recolhida na sua correspondência:

“sei bem que não dou para a Academia e a reputação de minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade”.

O meio literário que lhe fechou as portas, obrigando-o a permanecer na repartição pública que detestava e que, por uma questão de sobrevivência, não podia abandonar, a doença mental do pai, a atmosfera política, o preconceito de que se julgava vítima, a timidez extrema, tudo em seu entorno o empurrava para um alcoolismo de bebedor solitário. Os contemporâneos de Lima Barreto costumavam vê-lo caminhando pelas ruas da cidade, às vezes em lugares inusitados. É que quando embriagado, lançava-se a percorrer enormes distâncias: ia a pé da Central do Brasil ao Méier, da Gamboa a Laranjeiras, do largo de São Francisco à Aldeia Campista, sem que nunca ele mesmo soubesse dizer do por que dessas deambulações. Era comum que, sem conseguir chegar ao destino de sua peregrinação, se deixasse dormir na rua, para, ao acordar, dirigir-se à Secretaria da Guerra no estado em que se encontrava.

Em agosto de 1914, depois de uma série de crises de alucinação e pânico, semelhante à que o pai tivera, Lima Barreto foi recolhido ao Hospício Nacional de Alienados e lá permaneceu até outubro. O documento de internação diagnosticou neurastenia e assegurou que o surto de insanidade se devia ao consumo excessivo de bebida alcoólica, conforme se vê de seu prontuário, que faz parte do apêndice da biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa. É uma hipótese que se deve somar ao convívio, desde a infância, com a demência do pai. É de se notar que, na sua obra, além do já mencionado hiperdimensionamento do eu do escritor, e da crítica social militante, há um grande número de personagens que experimentaram algum tipo de loucura, reflexo não só daquela convivência, como também resultado da difusão de conhecimentos da psicologia clínica, que desde o final do século XIX deu aos escritores elementos para a composição de seus personagens.

Em 1915, Lima Barreto começou a publicação de *Numa e a ninfa*, no jornal *A Noite*, também em forma de folhetim. Ainda em 1915, voltou a escrever artigos e contos para a imprensa, sobretudo para os jornais *A Noite*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Noite*, além de crônicas de cunho social e político, nos quais se mostrava simpatizante do maximalismo

e onde passeavam caricaturas ridículas de políticos e intelectuais da época. Muitos desses artigos, Lima Barreto assinou como se fossem trabalhos de seus personagens: Gonzaga de Sá, Isaías Caminha (este, sobretudo, assinava os artigos do escritor no jornal *Voz do Trabalhador*, periódico de inclinação anarquista), Vicente Mascarenhas, entre outros. Foi nesse ano que começou, também, a colaboração esparsa na revista *Careta*.

Em 1916, surgiu em volume *Triste fim de Policarpo Quaresma*, obra que já viera a público em fascículos no *Jornal do Comércio*. O aparecimento do volume deu-se em edição modesta, porquanto custeada pelo escritor, e trouxe a reedição dos contos *O homem que sabia japonês* e *Nova Califórnia*. Ao contrário do romance de estreia, *Policarpo* mereceu diversos artigos e resenhas, sendo que os mais entusiastas chegaram a considerar que Lima Barreto houvera superado a Machado de Assis. Até mesmo os críticos que apontaram para a falta de estilo e para os desvios gramaticais do autor tiveram de se curvar ante a força narrativa do romance.

No ano seguinte, veio a público a segunda edição do livro *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, em publicação custeada pelo autor. A chegada do livro reabriu antigos conflitos que o autor mantinha com a grande imprensa, sobretudo com o *Correio da Manhã*, para muitos o órgão que serviu de inspiração para o romance. Ainda em 1917, foi publicado em volume *Numa e a ninfã*.

É bem verdade que se respirava no país uma nova atmosfera desde o fim do governo Hermes da Fonseca e o início da presidência de Venceslau Brás, o qual conseguira pôr fim ao conflito federativo em curso desde a eleição anterior, e ao processo de militarização das instituições de seu antecessor. Tal ambiente era tanto mais ameno para o próprio Lima Barreto, que chegou muitas vezes a demonstrar sua irredutível aversão ao meio militar.

No final de 1918, ano em que a cidade do Rio de Janeiro foi castigada pela chegada da gripe espanhola, Lima Barreto aposentou-se do cargo que exercia na Secretaria da Guerra, fato de grande repercussão na vida pessoal do autor e em sua obra. O fim da vida funcional, os irmãos empregados a ajudar no sustento da casa e nos cuidados do pai doente, tudo o fez experimentar um sentimento de liberdade até então desconhecido. Ainda nesse mesmo ano,

mudou-se para o subúrbio carioca de Todos os Santos, local em que viveria até o fim da vida.

Foi o momento em que cresceu a produção de artigos de cunho político, sua aproximação da imprensa libertária e dos movimentos sociais e operários. Por outro lado, Lima Barreto também não deixou de firmar sua posição no campo intelectual. Assim, sucediam-se na imprensa artigos de protesto, nos quais, por exemplo, o escritor apoiava a greve geral, e artigos sobre seu programa estético e sua concepção do fazer literário: o escritor combatia a literatura contemplativa, que julgava ser produto de autores inócuos, que apenas cultuavam a bela escrita. Para ele, a literatura, acima de tudo, tinha que ser a sincera expressão da sociedade na qual era produzida e “dizer aquilo que os fatos não diziam”, conforme o próprio autor sempre gostava de afirmar, parafraseando Taine. Esse ideal de literatura como missão, em muitos aspectos, o aproximava da fase inicial do movimento modernista.

Em 1919, Lima Barreto publicou *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, através da editora Revista Brasileira, de propriedade de Monteiro Lobato. O livro foi igualmente lançado durante o início da campanha eleitoral, na qual Rui Barbosa e Epitácio Pessoa disputavam a presidência da República. Bem recebida pela crítica, a obra mereceu elogios de João Ribeiro e Tristão de Ataíde, entre outros, o que foi considerado suficiente para que Lima Barreto fizesse nova investida para ingressar na Academia Brasileira de Letras. Pretendeu ocupar a cadeira 20, que fora de Emílio de Meneses, o poeta boêmio, famoso não só pela vida desregrada como também pelo grande número de sátiras que fez das principais figuras da literatura nacional do início do século XX. A candidatura de Lima Barreto foi aceita, mas foi derrotada na disputa com os nomes de Eduardo Ramos e Humberto de Campos, este último eleito em segundo escrutínio. A derrota feriu-o mortalmente – mais um episódio para acumular no seu repertório de fracassos, na sua sempre malsucedida luta por reconhecimento. Ainda ao longo do ano de 1919, iniciou-se no tema do folclore urbano, com uma série de estudos para a revista *Hoje*.

No final desse ano, teve início a troca de correspondência entre Lima Barreto e as principais figuras do modernismo em São Paulo. O grupo, do qual faziam parte Mário de

Andrade e Di Cavalcanti, passou nutrir grande admiração por ele e mais ainda pelo *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que foi considerado obra em certo sentido precursora daquilo que os modernistas viriam a defender como programa estético para a literatura brasileira.

No ano seguinte, Lima Barreto foi acometido por outro surto de loucura, que o levou novamente ao Hospital Nacional de Alienados, onde permaneceu por dois meses. Ao deixar o manicômio, voltou à imprensa e aos artigos, nos quais abordava as questões do tempo, sempre com veia de protesto: condenava o futebol, por ser um estrangeirismo; os arranha-céus e os projetos de reforma urbana; a transferência da capital para o interior do país; o feminismo.

Em 1920, Lima Barreto publicou *Histórias e sonhos*, um repertório de contos que fora publicado na imprensa nos últimos anos. Ao longo do ano, executou a árdua tarefa de reunir parte de sua enorme produção na imprensa, para que viesse a ser lançada em forma de coletânea. No final de 1920 estavam prontos o volume intitulado *Margiália* e o romance *Cemitério dos vivos* – cujo conteúdo é autobiográfico e tem passagens ambientadas num hospício – e, no início de 1921, a antologia *Bagatelas*.

Ainda nesse último ano, Lima Barreto voltou tentar o ingresso na Academia, na vaga decorrente do falecimento de João do Rio. Motivado pelo prêmio que recebera da casa – a menção honrosa pela obra *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* – o escritor lançou-se em campanha, mas, em seguida, sem dar explicações, retirou a candidatura.

O ano de 1922 começou, para os brasileiros, cheio de promessas e expectativas. Afinal, foi ano de eleições presidenciais, do Centenário da Independência e da Exposição Universal, dos movimentos sociais de trabalhadores, que cresciam de intensidade e em força reivindicatória, culminando com a fundação do Partido Comunista, de insatisfação militar, de queda nos preços do café no mercado externo. Para Lima Barreto, o ano começou com a publicação do primeiro capítulo de *Clara dos Anjos*, na revista *Mundo Literário*. Quanto às celebrações que havia na cidade, não passaram em branco pelo escritor: em cada uma viu o ridículo, o exagero e o descompasso, fundos irremediáveis de nossa personalidade nacional – sempre resultado da tentativa de imitar a grandeza alheia. Lamentou a eleição de Artur

Bernardes para a presidência, ao mesmo tempo em que voltou a criticar a eleição a “bico de pena”, a fraude e o sistema representativo brasileiro.

Lima Barreto faleceu em 3 de novembro de 1922, vítima de insuficiência cardíaca.

Postumamente foram publicadas as seguintes obras: os romances *Clara dos Anjos* (1948) e *Cemitério dos vivos* (1956); as sátiras *Aventuras do Dr. Bogóloff* (s.d.) e *Os bruzundangas* (1922); as coletâneas de artigos e crônicas *Feiras e mafuás* (1953); *Marginália* (1953) e *Vida urbana* (1956), e as memórias *Diário íntimo* (1953). As obras de Lima Barreto, principalmente *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foram traduzidas para vários idiomas, destacando-se o tcheco, o japonês e o húngaro.

Eduardo Junqueira

FONTES: BARBOSA, F. *Vida*; BROCA, B. *Vida*; FIGUEIREDO, C. *Lima Barreto*; NEEDELL, J. *Belle*; STEGAGNO-PICCHIO, L. *História*.

BARRETO, Marcolino Lopes

*dep. fed. SP 1912-1930.

Marcolino Lopes Barreto nasceu em Pirassununga (SP) no dia 12 de abril de 1862.

Foi comerciante e lavrador de café no atual município de São Carlos (SP). Em 30 de janeiro de 1912, foi eleito deputado federal pelo 2º Distrito do Estado de São Paulo para a legislatura 1912-1914. Reeleito para as seis legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados até novembro de 1930, quando Revolução de outubro, vitoriosa, levou Getúlio Vargas, fechou o Congresso e dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Uma de suas fazendas, a do Canchim, estabelecida no século XIX, foi entregue ao Banco do Brasil em pagamento de dívida à época da crise mundial de 1929. Após alguns anos, a área foi assumida pelo Ministério da Agricultura, que, em 1935, estabeleceu na antiga propriedade uma estação experimental de pesquisas. Em 1970, com a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a estação seria incorporada à recém-criada entidade, passando a constituir uma de suas unidades de pesquisa.

Lopes Barreto também integrou a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 19 de maio de 1919 com o intuito de coordenar ações para incentivar a atividade agropecuária.

Faleceu no ano de 1932.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.cppse.embrapa.br/a-unidade/020index.htm>>; INST. OSWALDO GALOTTI. Disponível em: <<http://www.oswaldogalotti.com.br/materias/read.asp?Id=1413&Secao=107>>.

PERISSINOTO, R. *Estado*.

BARRETO, MENA

*militar; comte 1ª RM 1924-1926; insp. 1º Grupo de RMs 1926-1931; junta gov. prov. 1930; interv. RJ 1931; min. STM 1931-1933.

João de Deus Mena Barreto nasceu em Porto Alegre no dia 30 de junho de 1874, filho do general José Luís Mena Barreto, então inspetor dos Corpos de Artilharia do Rio Grande do Sul, e de Rita de Cássia Mena Barreto. Desde o século XVIII muitos membros da sua família seguiram a carreira militar, e cerca de 15 deles atingiram o generalato. O iniciador dessa tradição foi o marechal João de Deus Barreto Pereira Pinto (1769-1849), visconde de São Gabriel, um dos colonizadores do Rio Grande do Sul. Seu tio, o marechal Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, foi constituinte de 1891, deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1891 a 1893, e ministro da Guerra de 1911 a 1912.

Mena Barreto ingressou na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS) em janeiro de 1890. Em maio desse ano, junto com seus colegas, integrou-se à guarda palaciana que se manteve fiel ao presidente estadual Francisco da Silva Tavares, tentando debelar o movimento de protesto contra a violenta repressão a um comício republicano que comemorava o segundo aniversário da abolição da escravidão. Na sequência dos acontecimentos, o governo estadual foi derrubado, iniciando-se um período de instabilidade política em que o poder foi ocupado por vários presidentes de curto exercício até a ascensão de Júlio de Castilhos em 1892.

Em janeiro de 1893, Mena Barreto pediu para ser excluído do corpo de alunos da academia militar. Designado para servir no 4º Batalhão de Infantaria, sediado em São Gabriel (RS), participou do combate à Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895. O conflito envolveu amplas forças militares locais, opondo os insurretos federalistas (chamados de “maragatos”) ao governo estadual de Júlio de Castilhos, republicano, o qual contava com o apoio do marechal Floriano Peixoto, presidente da República. Em setembro de 1893, Mena Barreto foi integrado à 1ª Brigada de Linha, comandada pelo coronel Tomás Thompson Flores e vinculada à Divisão do Norte, participando de diversos combates contra os federalistas em terras gaúchas. Depois da vitória dos republicanos, foi comissionado no posto de alferes.

Em março de 1898, ingressou na Escola Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo promovido a tenente em setembro de 1900. Dois meses depois, casou-se com Ernestina Estela Noronha Mena Barreto, descendente de uma família com grande tradição na Marinha de Guerra, com quem veio a ter três filhos. Em junho de 1904, lotado no 32º Batalhão de Infantaria, integrou as forças expedicionárias enviadas para a Amazônia com a missão de consolidar a situação militar na região após a resolução, no ano anterior, da chamada Questão do Acre, disputa fronteiriça que opunha o Brasil à Bolívia desde o século XVIII. Em novembro de 1904, foi promovido a capitão.

Em novembro de 1910, Mena Barreto participou da repressão à revolta do Batalhão Naval da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, que ocorreu dias depois da Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido em protesto contra os baixos vencimentos e os castigos corporais que, embora abolidos por lei, ainda eram praticados na Armada. Assim como outras manifestações ocorridas no mesmo período, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais foi duramente reprimida.

Mena Barreto foi promovido a major por merecimento em agosto de 1911 e, no mês seguinte, tornou-se adjunto do tio, marechal Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, então ministro da Guerra. Mesmo depois da substituição do ministro, ocorrida em março de 1912, permaneceu algum tempo no cargo, até ser atendido seu pedido de exoneração. Transferiu-se em seguida para o Rio Grande do Sul, onde foi nomeado professor adjunto de física e química do Colégio Militar de Porto Alegre. Retornou ao Distrito Federal no ano seguinte, sendo promovido a tenente-coronel em janeiro de 1915 e nomeado para comandar o 4º Regimento de Infantaria, sediado em Curitiba.

Em fevereiro de 1918, foi encarregado de organizar em Belo Horizonte o 59º Batalhão de Caçadores (futuro 12º Regimento de Infantaria). No mês seguinte, recebeu a patente de coronel e assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Promovido a general de brigada em setembro de 1921, foi nomeado dois meses depois inspetor de infantaria da 1ª e 2ª regiões militares, situadas, respectivamente, no Distrito Federal e em São Paulo.

Em fevereiro de 1922 tornou-se comandante da 2ª Brigada de Infantaria. Nesse posto, enfrentou a revolta deflagrada no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em 5 de julho de 1922, primeiro de uma série de levantes promovidos na década de 1920 por jovens oficiais do

Exército, chamados genericamente de “tenentes”. Na capital federal, a sublevação envolveu o forte de Copacabana, efetivos da Vila Militar e a Escola Militar, e foi debelada no mesmo dia. Mena Barreto chefiou pessoalmente um destacamento incumbido de deter o avanço dos cadetes da Escola Militar no bairro carioca do Méier.

Em julho de 1924, irrompeu em São Paulo nova revolta tenentista, que foi acompanhada de sublevações de solidariedade em guarnições de Sergipe e do Amazonas. Mena Barreto foi então nomeado comandante-em-chefe do chamado Destacamento do Norte, organizado para combater, em Manaus, a sublevação do 27º Batalhão de Caçadores, liderada pelos tenentes Joaquim Cardoso de Magalhães Barata e Alfredo Augusto Ribeiro Júnior. A expedição mobilizou cerca de três mil homens, que partiram do Rio de Janeiro a bordo do cruzador *Barroso*, dos couraçados *São Paulo* e *Floriano* e do paquete *Poconé*, que conduziu Mena Barreto.

No dia 23 de julho, o 26º Batalhão de Caçadores, de Belém, também se rebelou sob a liderança do capitão Augusto Assis de Vasconcelos, travando violentos combates com as forças policiais do estado. Quando a expedição legalista chegou à cidade, em 11 de agosto, a revolta já havia sido sufocada, mas, mesmo assim, Mena Barreto assumiu o comando da 8ª Região Militar, ali sediada, e tomou providências no sentido de consolidar a situação militar local antes de prosseguir viagem para o Amazonas.

A caminho de Manaus, ainda em território paraense, as tropas legalistas ocuparam a cidade de Santarém no dia 23 de agosto, efetuando prisões. Nesse período, os revoltosos amazonenses haviam deposto o presidente estadual interino Turiano Meira e formado uma junta governativa presidida pelo tenente Ribeiro Júnior. O movimento obteve grande apoio da população local, mas as forças federais, chegadas a Manaus no dia 28 depois de derrotar os revolucionários em Óbidos (PA), destituíram a junta e prenderam seus integrantes, sem encontrar resistência significativa. Como o presidente estadual deposto se recusasse a reassumir, Mena Barreto designou o coronel Raimundo Barbosa para o cargo de governador militar do estado.

Em outubro de 1924, Mena Barreto substituiu interinamente o general Alfredo Ribeiro da Costa no comando da 1ª Região Militar, sediada no Distrito Federal, sendo efetivado nesse posto em dezembro, logo após receber a patente de general de divisão. No ano seguinte, por sugestão sua, foi instituído o Dia do Soldado, comemorado anualmente na data de

nascimento do duque de Caxias, 25 de agosto. Mena Barreto exonerou-se do comando da 1ª RM em março de 1926 para não ter que cumprir a decisão do Supremo, hoje Superior, Tribunal Militar (STM) que concedeu *habeas-corpus* ao major José Pessoa, comandante interino do 1º Regimento de Cavalaria, o qual havia sido punido por razões disciplinares. Em seu lugar, tomou posse o general Otávio de Azeredo Coutinho.

Ainda em 1926, foi eleito presidente do Clube Militar, dando início ao processo de normalização das atividades dessa entidade, que havia sido fechada em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa. Ao final de seu primeiro mandato, foi lançada a *Revista do Clube Militar*. Reeleito no ano seguinte, patrocinou modificações nos estatutos da entidade que resultaram na extensão do mandato das diretorias para dois anos, na adoção da eleição direta em assembleias para o preenchimento desses cargos e na proibição de reeleição aos membros de diretorias e conselhos.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Nomeado inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares em novembro de 1926, Mena Barreto ainda ocupava esse posto quando foi deflagrada, em 3 de outubro de 1930, a revolução que derrubou o presidente Washington Luís. Segundo seu filho, João de Deus Noronha Mena Barreto, o general não foi informado das articulações revolucionárias, mas outras fontes afirmam que emissários gaúchos buscaram com antecedência sua adesão ao movimento, sem obter êxito. Iniciada a insurreição, Mena Barreto foi procurado pelo chefe do seu estado-maior, coronel Bertoldo Klinger, que, em nome de um grupo de jovens oficiais, solicitou sua intervenção no sentido de conseguir a cessação das hostilidades.

Nas semanas seguintes à eclosão do levante, a situação militar evoluiu em diversas regiões do país de forma claramente favorável aos revolucionários. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal passaram a articular, sob a liderança de Mena Barreto, um golpe militar contra o governo. Com o objetivo de preservar a hierarquia, decidiu-se que a chefia do movimento deveria ser entregue ao oficial mais graduado do Exército, general Augusto Tasso Fragoso, que, entretanto, declinou do convite. Em seguida, o general Alexandre Henrique Vieira Leal também se negou a aderir, colocando Mena Barreto na condição de detentor de mais alta patente entre os que concordavam com o movimento, o que fez com que coubesse a ele chefiar as operações.

Os tenentes Valdemar e João de Deus, filhos e ajudantes de ordens de Mena Barreto, fizeram os contatos com a oficialidade, ao mesmo tempo em que começaram a ser colhidas assinaturas para um manifesto que seria apresentado ao presidente da República, intimando-o a renunciar. A ligação com a Marinha foi feita pelo próprio Mena Barreto, através do contra-almirante José Isaías de Noronha, parente de sua mulher. Na manhã do dia 23, acompanhado de seu filho Paulo Emílio, Mena Barreto procurou o general Tasso Fragoso, reiterando o convite para liderar o ato da deposição de Washington Luís. Dessa vez, Tasso Fragoso concordou, ficando encarregado dos entendimentos com outros generais em serviço no Distrito Federal.

Na noite de 23 de outubro, depois de passadas as senhas para o início do levante, Mena Barreto e Tasso Fragoso se encontraram no forte de Copacabana e coordenaram os preparativos finais, recebendo as primeiras adesões ao movimento. Na manhã seguinte se dirigiram para o palácio Guanabara, residência oficial do presidente, a fim de intimá-lo a renunciar, apresentando-lhe garantias de respeito à sua integridade. Washington Luís se recusou a deixar o governo. Formou-se então uma junta governativa provisória, presidida por Tasso Fragoso e composta por Mena Barreto e Isaías de Noronha, que entrou em contato com o cardeal Sebastião Leme, o qual se dispôs a servir de intermediário e a conceder asilo em seu palácio para o presidente. Às cinco horas da tarde do dia 24 de outubro, Washington Luís consentiu em se retirar, sendo conduzido para o forte de Copacabana.

No mesmo dia, a junta enviou o primeiro de uma série de telegramas a Getúlio Vargas, líder nacional das forças revolucionárias, propondo a suspensão das hostilidades. O estado-maior revolucionário, pouco seguro das intenções da junta, enviou Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor e Herculino Cascarido para negociar as condições da transferência do poder para Vargas e ordenou que os destacamentos rebeldes continuassem avançando em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de garantir a vitória da revolução. No dia 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do governo provisório.

Durante o curto período em que esteve no poder, a junta governativa nomeou um ministério provisório, dispensou os reservistas convocados nos últimos dias do governo de Washington Luís, desmilitarizou a Rede Ferroviária Sul Mineira, autorizou o reinício das operações bancárias, abriu uma linha de crédito para o combate à febre amarela e renovou

parte dos comandos militares, entre outras medidas.

Depois da posse de Vargas, Mena Barreto foi mantido como inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares e, a partir de maio de 1931, acumulou esse cargo com o de interventor federal no Rio de Janeiro, substituindo Plínio Casado. Entretanto, suas divergências em relação ao Código dos Interventores, publicado em agosto, levaram-no a pedir exoneração três meses depois. Foi então substituído pelo coronel Pantaleão da Silva Pessoa e, em seguida, nomeado ministro do STM.

Mena Barreto manteve posição de neutralidade diante da Revolução Constitucionalista de São Paulo deflagrada em julho de 1932, embora seus dois filhos e seu amigo Bertoldo Klinger estivessem envolvidos no levante. No mês de setembro, interveio nas negociações para a cessação das hostilidades que resultaram no armistício assinado no dia 2 de outubro, com a rendição das forças paulistas.

Faleceu no Rio de Janeiro em 25 de março de 1933, em pleno exercício de suas funções no STM.

Sua biografia está incluída nas obras redigidas por seu filho João de Deus Noronha Mena Barreto, intituladas *Os Mena Barreto, seis gerações de soldados — 1769-1950* (1950) e *Ainda os Mena Barreto 1919-1969* (1971).

Renato Lemos

FONTES: ALMEIDA, A. *Dicionário*; BARBOSA, R. *História*; BARRETO, J. *Ainda*; BARRETO, J. *Mena*; BEHAR, E. *Vultos*; BIJOS, G. *Clube*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (26/3/1933); *Correio do Povo* (27/12/1930); CORRESP. MIN. TRAB.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (26/3/33); *Jornal do Comércio*, Rio (26/3/73); LACOMBE, L. *Chefes*; LAGO, L. *Conselheiros*; LEITE, A. *História*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A.

Getúlio; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SOUSA, J. *Índice*; *Tarde* (27/3/1933).

BARRETO, Otávio Hamilton Tavares

*gov. PE 1920-1921; dep. fed. PE 1924-1929.

Otávio Hamilton Tavares Barreto foi deputado estadual em Pernambuco em várias legislaturas. Entre 1919 e 1923 foi presidente da Assembleia Legislativa estadual e, como tal, substituiu entre 28 de outubro de 1920 e 3 de junho de 1921 o governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, afastado por motivo de doença. Substituiu-o Severino Marques de Queirós Pinheiro, até a posse do governador eleito Sérgio Lins de Barros Loreto, em 18 de outubro de 1922.

Foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1924. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu o mandato até dezembro de 1926. Em 1927 foi reeleito, permanecendo na Câmara até dezembro de 1929, quando se encerrou a legislatura.

Colaborou com a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. PE. Disponível em: < <http://www.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 25/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História*. (V. 6).

BARRETO, Pais

*dep. fed. MT 1906-1908; dep. fed. AL 1909-1911.

João Francisco de Novais Pais Barreto nasceu em Pão de Açúcar (AL) no dia 26 de outubro de 1873.

Bacharel em direito, foi promotor de justiça da comarca de Cachoeiro do Itapemirim (ES) em 1893 e logo depois ocupou o mesmo cargo em Penedo (AL). Ligado por parentesco à família de Afonso Pena, em 1895 foi nomeado juiz de direito da comarca de Muriaé (MG). Em 1898 abandonou a magistratura e passou a advogar. Ingressou na política e no mesmo ano foi eleito vereador em Muriaé, onde foi também diretor do jornal *Radical*.

Em 1903 transferiu-se para Mato Grosso por ter sido nomeado juiz de direito de Cuiabá. Em agosto do mesmo ano foi nomeado secretário geral de governo na gestão de Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais (1903-1906). Em 1905 assumiu a direção do jornal *O Estado*, ocupando-a até 1906. Nesse ano foi eleito deputado federal por Mato Grosso. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu o mandato até dezembro de 1908. Voltou a eleger-se deputado federal em 1909, agora por Alagoas, permanecendo na Câmara até dezembro de 1911.

Faleceu em Belo Horizonte em 1954.

Publicou: *Estrada de Ferro de Cuiabá ao Madeira, Estrada de Rodagem de Mato Grosso ao Pará* e ainda *O curso do Paranatinga e a formação do Xingu*. Nos anos 1950 produziu o trabalho *As revoluções de Mato Grosso e suas causas*.

Reynaldo de Barros/João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BARRETO, Sérgio

* jornalista; dep. fed. RN 1909-1911.

Sérgio Pais Barreto nasceu em Natal no dia 14 de janeiro de 1879, filho de Jovino César Pais Barreto, pioneiro da industrialização potiguar, e de Inês Augusta de Albuquerque Maranhão Pais Barreto. Pelo lado materno, pertencia a uma das mais sólidas oligarquias do Rio Grande do Norte, que incluía seu bisavô, o comerciante e senhor de engenho Fabrício Gomes Pedrosa, fundador da cidade de Macaíba e um dos homens mais ricos da província. Alguns de seus tios maternos destacaram-se na política estadual: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o principal líder político do Rio Grande do Norte nas duas primeiras décadas republicanas, foi governador do estado em 1889 e 1890 e de 1892 a 1896, constituinte de 1891, deputado federal de 1891 a 1892 e em 1896, e senador de 1897 a 1907; Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão foi governador de 1900 a 1904 e de 1908 a 1914, e deputado federal de 1904 a 1908 e de 1915 a 1929; Augusto Severo de Albuquerque Maranhão foi deputado federal entre 1893 e 1902, mas destacou-se sobretudo por seu pioneirismo em experiências com dirigíveis; Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão atuou no âmbito municipal e estadual, tendo presidido a intendência municipal de Canguaretama de 1893 a 1913, e exercido o mandato de deputado estadual de 1894 a 1912.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1900, nesse mesmo ano Sérgio Pais Barreto elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Foi reeleito em 1903, mas perdeu o mandato em 1904 por incompatibilidade com os dispositivos da Lei Rosa e Silva (15/11/1904), que estabelecia as condições de elegibilidade.

Nesse mesmo período, com a morte de seu pai em 1901, passou a dirigir a Fábrica de Fiação e Tecidos Natal, em sua cidade, e em 1904 fundou a Fábrica de Óleos e Farelos de Algodão, no município de São Gonçalo (RN). Casou-se com sua prima Dalila de Albuquerque Maranhão, filha de Pedro Velho, e em 1907 tornou-se um dos redatores do jornal oficial do Partido Republicano, *A República*. Com a morte de Pedro Velho, assumiu em 1908 a responsabilidade exclusiva pelo periódico.

Também em 1908 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano. Assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1909 e concluiu-o em dezembro de 1911. Em 1913 voltou a ser eleito para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, chegando a assumir a primeira secretaria da Mesa daquela casa. Contudo, renunciou ao mandato em 1914. Durante todo o governo Venceslau Brás (15/11/1914 a 15/11/1918), quando seu

concunhado Augusto Tavares de Lira foi ministro da Viação e Obras Públicas, foi chefe de secretaria do ministério. Abandonou então a vida política e fixou-se no Rio de Janeiro, sobretudo depois da reforma da Constituição estadual do Rio Grande do Norte empreendida em 1916 pelo governador Ferreira Chaves (1914-1920), que enfraqueceu a facção pedrovelhista do Partido Republicano ao tornar inelegíveis vários dos membros da família Albuquerque Maranhão. Ao deixar a secretaria do Ministério da Viação, passou a advogar na capital federal.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1962.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *História*; FERNANDES, L. *Imprensa*; NONATO, R. *Bacharéis*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (V. 78, pt.2, 1916); SOUZA, I. *República* ; SOUZA, R. *Presidentes*.

BARROS, Albuquerque

*magistrado; dep. geral CE 1867-1868; min. STF 1891-1893.

José Júlio de Albuquerque Barros, futuro *barão de Sobral*, nasceu em Sobral (CE) no dia 11 de maio de 1841, filho de João Fernandes de Barros e de Luísa Amélia de Albuquerque Barros.

Em 1861, formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Entre 1862 e 1867, foi promotor público em Sobral, diretor da Instrução Pública da província do Ceará, secretário do governo e diretor do Liceu do Ceará. Em 1867 foi agraciado por dom Pedro II com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Foi deputado geral pelo Ceará na legislatura 1867-1868 e participou da alta administração da província de 1878 a 1880. Em 1880 foi nomeado para a diretoria de agricultura da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1882 recebeu o título de conselheiro, em 1885 tornou-se diretor-geral da Secretaria dos Negócios da Justiça, e em janeiro de 1889 recebeu o título de barão de Sobral. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, por um dos primeiros decretos do governo provisório então instalado, teve seus títulos nobiliárquicos cassados.

Em novembro de 1890, foi designado pelo governo provisório para o Supremo Tribunal Federal (STF), corte constitucional criada em outubro daquele ano nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Em março de 1891, foi nomeado procurador-geral da República, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF. Foi uma das poucas autoridades que, provenientes do Império e identificadas com o regime monárquico, conseguiram permanecer nos altos postos da administração pública republicana.

Foi casado com Maria Francisca Gomes da Costa.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1893.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

BARROS, Alves de

*militar; pres. MT 1899-1903.

Antônio Pedro Alves de Barros nasceu no Maranhão.

Capitão de mar e guerra, em 1899 foi eleito presidente do estado de Mato Grosso pelo Partido Republicano Constitucional. Exerceu o governo de 15 de agosto de 1899 a 3 de abril de 1900, quando assumiu interinamente seu lugar o primeiro vice-governador João Pais de Barros. Em 24 de agosto seguinte reassumiu a presidência do estado e em 14 de agosto de 1903 transmitiu-a a Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais. Durante seu governo, para fazer frente às forças oposicionistas, contou com o apoio de Totó Pais no comando de tropas armadas paramilitares.

João Edson Fanaia

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; MENDONÇA, R. *Historia das*; MENDONÇA, R. *História do*; PONCE FILHO, G. *Generoso*.

BARROS, Amintas

* pres. RN 1888 e 1889; gov. RN 1891.

Francisco Amintas da Costa Barros nasceu em Arati (CE) no dia 21 de novembro de 1841, filho de Francisco José da Costa Barros. Era sobrinho de Pedro José da Costa Barros, que foi ministro da Marinha (1823), presidente das províncias do Ceará (1824-1825) e do Maranhão (1825-1828), e senador do Império representando o Ceará (1827-1839).

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1863 e depois disso exerceu a magistratura nas províncias do Ceará e de Alagoas, chegando a chefe de Polícia nesta última. Transferindo-se para o Rio Grande do Norte, foi promotor público em São José do Mipibu em 1868 e procurador fiscal da Tesouraria Provincial de 1869 a 1871. Em 1870 foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador e em 1872 foi reeleito. Foi nomeado suplente de juiz municipal em Natal em 1873, juiz de direito de Pau dos Ferros em 1876, chefe de Polícia em 1886, e juiz de direito em Natal em 1887. Exerceu a presidência da província em 1888 e 1889.

Líder de uma das facções do Partido Conservador – denominada “grupo da Botica” em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam –, foi chamado a participar, como secretário de Justiça, do primeiro governo republicano no Rio Grande do Norte, organizado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (17/11 a 6/12/1889). Parte da corrente a que pertencia foi incorporada ao Partido Republicano do Rio Grande do Norte, e por isso mesmo a colaboração foi retomada durante o governo de Manuel do Nascimento Castro e Silva, iniciado em 7 de dezembro de 1890, quando participou da elaboração do Projeto de Lei Orgânica que se transformou no decreto de 20 de janeiro de 1891, conhecido como a “Constituição de Castro”.

Ao assumir o governo, Nascimento Castro convocou também um Congresso Constituinte estadual, marcando sua eleição para 10 de março de 1891. Contudo, antes disso ocorreu uma cisão no Partido Republicano, por ocasião da eleição do presidente da República pelo Congresso Nacional Constituinte em 25 de fevereiro: enquanto Pedro Velho apoiou Prudente Moraes, a maior parte da bancada colocou-se ao lado do marechal Deodoro da Fonseca. Com a vitória de Deodoro, Amintas Barros foi indicado para substituir Nascimento Castro no governo do Rio Grande do Norte, por influência dos membros da bancada que passaram a se opor à liderança de Pedro Velho. Nessa indicação tiveram importância decisiva duas pessoas com quem tinha fortes laços familiares: Antônio Garcia e, especialmente, Miguel Joaquim de Almeida Castro, que havia sido colega de turma na Faculdade de Direito do Recife de Henrique Pereira de Lucena, o barão de

Lucena, elemento decisivo na articulação deodorista.

Assim, em 3 de março de 1891 Amintas Barros assumiu o governo do Rio Grande do Norte e remarcou a eleição para o Congresso Constituinte estadual para 10 de maio. Essa mudança tinha como objetivo permitir a constituição de uma chapa de oposição a Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros, bem como desmontar os esquemas de apoio montados por esses líderes no governo. Os atos que haviam beneficiado os correligionários e familiares de Pedro Velho e José Bernardo foram suspensos, e alguns deles foram removidos dos cargos que ocupavam, como foi o caso de Brás de Andrade Melo, Joaquim Ferreira Chaves Filho e Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. Amintas Barros e seus aliados montaram uma chapa que reunia uma coalizão quase tão poderosa quanto a que havia sido articulada anteriormente por Pedro Velho, procurando juntar as forças dos chefes políticos de Ceará-Mirim e de Mossoró aos antigos correligionários e mais outros elementos dispersos. Desse modo, as eleições foram vencidas integralmente pela chapa de Amintas Barros, que garantiu no Congresso Constituinte estadual a ausência dos seguidores de Pedro Velho e José Bernardo.

Instalado o Congresso Constituinte, José Inácio Fernandes Barros, antigo correligionário do “grupo da Botica” e chefe político de Ceará-Mirim, foi eleito para presidir os trabalhos. Dois dias depois, Fernandes Barros comandou a votação que elegeu o deputado federal Miguel Joaquim de Almeida Castro governador do estado, Fernandes Barros, primeiro vice-governador, e Francisco Gurgel de Oliveira, chefe político de Mossoró, segundo vice-governador. Como Miguel Castro ainda se encontrasse no Rio de Janeiro, em 14 de junho Amintas Barros empossou Fernandes Barros no governo do estado. Este empossaria depois Francisco Gurgel, que, por sua vez, entregaria o governo a Miguel Castro em 9 de setembro de 1891. Miguel Castro governaria com o apoio de Amintas Barros e Antônio Garcia, privilegiando os membros de suas famílias na distribuição de cargos da administração pública. Contudo, com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, a conspiração para derrubar o governo, que já havia sido iniciada pelos “pedrovelhistas”, ganhou maior fôlego. Em 28 de novembro, José Bernardo e Pedro Velho, à frente da tropa do Exército aquartelada em Natal, promoveram a derrubada de Miguel Castro, e o deportaram para Fortaleza. O governo do estado foi então entregue a uma junta governativa, que dissolveu o Congresso estadual eleito durante o governo de Amintas Barros e convocou eleições para outro Congresso Constituinte. O novo Congresso, instalado a 20 de fevereiro de 1892, elegeu como seu presidente Jerônimo Câmara. Este recebeu o governo do estado da junta governativa em 22 de fevereiro e o repassou em 28 de fevereiro a Pedro Velho, eleito governador pelo mesmo Congresso.

Amintas Barros passaria à oposição, tornando-se um dos redatores do jornal *Rio Grande do Norte* junto com alguns de seus antigos companheiros, mas jamais retornaria a posto algum no governo norte-rio-grandense.

Faleceu em Natal em 22 de fevereiro de 1899.

Casado com Rita Garcia da Costa Barros, teve pelo menos dois filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *Vida*; NONATO, R. *Bacharéis*.

BARROS, Antônio Dias de

*dep. fed. SE 1912-1914.

Antônio Dias de Barros nasceu em Aracaju no dia 19 de dezembro de 1871, filho de Manuel Dias de Barros Júnior e de Maria Presciliana de Carvalho.

Iniciou os estudos secundários no Parthenon Sergipense, prosseguindo-os no Ateneu Sergipense, ambos em Aracaju. Na Bahia, em 1886, concluiu os estudos preparatórios, depois de ter passado pelos colégios Manuel Florêncio, São Salvador, Sete de Setembro e Liceu Baiano, e matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1889, ano do advento do regime republicano. Na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, conclui os últimos anos do curso de medicina, obtendo o grau de doutor em 1895. Durante a parte da graduação feita na Bahia foi admitido como ajudante de preparador da cadeira de botânica e zoologia médicas e, na capital federal, ainda acadêmico de medicina, foi interno no Hospital Nacional e na Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da faculdade. Em 1897 seguiu para a Europa, especializando-se em citologia na Universidade de Louvain, na Bélgica. Em 1903 tornou-se diretor do Hospício Nacional e de 1906 a 1911 fez parte do corpo docente da Faculdade de Medicina do Distrito Federal, como lente das cadeiras de bacteriologia e de anatomia microscópica. Ainda em 1911, nomeado pela Diretoria de Instrução Pública, tornou-se regente do curso de anatomia e fisiologia do sistema nervoso, e de sintaxe portuguesa, no Pedagogium da capital federal.

Foi eleito deputado federal por seu estado para a legislatura de 1912 a 1914, cumprindo plenamente o mandato.

Na imprensa, foi colaborador e redator da *Revista Acadêmica*, na Bahia, e escreveu para *Terra Livre*, *Revista das Revistas*, *Anuário Médico* e *Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*, na capital da República. Foi sócio efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, sócio correspondente da Sociedade Médica de Santiago do Chile, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e membro da Beneficência Acadêmica da Bahia e do Grêmio dos Internos dos hospitais do Rio.

Faleceu em 2 de fevereiro de 1928.

Publicou *Contribuição ao estudo psico-fisiológico do delírio* (1894), *Breves notas de psico-fisiologia* (1896), *Da cromatolise* (1899), *Sobre o abuso no emprego dos sais de quinina nas febres do Rio de Janeiro* (1899), *Contribuição ao estudo de hipnose nos animais* (1903), *O segredo médico e sua concepção evolutiva* (1905), *Contribuição ao estudo da atrofia varicosa das dentrites* (1905), *A propósito do Clube Médico e da reforma do vestuário* (1905), *Manifesto político aos sergipanos* (1907), *A epilepsia de Bonaparte* (1909), *Psicologia coletiva* (1917), *Litígios biológicos* (1917), *O libertador* (1919).

Pierre Fernandes

FONTES: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

BARROS, Fábio da Silveira

*dep. fed. PE 1916-1917.

Fábio da Silveira Barros nasceu em Gameleira (PE) no dia 16 de outubro de 1866, filho de Francisco de Barros Veloso da Silveira e de Maria Honória Veloso da Silveira.

Iniciou seus estudos no Colégio São José da Bahia e em 1888 formou-se pela Faculdade de Medicina desse estado. Clinicou em Pernambuco até o ano de 1895 e depois disso passou a se dedicar às atividades agrícolas e industriais, a partir do cultivo da cana-de-açúcar e da administração de usinas de açúcar.

Iniciou sua vida política em 1892, quando foi nomeado para o Conselho Municipal do Recife e ocupou o posto de primeiro-secretário. Em 1911 foi nomeado inspetor federal de agricultura do estado de Pernambuco, cargo que ocupou até o ano seguinte. Em 1912 foi eleito senador estadual em Pernambuco; sucessivamente reeleito, exerceu o mandato até 1916. Durante esses anos, chegou a assumir por algum tempo a presidência do Senado estadual.

Em 1916 assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na vaga aberta com o falecimento do deputado José Augusto do Amaral. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1917, ao final do mandato e da legislatura. Regressou então ao estado natal e voltou a exercer mandatos no Legislativo estadual. Em 1927 arrendou a Usina Frei Caneca, fundada pelo governo do estado em 1886, uma das mais importantes da região.

No campo jornalístico, fundou o periódico *O Estado* e foi redator do jornal *A República*, ambos em Pernambuco.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GASPAR, L. *Usina*.

BARROS, Fernandes

* magistrado; gov. RN 1891.

José Inácio Fernandes Barros nasceu na vila de São Gonçalo, hoje São Gonçalo do Amarante (RN), no dia 25 de abril de 1844.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1868. Em 1871 foi nomeado juiz municipal e diretor da Instrução Pública de Natal, e em 1874, chefe de Polícia. Nesse período casou-se, em 1872, com Ana Teixeira da Silva Varela, filha de Manuel Varela do Nascimento, depois barão do Ceará Mirim, tornando-se, a crer em Luís da Câmara Cascudo, um dos mais opulentos senhores de terras do Rio Grande do Norte.

Transferido como juiz de direito para a cidade de Jardim do Seridó (RN) em 1875, instalou a comarca de Ceará Mirim (RN) em 1877. Em 1884 foi enviado para a cidade de Maruim, em Sergipe, e nessa província foi nomeado chefe de Polícia em 1885, na presidência de Manuel de Araújo Góis. Como chefe de Polícia de Sergipe, emitiu em 1887 uma circular determinando que seus delegados e subdelegados não deviam tentar capturar os escravos fugidos ou ainda mantê-los presos, o que provocou a revolta dos proprietários de escravos da província. Em 1888 reassumiu como juiz a comarca do Ceará Mirim, onde se aposentou em 1890, ano seguinte ao da proclamação da República. No Rio Grande do Norte, fazia parte de uma facção do Partido Conservador denominada “grupo da Botica”, em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam. Participavam dessa facção vários nomes que exerceriam grande influência sobre a política local no período republicano, como Francisco Amintas da Costa Barros, Antônio de Amorim Garcia e Augusto Leopoldo Raposo da Câmara.

Em 1890, no governo de Joaquim Xavier da Silveira Júnior (março a setembro), Fernandes Barros foi nomeado segundo vice-governador do estado do Rio Grande do Norte. Em 1891 foi eleito deputado ao Congresso Constituinte estadual na chapa de oposição a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e José Bernardo de Medeiros, líderes do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. A chapa fora montada por Francisco Amintas da Costa Barros, governador desde março, indicado pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca. Instalado o Congresso Constituinte estadual, Fernandes Barros foi eleito seu presidente e dois dias depois comandou a eleição para governador do estado. Os integrantes do Congresso Constituinte elegeram então o deputado federal Miguel Joaquim de Almeida Castro governador, Fernandes Barros primeiro vice-governador, e Francisco Gurgel de Oliveira, chefe político de Mossoró,

segundo vice. Como Miguel Castro se encontrava no Rio de Janeiro no exercício do mandato de deputado federal, Amintas Barros passou o poder para Fernandes Barros.

No exercício do governo a partir do dia 13 de junho de 1891, Fernandes Barros passou a ser pressionado para reorganizar o Poder Judiciário no estado, de modo a beneficiar determinados interesses comerciais e políticos. Não querendo se indispor com esses grupos de interesse, passou o cargo em 6 de agosto para o segundo vice-governador, Francisco Gurgel, alegando problemas de saúde. Miguel Castro tomaria posse em 9 de setembro.

De volta ao Congresso Constituinte estadual, Fernandes Barros votou contra seus próprios aliados na votação da moção de apoio a Deodoro da Fonseca pela dissolução do Congresso Nacional (3/11/1891), e da lei estadual que restringia a liberdade de imprensa. Com a renúncia de Deodoro à presidência da República (23/11/1891), Pedro Velho e José Bernardo promoveram em 28 de novembro a derrubada do governador eleito Miguel Castro, deportando-o depois de preso para Fortaleza. O governo do estado foi então entregue a uma junta governativa que declarou extintos o Congresso Constituinte estadual e os mandatos dos seus deputados. Fernandes Barros retornou então ao exercício da magistratura em Ceará-Mirim e nunca mais se envolveu com assuntos políticos.

Faleceu em Ceará-Mirim no dia 17 de outubro de 1907.

De seu casamento com Ana Teixeira da Silva Varela, teve pelo menos um filho.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CASCUDO, L. *História do Rio*; CASCUDO, L. *Vida*; LIRA, A. *História*; MOURA, C. *Dicionário*; NONATO, R. *Bacharéis*.

BARROS, Francisco Xavier Pais de

*dep. fed. SP 1895-1896.

Francisco Xavier Pais de Barros nasceu em Itu (SP) no dia 23 de julho de 1860, filho de Francisco Xavier Pais de Barros e de Gertrudes de Aguiar Pais de Barros. Seu pai recebeu o título de barão de Tatuí, foi deputado provincial e um dos fundadores do Banco de São Paulo, em 1889.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1885. Dois anos após a proclamação da República, tornou-se presidente da intendência municipal de São Paulo. Em seguida, foi eleito deputado estadual para a legislatura 1892-1894, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), com 13.205 votos. Nesse período fez parte da Comissão de Comércio, Indústria e Obras Públicas. Obteve reeleição para a legislatura 1895-1897, ao obter 30.958 votos.

Entretanto, ainda 1895 renunciou à Câmara estadual ao ser eleito deputado federal, pelo primeiro distrito de São Paulo, em vaga aberta devido à renúncia de Carlos Augusto Garcia Ferreira. Encerrou o mandato em dezembro de 1896. Ocupou mais tarde, de 1911 a 1914, uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo, tendo integrado a Comissão de Finanças. Faleceu em Araras (SP) no dia 9 de julho de 1920.

Era casado com Francisca Pais de Barros, sua prima, com quem teve dois filhos.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEME, L. *Genealogia* (v.5); VASCONCELOS, J; VASCONCELOS, R. *Archivo*.

BARROS, HERMENEGILDO DE

*magistrado; min. STF 1919-1937.

Hermenegildo Rodrigues de Barros nasceu em Januária (MG) no dia 31 de agosto de 1866, filho do coronel Mamede Rodrigues de Barros e de Joana de Uzeda Barros.

Iniciou o curso preparatório no Colégio Caraça, em Minas, concluindo-o no Colégio Almeida Martins, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886.

Regressando a Minas Gerais após a formatura, foi nomeado promotor público da comarca de Januária, onde permaneceu até ser designado, em 1890, juiz municipal do termo de São Francisco. Posteriormente, com a reorganização da magistratura mineira, foi nomeado juiz de direito da comarca do Carmo de Paranaíba. Em 1897, foi transferido, a pedido, para a comarca do Bonfim. No ano seguinte foi removido, também a pedido, para a comarca de Palmira (hoje Santos Dumont), uma das mais ambicionadas na época pelos juízes mineiros devido à sua localização, entre Barbacena e Juiz de Fora, e devido à passagem da estrada de ferro da Central do Brasil. Nessa comarca permaneceu pouco mais de um ano: em agosto de 1899, tomou posse do cargo de juiz de direito da comarca de Ubá, de segunda instância, onde permaneceu por quatro anos. Durante esse período, escreveu e publicou seu primeiro livro, *Decisões judiciais*.

Beneficiado pela aprovação da lei que elevava de 11 para 13 o número de desembargadores do estado, Hermenegildo de Barros foi nomeado, em 1903, desembargador da Relação de Minas Gerais, que presidiu até 1919. Em junho desse ano, o presidente da República, Delfim Moreira, nomeou-o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga deixada pela morte do ministro Canuto Saraiva. Assumindo o cargo em julho seguinte, participaria, no período em que permaneceu no STF, de diversas decisões importantes daquela corte.

Em maio de 1922, votou contra a concessão de *habeas-corpus* ao marechal Hermes da Fonseca, afirmando em sua declaração de voto que não seria por este meio que se decretaria a incapacidade moral de Artur Bernardes, candidato eleito para a presidência da República. O STF acompanhou seu voto e negou o pedido, alegando tratar-se de assunto essencialmente político.

No início de 1923, votou contra o *habeas-corpus* impetrado em favor de alguns dos oficiais envolvidos na Revolta de 5 de julho de 1922, afirmando em sua declaração de voto

que os impetrantes haviam sido presos em decorrência do estado de sítio, e surpreendidos com armas nas mãos. O STF, contudo, concedeu o pedido para que os impetrantes não continuassem presos por ordem da Justiça Federal, à qual deveria ser enviado o processo, que até então se desenvolvia na Justiça Militar. Em julho de 1924, novamente votou contra a concessão de *habeas-corpus* a alguns dos oficiais envolvidos na Revolta de 1922, pedido dessa vez negado por unanimidade pelo STF. No mês seguinte, entretanto, teve vencido seu voto a favor da concessão de *habeas-corpus* ao tenente Eduardo Gomes.

Em janeiro de 1925, votou pelo Acórdão 504, em favor de alguns dos envolvidos na Revolta de 1922, considerando não ter havido crime político no movimento, já que ele fora uma reação de legítima defesa contra atos do governo de Epitácio Pessoa, que violara a autonomia dos estados e desrespeitara os brios militares. Seu voto foi aprovado pelo STF, tendo sido publicado na audiência de 17 de junho de 1925.

Em abril do ano seguinte, votou pela pronúncia de vários dos envolvidos na Revolta de 1924 como incurso na sanção do artigo 107 do Código Penal, referente ao delito de “tentar diretamente e por fatos mudar por meios violentos a constituição política da República ou a forma de governo estabelecida”. O STF acompanhou seu voto.

Em setembro de 1930, votou pela prescrição da ação penal contra os implicados na Revolta de 1922, o que foi aprovado pelo STF. No dia 27 de outubro daquele ano, depois da vitória da Revolução de 1930, seu voto pelo reconhecimento legal da Junta Provisória foi vencedor. Dias depois, a 5 de novembro, votou contra a concessão de *habeas-corpus* ao ex-presidente Washington Luís, então preso, tendo o STF deixado de reconhecer o pedido.

Em 1931, durante a primeira sessão do STF, criticou a reforma do Judiciário decretada (18/2/1931) pelo governo provisório, a qual aposentava quatro dos ministros do Supremo, inclusive seu presidente. Em vista disso, considerou ilegal a convocação do STF para a eleição do novo presidente, mas teve voto vencido: na sessão extraordinária de 25 de fevereiro de 1931, o ministro Leoni Ramos foi escolhido para o cargo.

Em abril do mesmo ano, Hermenegildo de Barros foi eleito vice-presidente do STF. Reeleito em 1934, permaneceria no cargo até 1937. Nessa condição, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 1932 a 1937. O TSE e a Justiça Eleitoral haviam sido criados em fevereiro de 1932, com a promulgação do primeiro Código Eleitoral. Como presidente do TSE, esteve à frente, em novembro de 1933, das primeiras sessões preparatórias da

Assembleia Nacional Constituinte, até que, no dia 12 daquele mês, foi indicado o presidente efetivo da Constituinte Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Em fevereiro de 1936, atuou como relator do pedido de *habeas-corpus* em favor dos intelectuais que haviam sido recolhidos, presos, ao navio *Pedro I*, após a Revolta Comunista de 1935. Seu despacho, em que sugeriu o indeferimento do pedido, foi aprovado pelo STF na sessão do dia 19 do mesmo mês.

Em 15 de novembro de 1936, o 50º aniversário de formatura de Hermenegildo de Barros foi comemorado em sessão solene no Instituto dos Advogados do Brasil (IAB). Um ano mais tarde, pelo decreto de 16 de novembro de 1937, o magistrado foi aposentado no STF. Eleito, em 1939, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), publicou em 1942, pela Imprensa Nacional, seu livro *Memórias do juiz mais antigo do Brasil*.

Morreu no dia 24 de setembro de 1955, na cidade do Rio de Janeiro.

Escreveu outras obras de teor jurídico, tais como *O direito das sucessões* e *Tribunal especial*, em que relatou sua atuação no STF.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B; COSTA, E. *Grandes; Cronologia da Assembléia; Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dicionário*; *Jornal do Comércio*, Rio (25/9/1945); LAGO, L. *Supremo*; LEITE, A. *História*; MACEDO, R. *Efemérides*; RODRIGUES, L. *História*, SILVA, H. 1922.

BARROS, José Cesário Monteiro de

*const. 1891; sen. ES 1891-1893.

José Cesário de Miranda Monteiro de Barros nasceu em Chapéu d’Uvas, depois distrito de Paula Lima, atualmente incorporado à sede da cidade de Juiz de Fora (MG), no ano de 1846, filho de José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros e de Maria Leonor Monteiro de Miranda Ribeiro.

Formado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1867, fixou-se em São Pedro de Itabapoana, no sul do Espírito Santo, onde se tornou grande proprietário rural. Membro do Partido Conservador, foi deputado provincial (1881-1882 e 1885-1886) no Espírito Santo e presidente da província de Alagoas de junho de 1888 a janeiro de 1889, durante o ministério de João Alfredo.

Na República, integrou-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), criado em 1890 no Espírito Santo reunindo a maioria dos republicanos, uma corrente liberal e outra conservadora. Liderança política influente no sul do estado, foi indicado pelo partido candidato a senador no Congresso Constituinte. Eleito com a menor votação entre os três candidatos ao Senado pelo PRC, teve um mandato de apenas três anos. Na Constituinte, atuou em defesa de uma legislação de terras favorável às condições do Espírito Santo, onde a maior parte da terra era devoluta, e as propriedades, grandes e pequenas, eram posses. No Senado, foi membro da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes e da Comissão de Finanças.

Em 1900, foi eleito terceiro vice-presidente do Espírito Santo, no segundo mandato do presidente Muniz Freire, tendo assumido o cargo a 23 de maio. Em 1906 foi nomeado procurador geral do estado, no governo Henrique Coutinho. Faleceu no exercício do cargo, em Vitória, a 3 de maio do mesmo ano.

Era casado com Maria José Ribeiro Monteiro da Silva, nascida em Mar d’Espanha (MG). O casal teve oito filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: BROTERO, F. *Família; Estado do Espírito Santo* (1890-1893, 1900-1901)); *Jornal Oficial* (1906); PEREIRA, A. *Homens*.

BARROS, Lucas Monteiro de

*dep. fed. SP 1897-1899.

Lucas Monteiro de Barros nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de dezembro de 1861, filho de Rodrigo Antônio Monteiro de Barros e de Ana Francisca da Silva Prado. Seu pai, bacharel em direito e fazendeiro, foi vereador em Jundiaí e deputado provincial de 1858 a 1863. Era bisneto de Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro barão e visconde de Congonhas do Campo, e primeiro presidente da província de São Paulo, em 1824.

Foi fazendeiro e vereador em Jundiaí. Foi eleito deputado estadual para a legislatura 1891-1892 pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e reeleito para as legislaturas 1892-1894 e 1895-1897. Já em 1896 foi eleito pelo quinto distrito de São Paulo para uma cadeira na Câmara dos Deputados na legislatura 1897-1899.

Faleceu na capital paulista no dia 22 de janeiro de 1903.

Era casado com Leonídia de Lacerda Monteiro de Barros, filha dos barões de Arari, com quem teve uma filha.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Jbcultura. Disponível em: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg238.html>; LEME, L. *Genealogia* (v.5); VASCONCELOS, J; VASCONCELOS, R. *Archivo*.

BARROS, Luís Eugênio Monteiro de

*dep. fed. MG 1894-1902.

Luís Eugênio Monteiro de Barros nasceu em Sebastião da Mata, atual município de Eugenópolis (MG).

Foi vereador, agente executivo e presidente da Câmara de seu município de origem, e ainda suplente de juiz municipal. Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) e em maio do mesmo ano tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito para as duas legislaturas seguintes e exerceu o mandato até dezembro de 1902.

Foi também fazendeiro e recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional.

Faleceu em maio de 1916.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*, (p. 174); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 79).

BARROS, Manuel Gouveia

*dep. fed. PE 1916-1926.

Manuel Gouveia Barros nasceu no município de Bonito (PE) no ano de 1881. Iniciou seus estudos no Ginásio Pernambucano e em 1899 matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se em 1905 ao defender a tese intitulada *O crescimento e seu papel na patologia*.

Em 1907 passou a residir em Recife, onde começou a clinicar. Em 1912, durante o governo de Dantas Barreto, foi nomeado diretor de Higiene e Saúde Pública de Pernambuco. Fez reformas no Serviço Sanitário, organizou o Código Sanitário, combateu as epidemias de peste bubônica, febre amarela e varíola que assolavam o estado e instituiu serviços de assistência pública em Recife. Permaneceu no cargo até 1916.

Nesse mesmo ano candidatou-se a deputado federal na vaga surgida com a renúncia de Manuel Borba, que foi eleito governador de Pernambuco. Conseguiu eleger-se e logo passou a integrar a Comissão de Saúde Pública. Reeleito para mais duas legislaturas, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1926.

Foi também professor da Faculdade de Medicina de Pernambuco.

No campo jornalístico, foi redator do jornal *O Norte* e colaborou com os periódicos *Jornal do Comércio*, *Jornal de Medicina de Pernambuco*, *A Evolução* e *Arquivos de higiene pública e medicina tropical*, todos de Pernambuco.

Publicou *Ensaio de um estudo sintético do crescimento e do seu papel em patologia, Magnetismo, hipnotismo e sugestão, Profilaxia do crime e tratamento do criminoso, Profilaxia da varíola e a legislação nacional e internacional em referência com o segredo profissional e a notificação obrigatória, Profilaxia da febre amarela no Recife* (1912), *A higiene no tempo e no espaço – discurso*, e *O problema fundamental do Brasil – discurso na Câmara dos Deputados apresentando um projeto sobre o saneamento do Brasil* (1916).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3); NASCIMENTO, L. *História* (v. 7).

BARROS, Marcolino de

*dep. fed. BA 1924-1926.

Marcolino Ferreira de Barros nasceu em Jaguarari (BA) no dia 16 de agosto de 1872, filho de Marcolino Ferreira de Barros e de Gertrudes de Lima.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1893.

Elegeu-se deputado federal pela Bahia e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1924. Exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1926.

Faleceu em Belo Horizonte em 24 de maio de 1932.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes*.

BARROS, Moraes

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1895; sen. SP 1895-1902.

Manuel de Moraes Barros nasceu em Itu (SP) no dia 1º de maio de 1836, filho de José Marcelino de Barros e de Catarina Maria de Moraes Barros. Seu irmão Prudente José de Moraes Barros foi várias vezes deputado provincial, deputado geral por São Paulo em 1885, membro da junta governativa provisória de São Paulo em 1889, governador de São Paulo de 1889 a 1890, constituinte de 1891, senador por São Paulo de 1891 a 1894 e presidente da República de 1894 a 1898.

Ainda criança, em 1843, perdeu o pai, que era tropeiro, assassinado por um escravo às margens do córrego do Ipiranga quando guiava gado entre sua cidade e Santos. Em 1849 sua mãe resolveu mudar-se com a família para Piracicaba, antiga Constituição, e aí se casou novamente com o major Caetano José Gomes Carneiro. Após fazer os primeiros estudos em Piracicaba e, com dificuldades financeiras, os preparatórios em Itu, pôde ir para São Paulo, onde ingressou em 1853 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e se formou em 1857.

De volta a Piracicaba, filiou-se ao Partido Conservador e foi nomeado promotor público da comarca, passando depois a juiz municipal e de órfãos, até 1864. Passou então a exercer a advocacia, angariando fama e fortuna. Durante muitos anos foi também, gratuitamente, inspetor escolar. Graças a seus esforços e apoio financeiro foram criadas e instaladas as escolas públicas de sua cidade. Em 1870 transferiu-se para o Partido Liberal e passou a defender a causa republicana. Foi um dos primeiros a apoiar e aplaudir o *Manifesto Republicano*, lançado em 3 de dezembro daquele ano. Como representante do Clube Republicano de Piracicaba, que organizou em seu município, esteve presente à Convenção Republicana de Itu, realizada em 18 de abril de 1873, e subscreveu o manifesto então lançado. Participou de diversos outros congressos republicanos, sempre como delegado ou representante do Clube Republicano de Piracicaba.

Em meados da década de 1870, junto com o irmão Prudente, teve a ideia de criar uma escola moderna para atender aos filhos dos abastados fazendeiros da região, e estabeleceu contato com o pastor metodista Junius Newmann, radicado na vizinha cidade de Santa Bárbara D'Oeste em companhia dos imigrantes do Sul dos Estados Unidos que haviam fugido de seu país em virtude da Guerra de Secessão. Em 1881, finalmente, chegou

a Piracicaba a professora norte-americana Martha Watts, enviada pela Sociedade Missionária de Mulheres Metodistas dos Estados Unidos. Com o apoio político e financeiro dos irmãos Moraes, em 13 de setembro de 1881 a missionária abriu as portas da nova escola protestante, o Colégio Piracicabano, que visava inicialmente à educação em regime interno para as meninas e externo para os meninos. Os primeiros alunos da nova escola foram os filhos de Manuel e Prudente de Moraes, e também de outros republicanos.

Em 1883 foi eleito vereador à Câmara Municipal de Piracicaba, para o período 1883-1886, sendo escolhido por seus pares presidente da Casa no primeiro ano de mandato. Em 1884 foi eleito deputado à Assembleia provincial de São Paulo para a legislatura 1884-1885. Assumiu sua cadeira ao lado dos republicanos Martinho da Silva Prado Júnior, Cesário Mota e Gabriel Piza. Em 1887, com o apoio dos dois partidos monárquicos, o Liberal e o Conservador, foi eleito novamente vereador e presidente da Câmara Municipal de Piracicaba.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, seu irmão Prudente de Moraes foi nomeado pelo chefe do governo provisório do Brasil, marechal Deodoro da Fonseca, membro da junta governativa e, no mês seguinte, governador de São Paulo. Em virtude das violências praticadas pelo então delegado de polícia de Piracicaba, que era monarquista, contra os republicanos, Manuel foi designado para o posto pela junta governativa e nele permaneceria até a subida de Américo Brasiliense ao governo de São Paulo, em 1891. Convocado o Congresso Constituinte, o Partido Republicano Paulista (PRP) incluiu seu nome na chapa de candidatos. No dia 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado, enquanto Prudente de Moraes foi eleito senador constituinte. Tomou posse em 15 de novembro de 1890 e participou ativamente da elaboração da nova Carta Magna brasileira. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a Constituição, e o Legislativo federal passou a ter duas casas, o Senado e a Câmara dos Deputados. Passou a exercer o mandato de deputado federal e foi eleito presidente da Comissão de Orçamento. Quando da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, em 23 de novembro de 1891, votou em plenário contra a necessidade de uma nova eleição para presidente da República.

Foi novamente eleito vereador à Câmara Municipal de Piracicaba para o triênio 1893 a 1895, dessa vez pelo voto popular. Foi reeleito deputado federal no pleito de 1º de março de 1894, sendo empossado em 3 de maio. Exerceu o mandato até o ano de 1895,

quando renunciou por ter sido eleito em 15 de abril senador da República na vaga de Prudente de Moraes, o qual, por sua vez, havia renunciado para concorrer ao cargo de presidente da República. Assumiu o mandato no Senado em 30 de maio, enquanto sua vaga na Câmara foi ocupada por Cesário Mota. Em 1896 foi eleito por seus pares integrante da Comissão de Finanças do Senado, mas, alegando que não poderia agir com a devida isenção em relação ao governo federal, chefiado por seu irmão, pediu aos colegas que o dispensassem da missão. Consultado o plenário, seu pedido foi negado pelos presentes.

Em fins de 1896, o presidente Prudente de Moraes foi acometido de grave crise de saúde, sendo obrigado a se submeter a uma delicada intervenção cirúrgica. Manuel de Moraes Barros escreveu ao amigo da família Antônio Teixeira de Mendes: “O presidente, no dizer dos 5 médicos que o estão tratando, não corre mais perigo algum, mas está muito magro, com a ferida da operação ainda aberta... A convalescença será algum tanto demorada – demora que aconselha a passagem do governo ao vice-presidente”. O vice-presidente Manuel Vitorino Pereira assumiu o governo da República em 10 de novembro de 1896, mas pouco antes, alegando graves dificuldades para governar, chegou a sugerir em uma reunião por ele convocada no Senado, do qual era presidente, sem a presença de Moraes Barros, a renúncia de Prudente de Moraes. Pretendeu trocar o ministério e conspirou para implantar uma ditadura e assim destituir o presidente Prudente, que se viu obrigado, ainda com a saúde abalada, a reassumir o poder de surpresa em 4 de março de 1897, para pôr fim às manobras de Vitorino.

Nas eleições realizadas em 31 de dezembro de 1899 Moraes Barros foi reeleito senador, tomando posse em 21 de abril de 1900. Com a cisão no PRP e a formação da dissidência em São Paulo, em setembro de 1901, contra o governo federal de Campos Sales e o governo estadual de Rodrigues Alves, Moraes Barros aderiu à oposição, tornando-se um dos seus líderes.

No Senado, Moraes Barros fez parte da Comissão de Instrução Pública até o ano de 1902. Como integrante da comissão responsável pelo ensino, insurgiu-se em plenário contra os adiamentos que haviam sido aprovados na Câmara dos Deputados, e posteriormente no próprio Senado, dos exames madureza no Brasil. Defendeu a proibição do jogo no país, e fez publicar no Diário Oficial e nos Anais do Senado, apesar de posição contrária de alguns senadores, uma representação da Associação dos Empregados do

Comércio do Rio de Janeiro contra o jogo e especialmente contra as loterias. Na sessão plenária de 26 de novembro de 1902, apesar de estar com a saúde abalada, debateu o pedido de prorrogação dos trabalhos legislativos até 20 de dezembro para a aprovação do orçamento da União, e levantou o problema do ano financeiro, que prejudicava a discussão com maior cuidado pelos parlamentares.

Ao longo da vida, com as economias que conseguiu como advogado, pôde aos poucos ir comprando várias pequenas glebas e assim formar a fazenda Pau D'Alho, localizada entre Piracicaba e a hoje cidade de Conchas que chegou a ter 2.500 alqueires de terra. Aí desenvolveu uma plantação de café, e posteriormente também de cana de açúcar. Manteve na fazenda uma escola para os filhos dos colonos, inclusive dos ex-escravos. Em Pau D'Alho chegou a receber uma leva de imigrantes italianos. Era integrante da Maçonaria, e foi fundador honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de dezembro de 1902, em pleno exercício do mandato parlamentar, apenas 17 dias depois da morte de seu irmão Prudente de Moraes.

Era casado com Maria Inês da Silva Gordo de Moraes Barros, com quem teve nove filhos. Dois deles fizeram carreira política: Paulo de Moraes Barros foi deputado federal por São Paulo em 1909-1911 e 1927-1929, revolucionário de 1930, ministro da Viação e Obras Públicas e da Agricultura, Indústria e Comércio em 1930, revolucionário de 1932 e senador por São Paulo de 1935 a 1937; Antônio de Moraes Barros foi deputado estadual em São Paulo em diversas legislaturas. Outro filho, Pedro de Moraes Barros, foi embaixador do Brasil no Peru de 1941 a 1945, e na Itália, de 1945 a 1949. Sua filha Elisa de Moraes Barros Mendes casou-se com Otávio Mendes, catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, sendo que uma das filhas do casal, Leonor Mendes de Barros, foi casada com Ademar de Barros, deputado estadual de 1935 a 1937, interventor federal em São Paulo de 1938 a 1941, governador do estado de 1947 a 1951 e de 1963 a 1966, e prefeito da cidade de São Paulo de 1957 a 1961. Sua cunhada Adelaide Benvinda, irmã de sua esposa Maria Inês, casou-se com seu irmão Prudente de Moraes, e seu cunhado Adolfo Afonso da Silva Gordo foi deputado federal por São Paulo de 1891 a 1902, e senador de 1913 a 1929.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Acervo pessoal; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CAPRI, R. *Piracicaba; Estado de S. Paulo* (22/12/1902); PEIXOTO, S. *Tormenta*; RIBEIRO, A. *Poder*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SENADO. *Dados biográficos dos Senadores de São Paulo*.

BARROS, Pais de

*pres. MT 1900.

João Pais de Barros nasceu na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo (MT) em 1858, filho de Joaquim Pais de Barros e de Maria da Glória Vieira de Barros. Seus pais eram proprietários de terras, da Usina Conceição e de um estabelecimento comercial. Seu irmão Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais, foi presidente de Mato Grosso de 1903 a 1906.

Assim como Totó Pais, era usineiro. Aliou-se ao Partido Republicano Mato-Grossense criado por Generoso Ponce. Em 1899, ao lado do irmão, sitiou a Assembleia Legislativa. Foi eleito primeiro vice-governador de Mato Grosso para o período de 1899 a 1903, ao lado do presidente estadual Alves de Barros, e exerceu interinamente o governo do estado de Mato Grosso entre 4 de abril e 24 de agosto de 1900.

João Edson Fanaia

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; MENDONÇA, E. *Datas*; MENDONÇA, R. *História das*; PONCE FILHO, G. *Generoso*.

BARROS, PAULO DE MORAIS

*dep. fed. SP 1909-1911 e 1927-1929; rev. 1930; min. Viação e Agric. 1930; rev. 1932; sen. SP 1935-1937.

Paulo de Moraes Barros nasceu em Piracicaba (SP) no dia 16 de junho de 1866, filho de Manuel de Moraes Barros e de Maria Inês de Moraes Barros. Seu pai foi constituinte de 1891, deputado federal de 1891 a 1895 e senador por São Paulo de 1895 a 1902. Seu tio Prudente de Moraes foi deputado geral em 1885, membro da junta governativa de São Paulo em 1889, governador de 1889 a 1890, constituinte de 1891, senador de 1891 a 1894 e presidente da República de 1894 a 1898. Seu irmão Antônio de Moraes Barros foi deputado estadual em São Paulo em diversas legislaturas, e outro irmão, Pedro de Moraes Barros, foi embaixador do Brasil no Peru de 1941 a 1945, e na Itália, de 1945 a 1949.

Em Piracicaba fez os preparatórios e frequentou os colégios Mamede, Rangel Pestana e Morton. Em 1882 foi para a cidade do Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Medicina. Diplomou-se em 1888 e logo depois foi designado para chefiar a clínica do serviço de cirurgia geral e vias urinárias da Policlínica do Rio de Janeiro. Voltou em seguida para Piracicaba, a fim de assumir as funções de delegado de Higiene e do Serviço Contra o Tracoma e a Febre Amarela.

Proclamada a República (15/11/1889), foi eleito presidente da Intendência Municipal de Piracicaba. Em 1894, tornou-se chefe local do Partido Republicano Paulista (PRP). Durante dez anos exerceu em Piracicaba o cargo de delegado sanitário, tendo dirigido, com o engenheiro Saturnino de Brito, o assentamento de esgotos da cidade.

Na legenda do PRP, elegeu-se deputado federal por seu estado para a legislatura que se estenderia de 1909 a 1911. Terminado o mandato, foi nomeado, em 1º de maio de 1912, secretário da Agricultura do estado de São Paulo, durante o governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1912-1915). Por ocasião da escolha dos candidatos à sucessão estadual, renunciou ao cargo. Em 1924, representou o governo brasileiro no Congresso do Frio, em Londres, e no Congresso do Algodão, em Viena.

Ao lado de Francisco Morato, Luís Barbosa da Gama Cerqueira e outros, fez parte da comissão organizadora do Partido Democrático (PD) de São Paulo, a qual se reuniu em 24 de fevereiro de 1926 para redigir um manifesto que continha as linhas básicas do programa

da agremiação: revisão da Constituição, instituição do voto secreto e independência do Poder Judiciário. As articulações para a formação do novo partido haviam sido iniciadas pelo conselheiro Antônio Prado, que procurara mobilizar as forças políticas paulistas descontentes com o PRP. Em 21 de março de 1926, na eleição feita durante a reunião inaugural do partido, foi escolhido membro do primeiro diretório. No mesmo ano, elegeu-se novamente deputado federal, na legenda do PD, para o período 1927-1929.

Em 1927, passou a integrar também o diretório provisório do Partido Democrático Nacional (PDN), ao lado dos deputados Joaquim Francisco de Assis Brasil, Adolfo Bergamini, Francisco Morato, João Batista Luzardo, José Adriano Marrey Júnior e Plínio Casado. O PDN, fundado no Rio de Janeiro em 21 de novembro daquele ano, reunia dissidentes do PD, dos Libertadores do Rio Grande do Sul e um grupo do Distrito Federal. Tinha como linhas gerais as do PD e pretendia aglutinar as correntes políticas minoritárias dos estados para uma ação mais ampla, em nível nacional. A atuação do PDN foi, entretanto, praticamente nula.

Entre 1927 e 1929, ao longo de seu segundo mandato de deputado federal, Paulo de Moraes Barros manifestou-se contrário à política de valorização do café, adotada pelo presidente Washington Luís. Pronunciou-se sobre o assunto várias vezes na Câmara, chegando a provar estatisticamente que a produção cafeeira aumentara 28%, enquanto o aumento do consumo só atingia 10%. Para resolver o problema, propôs a criação de um conselho composto por representantes dos institutos do café, juristas e técnicos da lavoura e do comércio.

Em meados de 1929, iniciaram-se as articulações para a sucessão presidencial de Washington Luís. Em junho, as oligarquias dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formaram a Aliança Liberal e lançaram a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, contra o candidato oficial, Júlio Prestes. Em setembro, o PD apoiou a Aliança Liberal. Pouco depois, Moraes Barros foi incumbido de organizar a comitiva que levaria Vargas a São Paulo, em 30 de dezembro.

EM 1930 E 1931

Em 11 de janeiro de 1930, durante o VI Congresso do PD, Moraes Barros foi indicado para concorrer à reeleição no pleito de 1º de março. Sua campanha

eleitoral transcorreu em meio a vários incidentes. O principal deles ocorreu em Tambaú (SP), no dia 8 de fevereiro, quando seu comício foi proibido pelo delegado local. Requereu *habeas-corpus*, que lhe foi concedido. O comício foi então realizado, apesar de elementos do PRP terem cortado a luz elétrica e promovido tiroteios. Afinal, Moraes Barros não conseguiu se reeleger deputado federal. Em maio de 1930, encabeçou a representação do PD nas homenagens fúnebres prestadas a Antônio de Siqueira Campos em São Paulo.

Com a derrota de Getúlio Vargas nas eleições de 1º de março, os aliancistas começaram a articular um movimento revolucionário, o qual, depois de uma série de avanços e recuos, eclodiu a 3 de outubro de 1930. Em 24 de outubro, um grupo de altos chefes militares do Distrito Federal depôs o presidente Washington Luís. Na mesma data, assumiu o poder uma junta governativa composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante José Isaías de Noronha. No dia seguinte, quando a junta escolheu os ministros do novo governo, Paulo de Moraes Barros foi indicado para dois ministérios: o da Viação e Obras Públicas e o da Agricultura, Indústria e Comércio.

Ao iniciar seu exercício no ministério, foi incumbido pela junta de comunicar ao general Hastínfilo de Moura, governador militar de São Paulo, a designação de Francisco Morato, presidente do PD, para o governo do estado. A posse seria dada pelo general Isidoro Dias Lopes, recém-nomeado comandante da 2ª Região Militar. Morato, porém, declarou que só assumiria o cargo quando fosse expressamente designado por Vargas. No entanto, ao chegar à capital paulista, no dia 28 de outubro, Getúlio escolheu o tenente João Alberto Lins de Barros para delegado militar no estado, contrariando as expectativas dos democráticos.

Quando a junta governativa, a 3 de novembro, passou a direção do país a Vargas, chefe da revolução, Moraes Barros foi mantido interinamente como ministro da Agricultura, até 18 de novembro, e da Viação, até 24 de novembro. Foi então substituído respectivamente por Joaquim Francisco de Assis Brasil e José Américo de Almeida.

Em fins de novembro de 1930, ao lado de Marrey Júnior e Morato, conferenciou com os chefes revolucionários Osvaldo Aranha e Juarez Távora, na fazenda de Lineu de Paula Machado, tentando chegar a um entendimento a respeito da situação paulista. Em seguida,

no dia 8 de dezembro, líderes do PD estabeleceram com o interventor João Alberto um acordo para uma ação conjunta na reorganização completa da política estadual.

Novamente eleito para o diretório do PD, em congresso realizado a 2 de fevereiro de 1931, Paulo de Moraes Barros seguiu logo depois para o Rio de Janeiro, com outros líderes do partido. Na capital do país, no dia 25 desse mês, conferenciou com Osvaldo Aranha sobre as divergências entre João Alberto e a oligarquia paulista. O conflito entre as duas forças culminou com o lançamento, em 5 e 6 de abril de 1931, de um manifesto em que o PD rompia definitivamente com o interventor.

A saída de João Alberto do governo de São Paulo, em 13 de junho de 1931, não acalmou os ânimos das lideranças políticas estaduais, que continuaram a lutar pela escolha de um interventor paulista e civil. No dia 25 de junho, foi então nomeado o paulista Laudo Ferreira de Camargo, que, por pressão de Miguel Costa, João Alberto e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, logo deixou o cargo (31/11/1931) em favor do coronel Manuel Rabelo Mendes, comandante da 2ª RM.

NO MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

Moraes Barros fez parte da delegação do PD que se encontrou com Getúlio, no dia 2 de janeiro de 1932, para tentar forçá-lo a demitir Manuel Rabelo da interventoria em São Paulo, argumentando que, caso contrário, o partido rompia com o governo federal. Mas Rabelo continuou no cargo e, em 13 de janeiro, o PD cumpriu a ameaça, retirando seu apoio a Vargas. Nessa data, o partido lançou um manifesto em que expunha suas discordâncias nos planos estadual e federal. Três dias depois, constituiu-se a Frente Única Paulista (FUP), por iniciativa do PD, da Liga de Defesa Paulista e da ala jovem do PRP.

A partir de então, a campanha pela constitucionalização do país e pela autonomia estadual tomou novo impulso. A intenção revolucionária que viria a resultar no movimento constitucionalista de julho de 1932 esboçou-se desde o início do ano, quando foram feitas ligações militares sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. O estado-maior revolucionário foi organizado em fevereiro e março.

No dia 7 de março, procurando atenuar o descontentamento em São Paulo, Vargas nomeou o embaixador Pedro de Toledo novo interventor no estado. Essa nomeação pôs fim à pressão para a escolha de um interventor civil e paulista. No entanto, as correntes políticas

locais continuaram a expressar seu desagrado com a subordinação ao poder central que lhes havia sido imposta.

Inicialmente, Pedro de Toledo reuniu em seu secretariado integrantes da FUP e elementos da corrente tenentista. Mas a FUP, apoiada por associações de classe, pressionava o interventor no sentido de que escolhesse apenas membros dos dois partidos tradicionais do estado, PD e PRP. Em maio de 1932, a intervenção de Osvaldo Aranha para impedir a formação de um secretariado composto exclusivamente de representantes da FUP suscitou em São Paulo uma forte reação. Foi deflagrada uma grande manifestação popular pela libertação do estado. Em meio a essa agitação Pedro de Toledo formou o novo secretariado com uma composição que satisfizesse plenamente os anseios dos manifestantes e da FUP. Moraes Barros, no dia 23 de maio, assumiu a secretaria estadual da Fazenda, já que Armando de Sales Oliveira recusou-se a ocupar o cargo.

Nesse mesmo mês, em prosseguimento às articulações do movimento rebelde, o general Bertoldo Klinger, comandante da região militar sediada em Mato Grosso, foi escolhido para chefiar a revolução. Mas as oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul vacilavam e se dividiam em relação ao movimento.

Em 20 de junho, Moraes Barros recebeu uma carta do coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, com quem, desde o fim do ano anterior, vinha mantendo contato para a organização de uma revolta contra o governo federal. Nesse documento, Figueiredo comunicava-lhe sua decisão de desligar-se dos compromissos assumidos com os paulistas e pedia autorização para fazer o mesmo com os militares que já havia procurado. Em sua resposta, datada de 26 de junho, Moraes Barros confirmou aqueles compromissos, argumentando que, apesar de estar resolvido o problema da autonomia de São Paulo, a questão nacional do retorno à Constituição permanecia, estando os paulistas na dependência da solução que seria apresentada pelos gaúchos.

A nomeação, no mesmo dia 26, do general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso para o cargo de ministro da Guerra foi o pretexto para que rapidamente se desencadeasse o movimento revolucionário, que eclodiu no dia 9 de julho. A luta durou três meses e, em 2 de outubro, foi assinada a paz com a derrota dos revoltosos de São Paulo. Na mesma data, Paulo de Moraes Barros e outros membros do secretariado paulista lançaram um manifesto em que prestavam contas de sua atuação durante o conflito. Logo depois, Barros seguiu

para o exílio em Paris, onde permaneceu até 1934.

Em 1935, foi eleito senador na legenda do Partido Constitucionalista de São Paulo. Favorável à candidatura de Armando Sales à presidência da República, no dia 8 de novembro de 1937 leu no Senado um violento discurso de Sales contra as pretensões golpistas de Getúlio Vargas. Foi preso logo após o golpe de 10 de novembro de 1937.

Como empresário, Paulo de Moraes Barros foi superintendente da firma Moraes Barros e Irmãos, diretor da Cia. Cafeeira do Rio Feio e presidente da S.A. Tecelagem Paraíba.

Morreu no dia 15 de dezembro de 1940 na cidade de São Paulo.

Foi casado com Elisa Sales e, mais tarde com Maria Luísa Quirino dos Santos.

Além de sua tese de doutoramento em medicina, deixou publicados discursos e conferências.

Regina Hipólito

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BELEZA, N. *Evolução*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CARONE, E. *Estado*; *Diário do Congresso Nacional*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; *Grande encic. Delta*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (18/12/1940); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memória*; MIN. VIAÇÃO. *Dados*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*.

BARROS, Queirós

* magistrado; min. STF 1891-1892.

Luís Correia de Queirós Barros nasceu em Vitória, na província de Pernambuco.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda em 1844, nesse mesmo ano foi nomeado promotor público nas localidades de Santo Antônio e Vitória, ambas em Pernambuco, em época marcada pelos conflitos políticos que levaram à revolta liberal conhecida como Praieira (1848-1850). Perseguido durante o controle do poder local pelos revoltosos liberais, foi obrigado a deixar Pernambuco e a afastar-se da promotoria. De volta ao exercício de suas funções, foi, em 1857, nomeado juiz de direito de Campina Grande (PB), e em 1862, removido para Areias (PB). Permaneceu como juiz em Areias até 1872, quando foi nomeado chefe de polícia de Pernambuco. Exonerado no ano seguinte, voltou à judicatura na comarca de Nazaré (PE).

Em 1873, foi nomeado desembargador da Relação de Porto Alegre, tornando-se seu presidente em 1875, 1879 e 1882. Nesse último ano foi removido para a Relação da Corte e, no ano seguinte, para a de Recife. Em 1885 foi nomeado primeiro vice-presidente da província de Pernambuco e exerceu o cargo até o ano seguinte, quando retornou à Relação de Recife. Ainda em 1886 tornou-se procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional.

Também em 1886 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, na vaga decorrente da aposentadoria de Silvério Fernandes de Araújo Jorge. Após a proclamação da República, foi um dos ministros do antigo tribunal que seguiram para o Supremo Tribunal Federal (STF), que foi criado em outubro de 1890 como tribunal constitucional nos moldes da Suprema Corte norte-americana, e entrou em exercício em fevereiro de 1891. Permaneceu, contudo, pouco mais de um ano no STF. Com idade bastante avançada, foi aposentado no contexto de uma renovação do STF, por decreto em março de 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, que pretendia afastar os ministros oriundos do antigo Tribunal de Justiça do Império.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de fevereiro de 1908.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <
<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

BARROS, Rego

* dep. fed. PE 1924-1930 e 1935-1937.

Sebastião do Rego Barros nasceu em Escada (PE) em 7 de junho de 1879, filho de Sebastião do Rego Barros e de Antônia de Albuquerque do Rego Barros. Além de seu pai, existiu outro Sebastião do Rego Barros (1803-1863), que foi ministro da Guerra de 1837 a 1839 e de 1859 a 1861 e presidente da província do Pará de 1851 a 1857.

Estudou em Recife e bacharelou-se pela Faculdade de Direito dessa cidade, passando a trabalhar como advogado e professor da faculdade pela qual se formara. Em 1916 elegeu-se deputado estadual e, em 1923, deputado federal por seu estado, iniciando o mandato em maio de 1924. Reeleito em 1927 e 1930, exerceu a presidência da Câmara dos Deputados até 24 de outubro desse último ano, quando teve seu mandato interrompido pela revolução que colocou Getúlio Vargas no poder.

Voltou a eleger-se deputado federal por Pernambuco em outubro de 1934, iniciando o mandato em maio de 1935. Em 1936, como advogado nomeado pela Ordem dos Advogados do Brasil, apresentou ao Tribunal de Segurança Nacional a defesa do deputado João Mangabeira, preso sob a acusação de envolvimento com a Revolta Comunista de 1935. Encerrou o mandato em 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

A partir de 1939 foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Em 1940 presidiu a delegação brasileira ao Congresso de Jurisconsultos de Montevideu para a revisão de tratados de direito internacional privado e foi assessor jurídico da II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Havana.

Faleceu em Paris em 21 de outubro de 1946.

Foi casado com Maria Ester do Rego Barros, com quem teve seis filhos.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Presidentes*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. BRAS.; LAGO, L. *Generais*.

BARROSO, Euclides

*dep. fed. CE 1909-1911.

Euclides Barroso nasceu na cidade de Canindé (CE) no dia 22 de fevereiro de 1861, filho do coronel Paulino Joaquim Barroso e de Francisca Carolina Barroso.

Estudou humanidades no colégio Ateneu Cearense, em Fortaleza, de 1873 a 1877, e cursou os preparatórios Liceu do Ceará. Indo para o Rio de Janeiro em 1878, matriculou-se na Escola Politécnica e recebeu o título de engenheiro civil em 1883.

Ainda em 1882 começou a trabalhar na Repartição Geral dos Telégrafos, inicialmente como inspetor de primeira classe, e depois como engenheiro-ajudante e engenheiro-chefe do distrito telegráfico do Maranhão. Nesse período esteve no Piauí, na Bahia e no Maranhão fazendo trabalhos de campo com o objetivo de construir trechos de linhas telegráficas. Depois de idas e vindas ao Ceará, retornou de vez a esse estado em 1895, designado chefe do distrito telegráfico. Em 1900 foi escolhido vice-diretor da Repartição Geral dos Telégrafos, e em 1908 foi o representante brasileiro na Conferência Internacional Telegráfica reunida em Lisboa. No ano seguinte publicou *A Conferência Telegráfica Internacional de Lisboa. Visitas a diversas administrações telegráficas da Europa* (Relatórios apresentados ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon Du Pin e Almeida).

Eleito deputado federal pelo Ceará, exerceu o mandato de maio de 1909 a dezembro de 1911. No governo do presidente Venceslau Brás (1914-1918) foi nomeado diretor dos Telégrafos Nacionais.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: STUART, G. *Dicionário*. (v.1, p. 248-250).

BARROSO, GUSTAVO

*jornalista; dep. fed. CE 1915-1917; mov. integralista.

Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Felino Barroso, membro de uma tradicional família nordestina, e da alemã Ana Dodt Barroso.

Órfão de mãe com apenas sete dias de nascido, foi criado por uma tia paterna que lhe ensinou as primeiras letras. Em 1898 ingressou no Colégio Partenon e no ano seguinte transferiu-se para o Liceu do Ceará, ambos em Fortaleza, formando-se em 1906. Nesse mesmo ano publicou seu primeiro artigo no periódico cearense *Jornal da República*. Em 1907 ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza e fundou o jornal caricato *O Garoto*, que dirigiu até dezembro do ano seguinte. Nessa época fundou *O Equador*, além de colaborar em *O Colibri*, jornal manuscrito feito em Guaramiranga (CE) e no *Figança*, jornal da faculdade em que estudava. Sócio fundador do Grêmio Literário 25 de Março e secretário da Talma Cearense, sociedade dramática do Centro Calíope, pertenceu também à sociedade literária do Clube Máximo Gorki, o primeiro clube socialista do Ceará.

Em 1910 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e matriculou-se na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1912. Durante esse período, lecionou no Ginásio de Petrópolis (RJ) e foi redator do *Jornal do Comércio*. Ainda em 1912 publicou seu primeiro livro, intitulado *Terra do sol*, e ingressou no Partido Republicano Federal, ao qual permaneceria filiado até 1918.

Nomeado secretário-geral da Superintendência da Defesa da Borracha em 1913, no ano seguinte voltou para Fortaleza a fim de ocupar o cargo de secretário do Interior e da Justiça do governo de Benjamim Barroso. Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Ceará. Tomou posse em maio na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, e cumpriu o mandato até o fim da legislatura, em 1917. Nesse ínterim, tornou-se diretor da revista *Fon-Fon*, no Rio, em 1916.

Em 1919, com sete livros publicados, seguiu como secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz em Versalhes, chefiada pelo futuro presidente da República, Epitácio Pessoa. Entre esse ano e 1922 foi inspetor escolar no Distrito Federal, posto de onde saiu para fundar e dirigir o Museu Histórico Nacional. Em 1923 entrou para a Academia

Brasileira de Letras, na qual exerceria as funções de secretário (1928, 1931 e 1949) e presidente (1931, 1932 e 1950). Advogado ativo no Foro do Rio de Janeiro, em 1927 foi o secretário-geral da Comissão Internacional de Jurisconsultos.

O INTEGRALISMO

Em 1933, Gustavo Barroso aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado em outubro do ano anterior. Adotando o lema “Deus, Pátria e Família” e inspirando-se na ideologia fascista ascendente na Europa nesse período, a AIB pregava a implantação no país de um Estado corporativo-sindicalista, autoritário e nacionalista. Ainda em 1933, a organização transformou-se num partido político.

Dedicando-se inteiramente ao integralismo, em agosto de 1933 Gustavo Barroso encontrou-se em Vitória com os principais líderes do novo movimento, entre os quais Plínio Salgado e Olbiano de Melo, com o objetivo de participar da formação naquela cidade de um núcleo da AIB. Dois meses depois seguiu para São Paulo, onde, a pretexto de recepcioná-lo, mais de oitocentos integralistas desfilaram pelas ruas da cidade.

Prosseguindo com suas atividades de divulgação doutrinária do integralismo, seguiu no mês de dezembro para Belo Horizonte, e aí, ao lado de Plínio Salgado, Miguel Reale e Olbiano de Melo, proferiu várias conferências. Segundo este último, o grupo encontrou-se nessa ocasião com Gustavo Capanema, que acabava de deixar a interventoria interina em Minas Gerais e confessou-se interessado nas ideias integralistas, declarando-se em desacordo com a política do Catete. Isso não impediria, entretanto, que em julho de 1934 Capanema assumisse o Ministério da Educação, onde permaneceria até o fim do governo Vargas (29/10/1945). De Belo Horizonte, a cúpula integralista partiu para o Norte e o Nordeste do país, percorrendo todas as capitais e expondo sua doutrina.

Em fevereiro de 1934, Barroso participou do I Congresso Integralista, realizado em Vitória, no qual foram aprovadas a estrutura interna e os estatutos da AIB. Nesse encontro, entre outras medidas, ficou decidido que o movimento teria uma direção única e centralizada nas mãos de Plínio Salgado. Além disso, foram nomeados os chefes provinciais e os secretários nacionais da organização, cabendo a Barroso o cargo de comandante-geral das milícias, o que significava participar do conselho superior da AIB.

Enquanto a maioria dos teóricos do integralismo se inspirava no fascismo italiano e

português, Gustavo Barroso tinha posições bem mais próximas da doutrina alemã. Claramente antissemita – em seu livro de memórias intitulado *O Liceu do Ceará* chegou a criticar os judeus no nível da vida cotidiana –, expôs suas posições principalmente em *Brasil, colônia de banqueiros*, obra lançada em 1934 e bem recebida pelo semanário antissemita alemão *Der Stürmer*, dirigido pelo “papa” do racismo Julius Streicher. Na ocasião, foi considerado pelo jornal nazista *Deutsche La Plata Zeitung*, de Buenos Aires, como o *führer* do integralismo brasileiro. Por isso mesmo, foi o único elemento do movimento integralista que disputou a liderança com Plínio Salgado. Discordando publicamente das teses antissemitas de Barroso em artigo publicado na revista *Fon-Fon* de 24 de abril de 1934, Plínio Salgado apoiou o boicote que durante seis meses o principal jornal integralista, *A Ofensiva*, fizera a seu correligionário.

Por outro lado, mantendo-se ligado a organizações fascistas internacionais, em carta de 25 de maio de 1934 dirigida à Aliança Racista Européia, Barroso informou que o integralismo crescia cada vez mais no Brasil, enquanto a Ação Social Brasileira, também chamada Partido Nacional Fascista, fundada por J. Fabrino em julho de 1933, estava em declínio.

Segundo Robert Levine, ainda em 1934 Barroso teria declarado que gostaria de transformar a Academia Brasileira de Letras num centro do integralismo. Barroso comparecia na época às reuniões da Academia vestido com o uniforme de miliciano da AIB, e seus pares não o censuravam, nem mesmo quando atacava os judeus, aos quais se referia como “lixo humano”.

Presente ao II Congresso da AIB, realizado em março de 1935 em Petrópolis – época em que foi promulgada a Lei de Segurança Nacional –, Barroso foi escolhido para ocupar a secretaria nacional de educação moral e educação física da organização, órgão que substituiu a milícia integralista, então dissolvida por Plínio Salgado.

Por ocasião da Revolta Comunista de novembro de 1935, o jornal *O Imparcial* do dia 24 de novembro denunciou uma conspiração golpista na qual Barroso estaria envolvido ao lado do general Pantaleão Pessoa. Durante todo mês de novembro e o seguinte, Barroso atacou na primeira página de *A Ofensiva* o economista e empresário Roberto Simonsen, ao qual não deixava de atribuir o epíteto “judeu”.

Ainda em 1935, Gustavo Barroso lançou *O quarto império*, aprofundando suas teses antissemitas. No ano seguinte, editou *O integralismo e o mundo*, em que o movimento era

definido como o único no Brasil capaz de derrotar os judeus e de restaurar a cristandade através da revolução espiritual interior. Para Barroso, embora fosse uma ideologia universal, em cada país o fascismo deveria ter características particulares, adequadas à formação social de cada povo. No Brasil, o fascismo seria multirracial, um amálgama das raças branca, negra e indígena.

Em janeiro de 1936, Barroso compareceu ao congresso da seção paulista da AIB, em que foram representados os 259 núcleos da agremiação no estado. Na ocasião, quando era intensa a perseguição aos comunistas ligados ao levante do ano anterior, a AIB definiu-se enfaticamente como um movimento legalista, lançando um manifesto-programa que inaugurou uma nova fase do integralismo.

Barroso participou também do Congresso das Cortes do Sigma, órgãos de cúpula integralistas, realizado no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1936, ocasião em que a AIB fundou o jornal *A Ação*. No dia seguinte, tomou parte no desfile realizado no bairro carioca do Méier e esteve presente à reunião promovida no Teatro João Caetano. Apesar do notório desenvolvimento do integralismo nesse período, segundo Edgar Carone, era exagerada a avaliação dos líderes da AIB ao afirmar que a organização chegou a ter um milhão de membros em 1936.

Em 27 de março de 1937, transpirou pela imprensa, através do jornal *Diário da Noite*, uma tentativa fracassada de Barroso de afastar Plínio Salgado da AIB sob a acusação de que esta, além de “não cumprir as suas promessas”, era muito condescendente com os judeus. Segundo Robert Levine, Plínio Salgado era amigo pessoal de alguns judeus, como o industrial Horácio Lafer.

No plebiscito interno da AIB realizado em maio de 1937 para a escolha do candidato integralista à presidência da República nas eleições previstas para janeiro de 1938, Plínio Salgado obteve 846.554 votos contra 13.397 dados a Barroso e 164 a Miguel Reale. No dia 14 de junho, Barroso estava entre os 35 representantes da Corte do Sigma que foram a Getúlio Vargas levar oficialmente o nome de Plínio Salgado como candidato dos integralistas à presidência da República.

A CONSPIRAÇÃO INTEGRALISTA

Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, as eleições foram suspensas. Em 3 de dezembro os partidos políticos foram extintos por decreto, e a AIB transformou-se na Associação Brasileira de Cultura.

Segundo o relatório da Delegacia Especial de Segurança Política, o golpe de Vargas lançou os integralistas num indescritível entusiasmo, fato confirmado por uma carta dirigida por Gustavo Barroso a Getúlio felicitando-o por seu discurso, divulgado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 3 de janeiro de 1938. O discurso, com o qual Barroso, segundo suas próprias palavras, estava de pleno acordo, referia-se à decisão de libertar o Brasil de sua dependência dos agentes financeiros internacionais.

Segundo Olbiano de Melo, depois de tentar obter o apoio da AIB para o golpe de 1937, Getúlio prosseguiu em suas negociações com os integralistas mesmo após a extinção dos partidos, oferecendo-lhes o Ministério da Educação. A liderança do movimento chegou a escolher o nome de Gustavo Barroso para a pasta, mas a indicação, transmitida por Alcebíades Delamare a Francisco Campos para que este a levasse até Vargas, jamais chegou a seu destino.

Entretanto, a mudança de posição dos integralistas em relação ao novo regime foi rápida. No início de 1938, um grupo de oficiais da Marinha chefiado pelo comandante Vítor Pujol reuniu-se com Miguel Reale e Gustavo Barroso para propor um levante armado, que seria levado a cabo com ou sem o apoio de civis e teria como alvo principal o palácio Guanabara. Ainda segundo Olbiano de Melo, nesse momento Barroso reagiu, declarando que os integralistas não deveriam entrar na história como assassinos. A partir de então, começou a fase conspiratória.

A primeira tentativa de golpe dos integralistas ocorreu em 11 de março de 1938. O movimento foi rapidamente desbaratado e centenas de prisões foram efetuadas. Uma grande quantidade de armas foi apreendida, inclusive em casa de Plínio Salgado, onde, segundo Hélio Silva, foram encontrados três mil punhais marcados com a cruz gamada. Na ocasião, tanto Plínio Salgado quanto Gustavo Barroso e Belmiro Valverde – chefe militar do levante – conseguiram escapar.

A conspiração prosseguiu e, na véspera da deflagração do segundo levante, ocorrida em 11 de maio de 1938, Barroso procurou Barwick – representante no Brasil da agência alemã de notícias Transocean – e sondou-o sobre a possibilidade de o governo do Reich fornecer

armas aos integralistas caso o Ministério da Marinha fosse entregue a algum partidário do Sigma.

O movimento foi novamente dominado após algumas horas de cerco dos integralistas ao palácio Guanabara e um levante no Ministério da Marinha. No dia 12, Barroso e Raimundo Padilha, que também havia sido membro do conselho superior da AIB, foram presos numa fazenda situada na Zona da Mata de Minas Gerais. Na ocasião, a polícia apreendeu uma carta que Barroso enviara à Aliança Fascista Europeia e que já havia sido publicada no jornal *Reichswart*, de Berlim, conclamando a unidade mundial contra o perigo judaico.

Com a prisão e o exílio de muitos de seus líderes, entre os quais Plínio Salgado, o movimento integralista entrou em refluxo. Entretanto, Gustavo Barroso, ao lado de Plínio Salgado, foi excluído do processo contra os envolvidos no levante de maio de 1938 por falta de provas.

Retirando-se da política, Barroso reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional e intensificou sua atuação na Academia Brasileira de Letras. Nessa época, graças às relações reservadas que mantinha com elementos do governo, conseguiu a reintegração de alguns de seus correligionários em seus cargos e impediu que outros – entre os quais Raimundo Padilha – continuassem a ser incomodados pela polícia.

Após o discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais* em junho de 1940, considerado simpático aos países do Eixo, Gustavo Barroso voltou a felicitar Getúlio. Daí em diante, passou também a funcionar como intermediário entre Plínio Salgado, que se encontrava exilado em Portugal, e o governo. Ainda em 1940, participou da missão brasileira às comemorações do tricentenário da Restauração de Portugal, em Lisboa, e representou o Brasil no Congresso Ibero-Americano realizado em Madri.

Entretanto, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 ao lado das forças aliadas, cresceram as manifestações de repúdio à presença de integralistas na cena política nacional. Desse modo, Barroso foi levado a se limitar às suas ocupações literárias, iniciando em 1943 a publicação dos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Sempre prestigiado nos governos que se seguiram à queda de Vargas, ocorrida em 29 de outubro de 1945, em 1950 Barroso seguiu para Portugal a convite da Universidade de Coimbra para uma série de conferências. Em 1951 representou o Brasil como embaixador especial na posse do presidente uruguaio, e em 1954 desempenhou a mesma função na

posse do presidente peruano. Em 1957, na qualidade de embaixador em missão especial no Uruguai, acompanhou a comitiva do ministro das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares em sua visita ao Chile.

Caricaturista, romancista, poeta, teatrólogo, tradutor e ensaísta, Gustavo Barroso colaborou em inúmeros jornais e revistas, como *O Malho*, *Tico-Tico*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Ceará*, *A República*, *O Demolidor*, *Leitura para Todos*, *Rua*, *Careta*, *A Manhã*, *Seleta*, *Ilustração Brasileira* e outros. Em muitas ocasiões utilizou os pseudônimos de João do Norte, Náutilus, Cláudio França e Jotaene.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1959, ano em que recebera o título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Ceará. Em plena atividade de cronista e escritor, escrevia na época para a revista *O Cruzeiro* uma série de crônicas sob o título geral de “Revelações da História do Brasil”, além de dois livros que seriam publicados postumamente: *Jessissipi*, romance, editado em 1961, e *À margem da história do Ceará*, lançado em 1962.

Era casado com Antonieta Labouriau Barroso.

Sua vasta obra literária abrange diversos gêneros e matérias. Além dos trabalhos já citados, escreveu, na área de ensaios, *A balata* (1914), *Heróis e bandidos* (1917), *Tradições militares* (1918), *Casa de marimbondos* (1921), *Ao som da viola* (1921), *Uniformes do Exército* (em colaboração com W. Rodrigues, 1922), *Inteligência das coisas* (1923), *O sertão e o mundo* (1923), *Luz e pó* (1923), *Através dos folclores* (1927), *Almas de lama e aço* (1930), *O Brasil em face do Prata* (1930), *Inscrições primitivas* (1930), *Mythes, contes et légendes des indiens du Brésil* (1930), *Aquém da Atlântida* (1931), *A ortografia oficial* (1931), *As colunas do tempo* (1932), *Osório, o centauro dos Pampas* (1933), *Tamandaré, o Nelson brasileiro* (1933), *O integralismo em marcha* (1933), *O integralismo de norte a sul* (1934), *História militar do Brasil* (1935), *O que o integralista deve saber* (1935), *História secreta do Brasil* (3v., 1936-1938), *Integralismo e catolicismo* (1937), *Os protocolos dos sábios de Sião* (1936-1937), *Judaísmo, comunismo e maçonaria* (1937), *A sinagoga paulista* (3ª ed., 1937), *Reflexões de um bode* (1937), *Comunismo, cristianismo, corporativismo* (1938), *Roosevelt es judio* (1938), *Pero Coelho de Sousa* (1940), *Catálogo comentado da exposição histórica do Brasil nos centenários de Portugal* (1940), *O Brasil na lenda e na cartografia antiga* (1941), *Catálogo geral do Museu Histórico* (1942), *A*

coleção Miguel Calmon no Museu Histórico (1944), *Caxias* (1945), *Introdução à técnica de museus* (2.v., 1946-1947), *História do palácio do Itamarati* (1956), *Integralismo e organização* e *A palavra e o pensamento integralista*. Editou também um *Pequeno dicionário popular brasileiro* (em colaboração, 1938).

Na área da ficção, publicou os contos e novelas *Praia e várzeas* (1915), *A ronda dos séculos* (1920), *Mosquita muerta* (1921), *Mula sem cabeça* (1922), *Pergaminhos* (1922), *Antes do bolchevismo* (1923), *En el tiempo de los czares* (1924), *Mapirunga* (1924), *Livro dos milagres* (1924), *Alma sertaneja* (1930), *O bracelete de safiras* (1931), *Mulheres de Paris* (1933) e *Cinza do tempo* (1951); os romances *Tição do inferno* (1926), *O santo do brejo* (1933) e *A Senhora de Pangim* (1932); e as obras infantis *O anel das maravilhas* (1924), *Apólogos orientais* (1928), *Quando Nosso Senhor andou no mundo* (1936) e *Fábulas sertanejas* (1948). Escreveu também as obras históricas *A guerra do Lopes* (sob o pseudônimo de João do Norte, 1928), *A guerra do Rosas* (1929), *A guerra do Flores* (1929), *A guerra de Artigas* (sob o pseudônimo de João do Norte, 1930), *A guerra do Videu* (1930) e *O livro dos enforcados* (1939).

Foi autor ainda de uma peça de teatro, *D. Pedro*, e de um livro de poemas, *As sete vozes do espírito* (1946). Na área da crônica, publicou *Idéias e palavras* (1917), *Coração da Europa* (1922), *O ramo de oliveiras* (1925), *Espírito do século XX* (1936), *Portugal, semente de impérios* (1943), *Seca, Meca e olivais de Santarém* (1946) e *Quinas e castelos* (1948).

Além de *Liceu do Ceará*, publicou dois outros volumes de memórias: *Coração de menino* (1939) e *Consulado da China* (1941).

Amélia Coutinho

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio*; ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em SP*; BARROSO, G. *Coração*; BARROSO, G. *Liceu*; BRANCHES, V. *Dic.*; CÂM. DEP. *Anais* (1959-29); CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*; *Encic. Mirador*; GIRÃO, R. *Ceará*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; *Jornal do Brasil* (4 e 5/12/1959); *Jornal do Comércio*, Rio (4/12/1959); LEVINE, R. *Vargas*; MELO, O. *Marcha*; MOREIRA, J. *Dic.*; NEVES, F. *Academia*; *Ofensiva*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; *Personalidades*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1938; SOUSA, J. *Índice*; SOUSA, J. *Teatro*; STUDART, G. *Dic*; TAVARES, J. *Radicalização*; TRINDADE, H. *Integralismo*.

BARROSO, Hermínio

*dep. fed. CE 1918-1920.

Hermínio Barroso nasceu em Canindé (CE) no dia 15 de agosto de 1867, filho do coronel Paulino Joaquim Barroso, comerciante, e de Francisca Carolina Barroso.

Fez os estudos primários no Instituto Cearense de Humanidades, sendo aprovado com louvor. Matriculou-se no Liceu do Ceará e de lá foi para o Rio de Janeiro onde ingressou na Escola Politécnica a fim de formar-se engenheiro. Abandonou a carreira de engenharia e seguiu para a Europa, onde concluiu o curso de educação literária e fez na Alemanha um curso de música, tornando-se uma das maiores autoridades no Brasil, especialmente na obra de Richard Wagner. De volta à Fortaleza candidatou-se à cadeira de alemão do Liceu do Ceará, defendendo a tese “Vocalismo e consonantismo, acentuação e quantidade sob o ponto de vista histórico”. Aprovado, foi nomeado catedrático em outubro de 1896 e foi por diversas vezes diretor interino da Instituição, até ser nomeado diretor efetivo em 1928. Tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em dezembro de 1907, sendo nomeado logo depois professor da cadeira de direito internacional privado. Serviu também como cônsul da Bélgica.

Foi secretário da Fazenda do Ceará no breve governo de Setembrino de Carvalho (1914), e secretário do Interior no governo do coronel Liberato Barroso (1914-1916). Escolhido chefe do Partido Conservador do Ceará, foi eleito deputado estadual em 1915. Foi primeiro vice-presidente do estado do Ceará no governo de João Tomé Sabóia e Silva (1916-1920), e em 1918 foi eleito deputado federal, com mandato até dezembro de 1920.

Faleceu em Fortaleza no dia 13 de dezembro de 1932.

Casado com Emília da Cunha Barroso, teve dois filhos.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputado* (p. 289-290; MOTA, A. *História* (p.185).

BARROSO, Liberato

* militar; gov. CE 1891; pres. CE 1892; dep. fed. CE 1893; pres. CE 1914-1916; sen. CE 1918-1927.

Benjamin Liberato Barroso nasceu em Quixeramobim (CE) no dia 31 de março de 1859, filho de Joaquim Liberato Barroso e de Antônia Barroso.

Ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1877, e aí fez o curso de engenharia, bem como o de matemática e ciências físicas. Foi promovido a segundo-tenente em 1886, a primeiro-tenente em 1890, a major em 1900, a tenente-coronel em 1910 e a coronel em 1912, reformando-se como general.

Paralelamente à carreira militar, fez carreira política. Governou o Ceará, por nomeação, a partir de 22 de janeiro de 1891, substituindo Luís Antônio Ferraz, que se afastou por motivo de doença. Em 4 de abril foi, por sua vez, substituído por Feliciano Antônio Benjamim. Em maio, enquanto José Clarindo de Queirós era eleito presidente do estado, foi eleito vice-presidente. Com a deposição de Clarindo de Queirós em 16 de fevereiro de 1892, voltou a assumir interinamente o governo do estado, recebendo-o das mãos do general João Nepomuceno de Medeiros Mallet em 18 de fevereiro. Governou o Ceará até 12 de julho de 1892, quando foi substituído por Antônio Pinto Nogueira Acióli. Teve uma breve passagem pela Câmara dos Deputados, de 2 de julho a 31 de dezembro de 1893.

Em 24 de junho de 1914 assumiu novamente o governo do Ceará na qualidade de vice-presidente, para encerrar o mandato de Franco Rabelo, deposto pelo movimento conhecido como “Sedição de Juazeiro”. Recebendo o governo do interventor federal, coronel Fernando Setembrino de Carvalho, enfrentou uma crise econômica que se agravou com o advento da seca de 1915. Encerrou seu governo em 12 de junho de 1916, quando tomou posse o novo presidente eleito, João Tomé de Sabóia e Silva. Eleito senador, assumiu o mandato em maio de 1918 e foi membro da Comissão da Marinha e Guerra. Só deixou o Senado Federal em janeiro de 1927.

Foi também professor da Escola Militar de Fortaleza e subcomandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Faleceu em 17 de outubro de 1933.

Era casado com Maria Lima da Cruz Barros.

Kleiton de Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.83).

BARROSO, Raul Capelo

*dep. fed. DF 1897-1902, 1909-1911 e 1919-1923.

Raul Capelo Barroso nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 5 de julho de 1860, filho do comendador Antônio Barroso Ferreira e de Maria Eugênia Barroso. Fez seus primeiros estudos no Colégio Abílio e em 1876 bacharelou-se em ciências e letras pelo Colégio Pedro II. No ano seguinte ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1882. Desde então, ao mesmo tempo em que passou a exercer a medicina profissionalmente, iniciou a carreira política ao ser eleito intendente municipal no Rio de Janeiro, com mandato de 1892 a 1895. Apoiou ativamente o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), auxiliando no combate à Revolta da Armada (1893-1894) e sendo nomeado comandante da Guarda Nacional pelo presidente da República. Entre 1895 e 1897 foi secretário particular do então prefeito do Distrito Federal Furquim Werneck. Candidato pelo terceiro distrito da então capital federal, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1897. Reeleito em 1900, permaneceu na Câmara dos deputados até 1902 e voltou a ela ainda duas vezes: de 1909 a 1911 e de 1919 a 1923. Como deputado, fez parte da Comissão de Educação e Saúde por muitos anos. Ao lado de Rui Barbosa, participou da Campanha Civilista de 1910, e em 1922 apoiou a eleição de Artur Bernardes, que exerceu a presidência do país entre 1922 e 1926.

Casou-se com a professora Maria Fausta Muniz Teles de Sampaio, com quem teve sete filhos.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de dezembro 1923.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: BASTOS, M. *Campo Grande*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INF. BIOG.

BARROSO, Sabino

* dep. fed. MG 1897-1899; min. Just. 1900-1902; min. Faz. 1902; dep. fed. MG 1903-1914; min. Faz. 1914-1915; dep. fed. MG 1917-1919.

Sabino Alves Barroso Júnior nasceu em Serro Frio (MG) no dia 27 de abril de 1859. Iniciou os estudos em sua cidade natal, frequentando posteriormente os seminários de Diamantina e de Caraça, também em Minas. Em 1884 formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde tomou contato com um ambiente intelectual impregnado de idéias liberais, abolicionistas e republicanas. Apesar disso, filiou-se ao Partido Conservador.

De volta a Minas, e sempre mantendo domicílio em Serro Frio, elegeu-se deputado à Assembleia provincial. Em seu primeiro mandato (1886-1887), quando tinha apenas 27 anos, tornou-se líder da maioria e presidente da Assembleia. Já em sua segunda legislatura (1888-1889), tornou-se líder da minoria conservadora, destacando-se pela defesa da proposta de anexação do sul da Bahia a Minas Gerais, e pela defesa de um complexo ferroviário que ligasse o norte ao nordeste de Minas, tendo Serro Frio como ponto convergente da malha ferroviária. Já na República fundou o jornal *O Serro* em 1890 e filiou-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), pelo qual se elegeu à Assembleia Estadual Constituinte. Secretário da Assembleia, colaborou na elaboração da Constituição e na formulação de leis orgânicas do estado. Em 1892 foi fundador da Faculdade de Direito de Minas Gerais, colaborando também na criação de sua revista em 1894. De 1895 a 1897 exerceu mais uma vez o mandato de deputado estadual.

Em 1897 foi eleito pela primeira vez deputado federal. Em 1900 foi reeleito, mas renunciou ao mandato para participar do governo de Campos Sales (1898-1902) como ministro da Justiça e Negócios Interiores. A partir de 2 de setembro de 1902 acumulou a pasta da Fazenda, em substituição ao ministro Joaquim Murtinho. Com a posse, em 15 de novembro, de Rodrigues Alves (1902-1906), foi substituído no Ministério da Fazenda por Leopoldo Bulhões e voltou à atividade parlamentar. Foi mais uma vez eleito deputado federal em 1903 e reeleito para diversas legislaturas, sempre na legenda do PRM, com

mandato até 1914. Entre os anos de 1909 e 1914 foi presidente da Câmara dos Deputados. Com o início do governo Venceslau Brás (1914-1918), foi novamente chamado a ocupar a pasta da Fazenda, sucedendo a Rivadávia Correia. Tratava-se de uma conjuntura turbulenta, pois se iniciava a Primeira Guerra Mundial, e a situação econômico-financeira do país era difícil. Como forma de atender aos déficits ouro e papel herdados dos anos anteriores, decidiu emitir letras do Tesouro até o valor de 50 mil contos, ouro, e 100 mil contos, papel, com juros de 5% ouro e 6% papel, que ficaram conhecidas com o nome de *sabinas*, em alusão ao seu nome. Essas letras ou títulos da dívida pública se apresentaram como uma forma de controlar o meio circulante e de financiar investimentos, particularmente em obras públicas, além de financiar o déficit do orçamento público, antecipando receita. No orçamento de 1915, Sabino Barroso empenhou-se para que fosse dada maior amplitude aos impostos sobre dividendos, assim como ao imposto sobre subsídios e vencimentos, que incidia nas quantias mensais recebidas por todos os cidadãos, civis e militares, aí incluídos o presidente da República, senadores, deputados e ministros de Estado, a que foi destinada a alíquota de 20%. Em 5 de maio de 1915, voltou a emitir 50 mil contos de letras do Tesouro, papel, nas mesmas condições do ano anterior.

Alegando problemas de saúde, Sabino Barroso deixou o ministério em 31 de maio de 1915, sendo substituído por João Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura, que assumiu o cargo interinamente e, depois, efetivamente. Em seguida, retornou às atividades parlamentares, ocupando uma cadeira na Câmara em 1917 e voltando a presidi-la entre 1917 e 1919.

Morreu em Belo Horizonte no dia 15 de junho de 1919.

Demian de Melo

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FURTADO, C. *Formação*; MIN. FAZENDA. *Ministros* ; MIN. FAZENDA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>; PRADO JR., C. *História*.

BARTOLOMEU, Floro

* dep. fed. CE 1921-1926.

Floro Bartolomeu da Costa nasceu em Salvador no dia 17 de agosto de 1876. Seu irmão Antônio Batista dos Anjos foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

Formando-se também médico, clinicou durante algum tempo pelos sertões baianos, mas em 1908, acompanhado do conde francês Aldolfovan Den Brule, especialista em mineralogia, viajou ao então povoado de Juazeiro, no sertão do Ceará, local onde, segundo se ouvia falar, existiriam preciosas minas. Logo acercou-se de pessoas influentes do local, entre elas o padre Cícero Romão Batista, do qual se tornou o orientador político em que o padre depositava inteira confiança. Com o crescimento da influência do padre Cícero na região, em 1911 Juazeiro foi elevada à categoria de cidade, e o próprio padre Cícero, apoiado por Floro Bartolomeu e pelo presidente do estado Nogueira Acióli, foi eleito prefeito do novo município.

Em 1912, com a eleição de Franco Rabelo para presidente do Ceará (1912-1914), a oligarquia aciolina deixou o comando do estado. Rabelo procurou então enfraquecer o poder dos chefes municipais. Em reação, Floro Bartolomeu, juntamente com grupos oligárquicos de oposição, capitaneou uma revolta a partir de Juazeiro para derrubar Franco Rabelo que ficou conhecida como a “Sedição de Juazeiro”. Comandando um exército de sertanejos devotos do padre Cícero, depois de evitar a invasão de Juazeiro pelas tropas rabelistas, marchou sobre a capital e conseguiu depor o presidente do estado em 1914. Declarando-se presidente da Câmara Estadual, Floro Bartolomeu aumentou sua força política no estado, só diminuída com a ascensão do novo chefe do Executivo, o presidente Benjamin Barroso (1914-1916), ao qual fez sistemática oposição. Permaneceu no Congresso Estadual cearense até 1920.

Em 1921 eleito deputado federal. Reeleito em 1924, quando da passagem da Coluna Prestes pelo Ceará foi designado pelo governo federal para combatê-la. Por ter evitado a invasão de Juazeiro pela Coluna, recebeu honras de general.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1926.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.244-245).

BASBAUM, LEÔNCIO

*mov. comunista.

Leôncio Basbaum nasceu em Recife no dia 6 de novembro de 1907, filho de Isaac Basbaum e de Clara Basbaum, imigrantes judeus vindos da Bessarábia (hoje Moldávia), proprietários de uma pequena joalheria na capital pernambucana.

Assim que completou o ginásio em Recife, em março de 1924, embarcou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e no mês seguinte ingressou na Faculdade de Medicina, pela qual se formaria em 1929. Logo ao entrar para a faculdade, em 1924 e 1925, escreveu contos para a revista *Número*, do Rio, assinando com o pseudônimo de Jeremias Cordeiro.

MILITANTE COMUNISTA

Ainda nos primeiros tempos de Rio de Janeiro, em 1925, Leôncio Basbaum entrou em contato com Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta e outros militantes do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). No ano seguinte tornou-se membro do partido, formando a primeira célula da Faculdade de Medicina, e foi eleito para a primeira diretoria da União dos Trabalhadores Gráficos, à qual pertencia por trabalhar como revisor na *Gazeta de Notícias* para sustentar os estudos. No início de 1927, durante as férias escolares, organizou em Recife um comitê regional de jovens. Regressando ao Rio, foi encarregado de criar a Juventude Comunista e tornou-se membro da comissão central executiva (CCE) do PCB como representante da organização a ser criada. Para a formação da Juventude Comunista, utilizava o jornal *A Nação*, no qual escrevia artigos conclamando os jovens a aderirem.

A Juventude Comunista foi finalmente criada em agosto de 1927, e Basbaum foi eleito seu secretário-geral. Já em seu primeiro ano de vida, a organização sofreu uma cisão em consequência da divisão ocorrida na CCE ante a proposta, feita por Astrojildo Pereira e aprovada com o apoio de Basbaum, de adesão dos comunistas à Coluna Prestes.

No início de 1928, Basbaum esteve preso por uma semana. Ainda nos primeiros meses do ano foi escolhido pela CCE para ser um de seus representantes no VI Congresso da Internacional Comunista, que seria realizado em Moscou. Ao mesmo tempo, representaria a Juventude Comunista do Brasil no V Congresso da Internacional Juvenil Comunista. De volta da União Soviética, foi escolhido, no III Congresso do PCB, membro do comitê

central do partido. Tendo completado 21 anos, deveria deixar a Juventude Comunista ainda em 1928, mas só o fez no início de 1929, após a realização do I Congresso da Juventude Comunista Brasileira, durante o qual foi encarregado do trabalho antimilitarista.

Em junho de 1929, foi indicado para chefiar a delegação brasileira à I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas em Buenos Aires. Aproveitando sua estada naquela cidade, foi também encarregado de entrar em contato com Luís Carlos Prestes e propor-lhe a candidatura à presidência da República na legenda do PCB nas eleições de 1930. Expôs o programa do partido a Prestes, mas este, que ainda não havia aderido ao comunismo, o considerou muito radical e propôs uma série de modificações. De volta ao Rio de Janeiro, Basbaum participou de uma reunião do comitê central na qual defendeu a exclusão de Prestes do movimento revolucionário. Entretanto, o comitê não aceitou sua posição porque entendia que era necessário preparar-se para a “terceira explosão revolucionária” (as duas primeiras haviam sido as de 1922 e 1924), de acordo com as resoluções do III Congresso do PCB. Assim, ficou decidido que o contato com Prestes deveria ser mantido.

Em fins de 1929, Basbaum passou a integrar o Comitê Militar Revolucionário, composto de cinco membros e encarregado de estreitar a ligação com os oficiais envolvidos nas conspirações em curso para que o partido pudesse participar do movimento quando este fosse deflagrado. Nesse sentido, manteve entendimentos com vários militares, entre eles Osvaldo Cordeiro de Farias e Newton Estillac Leal.

No início de 1930, Astrojildo Pereira retornou de Moscou com instruções para “proletarizar” o partido. Essa orientação determinou o afastamento de Basbaum do *bureau* político do PCB, embora permanecesse no comitê central.

Logo após a Revolução de 1930, Basbaum foi preso em Salvador, onde se encontrava foragido, e permaneceu três meses na prisão. De volta ao Rio em janeiro de 1931, foi informado de que uma reunião do comitê central decidira sua exclusão do órgão, bem como de diversos outros militantes intelectuais do partido. Em março do mesmo ano, participou como convidado de uma reunião do comitê central onde foi avaliada a Revolução de 1930. Discordando da maioria, afirmou que o movimento havia contado com o apoio popular e lamentou que o partido dela não tivesse participado, numa tentativa de imprimir-lhe outro rumo. Nessa reunião, foi convidado a voltar a participar do comitê central. Em abril, quando participava da preparação do comício programado para o 1º de Maio, foi

novamente preso e levado para a Casa de Detenção. Dois meses depois foi enviado para o Sul do país e, após passar por três cadeias no Rio Grande do Sul, foi libertado na fronteira com o Uruguai.

Dirigindo-se a Montevideú, lá participou de uma reunião do secretariado do *bureau* latino-americano, na qual criticou o processo de proletarização e a influência exercida por Prestes sobre a população e sobre os membros do próprio PCB, que, no seu entender ficava enfraquecido; ao mesmo tempo, defendia a posição de Astrojildo Pereira, que acabara de apresentar uma carta afastando-se do partido. Finda a reunião, foi incumbido de retornar ao Brasil, procurar Astrojildo e comunicar-lhe que o partido estava decidido a devolver-lhe a carta de demissão.

Em agosto de 1931, estabeleceu-se em São Paulo. Pouco antes, o comitê regional desse estado fora desmantelado por prisões. Coube-lhe então, juntamente com Augusto Besouchet, a reorganização do partido em São Paulo. Em novembro, realizaram-se uma conferência sindical e uma conferência regional do partido, na qual foi eleito secretário-geral do comitê regional.

Em janeiro de 1932, empregou-se como professor em um colégio. Por volta de fevereiro, foi eleito um novo comitê central, que logo se dividiu em dois grupos: um liderado por Basbaum e o outro por Fernando Lacerda, que defendia a proletarização do partido e preconizava a luta armada. O fracasso das comemorações do 1º de Maio, porém, demonstrou a debilidade da tese defendida por Fernando Lacerda. Desse modo, na reunião seguinte do comitê central, decidiu-se o desligamento de Fernando Lacerda do *bureau* político e a transferência de Basbaum da secretaria do comitê regional paulista para o *bureau*, como encarregado de agitação e propaganda.

Em maio de 1932, durante o movimento grevista em São Paulo, Basbaum foi designado para representar o partido em uma reunião do comitê de greve, durante a qual foi preso junto com vários líderes grevistas. No mês seguinte foi transferido para a Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, e em setembro para a ilha Grande, vindo a ser libertado em dezembro de 1932. Ao sair da prisão, tendo sido reeleito em sua ausência para o comitê central do partido, frequentou diversas reuniões do comitê, discordando sempre, porém, de seu cunho “obreirista”. No final de janeiro, foi encarregado de organizar comitês de luta contra a guerra. Em meio a esse processo, em uma reunião do comitê central, teve seu

trabalho criticado e foi acusado sobretudo de ter um comportamento “pequeno-burguês”, o que o obrigava a escrever uma carta de reconhecimento de erros (autocrítica). Diante dessa situação, preferiu abandonar o partido. Foi então trabalhar com o irmão na organização Lojas Brasileiras, de propriedade da família, como gerente da loja de Maceió. Durante o ano de 1933, além de gerenciar a loja, clinicou na cidade. Escreveu também *A caminho da revolução operária e camponesa*, sob o pseudônimo de Augusto Machado.

Em 1934 foi convidado a participar da Liga Antifascista e elegeu-se membro de sua diretoria. Em uma das reuniões da liga, tomou conhecimento de que tinha sido expulso do PCB. Quando a liga foi fechada, no final de 1934, foi preso por exigência de grupos integralistas. Sua prisão, embora tenha durado pouco tempo, fez com que preferisse transferir-se para Salvador, onde chegou em março de 1935. Na capital baiana, contribuiu para a instalação de uma gráfica do partido, que funcionou por pouco tempo. Alheio aos levantes de novembro de 1935, em 1936 reingressou no PCB, uma vez que não havia sido expulso oficialmente, e passou a ocupar um cargo no comitê regional da Bahia.

No início de 1939 transferiu-se para o Rio de Janeiro. Ao longo desse ano, trabalhou em seu livro *Introdução ao estudo da história da filosofia*, que terminou no ano seguinte. O livro seria publicado na Argentina em 1943 com o título de *Fundamentos del materialismo*, e teria sua primeira edição no Brasil em 1944.

Em 1942, fez parte da Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (CNOP), que tentava rearticular o partido. Em 1943 essa comissão reuniu-se a um grupo liderado por Diógenes Arruda Câmara e elegeu um novo comitê central no qual Basbaum não foi incluído. Em 1944, foi encarregado de organizar uma editora para o PCB e fundou a Editora Vitória. Nesta ocasião já ocupava o cargo de diretor da organização comercial de seus irmãos.

Em 1945, hospedou Prestes por dez meses em sua casa, após a saída deste da prisão. Com a volta do PCB à legalidade, deixou a editora e ingressou na comissão nacional de finanças do partido. Entretanto, mostrava-se descontente com a linha que o partido adotara, que considerava direitista, e com o crescente prestígio pessoal de Prestes.

Com a decretação da ilegalidade do PCB em 1947, a comissão de finanças foi dissolvida. No final do mesmo ano, Basbaum organizou a Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS), assumindo o posto de secretário-geral da entidade. Pouco tempo depois, quando

participava da organização da primeira sucursal da associação, na Praia do Pinto, Rio de Janeiro, foi preso. Sua prisão, amplamente divulgada pela imprensa, obrigou-o a pedir demissão de seu cargo nas Lojas Brasileiras, da qual se afastou em fevereiro de 1948. Em abril do mesmo ano, mudou-se para São Paulo e dedicou-se à administração de uma fábrica de brinquedos que comprou na ocasião.

Em 1950, quando o PCB lançou um manifesto propondo a formação de uma Frente Popular de Libertação Nacional para a condução do movimento revolucionário, Basbaum elogiou o abandono da antiga linha “de colaboração”, mas criticou a nova decisão por julgar que o partido não tinha condição de sustentá-la.

Em 1954, discordou do programa aprovado pelo IV Congresso do PCB, não só pelas proposições debatidas como pela forma como foram aprovadas, sem a participação das bases do partido. Havia tempo que vinha criticando a ausência de consulta às bases nas decisões do PCB. Ainda em 1954 entregou sua fábrica aos irmãos em pagamento de suas dívidas e empregou-se como propagandista de um laboratório farmacêutico. Em julho de 1956 foi transferido para Salvador, onde assumiu a gerência dessa empresa. No início do ano seguinte foi transferido para o Rio de Janeiro e três meses depois demitiu-se. Trabalhou por algum tempo como vendedor em uma loja de roupas e ainda em 1957 publicou o primeiro volume de seu livro *História sincera da República*, ao mesmo tempo em que terminava o segundo. Simultaneamente, colaborava com a recém-criada revista *Novos Tempos*, dirigida por Osvaldo Peralva. No final do ano, voltou a clinicar.

Durante o primeiro semestre de 1958, frequentou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em julho empregou-se em outro laboratório farmacêutico, assumindo em seguida o cargo de gerente da filial da empresa em São Paulo. Na mesma época, decidiu abandonar o PCB.

Em 1959 acrescentou alguns capítulos ao livro *Fundamentos do materialismo*, publicado com o novo título de *Sociologia do materialismo*, e acabou de escrever *Caminhos brasileiros do desenvolvimento*. Entre 1959 e 1960, teve vários empregos. Em 1961 começou a organizar um novo partido, mas interrompeu o trabalho para fazer uma viagem à Iugoslávia. Na volta, fundou a Editora e Agência Literária, que publicou seu livro *No estranho país dos iugoslavos*. Ainda em 1961, completou o terceiro volume da *História sincera da República*. Em 1962, levando avante seu projeto de criar uma organização

política, fundou o Movimento Unitário do Povo Brasileiro (MUPB) e foi eleito presidente da organização. O MUPB, entretanto, teve pouca duração.

Em 1963 terminou o livro *Processo evolutivo da história*. No ano seguinte, após o movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart, sua editora foi fechada em consequência da crescente apreensão de livros. Passou então a dedicar-se ao comércio. Em maio de 1965, embarcou para a Europa. Em 1966, de volta do Brasil, terminou o livro *História e consciência social*; em 1967, foi a vez de *Alienação e humanismo*. Ainda em 1967 fez uma viagem aos EUA, onde se hospedou na casa do historiador John W. Foster Dulles. Em 1968 publicou o quarto volume da *História sincera da República*. No mesmo ano foi convidado por vários amigos para reingressar no PCB, mas recusou o convite. Em dezembro terminou de escrever seu livro de memórias *Uma vida em seis tempos*.

Morreu em 17 de março de 1969, em São Paulo.

Casou-se duas vezes: em fins de 1931, com Sílvia Basbaum, ex-militante da Juventude Comunista, e em 1959, com Eni Basbaum. Ao longo de sua militância no PCB colaborou, com o pseudônimo de João Augusto Machado, nos jornais partidários *A Classe Operária* e *Tribuna Popular*.

Helena Faria

FONTES: BASBAUM, L. *Vida*; DULLES, J. *Anarquistas*; LEVINE, R. *Vargas*; MENESES, R. *Dic*.

BASTOS, Antônio Felinto de Sousa

*dep. fed. PA 1900-1911.

Antônio Felinto de Sousa Bastos nasceu em Santarém (PA) no ano de 1878.

Eleito deputado federal pelo estado do Pará, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de maio de 1900. Foi reeleito para as legislaturas 1903-1905, 1906-1908 e 1909-1911. Exerceu o mandato até 31 de dezembro desse último ano. Foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados e relator do parecer que sugeriu à Câmara dos Deputados a aprovação do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, pelo qual o Acre passou a integrar o território brasileiro.

Em 1925 ingressou na carreira diplomática.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BASTOS, Antônio

*dep. fed. PA 1912-1914.

Antônio Bastos foi eleito deputado federal pelo Pará nas eleições de 30 de janeiro de 1912, na qual concorreram o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano Paraense e a facção política dissidente deste último. O Partido Republicano Paraense elegeu quatro deputados, enquanto os opositores elegeram três. Na mesma ocasião, Lauro Sodré, candidato do Partido Republicano Federal, foi eleito senador pelo Pará.

Antônio Bastos assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 17 de maio de 1912 e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1914.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BASTOS, ARNALDO OLINTO

*dep. fed. PE 1918-1920; const. 1934; dep. fed. PE 1935-1937.

Arnaldo Olinto Bastos nasceu em Recife no dia 25 de maio de 1874, filho de Joaquim Olinto Bastos e de Maria Filomena Moreira Bastos.

Cursou o Ginásio Pernambucano e a seguir a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1896.

Diretor-gerente da Companhia de Seguros Fênix Pernambucana e diretor-presidente do Banco de Crédito Real de seu estado, chegou a presidente da Associação Comercial de Recife.

Em 1911 participou da campanha em favor da eleição do general Emídio Dantas Barreto para a presidência de Pernambuco. Eleito deputado estadual em 1915, cumpriu o mandato até 1917, tendo sido nesse período líder do governo de Manuel Borba (1915-1919) na Câmara estadual. Eleito deputado federal por Pernambuco em 1918, exerceu o mandato de maio daquele ano a dezembro de 1920.

Em 1922 opôs-se à intervenção do governo federal na sucessão pernambucana através da mobilização de tropas no estado. Sob a liderança de Manuel Borba, lutou contra a iniciativa do presidente da República, Epitácio Pessoa, que beneficiava a candidatura de Carlos de Lima Castro em prejuízo de José Henrique Carneiro da Cunha. No mesmo ano participou da campanha oposicionista da Reação Republicana, apoiando as candidaturas derrotadas de Nilo Peçanha e J. J. Seabra à presidência e à vice-presidência da República.

Aderiu à campanha da Aliança Liberal em 1929, trabalhando pela chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Após a Revolução de 1930, na época da reorganização partidária para a disputa das eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Partido Social Democrático de Pernambuco. Eleito deputado à Constituinte, assumiu seu mandato em 15 de novembro de 1933 e participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta constitucional. Reeleito em outubro de 1934, dessa vez para a legislatura ordinária que se seguiu ao fim da Constituinte, permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu as câmaras legislativas do país.

Dedicou-se ainda a obras assistenciais, tendo sido um dos fundadores do Asilo Bom Pastor e da Maternidade de Recife.

Morreu em Recife no dia 23 de fevereiro de 1944.

Foi casado com Celina Silva Bastos, com quem teve quatro filhos.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais; Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados; Câm. Dep. seus componentes; Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes; Jornal do Comércio*, Rio (24/2/1944).

BASTOS, Cassiano Cândido Tavares

*const. 1891; sen. AL 1891-1892.

Cassiano Cândido Tavares Bastos nasceu em Alagoas (AL), atual Marechal Deodoro, em 12 de novembro de 1844, filho de José Tavares Bastos e de Rosa Cândida de Araújo Tavares Bastos. Seu pai foi deputado provincial e deputado geral por Alagoas, presidente interino da província de Sergipe, vice-presidente da província do Rio de Janeiro (tendo assumido interinamente a condição de titular em cinco oportunidades no período de 1864 a 1866), presidente da província de São Paulo de 1866 a 1867, e ministro do Supremo Tribunal de Justiça de 1885 a 1889. Seu irmão Aureliano Cândido de Tavares Bastos foi deputado geral por Alagoas.

Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1866. Ao terminar o curso, foi nomeado adido à missão especial enviada à Bolívia por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870). Posteriormente esteve no Peru, ocupando o cargo de secretário de legação. Em 1871 foi promotor público em Vitória e juiz de direito no Ceará e em São Paulo, além de chefe de polícia no Espírito Santo e em Alagoas.

Após a Proclamação da República (15/11/1889), em setembro de 1890 foi eleito senador por seu estado natal. Assumindo sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, em novembro seguinte, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e depois disso passou a exercer o mandato ordinário. Em maio de 1892 renunciou ao Senado para assumir o cargo de juiz do Tribunal Civil e Criminal no Rio de Janeiro, porém somente em 6 de novembro o Senado decidiu ter ele perdido o mandato por ter assumido cargo na magistratura. Posteriormente, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação.

Faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou: *Consolidação das leis sobre organização judiciária quanto ao processo civil e comercial: contendo as decisões do governo, jurisprudência dos tribunais e opiniões*

de jurisconsultos (1884 ou 1885); *Guia dos inspetores de quartelão* (1885); *Guia dos delegados e subdelegados de polícia* ou *Guia dos delegados e oficiais de justiça* (1886); *Empregos e ofícios de justiça, contendo toda a legislação referente, tudo organizado e anotado*. Rio de Janeiro (1886); *Processo das execuções cíveis, comerciais e hipotecárias, contendo as respectivas disposições legislativas e regulamentares, jurisprudência dos tribunais e opiniões de praxistas* (1887), e *Registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos* (1887); *Direito e praxe policial* (1881). A seu respeito foram publicados os textos Tavares Bastos e Tavares Bastos, o solitário, em *Tavares Bastos visto por alagoanos* (coord. Moacir Medeiros de Sant'Ana, 1975).

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p.587;6;7).

BASTOS, CUNHA

*dep. fed. GO 1929-1930 e 1955-1959.

César da Cunha Bastos nasceu em Rio Verde (GO) no dia 28 de novembro de 1898, filho de Luís da Cunha Bastos e de Ana de Abreu Bastos. Seu pai foi coletor estadual e presidente do Conselho Municipal de Rio Verde (1925-1930).

Estudou no Liceu de Goiás, na cidade de Goiás, antiga capital do estado, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1925.

Ocupou a Secretaria do Interior e Justiça de Goiás de agosto de 1927 até junho de 1929, no governo de Brasil Ramos Caiado (1925-1929). Eleito deputado federal por Goiás em pleito suplementar realizado no início de 1929, foi reeleito em março de 1930, mas exerceu o mandato só até 24 de outubro, quando a vitória da Revolução de 1930 suspendeu o funcionamento das casas legislativas do país.

Com a reorganização partidária de 1945 filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e entre fevereiro e julho de 1950, durante o governo de Jerônimo de Coimbra Bueno (1947-1950) ocupou a Secretaria de Fazenda. No pleito de outubro de 1954 retomou sua carreira parlamentar, tornando a eleger-se deputado federal na legenda da Coligação Democrática de Goiás, integrada pela UDN e pelo Partido Social Progressista (PSP). Cumpriu o mandato de fevereiro de 1955 a janeiro de 1959. Em 1958 disputou o governo do estado pela UDN, mas foi derrotado por José Feliciano Ferreira, do Partido Social Democrático (PSD).

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27/10/1965, e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à situacionista Aliança Renovadora Nacional (Arena). Concorreu a uma cadeira de deputado federal nos pleitos de 1966, 1970 e 1974, mas não conseguiu se eleger em nenhum deles. Afastou-se então da vida partidária e passou a se dedicar à criação da primeira faculdade de filosofia de Rio Verde. Com o fim do bipartidarismo e a reorganização partidária de novembro de 1979, deixou a Arena e, em 1980, filiou-se ao recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi um dos fundadores em sua cidade natal.

Faleceu em Goiânia no dia 14 de dezembro de 1992, aos 94 anos.

Era casado com Augusta Gomes Bastos, cujo pai foi fazendeiro. Entre seus parentes figuravam os primos Eugênio Rodrigues Jardim e José Leopoldo de Bulhões Jardim, chefes políticos na Primeira República.

Seu nome foi dado a uma escola estadual em Rio Verde. Além disso, foi criada a Fundação César Bastos – núcleo de pesquisas e atividades interdisciplinares.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1946-1967); CÂM. DEP. *Deputados federais. Inventário*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Encic. Mirador*; INF. FAM.; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (3).

BASTOS, Gonçalo de Lagos Fernandes

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1896.

Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos nasceu em 16 de novembro de 1842, filho do desembargador André Bastos de Oliveira.

Em 1865 recebeu o título de bacharel da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi redator do jornal *Pedro II* e deputado provincial. Representou a imprensa na sessão solene comemorativa da libertação dos escravos.

Com o advento da República, em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Ceará. Tomou posse em 15 de novembro, participou dos trabalhos constituintes e após a promulgação da Constituição em fevereiro de 1891 passou a exercer o mandato ordinário. Com a cisão do Centro Republicano no Ceará em 1891, redigiu, juntamente com Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa, o jornal *O Norte*. Foi reeleito em 1894 e faleceu no exercício do mandato, em 17 de julho de 1896.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.76); STUDART, G. *Dicionário* (v. I. p. 347-348).

BATALHA, A

Jornal carioca matutino fundado por Pedro Mota Lima em 20 de dezembro de 1929. Deixou de circular em 1940.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Segundo Pedro Mota Lima, *A Batalha* foi fundado com o objetivo exclusivo de apoiar a Aliança Liberal. Barreto Leite Filho afirma entretanto que o jornal era ligado a um grupo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, que defendia a união do operariado com outros setores da sociedade dentro do movimento aliancista. Ainda segundo Barreto Leite Filho, os recursos para a instalação do jornal foram fornecidos por João Pallut, um dos grandes banqueiros do jogo do bicho do Rio de Janeiro, a quem interessava encobrir suas atividades ilegais. Além disso, Pallut era um elemento de ligação com um grupo de políticos mineiros vinculados a Artur Bernardes que tinham interesse em divulgar suas propostas políticas através de um órgão de imprensa.

Fruto da confluência de tantos interesses, *A Batalha* defendia posições contraditórias, publicando por exemplo em seu primeiro número um editorial de cunho esquerdista que nada tinha a ver com João Pallut e seus amigos bernardistas. Analisando a situação brasileira, afirmava o matutino: “É o feudalismo em choque com a democracia. O que nós, incorretamente, nos habituamos a chamar de partido reacionário, não é senão a sobrevivência da Idade Média nos dias atuais, com todos os seus horrores, todas as suas iniquidades, toda a sua prepotência... O sr. Washington Luís e seu candidato à sucessão presidencial [Júlio Prestes] não passam de meros representantes de uma pequena casta de 17 senhores feudais, oposta a 40 milhões de seres nascidos após a conquista de 1789. Eles querem o governo não da nação pela nação, mas deles para eles e seus amigos... Para esses dois expoentes do nosso reacionarismo, não há no Brasil questão social, não há miséria, a liberdade é um sonho de demagogia e o Estado um grande e imenso monopólio.”

Na verdade, o único ponto comum entre os diversos interesses representados no jornal era o apoio à Aliança Liberal. Preocupada em dar cobertura aos políticos de oposição, *A Batalha* noticiava suas viagens e acordos políticos, além de publicar entrevistas com personalidades de destaque como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais e candidato natural à presidência da República, preterido porém pelo presidente Washington

Luís. Finalmente, eram ressaltadas as possibilidades de identificação entre os diversos segmentos envolvidos na Aliança Liberal, sendo especialmente acentuadas as afinidades entre o movimento operário e os “tenentes”. Estes últimos recebiam amplo apoio de *A Batalha*, que em janeiro de 1930 protestou contra a prisão de Djalma Dutra, Aristides Correia Leal, Emídio Costa Miranda e Juarez Távora, seus principais líderes. Luís Carlos Prestes, então no exílio, também foi alvo de intensa campanha de solidariedade.

Outra grande preocupação de *A Batalha* em seus primeiros tempos foi denunciar tentativas de acordo de alguns membros da Aliança Liberal com o governo. Firmino Paim Filho, líder da ala situacionista do governo gaúcho, sofreu severas críticas e foi acusado de vender o Rio Grande do Sul. Essa atitude agressiva do jornal foi atenuada a partir da Convenção Liberal de 2 de janeiro de 1930, quando sua diretoria preferiu reforçar a campanha eleitoral aliancista, evitando dividir a oposição.

Ao lado da luta político-eleitoral, *A Batalha* denunciou continuamente nesse período o fracasso do governo de Washington Luís no campo econômico, tanto no tocante à política de valorização do café como em relação à política de estabilização cambial. Para o jornal, a crise que abalava a economia brasileira era resultado exclusivo dos erros do presidente da República.

No decorrer de 1930, Pedro Mota Lima vendeu *A Batalha* a João Pallut, afastando-se do jornal e provocando com isso uma mudança na linha editorial. De fato, a saída de Mota Lima significou o abandono de uma linguagem política mais radical, de defesa das camadas menos favorecidas. Ainda assim, foi mantida a oposição a Washington Luís e a seu candidato Júlio Prestes, vitorioso nas eleições de março de 1930.

Em função de suas posições, em 3 de outubro de 1930, ao eclodir a revolução no Rio Grande do Sul, *A Batalha* teve vários de seus jornalistas e funcionários presos. No dia 28 de outubro, entretanto, estando já deposto Washington Luís, o jornal instituiu o concurso “Que castigo merece o sr. Washington Luís?”. Pouco depois foi criada a coluna “O povo vai opinar”, de críticas ao ex-presidente.

O PERÍODO PÓS-REVOLUCIONÁRIO

Com a vitória da Revolução de 1930, a principal razão de ser de *A Batalha* deixou de existir. O jornal voltou-se então mais abertamente para a defesa dos interesses de João

Pallut.

Dirigido por Mozart Lago e tendo como redatores Carlos Sussekind de Mendonça, Raimundo Magalhães Júnior, Eduardo Chermont de Brito e Henrique Pongetti, *A Batalha* passou a mover campanhas difamatórias e intimidatórias contra aqueles que combatiam o jogo do bicho, denunciando o esquema repressivo da polícia contra os bicheiros. O jornal publicou igualmente diversos artigos em defesa da Light, em consequência de seu débito para com essa companhia. Sofrendo ataques contínuos de José Américo de Almeida, a Light praticamente forçou *A Batalha* a defendê-la para assim reabilitar sua imagem.

Durante o ano de 1931, *A Batalha* ainda se manteve próxima do governo provisório, seguindo a posição do grupo de políticos bernardistas ligados a Pallut. As ligações do jornal com esse grupo se estreitaram com a entrada de José Guilherme para a direção do matutino. À medida porém que as contradições entre o grupo mineiro e o governo se acentuavam, o jornal foi se aproximando da oposição.

Em maio de 1932, após a morte de José Guilherme, assumiu a direção de *A Batalha* Júlio Barata, que manteve as posições de seu antecessor. Ao eclodir a Revolução Constitucionalista em São Paulo, no mês de julho, *A Batalha* apoiou inteiramente o movimento, seguindo a orientação dos bernardistas. Essa atitude lhe valeu sérios problemas financeiros, que se agravaram ao longo de 1933. No final desse ano, Pallut foi forçado a entregar o jornal a seus credores. Djalma Pinheiro Chagas assumiu a direção do matutino e promoveu intensa oposição ao governo. Por ocasião da eleição de Getúlio Vargas para a presidência, em setembro de 1934, afirmava a manchete, na véspera do pleito: “Eleger Getúlio Vargas presidente da República é condenar à morte o Brasil”.

Essa situação durou pouco tempo, sendo o jornal vendido em seguida a Júlio Barata, que assumiu todas as dívidas. Para manter o matutino em funcionamento, o novo proprietário vendeu as máquinas impressoras a Roberto Marinho e passou a imprimir *A Batalha* nas oficinas do *Diário de Notícias*. Por outro lado, Júlio Barata se havia comprometido com Getúlio a apoiar seu governo. Interessado na recuperação econômica do jornal, Vargas concedeu a *A Batalha* a publicidade do Instituto Brasileiro do Café, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e outros órgãos. Graças a esses contratos, o jornal de fato se reequilibrou. Passou também a apoiar a situação.

Em 1935, *A Batalha* combateu duramente a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a

Revolta Comunista desencadeada em novembro. Em relação às candidaturas à sucessão presidencial prevista para 1938, o jornal apoiou de início Armando de Sales Oliveira, pois, segundo Júlio Barata, a direção de *A Batalha* não havia recebido instruções para defender a candidatura oficial de José Américo de Almeida. Ainda segundo seu próprio depoimento, contudo, decepcionado com o grupo armandista, em pouco tempo Júlio Barata passou a defender a tese de que “as eleições não eram viáveis e as duas candidaturas deveriam ser afastadas”. Esse ponto de vista não foi imediatamente veiculado pelo jornal. Somente a partir de outubro de 1937 o matutino começou a se afastar de Armando Sales, para aplaudir integralmente o golpe do Estado Novo em novembro.

Embora tenha sido acusado de apoiar os integralistas e de imprimir uma orientação fascista a seu jornal, Júlio Barata afirma que *A Batalha* criticou veementemente o golpe integralista de maio de 1938 e foi contrário à política expansionista da Itália e da Alemanha. Quando Hitler invadiu a Tchecoslováquia, Júlio Barata travou uma polêmica com Heitor Muniz, opondo-se à invasão.

Em 28 de dezembro de 1939, Júlio Barata foi nomeado diretor do setor de radiodifusão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Impossibilitado de escrever em seu jornal por estar vinculado a um órgão do governo, preferiu fechá-lo, vendendo o título às Empresas Incorporadas da União.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: ENTREV. BARATA, J.; ENTREV. BRITO, E.; ENTREV. LEITE FILHO, J;
ENTREV. LIMA, P.

BATISTA, Abdon

*pres. SC 1889; dep. fed. SC 1903-1905; gov. SC 1906; dep. fed. SC 1910-1912; sen. SC 1912-1917; dep. fed. SC 1918-1920.

Abdon Batista nasceu em Salvador no dia 30 de julho de 1852, filho de Hermenegildo Batista e de Maria Girard Batista.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia e praticou clínica médica em Salvador até 1870, quando migrou para o Espírito Santo e, em seguida, para Santa Catarina. Nesse estado, trabalhou como médico na cidade de São Francisco do Sul e comprou o jornal *O Globo* de Joinville, passando a editá-lo em São Francisco sob o título de *O Democrata*. Também se dedicou a atividades comerciais e industriais na região.

Filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado provincial em Santa Catarina e exerceu o mandato de 1884 a 1885. Três anos depois reelegeu-se para a legislatura 1888-1889, tendo exercido a presidência da Assembleia durante todo o período. Foi ainda presidente da província de Santa Catarina de 26 de junho a 19 de julho de 1889.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 aderiu ao novo regime, mas logo depois desligou-se do Partido Republicano Catarinense. Foi um dos fundadores da União Federalista, transformada mais tarde em Partido Federalista de Santa Catarina. Em 1891 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do estado, cumprindo mandato até 1894. Ao mesmo tempo foi prefeito de Joinville de 1893 a 1894. Nesse último ano, em razão da repressão à Revolução Federalista, asilou-se na Argentina. De volta ao Brasil em 1901, foi eleito deputado estadual mas, como não teve sua eleição validada, não assumiu o mandato.

Em 1903 elegeu-se deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1903-1905. Eleito vice-governador do estado em 1906, assumiu o governo de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/28_de_setembro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/28_de_setembro) \o "28 de setembro"28 de setembro a [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/21_de_novembro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/21_de_novembro) \o "21 de novembro"21 de novembro desse ano, substituindo o governador Gustavo Richard. Em 1910, voltou a

ocupar uma cadeira de deputado federal por Santa Catarina, em função da renúncia de Vidal Ramos, e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 1911. Reeleito, iniciou novo mandato em 1912, mas renunciou no mesmo ano para ocupar uma cadeira no Senado, deixada vaga por Lauro Müller, que havia sido nomeado ministro das Relações Exteriores no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Com a volta de Lauro Müller em 1917, deixou o Senado. No ano seguinte, elegeu-se novamente deputado federal para a legislatura 1918-1920. Voltou a responder pela prefeitura de Joinville de 1915 a 1918 e de 1919 a 1921.

Faleceu em Joinville no dia 15 de março de 1922.

Era casado com Teresa Nóbrega Oliveira, com quem teve oito filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>
o "Walter Piazza".

BATISTA, Almeida

*dep. fed. RJ 1900-1903; sen. RJ 1903-1914 e 1916-1921.

Lourenço Maria de Almeida Batista, futuro *barão de Miracema*, nasceu em Campos dos Goitacases (RJ) em 22 de outubro de 1839, filho do comendador Bento Benedito de Almeida Batista e de Maria Carolina Batista. Era neto paterno de Manuel Batista Pereira e de Ana Joaquina de Almeida, patriarcas de importante família da região norte-fluminense. Fez os estudos preparatórios no Colégio Pedro II, na capital do Império, e em 23 de novembro de 1863 diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois de formado estabeleceu-se em sua cidade natal, onde clinicaria e seria cirurgião nos hospitais da Misericórdia e da Sociedade Portuguesa de Beneficência até 1903. Além de propor a criação, foi o primeiro presidente da Sociedade Médico-Farmacêutica e Beneficente de Campos, instituição que tinha por objetivo o estudo e a defesa dos interesses médicos nos seus aspectos científicos, morais, econômicos e sociais. Fundada em 18 de junho de 1878, a sociedade só foi de fato inaugurada em solenidade realizada em 15 de fevereiro de 1879. Ainda durante o Império, foi vereador (1873-1876) e presidente da Câmara Municipal de Campos (1877-1880), além de juiz de paz (1886-1889). Agraciado por decreto imperial de 19 de agosto de 1888 com o título de barão de Miracema, foi um dos mais prestigiosos políticos de Campos e municípios vizinhos. Aliado de Tomás Coelho, tornou-se chefe do Partido Conservador. Quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, encontrava-se afastado da política. Contudo, após a extinção dos partidos políticos do antigo regime, aderiu às forças republicanas, oferecendo aos propagandistas da nova situação todo o prestígio eleitoral que havia construído e de que dispunha na região. Em decorrência da crise que levou à renúncia do marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República em 23 de novembro de 1891 e à consequente subida ao poder do vice-presidente Floriano Peixoto, os governantes estaduais foram substituídos. Francisco Portela, então presidente do estado do Rio de Janeiro, deixou o governo fluminense em 10 de dezembro daquele ano, e em seu lugar assumiu, por nomeação do marechal Floriano

Peixoto, o contra-almirante Baltasar da Silveira. Embora a primeira Constituição republicana do estado estivesse em vigência havia poucos meses, pois fora promulgada em 29 de junho de 1891, o novo governante convocou nova Constituinte, composta pelos mais representativos nomes da política estadual. Entre eles figurava Almeida Batista, que participou da elaboração da nova carta promulgada em 9 de abril do ano seguinte.

Em 1900, Almeida Batista foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano do estado do Rio de Janeiro para a legislatura 1900-1902. Reeleito para a legislatura 1903-1905, logo deixou a Câmara, pois em 24 de novembro de 1903, em face do falecimento, no mês de março, de Rangel Pestana, ocupou a vaga deste no Senado. Reeleito senador em 1906, exerceu o mandato até 1914. Não tardou, porém, a retornar ao Senado. Eleito em 24 de junho de 1916 para a vaga aberta com a posse de Nilo Peçanha no governo do estado do Rio de Janeiro, teve sua eleição reconhecida a 6 de agosto daquele ano. No Senado, foi membro das comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização. Em 1921, acometido de incurável cegueira, afastou-se do parlamento. Voltou, então, a residir em Campos, onde faleceu no dia 29 de fevereiro de 1924.

Casou-se com Maria Sara de Almeida Batista e não deixou filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais*; *Encyclopedia e Diccionario Internacional* (v. 13, p.7426); *Jornal do Brasil*, (1/3/1924, p. 5); LAGO, L. *Acréscimos*; MOYA, S. *Anuário* (1941, p. 171); SENADO. *Dados biográficos dos Senadores do Rio de Janeiro* (p.39).

BATISTA, Álvaro

*dep. fed. RS 1915-1923 e 1927-1929.

Álvaro Batista nasceu em São Borja (RS) no dia 11 de novembro de 1858, filho de Felisberto Batista da Costa e de Henriqueta de Sá Batista. Seu pai foi o primeiro mestre de escola pública em São Borja, ocupou lugares na administração pública e foi solicitador e advogado. Sua mãe também foi professora da escola. Seu irmão Homero Batista foi constituinte em 1891, deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1906 e 1914 e ministro da Fazenda de 1918 a 1922.

Em 1871 iniciou os estudos em Porto Alegre, no Colégio Gomes, e em 1875 terminou o curso preparatório. Sem recursos para continuar os estudos em nível superior, matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre, onde obteve o diploma de agrimensor. Depois de formado retornou à cidade natal, mas logo mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde lecionou e foi revisor do jornal *O Globo*. Por suas convicções abolicionistas e republicanas, fundou em 1878, com Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, Protásio Alves, José Ferreira de Moraes e outros, o Clube Evolucionista, que teve curta duração. Em 1879, fundou com Amaro José da Silveira, Protásio Alves, José Ferreira de Moraes e outros o Clube 20 de Setembro. Devido a dificuldades financeiras, retornou ao Rio Grande do Sul em 1880, mas voltou ao Rio, onde ingressou na Faculdade de Medicina e formou-se em 1882. De volta a São Borja, exerceu sua profissão e conseguiu vasta clientela.

Junto com o irmão Homero Batista e outros abolicionistas, conduziu a campanha abolicionista em São Borja, Boqueirão e Itaqui. Como presidente do Clube Republicano de São Borja, participou em 1887 do Congresso Republicano em Santa Maria, que deu ao movimento orientação revolucionária: com dom Pedro II morto, impedir o Terceiro Reinado e, pelas armas, fundar a República federativa. Em São Borja, fez parte da redação de *O Município* e *O Movimento*.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), tornou-se, em 1891, secretário do Interior do governo de Júlio de Castilhos (15/7 a 12/11/1891) e diretor do jornal *A*

Federação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do qual era membro. Nesse período foi eleito deputado à Constituinte estadual. Com a saída do poder de Júlio de Castilhos, dedicou-se exclusivamente à atividade legislativa. Ao lado de Castilhos, atuou na deposição do governo de José Correia da Câmara, visconde de Pelotas, em 17 de junho de 1892. Depois, retirou-se para a campanha, para se dedicar à agricultura. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), empenhou-se na pacificação do estado e, ao lado do irmão Homero Batista, fundou em 1894 o jornal *A República*, onde defendia suas idéias. Depois do fim do conflito, fundou a Sociedade Beneficente São Borjense, que logrou construir um hospital de caridade do qual foi o primeiro médico e diretor. Na mesma época, fundou um externato de ensino secundário na idade.

Em 1906 mudou-se para Porto Alegre, onde exerceu a profissão de médico. Em janeiro de 1908, no governo de Carlos Barbosa (1908-1913), foi indicado secretário dos Negócios da Fazenda. Em setembro de 1909 demitiu-se e em dezembro de 1910 foi convidado para o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Assumiu o posto em 9 de janeiro de 1911, e fez a reforma do ensino primário, ao regulamentar e desenvolver o ensino profissional. Pediu demissão em maio de 1912.

Foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul para o biênio 1913-1914 e durante esses anos presidiu a Comissão de Finanças. Em 1914, com o apoio do presidente estadual Borges de Medeiros (1913-1928), fundou a Sociedade de Amparo Mútuo dos Empregados Cíveis e Militares, Estaduais e Municipais. Em março de 1915 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e em maio iniciou seu mandato. Foi reeleito em 1918 e 1921, para mais duas legislaturas. Ao fim da última, em 1923, não foi reeleito. Voltou a assumir uma cadeira na Câmara na legislatura 1927-1929.

Faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1933.

Foi casado com Felisberta do Amaral Martins.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAUJO, V. *Parlamentares*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; O'DONNELL F. *Apparicio*; SPALDING, W. *Propaganda*.

BATISTA, Benedito Galvão Pereira

*dep. fed. RJ 1903-1908.

Benedito Galvão Pereira Batista nasceu em Campos (RJ) no dia 7 de setembro de 1852.

Formou-se em medicina e em 1877 começou a clinicar em sua cidade natal. Iniciou a carreira política elegendo-se vereador em 1886. Assumindo sua cadeira na Câmara Municipal de Campos, exerceu seu mandato até 1889.

Com o advento da República, em 1895 elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro. Assumiu nesse mesmo ano sua cadeira na Assembleia Legislativa e exerceu o mandato até 1897. Voltou a concorrer a novo cargo eletivo em 1903, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Assumindo em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu o mandato até dezembro de 1905. No ano seguinte foi reeleito e permaneceu no Legislativo até dezembro de 1908, quando se encerrou seu mandato.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; BRITO, C. *Mulher*.

BATISTA, HOMERO

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893 e 1906-1914; pres. BB 1914-1918; min. Faz. 1919-1922.

Homero Batista nasceu em São Borja (RS) no dia 30 de janeiro de 1860, filho do professor Felisberto Batista da Costa, presidente da Câmara Municipal da cidade, e de Henriqueta de Sá Batista. Seu irmão Álvaro Batista foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1915 a 1923 e de 1927 a 1929.

Em 1879 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e ao mesmo tempo trabalhou como tipógrafo e jornalista em folhas republicanas, entre elas a *Tribuna Liberal* e o *Jornal da Tarde*. Foi signatário da Profissão de Fé Republicana, formulada por estudantes gaúchos em 1881, e em 1883 transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, como integrante de um grupo de 93 estudantes republicanos. Formou-se em 1884 e a partir de então engajou-se na propaganda abolicionista e republicana. De volta a São Borja, fundou, junto com o irmão Álvaro, o jornal *O Município*, e criou com seus correligionários o Clube Republicano, autor da moção plebiscitária de 13 de janeiro de 1888, que propunha a realização de um plebiscito nacional sobre a sucessão em caso de morte do imperador.

Proclamada a República, esteve à frente da Superintendência de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Em setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu o mandato em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893, integrando as comissões de Instrução, Fazenda, Revisão do Código Penal e Orçamento. Durante a Revolução Federalista (1893-1895), alinhou-se com os positivistas de Júlio de Castilhos e fundou em Porto Alegre o jornal *A República*. Em 1896 rompeu com os castilhistas e, na companhia de Demétrio Ribeiro e Francisco Miranda, abriu uma dissidência no PRR, denunciando o abandono dos princípios defendidos na luta republicana pelo partido histórico.

Reconciliado com os líderes republicanos locais, voltou à cena política apenas em 1906, quando foi eleito deputado federal. Reeleito em 1909, ao longo de dois mandatos consecutivos exerceu, na Comissão de Finanças, o papel de relator dos orçamentos de pensões, Marinha, receita geral e tarifas alfandegárias. Alguns de seus pareceres foram

publicados em livro. Estudioso não apenas de economia, mas também de história, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1913. Mais uma vez eleito deputado em 1914, no início do mandato foi nomeado pelo presidente Venceslau Brás presidente do Banco do Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial, adotou medidas para conter a saída de ouro para o exterior. Com apoio do Congresso, realizou uma mudança radical em relação à política anterior, dando ao banco novas funções. Instituiu a administração de operações de redesconto, que permitiam, em face da escassez de crédito, estimular a circulação de moeda e o financiamento da produção. Em sua gestão o Banco do Brasil ganhou envergadura, crescendo de quatro para 39 o número de agências distribuídas pelo país.

Ao deixar o Banco do Brasil em 1918, ocupou por breve período uma cadeira na direção da empresa Sul América Seguros, e em 1919 foi convidado pelo presidente Eptácio Pessoa (1919-1922) para o Ministério da Fazenda. Manteve a política da administração anterior e criou a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Na conjuntura do pós-guerra, contra as tentativas de mobilização das reservas nacionais, conseguiu quase dobrar o estoque brasileiro de ouro. Segundo analistas contemporâneos, orientava-se pela “escola financeira clássica”. Contribuiu para a remodelação do Tesouro e da Casa da Moeda, a introdução de novos regulamentos, o melhoramento da fiscalização nos portos e a expansão do Banco do Brasil. Deixou projetos de redução de tarifas aduaneiras e criação de zonas francas.

No Distrito Federal, foi ainda catedrático de direito administrativo da Faculdade de Direito e professor da Faculdade de Filosofia e Letras. Também foi membro da diretoria da Liga da Defesa Nacional e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Morreu no Rio de Janeiro, no dia 14 de outubro de 1924.

Casado em primeiras núpcias com Beatriz Martins Batista, teve três filhos, entre eles o desembargador Homero Martins Batista, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em 1954-1955. Com Alice Castilhos Batista, teve cinco filhos.

Publicou trabalhos parlamentares, conferências e outros escritos de história e economia: *Tiradentes e a República* (1888); *Pela Federação* (1892); *A Revolução e o estado de sítio no Rio Grande do Sul* (1894); *Perfil biográfico de Manuel dos Santos Loureiro* (1900); *A Marinha Nacional* (1910); *Orçamento da Marinha* (1909-10); *Orçamento da Receita Geral* (1911-12-13); *Revoluções brasileiras de 1817 e 1835* (1918); *Revisão das tarifas das*

alfândegas (1921); *Retrospecto administrativo* (1919-1922); *Unificação do padrão monetário* (1923); *Zonas francas nos principais portos do país* (1923); *A tirania legal*; *Os precursores*; *A organização dos Estados*; *A evolução tarifaria*; *Instituições fundamentais da Marinha*.

Paulo Donadio

FONTES: *Federação* (10/8/1925); FRANCO, S. *Partido*; *Jornal do Commercio* (4/9/1913, 15/10/1924); MARTINS, A. *Escritores*.

BATISTA, José da Silva

*pres. GO 1909.

José da Silva Batista nasceu em Meia Ponte, hoje Pirenópolis (GO), no dia 1º de setembro de 1855, filho de Teodoro da Silva Batista e de Efigênia de Siqueira Batista.

Em fevereiro de 1882, mudou-se para a freguesia de Santana de Antas, hoje Anápolis (GO), como professor do ensino primário e dono de casa comercial. Além disso, à falta de médicos e farmacêuticos na localidade, exerceu também essas atividades, o que lhe conferiu notoriedade entre a população. Ali, *Zeca Batista*, como ficou conhecido, em pouco tempo tornou-se líder político, destacando-se por seus esforços para elevar a freguesia de Santana de Antas à categoria de vila, o que ocorreu mediante a Lei 811, de 15 de dezembro de 1887. Entretanto, a instalação definitiva da vila somente se concretizaria alguns anos depois, em 10 de março de 1892. José da Silva Batista foi então nomeado presidente da junta administrativa nomeada para governá-la até 1893, quando se realizaram as primeiras eleições para presidente da intendência.

Em dezembro de 1897, foi eleito deputado estadual. Filiado ao Partido Republicano Federal de Goiás, do grupo liderado por José Xavier de Almeida, adversário da facção dos Bulhões, em 1905 foi eleito segundo vice-presidente do estado, enquanto Miguel da Rocha Lima era eleito presidente, e Francisco Bertoldo de Sousa, primeiro vice-presidente. Miguel da Rocha Lima entrou em choque com Leopoldo Bulhões, que passou a aguardar uma oportunidade para investir contra o grupo que se encontrava no poder em Goiás. A ocasião se apresentou em 1908, quando tiveram início as articulações relativas às eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. A insatisfação diante da vitória do grupo de Xavier de Almeida nas eleições de 1909 atingiu as proporções de um movimento armado. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado no dia 11 de março, e em seu lugar assumiu Francisco Bertoldo de Sousa.

No dia 1º de maio, sob o comando de Eugênio Jardim, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás no que ficou conhecido como a Revolução de 1909, movimento liderado por Leopoldo de Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Francisco Bertoldo de Sousa entregou então a presidência de Goiás ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho de 1909.

Faleceu em Anápolis em 7 de dezembro de 1910.

Casou-se com Francisca de Siqueira, com quem teve dez filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BAYMA, Alexandre Marcelino

*militar; junta gov. SC 1889.

Alexandre Marcelino Bayma nasceu na província do Maranhão no dia 15 de fevereiro de 1839, filho de João Severiano Bayma e de Maria Bárbara.

Em 1865 formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia e ingressou no Exército como segundo-tenente cirurgião. Em seguida participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), tendo sido condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo por sua atuação na campanha. Em 1871 foi promovido a capitão.

Iniciou sua carreira política ao eleger-se deputado provincial no Maranhão, em 1873. Transferido posteriormente para Santa Catarina, filiou-se ao Partido Liberal. Em função de discordâncias relativas às disputas políticas locais, desligou-se porém desse partido e ingressou no Partido Conservador. Promovido a major em 1880, elegeu-se deputado provincial em Santa Catarina para as legislaturas 1882-1883 e 1884-1885.

Logo após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, fez parte da junta governativa que governou Santa Catarina entre 17 de novembro e 2 de dezembro de 1889, quando tomou posse Lauro Müller, nomeado governador pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da República. Em 1890 foi promovido a coronel e, em 1892, a general de brigada. Deputado estadual na legislatura 1892-1894, foi presidente da Assembleia em 1893. Em 1897 passou a chefiar o Corpo de Saúde do Exército no Rio de Janeiro.

Faleceu em 11 de fevereiro de 1904.

Era casado com Manuela Sion, de nacionalidade paraguaia, com quem teve três filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajectoria*; Wikipédia. Walter Piazza. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza> \o "Walter Piazza".

BAYMA, Celso

*dep. fed. SC 1909-1926; sen. SC 1927-1930.

Celso Bayma nasceu na cidade de Assunção, no Paraguai, no dia 8 de julho de 1874, filho de Alexandre Bayma e de Manuela Sion de Bayma.

Fez o curso secundário no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1892, já na República, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito na mesma cidade. Passou então a exercer a advocacia, e em 1898 foi nomeado coadjuvante de ensino no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1903 foi promovido a adjunto e, em 1906, a lente catedrático de história universal.

Iniciou a carreira política ao eleger-se deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1901. Reeleito em 1904 e em 1907, ocupou uma cadeira no Legislativo estadual até 1909. Logo em seguida foi eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1909-1911. Nesse último ano apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei de criação da Ordem dos Advogados Brasileiros, mas não teve sucesso. Foi reeleito deputado federal por mais cinco legislaturas consecutivas, cumprindo mandato até 1926.

Em 1927 foi eleito senador por Santa Catarina para um mandato de nove anos, mas, em função da Revolução de 1930 e do fechamento dos órgãos legislativos do país, não chegou a concluí-lo.

Faleceu em 26 de junho de 1935.
Deixou publicada a obra *Acumulações remuneradas; discursos pronunciados por Celso Bayma* (1909).

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; VENÂNCIO FILHO, A. *Notícia*.

BECKER, JOÃO

*religioso; arceb. Porto Alegre 1912-1946.

João Becker nasceu em Sankt Wendel, Alemanha, no dia 24 de fevereiro de 1870, filho do professor Karl Becker e de Katharina Weyand Becker.

Aos oito anos transferiu-se para o Brasil com os pais e quatro irmãos, fixando-se em São João do Montenegro, atual Montenegro (RS), onde nasceram seus dois irmãos menores. Adquiriu a nacionalidade brasileira por força da Constituição de 1891, através da chamada “Grande Naturalização”. Estudou as primeiras letras com o pai, inicialmente em sua aldeia natal e depois no Brasil, onde Karl Becker continuou a dedicar-se ao ensino. Matriculou-se depois no Colégio dos Padres Jesuítas de São Leopoldo (RS), mais tarde Ginásio Nossa Senhora da Conceição. Em 1891 ingressou no Seminário de Porto Alegre, dirigido por padres da Companhia de Jesus, demonstrando já como seminarista os primeiros pendores literários e filosóficos. Estudou teologia e filosofia, concluindo o curso em 1892. Promovido a subdiácono em 1894, tornou-se diácono no ano seguinte. Em 1896, concluiu com distinção o curso de teologia, sendo ordenado sacerdote em agosto do mesmo ano.

Nomeado em seguida vigário da paróquia do Menino Deus, em Porto Alegre, ali permaneceu por 12 anos, de 1896 a 1908. Nesse período, remodelou a antiga capela do Menino Deus, ampliando-a e dotando-a de uma torre. No dia da inauguração da nova capela, foi nomeado cônego honorário em comemoração do décimo aniversário de seu vicariato e pelos serviços prestados à Igreja. Ainda em 1906, juntamente com o padre Luís Mariano da Rocha, fundou a *Revista Eclesiástica*, órgão da liga sacerdotal dos padres da arquidiocese.

Criada a diocese de Santa Catarina (mais tarde denominada diocese de Florianópolis) em março de 1908, foi designado em maio seguinte, pelo papa Pio X, seu primeiro bispo. A sagração episcopal realizou-se no dia 13 de setembro. Em apenas quatro anos, dom João Becker realizou grandes trabalhos em sua vasta diocese, percorrendo frequentemente a cavalo o interior de Santa Catarina. Nesse período, publicou cinco cartas pastorais e convocou o I Sínodo Diocesano. Como bispo de Florianópolis, tentou dar outro padroeiro à cidade, mandando vir da Europa uma imagem de são Floriano, que pretendia colocar na catedral em lugar da existente. Entretanto, sua iniciativa foi malsucedida em decorrência da

reação popular, ainda hostil à memória de Floriano Peixoto, que reprimira duramente a Revolução Federalista no estado. Foi também um pioneiro da campanha de nacionalização do ensino. Enquanto percorria o estado, introduziu nas escolas o ensino de história e geografia do Brasil, ao lado do ensino religioso.

Em 1912, o arcebispo de Porto Alegre, dom Cláudio José Ponce de Leão, renunciou a seu cargo por motivo de doença. Seu sucessor de direito, o bispo dom João Antônio Pimenta, coadjutor da arquidiocese, também se encontrava enfermo. Por sugestão do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, a Santa Sé escolheu dom João Becker para substituir o arcebispo que se retirava. Assim, no dia 1º de agosto de 1912, dom Becker foi promovido a arcebispo de Porto Alegre, tomando posse no dia 8 de dezembro.

Durante seus 33 anos de arcebispado, dom João Becker foi responsável por uma série de empreendimentos: criou 15 paróquias em Porto Alegre e 50 no interior, a prelazia de Vacaria, a diocese de Caxias do Sul e as comarcas eclesiásticas. Iniciou a construção da Catedral Metropolitana de Porto Alegre, fundou a Pia Obra das Vocações Sacerdotais e o Retiro Araceli para o clero idoso e inválido, e promoveu a formação de núcleos da Ação Católica em diversas paróquias, devendo-se também à sua iniciativa a criação de círculos operários no estado, no que contou com a colaboração do padre Brentano. Promoveu a transferência do Seminário Episcopal de Porto Alegre para São Leopoldo, transformando-o em seminário provincial a cargo dos padres da Companhia de Jesus, introduziu o ensino de português nas escolas paroquiais ainda antes do início da Primeira Guerra Mundial, construiu o Seminário Menor de Gravataí e instituiu a primeira unidade da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1921, recebeu do papa Benedito XV o título de conde romano.

Em 1923, na pacificação do Rio Grande do Sul, João Batista Luzardo lembrou o nome de dom João Becker ao general Fernando Setembrino de Carvalho para o cargo de vice-presidente do estado, caso Protásio Antônio Alves renunciasse, o que acabou não ocorrendo. Em 1925, dom João Becker fez sua primeira viagem à Europa, lá permanecendo quase um ano. Como resultado dessa viagem, escreveu *Viagens e estudos*, obra editada em 1928.

Em julho de 1930, dom João Becker condenou em termos categóricos a revolução que se

preparava, num discurso proferido em Passo Fundo (RS). Pouco depois, preocupado com a “avalanche comunista”, procurou o comandante da 3ª Região Militar, o general Gil de Almeida, solicitando-lhe que conseguisse do presidente Washington Luís uma declaração de que jamais tentara abater o Rio Grande do Sul, na esperança de enfraquecer o credo do “bolcheviquismo” entre o povo. Após a eclosão do movimento de 1930, porém, irradiou para o episcopado nacional mensagem em que afirmava que a revolução estava “completamente alheia ao comunismo”, que “as instituições sociais e religiosas” nada haviam sofrido, e que o governo gaúcho mantinha “inalterável a ordem pública”. Dizia ainda que a revolução, “consequência lógica de fatos lamentáveis”, seguia, “irresistivelmente, sua marcha triunfal”, e que sua vitória faria surgir “uma nova era de prosperidade para a nação”.

A posição de dom João Becker em relação à Revolução de 1930 seria ainda confirmada quando o cardeal secretário do Vaticano, dom Eugênio Pacelli (mais tarde papa Pio XII), informado de que o movimento teria tendências comunistas, indagou do arcebispo se a acusação era verdadeira. A resposta de dom João Becker, da qual Getúlio Vargas mostraria uma cópia a seu secretário Roberto Alves, foi categórica, negando a “origem comunista” da revolução. Segundo Hélio Silva, esta resposta teria influído na conduta do cardeal dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, que convenceu Washington Luís a recolher-se ao forte de Copacabana e o acompanhou em sua retirada do país. Após o final do movimento revolucionário, dom João Becker celebrou o *Te Deum* em que louvou a vitória dos políticos gaúchos.

Em outubro de 1931, foi escolhido para falar na cerimônia de inauguração do monumento ao Cristo Redentor, no antigo Distrito Federal. Quando da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1932, tornou-se secretário-geral da entidade no Rio Grande do Sul. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte realizadas em 1933, a LEC gaúcha recomendou que os católicos votassem apenas nos candidatos do Partido Republicano Liberal (PRL), de José Antônio Flores da Cunha, rejeitando os postulantes da Frente Única Gaúcha (FUG), embora o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), componente da FUG, incluísse em seu programa os principais pontos defendidos pela LEC. Essa atitude foi criticada por Alceu Amoroso Lima, secretário-geral da LEC, porque contradizia os princípios de apartidarismo da organização.

Em julho de 1935, dom João Becker fundou no Rio Grande do Sul a Ação Social Brasileira, movimento considerado de caráter fascista. O programa da Ação Social Brasileira defendia a luta contra a ação, “direta ou velada”, do comunismo, propondo o “combate pela civilização e pela pátria, ameaçadas pela barbárie comunista” e a defesa da Constituição Federal então vigente, enquanto esta defendesse os princípios cristãos. Surgida durante o apogeu do integralismo, Ação Social Brasileira, segundo Edgar Carone, tinha a intenção de “iniciar ação mais violenta contra o comunismo e a democracia”. Ainda nessa época, segundo Héliog Trindade, dom João Becker pronunciou-se claramente em favor do integralismo.

Em outubro de 1937, o arcebispo procurou o interventor federal no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que se preparava para reagir às forças federais. Dom Becker avisou-o da gravidade da situação, depois que o comandante da Brigada Militar do estado passara o comando ao Exército. Flores da Cunha acatou as considerações de dom Becker, levando em conta o fato de já estar militarmente cercado no estado, e renunciou a seu posto, fugindo para o Uruguai.

Em 1938 dom Becker voltou ao continente europeu para participar do Congresso Eucarístico Internacional realizado em Budapeste.

Combatido em diversos momentos por sua origem germânica, dom João Becker fez a oração fúnebre nas exéquias dos marujos brasileiros mortos em março de 1942 nos torpedeamentos de navios mercantes por belonaves alemãs. Na oração, o arcebispo condenou os extremismos de esquerda e de direita.

Adoecendo gravemente em setembro de 1942, dom João Becker oficiou pela última vez em novembro de 1945, amparado, devido a seu estado precário de saúde, por seus assistentes, os cônegos Alfredo Vicente Scherer e Germano Wagner. No dia 15 de junho de 1946, faleceu no palácio arquiiepiscopal de Porto Alegre.

Além das 39 cartas pastorais de sua autoria, cinco como bispo de Santa Catarina e 34 como arcebispo de Porto Alegre, publicou quatro obras em latim como seminarista e o já citado *Viagens e estudos* (1928). Entre suas cartas pastorais, destacam-se: *A questão operária* (1914), *A paz no Rio Grande do Sul* (1924), *O comunismo russo e a sociedade cristã* (2ª ed. 1930), *Os católicos e a futura Constituição* (1932), *A religião e a pátria em face das*

ideologias modernas (1939) e *A decadência da civilização: causas, consequências e remédios* (1940).

Sônia Dias

FONTES: ALMEIDA, A. *Vultos*; ALMEIDA, G. *Homens*; BALÉM, J. *Bispos*; CARONE, E. *República nova*; *Correio do Povo* (16/6/46); ENTREV. TRINDADE, H.; GARDEL, L. *Armoiries*; *Jornal do Comércio*, Rio (18/6/1946); LEVINE, R. *Vargas*; MELO, L. *Subsídios*; SILVA, H. 1930; TODARO, M. *Pastors*.

BELO, Aires de Albuquerque

*dep. fed. PE 1893.

Aires de Albuquerque Belo nasceu em Pernambuco e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife.

Iniciou sua vida política depois da proclamação da República (15/11/1889), sendo eleito deputado estadual em Pernambuco. Durante sua atividade parlamentar, fez forte oposição à facção política liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Depois da renúncia do deputado federal pernambucano José Joaquim de Almeida Pernambuco, que havia sido eleito senador, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados no dia 21 de agosto de 1893. Seu mandato findou em dezembro.

Depois desse período, dedicou-se à atividade agrícola no município de Barreiros (PE). Diante da reconfiguração política que ocorreu em Pernambuco em 1911, com a chegada ao poder de Dantas Barreto, pretendia voltar a concorrer às eleições legislativas, mas não chegou a fazê-lo.

Foi redator do jornal *A Província* e colaborou com os periódicos *Seis de março* e *Tribuna acadêmica*, todos de Pernambuco.

Faleceu em 10 de dezembro de 1912.

Raimundo Helio Lopes

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2); NASCIMENTO, L. *História*. (v.6).

BELO, José Maria de Albuquerque

*dep. fed. PE 1927-1929; sen. PE 1930.

José Maria de Albuquerque Belo nasceu em Barreiros (PE) em 1885.

Iniciou os estudos em sua cidade natal e prosseguiu-os em Recife, cidade para onde se transferiu depois que sua família, de tradição usineira, vendeu suas terras e seu engenho para o primo Estácio Coimbra, deputado federal, governador de Pernambuco e vice-presidente da República durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Depois de alguns anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e ingressou na Faculdade de Direito. Ao longo do curso teve diversos cargos públicos, conseguidos com a ajuda de Estácio Coimbra. Passou a frequentar círculos jornalísticos e literários, trabalhou em jornais e passou nove meses na Europa como assessor da delegação brasileira à Conferência de Versalhes, realizada em 1919, em Paris, para estabelecer os termos da paz das nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial.

Em 1927 foi eleito deputado federal por Pernambuco, onde tinha boas relações com usineiros e fazendeiros e não se identificava com nenhuma facção política, a despeito das fortes relações que tinha com o primo Estácio Coimbra. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro de 1929. No ano seguinte foi eleito senador por Pernambuco. Assumiu sua cadeira no Senado Federal em 21 de abril de 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Depois desses anos, dedicou-se à advocacia, ao magistério na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e às carreiras literária, jornalística e diplomática. Foi auxiliar contratado em Nova Iorque, cônsul em Estocolmo, no Havre e em Hamburgo, segundo-secretário em Bonn e Porto Príncipe, e de novo cônsul em Dacar e Miami. Foi também relator de debates da Câmara dos Deputados e bibliotecário dessa casa legislativa.

No campo jornalístico, colaborou com os periódicos *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio* e foi diretor do jornal *A Província*, todos de Pernambuco.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1959.

Publicou *Novos estudos críticos* (1917), *Rui Barbosa e escritos diversos* (1918),

HYPERLINK

"<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/Consulta/buscaNova/Catalogo.php?obra=9734>"

Ensaio político e literário (1918), *À margem dos livros* (1922), *Os exilados* (1927), *A noção filosófica e social do direito. Breve ensaio da metodologia* (1933), *Inteligência do Brasil* (1935), *Democracia e antidemocracia* (1936), *Imagens de hoje e de ontem* (1936), *A*

questão social e a solução brasileira (1936), *Retrato de Eça de Queiroz* (1945), *Retrato de Machado de Assis* (1952), *Memórias* (1958), *A History of Modern Brazil (1889-1954)* (1968) e *História da República (1889-1954)* (7ª ed.1976).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.1, 2, 3).

BELO, Oliveira

* pres. SE 1880; pres. PR 1883-1884; pres. SC 1889; dep. fed. RJ 1902.

Luís Alves Leite de Oliveira Belo nasceu em Niterói no dia 5 de março de 1849, filho de Luís Alves Leite de Oliveira Belo e de Eulália Pulqueria de Oliveira Bulhões.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi membro do Partido Liberal e exerceu diversos mandatos de deputado provincial na província do Rio de Janeiro. Nos anos finais do Império assumiu sucessivamente a presidência de três províncias: de maio a julho de 1880 governou Sergipe, de setembro de 1883 a junho de 1884 governou o Paraná e em meados de 1889 assumiu a presidência de Santa Catarina, mantendo-se à frente do governo até a proclamação da República, em 15 de novembro.

Estando em curso a legislatura 1900-1902, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, entre os meses de setembro e dezembro de 1902.

Ao longo de sua trajetória profissional presidiu a Sociedade Nacional de Agricultura, foi diretor do *Diário Oficial* e integrou o Conselho de Instrução Pública em Niterói. Reconhecido por sua habilidade como orador e escritor, foi membro da [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_P%C3%A1rtenon_Liter%C3%A1rio"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_P%C3%A1rtenon_Liter%C3%A1rio) \o "Sociedade Pártenon Literário" Sociedade Partenon Literário.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de maio de 1915.

Foi casado com Leôncio de Sousa Breves e teve oito filhos.

Em sua vasta obra publicada, destacam-se *Discursos na maçonaria em São Paulo* (1872), *A Igreja perante a história* (1873), *A educação nacional* (1873) e *O espírito do século XIX* (1874), *Política geral – discurso na Assembleia do Rio de Janeiro* (1874), *Ensaio da tribuna popular* (1875) e *Os farrapos* (1877).

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2, p. 57-58); ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20/1/2010;

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 175); GOV. EST. SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/>>. Acesso em: 20/1/2011; História do Café no Brasil Imperial. Disponível em: <<http://www.brevescafe.oi.com.br/>>. Acesso em: 20/1/2011; Palácio Olímpio Campos. Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/>>. Acesso em: 20/1/2010.

BENÉVOLO, Francisco

*dep. fed. CE 1894-1896.

Francisco Benévolo nasceu em Maranguape (CE), filho de Reginaldo Benévolo Ferreira e de Eugênia Correia Pinho. De família de militares e matemáticos cearenses, seu pai foi tenente-coronel da Guarda Nacional; seu irmão Jaime Benévolo também atingiu o posto de tenente-coronel, e o outro irmão, Odilon Benévolo, chegou a tenente.

Francisco Benévolo seguiu a carreira militar e em 1891 foi eleito para o Congresso Constituinte do Ceará. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Ceará, com mandato até dezembro de 1896. Em 1911 foi reformado no posto de general de brigada e fixou residência em Fortaleza.

Faleceu em 23 de outubro de 1918.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.248).

BERGAMINI, ADOLFO

*jornalista; dep. fed. DF 1924-1930; rev. 1930; interv. DF 1930-1931; dep. fed. DF 1935-1937.

Adolfo Bergamini nasceu em Cataguases (MG) no dia 11 de outubro de 1886, filho do arquiteto Antônio Bergamini e de Gisela Bergamini, italianos. Meses antes de seu nascimento, seus pais haviam emigrado para o Brasil. Após curta estada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, seguiram para Cataguases, onde seu pai, com poucas oportunidades de exercer a profissão, resolveu dedicar-se à construção de uma estrada de ferro, mais tarde encampada pela Leopoldina Railway.

Adolfo iniciou os estudos com um professor particular, antes de ingressar na escola pública de Cataguases. Em 1898, com a transferência do governo do estado para a recém-fundada Cidade de Minas, logo depois (1901) Belo Horizonte, seu pai vislumbrou a oportunidade de exercer sua profissão e mudou-se com a família para a nova capital. Ali, Adolfo cursou o Ginásio Mineiro. Em maio de 1900, os Bergamini seguiram para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde Adolfo estudou no Ginásio Nacional, na Escola Barão do Rio Doce, no Externato Gomes de Sousa, no Liceu de Artes e Ofícios, na École Alliance Française e no mosteiro de São Bento. Na capital do país Adolfo fundou, em 1902, o jornal *O Estudante*.

Devido às dificuldades financeiras por que passava a família, precisou trabalhar para prosseguir os estudos. Assim, em 1903, ingressou na Polícia como escrevente. Em 1906 adquiriu patente de oficial da Guarda Nacional. Nomeado em abril de 1907 escrevente juramentado da 2ª Delegacia Auxiliar, em meados desse ano prestou concurso para escrivão do 13º Distrito Policial.

Em 22 de agosto de 1908, casou-se com Déa Ferreira Leite. Por engano, na certidão de casamento ficou assentado ter ele nascido no Rio de Janeiro. Tal confusão sobre seu local de origem viria a ser explorada, anos mais tarde, por seus opositores políticos, os quais lhe atribuíam a nacionalidade italiana.

Ainda em 1908, ingressou como repórter na *Gazeta de Notícias*, passando no mesmo ano para *O Século* e a *Folha do Dia*, nos quais trabalhou até 1912. Durante cerca de seis anos, a partir de 1913, foi redator judiciário do *Jornal do Comércio*. Em 1917 serviu no alistamento militar, no Ministério da Guerra, e em 1919 bacharelou-se pela Faculdade de

Direito do Rio de Janeiro. No mesmo ano, tendo abandonado o *Jornal do Comércio*, fundou com Renato de Toledo Lopes *O Jornal*, onde permaneceria até 1925.

ATIVIDADE POLÍTICA NA DÉCADA DE 1920

Adolfo Bergamini ingressou na política em 1921, elegendo-se intendente municipal do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi reeleito em 1923. Como intendente, foi presidente da Comissão de Instrução e representante do Conselho Municipal em viagem à Argentina e ao Uruguai, para retribuir a visita de conselheiros municipais desses países.

Em 1924, foi eleito para a Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. No mesmo ano, a convite de Edmundo Bittencourt, assumiu juntamente com o senador Antônio Muniz Sodré a direção do jornal *Correio da Manhã*, à frente do qual permaneceria até outubro de 1930. Valendo-se de suas imunidades parlamentares, fez circular o jornal, fechado sob o estado de sítio decretado pelo governo Artur Bernardes (1922-1926). Na Câmara, ao lado de João Batista de Azevedo Lima e João Batista Luzardo, empenhou-se em batalha parlamentar de oposição a Bernardes e ao estado de sítio. Foi o único deputado federal a solidarizar-se com o protesto de Azevedo Lima contra o bombardeio da cidade de São Paulo, efetuado no mês de julho de 1924 pelas forças do governo contra os revolucionários que se haviam apoderado da capital paulista.

Em 24 de fevereiro de 1927, reelegeu-se deputado federal. Em julho desse ano, ao lado de Azevedo Lima, Maurício de Medeiros e José Adriano Marrey Júnior, conseguiu retardar, na Câmara, a tramitação da dita “Lei Celerada”, levantando questões regimentais. Muito combatida pela oposição, a lei visava a reprimir movimentos grevistas, estipulando penas de prisão para seus promotores. Permitia, ainda, a intervenção em associações e sindicatos e autorizava o governo federal, então exercido por Washington Luís (1926-1930), a proibir a difusão de propaganda que considerasse contrária à ordem e à segurança públicas. Em meio a anúncios de ameaças da Terceira Internacional ao Brasil, a lei terminou por ser aprovada em agosto de 1927.

Adolfo Bergamini foi um dos fundadores no Rio de Janeiro, em novembro do mesmo ano, do Partido Democrático Nacional (PDN), cujo objetivo era aglutinar as oposições de todo o país para uma ação mais ampla, em escala nacional. Presidida por Joaquim Francisco de Assis Brasil, a agremiação repetia em seu programa os pontos enunciados pelo Partido

Democrático (PD) de São Paulo, acrescidos de um item sobre a “Lei Celerada” e de tópicos sobre política externa. Em 1928, o PDN promoveu aproximações com os “tenentes” exilados, participantes de movimentos armados contra o governo na década de 1920. Entretanto, os entendimentos não foram à frente e, em consequência, o PDN considerou encerrado o ciclo revolucionário, decidindo lançar-se na luta pela vitória eleitoral no pleito marcado para 1930.

Em dezembro de 1928, Bergamini foi um dos oradores do comício convocado para protestar contra a anulação da eleição do opositorista Ferdinando Laboriau para intendente do Conselho Municipal. Laboriau, que falecera dias antes sem haver tomado posse do cargo, era também o “relator do pleito”, encarregado de dar parecer sobre o preenchimento da última cadeira do conselho. A vaga era disputada por Minervino de Oliveira, do Bloco Operário e Camponês (BOC), frente eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), e Sirínio Carreiro de Oliveira, situacionista. A pequena diferença de votos entre os dois provocara uma luta acirrada pela impugnação de urnas. Os governistas propuseram então anular a eleição de Laboriau, o que permitiria o aproveitamento dos dois postulantes à cadeira. Apesar das acusações de fraude lançadas pela oposição, essa foi a medida aprovada.

No início de 1929, pesquisas de opinião pública sobre a sucessão presidencial de 1930, estampadas diariamente pelo *Correio da Manhã*, apontavam como primeiro colocado o líder tenentista Luís Carlos Prestes, seguido, com pequena diferença, por Adolfo Bergamini. Ambos situavam-se, segundo essas pesquisas, à frente de Júlio Prestes, do presidente de Minas Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e do presidente do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas.

Em agosto de 1929, o PDN se incorporou à Aliança Liberal, movimento organizado em favor das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. No Distrito Federal, Bergamini foi um dos que aderiram logo de início à Aliança e nesse sentido desenvolveu enérgica atividade parlamentar. Pertencia à comissão executiva do movimento, encarregada de desenvolver a propaganda eleitoral e de manter contatos permanentes com Antônio Carlos e com os candidatos liberais.

Na Câmara, com o intuito de manter sempre aceso o ataque ao governo, Bergamini sugeria

aos deputados da minoria que se inscrevessem em massa para ocupar a tribuna na hora do expediente. Diante dessa disposição dos oposicionistas, o presidente Washington Luís procurou alterar o regimento da casa. Tendo fracassado, tentou negar número para a abertura das sessões, mas os próceres aliancistas compareciam maciçamente. No entanto, foram impedidos de votar a moção que responsabilizava o governo pela derrocada do plano de defesa do café. Por sugestão de Adolfo Bergamini, os aliancistas promoveram, em 25 de novembro de 1929, um comício popular na frente do palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, como forma de compensar o “arrolhamento” da Câmara dos Deputados pelo governo.

Em janeiro de 1930, durante a campanha eleitoral, Adolfo Bergamini e Batista Luzardo acompanharam Getúlio Vargas a São Paulo. Getúlio, que se encontrava no Rio de Janeiro desde dezembro do ano anterior para apresentar sua plataforma, tinha feito com Washington Luís um acordo pelo qual, entre outras coisas, prometera não ir a São Paulo em campanha. Porém, após debater o assunto com Lindolfo Collor, ficara convencido das vantagens da ida à capital paulista.

Por essa época, Bergamini, que disputava novo mandato na Câmara, foi objeto de uma campanha para anular sua candidatura, sob a alegação de que era de nacionalidade italiana. Seus opositores afirmavam que seu registro de batismo não havia sido encontrado em Cataguases. O deputado defendeu-se com veemência, instituindo, em fevereiro de 1930, processo de justificação no qual depuseram diversas testemunhas, que confirmaram Cataguases como local de seu nascimento. E, no dia 19 de março, Bergamini reelegeu-se deputado pelo Distrito Federal, na legenda do PDN.

Pouco antes da eclosão da revolução em outubro de 1930, Bergamini promoveu comícios de oposição ao governo estabelecido. Um deles foi o de 5 de setembro, realizado no Rio de Janeiro em prol da anistia e do qual também participaram Batista Luzardo, Odilon Braga, João Neves da Fontoura e José Antônio Flores da Cunha. No mesmo mês, ao lado de Maurício de Lacerda, Lindolfo Collor e outros aliancistas, Bergamini desencadeou campanha contra a polícia paulista, responsabilizando-a pelo desaparecimento de André Trifino Correia e de três jornalistas cariocas.

INTERVENTOR NO DISTRITO FEDERAL

Com a vitória da Revolução de 1930, desencadeada no dia 3 de outubro e consolidada no dia 24 com a deposição de Washington Luís, Adolfo Bergamini assumiu provisoriamente, ainda no dia 24, a prefeitura do Distrito Federal. Em 25 de novembro, foi nomeado interventor no Distrito Federal por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório da República.

Nos primeiros meses de sua gestão, instituíram-se comissões de sindicância para descobrir irregularidades e escândalos da administração anterior. No entanto, nada foi apurado nesse sentido. Bergamini promoveu a construção de prédios escolares, assim como a abertura e o alargamento de vias públicas. Elaborou e pôs em prática um plano para pagar os vencimentos atrasados do funcionalismo da prefeitura e saldar a dívida flutuante, mediante a emissão de apólices que ficaram conhecidas como “bergamínias”.

Ao lado de Getúlio Vargas, José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, Bergamini foi um dos que receberam no palácio do Catete, em 24 de maio de 1931, os integrantes – cerca de 15 mil pessoas – da marcha operária de apoio ao governo provisório e de aclamação às primeiras medidas de Lindolfo Collor à frente do Ministério do Trabalho. O movimento foi considerado uma resposta à “Marcha da Fome”, patrocinada pelo Partido Comunista (PCB), que não chegou a se realizar, pois sua articulação foi desbaratada pela polícia.

Durante sua gestão, Bergamini recebeu ataques concentrados do Clube 3 de Outubro, organização tenentista que preconizava a instalação de um comitê de investigação para examinar as acusações de corrupção feitas contra sua interventoria. Com esse objetivo, foi instituída uma comissão de sindicância que solicitou a Vargas seu afastamento do cargo. Como causa imediata desse pedido, a comissão apontou o decreto em que o interventor revogara o imposto provisório estabelecido sobre os vencimentos do funcionalismo municipal, ordenando a devolução das quantias até então descontadas. A medida havia sido considerada um estratagema para granjear popularidade.

Quase no fim de sua gestão, Adolfo Bergamini ainda procurou, através do decreto de 14 de setembro de 1931, dar nova organização à Prefeitura do Distrito Federal, cuja administração passaria a ser exercida pelo chefe do Poder Executivo local, auxiliado por secretarias e comissões a serem instituídas. O decreto, no entanto, não chegou a ser posto em prática. A oposição do Clube 3 de Outubro e as frequentes acusações daqueles que contestavam a nacionalidade brasileira de Bergamini contribuíram para que ele decidisse

abandonar a interventoria.

Assim dez dias depois de haver decretado as citadas mudanças administrativas, deixou o posto e foi substituído interinamente pelo coronel Julião Freire Esteves. Por fim, em 30 de setembro de 1931, o cargo foi ocupado em caráter efetivo por Pedro Ernesto Batista. Este, embora tenha revogado o decreto de 14 de setembro e restabelecido a organização anterior, aproveitou, mais tarde, parte das proposições nele contidas.

Adolfo Bergamini foi redator do *Diário Carioca* de 1932 a 1934, tendo também dirigido durante anos, até falecer, o periódico forense *Tribuna Judiciária*. Em outubro de 1934, foi novamente eleito deputado pelo Distrito Federal, na legenda do Partido Economista Democrático. Tomou posse em maio de 1935 e foi escolhido presidente da Comissão de Justiça da Câmara. Contrário às tendências totalitárias, combateu o fascismo na tribuna do Instituto dos Advogados do Brasil em 1937. No mesmo ano, com o advento do Estado Novo e o consequente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, encerrou a atividade parlamentar e passou a exercer a advocacia.

Foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros*, datado de 24 de outubro de 1943, primeira manifestação das elites políticas em defesa da democratização do país, contra a ditadura de Vargas. Foi ainda membro da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 7 de janeiro de 1945.

Deixou publicadas algumas obras, entre as quais *A autonomia do Distrito Federal e o dr. Nilo Peçanha* (1922), *Asfixiando a democracia* (1925) e *O processo do mandado de segurança* (1936). A seu respeito, Ernesta von Weber publicou a obra *Bergamini* (1931).

Sílvia Pantoja

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *Revoluções*; CARONE, E. *Tenentismo*; *Correio da Manhã* (8 e 9/1/1945); CORRESP. GOV. EST. GB; *Diário de Notícias*, Rio (9 e 14/1/1945); DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; *Jornal do Brasil* (11 e 15 /3/1931); *Jornal do Comércio*, Rio (8, 9 e 11/1/1945); MACEDO, R. *Efemérides*; MONTEIRO, P. *Revolução*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926;

SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário; Who's who in Brazil* (1973).

BERNARDES SOBRINHO, José Joaquim

*dep. fed. ES 1924-1930.

José Joaquim Bernardes Sobrinho nasceu em Pernambuco no dia 8 de junho de 1885.

Formou-se em direito em 1908 e foi promotor público interino em Piracicaba (SP). Transferiu-se para o Espírito Santo, onde foi promotor público efetivo nas comarcas de Santa Leopoldina, Serra, Itapemirim e Vitória.

Bernardes Sobrinho foi professor de português do Ginásio do Espírito Santo. Colaborou em vários periódicos, como a *Revista Literária*, do Rio de Janeiro, e foi redator da *Cruzada*, jornal de Vitória.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), em cuja legenda foi eleito deputado estadual em 1913. Assumiu nesse mesmo ano sua cadeira na Assembleia Legislativa capixaba e cumpriu seu mandato até 1915. Foi secretário geral do governo de Bernardino Monteiro (1916-1920). Voltou a ser eleito deputado estadual em 1922 e exerceu o mandato até 1924. Nesse ano foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo, sempre na legenda do PRES. Assumiu, em maio de 1924, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1927 e 1930. Nesse último ano teve o seu mandato interrompido em outubro após a vitória da Revolução de 1930 que depôs o presidente Washington Luís, levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Encerrou sua carreira política após a Revolução de 1930. Continuou a exercer a advocacia e foi membro do corpo jurídico da Light.

Era casado com Maria, filha do desembargador Gregório Magno Borges da Fonseca.

Nara Saletto

FONTES: DERENZI, L. *Caminhos*; PEREIRA, A. *Homens*; WANICK, F. *Aristeu*.

BERNARDES, ARTUR

*dep. fed. MG 1909-1910 e 1915-1918; pres. MG 1918-1922; pres. Rep. 1922-1926; sen. MG 1927-1930; dep. fed. MG 1935-1937; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1955.

Artur da Silva Bernardes nasceu em Viçosa (MG) no dia 8 de agosto de 1875, filho de Antônio da Silva Bernardes e de Maria Aniceta Pinto Bernardes. Seu pai era português e exerceu, desde meados do século XIX, a profissão de solicitador em diversas comarcas da Zona da Mata mineira, terminando por se fixar em Viçosa, onde foi o primeiro advogado provisionado e, finalmente, promotor de justiça. Sua mãe pertencia à família dos Vieira de Sousa, fundadores de Rio Casca, cidade próxima de Viçosa.

Fez seus primeiros estudos na própria Viçosa, e em fins de 1887, aos 12 anos de idade, foi matriculado no Colégio do Caraça, tradicional instituição dos missionários lazaristas em Minas Gerais. Dificuldades financeiras de sua família fizeram-no, porém, abandonar os estudos dois anos depois para ir trabalhar na firma Pena e Graça, da qual era sócio seu cunhado José da Graça Sousa Pereira. A firma, sediada em Coimbra, distrito de Viçosa, intermediava a compra e venda de café entre produtores e exportadores. Seu segundo emprego foi na firma Adriano Teles, na cidade de Rio Branco (MG). Aí chegou, com 18 anos de idade, a contador (guarda-livros, como se dizia na época), o máximo a que poderia aspirar como empregado. Um decreto assinado em 1894 pelo presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, abriu-lhe porém a perspectiva de retomar os estudos: permitia a matrícula avulsa, no externato do Colégio Mineiro, aos que quisessem prestar exames finais das disciplinas do curso ginasial. Nesse mesmo ano abandonou o emprego e transferiu-se para Ouro Preto, então capital do estado, a fim de obter seus diplomas e frequentar um curso particular onde pretendia estudar para os exames preparatórios (equivalentes ao atual vestibular). Ainda em 1894 começou a prestar esses exames, os quais só terminaria em 1896. Morava numa pensão e trabalhou em vários jornais editados na então capital, depois de ter sido, durante curto período, estafeta dos Correios e Telégrafos.

Em 1896, ainda antes de concluir os preparatórios, matriculou-se como aluno ouvinte no primeiro ano da Faculdade Livre de Direito junto com outros companheiros, entre os quais Raul Soares, que o acompanharia longamente na vida política. O objetivo era prestar os exames finais do primeiro ano em segunda época, uma vez concluídos os preparatórios. Feitas todas as provas com êxito, em abril de 1897 Bernardes e seu grupo foram

efetivamente integrados à turma do segundo ano da faculdade. Foi nesse momento, num clima que ainda refletia a agitação do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), que começou a participar da vida pública.

Em março de 1897, uma investida malsucedida das forças federais contra os sertanejos rebelados de Canudos — apontados como deflagradores de uma grande conspiração contra a República — provocou o envio de dois batalhões da polícia de Minas para o interior da Bahia, em apoio às tropas federais. Ao mesmo tempo, para uma eventual defesa armada do regime, organizou-se o Batalhão Patriótico Bias Fortes, no qual Bernardes, grande admirador do marechal Floriano, se alistou. Ainda em 1897 participou da direção do jornal estudantil *Academia*, de vida efêmera.

No terceiro ano do curso, em 1898, a capital do estado foi transferida para a Cidade de Minas — denominação original de Belo Horizonte, implantada no antigo Curral del Rei — e para aí foi também a Faculdade de Direito. Em fevereiro de 1899, Bernardes estreou no foro criminal em Viçosa, contracenando com seu pai, promotor de justiça e, conseqüentemente, acusador do réu que o filho defendia. No mesmo ano transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, indo juntar-se a Raul Soares. Para se sustentar, obteve um lugar de revisor no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Foi também fiel no cartório de notas de Eulálio da Costa Carvalho, pai do senador Álvaro Carvalho. Obteve ainda, mediante concurso, o lugar de professor de latim e português do Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, dando também aulas particulares dessas matérias.

Em São Paulo, tornou-se prestigiado entre os colegas, tendo sido escolhido para discursar na Festa da Chave, tradicional comemoração de encerramento do curso. Em dezembro de 1900 recebeu o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais e voltou imediatamente para sua terra, onde foi recebido com manifestação na estação ferroviária e um baile à noite: era o primeiro filho de Viçosa a diplomar-se em direito desde a instalação da comarca.

Abriu seu escritório de advocacia ainda antes do fim do ano. No início de 1901 foi nomeado do promotor de justiça da comarca de Manhuaçu (MG), cargo que preferiu não assumir para permanecer em Viçosa. Um problema que perturbava o funcionamento de seu escritório — a circunstância de ser seu pai, com quem morava, o promotor de justiça da

cidade — foi resolvido quando o velho Antônio Bernardes exonerou-se de seu cargo. Passou a advogar com o filho, voltando à condição de solicitador. Durante dois anos e meio Bernardes exerceu a advocacia, viajando constantemente pelas comarcas vizinhas. Católico praticante, seu nome figurava sistematicamente nas comissões de festejos da Semana Santa e de outras manifestações religiosas. Começou também a colaborar no semanário *Cidade de Viçosa*, do poderoso chefe político local Carlos Vaz de Melo.

Sua ligação com Vaz de Melo se tornaria bem mais estreita em julho de 1903, quando se casou com uma de suas filhas, Clélia Vaz de Melo. Carlos Vaz de Melo era então senador da República, mas já fora deputado geral no Império entre 1881 e 1885 e deputado federal entre 1894 e 1903, tendo ainda ocupado a presidência da Câmara dos Deputados de 1899 a 1903. Era também advogado, fazendeiro e industrial.

A ASCENSÃO NA POLÍTICA MINEIRA

Bernardes tinha descortinada diante de si, segundo os moldes clássicos então vigentes, a perspectiva da política. E o sogro não lhe regateou estímulos, prestigiando-o no âmbito municipal, restrito porém decisivo na vida política da Zona da Mata, o que valia dizer, na época, decisivo na política mineira. O início de sua carreira ocorreu em abril de 1904, ao discursar em homenagem ao presidente do estado, Francisco Sales, quando da passagem deste pela estação ferroviária de Viçosa.

Em 19 de novembro do mesmo ano realizaram-se em todo o estado eleições municipais. A seção de Viçosa do Partido Republicano Mineiro (PRM), único partido no estado entre 1897 e 1930, indicou Bernardes para vereador do distrito de Teixeiras, onde foi sufragado pela unanimidade dos 52 eleitores. Três dias depois morreu seu sogro, acontecimento que acelerou sua ascensão, porque lhe coube substituí-lo na chefia da política municipal. A substituição começou na direção do jornal *Cidade de Viçosa*, cujo proprietário era Carlos Vaz de Melo, seu cunhado. Bernardes assumiu o jornal em janeiro de 1905, estampando na primeira página um artigo assinado em que defendia a revisão da Constituição de 1891, cuja intocabilidade era um dos tabus republicanos. O tema lhe era diletto, e foi em seu próprio período governamental, mais de 20 anos depois, que a revisão acabou sendo realizada.

Sua nomeação para a direção do jornal teve repercussão na Zona da Mata, na medida em

que passaram a ser publicadas matérias de cunho extramunicipal. Em julho de 1905, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Viçosa, mas preferiu ficar na vice-presidência, conservando na presidência o vereador que já exercia o cargo. No ano seguinte, entretanto, foi novamente eleito presidente, assumindo o encargo de agente executivo, correspondente ao do atual prefeito.

Na renovação da Câmara estadual, teve seu nome indicado para disputar uma cadeira de deputado pela segunda circunscrição eleitoral, que abrangia vários municípios da Mata. Em março de 1907 foi eleito, assim como todos os candidatos do PRM. No início da legislatura, em junho, foi escolhido primeiro-secretário da Câmara. Cingiu sua atuação especialmente aos problemas econômicos e financeiros, que tinha passado a viver concretamente, como fazendeiro que se tornara. Em outubro, foi o orador oficial do Congresso de Municipalidades da Zona da Mata.

Na segunda sessão legislativa, iniciada em julho de 1908, foi reeleito primeiro-secretário. Colaborou na aprovação da reforma tributária realizada por João Pinheiro, que governava o estado. Essa colaboração e o prestígio municipal que detinha credenciaram-no à indicação do PRM para disputar — único deputado estadual a fazê-lo na ocasião — uma cadeira de deputado federal pelo segundo distrito eleitoral.

A indicação do PRM foi contestada por Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, advogado de Juiz de Fora e ocupante da cadeira havia várias legislaturas. Houve disputa. Realizado o pleito em janeiro em 1909, Bernardes foi o menos sufragado entre seus companheiros de chapa do segundo distrito, com cerca de 11 mil votos, número ainda assim superior aos nove mil e poucos dados a Francisco Bernardino, que se aliara a seus adversários municipais de Viçosa.

A votação de Bernardes, em especial na própria Viçosa, foi contestada, mas em 24 de maio ele teve sua eleição reconhecida e tomou posse. Sua atuação como deputado federal nessa legislatura foi apagada. Em Viçosa, contudo, conseguiu para o marechal Hermes da Fonseca, que disputou com Rui Barbosa a presidência da República em 1910, excelentes resultados, definindo de modo incontrastável sua hegemonia municipal.

Interrompeu seu mandato em setembro de 1910 para assumir a Secretaria de Finanças do governo de Minas, presidido na época por Júlio Bueno Brandão. O cargo era importante em si mesmo (Minas Gerais era então o estado mais populoso do país e o segundo em termos

de atividade econômica), mas igualmente como um trampolim em direção a posições mais altas, caminho que a geração de Bernardes — sobretudo os jovens da Zona da Mata — começava a galgar, num processo de substituição da cúpula política mineira.

Sua gestão na Secretaria de Finanças concentrou-se em obter o aumento da arrecadação. Criou 34 coletorias em diferentes pontos do estado, reorganizou a Recebedoria de Minas Gerais no Rio de Janeiro (por cujo porto era escoada boa parte da produção mineira) e assinou com o estado de São Paulo um acordo destinado a impedir que o café produzido no sul de Minas saísse para o porto de Santos sem pagar impostos. Acordo semelhante, abrangendo ainda outros produtos, foi assinado com o Espírito Santo. Em 1911 inaugurou novas modalidades de concessão de empréstimos a longo prazo para os municípios e em 1912 criou a Caixa Beneficente dos Funcionários do Estado, que funcionou durante dez anos, até se transformar na Previdência dos Funcionários do Estado. Durante sua gestão foram ainda ultimados os entendimentos com os banqueiros franceses Perrier para a instalação do Banco Hipotecário Agrícola, hoje Banco do Estado de Minas Gerais.

O governo de Bueno Brandão terminou em setembro de 1914 e Bernardes voltou para Viçosa. Mais uma vez, foi indicado pelo PRM para disputar uma das cadeiras de deputado em jogo no segundo distrito. Nas eleições de janeiro de 1915 foi o candidato mais sufragado da circunscrição, consagrando-se como chefe político da Zona da Mata. Na Câmara dos Deputados, foi designado presidente da Comissão Especial do Código de Contabilidade.

NA PRESIDÊNCIA DE MINAS GERAIS

Bernardes exercia seu segundo mandato de deputado federal quando se começou a cogitar, no início de 1917, da sucessão em Minas Gerais. O presidente do estado era Delfim Moreira, que indicou para sua sucessão o secretário do Interior de seu governo, Américo Lopes, pertencente ao grupo do presidente do PRM, Francisco Sales. Os entendimentos que se seguiram, envolvendo a comissão executiva do PRM (a “Tarasca”) e Bernardes, foram bem-sucedidos, mas marginalizaram os dois outros secretários do governo mineiro, Raul Soares (Agricultura) e Teodomiro Santiago (Finanças).

Raul Soares percebeu na atitude de Delfim Moreira a intenção de afastar a Zona da Mata (à qual também pertencia, como político de Ubá) da sucessão estadual, e contra-atacou,

articulando-se com líderes não subordinados ao comando de Francisco Sales para arguir a tese da inelegibilidade moral dos secretários de estado, principalmente quando ocupantes da pasta do Interior. O impasse conduziu à intervenção do presidente da República, o mineiro Venceslau Brás, que aceitou o embargo do secretário Américo Lopes e ofereceu uma lista de nomes alternativos, entre os quais não figurava o de Bernardes. A essa altura, Delfim Moreira já se havia fixado no nome deste último, ameaçando dividir o PRM para garantir a vitória de sua nova opção. Bastou portanto que o nome de Bernardes fosse sugerido por Raul Soares a Venceslau Brás para que a unidade do PRM se fizesse em torno do deputado de Viçosa. A escolha foi oficializada pela comissão executiva do partido em junho de 1917, juntamente com a do senador estadual Eduardo Amaral, para vice-presidente. Em setembro, a convenção estadual do PRM homologou as candidaturas.

Fora mantida a unidade, mas o comando estava mudando de mãos. A ascensão de Artur Bernardes ao cargo máximo da política mineira (as eleições estaduais foram realizadas em março de 1918) e, assim, ao primeiro plano da vida pública brasileira, iria marcar o início da eliminação da velha direção política de Minas.

O governo de Bernardes em Minas teve início em setembro de 1918. O papel desempenhado por Francisco Sales na sucessão de Delfim Moreira forneceu ao novo presidente estadual o pretexto para uma vigorosa campanha de destruição do “salismo”, visto por ele e Raul Soares como símbolo da anacrônica política dos “coronéis”. Essa mistura de renovação e autoritarismo faria com que o governo de Bernardes fosse considerado por Afonso Arinos de Melo Franco, em *Um estadista da República*, “uma espécie de ditadura esclarecida”. “Esclarecida”, basicamente, em virtude da composição do secretariado com nomes prestigiosos. O secretário do Interior foi inicialmente Raul Soares, que deixaria o cargo em agosto de 1919 para assumir o Ministério da Marinha do presidente Epitácio Pessoa, sendo substituído por Afonso Pena Júnior. Para as Finanças foi nomeado o então deputado federal Afrânio de Melo Franco, chamado ainda em novembro de 1918 para ocupar o Ministério da Viação do presidente Delfim Moreira, e substituído por João Luís Alves. Finalmente, o secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas foi Clodomiro de Oliveira.

Em fevereiro de 1919, Bernardes enviou à comissão executiva do PRM, presidida ainda pelo senador Francisco Sales, uma lista de candidatos do partido à eleição de 1/4 dos

senadores e da totalidade dos deputados da legislatura estadual que se ia iniciar. Todos os dirigentes do PRM — inclusive aqueles ligados a Sales, que se limitaram a prestar-lhe apoio moral — acataram a determinação e assinaram o boletim de apresentação dos candidatos. Foi um tiro de misericórdia no prestígio do senador, que praticamente abandonou o partido, acompanhado pelos deputados Américo Lopes e Francisco Bressane — Sales, entretanto, só manifestaria publicamente sua divergência dois anos depois, quando houve a renovação do terço do Senado e da totalidade da Câmara dos Deputados, e se colocou a candidatura de Bernardes à presidência da República. Após esse episódio, Bernardes assumiu de fato a direção do PRM, que conservaria, com alguns períodos de afastamento, até a extinção do partido, em 1937.

Outro acontecimento relevante do mesmo ano foi a substituição do vice-presidente Delfim Moreira, que assumira interinamente a presidência da República em novembro de 1918, em virtude da doença que levaria à morte, em janeiro de 1919, o presidente eleito (pela segunda vez) Rodrigues Alves. Ao fim da série de três governos de presidentes paulistas (Prudente de Moraes, Rodrigues Alves e Campos Sales), sucessiva ao predomínio militar que inaugurou a República, estabeleceu-se a “política dos governadores”, que, mais tarde, definida como a alternância do PRP e do PRM na presidência, ficaria conhecida como a política dos acordos “café-com-leite”. Assim, se a presidência coubera a Rodrigues Alves no quadriênio 1918-1922, isto significava que, em princípio, ela deveria permanecer com São Paulo. Entretanto, o presidente desse estado, Altino Arantes, não unificava a política local, e uma facção secundou o lançamento do nome de Rui Barbosa, feito pelo ex-presidente da República Nilo Peçanha.

O nome de Bernardes — chefe do outro grande estado da política do “café-com-leite”, embora “novo”, como Arantes — era uma alternativa. Mas ele entendia ser necessário consolidar primeiro seu prestígio em Minas, cujo governo apenas iniciava, para só depois, com toda a segurança, aspirar ao Catete. Além disso, explicitando as dificuldades do situacionismo em todo o país para chegar a um acordo, o chefe da política gaúcha, Antônio Augusto Borges de Medeiros, tomou posição contrária ao lançamento de um nome que fosse gaúcho, paulista ou mineiro, embora disposto a endossar um nome “neutro” favorecido pelos dois últimos estados.

Bernardes preferiu afirmar-se no papel de árbitro da sucessão — contando para isso com o

apoio total de Minas — em lugar de ser candidato, hipótese que, além de não resolver a questão em termos nacionais, tenderia a colocar em destaque as divisões da política mineira. O PRM lançou assim a candidatura do senador paraibano Epitácio Pessoa, também adotada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) chefiado por Borges de Medeiros, e acolhido pela maioria do PRP.

Epitácio derrotou Rui Barbosa na convenção situacionista realizada em fevereiro de 1919. Rui acabou lançando sua candidatura pela oposição. As eleições, que deram tranquila vitória a Epitácio Pessoa, realizaram-se em abril, e seu governo se instalou em julho seguinte. Bernardes saiu do episódio fortalecido em Minas e no plano nacional, na medida em que apresentara a proposta capaz de congregar os situacionistas de todos os estados. Mas o que não se percebeu na época, e que se evidenciaria na sucessão seguinte, é que a escolha de um político de outro estado alterava pela primeira vez o jogo político das grandes unidades da Federação.

A administração de Bernardes privilegiou, como ele já anunciara em sua plataforma, a Zona da Mata. Promoveu a garantia de preços — a valorização — do café e, na reforma tributária que realizou no estado, reduziu o imposto de exportação — não apenas sobre o café, mas também os cereais e o gado, a fim de estimular sua produção. Na mensagem de 1920 ao Congresso estadual, Bernardes propôs a criação de uma Escola de Agricultura e Medicina Veterinária em Viçosa. A escola (hoje universidade) só seria inaugurada em agosto de 1926, pouco antes do término de seu quadriênio na presidência da República.

Também em 1920, Bernardes promoveu uma reforma da Constituição estadual, cujos principais itens foram: o aumento dos mandatos dos vereadores em um ano, a proibição da criação de empregos vitalícios, a concessão de aposentadorias ou pensões, e a limitação, com exceção dos professores, da consignação orçamentária de subsídios, percentagens e vencimentos de pessoal em montante não superior a 25% da renda ordinária.

No terreno do ensino primário e secundário, construiu 13 grupos escolares e criou 421 escolas isoladas. Quanto ao ensino superior, concorreu para a fundação do Instituto de Química Industrial e para a ampliação das clínicas da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. No campo da saúde pública, construiu o Instituto de Rádio, para o combate ao câncer, e iniciou a construção do atual Hospital Neuropsiquiátrico Raul Soares, concluído em 1924. Abriu ainda cerca de 1.500km de estradas de rodagem, e construiu seis prédios de

foros e cinco cadeias regionais.

O ponto relevante de sua administração foi, entretanto, a obstrução que opôs aos intentos do empresário norte-americano Percival Farquhar, mediante a qual fundou a legenda de sua postura nacionalista, reiterada nas décadas de 1940 e 1950. Farquhar, que fora alvo de enérgica campanha nacionalista em 1912, ano em que, por outro lado, seu grupo econômico entrou em falência, voltou às atividades empresariais no Brasil em 1919, tentando implantar em Minas a Itabira Iron Ore Company, empresa de um grupo britânico para a qual trabalhava como advogado e que passaria ao seu controle. Apesar de ter obtido um contrato vantajoso do presidente Epitácio Pessoa, Farquhar teve seu projeto de exploração de minério de ferro obstaculizado por Bernardes, que desejava como contrapartida a implantação da siderurgia no estado — prevista no contrato, mas na verdade fora dos planos de Farquhar. Facilitado posteriormente, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), o contrato da Itabira Iron Ore Company teria sua execução impedida definitivamente após a Revolução de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas.

O CANDIDATO CONTESTADO

Devido ao próprio papel que desempenhou na indicação de Epitácio Pessoa, Bernardes estava credenciado a ser seu sucessor. Mas o país não era mais o mesmo. Já se havia inaugurado o processo de ruptura da vida brasileira que iria desembocar na Revolução de 1930.

O governo de Epitácio Pessoa provocou descontentamento e oposição generalizados, dos militares aos setores urbanos e às oligarquias paulista e mineira, que decidiram antecipar o exame do problema sucessório. Já no início de 1921, essas últimas forças lançaram a candidatura de Bernardes, com o compromisso de que o presidente seguinte seria Washington Luís, governante de São Paulo. Em abril, o candidato oficial foi praticamente imposto a Epitácio, que por essa razão abdicou do direito de escolher o vice-presidente.

Contra a candidatura de Bernardes levantou-se o Rio Grande do Sul, através de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma reforma constitucional limitando a

autonomia dos estados. A cisão política nacional ficou evidenciada pelo não comparecimento do ex-presidente Nilo Peçanha e dos representantes do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro à convenção situacionista, realizada em 8 de junho de 1921. Nilo, apoiado por Borges de Medeiros, tentou fazer com que Bernardes desistisse em favor de Rui Barbosa ou Venceslau Brás, mas acabou concordando em lançar sua própria candidatura. Logo em seguida, foi organizada no Rio de Janeiro a Reação Republicana, que indicou a chapa Nilo Peçanha-José Joaquim Seabra para as eleições de 1922.

Estavam postos os elementos para a segunda verdadeira campanha presidencial no Brasil (a outra ocorrera em 1910) e para a mais grave de todas as crises políticas que a República conheceu, no quadro de profunda deterioração da situação econômica e social que marcou o final do governo de Epiácio. Os militares viram na cisão das oligarquias uma oportunidade para contestá-las. Segundo Edgar Carone, em *A República Velha: evolução política*, “uma grande parte da oficialidade velha continua a pensar no Exército como um instrumento de pressão para suas ambições pessoais, de ocupar lugares na cúpula governativa; mas, a partir da revolta dos sargentos (1915), uma geração militar nova retoma, com maior profundidade, as críticas ao sistema político vigente, e não vai mais se contentar com a atitude dúbia existente, o que leva fatalmente aos movimentos revolucionários dos anos 1920”.

Embora a figura de Hermes da Fonseca não pudesse ser claramente identificada com os anseios de renovação, o marechal foi alvo de homenagens e, ainda em maio de 1921, escolhido para a presidência do Clube Militar. E foi com o objetivo de incompatibilizar a candidatura de Bernardes com a oficialidade — viabilizando talvez a candidatura de um militar, no caso o próprio Hermes — que estourou o escândalo das “cartas falsas”.

Forjadas por Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, as cartas estavam em oferta desde o início do segundo semestre de 1921, e os falsificadores já haviam tentado vendê-las ao próprio Bernardes, tendo sido repelidos. No dia 9 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* estampou em *fac-simile* uma delas, datada de 3 de junho e supostamente dirigida por Bernardes a Raul Soares. Depois de se referir a Hermes como “esse sargento sem compostura”, e ao banquete em que sua candidatura à presidência fora lançada por numerosos oficiais como uma “orgia”, a carta dizia dos militares: “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”. E prosseguia: “Veja se o Epiácio mostra sua

apregoadada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões”. No dia seguinte, mais uma carta, chamando Nilo Peçanha de “moleque capaz de tudo” e confessando a apropriação de dinheiros públicos de Minas Gerais, foi publicada no mesmo jornal.

Estupefato com a publicação das cartas, Bernardes negou veementemente a autoria. Nos dias seguintes, o Clube Militar se reuniu e declarou falsa a primeira carta, que dizia respeito à corporação. O próprio Hermes da Fonseca manifestou essa opinião. Mas a campanha eleitoral tornou-se extremamente tensa e a insubordinação instalou-se nos quartéis. Oficiais, principalmente jovens — chamados de modo geral de “tenentes” —, pregavam abertamente a conspiração, caso Bernardes fosse eleito, e ameaças de golpe pairavam no ar em todos os estados.

As primeiras repercussões das “cartas falsas” junto ao público traduziram-se num incidente grave: no dia 15 de outubro, quando chegou ao Rio de Janeiro para iniciar sua campanha, Bernardes recebeu uma vaia estrepitosa da multidão que ocupou a avenida Rio Branco, por onde passou seu cortejo, cercado de medidas de segurança. Excetuando-se o marechal Hermes nas eleições de 1910, nenhum candidato foi tão maltratado e ridicularizado quanto Bernardes, o “seu Mé” das canções populares da época.

O debate sobre as cartas prosseguiu, por seu turno, levando os militares mais radicais a pressionar no sentido de que o Clube Militar tomasse uma atitude. Apesar das seguidas advertências do governo, moções sobre o caso continuaram a ser apresentadas nas sessões do clube, até que, a despeito da oposição de Hermes, formou-se uma comissão para o exame pericial dos documentos, sob a presidência do general Agostinho Gomes de Castro. O Clube Militar e Bernardes nomearam seus peritos. Devido às pressões internas contra o candidato situacionista, o general Gomes de Castro pediu demissão de sua função em 19 de dezembro de 1921. No dia 23, renunciaram a seus cargos na diretoria do clube dois outros oficiais. Um dia depois foi a vez dos peritos de Bernardes, que tiveram negado seu pedido de prorrogação do prazo para a apresentação dos laudos.

Finalmente, no dia 28 de dezembro, o almirante Américo Brasília Silvado expôs o trabalho

da comissão, e o general Bonifácio da Costa leu o laudo, que concluía pela autenticidade da primeira carta. Propôs entretanto que, “não se chegando a um resultado concludente”, fosse o caso encerrado em definitivo, “entregando-se o mesmo ao julgamento da Nação”.

Com isso, a campanha eleitoral tornou-se ainda mais tumultuada e conflituosa. As máquinas dos partidos republicanos, todavia, funcionaram a contento no pleito de março de 1922, fazendo ver desde o início a vitória de Bernardes. Pouco depois das eleições, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães confessaram a autoria das “cartas falsas”, mas o problema já não era esse, e sim o da deposição do governo, almejada pela oposição civil-militar derrotada nas urnas.

Os resultados não foram, de fato, acatados pela oposição. No começo de abril, depois de anunciar a necessidade de verificação dos votos por um tribunal de honra, Nilo Peçanha obteve a adesão do Clube Militar e de Borges de Medeiros. A resposta de Bernardes foi no sentido de que a idéia não fosse “proposta, discutida e decidida senão no seio do Congresso, nunca entre os organizadores da convenção de 8 de junho [de 1921]”. O Congresso, por seu lado, manifestou-se contrário a qualquer interferência externa. O trabalho de apuração foi encerrado em 7 de junho, com o reconhecimento da vitória de Bernardes, que recebeu pouco mais de 1,5 milhão de votos, contra cerca de setecentos mil dados a Nilo Peçanha.

Nesse ínterim, uma série de acontecimentos tornou ainda mais delicada a situação. Em abril, a agitação cresceu com a deposição do presidente do Maranhão, Raul Machado, realizada pela polícia militar, por ordem do presidente do Congresso estadual — e com a conivência das autoridades militares da região. No dia 28 do mesmo mês desencadeou-se com tumultos em Niterói um movimento rebelde na Marinha. No dia 19 de maio, o presidente Eptácio reuniu no palácio do Catete vários ministros e líderes políticos para sugerir que Bernardes desistisse de tomar posse — “não se aguentará 24 horas no Catete” — e entrasse em acordo com os oposicionistas. O presidente de Minas negou-se a aceitar a sugestão, afirmando ter sido eleito “no mais disputado e livre dos pleitos presidenciais”, no que foi imediatamente secundado por Washington Luís.

No dia 7 de maio, a morte repentina do vice-presidente eleito com Bernardes, o político maranhense Urbano Santos, provocou nova ofensiva de Nilo Peçanha e da Reação Republicana, que reivindicaram junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) o

reconhecimento de J. J. Seabra para ocupar o posto. Com a decisão do STF, o Congresso ordenou que se convocassem novas eleições, as quais só se realizariam em agosto, dando a vitória a Estácio Coimbra, de Pernambuco.

Ainda no fim de maio, quando da sucessão estadual em Pernambuco, eclodiu um grave conflito envolvendo os grupos bernardista de Estácio Coimbra e nilista de Francisco de Assis da Rosa e Silva. Os combates tomaram as ruas de Recife e o líder sindical Joaquim Pimenta articulou uma greve geral em apoio aos nilistas. A situação agravou-se quando Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante da guarnição militar de Recife afirmando que o Exército não deveria intervir, para não ser “algoz do povo pernambucano”. Epitácio mandou prender o marechal Hermes por algumas horas e, baseado numa lei sua que proibia “associações nocivas à sociedade”, lei cujo objetivo era a repressão ao anarquismo, mas que abrangia também o lenocínio, fechou o Clube Militar por seis meses.

A resposta militar veio dias depois, partida sobretudo dos jovens oficiais. Na madrugada do dia 5 de julho de 1922, após uma série de preparativos, eclodiu a rebelião, com a adesão da guarnição sediada em Campo Grande, então no estado de Mato Grosso, e de guarnições de Niterói e do Rio de Janeiro, especialmente, nesta última cidade, a do forte de Copacabana, que caiu na manhã do dia 6, no episódio que ficou conhecido como os 18 do Forte. Epitácio pediu imediatamente o estado de sítio, aprovado pelo Congresso no próprio dia 5 de julho por 30 dias e, findo este prazo, prorrogado até 31 de dezembro. Ainda no Parlamento, recomeçou a discussão da Lei de Imprensa proposta pelo senador Adolfo Gordo, que viria a ser aprovada já no governo de Bernardes, em 1923.

NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Bernardes, o primeiro presidente a tomar posse (15 de novembro de 1922) na vigência do estado de sítio, foi para o governo, segundo Francisco de Assis Barbosa (em Jânio Quadros et alii, *História do povo brasileiro*, v. 5) “com a aura de um predestinado, empenhado em realizar uma grande obra de governo, por isso mesmo perplexo diante da violenta campanha de que fora alvo”. Embora declarasse que “o presidente esquecerá as injúrias feitas ao candidato”, chegou ao palácio do Catete “cheio de ressentimentos” após transmitir o governo de Minas a seu amigo, o correligionário Raul Soares, que viria a falecer em 1924.

Para o ministério, convocou João Luís Alves (Interior), José Félix Pacheco (Exterior), Rafael Sampaio Vidal (Fazenda), Francisco Sá (Viação), Miguel Calmon (Agricultura), o general Fernando Setembrino de Carvalho (Guerra) e o almirante Alexandrino de Alencar (Marinha). A chefia de polícia do Distrito Federal não foi entregue a um bacharel, como era de regra, mas ao general Manuel Carneiro da Fontoura, que estava habituado aos métodos repressivos mais radicais e, no final do quadriênio, acabaria sendo demitido por corrupção.

As medidas discricionárias do período anterior foram mantidas: a violência era encarada pelos grupos políticos dominantes como remédio adequado para os atos revolucionários dos “tenentes” e para a agitação dos setores urbanos, não só das camadas médias, mas também do operariado. Ao mesmo tempo, Bernardes obstinou-se desde o início na desforra contra todos quantos, velada ou ostensivamente, tivessem procurado embaraçar sua marcha para o Catete. Identificando as diferentes formas de oposição que convergiam no período, aproveitava incidentes locais para garantir o domínio sobre os focos de resistência.

O primeiro a ser atingido foi Eptácio Pessoa. Além de determinar a paralisação das grandes obras do Nordeste iniciadas por seu antecessor, Bernardes apresentou o balanço econômico-financeiro do governo de Eptácio como catastrófico. Chegou depois a vez de Nilo Peçanha, em seu próprio reduto político, o estado do Rio de Janeiro. Nas eleições estaduais realizadas em julho de 1922, ambos os candidatos, o nilista Raul Fernandes e o bernardista Feliciano Sodré, se declararam vencedores. Em dezembro, com as eleições para deputados estaduais, formou-se uma dualidade de assembleias. Raul Fernandes impetrou *habeas-corpus* no STF para assumir o governo. Deferido o pedido, Bernardes mandou tropas federais para assegurar a posse de Fernandes, sabendo que isso desencadearia o confronto tumultuado entre as duas facções. E assim aconteceu, permitindo-lhe decretar a intervenção federal no estado. O interventor, Aurelino Leal, anulou as eleições para presidente estadual e, quando estas foram novamente realizadas, o eleito foi Feliciano Sodré.

No Rio Grande do Sul, a oposição local, havia muitos anos afastada das eleições, voltou à cena contra a candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato na presidência do estado. Lançou a candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, convencida de que obteria o apoio de Bernardes, o qual, entretanto, manteve uma atitude discreta. O pleito, apesar dos graves incidentes que pontilharam a campanha, realizou-se sem maiores

problemas em novembro de 1922. Em dezembro, o governo e a oposição estaduais publicaram resultados eleitorais diferentes. Em janeiro, a Comissão de Constituição e Poderes do Congresso Estadual proclamou a vitória de Borges de Medeiros. No dia da posse deste, 25 de janeiro de 1923, eclodiu a guerra civil.

Bernardes enviou emissários em maio e junho para tentar a pacificação, mas sua condição básica — a renúncia de Borges de Medeiros — não foi aceita pelo chefe do PRR. Com o desenrolar dos combates entre julho e outubro, a situação militar foi-se mostrando desfavorável aos rebeldes. Nesse último mês, viajou para o Rio Grande do Sul o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, que levava uma proposta de paz. De outubro a dezembro, sem que chegasse a haver cessação dos combates, as partes discutiram a proposta, até que se concluiu o Pacto de Pedras Altas, estabelecendo, entre outros itens, a reforma da Constituição do estado no sentido de proibir a reeleição do presidente para o período seguinte.

Segundo Josué Montelo, em *A coroa de areia*, ao invés “de acudir à nação... o presidente da República intervinha nos estados, sufocava as manifestações que lhe eram contrárias, perseguia, demitia, prendia, nas exacerbações de seu poder despótico, comprazendo-se em falsificar ainda mais a falsificação das urnas, nos pleitos políticos, com a alteração das vitórias em derrotas, nos expurgos das comissões de Reconhecimento, na Câmara dos Deputados”. Em janeiro de 1923 começaram a ser tomadas medidas contra os oficiais rebeldes. O julgamento dos implicados na rebelião de julho do ano anterior terminou em dezembro, sendo pronunciados 50 oficiais, dos quais 22 já se encontravam presos, 17 se apresentaram após a sentença e 11 permaneceram na clandestinidade, sendo considerados desertores. A anistia, que todos esperavam, não foi concedida por Bernardes.

Outra medida de cunho repressivo adotada no início do governo de Bernardes foi a Lei de Imprensa, denominada “Lei Infame”, assinada em novembro de 1923 após permanecer dois anos em discussão no Congresso. Bernardes conseguiu o apoio decisivo da bancada gaúcha mediante a promessa de que o estado de sítio não seria renovado quando expirasse seu prazo, no fim do ano. Dispondo das armas legais contra os crimes de injúria e de calúnia, o governo pôde controlar os meios de informação.

Entrementes, novas questões estaduais surgiram. Na Bahia, os resultados das eleições de fevereiro de 1923 para deputados e senadores estaduais foram interpretados de maneiras

divergentes pela situação, ligada à Reação Republicana, e pela oposição, bernardista. Instalaram-se duas assembleias, e funcionários do governo federal compareceram ostensivamente à posse dos oposicionistas. Em janeiro de 1924 realizaram-se eleições para o governo do estado. Mais uma vez, os dois lados se declararam vencedores. Arlindo Leoni, o candidato apoiado por J. J. Seabra, impetrou *habeas-corpus* no STF para se empossar, enquanto a assembleia oposicionista pedia a intervenção federal. Com base nesse pedido, Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia por 30 dias (março de 1924), e o comandante da região militar empossou o bernardista Francisco de Góis Calmon.

A derrota de J. J. Seabra e a morte de Nilo Peçanha, no mesmo mês de março de 1924, deixaram o nilismo e a Reação Republicana em estado agônico. O tiro de misericórdia foi dado por Bernardes no então Distrito Federal, por ocasião das eleições para senador. Irineu Machado, político que estivera diretamente envolvido no caso das “cartas falsas”, derrotara por larga margem seu oponente bernardista, José Mendes Tavares. Tão grande era a diferença que a deturpação dos resultados se tornara impraticável. A solução encontrada por Bernardes foi, em abril de 1924, fazer validar os resultados das seções em que Mendes Tavares vencera, anulando os de todas as demais seções, ou seja, daquelas em que a maioria coubera a Irineu Machado.

Foi nesse contexto que eclodiu a Revolução de 1924 em São Paulo, marcando o reinício do ciclo tenentista, com seu impreciso programa que incluía a liberdade de imprensa, o voto secreto, a superação das velhas oligarquias políticas, e um vago nacionalismo. As articulações entre militares e civis haviam começado no primeiro semestre de 1923, quando Nilo Peçanha e o general Isidoro Dias Lopes se reuniram para elaborar um plano comum. Nos últimos meses de 1923, os irmãos Joaquim e Juarez Távora entraram em contato com oficiais sediados no Sul. Em dezembro, não teve êxito o plano de prender o general Setembrino de Carvalho no Paraná. Em março de 1924, a morte de Nilo desanimou os oposicionistas. Devido à indecisão de militares sediados em São Paulo, local escolhido para a rebelião, de onde os revoltosos pretendiam marchar para ocupar a capital federal, o levante foi mais uma vez adiado.

Com um efetivo aproximado de mil homens do Exército e da Força Pública, os revolucionários, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, iniciaram na madrugada de 5 de julho a tomada da cidade de São Paulo. Bernardes restabeleceu imediatamente o estado de

sítio, por 60 dias. No dia 8, o presidente do estado, Carlos de Campos, abandonou a capital, acompanhado no dia seguinte pelas forças militares legalistas. No dia 11, Bernardes ordenou à artilharia que bombardeasse diversos bairros da cidade, alegando que os revolucionários seriam capazes de resistir em suas posições defensivas por longo tempo. Começou o êxodo da população paulistana, que chegou a atingir grandes proporções. Em 17 de julho o general Isidoro enviou ao general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM) preso pelos revolucionários, uma carta contendo os itens básicos para a pacificação — em primeiro lugar, a deposição de Bernardes. Aos pedidos de cessação dos bombardeios feitos pelos revolucionários, o presidente da República respondeu com a ameaça de seu recrudescimento, orientando a população a abandonar a cidade. No dia 22, começou o bombardeio aéreo de São Paulo. Os “tenentes” ainda tentaram uma última fórmula de conciliação, pedindo anistia ampla para os participantes dos movimentos de 1922 e 1924. Fracassando igualmente nessa tentativa, abandonaram a cidade em 27 de julho.

A diversificação de focos de conflito no interior do estado e a ação da Coluna da Morte, destacamento móvel do tenente João Cabanas, permitiram a fuga dos “tenentes” para Bauru. A Coluna Paulista, como era conhecida, saiu da capital com quase seis mil homens, militares e civis. Acossada constantemente pela fome, chegou às barrancas do rio Paraná e, em meados de agosto, atacou a cidade de Três Lagoas (MS), então no estado de Mato Grosso. Derrotada, refluíu para o estado do Paraná, conquistando Guaíra e, em seguida, Foz do Iguaçu e Catanduvas. Nessa zona inóspita e de fácil defesa, os revolucionários permaneceriam de outubro de 1924 a março de 1925.

A revolução de São Paulo deveria ser acompanhada por rebeliões em outros pontos do país. Dificuldades de comunicação e organização precária, entre outros fatores, impossibilitaram os “tenentes” de se articular melhor, impedindo que as diversas rebeliões estaduais eclodissem sincronicamente. Entre julho e outubro de 1924 houve rebeliões nos estados de Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul. Por outro lado, em setembro, o estado de sítio foi prorrogado até 31 de dezembro, passando a abranger, além do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, os demais estados conflagrados. Daí em diante, seria sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 1926.

Dentro desse quadro, ainda em outubro de 1924 fracassou na Marinha a conspiração

liderada pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães. No mês seguinte, o tenente Herculino Cascardo chefiou uma sublevação no encouraçado *São Paulo*, que travou combates com forças legalistas e acabou indo do Rio para Montevideú, onde 50 marinheiros e sete oficiais se exilaram. Nesse ínterim, no dia 28 de outubro, a revolta eclodiu em várias guarnições da região das Missões, no Rio Grande do Sul, entre as quais o Batalhão de Engenharia de Santo Ângelo, sublevado pelo capitão Luís Carlos Prestes. Aderiram ao levante forças irregulares de diversos caudilhos oposicionistas. Em fins de dezembro, conseguindo furar o bloqueio que lhe haviam imposto, Prestes, já no comando dos revoltosos gaúchos, avançou para o norte em busca da Coluna Paulista.

Da junção das tropas rebeldes gaúcha e paulista, em abril de 1925, surgiu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Comandada pelo major Miguel Costa, tinha Prestes na chefia e Juarez Távora na subchefia do estado-maior, e, à frente de seus quatro destacamentos, os tenentes Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Antônio de Siqueira Campos e Djalma Dutra. De Mato Grosso, passando por Goiás, a Coluna dirigiu-se para o Nordeste, atingindo o Maranhão em novembro de 1925. Nessa região, percorrendo quase todos os seus estados, os revolucionários passaram quase um ano em confronto direto com forças de latifundiários, mas frequentemente enfrentando as forças do governo. Este não poupou recursos e meios para esmagar os “tenentes” rebelados, unindo geralmente no combate as tropas federais às polícias estaduais, aos jagunços subordinados às oligarquias e até mesmo ao cangaço.

Bernardes não compreendia as razões do tenentismo. Em junho de 1925 escreveu a um amigo: “Vim para o governo da República com o propósito inabalável de servir à nação e de assegurar-lhe a paz e promover-lhe o progresso, dentro da ordem e da lei; mas os políticos ambiciosos e os maus cidadãos não me têm deixado tempo para trabalhar, obrigando-me a consumi-lo quase todo em fazer política.” A repressão foi sistemática e abrangente. O governo não se voltou apenas para a destruição da Coluna. Em São Paulo, após a Revolução de 1924, cerca de dez mil pessoas foram presas de forma arbitrária. Nos estados, todos os que colaboraram com os “tenentes” foram submetidos a processos. Centenas de presos foram enviados para Clevelândia, no atual estado do Amapá, onde uma epidemia de tifo e as condições insalubres fizeram muitas vítimas. Célebre e temida ficou também a ilha de Trindade, para onde foram enviados muitos “tenentes”. No Rio, em 1925,

o comerciante Conrado Niemeyer morreu ao ser atirado do terceiro andar do prédio da Polícia Central.

Enquanto a Coluna Prestes combatia no interior, uma série de movimentos armados eclodiu nas cidades entre 1924 e 1927, sem vínculo orgânico com a marcha dos “tenentes”, mas com as mesmas motivações genéricas. Já com o objetivo explícito de apoiar a Coluna ocorreram, no início de 1926, as tentativas fracassadas dos tenentes Cleto Campelo, em Recife, e Augusto Maynard Gomes, em Aracaju. Diante do fracasso dessas sublevações, e sem maior apoio das populações nordestinas, a Coluna recuou. Entrara no Maranhão com novecentos homens, chegando à Bahia com 1.200; em novembro de 1926 entrou em Mato Grosso reduzida a seiscentos homens e praticamente sem armas e munições. Foi quando uma tentativa de maiores proporções, no Rio Grande do Sul, destinada a dividir as forças governamentais que a perseguiam, fracassou igualmente. No dia 3 de fevereiro de 1927, já no governo do presidente Washington Luís, a Coluna encerraria suas atividades internando-se na Bolívia, após ter percorrido, somando-se os trajetos de seus destacamentos, cerca de 25 mil quilômetros.

A reação do governo de Bernardes à intensa agitação social que marcou seu quadriênio consistiu, antes de mais nada, no emprego da repressão, tal como aconteceu em relação à agitação política. Prometera entretanto, na sua plataforma de candidato, cuidar da legislação trabalhista “dentro dos limites constitucionais”. E os primeiros passos mais significativos nesse sentido foram dados, de fato, a partir de 1923. Segundo Luís Werneck Viana, em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, “a classe operária não estava agora debaixo da influência exclusiva de suas lideranças constituídas. O Estado, pelos canais políticos e pela produção legal, dirige sua atenção sedutora para esse setor da sociedade, antes deixado à deriva, ao ‘livre jogo do mercado’ ”.

Em fevereiro de 1923, Bernardes promulgou um decreto do Congresso, que ficou conhecido como Lei Elói Chaves, determinando a instituição de caixas de pensões e aposentadorias — com contribuições dos empregados e, em menor proporção, das empresas — em cada uma das ferrovias existentes no país, estendendo-se a medida, em 1926, a outras espécies de empresas. Em abril de 1923, decretou a criação do Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo chamado a ocupar-se de questões como a jornada de trabalho, os sistemas de remuneração, contratos coletivos e acidentes de trabalho. A Lei

Elói Chaves e o Conselho Nacional do Trabalho constituíram o embrião do atual sistema de previdência social.

Foi igualmente em seu governo que se aprovou o regulamento de assistência e proteção aos menores delinquentes e abandonados (esboço do Código de Menores que seria sancionado em 1927), e se tomaram medidas para proibir o trabalho de menores de 12 anos. Em janeiro de 1925, o Congresso — sobre o qual Bernardes tinha completo domínio — criou o posto de curador especial de acidentes do trabalho, medida que foi o primeiro passo para a prestação de assistência médica gratuita às vítimas de acidentes do trabalho. No fim do mesmo ano, Bernardes sancionou a lei que obrigava os estabelecimentos comerciais, industriais e bancários a conceder a seus empregados, anualmente, 15 dias de férias pagas. “Na verdade”, como escreveu Francisco de Assis Barbosa, estas eram “medidas ainda muito precárias, sem maior fiscalização por parte das autoridades, frequentemente burladas pelos patrões, quando não permanentemente esquecidas pelas autoridades.”

A insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente. Segundo cálculos imprecisos, a inflação dobrou entre 1921 e 1923. Era causada pelas emissões maciças realizadas pelo governo no mesmo período, com o objetivo de contrarrestar a queda das exportações brasileiras de café. Contribuindo decisivamente para a desvalorização do câmbio, as emissões traduziam a aliança de Bernardes com os interesses que giravam em torno do café, sobretudo os do núcleo agrário-exportador paulista. Além do ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, também era paulista e vinculado a esses setores o presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga.

Em 1924 uma missão inglesa concluiu que era imperioso equilibrar o orçamento da República. Bernardes provocou então a demissão de Sampaio Vidal e de Cincinato Braga, convocando para substituí-los, em janeiro de 1925, respectivamente Aníbal Freire e James Darci. Aníbal Freire aplicou na pasta da Fazenda uma política deflacionária e de contenção dos gastos públicos. O governo, criando sério atrito com os interesses cafeeiros, fez com que o déficit se reduzisse, em 1925, a menos de 10% do montante atingido em 1923, embora não tenha alcançado o equilíbrio orçamentário. Ainda em 1925, as cotações da libra esterlina e do dólar foram 13% e 15% mais baixas, respectivamente, do que no início do governo, e o índice do custo de vida aumentou menos de 3% ao ano.

As outras substituições de ministros do governo de Bernardes ocorreram em fevereiro de

1925, quando Afonso Pena Júnior substituiu João Luís Alves (nomeado para o STF) na pasta do Interior, mantida assim em mãos mineiras, e em abril de 1926, quando o falecimento do almirante Alexandrino de Alencar levou à nomeação do contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz para o Ministério da Marinha.

Em junho de 1925 Bernardes encaminhou ao Congresso uma proposta de revisão da Constituição de 1891. Segundo Francisco de Assis Barbosa, “a reforma constitucional nem sequer disfarçara o verdadeiro objetivo, qual o de apertar as cravelhas do poder de polícia, sem atentar nos grandes problemas de fundo”. Com a modificação do artigo 6º, ampliava-se a competência do Executivo federal no tocante à intervenção nos estados, traduzindo-se assim em disposições constitucionais uma tendência que teve curso desde o início do quadriênio, com as interferências no estado do Rio, na Bahia e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, onde o acordo mediado pelo general Setembrino de Carvalho implicara a reforma da Constituição estadual.

A revisão constitucional, aprovada em 7 de setembro de 1926, também suprimiu a chamada “cauda orçamentária”, resultando de intermináveis emendas feitas pelos parlamentares ao projeto anual de orçamento da República, para atender aos mais diversos compromissos e interesses. Mas seu principal objetivo foi o fortalecimento do Poder Executivo: o *habeas-corpus* teve sua extensão limitada, o poder de veto parcial foi conferido ao presidente da República e criaram-se mecanismos para expulsar do país os estrangeiros considerados “indesejáveis”, ainda então com forte presença no movimento sindical brasileiro.

Em matéria de política internacional, o governo de Bernardes solucionou vários problemas de fixação de fronteiras com a então Guiana Inglesa (atual Guiana), com a Bolívia e com a Colômbia. Opôs-se, por outro lado, à proposta de desarmamento formulada na V Conferência Pan-Americana, realizada no Chile em 1923. Mas seu ato mais importante foi a retirada do Brasil da Liga das Nações, em 1926. Membro interino do conselho da Liga, o Brasil pretendia conquistar nele um lugar permanente, o que se tornou impossível dada a situação criada após a assinatura do Tratado de Locarno (outubro de 1925), que consagrou a política de conciliação das grandes potências com a Alemanha, defendida pela Inglaterra, sob a liderança de Austen Chamberlain. Os Estados Unidos haviam se afastado da Liga. Bernardes considerava que a entrada da Alemanha, com a exclusão do Brasil, significava que a Liga se recusava a reconhecer o direito de representação, em seu conselho, a “um

grande continente como a América”. Colocou a questão em termos de dignidade nacional. Quando o Brasil se retirou da organização, em 10 de junho de 1926, ficou sozinho, sem apoio sequer dos demais países latino-americanos.

A sucessão presidencial começou a ser tratada em maio de 1925, quando o líder da maioria na Câmara dos Deputados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, reiterou com o presidente de São Paulo, Carlos de Campos, o acordo feito em 1921, mediante o qual caberia a Washington Luís suceder a Bernardes.

Entretanto, Fernando de Melo Viana, que em 1924 substituíra Raul Soares na presidência de Minas Gerais e empolgara a direção do PRM, fez pouco depois uma série de declarações de cunho oposicionista, a favor inclusive da anistia aos revoltosos de 1922 e 1924, e sugeriu que poderia apoiar outro nome para o palácio do Catete, sem deixar claro se se tratava de seu próprio nome ou do ministro da Agricultura, Miguel Calmon.

O compromisso de Bernardes era o de compor a chapa de Washington Luís com Góis Calmon, governador da Bahia. Para contornar o problema criado por Melo Viana, porém, entregou a este a vice-presidência, mantendo intacto o mecanismo do “café-com-leite”. Washington Luís e Melo Viana foram eleitos sem concorrentes em março de 1926, e no dia 15 de novembro Bernardes passou o governo ao novo presidente da República.

Em janeiro de 1927 a comissão executiva do PRM decidiu indicá-lo para preencher a vaga de senador criada pela renúncia de Antônio Carlos, que assumira o governo do estado. Bernardes foi eleito para o Senado Federal em fevereiro de 1927, sem competidor, com pouco menos de 175 mil votos. Sua eleição foi contestada junto à Comissão de Poderes do Senado, e o reconhecimento de seu mandato só foi concedido no dia 25 de maio, quando, recém-chegado de Minas, ele foi tomar posse. As imediações do palácio Monroe, prédio do Senado, foram ocupadas por destacamentos de infantaria e cavalaria policial, para manter a distância a multidão que foi vaiar e insultar o ex-presidente. O senador Irineu Machado assomou a uma das janelas para felicitar o público por sua “reação cívica” e denunciar a fraude que teria sido cometida na eleição do “sicário de Viçosa”. Bernardes embarcou no dia seguinte para a Europa, onde residiu na casa de seu amigo Lineu de Paula Machado, em Paris, e percorreu diversos países. Regressou ao Brasil um ano e meio depois, em dezembro de 1928, e começou a participar dos trabalhos do Senado em maio do ano seguinte.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E O DECLÍNIO DO PRM

Foi no governo de Washington Luís que se produziu — sob o influxo dos conflitos entre a política oficial e as instituições, de um lado, e a situação real da sociedade e da economia, de outro — a cisão decisiva das oligarquias que dominaram a República desde sua fundação. A brecha por onde penetrou o movimento tenentista, não mais de forma isolada e “pura”, porém em aliança com setores oligárquicos que foram se convencendo da necessidade de superar o quadro político-institucional de 1891, foi aberta pelo próprio Washington Luís. Em 1927, ele conduziu à presidência de São Paulo o líder da maioria na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes, indício de que não seguiria o acordo do “café-com-leite,” para sua sucessão. Júlio Prestes deveria ser o próximo presidente da República por escolha imperativa de Washington Luís, para continuar sua política financeira e administrativa, em detrimento da candidatura que corresponderia à rotina do “café-com-leite”, a de Antônio Carlos, presidente de Minas.

Em 1929 Antônio Carlos, convencendo-se da impossibilidade de fazer Washington Luís desistir de sua escolha, aproximou-se da política do Rio Grande do Sul. Em junho, representantes dos governos mineiro e gaúcho firmaram um pacto secreto, comprometendo-se a repudiar a candidatura de Júlio Prestes e a apoiar uma candidatura gaúcha. O acordo se desdobrou, pouco depois, na formação da Aliança Liberal, reunindo os presidentes de Minas, Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas) e Paraíba (João Pessoa) em torno das candidaturas dos dois últimos para presidente e vice-presidente respectivamente. O programa da Aliança Liberal propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e perseguidos desde o 5 de julho de 1922, e ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto.

A Aliança Liberal não contou, porém, com a adesão integral dos mineiros, suscitando a primeira cisão grave no PRM. Nos últimos meses de 1929, Bernardes e mais dois outros chefes de grupos do partido — o vice-presidente da República Melo Viana e o ex-presidente Venceslau Brás — lançaram suas candidaturas à sucessão de Antônio Carlos. Este aproveitou-se da divisão para escolher seu próprio sucessor. Em outubro, apresentou aos três postulantes, como “fórmula de conciliação”, o nome de Olegário Maciel, que foi aceito por Bernardes e Venceslau Brás como *tertius*. Melo Viana, porém, recusou essa indicação e, diante da aprovação da candidatura de Olegário Maciel pela comissão

executiva do PRM, afastou-se do partido, aderindo abertamente à candidatura de Júlio Prestes e ingressando na organização que se constituía em Minas em oposição à Aliança Liberal, a Concentração Conservadora.

As eleições federais, bem como as estaduais mineiras, foram realizadas em 10 de março de 1930. Júlio Prestes foi o vencedor para a presidência da República. A Comissão de Poderes do Congresso Nacional, incumbida de dar parecer sobre as eleições parlamentares nos estados, decidiu reconhecer a vitória, nos diversos distritos de Minas, dos elementos fiéis à Concentração Conservadora, “degolando” 14 deputados federais ligados à Aliança Liberal. Com a vitória de Júlio Prestes e a convicção de que prevalecera a fraude eleitoral, ganhou alento a perspectiva de um movimento armado. As articulações nesse sentido iniciaram-se, em Minas, sob a liderança de bernardistas como Mário Brant, Afonso Pena Júnior, Artur Bernardes Filho, Djalma Pinheiro Chagas e Cristiano Machado. O principal elemento de ligação entre os “tenentes” e a política gaúcha, de um lado, e a política mineira, de outro, era o deputado estadual de Minas Virgílio de Melo Franco.

Os “tenentes” revelavam desconfianças. Na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos, como Epitácio Pessoa e o próprio Bernardes. Por seu turno, os políticos tradicionais na oposição a Washington Luís, de Getúlio Vargas a Antônio Carlos e João Pessoa, hesitavam em promover o assalto às instituições.

Em março e abril de 1930, Virgílio de Melo Franco e João Batista Luzardo, um dos dirigentes do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul, conseguiram o apoio de Antônio Carlos, Epitácio Pessoa e Bernardes — o mais resoluto dos três — para a preparação do movimento armado. Em junho, Antônio Carlos, que se mostrava cada vez mais hesitante, acusou Virgílio e seus companheiros de o estarem envolvendo, e a Minas Gerais, numa “aventura louca”. Propôs a Osvaldo Aranha, o chefe da atividade conspirativa no Rio Grande do Sul, um acordo entre os dois estados para a realização de uma campanha exclusivamente política. Seu próprio secretário do Interior, Francisco Campos, considerou que ele queria evitar o movimento.

Osvaldo Aranha respondeu energicamente: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência. Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas a Olegário Maciel, presidente estadual eleito, até então alheio às atividades dos conspiradores.

Sondando, Olegário Maciel pediu a opinião de Bernardes, que concordou em dar a Virgílio de Melo Franco uma carta endereçada ao futuro presidente de Minas: “não vejo saída digna de nós senão pela porta da revolução — única deixada aberta pelo inimigo”, escreveu. Depois do assassinato de João Pessoa em Recife, no dia 26 de julho, Olegário Maciel se declarou de acordo com o movimento armado, desde que ele ocorresse ainda sob o governo de Antônio Carlos, isto é, até 7 de setembro.

Osvaldo Aranha marcara a deflagração do movimento para 26 de agosto, mas, poucos dias antes, chegou à conclusão de que não havia preparação suficiente para que ele eclodisse antes da posse de Olegário Maciel. Numa situação marcada por desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou uma grande tensão. Antônio Carlos, dizendo-se autorizado por Olegário Maciel, comunicou-se com Getúlio Vargas para validar a hipótese de o movimento eclodir depois de 7 de setembro. Finalmente, foi marcada a data de 3 de outubro e, efetivamente, às 17 horas e 30 minutos desse dia, a revolução começou em Porto Alegre.

Bernardes, que aguardava a deflagração do movimento em Viçosa, estava nesse dia em Belo Horizonte, de onde assistiu ao desenrolar dos acontecimentos. Em 24 de outubro, o presidente Washington Luís foi deposto no Rio, ficando o poder entregue a uma junta governativa militar. As intenções da junta não eram claras. Seus integrantes se declararam dispostos a aceitar que Vargas, o chefe do movimento, assumisse a presidência de um colegiado de governo. Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder. Ele se tornou chefe do governo provisório em 3 de novembro, depois que a junta cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes, concentradas na fronteira do Paraná com São Paulo, prosseguirem seu avanço rumo à capital federal. Quando Olegário Maciel foi consultado pela junta a esse respeito, em 25 de outubro, Bernardes influiu no sentido de que a resposta fosse inteiramente favorável às pretensões de Vargas.

A situação em Minas, depois da revolução, caracterizou-se pelo confronto entre dois blocos de forças, ambos de extração oligárquica. De um lado, situavam-se as forças aglutinadas no PRM e lideradas por Bernardes, que continuava detendo grande influência política. De outro, as forças alojadas no governo do estado, cujo chefe, Olegário Maciel, caminhava para os 80 anos de idade e não tinha condições de controlar efetivamente a marcha dos acontecimentos.

O poder político de Bernardes em Minas constituía uma ameaça para os líderes tenentistas que ascenderam com a revolução. Com o apoio de Olegário Maciel, iniciou-se então uma campanha antibernardista, que atingiu o PRM. Ainda em novembro de 1930, Olegário exonerou três secretários estaduais ligados a Bernardes — José Carneiro de Resende, Alaor Prata e Cristiano Machado —, substituídos por Cincinato Noronha Guarani, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. A campanha contra o PRM obteve ainda o apoio de Francisco Campos, que fora indicado por Olegário Maciel e pelo próprio Bernardes para ministro da Educação de Vargas.

Em fevereiro de 1931, visando a combater o bernardismo e o PRM, Capanema, Lanari e Francisco Campos criaram a Legião de Outubro, em princípio uma organização tenentista destinada a propagar os ideais da Revolução de 1930, mas que cedo revelou seu caráter fascistizante. Pouco depois, Bernardes foi convidado por Vargas a assumir a embaixada brasileira em Paris. Compreendendo até que ponto sua própria figura política estava sendo visada e temendo ver desmontada a máquina do PRM, Bernardes recusou o convite. Passou a reunir seus correligionários de todo o estado que não tinham querido aderir à Legião, marcando para 1º de maio uma reunião do partido.

No dia 21 de abril, Francisco Campos organizou um desfile da Legião em Belo Horizonte. Os legionários, constituindo uma milícia uniformizada, acorreram de quase todos os municípios do estado. A organização passou então a denominar-se Legião Liberal Mineira, e conseguiu arregimentar um grande contingente de perremistas, chegando a incorporar 80% dos diretórios municipais do partido, cujos chefes locais não desejavam ter no governo do estado um adversário.

O PRM começou a sofrer um rápido esvaziamento. Muitos, entretanto — como Mário Brant, Djalma Pinheiro Chagas, Ovídio de Andrade, Daniel de Carvalho, Afrânio de Melo Franco (ministro do Exterior de Vargas) e seu filho Virgílio —, não aceitaram a Legião, continuando unidos em torno de Bernardes. Apesar das declarações de Olegário Maciel às vésperas da reunião do PRM, no sentido de que este tinha sido “absorvido pela Legião”, o encontro se realizou e escolheu uma nova direção.

Em 15 de agosto de 1931 iniciou-se, em Belo Horizonte, uma convenção do PRM num clima de grande agitação. Bernardes chegou do Rio, com muitos correligionários, para participar da reunião. Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, articulava um golpe

militar para coincidir com a convenção. Seu objetivo era derrubar Olegário Maciel e colocar Virgílio de Melo Franco à frente do governo mineiro. No dia 18, a tentativa foi desfechada pelo comandante do 12º Regimento de Infantaria, coronel Júlio Pacheco de Assis, que recebera por telefonema interurbano instruções de Osvaldo Aranha para assumir o poder, que se encontraria acéfalo, em virtude do tumulto reinante na capital mineira. Comunicando a notícia ao próprio Olegário, por telefone, o coronel foi dissuadido pela ameaça de resistência do presidente do estado e de seu secretário do Interior, Capanema, que contavam com o respaldo da Força Pública. Osvaldo Aranha recuou e deu a contra-ordem. Bernardes e outros integrantes do PRM foram detidos. Horas depois, vinha do Rio a notícia de que tudo não passara de uma confusão. O governo federal acabou por definir o 18 de agosto como um “lamentável equívoco”, sem maiores explicações. Com isso, o maior acusado foi o PRM, na figura de Bernardes. O partido entrou em desagregação.

No final de 1931 as forças antagonistas começaram a negociar um acordo, por inspiração de Getúlio e com a intermediação de Capanema. A idéia era fundir num só partido a Legião de Outubro e o PRM, para constituir a base de apoio dos governos estadual e federal. Em fevereiro de 1932 essa aliança ficou conhecida como Acordo Mineiro e se traduziu na criação do Partido Social Nacionalista (PSN), com Bernardes, Virgílio de Melo Franco, Venceslau Brás e Antônio Carlos na comissão diretora. Em cumprimento aos termos do acordo, o governo de Minas foi em seguida recomposto, tendo Olegário Maciel cedido ao “antigo PRM” duas secretarias estaduais, comprometendo-se também a manter intactas as situações municipais. Por outro lado, Olegário obteve de Vargas a nomeação de Francisco Campos para a pasta da Justiça.

Daí até a eclosão da Revolução Constitucionalista de julho de 1932, a política mineira oscilou entre a defesa do governo provisório e o apoio à causa paulista. O primeiro efeito das divergências foi a dissolução do PSN em maio de 1932, dois meses após sua criação. Bernardes nunca ocultara sua opção constitucionalista. Maltratado pela política dominante em Minas Gerais e no palácio do Catete depois de outubro de 1930, tudo o impelia a apoiar o movimento que conduziu à revolução de 9 de julho de 1932 em São Paulo. Manteve contatos com alguns de seus líderes, como o coronel Euclides de Figueiredo, Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros. Depois de sua eclosão, tentou sublevar a Força Pública mineira, a exemplo do que fazia Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. No dia 8 de

agosto, lançou um manifesto à nação em que dizia: “Quanto a mim, fico com São Paulo, porque para lá se transportou hoje a alma cívica do Brasil.”

A Revolução Constitucionalista seria esmagada, após violentos combates, no dia 2 de outubro de 1932. Em 23 de setembro, Bernardes foi preso em Araponga, município próximo de Viçosa, sem ter conseguido animar um levante em Minas, e embarcado num trem da estrada de ferro Leopoldina para o Rio. Temendo que fosse vítima de um atentado, os responsáveis por sua custódia na capital federal fizeram-no desembarcar no subúrbio de Vigário Geral, de onde foi para a ilha das Cobras e em seguida para a ilha do Rijo, ambas na baía de Guanabara. Na ilha do Rijo prestou depoimento, confirmando que pretendia, sem sucesso, promover um movimento armado de apoio a São Paulo em seu estado, e assumindo toda a responsabilidade pela tentativa. Seus filhos homens também haviam sido presos, assim como outros parentes. Foi transferido em 1º de novembro para o forte do Vigia, no bairro carioca do Leme, a fim de aguardar o embarque para o exílio, destino de muitos outros líderes presos.

Em 3 de dezembro, véspera de seu embarque, o governo publicou um decreto cassando por três anos os direitos políticos dos envolvidos na Revolução Constitucionalista. O embarque, no dia seguinte, foi novamente cercado de precauções. Bernardes tomou uma lancha no cais da Polícia Marítima para chegar até o navio *Astúrias*. Sua esposa e suas filhas, que embarcaram normalmente no cais Pharoux, foram agredidas e insultadas por partidários exaltados dos “tenentes”. Pouco antes da partida do *Astúrias*, quando no cais acenava para seus pais e irmãs, Artur Bernardes Filho foi vítima de um atentado, sofrendo ferimentos a bala. Bernardes chegou a Lisboa em fins de dezembro de 1932, para um exílio que duraria ano e meio. A Revolução Constitucionalista fora derrotada, mas não seu objetivo proclamado: as eleições para uma assembleia nacional constituinte marcadas por Getúlio foram confirmadas para 3 de maio de 1933.

Em Minas, o PRM, apesar dos desfalques provocados pelas cassações de direitos políticos, foi o primeiro a se articular para o pleito. Em fevereiro de 1933, registrou-se no Tribunal Regional Eleitoral e elegeu uma nova comissão executiva. Bernardes foi proclamado seu presidente de honra. Seus seguidores enviaram-lhe — bem como aos outros líderes ausentes — um telegrama de felicitações, reafirmando a ligação do partido com sua antiga chefia. O prestígio de Bernardes era incontestável, a despeito do exílio e da ascensão de

novos líderes na política mineira.

Nas eleições, o PRM ressurgiu com apenas seis deputados constituintes, numa bancada de 37. Os outros foram eleitos pelo Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, criado por inspiração do governo, a exemplo do que ocorreu nos demais estados, para representar “os objetivos doutrinários da Revolução de 1930”. Antônio Carlos, um dos organizadores do PP, foi também seu presidente de 1933 a 1937.

Com a morte de Olegário Maciel, ocorrida em setembro de 1933, desencadeou-se em Minas uma crise sucessória. Esperando a palavra final de Vargas, os diversos grupos se reuniram, surgindo dois candidatos mais evidentes a interventor: Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco. Diante da impossibilidade de um acordo entre os dois, Vargas aproveitou a oportunidade para escolher um nome não subordinado aos dois grandes blocos em conflito: o do deputado do PP Benedito Valadares, até então pouco mais que obscuro. Em 12 de dezembro, um decreto presidencial designou Valadares interventor em Minas. A surpresa foi geral, resultando no rompimento de Capanema e Virgílio com Vargas. Por sua vez, os ministros do Exterior, Afrânio de Melo Franco, e da Fazenda, Osvaldo Aranha, pediram demissão. Capanema e Aranha, no entanto, se recomporiam com Vargas, recebendo o primeiro a pasta da Educação e reconsiderando o segundo seu pedido de demissão.

Em 28 de maio de 1934 Vargas decretou a anistia para os revolucionários de 1932. A Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933, encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934, convocando eleições dentro de 90 dias para a legislatura federal ordinária. No dia seguinte, elegeu Vargas para a presidência da República. Nessa eleição indireta, Bernardes recebeu um voto.

Com a anistia, Bernardes e seus correligionários exilados tornaram-se elegíveis. Normalizado o quadro institucional, o ex-presidente regressou ao Brasil, desembarcando no Rio em 12 de agosto. No dia 21 chegou a Belo Horizonte acompanhado de grande comitiva. Até mesmo o jornal *Estado de Minas*, órgão oficial do PP, ligado a Benedito Valadares, noticiou as calorosas manifestações que cercaram seu retorno.

O PRM obteve em 14 de outubro uma votação bem mais expressiva do que em maio do ano anterior, elegendo 14 deputados estaduais, contra 34 do PP. Para a Câmara dos Deputados, o partido apresentou uma lista com 38 candidatos, dos quais 11 foram eleitos. Bernardes foi

eleito em ambos os pleitos, renunciando ao mandato de deputado estadual para assumir o de deputado federal.

A primeira sessão legislativa ordinária do Congresso após a Revolução de 1930 começou no dia 3 de maio de 1935. O PRM integrava, na Câmara, a minoria parlamentar, que também ganhou o nome de Oposições Coligadas. Nessa oposição destacava-se Bernardes, que desde setembro de 1934 se havia articulado com os demais líderes oposicionistas regionais — entre os quais Borges de Medeiros, Cincinato Braga, José Sampaio Correia e Otávio Mangabeira — visando à formação de um partido nacional, e que fora contrário à Lei de Segurança Nacional aprovada em abril de 1935. Entretanto, quando Vargas pediu a decretação do estado de sítio por 60 dias, após a tentativa insurrecional comunista de novembro de 1935, Bernardes foi uma das vozes isoladas da oposição que apoiaram integralmente a medida, sem as restrições contrapostas por seus colegas de bancada. Foi também favorável à sugestão de adoção da pena de morte, feita pelo deputado Adalberto Correia, que acabou não se concretizando. Em dezembro, o estado de sítio se transformou em estado de guerra, prorrogado sucessivamente ao longo de 1936, já então com a oposição de Bernardes, e novos dispositivos repressivos foram incorporados à Lei de Segurança Nacional.

Nas eleições municipais mineiras de 1936, o PRM elegeu vários vereadores e alguns prefeitos. O governador Benedito Valadares, que foi acusado de utilizar violência policial contra os candidatos perremistas, tinha contudo interesse em chegar a um acordo com o partido, ideia à qual, em princípio, se opunha Bernardes. Valadares procurou Djalma Pinheiro Chagas, que se encarregou de realizar gestões junto a seus correligionários e, finalmente, transmitiu ao governador a conclusão das negociações: o candidato mais indicado à sucessão presidencial em 1938 era Antônio Carlos, presidente da Câmara dos Deputados. Valadares, que desejava o fim do “carlismo” em Minas, preferiu então negociar com Francisco Campos, Virgílio de Melo Franco e outras lideranças não ligadas a Antônio Carlos. Manteve no Rio dois encontros com Bernardes, que protelou sua decisão a respeito do acordo. José Antônio Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, teria induzido Bernardes a evitar a conciliação, ao compreender que a intenção de Valadares era destruir politicamente o presidente da Câmara, seu candidato pessoal à sucessão de Vargas.

Em abril de 1936 foi eleito o novo diretório do PRM, tendo Bernardes como presidente. Por

outro lado, no início de setembro, Valadares presidiu uma reunião do PP de que resultou a substituição de Antônio Carlos na presidência do partido. Dias antes, Antônio Carlos renunciara à presidência da Câmara devido às pressões de Valadares, mas sua renúncia não fora aceita. As articulações de Valadares prosseguiram, resultando finalmente num acordo com parte do PRM, que sofreu uma cisão. Fiéis a Bernardes permaneceram, entre outros, Daniel de Carvalho, Ovídio de Andrade e Artur Bernardes Filho. Entre os dissidentes que concordaram com Valadares figuravam os deputados federais Cristiano Machado, José Francisco Bias Fortes e Djalma Pinheiro Chagas. Dos 14 deputados estaduais, dez — entre os quais Afrânio de Melo Franco e Paulo Pinheiro Chagas — aderiram ao acordo. A maioria da comissão executiva do partido também foi favorável à conciliação. Bernardes acusou seus ex-correligionários de “desertores” e “adesistas”.

Em 1937, na Câmara, Bernardes voltou a bater na tecla do nacionalismo, opondo-se à revisão do contrato da Itabira Iron Ore, conforme projeto apresentado ao Parlamento. “Em vez de darmos a concessão”, disse em discurso pronunciado na sessão de 18 de julho, “abramos nós mesmos saída ao nosso minério para os mercados, aparelhando a Vitória-Minas, os cais e as companhias nacionais de navegação. Os navios brasileiros nos trarão de retorno o carvão necessário ao nosso consumo, inclusive para o fabrico do ferro e do aço.” Cinco anos mais tarde, em plena ditadura do Estado Novo, seria criada, em moldes bastante assemelhados aos propostos por Bernardes, a Companhia Vale do Rio Doce.

Mas o ano de 1937 foi dominado pelo problema da sucessão de Getúlio. O país vivia num clima de tensão crescente. No primeiro semestre de 1936, o governo havia prendido senadores e deputados federais, sob a acusação de terem participado do levante comunista. Apesar da resistência da minoria, o Congresso dera licença para processar os parlamentares presos (julho de 1936). Em setembro de 1936 aprovava a criação do Tribunal de Segurança Nacional, um tribunal de exceção.

Em fins de 1936, afastadas as hipotéticas candidaturas de Antônio Carlos e Osvaldo Aranha, cresceu o apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, à presidência da República. No dia 29 de dezembro, Armando Sales demitiu-se do governo do estado para poder concorrer às eleições, que deveriam se realizar em janeiro de 1938. Em fevereiro de 1937 assumiu a presidência do Partido Constitucionalista de São Paulo, oficializando sua candidatura.

Getúlio reagiu promovendo o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida, articulada por Benedito Valadares a partir de abril de 1937. Derrotado por Pedro Aleixo para a presidência da Câmara dos Deputados no dia 3 de maio, Antônio Carlos fundou o Partido Progressista Democrático, destinado a apoiar Armando Sales. Bernardes, por seu turno, conduziu o PRM à união com todos os partidos e facções que apoiavam o candidato oposicionista: em 10 de junho, foi instalada no Rio de Janeiro a União Democrática Brasileira, cuja comissão executiva provisória era presidida por Bernardes e integrada ainda por Antônio Carlos, Otávio Mangabeira, João Carlos Machado e Valdemar Ferreira.

As eleições não chegaram, porém, a se realizar. Em 10 de novembro Getúlio comandou um golpe e estabeleceu a ditadura do Estado Novo. Fechados o Congresso Nacional e as câmaras estaduais e municipais, Bernardes ficou sem seu mandato e passou a viver com a liberdade de locomoção restringida entre o Rio de Janeiro, onde residia, e Viçosa, onde exercia atividades empresariais. No início de 1939 foi confinado em sua fazenda próxima a Viçosa, sem permissão para ir à cidade propriamente dita. Em agosto, escreveu a Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, informando que iria ao Rio de Janeiro para submeter-se a tratamento de saúde, e não voltou mais ao confinamento. As ameaças de exilá-lo não chegaram a ser cumpridas, mas da medida não escapou, em 1938, Artur Bernardes Filho.

O MANIFESTO DOS MINEIROS E A CRIAÇÃO DO PR

A atividade política de Bernardes sob o Estado Novo cingiu-se a conversas privadas com antigos correligionários e articulações discretas de cunho oposicionista. Em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, e a maior parte das forças políticas tendeu a uma linha de união nacional para fazer face ao esforço de guerra. Bernardes mostrou-se contrário a essa linha, considerando necessário separar a união para a guerra do apoio a Vargas.

No decorrer de 1943, um grupo de políticos oposicionistas mineiros se reuniu frequentemente em almoços no Rio: Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Luís Camilo de Oliveira Neto, Odilon Braga, Pedro Aleixo e José de Magalhães Pinto. Queriam, aproveitando a marcha vitoriosa dos Aliados na guerra que se travava na Europa — com repercussões anti-Estado Novo no Brasil —, promover uma manifestação de personalidades

de Minas Gerais a favor da redemocratização. Definida a forma de um manifesto, vários textos foram confrontados. A versão final ganhou o título de *Manifesto dos mineiros*, distribuído clandestinamente com a data de 24 de outubro de 1943 (13º aniversário da Revolução de 1930). Bernardes foi um dos 76 signatários, aos quais se juntaram posteriormente outros 16. O *Manifesto dos mineiros* foi uma das primeiras manifestações unitárias expressivas das forças políticas que desejavam o fim do Estado Novo.

Em 7 de setembro de 1944 Getúlio discursou acenando com a perspectiva de realização de eleições logo após o fim da guerra. Nas semanas seguintes começou, com a participação de Bernardes, a articulação da candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes, sobrevivente do episódio dos 18 do Forte de 1922 — para a sucessão presidencial. No final de janeiro de 1945 realizou-se em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Escritores, que aprovou uma declaração de princípios unânime em favor da democracia, contribuindo para abreviar o desmonte do Estado Novo. Em 22 de fevereiro o *Correio da Manhã* rompeu definitivamente com a censura à imprensa, publicando uma entrevista de teor francamente antiditatorial dada por José Américo de Almeida. Em sua edição do mesmo dia, à tarde, *O Globo* lançou publicamente a candidatura de Eduardo Gomes. No dia 28, Vargas assinou a Lei Constitucional nº 9, prevendo eleições gerais. Em março, tratou de lançar uma candidatura oficial à presidência: a de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.

Em torno da candidatura de Eduardo Gomes foram se aglutinando participantes dos diversos movimentos e ações anti-Estado Novo, que tinham progressivamente ganhado alento desde a entrada do Brasil na guerra. Essa aglutinação tomou corpo a partir de fins de fevereiro, incorporando lideranças dos antigos partidos estaduais, e desembocou na criação da União Democrática Nacional (UDN), que realizou sua primeira convenção nacional em 7 de abril de 1945. Em 21 de abril, uma segunda reunião da UDN designou seu primeiro diretório nacional, de 47 membros, e uma comissão diretora provisória integrada por Bernardes, Armando Sales, José Américo e Júlio Prestes.

Com a publicação do código eleitoral, em 28 de maio, Bernardes e outros líderes de antigos partidos republicanos estaduais perceberam que poderiam preencher os requisitos para a constituição de uma organização autônoma. Na segunda reunião do diretório nacional udenista, que foi realizada em 14 de agosto e começou sob a presidência de Bernardes, ele anunciou a criação do Partido Republicano (PR) e o consequente desligamento de sua

facção da UDN, juntamente com o dos antigos partidos republicanos de São Paulo, Maranhão e Pernambuco, e o da corrente dirigida por Afonso Camargo no Paraná. O PR se considerava aliado da UDN na campanha pela redemocratização do país e pela candidatura de Eduardo Gomes. Em 15 de outubro Bernardes foi designado para presidir o partido — de pequena expressão nacional, mas a terceira força da política mineira entre 1945 e 1958 —, o que iria fazer ininterruptamente até sua morte, em 1955.

Getúlio foi derrubado do poder por um golpe de Estado militar no dia 29 de outubro de 1945, assumindo seu lugar à frente do Executivo o presidente do STF, José Linhares. Nas eleições realizadas em 2 de dezembro, Dutra — apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos criados por Getúlio — derrotou Eduardo Gomes para a presidência da República. O PR elegeu 12 deputados constituintes, além de dois senadores em coligação com a UDN (em Sergipe). Desse total de deputados, seis foram eleitos por Minas, entre os quais Bernardes, que, com 8.548 votos, foi o menos votado.

A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em fevereiro de 1946. Bernardes foi o representante do PR na Comissão Constitucional, encarregada de elaborar o projeto de Constituição e de apreciar as emendas a ele apresentadas. Foi designado para a subcomissão encarregada do capítulo “Da declaração de direitos — direitos políticos e garantias”. Durante os trabalhos do plenário da Comissão Constitucional pronunciou-se contra a eleição do prefeito do Distrito Federal e empenhou-se para que o mandato do presidente da República fosse de seis e não de quatro anos. A Constituinte encerrou seus trabalhos com a promulgação da nova Carta, em 18 de setembro de 1946, separando-se seus integrantes nas duas casas do Congresso Nacional para o início da primeira legislatura ordinária, em 27 de dezembro. Bernardes foi eleito presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados.

No plano da política nacional, o PR tinha operado uma passagem da oposição (candidatura de Eduardo Gomes) à situação: o deputado Daniel de Carvalho havia sido nomeado em outubro ministro da Agricultura do presidente Dutra, abrindo caminho para a política de “união nacional” por este patrocinada. Em dezembro, contra a vontade de Virgílio de Melo Franco, secretário-geral da UDN, que por isso renunciou ao cargo, dois udenistas, Raul Fernandes e Clemente Mariani, foram nomeados, respectivamente, ministros das Relações

Exteriores e da Educação e Saúde.

Em Minas Gerais, nas eleições de 19 de janeiro de 1947, o PR, juntamente com uma dissidência do PSD e três pequenos partidos, engajou-se na campanha do udenista Milton Campos para o governo do estado, contribuindo para sua vitória contra o pessedista José Francisco Bias Fortes. Na mesma ocasião, elegeu o terceiro senador pelo estado, Artur Bernardes Filho, em coligação com a UDN e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), derrotando o ex-governador e ex-interventor Benedito Valadares, candidato do PSD.

Valadares foi substituído na presidência do PSD por Nereu Ramos ainda em fevereiro de 1947. Com isso, e mais o triunfo da linha de “união nacional” no seio da UDN, sob o patrocínio de Otávio Mangabeira, a política de Dutra prosperou. Em 22 de janeiro de 1948, os presidentes do PSD (Nereu Ramos), da UDN (José Américo) e do PR (Bernardes) assinaram no palácio do Catete o Acordo Interpartidário, que proporcionou a Dutra folgada maioria no Parlamento para a aprovação das matérias de maior relevância.

Em 1949, Bernardes integrou uma comissão formada pelos presidentes dos três partidos (o da UDN era então José Eduardo do Prado Kelly) para examinar, dentro do espírito da “união nacional”, a questão da sucessão presidencial. Nereu Ramos, vice-presidente da República, queria ser o candidato, mas Dutra manobrou para frustrar essa pretensão. As seções mineiras dos três partidos tentaram fazer com que o candidato oficial saísse de Minas, mas isso também não foi possível. A comissão PSD-UDN-PR não conseguiu superar o impasse que se estabeleceu.

Em dezembro de 1949 a UDN se definiu pela reapresentação da candidatura de Eduardo Gomes, lançada oficialmente em abril de 1950. Logo em seguida, o PTB lançou o nome de Getúlio Vargas e o PSD fugiu da candidatura de Nereu Ramos para apresentar a de Cristiano Machado. O PR apoiou esta última, obtendo a indicação do vice-presidente da mesma chapa para Altino Arantes. Eduardo Gomes e Cristiano Machado foram derrotados por Vargas no pleito de 3 de outubro de 1950.

Na mesma ocasião, o PR formou coligação com o PSD para a eleição do governador mineiro Juscelino Kubitschek, ficando com a vice-governança, para a qual foi eleito Clóvis Salgado. Artur Bernardes Filho foi reeleito para o Senado. Desta feita, o PR elegeu apenas quatro deputados federais. Com pouco mais de nove mil votos, Bernardes não conseguiu

reeleger-se, ficando como terceiro suplente. Seria contudo várias vezes convocado para assumir uma das cadeiras dos titulares de seu partido ao longo da legislatura 1951-1955.

A CAMPANHA DO PETRÓLEO

Meses antes da deposição de Vargas, em 1945, o presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), coronel João Carlos Barreto, assinou uma exposição de motivos que, contrariando a Constituição outorgada em 1937, admitia a participação de capitais privados estrangeiros na indústria do petróleo, desde que integrados em empresas constituídas no Brasil. Tal medida não teve consequências práticas, mas na elaboração da Constituição de 1946 foi esse o critério adotado ao se tratar da matéria. Mas se isso preocupava as forças nacionalistas — das mais diversas colorações, indo de um extremo a outro do espectro, de Bernardes aos comunistas —, não atendia à expectativa das empresas estrangeiras, porque a legislação ordinária tornava desinteressante o ingresso delas na pesquisa e na lavra do petróleo.

Em 1947 o presidente Dutra nomeou uma comissão para elaborar o Estatuto do Petróleo, de modo a definir a maneira como o país, cujo consumo do produto crescia rapidamente, iria equacionar o problema. Antes mesmo de chegar ao Congresso o anteprojeto do estatuto, houve uma vigorosa reação nacionalista, que se transformou na Campanha do Petróleo. Um dos centros aglutinadores da campanha foi o Clube Militar, onde atuavam muitos militares nacionalistas.

Em abril de 1947 o Clube Militar iniciou uma série de debates sobre o problema, com um pronunciamento do general Juarez Távora, favorável aos termos em que o governo ia definindo a questão. No polo oposto encontrava-se o general Júlio Caetano Horta Barbosa, ex-presidente do CNP. No Congresso, Bernardes tornou-se um dos grandes paladinos da causa resumida no *slogan* “O petróleo é nosso”. Em abril de 1948, três meses depois do envio do anteprojeto do Estatuto do Petróleo ao Congresso, coube-lhe falar no Clube Militar. Em sua palestra, afirmou que a posse de 40% das ações de uma empresa, que era a quanto poderiam chegar os capitais estrangeiros segundo o anteprojeto do estatuto, seria o bastante para atingir-se o seu controle. No mesmo mês de abril de 1948 foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), tendo Bernardes e os generais Horta Barbosa, José Pessoa e Estêvão Leitão de Carvalho como presidentes de

honra. O CEDPEN, articulando militares, estudantes, homens públicos e intelectuais, sobretudo jornalistas, passou a dirigir a Campanha do Petróleo.

O Estatuto do Petróleo, que Dutra enviara ao Congresso desacompanhado de uma opinião clara, como se fosse um estudo e não um projeto de lei, também não correspondia ao que esperavam os dirigentes das empresas estrangeiras interessadas no assunto. Depois de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a mensagem teve sua tramitação truncada. Acabaria sendo arquivada, embora continuasse em debate junto à opinião pública.

Nesse debate, as forças nacionalistas contavam quase que exclusivamente com pequenos órgãos de imprensa, inclusive os do Partido Comunista Brasileiro, então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB). A Campanha do Petróleo enfrentou também forte repressão policial durante o governo Dutra, sob a alegação de que se tratava de um movimento dominado pelo PCB, cujo registro havia sido cassado em 1947 e que se encontrava, portanto, fora da lei.

Foi também em 1948 que chegou ao Congresso uma mensagem de Dutra concernente à criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, objeto de um convênio assinado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Iquitos, Peru, no mês de abril. A idéia de criar um instituto capaz de fazer um levantamento completo sobre a realidade amazônica em todos os campos científicos fora lançada em 1946 pelo representante brasileiro na Unesco, Paulo Carneiro.

Começou-se a compreender a criação do instituto como parte de um projeto de internacionalização da Amazônia, ou de sua partilha por várias nações poderosas. Tendo recebido parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o projeto chegou no início de 1949 à Comissão de Segurança Nacional, onde foi violentamente atacado por Bernardes e outros parlamentares. A comissão decidiu pedir um parecer do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o qual considerou o instituto como uma autarquia internacional com jurisdição sobre território que incluía cerca de metade do Brasil. O EMFA fez sugestões que modificaram grandemente o projeto em discussão no Congresso, levando o Ministério das Relações Exteriores a conseguir das nações participantes do Convênio de Iquitos um protocolo adicional, assinado no Rio em maio de 1950. Novamente remetida ao Congresso, a matéria acabou sendo arquivada e o projeto do

Instituto da Hiléia Amazônica não vingou.

Quanto ao Estatuto do Petróleo, o presidente Dutra desistiu dele, na prática, ainda em 1948, quando pediu ao Congresso recursos para a construção de refinarias estatais. Em dezembro de 1950 começou operação da refinaria de Mataripe (BA). O país consumia então cerca de três vezes mais petróleo do que ao se encerrar a Segunda Guerra Mundial.

No início do segundo governo constitucional de Vargas (1951), a Assessoria Econômica da Presidência da República foi incumbida de estudar, entre outras, a questão do petróleo. De acordo com o depoimento de um de seus integrantes, Jesus Soares Pereira, entre as muitas sugestões que lhe foram encaminhadas por Getúlio estavam as de Bernardes, “muito bem elaboradas”, salvo quanto à previsão de que o setor não requeria grandes esforços financeiros.

Em dezembro de 1951, considerando que a legislação vigente assegurava a diretriz nacionalista do governo — e que o problema, nesta esfera, consistiria em impedir a modificação dessa legislação —, Vargas deixou de lado a discussão em torno da proibição do capital estrangeiro na indústria petrolífera e propôs a criação de uma empresa que pudesse ter a flexibilidade operacional de que não dispunha uma repartição pública como o CNP. Nessa empresa, de economia mista, o capital estrangeiro não estaria presente, ou estaria presente em proporção irrelevante.

O projeto que iria resultar na criação da Petrobras foi criticado por representar uma solução próxima da que estava contida no Estatuto do Petróleo. Os partidários do monopólio estatal viram na fórmula da sociedade de economia mista, que possibilitava a participação de capitais privados, a abertura para a penetração do capital estrangeiro, com todo o cortejo de previsíveis interferências políticas que isto implicava. Bernardes não hesitou em afirmar: “Pelo que conheço do estilo dos trustes... esse projeto é originário dos trustes; teria passado às mãos de um dos seus testas de ferro, que, por sua vez, o encaminhou às mãos de um economista que prestava assistência ao presidente da República.”

Em fins de janeiro de 1952, o deputado Eusébio Rocha, do PTB de São Paulo, apresentou um projeto alternativo que recebeu o apoio do CEDPEN. Em março, o projeto do governo foi condenado pela Comissão de Segurança Nacional da Câmara, presidida por Bernardes. Em maio, surpreendentemente, a UDN decidiu aderir à tese do monopólio estatal que informava o projeto de Eusébio Rocha, apoiando-o. Enquanto isso, os militares

nacionalistas perdiam a eleição para a diretoria do Clube Militar, que deixou de se pronunciar sobre a questão.

No dia 6 de junho, o deputado Olavo Bilac Pinto, da UDN mineira, apresentou um outro projeto, propondo o monopólio da exploração, produção, refino e transporte do petróleo, e a criação da Empresa Nacional de Petróleo (Enape). O apoio dado por Bernardes, Eusébio Rocha e outros deputados a esse projeto dificultou a tramitação do projeto de Vargas levando seu líder na Câmara, Gustavo Capanema, do PSD mineiro, a entrar em entendimentos com Bernardes para iniciar ainda em junho a discussão das 126 emendas a ele apresentadas. A Comissão de Segurança Nacional fora a única da Câmara a não dar parecer favorável ao projeto do governo.

O projeto pôde ser enviado ao Senado em setembro de 1952, com emendas importantes, a começar pela que instituía o monopólio sobre todas as fases da indústria petrolífera, exceto a distribuição. A tramitação no Senado foi ainda mais complicada, tendo a votação sido encerrada somente em junho de 1953. Em julho, a Câmara começou a examinar as 32 emendas apresentadas pelos senadores, encerrando a tramitação do projeto governamental em meados de setembro, com a conservação de quase todas as características com que fora enviado ao Senado.

Vargas sancionou a lei de criação da Petrobras, instituindo o monopólio estatal do petróleo, no dia 3 de outubro de 1953, e instalou a empresa em abril de 1954. No dia 24 de agosto seguinte, pressionado por influentes setores militares, pela UDN, por vastos setores da imprensa e por outras forças políticas, inclusive os comunistas, o presidente da República, virtualmente deposto, suicidou-se, impedindo a consumação da conspiração golpista em curso.

O vice-presidente João Café Filho assumiu imediatamente a presidência da República. Em setembro, diversas forças políticas, inclusive o PR de Bernardes, manifestaram-se pela transferência das eleições marcadas para 3 de outubro de 1954, alegando que o suicídio de Getúlio, manipulado demagogicamente, levaria possivelmente a uma votação maciça nos candidatos petebistas.

Entretanto, Café Filho manteve as eleições, cujos resultados não assinalaram um crescimento substancial do PTB. Em Minas Gerais, Bernardes, com 21.761 votos, foi o segundo mais bem colocado dos cinco deputados federais eleitos pelo PR, voltando a

conquistar um mandato efetivo. A nova legislatura teve início no dia 1º de fevereiro de 1955, mas Bernardes mal chegou a participar dos trabalhos, já que faleceu, no Rio, em 23 de março seguinte.

Artur Bernardes teve seis filhos de seu casamento com Clélia Vaz de Melo Bernardes. Seu primogênito, Artur Bernardes Filho, foi deputado federal de 1934 a 1937, constituinte em 1946, senador de 1947 a 1959, sempre por Minas Gerais, vice-governador de seu estado de 1956 a 1961 e ministro da Indústria e do Comércio em 1961, no governo de Jânio Quadros. Escreveu numerosos discursos e mensagens como parlamentar, como presidente de Minas Gerais e como presidente da República. Foi biografado por Bruno de Almeida Magalhães em *Artur Bernardes, estadista da República* (1973), e por Paulo Amora, em *Bernardes, o estadista de Minas na República* (1964). Sobre sua atuação escreveu também Amarílio Júnior, *Artur Bernardes e a revolução* (1931).

Em 1935, a povoação de Guarucaia, distrito de Presidente Prudente (SP), foi elevada à categoria de município com o nome de Presidente Bernardes. Em 1953, a cidade de Calambau, distrito de Piranga (MG), próxima de Viçosa, transformou-se em município, também com o nome de Presidente Bernardes.

Mauro Malin

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Almanaque Abril*; ALMEIDA, A. *Dicionário*; AMORA, P. *Bernardes*; ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. OSVALDO ARANHA; BASTOS, R. *Homens; Brasil*; CAFÉ FILHO, J. *Do Sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARONE, E. *República nova*; CARVALHO, G. *Petrobras*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. RAMOS, P.; CORREIA, A. *Rebelião*; COSTA, M. *Cronologia; Diário do Congresso Nacional; Diário de Pernambuco* (8/11, 8/12/1930); *Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; DULLES, J. *Anarquistas*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FELIZARDO, J. *História*; FLYNN, P. *Legião*; FRANCO, A. *Estadistas*; FRANCO, V. *Outubro*; FIGUEIREDO E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias; Globo* (19/7 e 7/8/1975); *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*;

Grandes Personagens (4); GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (8, 9/8/1975, 18/8/1981); LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, J. *Como*; LIRA, A. *Senado*; LOVE, J. *Regionalismo*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MENDES JÚNIOR, A. *Brasil* (3); MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; OLIVEIRA, M. *História*; PEREIRA, J. *Petróleo*; *Personalidades*; PETERSON, P. *Brazilian*; PINHEIRO, P. *Política*; QUADROS, J.; ARINOS, A. *História*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1939; SODRÉ, N. *História militar*; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dic.*; VIANA, L. *Liberalismo*.

BERNARDO SOBRINHO

*dep. ger. AL 1885-1889; sen. AL 1897-1905.

Bernardo Antônio de Mendonça Sobrinho nasceu em Alagoas e era filho de Jacinto Pais de Mendonça e de Francisca de Barros Wanderley.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife e ainda no Império filiou-se ao Partido Conservador, pelo qual foi eleito deputado geral por Alagoas. Exerceu o mandato de 1885 a 1889.

Proclamada a República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime e, em 1897, foi eleito senador por seu estado, para um mandato de nove anos. Assumindo sua cadeira no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1897, passou a integrar as comissões de Constituição, Poderes e Diplomacia e de Redação.

Faleceu em Maceió no dia 25 de março de 1905, no exercício do mandato.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p..465/6).

BERNARDO, José

* const. 1891; sen. RN 1891-1907.

José Bernardo de Medeiros, conhecido como *bispo do Seridó*, nasceu na fazenda Carnaubinha, hoje no município de São João do Sabugi e então no município da Vila Nova do Príncipe, atual Caicó (RN), no dia 20 de agosto de 1837, filho de João Filipe de Medeiros e de Joana Porfíria de Medeiros, pequenos proprietários rurais.

Iniciou os estudos apenas aos 11 anos de idade em São João do Sabugi. Aos 13 anos seguiu para Vila Nova do Príncipe, onde começou a aprender latim na escola mantida pelo padre Francisco de Brito Guerra, líder político da região do Seridó, que fora deputado e depois senador pela província do Rio Grande do Norte. Em 1858 casou-se com Paulina Engrácia Fernandes, filha de seu professor Joaquim Apolinário Pereira de Brito, sobrinho do padre Guerra.

Nomeado subdelegado de polícia do distrito de Vila Nova do Príncipe em 1859 e, no ano seguinte, administrador da Mesa de Rendas, ainda em 1860 elegeu-se vereador à Câmara Municipal local, vindo a presidi-la. Seria reeleito três vezes. Paralelamente à trajetória política, foi nomeado suplente de juiz municipal em 1861 e coletor provincial em 1862. Foi eleito deputado provincial na legenda do Partido Conservador para o biênio 1868-1869, mas na década seguinte transferiu-se para o Partido Liberal, seguindo a liderança de Amaro Cavalcanti. Na nova legenda, foi eleito sucessivamente para os biênios 1878-1879, 1880-1881, 1882-1883 e 1884-1885. Presidente da Assembleia Provincial em 1883 e 1885, voltou a eleger-se deputado provincial para o biênio 1888-1889.

Defensor da causa abolicionista, em 1888 fez parte da Comissão Libertadora dos Escravos no Seridó, sua região de origem. Por ser a principal liderança do Partido Liberal no Rio Grande do Norte, foi chamado pelos jornais conservadores de “bispo do Seridó”.

Em 1889, rompeu com Amaro Cavalcanti porque este o havia preterido na indicação para a vice-presidência da província, preferindo Antônio Basílio. Em represália, na eleição para deputado geral daquele ano, apoiou Miguel Castro contra o nome apontado por Amaro Cavalcanti. Este, em contrapartida, demitiu dos cargos públicos provinciais os partidários de José Bernardo e lançou seu próprio nome na disputa. A eleição foi vencida por Miguel Castro, afirmando a liderança de José Bernardo no Seridó.

Com a proclamação da República (15/11/1889), José Bernardo integrou-se às fileiras do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, chefiado pelo o líder republicano Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador na legenda da agremiação. Tomou posse em 15 de novembro e foi signatário da Constituição promulgada em 24 de

fevereiro de 1891. Na eleição para presidente da República realizada pelos constituintes no dia seguinte, a bancada do Rio Grande do Norte votou dividida. Enquanto José Bernardo e Pedro Velho apoiaram o paulista Prudente de Moraes, os demais preferiram votar no marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, que foi vitorioso. Daí em diante, Miguel Castro, o antigo protegido de José Bernardo, seguiria curso próprio, elegendo-se governador do estado com o apoio de Deodoro da Fonseca e dos inimigos de José Bernardo.

Com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, no dia 28 Miguel Castro foi preso e deposto por tropas do Exército que seguiam a orientação de José Bernardo e Pedro Velho. Contudo, a colaboração entre os dois chefes políticos estaduais cessou quando José Bernardo reivindicou para Janúncio da Nóbrega Filho a vaga de deputado deixada por Pedro Velho, que em fevereiro de 1892 assumiu o governo do Rio Grande do Norte. Pedro Velho resolveu lançar seu irmão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão contra o candidato de José Bernardo, e assim se consumou a ruptura. O líder do Seridó foi derrotado nas urnas, mas conseguiu, no Congresso, anular as eleições. Daí em diante os dois líderes se enfrentaram numa disputa demorada, em que o apoio do presidente marechal Floriano Peixoto tornava possível o recurso à força armada. Augusto Severo somente seria eleito um ano depois, em 1893, dessa vez concorrendo contra Tobias do Rego Monteiro, mas Pedro Velho conseguiu manter-se à frente do Executivo estadual e eleger Joaquim Ferreira Chaves seu sucessor.

José Bernardo reaproximou-se de Pedro Velho em 1897, quando ambos apoiaram Francisco Glicério contra Prudente de Moraes, na crise da cisão do Partido Republicano Federal, mas àquela altura o poder no Rio Grande do Norte já estava totalmente consolidado nas mãos de Pedro Velho e seu grupo: em 1896, dos quatro representantes do estado na Câmara dos Deputados, três eram membros da família Maranhão.

Em 1900 José Bernardo concorreu a mais um mandato de senador na legenda do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, contando com o apoio de Pedro Velho. Reeleito, integrou a Comissão de Finanças. Em 1904 adoeceu gravemente, retirando-se da vida pública. Faleceu na fazenda Solidão, em Caicó, em 15 de janeiro de 1907.

De seu casamento com Paulina Fernandes teve oito filhos. Um dos seus netos, José Augusto Bezerra de Medeiros, também seguiu a carreira política. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte (1915-1923, 1935-1937 e 1946-1955), governador do estado (1924-1928), senador (1928-1930) e constituinte em 1946.

Foi também sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A seu respeito foi publicado o livro *Senador José Bernardo de Medeiros – o colosso do*

Seridó (2007).

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *História da Assembleia*; CASCUDO, L. *História da República*; MEDEIROS, J. *Rio*; SILVA, E. *Senado*; SOUZA, I. *República*.

BERREDO, Antônio Eduardo de

*dep. fed. MA 1894-1899.

Antônio Eduardo de Berredo nasceu na cidade de Caxias (MA).

Formado em medicina, iniciou sua vida política ainda no Império, quando se elegeu deputado provincial no Maranhão. Após a proclamação da República, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Caxias em 1893.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Maranhão e em maio assumiu o mandato Câmara de Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito para a legislatura seguinte, concluiu o segundo mandato em 1899. Tentou novamente eleger-se, mas não teve êxito. Deixou então a política e passou a clinicar na cidade natal.

Faleceu no ano de 1916.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARQUES, C. *Dicionário*.

BESOURO, Gabino

*militar; gov. PI 1890; const. 1891; dep. fed. AL 1891-1892; gov. AL 1892-1894.

Gabino Suzano de Araújo Besouro nasceu em Penedo (AL) em 22 de junho de 1851.

Órfão, era caixeiro de uma casa comercial na sua cidade quando, ao rebentar a Guerra do Paraguai (1864-1870), com 14 anos de idade, sentou praça no 2º Corpo Provisório de Voluntários. Aos 16 anos distinguiu-se nas pelejas do Chaco e foi promovido a sargento. Tomou parte nos combates de Angustura, Lomas Valentinas, Curupaiti, Assunção e desfiladeiro de Sapucaí, entre outros. Segundo-tenente em 1869, recebeu a medalha do mérito por sua atuação naquelas batalhas. Ao findar a luta entre o Brasil e o Paraguai, como voluntário da pátria que era, teve de ser desligado do corpo a que pertencia. Entretanto, com vocação para a carreira das armas, pouco tempo depois engajou-se como soldado raso no mesmo regimento em que outrora servira como oficial. Matriculou-se na Escola Militar em 1871, dois anos mais tarde foi promovido a segundo-tenente de artilharia e graduou-se em engenharia militar. Ocupou os cargos de chefe de gabinete da Engenharia do Exército, comandante da Escola de Estado-Maior e inspetor do Ensino Militar. Foi também propagandista da República.

Respondeu pelo governo do Piauí de 23 de agosto a 19 de outubro de 1890, sucedendo a Joaquim Nogueira Paranaguá, vice-governador que por sua vez substituíra o governador nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo. Nesse ínterim, foi eleito em 15 de setembro deputado por Alagoas ao Congresso Nacional Constituinte. Deixou então o governo do Piauí para João da Cruz e Santos, e em 15 de novembro tomou posse na Constituinte. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados até fevereiro de 1892, quando se afastou por ter sido eleito governador de Alagoas.

Ao receber o governo de Alagoas do presidente do Senado estadual Manuel Gomes Ribeiro em 24 de março de 1892, cuidou para que fossem propostas e votadas as leis

complementares que diziam respeito à organização do estado, em especial do Poder Judiciário, à organização municipal, eleitoral e administrativa e, finalmente, à responsabilidade do governador. Em 1º de julho de 1892 começou a vigorar a lei orçamentária e foram instaladas as secretarias do estado e o Tribunal Superior de Justiça. A instrução pública foi reorganizada, e o estado se adaptou à reforma nos moldes do ensino secundário federal. Foi também criada a Junta Comercial, já que até então o comércio estava sujeito à jurisdição de Recife.

Em seu governo ocorreu um significativo desenvolvimento industrial, com a fundação de fábricas de tecidos em Penedo, União, Cachoeira e Pilar, além da ampliação das já existentes em Cachoeira e Fernão Velho. Iniciou a construção do palácio para o governo do estado e adquiriu um grande sobrado para melhor instalar o Liceu Alagoano. Além do Engenho Central Brasileiro, montado no município de Atalaia, também foram instalados os dos municípios de Santa Luzia e de São Miguel. Esses engenhos centrais foram o núcleo inicial das usinas que iriam, gradativamente, substituir os engenhos, transformando-os no denominado “fogo-morto”. Em 13 de maio de 1894 foi inaugurado o ramal ferroviário de Glicério, ligando a estrada de ferro Alagoas Railway à Sul de Pernambuco.

Gabino Besouro foi deposto em 16 de julho de 1894, em ato revestido de legalidade, por um acórdão do Supremo Tribunal Federal, que dava como findo o seu mandato. Em seu lugar assumiu uma junta governativa composta por Manuel de Sampaio Marques, José Tavares da Costa e Francisco Soares Palmeira, que no dia seguinte entregou o governo ao presidente do Tribunal Superior do Estado, Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins. Foi ainda prefeito do Alto-Acre e alcançou o posto de marechal do Exército.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 31 de janeiro de 1930.

Publicou: *Breve notícia sobre o estado de Alagoas pela Comissão de Propaganda de Imigração e Colonização no Norte do Brasil* (1893), além das mensagens ao Congresso Alagoano de 1893 e 1894.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); BESOURO, G. *Mensagem* (1892, 1893, 1894).

BESSA, Gumerindo

*dep. fed. SE 1909-1911.

Gumerindo de Araújo Bessa nasceu em Estância (SE) no dia 2 de janeiro de 1859, filho de Urbano Joaquim Soledade e de Francisca Carolina de Araújo Bessa.

Fez os estudos primários e parte dos secundários em sua cidade natal. Depois, em Salvador, frequentou o Seminário Episcopal da Bahia, entre 1876 e 1879. Pouco antes de concluir o curso canônico, optou pela carreira jurídica. Na Faculdade de Direito do Recife obteve o grau de bacharel em 1885. Foi aluno de destaque e recebeu da congregação menção honrosa declarando-o apto a lecionar direito em qualquer faculdade do mundo.

Recém-formado, foi promotor público na cidade de São Cristóvão (SE). Pediu exoneração do cargo em 1886, após desentender-se com o juiz local por questões relativas à interpretação da doutrina jurídica. A partir de então voltou-se para o jornalismo, como redator de *A Reforma*, e ingressou na política, eleito deputado provincial em Sergipe na última legislatura do Império. Exerceu também a advocacia em escritório particular localizado na cidade de Aracaju. Com o advento da República, obteve novo mandato na Assembleia Legislativa sergipana, tendo participado da elaboração da primeira Constituição estadual. Em 1891, ocupou os cargos de juiz de casamentos, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe. Em 1894, na gestão de Manuel Valadão, assumiu a chefatura de polícia.

Em 1906, enfrentou Rui Barbosa na ação envolvendo a reivindicação do território do Acre pelo estado do Amazonas. Seu *Memorial em prol dos acreanos* reuniu tantas informações de ordem histórica e tamanha erudição jurídica que acabou derrotando seu adversário, considerado o mais ilustre conhecedor do direito no Brasil. Seus esforços conseguiram galvanizar a atenção de todo o país, e, a título de recompensa por suas aptidões e talentos, a intendência do Alto Acre concedeu o nome de Gumerindo Bessa à principal rua da vila de Rio Branco. Segundo o historiador Luís Antônio Barreto, a abundância e a riqueza dos argumentos utilizados no processo pelo jurista sergipano teriam ensejado a expressão “à beça” (originariamente “à Bessa”) como sinônimo de algo abundante, copioso.

Gumercindo Bessa foi eleito deputado federal por Sergipe na legislatura de 1909-1911, com os votos dados pelos opositores do monsenhor Olímpio Campos, presidente do estado de 1899 a 1902, mentor da primeira oligarquia política local, figura contra a qual moveu alongada campanha na imprensa.

Faleceu em Nossa Senhora do Socorro (SE) no dia 24 de agosto de 1913.

Além de artigos na imprensa, escreveu *O que é direito* (1885), monografia para obtenção do grau de bacharel. Foi escolhido patrono da Academia Sergipana de Imprensa e patrono da cadeira de número 6 da Academia Sergipana de Letras. Em sua homenagem seu nome foi dado ao prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sérgio Montalvão

FONTES: ACAD. SERGIPANA LET. Disponível em:

<<http://www.infonet.com.br/asl/>>; BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

BEVILACQUA, José

*militar; const. 1891; dep. fed. CE 1891-1896.

José Bevilacqua nasceu em Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, atual Viçosa do Ceará (CE), no dia 18 de março de 1863, filho de João Bevilacqua e de Mariana Rabelo Bevilacqua. Seu pai era tenente da Guarda Nacional e sua mãe era professora. Posteriormente, a família foi morar em Acaraú, pequena cidade do interior da província. Estudou em um seminário religioso em Belém do Pará de 1874 a 1878. Decidido a seguir carreira militar, assentou praça em 12 de setembro de 1879 no 15º Batalhão de Infantaria, no Ceará, com destino a um dos corpos da guarnição da Corte. Chegou ao Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 14 de outubro, aos 16 anos de idade. Embora sua família fosse de posses modestas, a patente de tenente da Guarda Nacional que seu pai tinha lhe possibilitou ser reconhecido como cadete de segunda classe. Em fevereiro de 1880 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha e em 1882 iniciou o curso superior da mesma instituição, passando a alferes-aluno no início de 1885.

A partir de então, passou a compartilhar o clima intelectual marcado pelo “cientificismo” de matiz positivista, bem como o posicionamento político antigovernista e republicano que prevalecia entre os alunos. Suas cartas aos pais (disponíveis em seu arquivo pessoal) trazem repetidas críticas ao governo. Numa delas, de 29 de abril de 1886, defendia a República como “a forma de governo em que os direitos dos cidadãos são melhor definidos, porquanto não admitindo privilégios de famílias ou de classes, as leis igualam todos os cidadãos e a única distinção é aquela que é oriunda do mérito e das virtudes individuais”. Pertenceu também à Sociedade Abolicionista que os alunos mantinham na Escola Militar.

Promovido a segundo-tenente no final de 1888, nos anos finais do Império participou ativamente da agitação republicana que, reunida em torno de Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar, resultou na conspiração que sairia vitoriosa no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889. Nesse mesmo mês, às vésperas da

proclamação da República, foi um dos signatários dos “pactos de sangue” entregues a Benjamin Constant. Após a República, teve rápida ascensão na carreira, sendo promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes” em janeiro de 1890 e a capitão em maio seguinte. Em 15 de setembro do mesmo ano foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte e tomou posse em 15 de novembro. Em janeiro de 1891 concluiu o curso de engenharia na Escola Militar e recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Depois de promulgada a primeira Constituição republicana do país no dia 24 de fevereiro de 1891, assumiu, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893. Durante os trabalhos parlamentares, propôs que fossem solenemente restituídos ao Paraguai os troféus conquistados na guerra, projeto que nunca foi levado adiante.

No dia 15 de novembro de 1891 casou-se com Alcida Botelho de Magalhães, terceira filha de Benjamin Constant, líder republicano e primeiro ministro da Guerra do novo regime.

Em 30 de novembro de 1893 foi nomeado comandante do Batalhão Patriótico de Franco-Atiradores, indo defender o governo de Floriano Peixoto na Revolução Federalista, em Lapa (PR). Em seguida retomou sua carreira política, sendo reeleito deputado federal em 1894, com mandato até dezembro de 1896.

Retornando à carreira militar, passou a servir na Diretoria Geral de Obras Militares. Em março de 1897 foi nomeado auxiliar das obras militares do estado do Amazonas, onde permaneceu até janeiro de 1899, voltando em seguida para o Rio de Janeiro. Em 1902 foi promovido a major graduado e, em 1904, a major efetivo. Em 1906 foi inaugurado o edifício da Direção Geral de Saúde, por ele projetado e construído. Em fevereiro de 1909 foi transferido para o Quadro Suplementar da Arma de Engenharia e, em julho, para a 2ª Seção da 5ª Divisão do Departamento de Guerra, onde permaneceria até 1917. Nesse ínterim foi promovido a tenente-coronel, em janeiro de 1910, e a coronel, em 1912.

Em dezembro de 1917 foi nomeado chefe da 1ª Divisão da Engenharia. Em janeiro de 1920 foi transferido para o 5º Batalhão de Engenharia, do qual se tornou comandante, e em novembro foi nomeado chefe da 2ª Divisão da Diretoria. Em maio de 1921 assumiu a

chefia de gabinete da Diretoria de Engenharia e em julho passou a chefe da 3ª Divisão da mesma Diretoria. No dia 13 de setembro de 1921 foi graduado no posto de general-de-brigada e, no dia seguinte, reformado da carreira militar.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de julho de 1930.

Seu filho Peri Constant Bevilacqua (1899-1982) também foi militar, tendo chegado a general de exército e ocupado vários cargos públicos, inclusive o de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) (1965-1969), do qual foi aposentado compulsoriamente em janeiro de 1969 por força de decreto baseado no Ato Institucional nº 5. Era também primo do jurista Clóvis Beviláqua.

Seus arquivos pessoais e de sua família foram doados ao Museu Casa de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, estando organizados e abertos à consulta.

Celso Castro

FONTES: ARQ. JOSÉ BEVILÁQUA; CASTRO, C. *Militares*; MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT.

BEVILACQUA, Clóvis

*magistrado, jurista, jornalista, historiador.

Clóvis Bevilacqua nasceu em Viçosa (CE) no dia 4 de outubro de 1859, filho de José Bevilacqua e de Martiniana Aires Bevilacqua. O sobrenome Bevilacqua, de origem italiana, significa aquele que "bebe água". Seu pai era padre da paróquia de Viçosa.

Iniciou seus estudos em sua cidade natal, ingressando em 1872 no Ateneu Cearense. Em 1875 transferiu-se para o Colégio Oficial de Fortaleza e iniciou-se no jornalismo com José Izidoro de Martins Júnior, com quem publicaria os folhetos *Vigília Literária* e o jornal *A Ideia Nova*. Ambos trabalhariam também no jornal *República*, e nos folhetos *Escalpelo*, *Estenógrafo* e *O Crime*, de Vitória. Em 1876, com 17 anos, embarcou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e prosseguiu os estudos frequentando o Externato Gaspar e o antigo Mosteiro de São Bento, onde concluiu os preparatórios juntamente com o poeta Paula Ney e o abolicionista Silva Jardim. Em 1878 foi para Recife e iniciou os estudos jurídicos na Faculdade de Direito, na qual foi aluno de Tobias Barreto. Voltou-se, então, para o estudo do direito, fortemente influenciado por seu mestre e pelo empirismo evolucionista alemão, publicando, nessa época, seus primeiros ensaios sobre filosofia e direito comparado. Concluiu o curso de direito em 1882 e foi escolhido orador da turma.

Em 1883 ingressou na magistratura ao ser nomeado promotor público de Alcântara (MA). Em 1884, já casado com Amélia de Freitas, trabalhou como bibliotecário e prestou concurso para professor catedrático de filosofia da Faculdade de Direito do Recife. No jornalismo, fez campanha pela República, instalada em 15 de novembro de 1889. Em 1891 tornou-se professor de legislação comparada na Faculdade de Direito do Recife e iniciou a série de obras jurídicas que o credenciariam perante o país para desincumbir-se da missão que lhe seria atribuída anos mais tarde: elaborar o anteprojeto do Código Civil Brasileiro. Também em 1891 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Ceará, colaborando ativamente na elaboração da Constituição estadual. Foi a única vez que ocupou um cargo político.

Em 1897 teve seu nome incluído entre os 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras

(ABL), criada no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, cabendo-lhe a cadeira nº 14.

Em 1899, na gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), foi incumbido pelo então ministro da Justiça Eptácio Pessoa de preparar o anteprojeto do Código Civil. Em março de 1900 viajou para o Rio de Janeiro e em outubro concluiu o anteprojeto, em que renovou o direito brasileiro dentro de uma filosofia liberal com preocupações sociais. O documento foi encaminhado ao Congresso Nacional e, no Senado, teve como relator Rui Barbosa. A demora por parte deste em dar seu parecer começou a impacientar os senadores, curiosos em saber sua opinião. Quando, afinal, o parecer foi apresentado, era um trabalho que deixava de lado tudo o que dizia respeito à matéria jurídica para tecer comentários sobre questões gramaticais de toda ordem. É que, para Rui Barbosa, a firmeza e propriedade das expressões eram de capital importância. A esse propósito foi travada uma longa polêmica entre Rui Barbosa e o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro. Em sessões públicas que mereceram destaque, Clóvis Bevilacqua defendeu seu trabalho. Somente depois de 16 anos de discussões, em 1º de janeiro de 1916, seu anteprojeto seria transformado no Código Civil Brasileiro. Permaneceria em vigor até o advento da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Em 1906, já no final do governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), Clóvis Bevilacqua foi nomeado pelo barão do Rio Branco consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, função em que se manteria até 1934.

Na ABL, de que nunca foi frequentador assíduo, sua participação mais importante foi o discurso de recepção a Pedro Lessa em 1910. Quando a ABL elegeu Osório Duque Estrada para suceder a Sílvio Romero em 1915, designou-o para saudar o novo acadêmico, ignorando que pouco antes, na sua seção o "Registro Literário", do *Jornal do Brasil*, Osório havia publicado uma nota diminuindo os méritos literários de Amélia de Freitas Bevilacqua, também escritora. Clóvis Bevilacqua afastou-se então da Academia. Continuou publicando livros de literatura e direito, destacando-se o *Código Civil Comentado*, cuja edição completa, em seis volumes, saiu em 1916. Em 1920 foi convidado e aceitou fazer parte do Comitê dos Juristas no Conselho da Sociedade das Nações.

Há uma versão de que Clóvis Bevilacqua teria deixado de frequentar a ABL em 1930. Em maio desse ano, a instituição teria recusado o pedido de inscrição de Amélia de Freitas Bevilacqua para concorrer à vaga de Alfredo Pujol, sob a alegação de que as mulheres não poderiam ser acadêmicas. Bevilacqua defendeu a pretensão de sua esposa em parecer de poucas linhas, argumentando que aquilo que o regulamento não proibia, permitia. Esta não deve ser a versão mais correta de sua saída, já consumada desde 1915. Prova disso é que a *Gazeta de Notícias* de 20 de agosto de 1926 já informava que eram três os acadêmicos que se haviam afastado definitivamente da Academia: Oliveira Lima, Graça Aranha e Clóvis Bevilacqua.

Em 1942, seu nome foi incluído no "Livro do Mérito" e, no ano seguinte, seu busto foi inaugurado em praça pública na capital cearense.

Seu primo José Bevilacqua, homônimo do seu pai, foi militar, constituinte em 1891 e deputado federal pelo Ceará de 1891 a 1896.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1944.

Além dos trabalhos citados, escreveu *A filosofia positiva no Brasil* (1884); *Estudos de direito e economia política* (1886); *Épocas e individualidades* (1889); *Teoria geral do direito civil* (1890); *Lições de legislação comparada sobre o direito privado* (1893); *Frases e fantasias* (1894); *Direito das obrigações* (1896); *Direito de família* (1896); *Criminologia e direito* (1896); *Juristas filósofos* (1897); *Direito das sucessões* (1899); *Em defesa do projeto de Código Civil Brasileiro* (1906); *Princípios elementares de direito internacional privado* (1944). Em homenagem aos 150 anos de seu nascimento foi lançado em 2010 o livro *Clóvis Bevilacqua – Um senhor brasileiro*, de Cássio Schubsky. Nele o autor defende a condição de “democrata e defensor da liberdade” de Bevilacqua e contesta a versão de Fernando Moraes, no livro *Olga*, procurando provar, através de pesquisa histórica, que o jurista não emitiu parecer favorável à extradição da judia comunista Olga Benário Prestes em 1936.

Alan Carneiro

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em:
<<http://www.academia.org.br/>>; Biblioteca Virtual de Literatura. Disponível em:
<<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/clovisbevilaqua.htm>>. Acesso em: 22/3/2010; E- biografia. Disponível em:
<http://www.e-biografias.net/biografias/clovis_bevilaqua.php>; *Época* (8/3/2010, p. 124);
UNIV. FORTALEZA. Disponível em:
<http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=867:lançamento-de-livro-em-homenagem-a-clovis-bevilaqua&catid=3:eventos>. Acesso em: 8/4/2010.

BEZAMAT, Alberto

*dep. geral RJ 1885-1889; def. fed. RJ 1903-1905.

Alberto Bezamat nasceu em Campos (RJ).

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870, retornou ao município natal e deu início à trajetória profissional atuando como advogado. Ingressou na política filiando-se ao Partido Conservador e foi deputado provincial em várias legislaturas. Em 1885 foi eleito pela primeira vez deputado geral pela província do Rio de Janeiro. Reeleito no ano seguinte, exerceu o mandato até 1889.

Já na República, candidatou-se a deputado federal pelo estado do Rio em 1903 e foi eleito. Tomou posse em maio na Câmara dos Deputados e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1905.

Ao longo de sua trajetória profissional foi também como juiz de direito em Santos (SP).

Faleceu em 4 de julho de 1906.

Foi casado com Eugênia de Albuquerque Bezamat.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*. (v.2, p. 143); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 13); Novo Miênio: Histórias e lendas de Santos. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0412.htm>>. Acesso em: 18/11/2010; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1, p. 128).

BEZERRA, Antônio Vicente de Andrade

*dep. fed. PE 1918-1923.

Antônio Vicente de Andrade Bezerra nasceu em Timbaúba (PE) em 1889.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e foi secretário de Justiça de Pernambuco em 1911, e de Finanças em 1916.

Iniciou sua vida política em 1918, quando foi eleito deputado federal por Pernambuco. Reeleito em 1921, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1923. Durante esses anos defendeu os interesses da Associação Comercial do Recife e, por sua atuação, conseguiu a promulgação de uma lei que estendia novas linhas de crédito aos bancos estaduais.

Em 1934, nas primeiras eleições realizadas para a composição das assembleias estaduais após a Revolução de 1930, foi eleito deputado estadual em Pernambuco. Durante seu mandato foi presidente da Assembleia Legislativa e por isso, em 1935, quando o governador Carlos Lima Cavalcanti tirou férias na Europa, assumiu interinamente o governo do estado. Caracterizado por Robert Levine como “líder do laicato católico local e conservador militante”, ainda segundo esse autor, durante sua curta administração teria tentado “punir funcionários de tendência esquerdizante”. Em novembro de 1937, com golpe do Estado Novo, teve seu mandato interrompido.

Foi também professor catedrático de direito civil da Faculdade de Direito do Recife e membro da Academia Pernambucana de Letras. No campo jornalístico, colaborou com os periódicos pernambucanos *O Norte*, *O tempo*, *Imprensa Oficial*, *Diário do Nordeste* e *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*.

Faleceu em Recife em 1946.

Publicou *Da cláusula constituída na presa mercantil* (1910), *Recife* (1913), *Da inalienabilidade dos bens dotais*, *Do contrato preliminar*, *Dos efeitos da transcrição*, *Antecedentes da lei sobre acidentes de trabalho*, *Comentários à lei sobre acidentes de trabalho* e *Manual das cooperativas de consumo*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande Encic. Delta Larousse*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3); NASCIMENTO, L. *História* (v,6).

BEZERRA, Manuel

*militar; const. 1891; sen. CE 1891-1892.

Manuel Bezerra de Albuquerque Júnior nasceu em Canindé (CE) no dia 23 de agosto de 1843, filho de Manuel Bezerra de Albuquerque e de Antônia Bezerra de Albuquerque.

Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), de onde voltou com a patente de capitão, além de várias condecorações e atestados de bravura. Reformou-se em 1883 no posto de major, passando a trabalhar na Prefeitura de Fortaleza como ajudante de engenheiro da Câmara Municipal. Republicano convicto, tornou-se personagem importante na consolidação da República no Ceará, quando da tomada do palácio do governo e da aclamação do novo governante do estado, o tenente-coronel Luís Antônio Ferraz (1889-1891). Foi então nomeado secretário dos Negócios da Guerra.

Diante das atitudes centralizadoras do governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891), passou a conspirar no Rio de Janeiro e no Ceará. Em 1890 foi eleito senador pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro do mesmo ano, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e com o início, em junho, da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Em 1892, mesmo exercendo o mandato de senador, comandou a Escola Militar e as forças federais que bombardearam o palácio do governo do Ceará na deposição de Clarindo de Queirós (1891-1892), partidário de Deodoro.

Faleceu em Fortaleza no dia 12 de abril de 1892, no exercício do mandato.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.61); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1963/4).

BITTENCOURT FILHO, Francisco

*dep. fed. DF 1909-1911 e 1921-1926.

Francisco Joaquim de Bittencourt da Silva Filho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1856, filho do arquiteto Bittencourt da Silva. Seu pai fundou o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais e desde jovem envolveu-se na política do Distrito Federal. Elegeu-se intendente municipal em 1904, reelegendo-se para a legislatura seguinte, em 1907. Em 1909 elegeu-se pela primeira vez deputado federal pelo Distrito Federal para a legislatura 1909-1911. Nesse último ano, com a morte do pai, assumiu a direção do Liceu de Artes e Ofícios, cargo que ocuparia até a morte.

Em 1912 foi reeleito deputado federal mas não foi reconhecido e, por isso, deixou a Câmara dos Deputados. Em 1921 foi eleito novamente, e dessa vez diplomado. Foi reeleito e empossado na legislatura seguinte, iniciada em 1924 e concluída em 1926.

Faleceu em 1928.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Encic. Itau Cultural. Artes Visuais*, Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>.

BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro

*gov. AM 1908-1912.

Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt nasceu em Manaus no dia 23 de novembro de 1853, filho do tenente José Ferreira Bittencourt e de Damiana Filipa de Sousa.

Fez os primeiros estudos na cidade natal, com o professor Irênio Porfírio da Costa e outros professores particulares. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), alistou-se na tropa de Manaus, ali servindo como alferes de guarnição. Após servir o Exército, prestou concurso para o preenchimento de uma vaga de guarda aduaneiro em Manaus, tendo sido aprovado em primeiro lugar. Permaneceu pouco tempo no cargo, por ter sido classificado, também em primeiro lugar, para o posto de amanuense da Secretaria Geral da província do Amazonas, onde iniciou longa carreira.

Ingressando na política como membro do Partido Democrata, foi três vezes eleito deputado estadual no Amazonas. Em 1896, diante da cisão de seu partido chefiada pelo coronel Emílio José Moreira, ficou com a oposição. Mais tarde foi secretário-geral do Amazonas no governo Silvério Nery (1900-1903). Em 1903, com o apoio de Nery, foi eleito senador pelo Amazonas, mas sua vitória foi anulada pela Comissão dos Cinco, que, apoiada pelo político gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, deu a vitória a José da Costa Azevedo, o barão de Ladário, após acirrada disputa no plenário do Senado Federal. De volta ao Amazonas, foi indicado vice-governador do estado na chapa do coronel Antônio Constantino Nery, e assumiu o cargo em 23 de julho de 1904. Com o afastamento do titular, como se encontrasse oficialmente adoentado, em 19 de novembro de 1907 o governo amazonense foi assumido interinamente pelo presidente da Assembleia Legislativa, coronel Raimundo Afonso de Carvalho, que exerceu o cargo até o final do quadriênio, em julho de 1908.

Nesse mesmo ano Bittencourt foi eleito governador do Amazonas. Tomou posse em 23 de julho de 1908, tendo recebido apoio do Partido Democrata e do governo do presidente da República Afonso Pena (1906-1909). Em 15 de março de 1910, presidiu a sessão solene de instalação dos cursos da Escola Universitária Livre de Manaus, futura Universidade de

Manaus, que havia sido criada por decreto no ano anterior.

Ao longo de seu governo sofreu forte oposição do senador gaúcho Pinheiro Machado e tendeu a apoiar a Campanha Civilista, lançada em 1910 por Rui Barbosa, então candidato à presidência da República em oposição ao marechal Hermes da Fonseca, apoiado senador gaúcho. Em outubro de 1910, a capital do estado chegou a ser bombardeada por tropas federais. No dia 8 daquele mês, teve de deixar o cargo e seguiu para Belém. O vice-governador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto assumiu o governo em seu lugar, mas Bittencourt, apoiado pelo presidente Nilo Peçanha (1909-1910), conseguiu reassumir o governo estadual no dia 31 do mesmo mês, após deliberação favorável do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 22 de dezembro de 1912, em virtude de forte oposição política, foi deposto por um golpe militar. Uma junta governativa policial-militar foi então estabelecida, integrada por José Onofre Cidade, Fragoso Monteiro e Amâncio Clementino Fernandes. No dia seguinte, o governo do Amazonas voltou a ser assumido por Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Este permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1913, quando tomou posse o novo governador Jônatas de Freitas Pedrosa, que permaneceria quatro anos à frente do Executivo amazonense.

Foi ainda presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas e aposentado como oficial maior da Secretaria Geral do estado.

Faleceu em Manaus no dia 3 de março de 1926.

Foi casado duas vezes, em primeiras núpcias com Antônio de Andrada Bittencourt, com quem teve três filhos. Do seu segundo casamento, com sua prima Amélia de Sousa Bittencourt, teve vários filhos.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ASSOC. BRAS. EDU. MUSIC. Disponível em:

<<http://abemnorte.ufam.edu.br/ufam.htm>>. Acesso em: 29/3/2011;

BITTENCOURT, A. *Dicionário*; Blog Coronel Roberto. Disponível em:
<<http://catadordepapeis.blogspot.com/2010/10/bombardeio-de-manaus-centenario.html>>. Acesso em: 23/3/2011; CASA CIVIL AMAZONAS. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/programas_02.php?cod=2223>. Acesso em: 21, 28/3/2011; PLANALTO. Disponível em:
<<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais/nilo-pecanha>>. Acesso em: 28, 29/3/2011. Portal Amazônia. Disponível em:
<<http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=484>>. Acesso em: 23/3/2011).

BITTENCOURT, Antônio

*dep. fed. SE 1924-1929.

Antônio Batista Bittencourt nasceu em Aracaju no dia 2 de abril de 1893, filho de Fausto Batista Bittencourt e de Carolina Augusta Pereira Bittencourt.

Aluno do Ateneu Sergipense, prosseguiu seus estudos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1911, prestou concurso e foi nomeado atendente da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra de Realengo, sempre no Rio de Janeiro. Promovido a amanuense interino em janeiro de 1913, no ano seguinte chegou a terceiro oficial da secretaria, e em 1916, a segundo oficial interino.

Ingressou na política em 1917, eleito deputado estadual em Sergipe. Reeleito mais duas vezes, manteve-se até 1925 na Assembleia Legislativa de seu estado, que presidiu na última legislatura. Nesse ínterim, colou grau de bacharel em direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1918. Quando acadêmico, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Estudantes. Em 1919 foi nomeado intendente em Aracaju, cargo que exerceu até dezembro de 1923, quando pediu exoneração. Em seguida, obteve uma das vagas da bancada sergipana na Câmara dos Deputados, com o mandato de 1924 a 1926, renovado para o período de 1927 a 1929.

Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e membro efetivo do Conselho Superior do Ensino.

Faleceu em Aracaju no dia 7 de janeiro de 1940.

Além de discursos políticos, mensagens administrativas, artigos para a imprensa, escreveu o livro *Política de Sergipe* (1918).

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

BITTENCOURT, Carlos Machado

*militar; gov. RS. 1890; min. STM 1896-1897; min. Guerra 1897.

Carlos Machado Bittencourt nasceu em Porto Alegre, na então província do Rio Grande do Sul, no dia 12 de abril de 1840, filho do brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt e de Ana Maurícia da Silva Bittencourt. Seu avô, major Camilo Machado de Bittencourt, e seu pai morreram ambos na guerra: o primeiro, em 1818, durante a campanha contra José Gervasio Artigas (1816-1820), caudilho uruguaio, em San Carlos, na Argentina, e o segundo, em 1869, em Assunção, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando exercia o comando do 2º Corpo de Exército.

Em 1º de janeiro de 1857 ingressou voluntariamente nas fileiras do Exército brasileiro assentando praça no 13º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre, com destino ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalo. Em 4 de maio de 1858 matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre, onde concluiu os cursos de infantaria e cavalaria, e no ano seguinte passou a frequentar a Escola Central, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Chegou a alferes em 2 de dezembro de 1860, e a 26 de abril de 1863 transferiu-se, a pedido, da infantaria para a cavalaria.

Em 6 de outubro de 1865 seguiu para o campo de operações da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde serviu inicialmente junto à 7ª Brigada de Infantaria, comandada por seu pai. Participou da operação que deu início à invasão do território paraguaio em abril de 1866, em seguida entrou nos combates de Estero Belaco, e no dia 24 de maio tomou parte na primeira batalha de Tuiuti, na qual foi ferido. De janeiro a abril de 1867 esteve no Rio Grande do Sul em tratamento de saúde. Em 1º de junho foi promovido a tenente, e no ano seguinte, pelos serviços prestados em batalhas, foi agraciado com o hábito da Imperial Ordem do Cruzeiro. Em 31 de agosto de 1868 foi nomeado ajudante de campo do comando do 1º Corpo do Exército e em seguida partiu para o Chaco, onde participou das batalhas que ficaram conhecidas como a “dezembrada”. Entrou com sua unidade na capital paraguaia no dia 5 de janeiro de 1869, e no dia 20 de fevereiro foi promovido a capitão por atos de bravura na batalha de Avaí, com antiguidade de 11 de dezembro de 1868. A 28 de junho do mesmo ano, também por atos de bravura durante a “dezembrada”, foi-lhe conferida a medalha de Mérito Militar. Assinado o acordo preliminar de paz entre Brasil e Paraguai em 20 de junho de 1870, permaneceu no país vizinho com a tropa de ocupação até o mês seguinte.

Transferido para Porto Alegre, ali se casou, a 25 de maio de 1872, com Maria José Lobo. Em 1873 foi-lhe concedida a medalha geral da campanha do Paraguai, em 1874 foi

agraciado com o hábito de São Bento de Aviz, e em 1875 com os graus de cavaleiro da Ordem de Cristo e de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Em 1876 foi promovido a major, em 1881 a tenente-coronel e em 1885 a coronel, todas promoções por merecimento. Em 30 de janeiro de 1890, logo após o fim do Império e a implantação do regime republicano, foi promovido a general.

Comandante das armas do Rio Grande do Sul, então 6º Distrito Militar, quando da renúncia de Francisco da Silva Tavares ao governo do estado em 13 de maio de 1890, substituiu-o interinamente até 24 do mesmo mês, quando passou o governo ao general Cândido José da Costa. Em 4 de junho de 1891 foi nomeado comandante do 4º Distrito Militar, e em 7 de abril do ano seguinte foi promovido a general de divisão. Por decreto de 19 de setembro de 1894, assumiu o comando superior da Guarda Nacional. No dia 23 de maio de 1895 deixou tal função para exercer a de ajudante-general do Exército. No dia 12 de julho do mesmo ano foi promovido a marechal. Em 15 de junho de 1896 foi nomeado ministro do Supremo (depois Superior) Tribunal Militar.

NO MINISTÉRIO DA GUERRA

Em 17 de maio de 1897, em meio a uma crise de relacionamento entre o presidente da República, Prudente de Morais, e o ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo, foi designado para assumir a pasta. Na época, quatro expedições militares já haviam sido enviadas contra o arraial de Canudos, no sertão baiano. Os moradores da localidade haviam repellido as duas primeiras, enviadas em novembro de 1896 e janeiro de 1897. Diante das perdas e da pressão de políticos, o governo republicano preparou uma nova expedição, de 1.300 homens, sob o comando do coronel Antônio Moreira César. No dia 2 de março de 1897, depois de ter sofrido pesadas baixas causadas pela guerra de guerrilhas a caminho de Canudos, Moreira César foi morto em combate, e a expedição bateu em retirada. Carlos Machado Bittencourt recebeu então ordem do governo federal de enviar uma quarta e definitiva expedição ao arraial de Canudos. Sob o comando do general de brigada Artur Oscar, foram organizadas duas colunas comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget, ambas com mais de quatro mil soldados fortemente armados, compostas de mais de 30 unidades militares vindas das mais longínquas regiões do país. Contudo, a quarta expedição também enfrentou sérias dificuldades, e o fracasso era iminente. Diante dessa situação, o presidente da República delegou a seu ministro da Guerra plenos poderes para dar desfecho ao conflito.

O marechal Carlos Machado Bittencourt seguiu então para o sertão baiano em 3 de agosto de 1897 e, lá chegando no dia 7 de setembro seguinte, instalou sua base de operações militares na localidade de Monte Santo. Analisando as derrotas das três expedições

anteriores, e baseado em sua experiência na Guerra do Paraguai, logo percebeu que o grande inimigo da expedição não eram os jagunços, mas uma estrutura de apoio logístico inadequada ao sertão. Durante os combates os homens carregavam todo o seu suprimento, mas mesmo assim, no desenvolver da luta, viam-se sem mantimentos e sem ter como cuidar dos feridos. Diante dessa situação, antes de partir para o ataque, tomou várias medidas visando à reorganização da logística nas operações: destituiu fornecedores, adquiriu diretamente os produtos de que necessitava, organizou comboios, estabeleceu postos de suprimento, comprou muares, organizou e sistematizou o transporte de pessoal e material, tornando efetivo e contínuo o fluxo de reabastecimento das tropas. A implantação do adequado apoio logístico foi essencial para o resultado do conflito. Em 5 de outubro, terminava a campanha com a vitória das forças federais.

Durante a Guerra de Canudos (1896-1897), cerca de 20 mil moradores do arraial morreram. Centenas de prisioneiros de guerra, entre homens, mulheres e crianças, inclusive pessoas que se haviam rendido com bandeira branca e recebido promessas de proteção em nome da República, foram executados sumariamente. As ações do Exército, em particular as da fase final do conflito, comandadas por Carlos Machado Bittencourt, tiveram grande repercussão e foram fortemente repudiadas por estudantes, como os da Faculdade de Direito da Bahia, políticos, como Rui Barbosa, e intelectuais, como Euclides da Cunha, que dedicou sua grande obra, *Os sertões*, à análise dos acontecimentos em Canudos.

Carlos Machado Bittencourt regressou à capital federal e, no dia 26 de outubro, reassumiu sua pasta. No dia 5 de novembro, quando foi aguardar no cais do Arsenal de Guerra, com Prudente de Moraes e outras autoridades, a chegada do navio *Espírito Santo*, no qual regressava o general João da Silva Barbosa, junto com outras autoridades e com as tropas que haviam lutado no sertão baiano, morreu vítima de um atentado político contra o presidente da República.

O governo de Prudente de Moraes (1894-1898) foi marcado pela imposição de rígida disciplina aos militares. Malvisto pelo Exército, que nutria por ele antipatia e desconfiança, com a Guerra de Canudos e a consequente morte de milhares de militares em combate, Prudente de Moraes viu os ânimos contrários ao seu governo tornarem-se ainda mais evidentes. Foi em meio a esse clima que, no dia 5 de novembro, por volta das 13 horas, o ansepeçada (na ocasião, graduação entre soldado e cabo) Marcelino Bispo de Melo, da 3ª Companhia do 10º Batalhão de Infantaria, que se encontrava formada no cais, se adiantou armado com uma garrucha, com a intenção de assassinar o presidente. A arma falhou, e o ministro da Guerra e o chefe da Casa Militar, coronel Luís Mendes de Moraes, intervieram em defesa de Prudente de Moraes. Desarmaram o agressor, mas este conseguiu, ainda, puxar de um punhal, com o qual feriu o chefe da Casa Militar e o ministro da Guerra. Luís

Mendes de Moraes teve ferimentos menos graves, mas o marechal Carlos Machado Bittencourt, atingido por vários golpes, um deles junto ao coração, teve morte quase imediata. Marcelino Bispo, feito prisioneiro e encontrado enforcado na cadeia, foi considerado mero instrumento de conspiração política. Embora sua morte tenha comprometido as investigações, foram apontados os capitães Deocleciano Mártir e José de Sousa Veloso como mentores intelectuais do crime. De resto, o atentado findou por favorecer o presidente da República, pois minou o apoio civil e militar aos militares jacobinos.

Carlos Machado Bittencourt foi, ainda, instrutor do curso de cavalaria e infantaria da Escola Militar do Rio Grande do Sul, comandante da guarnição de fronteira em Jaguarão, no mesmo estado, e inspetor do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro. Recebeu também as medalhas da campanha do Paraguai concedidas pelos governos da Argentina e do Uruguai. Cognominado o “Marechal de Ouro”, Carlos Machado Bittencourt, por haver demonstrado como ministro da Guerra, na expedição a Canudos, a necessidade da existência de um serviço de intendência estruturado, equipado e treinado para garantir o apoio logístico às tropas que lá combatiam, foi consagrado pelo Decreto-Lei n.º 2.112, de 5 de abril de 1940, como patrono do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro.

Do seu casamento com Maria José Lobo, teve 11 filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: COL. MIL. PORTO ALEGRE. Ex-alunos, ex-professores e ex-integrantes da Escola Militar do Rio Grande do Sul, da Escola Preparatória e de Tática, da Escola Preparatória de Porto Alegre e do Colégio Militar de Porto Alegre que se destacaram no cenário municipal, estadual e nacional. Disponível em: "http://www.cmpa.tche.br/ex_integrantes_cmpa.pdf". Acesso em 30 de abril de 2011; CUNHA. Euclides da. *Os Sertões*. Disponível em: <"<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>. Acesso em: 1/7/2011; DONATO, H. *Dicionário; Encic. Delta* (v. 9, p. 4951); *Encyc. Dictionario Internacional* (v. 3, p. 1476); *Encic. Mirador Internacional* (v. 13, p. 7080); *Jornal do Brasil* (6/11/1897, p. 1); *Jornal do Comércio* (6/11/1897, p. 1); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 31); LOPES T.; TORRES, G. *Ministros* (p.136-137); MACCANN, F. *Soldados; MIN. DEF. Patronos: Marechal Bitencourt*". Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/bitencourt-intendencia>>. Acesso em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/bitencourt-intendencia>>.

19/6/2011; MIN. DEF. ESC. APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. Marechal Bitencourt. Disponível em: <<http://www.esao.ensino.eb.br/paginas/cursos/int/patrono/patrono.htm>>. Acesso em: 1/7/2011; MIN. GUERRA. *Almanaque* ; PORTO ALEGRE, A. *Homens* (p. 128-129); 5.^a REGIÃO MILITAR. “Seção de Tiro de Guerra”. Disponível em: <http://www.5rm5de.eb.mil.br/secoes/escter/tiro_guerra/paginas/noticias/intendencia.htm>. Acesso em: 30/4/2011; SUP.TRIB. MIL. Ministros do STM (1808-2011). Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.

BITTENCOURT, Gentil

*gov. PA 1891.

Gentil Augusto de Moraes Bittencourt foi governador do Pará em 1891.

Um dia após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o então presidente da província do Pará, Antônio José Ferreira Braga, foi deposto, e assumiu o poder uma junta provisória chefiada por Justo Leite Chermont, composta ainda pelo tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior e o capitão de fragata José Maria do Nascimento. No dia 5 de dezembro seguinte, a junta assinou o Decreto nº 3, que dissolvia a Câmara Municipal de Belém e criava em seu lugar o Conselho Municipal, composto de cinco membros, sendo um deles presidente. O primeiro Conselho Municipal de Belém, empossado a 9 de dezembro, teve como presidente Manuel de Melo Cardoso Barata e era composto pelos seguintes vereadores: Gentil Bittencourt, Magno de Araújo, Gonçalo de Lima Ferreira e Inácio Gonçalves Nogueira.

Por ordem do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 17 de dezembro a junta foi desfeita e Justo Chermont foi nomeado governador do estado, enquanto Gentil Bittencourt era designado vice-governador. Justo Chermont governou até 7 de fevereiro de 1891. Nessa data Gentil Bittencourt assumiu o governo do Pará e o exerceu até 25 de março, quando o transmitiu a Duarte Guedes.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

BITTENCOURT, LAMEIRA

*rev. 1930; interv. PA 1945; const. 1946; dep. fed. PA 1946-1957; sen. PA 1957-1960.

João Guilherme Lameira Bittencourt nasceu em Lisboa no dia 29 de agosto de 1908, filho de Raimundo Lameira Bittencourt e de Maria Lameira Bittencourt. Por se acharem seus pais em trânsito na capital portuguesa por ocasião de seu nascimento, foi registrado na embaixada do Brasil em Portugal, antes que a família retornasse a Belém do Pará.

Fez o curso primário no Externato 9 de Janeiro e o secundário no Colégio Moderno, prestando exames no Ginásio Pais de Carvalho. Em 1924 ingressou na Faculdade Livre de Direito do Pará e passou a exercer atividades políticas relacionadas à vida acadêmica, tendo sido um dos fundadores e redator do jornal *A Voz Acadêmica*. Em 1925, participou de manifestações de protesto contra o governo Artur Bernardes (1922-1926), que, em janeiro de 1925, baixou um decreto determinando o aumento das anuidades pagas pelos estudantes. Por sua atuação na greve nacional de estudantes contra a prisão do professor Bruno Lobo, que se havia colocado a favor destes na questão do aumento das anuidades, chegou a ser preso. Bacharelou-se no final de 1929, especializando-se em direito penal e constitucional.

Ainda estudante, como presidente do Comitê Acadêmico Paraense pró-Getúlio Vargas, participou em 1929, na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, da campanha da Aliança Liberal. No ano seguinte, tomou parte nos acontecimentos que resultaram na vitória da Revolução de 1930.

Promotor público em Belém a partir de 1930, foi nomeado no ano seguinte chefe da Assistência Jurídica Cível da mesma cidade. Procurador interino da República da seção do Pará em 1932, atuou como voluntário em duas operações do governo contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Nomeado procurador-geral do estado, com funções de desembargador junto ao Tribunal de Apelação do Estado do Pará em 1933, exerceu esse cargo até 1934.

Elegeram-se vereador à Câmara Municipal de Belém em 1936 na legenda do Partido Liberal do Pará, que representava na época as forças da oposição, e ocupou a presidência da Casa desse ano até novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Reintegrado às atividades acadêmicas, foi contratado em 1940 como professor de direito penal da Faculdade de Direito do Pará.

Secretário-geral do estado, foi nomeado em 27 de outubro de 1945 interventor federal no

Pará em substituição ao coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que preferiu desincompatibilizar-se para concorrer às eleições para governador do estado, marcadas para o dia 2 de dezembro. Tomou posse em 29 de outubro e permaneceu no cargo apenas por um dia, em virtude do golpe que no próprio dia 29 depôs o presidente Getúlio Vargas e aboliu o Estado Novo. Foi então substituído pelo comandante da 8ª Região Militar, o general Alexandre Zacarias de Assunção.

Nas eleições de dezembro de 1945 elegeu-se deputado pelo Pará à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, teve seu mandato estendido até janeiro de 1951. Durante a legislatura foi primeiro vice-presidente da seção paraense do PSD, segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, líder de sua bancada e membro das comissões de Constituição e Justiça, Especial de Encampação da The São Paulo Railway, de Inquérito sobre Arrecadação e Aplicação das Rendas dos Institutos de Previdência, Especial de Leis Complementares da Constituição e Mista de Leis Complementares.

Nos pleitos de outubro de 1950 e de 1954 reelegeu-se na mesma legenda, exercendo a partir de 1956 a vice-liderança da maioria — formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR) e o PSD — e de seu próprio partido na Câmara dos Deputados. Foi também presidente da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia e membro efetivo das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Leis Complementares.

Ainda em 1956, elegeu-se senador no pleito suplementar destinado a preencher a vaga do senador Magalhães Barata, que renunciou ao mandato para assumir o governo do Pará. Deixando a Câmara dos Deputados, assumiu em abril do ano seguinte sua cadeira no Senado, onde se tornou vice-líder e — a partir de 1959, com a renúncia de Filinto Müller — líder da maioria e do PSD. Integrou ainda a comissão especial encarregada de elaborar o projeto do Código Eleitoral e Partidário e as comissões de Finanças e Orçamento, de Trabalho e Legislação Social e de Constituição e Justiça do Senado. Em maio de 1959, com a morte de Magalhães Barata, tornou-se candidato à sucessão paraense.

Professor de direito criminal na Faculdade de Direito do Pará, foi também jornalista, tendo

dirigido *O Liberal*, de Belém.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de janeiro de 1960, em plena campanha eleitoral para o governo do Pará.

Era casado com Maria Urânia Araújo Bittencourt, de quem teve dois filhos.

Publicou *Da eutanásia* (tese) e *Da intervenção do Estado no domínio econômico*.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CÂM. DEP. *Anais* (1960, 1961); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CRUZ, E. *História de Belém*; CRUZ, E. *História do Pará*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; FRANCO, A. *Escalada*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Comércio*, Rio (28/1/1960); MORAIS, A. *Minas*; POPPINO, R. *Federal*; *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*; ROQUE, C. *Grande*; SENADO. *Relação*; SENADO. *Relação dos líderes*; SILVA, G. *Constituinte*.

BITTENCOURT, Raul

* rev. 1930; const. 1934; dep. fed. RS 1935-1937.

Raul Jobim Bittencourt nasceu em Porto Alegre no dia 2 de janeiro de 1902, filho de Oscar Muniz Bittencourt e de Francisca Jobim Bittencourt.

Formou-se em 1923 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, começando ainda no mesmo ano a exercer a profissão na Companhia Carbonífera Brasileira, em São Jerônimo (RS). Em 1924 foi contratado como médico pela prefeitura da capital gaúcha, no ano seguinte tornou-se docente de clínica psiquiátrica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e em 1926 passou médico psiquiatra do Hospital São Pedro, na mesma cidade. Dedicou-se também ao ensino de literatura, lecionando na Escola Normal de Porto Alegre nos anos de 1927 e 1928, quando representou seu estado na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba.

Iniciou a carreira política em 1929, elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em seguida, aderiu às forças de oposição ao governo de Washington Luís (1926-1930) que, visando às eleições presidenciais marcadas para março de 1930, se articularam na Aliança Liberal lançando a candidatura de Getúlio Vargas. Em 20 de dezembro de 1929, representou o PRR na convenção nacional das forças aliancistas realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal e, na qualidade de secretário da mesa, leu o manifesto das correntes oposicionistas. Ainda durante a campanha eleitoral, participou da caravana que percorreu vários estados do Norte e do Nordeste sob a liderança de João Batista Luzardo. Após a vitória do candidato situacionista Júlio Prestes, aderiu às forças políticas que se articularam com o objetivo de depor Washington Luís. Deflagrado o movimento revolucionário em outubro, incorporou-se, na condição de "tenente-coronel", à coluna de voluntários comandada por Batista Luzardo.

Com a vitória da Revolução de 1930 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, Raul Bittencourt consolidou sua atuação política nas áreas de educação e saúde,

tornando-se em 1931 secretário do ministro da Educação e Saúde Pública, Belisário Pena. No mesmo ano participou do I Congresso Médico Sindical, realizado no Rio de Janeiro, destacando-se na defesa da sindicalização da classe médica. Retornou em 1932 ao Rio Grande do Sul para assumir, até o ano seguinte, a Diretoria Geral de Instrução Pública do estado, período em que exerceu também a chefia da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Em fins de 1932, o debate em torno da constitucionalização do regime instalou uma séria crise no Rio Grande do Sul, dividindo as forças políticas do Partido Libertador (PL) e do PRR, desde 1929 concentradas na Frente Única Gaúcha (FUG). Essas divergências resultaram na criação, no mês de novembro, do Partido Republicano Liberal (PRL), liderado pelo interventor federal no estado José Antônio Flores da Cunha, e solidário ao governo provisório. Raul Bittencourt participou da comissão que elaborou o programa do PRL e nessa legenda elegeu-se, no pleito de maio de 1933, primeiro suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Em dezembro do mesmo ano tomou posse, em virtude da renúncia do deputado Frederico Dahne.

Durante os trabalhos constituintes, foi um dos articuladores – juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Garcia de Medeiros Neto, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Augusto Simões Lopes e Valdomiro de Barros Magalhães – de propostas de transição do regime revolucionário para um governo constitucional. A solução finalmente adotada, contrária à apresentada por Vargas, que pretendia transformar a Constituinte em Câmara ordinária após a promulgação da nova Carta e a eleição presidencial, foi marcar eleições para a legislatura ordinária e prorrogar o mandato dos constituintes até a posse dos parlamentares eleitos. Raul Bittencourt foi também autor da maior parte dos artigos referentes à educação no texto da nova Constituição, promulgada em julho de 1934.

Em outubro de 1934, Raul Bittencourt elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRL. Assumindo o mandato em maio do ano seguinte, participou da Comissão de Educação e Cultura da Câmara e foi relator de diversos projetos voltados para a educação, continuando a exercer suas atividades pedagógicas na capital federal. Ainda em

1935 tornou-se professor catedrático de clínica psiquiátrica da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, e no ano seguinte assumiu a vice-presidência da Liga Brasileira de Higiene Mental, função que desempenharia por quatro anos. Ocupou sua cadeira na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Prosseguindo seu trabalho nos campos da educação e da saúde no Rio de Janeiro, fundou em 1938 o Educandário Rui Barbosa, foi professor catedrático de história na Universidade do Distrito Federal e começou a lecionar psicologia e filosofia no Colégio Andrews. No ano seguinte, assumiu a cátedra de história e filosofia da educação na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e tornou-se membro do Conselho Executivo da Associação Brasileira de Educação. Em 1941, participou do I Congresso de Saúde Escolar, realizado em São Paulo. Professor titular de economia geral no Curso de Economia e Finanças Valentim Bouças em 1942, tornou-se nesse mesmo ano professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Mauá, participando ainda do VIII Congresso Nacional de Educação, realizado em Goiânia. No ano seguinte compareceu ao IV Congresso Americano de Professores, no Chile, e em 1945 assumiu a cátedra na Faculdade de Ciências Econômicas. Presidiu também nesse ano o IX Congresso Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro, e foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educação. Em 1965, foi reitor interino da Universidade do Brasil.

Raul Bittencourt pertenceu a várias entidades culturais e profissionais do país e do exterior, destacando-se entre elas a Academia Rio-Grandense de Letras, a Sociedade de Psiquiatria e Medicina Legal de La Plata, na Argentina, e o Ateneu de História da Medicina de Buenos Aires. Foi ainda membro da Sociedade Brasileira de Economia Política, da Sociedade de Psicologia Individual do Rio de Janeiro e do Seminário de Psicologia do Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de março de 1985.

Publicou *Novos horizontes da psiquiatria* (1924), *Psicologia dos delírios* (tese, 1925), *Medicina de Estado* (1931), *O esforço histórico da educação brasileira* (1945), *O pensamento brasileiro sobre o problema social* (1945), *A filosofia da educação nos*

quadros dos estudos pedagógicos (1947), Ciência nova para a era nova (1948), Da correlação entre a cura de certas psicoses e a intercorrência de infecções agudas, Psicologia sintética, Sindicalização da classe médica, Educação moral e cívica no ensino secundário, Educação rural, Camões, Rui Barbosa, A personalidade de Alcides Mayer.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. dep. seus componentes*; COUTINHO, A. *Brasil; Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; HIRSHOWICZ, E. *Contemporâneos*; VILAS BOAS, P. *Notas*.

BLEY, PUNARO

*militar; rev. 1930; interv. ES 1930-1935; gov. ES 1935-1937; interv. ES 1937-1943.

João Punaro Bley nasceu em Montes Claros (MG) no dia 14 de novembro de 1900, filho do engenheiro João Bley Filho e de Maria Punaro Barata.

Estudou no Grupo Escolar de Teófilo Otoni (MG), no Colégio Diocesano São José no Rio de Janeiro – para onde sua família se transferiu em 1907 – e, de 1913 a 1917, no Colégio Militar de Barbacena (MG). Em 1918, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante a oficial de artilharia em 1920. Nesse mesmo ano, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, optando, em seguida, por servir no 4º Regimento de Artilharia, sediado em Curitiba, onde então trabalhava seu pai.

Promovido a segundo-tenente em maio de 1921 e a primeiro-tenente em setembro do ano seguinte, não se engajou na revolta militar deflagrada em julho de 1922, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Afirmou, entretanto, em apontamentos de memórias inéditas, que simpatizava com a causa dos insurretos. Em janeiro de 1924, casou-se com Alzira Herondina Donat Bley, com quem viria a ter três filhas.

Com a eclosão de novos levantes militares a partir de julho de 1924 em São Paulo, Sergipe e Amazonas, foi requisitado para colaborar na repressão ao movimento. Partiu para São Paulo no dia 13 de julho, integrando ao estado-maior do grupo de artilharia comandado pelo tenente-coronel Mário Alves Monteiro Tourinho. Contudo, segundo afirmou em suas memórias, “suspeito de simpatia pela causa revolucionária, nosso grupo de artilharia foi dissolvido, [tendo sido] separadas as baterias, e fomos mandados fazer parte do estado-maior do destacamento do general Carlos Arlindo, que tentava fechar o cerco a São Paulo do lado da serra do Mar”. Permaneceu na frente de batalha durante dez dias, mas não chegou a entrar em ação. Em relação ao movimento, declarou em suas memórias que “embora tomados de surpresa, tal como ocorreu em 1922, era inegável nossa simpatia pela causa revolucionária, e teríamos passado para o seu lado se não tivéssemos encontrado a cidade praticamente cercada pelas tropas legais”. Acrescentou que eram frequentes os contatos que mantinha com militares revolucionários, então considerados desertores.

De volta a Curitiba em agosto, teria exercido as funções de secretário do Comitê Revolucionário de Curitiba, responsável pelo manejo de um código secreto. Em setembro,

foi novamente convocado, dessa vez para combater os revolucionários que haviam abandonado a capital paulista e invadido o Paraná, estabelecendo seu quartel-general em Foz do Iguaçu. Integrado às forças em operação no estado do Paraná, sob o comando do general Cândido Mariano da Silva Rondon, combateu até maio de 1925, quando os insurretos, reunidos a revolucionários gaúchos, já haviam formado a Coluna Prestes, a qual iniciou então a marcha que, ao longo de quase dois anos, levou-a a percorrer 13 estados brasileiros. Por seu desempenho na campanha paranaense, recebeu elogios dos coronéis Mário Tourinho e Sousa Castro, comandante do 10º Batalhão de Caçadores.

Em 1928 exerceu a função de auxiliar de instrutor de artilharia na Escola Militar do Realengo e no ano seguinte ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército. Em setembro de 1930, foi promovido a capitão.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Com a eclosão do movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930, foi designado para combater as forças que se haviam rebelado no Espírito Santo. No dia 8, embarcou para Vitória a fim de assumir a chefia do estado-maior do coronel José Armando Ribeiro de Paula, nomeado para o comando da tropa integrada pelo 3º Batalhão de Caçadores (BC) e a Polícia Militar do estado. Junto com ele, embarcaram para a capital capixaba 13 sargentos e sete oficiais, entre os quais os tenentes Sadi Martins Viana e Celso Lobo, companheiros da guarnição paranaense e também simpatizantes dos revolucionários. As forças legalistas não contavam com uma situação muito favorável no Espírito Santo. Os efetivos do 3º BC e da Polícia Militar eram reduzidos, mal armados e infiltrados de elementos oposicionistas. As forças legais contavam ainda com dois “batalhões patrióticos”, precariamente organizados por empreiteiros de estradas de rodagem e constituídos por operários recrutados em troca da promessa de soldo, roupas e alimentação. Ameaçado de invasão por três colunas vindas de Minas Gerais, o estado teve ordem de mobilização geral emitida pelo presidente Aristeu Aguiar. Todavia, o coronel Fernando Abott, comandante da 3ª Circunscrição de Recrutamento, simpatizava com os revolucionários e boicotou a ordem do presidente.

Por outro lado, abalada pela crise de 1929, que atingira a sua principal fonte de riqueza – a cafeicultura –, a população do estado também dava reduzido apoio à situação. O governo

estadual se impopularizara com a violenta repressão à caravana da Aliança Liberal em fevereiro de 1930, e o funcionalismo público já não recebia seus salários em dia havia vários meses.

Diante das notícias de aproximação das forças mineiras, Aristeu Aguiar abandonou o estado na manhã do dia 16. Assumiu o governo o coronel Ribeiro de Paula, que recebeu ordens do governo federal para comandar a resistência aos revolucionários. Em pouco tempo, porém, o estado passou a pleno controle das tropas vindas de Minas, enquanto o 3º BC aderiu à revolução, e o coronel Ribeiro de Paula partiu para o Rio de Janeiro.

No dia 19 de outubro formou-se no Espírito Santo a junta governativa revolucionária, constituída pelo desembargador João Manuel de Carvalho, o advogado Afonso Correia Lúrio e o capitão Punaro Bley, oficial da mais alta patente no estado, já que o coronel Abott viajara para o Rio.

NO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO

No dia 14 de novembro, Punaro Bley foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, embora fosse um oficial sem tradição no estado e carente de experiência na administração pública. Em suas memórias, explicou a nomeação afirmando que os dois outros membros da junta, embora opositores de Washington Luís, eram adversários na esfera local. Assim, iniciaram intensa disputa pela interventoria, o que levou o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, a optar por seu nome – apoiado pela Associação Comercial de Vitória – como alternativa alheia às questões regionais, capaz de ser aceita pelas facções em luta.

Vindo do Rio de Janeiro, onde recebeu sua nomeação, Punaro Bley chegou a Vitória no dia 21 de novembro e tomou posse no dia seguinte. Na investidura, apresentou seu programa de governo, que enfatizava a recuperação das combalidas finanças estaduais. Ao assumir o cargo, transferiu para 1932 sua matrícula na Escola de Estado-Maior, onde cursaria a segunda série.

Com a irrupção da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, Punaro Bley quis retornar às fileiras do Exército para combatê-la. Como outros interventores, enviou a Getúlio Vargas telegrama de solidariedade, deslocando para a frente de combate dois batalhões da polícia estadual e as tropas do 3º BC. Após a derrota do movimento,

cumprimentou Vargas por sua atitude diante dos vencidos, que qualificou de “magnânima e tolerante”.

Embora os paulistas tivessem sido derrotados em 1932, Getúlio decidiu promover a reconstitucionalização do país, convocando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Na maioria dos estados, os interventores federais tomaram a iniciativa de organizar partidos para concorrer ao pleito, congregando as forças que passaram à situação com a vitória da Revolução de 1930. No Espírito Santo, Punaro Bley foi um dos líderes do Partido Social Democrático (PSD), que elegeu a maioria dos deputados à Constituinte e hipotecou apoio à candidatura de Vargas à presidência da República, como os demais partidos patrocinados pelos interventores nos estados.

Nas eleições estaduais de 1934, o PSD capixaba elegeu 16 deputados, contra oito do Partido da Lavoura – que reunia as forças derrotadas pela revolução – e um do Partido Proletário – oposição com tendência à esquerda. Além de elaborar a nova Constituição do estado, a Assembleia eleita tinha a incumbência de escolher dois senadores federais e o novo governador do estado. O candidato do PSD, majoritário, era o próprio interventor Punaro Bley.

Os partidos oposicionistas, reunidos nas Oposições Coligadas, não aceitaram o nome do interventor e, conseguindo a adesão do deputado federal Asdrúbal Soares, pessedista dissidente, lançaram-no como candidato, o que lhes valeu quatro votos de parlamentares do PSD. A oposição contava agora com a maioria na Assembleia e poderia eleger o governador.

Diante da inversão do quadro político, Punaro Bley tentou obter o voto do único deputado do Partido Proletário, Gilberto Gabeira. Este, conforme narra Punaro Bley em suas memórias, filiou-se de início à oposição, mas, “precisado de dinheiro, por intermédio de Carlos Marciano de Medeiros, ofereceu-se para passar para o nosso lado, por 50 contos pagos com repugnância. Ficou conosco até que, por cem contos, passou-se para o Partido da Lavoura”.

Procurando evitar a derrota de seu partido, Punaro Bley passou a articular, por sugestão do tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias, que fora seu instrutor na Escola Militar, uma proposta de conciliação em torno do nome de Jerônimo Monteiro Filho, herdeiro político de uma das facções do Partido da Lavoura, com a finalidade de dividir a oposição. Para si,

o interventor reservava a candidatura a uma das cadeiras no Senado. Desse modo, conseguiu recuperar a posição majoritária na Assembleia.

Nesse ínterim, contudo, alguns membros da direção do PSD, entre os quais Carlos de Medeiros, decidiram relançar a candidatura de Punaro Bley, o qual assinou com Jerônimo Monteiro Filho um “pacto de honra”. Nos termos desse acordo, firmado no dia 1º de abril de 1935, Punaro Bley seria eleito governador, e Jerônimo Monteiro, senador, o que de fato ocorreu no pleito realizado no dia seguinte.

Com a decretação do Estado Novo (10/11/1937), Punaro Bley, que apoiou a medida, foi confirmado no cargo, agora novamente na qualidade de interventor federal. Em março de 1940 foi promovido a major, e em 1942 retomou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército. Em janeiro de 1943 deixou a interventoria.

Sua administração no Espírito Santo se caracterizou inicialmente pela tentativa de pacificar as correntes políticas que disputavam sua preferência. Assentou as bases para o saneamento das finanças do estado, através da reorganização do Serviço de Tomada de Contas e do resgate de empréstimos, à vista e com abatimento de juros. No que se refere à educação, procedeu à instalação da Faculdade de Direito do estado e à oficialização da Faculdade de Farmácia e Odontologia, além de criar a Escola Prática de Agricultura e desencadear a campanha de nacionalização do ensino nas áreas de colonização estrangeira.

DE VOLTA À CARREIRA MILITAR

Em março de 1943, Punaro Bley assumiu o cargo de diretor comercial da Companhia Vale do Rio Doce, no qual permaneceu até maio de 1947. Promovido a tenente-coronel em dezembro de 1944 e a coronel em agosto de 1951, comandou o Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de 1952 a 1953. Entre 1953 e 1955, esteve adjunto à 3ª Seção do Estado-Maior do Exército e foi chefe de sua 5ª Seção (geografia e história).

Durante a gestão do general Henrique Teixeira Lott no Ministério da Guerra, foi por algum tempo subchefe de seu gabinete e chefe da Divisão de Pesquisas e Estudos do ministério. Promovido a general de brigada em março de 1958, ano em que comandou a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), em 1961 exerceu as funções de comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar do Rio de Janeiro, e

de comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG).

Passou para a reserva em novembro de 1962, no posto de general de exército. Com a dissolução dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, integrou o primeiro diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação formada pelas forças responsáveis pelo movimento político-militar de 1964.

Durante sua carreira militar, além dos postos já citados, comandou o Forte Marechal Luz, em São Francisco do Sul (SC), e cursou a Escola Superior de Guerra.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1983.

Era casado com Alzira Bley, com quem teve duas filhas.

Seu arquivo pessoal se encontra depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Renato Lemos

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. JOÃO PUNARO BLEY; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DERENZI, L. *Biografia; Encic. Mirador*; CURRIC. BIOG.; B.; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Jornal do Brasil* (21/4/1983); MOREIRA, J. *Dic.*; NOVAIS, M. *História*; OLIVEIRA, J. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1935.

BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS (BOC)

Organização de caráter político-eleitoral impulsionada pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB), depois Partido Comunista Brasileiro, publicamente surgida em janeiro de 1927 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sob a denominação Bloco Operário. Tal denominação foi alterada em novembro do mesmo ano para Bloco Operário e Camponês, e dois anos depois para Bloco Operário e Camponês do Brasil. A organização teve suas atividades encerradas após as eleições presidenciais de março de 1930.

O BLOCO OPERÁRIO

O PCB teve em seus primórdios um significativo número de militantes egressos do anarcossindicalismo, ou sindicalismo revolucionário. Essa corrente, de grande influência entre os setores organizados do movimento operário brasileiro, tinha entre seus princípios a abstenção nos processos eleitorais e a “ação direta” como forma de atuação política. Os comunistas, por sua vez, bem como sua organização internacional, a Internacional Comunista (IC), advogavam, entre outros pontos que os distinguiam dos sindicalistas revolucionários, a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais e nos parlamentos, buscando utilizar-se de tais ocasiões e espaços para fazer denúncias, propaganda e agitação política.

Fundado em março de 1922, o PCB não participou das eleições naquele ano, e já em julho foi posto na clandestinidade. Em dezembro de 1923 os comunistas decidiram participar de uma eleição, para deputado federal, que se realizaria em março de 1924. O PCB chegou a definir seu candidato, o gráfico João Jorge da Costa Pimenta, e a denominação da legenda – Bloco Operário –, mas a inexperiência não permitiu que inscrevesse sua candidatura, o que se combinou com uma onda repressiva desencadeada pelo governo federal contra o partido. Em 1925, os comunistas participaram pela primeira vez de uma eleição. Essa participação ocorreu, no entanto, em um pleito municipal na cidade de Santos (SP), para o qual foi apresentada, sob a legenda da Coligação Operária, a candidatura do garçom João Freire de

Oliveira, que obteve apenas 34 votos. No mesmo ano, com vistas a uma participação nas eleições para vereador na cidade do Rio de Janeiro em 1926, o PCB chegou a divulgar a plataforma eleitoral do Bloco Operário. No entanto, mais uma vez, o partido não se apresentou às eleições.

Foi somente com o final do estado de exceção sob o qual o Brasil vivera praticamente de maneira ininterrupta desde julho de 1922, em decorrência das rebeliões tenentistas de 1922 e 1924, que o PCB decidiu apresentar-se afinal a uma eleição, criando a legenda do Bloco Operário. Tal decisão decorreu não só da orientação estabelecida no IV Congresso da Internacional Comunista em 1922, de que fosse adotada uma política de frente única, mas também do desejo dos comunistas brasileiros de preparar uma base orgânica política legal para o PCB e atrair para suas idéias e ações segmentos sociais mais amplos, em especial da pequena burguesia urbana, conforme estabelecido pelo II Congresso do partido realizado em 1925. Foi assim lançado, finalmente, em janeiro de 1927, o Bloco Operário.

O PCB teve a seu dispor, para divulgar suas posições e as do Bloco Operário, o diário *A Nação*, do Rio de Janeiro, cedido pelo proprietário do título, Leônidas de Resende. Assim, em 5 de janeiro de 1927, os comunistas publicaram nas páginas de *A Nação* uma Carta Aberta dirigida a personalidades e organizações reformistas do Rio de Janeiro propondo a criação de uma frente visando às eleições para a Câmara dos Deputados. A proposta obteve a adesão de uma série de organizações e do deputado federal carioca João Batista de Azevedo Lima. Em sua Carta Aberta, o PCB propunha a seus interlocutores a criação do Bloco Operário, nos marcos de uma política de “frente única” que tinha por objetivo juntar os esforços de todos, em razão de sua “afinidade básica de interesses”, para a disputa eleitoral. Esse agrupamento teria como base as idéias apresentadas na Carta Aberta e uma plataforma também ali exposta. Formada a frente única, pretendiam iniciar um combate à “política personalista, individualista e irresponsável dos cabos eleitorais sem princípio, sem programa e sem finalidade” e garantir, assim, o compromisso dos políticos com as massas. A plataforma do Bloco Operário era, de um lado, uma consolidação dos programas apresentados pela Coligação Operária de Santos e pelo Bloco Operário em 1925, e pelo

próprio PCB para o 1º de maio de 1926; de outro, refletia o acúmulo de anos de experiência e combates do movimento dos trabalhadores. Na plataforma do Bloco Operário de 1927 havia uma ênfase no papel dos parlamentares a serem eleitos, no sentido de promover a instauração e o exercício dos “direitos políticos de classe” dos trabalhadores: defesa dos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, apoio às suas lutas e reivindicações, e defesa de suas liberdades políticas (associação, reunião, pensamento e palavra).

O programa do Bloco Operário foi dividido em 13 pontos: política independente de classe; crítica e combate à política plutocrática; anti-imperialismo; reconhecimento *de jure* da URSS; legislação social; crítica às leis de exceção; impostos; habitação operária; ensino e educação; voto secreto; anistia aos presos políticos; autonomia do Distrito Federal; reforma monetária e carestia da vida. Dos 13, os três últimos estavam sendo formulados pela primeira vez em uma plataforma comunista. O primeiro deles, a anistia aos presos políticos, que fundamentalmente se dirigia aos revoltosos de 1922 e 1924, já era então uma questão corrente na sociedade e capitalizava setores da pequena burguesia aos quais o PCB pretendia aliar-se seguindo a política estabelecida no seu II Congresso. Já o segundo, a autonomia do Distrito Federal, cujo prefeito era nomeado pelo presidente da República e tinha seus atos legais revisados pelo Senado Federal, era uma questão muito debatida e contava com ampla adesão nos mesmos setores que levantavam a questão da anistia. O último ponto era o que tratava da reforma monetária, com a qual o presidente Washington Luís pretendia fazer da estabilidade cambial e de preços a principal medida econômica de seu governo. Destaque-se que, como usualmente ocorre nesses casos, tais medidas tiveram efeitos perversos sobre a população brasileira, especialmente o encarecimento do custo de vida e a redução de salários.

A adesão de Azevedo Lima às propostas da Carta Aberta, bem como sua experiência eleitoral, fizeram com que o Bloco Operário acolhesse sua candidatura, mesmo não sendo militante do PCB. O partido incluiu ainda na chapa do Bloco Operário outro candidato, o gráfico comunista João Jorge da Costa Pimenta. Nas eleições de março de 1927 Azevedo Lima obteve 11.502 votos, reelegendo-se, e João Jorge da Costa Pimenta recebeu 1.965

votos. A vitória de Azevedo Lima e a crescente importância de *A Nação* como canal de divulgação e organização, tanto do Bloco Operário como do PCB, provocaram uma reação por parte do governo do presidente Washington Luís no sentido de jogar o PCB novamente na clandestinidade: foi aprovada pelo Congresso Nacional uma lei de repressão a “atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas”, conhecida como Lei Celerada (Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927).

DO BOC AO BOCB

A Lei Celerada obrigou os comunistas a buscar uma forma de ação por meio da qual os posicionamentos do PCB pudessem ter uma expressão pública, mesmo que não explicitamente em nome do partido. Tal opção recaiu sobre o Bloco Operário, que em novembro de 1927 teria seu nome alterado para Bloco Operário e Camponês (BOC). A possibilidade de realizar comícios, debates etc. fazendo uso do nome do BOC e contando com a presença do deputado Azevedo Lima, presidente da organização, bem como o trabalho de alistamento de eleitores – que significava, também, a possibilidade de se obterem novos militantes para o PCB –, abriam um amplo espectro de oportunidades de ação.

Esse novo formato do BOC fez com que ele começasse a crescer e a se implantar pelo país. A partir de então, e ao longo dos anos de 1928 e 1929, foram se formando seções estaduais, locais ou de categorias profissionais em quase todos os estados do país. No entanto, foi em sua unidade mais bem organizada, a do Rio de Janeiro, que o BOC obteve uma vitória significativa nas eleições de 28 de outubro de 1928, com a eleição de dois vereadores para o Conselho Municipal do Distrito Federal. Pela primeira vez em sua história, o PCB conseguiu levar a uma casa parlamentar dois de seus militantes: o farmacêutico Otávio Brandão do Rego, com 7.650 sufrágios, e o marmorista Minervino de Oliveira, com 8.053. A eleição dos dois representantes do BOC marcou o ápice da organização e também o início de sua dissolução. Meses antes da eleição iniciara-se o processo de afastamento de Azevedo Lima do BOC, motivado, de um lado, pela recusa do parlamentar em assumir o

papel de militante comunista (o que ele nunca fora) e, conseqüentemente, em aceitar o controle completo de seu mandato pelo PCB e, de outro, pelo fato de o PCB ter rompido o acordo pactuado no início de 1927 de apoiar um candidato indicado por Azevedo Lima nas eleições municipais de 1928 e ter lançado dois de seus militantes ao invés de um. A discussão se prolongou até abril de 1929, quando Azevedo Lima foi expulso do BOC e substituído na sua presidência pelo gráfico comunista João Jorge da Costa Pimenta.

No entanto, o principal fator que levou ao fim do BOC foi a superposição entre o PCB e o BOC, que fez com que o segundo acabasse assumindo muitas das tarefas e competências do primeiro. Isso começou a ser objeto de fortes críticas por parte das instâncias internacionais vinculadas ao PCB, ou seja, o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SESA) e a própria Internacional Comunista (IC). Em um primeiro momento o SESA tentou delimitar com maior clareza as ações do BOC. No entanto, após a realização do VI Congresso da IC (1928), as pressões sobre a atuação do BOC gradualmente se intensificaram.

O VI Congresso constatou uma suposta “radicalização das massas” (resultante do crescente número de greves e de enfrentamentos com a polícia, e patente no aparecimento de palavras de ordem políticas ao lado de reivindicações econômicas) e um agravamento das contradições que conduziriam o capitalismo à ruína. O conjunto dessas constatações marcaria um longo ciclo de sectarização esquerdista nas orientações da IC. Nele foram referendadas as políticas conhecidas como “classe contra classe”, em que se afirmava que as burguesias nacionais já não eram mais uma força revolucionária anti-imperialista, devendo os comunistas rechaçar alianças com tais forças. Produziram-se, em consequência, ações políticas de rejeição às alianças com a social-democracia (que passaria a ser caracterizada como “social-fascista”).

Efetivamente, essas novas orientações significavam que o VI Congresso havia decretado a morte da política de frente única com a social-democracia vigente desde o III Congresso da IC realizado em 1921. Elas se chocavam com a política do PCB de aproximação com os setores da pequena burguesia influenciados pelos “tenentes”, que tendiam a levar o BOC,

nas eleições presidenciais de março de 1930, a lançar o nome de Luís Carlos Prestes ou de alguém que tivesse o seu apoio. Por conta das novas diretivas, e pela intransigência imposta pelas novas orientações do SESA e da IC, as conversações que se vinham travando com Prestes e os “tenentes” foram conduzidas a um impasse, e o PCB passou enxergar no Brasil a existência de uma “situação revolucionária”.

A ruptura nas negociações com os “tenentes” fez com que o BOC, por ocasião de seu I Congresso, realizado entre 3 e 5 de novembro de 1929 – quando também se modificou o nome da organização para Bloco Operário e Camponês do Brasil (BOCB) – lançasse como candidato à presidência da República o nome de Minervino de Oliveira, que assim acabou sendo o primeiro operário a disputar uma eleição presidencial no Brasil. Ao mesmo tempo, o governo de Washington Luís intensificou a repressão contra o movimento operário e suas organizações políticas e sindicais, o que fez com que o BOCB não conseguisse realizar atividades de campanha eleitoral. Tal situação resultou em 720 votos dados a Minervino de Oliveira nas eleições de 1º de março de 1930.

A esse quadro também se somou o fato de que antes das eleições já chegara ao conhecimento dos comunistas brasileiros a diretiva, definida em uma série de reuniões realizadas em Moscou em outubro e novembro de 1929, de modificar impositivamente a orientação política do PCB, cujo núcleo dirigente manifestara certas resistências às novas orientações da IC, e encerrar as atividades do BOCB após o pleito presidencial.

Dainis Karepovs

FONTES: BARROS, L. *Octavio*; BASBAUM, L. *Vida*; BROUÉ, P. *Historia*; DULLES, J. *Anarquistas*; KAREPOVS, D. *Esquerda*; LIMA, J. *Reminiscências*; *Nação* (3/1 – 11/8/1927); PCB. *II Congresso*; PCB. *Teses.* ; REGO, O. *Combates*.

BLUM, Emílio

*dep. fed. SC 1894-1896.

Emílio Ramos Blum nasceu na cidade de Bagé (RS) no dia 10 de abril de 1861, filho de Jacques Blum e de Amélia Blum, ambos franceses.

Dos 13 aos 20 anos de idade residiu em Paris com o objetivo de estudar engenharia. Em 1880, já formado, regressou ao Brasil e fixou-se na cidade de Desterro, atual Florianópolis. A partir de então envolveu-se com a campanha republicana na província de Santa Catarina.

Após a proclamação da República (15/11/1889), iniciou sua carreira política como superintendente municipal de Desterro. Em 1891 foi eleito deputado constituinte estadual, com mandato até 1893. Entretanto, em função dos conflitos entre legalistas e federalistas a Constituinte foi dissolvida. Emílio Blum engajou-se na defesa das forças legais e por isso recebeu a patente de coronel do então presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

No início de 1894 foi eleito deputado federal por Santa Catarina, cumprindo o mandato de 1894 a 1896. Em seguida retornou à política local, assumindo novamente a cadeira de deputado estadual, como suplente convocado, em 1900. Em 1906 foi mais uma vez eleito deputado estadual, com mandato de 1907 a 1909. Participou da Assembleia Constituinte estadual de 1910 e das duas legislaturas seguintes (1910-1912 e 1913-1915).

Faleceu na cidade de Mendes (RJ) no dia 5 de março de 1918, deixando descendência. Seu filho Heitor Blum foi prefeito de Florianópolis.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PAULI, E. *Enciclopédia*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

BOCAIUVA, Quintino

* min. Rel. Ext. 1889-1891; sen. RJ 1890-1891, 1892-1899 e 1900; pres. RJ 1900-1903; sen. RJ 1909-1912.

Quintino Antônio Ferreira de Sousa nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/4_de_dezembro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/4_de_dezembro) \o "4 de dezembro" 4 de dezembro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1836"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1836) \o "1836" 1836, filho de Quintino Ferreira de Sousa e de Maria Candelária Moreno y Alagon. Sua mãe era filha de espanhol e uruguaia e natural da Argentina, onde viveu até os dez anos de idade.

Com morte do pai em 1849, Quintino transferiu-se para a cidade de São Paulo, onde no ano seguinte, graças ao apoio financeiro de um tio, iniciou os estudos no curso de humanidades anexo à Faculdade de Direito. Na capital paulista fez, em 1852, suas primeiras incursões na atividade jornalística, publicando poemas escritos em espanhol e artigos em *O Acaíaba*, jornal literário acadêmico, e *A Honra*, periódico político que fundou em 1853 com Antônio Ferreira Viana e em cujas páginas apresentou suas primeiras posições republicanas. Na ocasião, estimulado pelo nativismo indigenista que seduzia os estudantes, substituiu o sobrenome paterno por *Bocaiúva*, nome dado por indígenas a uma espécie de palmeira muito encontrada no Brasil.

ESCRITOR, JORNALISTA, REPUBLICANO

Em decorrência de problemas financeiros, abandonou os estudos em São Paulo e retornou à Corte. Aí iniciou a carreira de teatrólogo, com a encenação, em 2 de janeiro de 1856, de sua peça *Trovador* no Teatro São Januário. Em seguida seriam montadas, em julho de 1860, *Onfália*, no Teatro Variedades, e em julho de 1861, *Os mineiros da desgraça*, no Ginásio Dramático. Tendo trabalhado no [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Mercantil"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Mercantil) \o "Correio Mercantil" *Correio Mercantil* de 1860 a 1864, a partir de março de 1860 passou a editar com Joaquim Saldanha Marinho o *Diário do Rio de Janeiro*, que, fundado em 1821 com perfil popular e apolítico, deixara de circular no ano anterior. Em sua nova fase, afinado com o Partido Liberal, o jornal, que tinha o escritor Machado de Assis entre seus colaboradores, fazia marcantes coberturas das questões de política externa brasileira na região do Prata. Ainda em 1860, no mês de dezembro, casou-se com Luísa Amélia de Almeida Costa, com quem teria sete filhos.

Ingressou na organização maçônica paulista Loja Amizade em 1861, ano em que, sob pseudônimo, publicou *A opinião e a coroa*, panfleto político. No ano seguinte, lançou *Lírica nacional*, coletânea de poemas seus e de outros escritores brasileiros e primeiro volume da coleção Biblioteca Brasileira, que concebeu e na qual seriam publicadas mais 11

obras de vários autores, entre os quais José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida, e que, em julho de 1863, se transformaria em revista mensal. No ano seguinte publicou, também sob pseudônimo, *Os nossos homens*, outro panfleto político.

Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), foi correspondente na Argentina, ocasião em que, segundo alguns autores, consolidou suas convicções republicanas. Durante o conflito, desenvolveu atividades comerciais, como a exploração de contratos de fornecimento ao exército. Depois de tentar lucros com o arrendamento de uma estrada de ferro no Paraguai, nomeou, para liquidar a sua participação no negócio, o advogado Francisco Xavier da Cunha, que viria a ser seu companheiro na imprensa republicana e, no primeiro ano da República, ministro plenipotenciário do Brasil na Itália.

Preocupado com alternativas à mão de obra escrava, associou-se em 1866 a Bernardo Caymari, capitalista cubano, para fundar a Sociedade Imperial de Imigração. O propósito da empresa era atrair para o trabalho na agricultura brasileira imigrantes norte-americanos, especialmente sulistas descontentes com a derrota na Guerra de Secessão (1861-1865). Viajou, em 25 de agosto desse ano, para a cidade de Nova Iorque, onde atuaria como agente de imigração até 1867. Como Saldanha Marinho assumira, no início de 1865, a presidência da província de Minas Gerais, a propriedade do *Diário do Rio de Janeiro* passou a Sebastião Gomes da Silva Belfort, ficando Machado de Assis responsável pela direção editorial. Na volta ao Brasil, visitou a Argentina e o Paraguai e, em 1867, com a ajuda financeira de Bernardo Caymari, readquiriu o controle do jornal.

No ano seguinte, a crise política gerada pela queda do gabinete chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos em decorrência de conflitos com o duque de Caxias, então comandante em chefe do Exército brasileiro no Paraguai, levou o Partido Liberal à cisão. Na ocasião, uma de suas correntes, defensora do federalismo, aproximou-se dos republicanos. Ainda em 1868 Quintino publicou o opúsculo *A crise da lavoura*, em que defendia o emprego de imigrantes chineses como alternativa à mão de obra escrava, e no ano seguinte lançou o panfleto *Guerra do Paraguai, a nova fase*. Em julho de 1870, retornando da Argentina, onde participara das comemorações do fim do conflito com o Paraguai, pronunciou uma palestra pública no Teatro São Luís, no Rio de Janeiro, em que comparou as sociedades do Rio da Prata, republicanas, com a brasileira.

Em 3 de novembro, uniu-se aos liberais dissidentes para fundar, em um sobrado da rua do Ouvidor, nº 29, o Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, que contou inicialmente com 15 sócios. Integrou a Comissão Diretora, juntamente com Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira e Aristides da Silva Lobo, bem como o grupo que fundou o jornal *A República*, em cuja primeira edição foi lançado, em 3 de dezembro, o *Manifesto Republicano*, redigido por ele e Salvador de Mendonça. Entre os quase 60 signatários do

documento encontravam-se também Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Benedito Ottoni, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Antônio Ferreira Viana, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Miguel Ferreira Vieira e José Lopes Trovão.

A ideia de república aparecia expressamente no documento apenas uma vez, quando, na conclusão, este se apresentava como defensor da “bandeira do partido republicano federativo”. A adjetivação refletia a escolha de um dos dois eixos centrais do conteúdo do manifesto – o federalismo, justificado por razões naturais, ligadas à topografia do país: “No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo”. A democracia – e não a república – era o outro eixo. O manifesto refletia a influência das experiências republicanas modernas – principalmente a estadunidense e a francesa –, em que a alternativa à forma monárquica era legitimada pela soberania popular e regulada pelo direito. Subjacente a ambos os eixos, estava a repulsa ao absolutismo, atribuído ao sistema político imperial e apontado como a gênese de todos os problemas encontrados na sociedade brasileira. Dessa perspectiva liberal-democrática, o manifesto apresentava críticas a vários aspectos da vida nacional: as práticas de corrupção e concessão de privilégios; as prerrogativas do trono; o centralismo da administração; a ausência das liberdades de consciência, econômica, de imprensa, de associação, de ensino e individual; o sistema representativo limitado etc. Como alternativa, propunha a reforma da sociedade por meio de uma Assembleia Constituinte, com “amplas faculdades para instaurar um novo regime”, baseado nos princípios da “democracia moderna”.

O jornal *A República* circularia, inicialmente, três vezes por semana. Seus principais redatores eram Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Aristides Lobo, Lafayette Rodrigues Pereira e Rangel Pestana. Tinha como objetivos principais demonstrar os malefícios que a monarquia trazia para o país e divulgar as ideias republicanas, comparando as duas formas de governo.

A propaganda da doutrina do Clube Republicano – chamado também de Partido Republicano – seria feita, ainda, por meio de conferências, proferidas inicialmente por Quintino, Salvador de Mendonça, Miguel Vieira Ferreira e Júlio César de Freitas Coutinho. A divulgação do *Manifesto Republicano* estimulou o surgimento de clubes e jornais em várias regiões, mas a expansão do movimento seria desigual pelo resto país. Apenas onde havia fortes tradições liberais ou republicanas, como em Minas Gerais e Pernambuco, as adesões começaram a acontecer logo, embora sem traduzir-se necessariamente em organização partidária.

Em 4 de outubro de 1871, *A República*, agora sob a direção de Luís Barbosa da Silva, que o garantia financeiramente, passou a ser impresso em oficina própria e se tornou diário. Com

uma tiragem de dois mil exemplares e circulação em cinco províncias, além da Corte, tinha como redatores Quintino, Salvador de Mendonça, Pompílio de Albuquerque e Joaquim Garcia Pires de Almeida. Entre as principais teses que defendeu em suas páginas, estavam a separação da Igreja do Estado e o estabelecimento da Federação. Desde suas primeiras edições, o jornal procurou aproximar-se de setores militares descontentes com a monarquia. A guerra contra o Paraguai provocara desgastes na relação entre muitos oficiais e dirigentes políticos, ao mesmo tempo em que contribuíra para dotá-los de um espírito de corpo. Iniciara-se, no imediato pós-guerra, uma sucessão de conflitos entre membros das forças armadas e governantes. *A República* discutia esses conflitos, que inicialmente eram de natureza profissional, e tornavam problemáticas as relações disciplinares. Por meio da seção “À classe militar”, abordava questões como o código disciplinar, em especial o recurso a castigos físicos como forma de punição, mas também debatia a participação das forças armadas na sociedade brasileira, acusando o governo imperial de desrespeitar a liberdade pessoal dos militares e questionando a necessidade de um exército permanente. Embora o Partido Republicano tenha surgido defendendo um caminho pacífico para a substituição do regime, há indicações de que militares republicanos, aliciados secretamente pelo oficial Pompílio de Albuquerque, chegaram a esboçar, em 1871, um plano de aprisionamento da família real e tomada do poder por meios violentos.

Em fevereiro de 1872 Luís Barbosa da Silva, Salvador de Mendonça e Silveira de Meneses se tornaram proprietários de *A República* e ampliaram sua circulação por meio de uma campanha de sorteios que elevou a tiragem, em outubro, a 12 mil exemplares, e as assinaturas, a quase dez mil. Ainda assim o jornal passava por dificuldades financeiras, para cuja superação Quintino foi a peça-chave, novamente graças a capital fornecido por Bernardo Caymari. Em consequência, assumiu a sua direção em 9 de outubro. Tendo declarado que o jornal não seria mais porta-voz do Partido Republicano, embora mantivesse a orientação republicana, passou a receber críticas de setores partidários e em fins novembro foi substituído no cargo por Francisco Cunha.

Em dezembro de 1872, Quintino foi escolhido por republicanos da Corte e de Niterói (RJ) para compor a comissão central que deveria consolidar a unidade do partido, integrada também por Saldanha Marinho, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Cunha, Salvador de Mendonça, Antônio Ferreira de Meneses e Elói Ottoni, logo substituído por Pedro Antônio Ferreira Viana. A comissão assumiu também a direção de *A República*, que voltou ao papel de porta-voz oficial do partido. Em janeiro de 1873 foi criado o Clube Republicano Federal, para substituir o Clube Republicano, como base do partido na Corte e adjacências. A diretoria ficou composta por Augusto Fomm, presidente, e Pompílio de Albuquerque, secretário. Em fevereiro, quando Quintino e vários colaboradores comemoravam a

proclamação da república na Espanha, a sede de *A República* foi atacada por agentes de polícia e militares. Em consequência, o jornal foi suspenso, só voltando a circular em 15 de abril.

Também em abril de 1873 foi fundado na cidade de Itu o Partido Republicano Paulista (PRP), o único partido de fato que os republicanos conseguiriam construir durante a monarquia. Nele se organizariam médicos, engenheiros, advogados, jornalistas e comerciantes, em geral maioria nos núcleos republicanos de outras regiões, mas também expressivo contingente de fazendeiros de café do Oeste paulista, que representaram 50% dos delegados presentes ao ato de fundação. O projeto republicano federalista oferecia a esses proprietários rurais uma efetiva via de acesso ao poder político, uma vez que o poder econômico eles já encarnavam.

O surgimento do Partido Republicano brasileiro coincidiu com o incremento da campanha abolicionista. Combatida por grande parte da população urbana, por setores do Exército, da Igreja Católica e do próprio grupo politicamente dirigente, inclusive o imperador, a escravidão constituía a principal questão a ser resolvida pela sociedade brasileira. O sistema de exploração do trabalho escravo havia sofrido forte abalo em 1850, com a proibição do tráfico internacional de cativos. A Lei do Ventre Livre, que declarou livres os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da sua promulgação, em 28 de setembro de 1871, tivera impacto político importante, provocando cisões no Partido Conservador. Enquanto crescia a campanha antiescravista, faziam-se evidentes as ambiguidades do republicanismo em face da escravidão, tema de resto ausente do manifesto de 1870. Para os republicanos paulistas, a abolição se apresentava como um problema de oportunidade política. Sua posição se pautava, pragmaticamente, pela necessidade de assegurar o apoio dos fazendeiros. Grande parte deles era proprietária de escravos e se aproximava da corrente republicana atraída pela proposta federalista. Responsáveis pela área mais dinâmica da economia nacional, empenhavam-se em reverter o sistema político-administrativo imperial, altamente centralizado e limitador do uso, em proveito próprio, dos vultosos recursos gerados na região. Em relação ao trabalho escravo, contudo, procuravam eximir-se da responsabilidade pela formulação de alternativas, defendendo a tese de que era um problema a ser resolvido pela monarquia e pelos partidos que tinham acesso ao poder, de acordo com as condições de cada província interessada, como convinha ao espírito federalista. Entretanto, defenderam uma posição unitária em defesa dos interesses dos proprietários de escravos, sustentando a bandeira da indenização, em respeito ao direito de propriedade.

Persistindo no esforço para dar ao movimento uma feição partidária, os republicanos da cidade e da província do Rio de Janeiro, reunidos em congresso de 29 de

junho a 1º de julho de 1873, elegeram Quintino Bocaiúva para a nova comissão diretora do partido, juntamente com Pedro Bandeira de Gouveia e Francisco Cunha. Durante os trabalhos, Quintino apresentou uma proposta de criação da União Republicana Federal, que aglutinaria, de maneira independente, clubes e outras organizações locais, com um centro político na Corte. A organização deveria, também, empenhar-se em promover a propaganda republicana e a educação popular, bem como fundar três jornais – no Norte, no Sul e no Rio de Janeiro. A expansão do republicanismo, contudo, não foi conseguida, e a União teve vida curta.

Em 28 de fevereiro de 1874, depois de ter alcançado grande tiragem, calculada em 12 mil exemplares diários, *A República* deixou de circular. Ainda nesse ano, Quintino passou a atuar em *O Cruzeiro*.

Entrando o movimento em maré vazante, importantes republicanos, entre os quais Cristiano Benedito Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira, retornaram ao campo monarquista liberal. Por orientação de Quintino, o partido concorreu em maio de 1877 às eleições municipais no Rio de Janeiro, apresentando os nomes dos liberais Antônio Felício dos Santos e Cristiano Ottoni e o do republicano Saldanha Marinho, que não conseguiram votação muito expressiva.

Em 15 de agosto de 1881, na assembleia do Partido Republicano, Quintino teve seu nome lançado como candidato a deputado geral por três distritos do Rio de Janeiro. Na ocasião, comprometeu-se a defender as bandeiras do abolicionismo e do republicanismo e combateu o caminho da revolução armada para a mudança de regime. Apoiado financeiramente por Bernardo Caymari e Francisco de Paula Mayrink, empresário e banqueiro, assumiu no mês seguinte o controle do jornal *O Globo*, anunciando a orientação republicana, embora não partidária, que lhe imprimiria. O pleito se realizou em outubro, segundo as normas da chamada Lei Saraiva, que no mesmo ano implantara o sistema de eleições diretas, mas Quintino não logrou eleger-se. Em fevereiro do ano seguinte o Partido Republicano renovou a sua comissão executiva, que passou a ser constituída por Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral Fontoura, Augusto César de Miranda Azevedo, Antônio Ennes de Sousa, Luís Leitão, Jerônimo Simões, Antônio Justiniano Esteves Júnior, Vicente de Sousa e Aristides Lobo.

Tendo *O Globo* deixado de circular em 31 de março 1883, Quintino participou da fundação de *O País*, que começou a circular em 1º de outubro de 1884. Na condição de redator-chefe do jornal, cujo proprietário era João José dos Reis, visconde de São Salvador de Matosinhos, manteria a linha republicana não partidária que vinha caracterizando sua atividade jornalística. O jornal teria importante participação na vida política do país, intervindo na discussão de problemas candentes como a abolição da escravidão e a

substituição da monarquia pela república. Sua destacada atuação à frente do periódico culminaria uma trajetória que lhe valeria, em meados da década de 1880, o epíteto de “Príncipe dos jornalistas brasileiros”.

O País surgiu em uma conjuntura em que as relações entre os militares e as autoridades do Império se tornavam especialmente tensas, configurando o que ficaria conhecido como “Questão Militar”. Episódios protagonizados pelos coronéis Antônio de Sena Madureira e Ernesto Augusto da Cunha Matos, que recorreram à imprensa para defender direitos que entendiam ameaçados pelo governo, resultaram em sérias punições aos reclamantes. Contra elas, mobilizaram-se oficiais de várias guarnições, em especial gaúchas, autorizados pelo comandante das armas e vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, general Manuel Deodoro da Fonseca, que, em consequência, foi demitido de seus cargos. Na Corte, a situação provocou reuniões de oficiais, sob a liderança ascendente do major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar do Brasil.

Em 1885, ano em que Quintino enviuvou, Manuel Ferraz de Campos Sales e Prudente de Moraes se elegeram deputados gerais pelo PRP, tornando-se, portanto, os primeiros parlamentares nacionais republicanos. Em setembro desse ano, Quintino foi eleito para um novo diretório provincial fluminense, juntamente com Aristides Lobo, José do Patrocínio, Pedro Antônio Ferreira Viana, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, Esteves Júnior e Ubaldino do Amaral. Concorreu, no início do ano seguinte, a uma cadeira de deputado geral, juntamente com José do Patrocínio e Ubaldino do Amaral, mas nenhum deles logrou eleger-se. Em junho, foi eleito para um órgão que o Partido Republicano chamou de Assembleia Constitucional, composta por 21 membros, entre os quais Saldanha Marinho, João Clapp e José do Patrocínio. Voltou a disputar uma eleição em outubro, agora para o Senado, em chapa com Saldanha Marinho e Francisco Rangel Pestana, mas foram todos derrotados.

As relações entre militares e o governo entraram em fase de grande desgaste em 1887, propiciando a projeção de novos líderes entre os oficiais, em particular o general Deodoro da Fonseca e o major Benjamin Constant. A reivindicação de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos baseados na ideia da “obediência passiva e inconsciente”. A imprensa republicana permanecia discutindo o papel dos militares na sociedade brasileira, defendendo a formação de um exército permanente constituído por cidadãos conscientes de seus direitos – “soldados cidadãos”. Quintino, à frente de *O País*, se destacava na propaganda dessa proposta, juntamente com Júlio de Castilhos, em *A Federação*, e Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*.

Participou, em junho de 1887, do Congresso Republicano Federal, convocado para unificar as correntes republicanas. Enviaram delegados as províncias do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, além da Corte. Durante o evento, foi eleito vice-presidente do conselho federal do partido, juntamente com Saldanha Marinho (presidente), Aristides Lobo (secretário), Campos Sales e Ubaldino do Amaral. Os delegados aprovaram uma constituição partidária, que garantia a autonomia e a independência das organizações locais, e um manifesto, que atribuía à monarquia todos os problemas nacionais e reproduzia o programa liberal-democrático já anunciado em 1870, acrescido de referências ao “empobrecimento geral da nação” e ao efeito depauperador que a cobrança do imposto de exportação e as altas tarifas de transporte vinham exercendo sobre a agricultura. Em seu último parágrafo, o manifesto apontava a escravidão como principal problema a ser solucionado com urgência. Se a monarquia persistisse na recusa a resolvê-lo em definitivo, os republicanos a aboliriam dentro um prazo que não passaria de julho de 1889, em homenagem ao centenário da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem. Assinaram o manifesto, além de Quintino, entre outros, Saldanha Marinho, Campos Sales, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral.

Em nova disputa por uma cadeira no Senado, em setembro de 1887, Quintino foi mais uma vez derrotado. Sua candidatura a deputado geral em inícios do ano seguinte, novamente pelo primeiro distrito do Rio de Janeiro, potencializou divergências de interesses entre abolicionistas e republicanos. A Confederação Abolicionista apoiava o adversário de Quintino, Antônio Ferreira Viana, do Partido Conservador e então ministro da Justiça, mas comprometido com a extinção do trabalho escravo. Republicanos abolicionistas entendiam ser seu dever apoiá-lo para fortalecer o movimento, então em fase ascendente. Quintino manteve a candidatura, mas Ferreira Viana venceu a eleição. José do Patrocínio, presidente da Confederação Abolicionista, transferiu-se para o campo monarquista para apoiar a atuação da princesa Isabel, então regente, no sentido da abolição da escravatura, finalmente consumada em maio de 1888.

Em outubro de 1888, Quintino participou de outro Congresso Republicano, ao qual enviaram delegados apenas as províncias da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, além da Corte. Em fins desse ano, *O País* inseriu entre suas colunas uma seção oficial do Partido Republicano, assinada por Antônio da Silva Jardim, o principal líder da corrente defensora de caminhos revolucionários para a implantação da República. Em 5 de março de 1889, Quintino recebeu uma carta de Francisco Glicério, um dos mais importantes dirigentes do PRP, instando-o a aproveitar qualquer movimento militar que surgisse para desfechar um golpe decisivo no regime, e respondeu que ainda não era o

momento oportuno. No mesmo mês, os republicanos gaúchos se declararam preparados para a revolução. Começava-se a admitir, no interior do Partido Republicano, a hipótese de apoiar um movimento militar para depor a monarquia.

Em maio de 1889, o Congresso Republicano, reunido em São Paulo, consagrou a tese, da qual Quintino era o mais expressivo defensor, de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Entretanto, ele mesmo advertiu seus correligionários para a eventualidade de terem de recorrer à ação armada para atingir os objetivos do partido. De comum acordo, os membros do conselho federal pediram demissão de seus cargos e Quintino foi eleito chefe nacional. Essa decisão implicou a derrota da corrente liderada por Silva Jardim e integrada, principalmente, pelos dirigentes republicanos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ainda em maio, Silva Jardim declarou que não reconhecia a chefia de Quintino, rompendo com o partido. Em fins de julho, novo congresso foi realizado, desta feita em Juiz de Fora (MG), comparecendo representantes apenas de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. O evento não deixou registros.

Em outubro de 1889, Quintino procurou Benjamin Constant, agora tenente-coronel, para conversar sobre o momento político. No encontro, realizado no dia 26, foi acertado um plano de contatos com outros elementos republicanos, que aconteceriam nos dias seguintes. Convieram, ainda, que seria importante publicar artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas contrárias ao moral e à economia pessoal dos militares, bem como a seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicou vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a “lei do montepio obrigatório”, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teve forte repercussão sobre a oficialidade do Exército.

Quintino participou, na noite do dia 11 de novembro, de uma reunião com militares e civis envolvidos na conspiração republicana na residência do marechal Deodoro da Fonseca, que anunciou sua adesão à ideia de derrubar a monarquia. Na ocasião, Quintino foi incumbido de organizar o futuro ministério republicano. Em novo encontro, fixou-se o dia 20 de novembro para a deflagração do levante. Entretanto, instigados por boatos de que o governo prenderia alguns dos líderes da conspiração, os corpos militares aquartelados no bairro de São Cristóvão decidiram entrar em ação. Na madrugada de 15 de novembro, cercaram o Quartel-General do Exército, onde se encontravam reunidos os ministros. Em poucos minutos a força que guarnecia o prédio foi dominada, sem reação, e logo confraternizou com os rebeldes.

Deposto o governo, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Deodoro, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para discutir as bases do governo provisório republicano, enquanto, na Câmara Municipal, José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República no Brasil. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do governo inaugural do novo regime: Deodoro da Fonseca (presidente), Benjamin Constant (Guerra), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com a Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul, o que aconteceria no dia 6 de dezembro). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Campos Sales. À tarde, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Quintino substituiu José Francisco Viana no Ministério das Relações Exteriores e teve como primeira tarefa a negociação do reconhecimento diplomático do novo regime. Em dois meses, praticamente todos os países da América e da Europa já haviam normalizado as relações oficiais com o Brasil.

Simultaneamente, reabriu as negociações em torno da região de Palmas, a oeste dos atuais estados do [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Paraná"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Paraná) \o "Paraná"Paraná e de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina) \o "Santa Catarina"Santa Catarina, cuja posse vinha sendo objeto de disputa com a Argentina desde 1857. Imbuído do espírito de solidariedade americana que caracterizava grande parte dos líderes republicanos desde o manifesto de 1870, tratou com a Argentina de maneira que se afastava do tradicional clima de rivalidade presente nas relações entre os dois países durante o Império. As tratativas resultaram no Tratado das Missões, ou Tratado de Montevidéu, assinado na capital uruguaia em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/25_de_janeiro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/25_de_janeiro) \o "25 de janeiro"25 de janeiro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1890"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1890) \o "1890"1890. Visto como uma vitória pelos argentinos, o acordo despertou amplas e intensas reações desfavoráveis no Brasil. Quintino foi alvo de várias acusações, entre as quais a de ter entregado ao país vizinho territórios sobre os quais o Brasil teria legítimo direito de propriedade. De quebra, explicava-se essa suposta benevolência pela origem argentina de sua mãe. Para defendê-lo, seus colegas ministros decidiram, em março, que eram responsáveis coletivamente por todas as decisões políticas do governo provisório. O tratado seria, contudo, recusado pela comissão especial da Câmara dos Deputados em 6 de agosto de 1891. Considerando que, pelos seus termos, o Brasil abria mão de territórios legitimamente seus, a comissão

recomendou que os deputados não lhe dessem sanção. Quintino iria à Câmara em duas ocasiões explicar as negociações, acabando por concordar com o parecer da comissão, que, contra apenas cinco votos, seria aprovado na Câmara em 10 de agosto. Em 1895, o litígio seria resolvido definitivamente, em favor do Brasil, por arbitragem do presidente estadunidense Grover Cleveland.

Quintino coordenou, também, a participação brasileira na Conferência dos Estados Independentes da América, convocada pelos Estados Unidos e em andamento na cidade de Washington desde outubro de 1889. Estavam presentes 17 países do continente, registrando-se apenas a ausência da República Dominicana, que já havia feito um acordo em separado com o país anfitrião. A mudança de regime político implicou a substituição do representante brasileiro, Lafayette Rodrigues Pereira, nomeado ainda pelo imperador, por Salvador de Mendonça, então cônsul geral em Nova Iorque. As instruções recebidas pela delegação brasileira, no sentido de entender-se com a norte-americana em todos os pontos possíveis, eram coerentes com a perspectiva dos republicanos históricos, que pretendiam reorientar a atuação do país no cenário internacional reduzindo o peso das conexões europeias e colaborando na formação de um eixo americano.

A conferência discutiu, entre outros pontos, a criação de uma moeda comum para as transações comerciais entre os países do continente; a formação de uma união aduaneira; a definição de regras comuns para o direito de porto; a adoção do sistema métrico decimal nas alfândegas pelas nações americanas que ainda não o houvessem feito; a instituição de práticas bancárias interamericanas e a criação do Banco Internacional Americano. Recomendou-se, também, a adoção dos tratados sobre propriedade literária e artística, patentes e marcas, celebrados pelos juristas reunidos no Congresso Sul-Americano de Montevideu entre 1888 e 1889. Apesar do empenho dos Estados Unidos em estabelecer normas que consagrariam a sua hegemonia econômica no continente, a conferência, encerrada em 19 de abril de 1891, resultaria apenas na criação de um escritório de distribuição de informações comerciais sobre os países, subordinado ao governo norte-americano.

Em 25 de maio de 1890, Quintino foi beneficiado por uma premiação coletiva decidida

pelo chefe do governo provisório, que, por decreto, tornou generais de brigada todos os ministros civis, como reconhecimento de “serviços prestados à pátria”. No início do segundo semestre do ano, candidatou-se a senador pelo estado do Rio de Janeiro na Assembleia Nacional Constituinte. Com a exceção de Benjamin Constant, todos os ministros do governo provisório disputaram as eleições. Realizado o pleito em 15 de setembro, foi eleito, sendo empossado em 15 de novembro. Os registros dos trabalhos na fase em que se discutiu o projeto constitucional preparado pelo governo provisório apontam sua presença na maioria das sessões, mas sem discursar ou intervir em debates. Teve, porém, como membro da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia, intensa participação nas discussões sobre o regimento da Assembleia.

Em janeiro de 1891, abriu-se uma crise no governo provisório, decorrente da insistência do marechal Deodoro da Fonseca em deferir o pleito que vinha fazendo um amigo seu para que lhe fosse concedida garantia de juros para a construção e exploração de um porto em Torres, no Rio Grande do Sul. O pedido encontrou resistência generalizada entre os ministros. Quintino, embora considerando a obra importante, acompanhou os colegas na posição contra a concessão de juros. Irredutíveis o chefe do governo e seus ministros, o impasse se resolveu com a renúncia coletiva do ministério em 20 de janeiro de 1891. Ao deixar a pasta, em que seria substituído por Justo Leite Chermont, faltava à República ser reconhecida por apenas quatro países. Dez dias depois, foi firmado o Acordo Aduaneiro com os Estados Unidos da América, que também vinha sendo negociado desde o Império e assinalou a transição da política externa brasileira no sentido pan-americano e da subordinação à preponderância estadunidense.

Quando, ainda durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, se iniciaram as negociações para a eleição dos futuros presidente e vice-presidente da República, a serem escolhidos pelo voto dos deputados e senadores constituintes, o nome do marechal Deodoro da Fonseca despontou como a alternativa situacionista, tendo como companheiro de chapa o vice-almirante Eduardo Wandenkolk. Floriano Peixoto candidatou-se a vice-presidente na chapa oposicionista, encabeçada por Prudente de Moraes, presidente da Constituinte. Promulgada, em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana, no dia seguinte se realizaram as eleições, em ambiente de grande

tensão, provocada por boatos segundo os quais a guarnição militar fecharia o Congresso se Deodoro perdesse. Deodoro saiu vitorioso e Floriano Peixoto foi o mais votado para vice-presidente. Como a legislação permitia a eleição de candidatos de chapas diferentes, Deodoro e Floriano foram consagrados, respectivamente, os primeiros presidente e vice-presidente constitucionais do Brasil republicano, e foram empossados no dia 26. Em seguida, a Assembleia Nacional Constituinte se transformou em Congresso ordinário, iniciando-se a primeira legislatura em 15 de junho.

NO SENADO

Tratado pelos seus pares como “Patriarca da República”, Quintino foi um dos republicanos históricos que, no Senado, se preocuparam, em agosto de 1891, com a situação que poderia se configurar no caso de morte do presidente e do vice-presidente, ambos em delicado estado de saúde. Desconfiavam do seu principal assessor político, o barão de Lucena, de recente conversão ao campo republicano. Chegou-se a discutir a hipótese de, no caso de impedimento dos dois, Quintino ficar encarregado de organizar um novo governo. Abertas as negociações com Lucena em torno de uma reestruturação ministerial, sua disposição de reservar apenas duas pastas para os republicanos históricos não alcançou apoio consensual entre eles, e Quintino, que reassumiu o posto no jornal *O País* em setembro, foi o autor da proposta final, de rejeição do acordo com o líder deodorista.

Sofrendo contestações no Parlamento e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes, como Minas Gerais e São Paulo, Deodoro dissolveu o Congresso no dia 3 de novembro de 1891, esperando reverter a situação. A medida, inconstitucional, foi logo apelidada de “Golpe Lucena”. No dia seguinte, Deodoro decretou o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói. Em manifesto aos brasileiros, explicou sua atitude argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Para isso, convocou eleições para novo Congresso constituinte. Em resposta, o Congresso Nacional lançou, no mesmo dia e assinado por 114 parlamentares, um manifesto à nação brasileira, denunciando a violência do governo. Pouco tempo depois, estava estruturada a resistência em vários estados, entre setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. No dia 21 de novembro, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro. Quintino, embora, como declararia publicamente

anos depois, se mantivesse à margem das articulações que se desenvolviam para reverter o golpe, foi preso no dia 22, juntamente com outros parlamentares considerados de oposição. A reação militar iniciou-se na madrugada seguinte, com a revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiadas por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando nessa mesma manhã, transferindo o cargo para o vice-presidente Floriano Peixoto.

Quintino, alegando não querer dar margem à acusação de que devia seu mandato de senador à influência de Deodoro, renunciou em 17 de dezembro. Retornando oficialmente à direção editorial de *O País*, apoiou o governo de Floriano, cuja legalidade era questionada pela oposição, que sustentava a necessidade de nova eleição para presidente.

Em agosto de 1892, ano em que desposou Ana Bianca Rossi, italiana com quem teria oito filhos, reelegeu-se para o Senado na vaga aberta pela sua própria renúncia. Integrou, em 1893, a Comissão de Finanças da casa, e em 8 de julho liderou, com Francisco Glicério e Aristides Lobo, a reunião de fundação do Partido Republicano Federal. Realizada a convenção partidária, seu nome foi o mais votado para compor a comissão executiva provisória, seguindo-se os de Glicério, Aristides Lobo, Raimundo Nina Ribeiro, Artur Rios, Joaquim José de Almeida Pernambuco e João Cordeiro. Primeira tentativa de criação de um partido de âmbito nacional na república, o PRF se organizou em torno de um programa de cinco pontos: defesa da Constituição de 1891; luta pela liberdade eleitoral e pela difusão do ensino popular; afirmação da autonomia dos estados; reerguimento do crédito público e colaboração irrestrita na prática das liberdades constitucionais. Em 30 de agosto, foi eleito também para a comissão executiva do Partido Republicano Fluminense (PRF), juntamente com Bento Carneiro de Almeida Pereira, Alberto Torres, Paulino José de Sousa Júnior, Adolfo Pereira de Burgos Ponce de Leon, Francisco Santiago e Ernesto Brasília.

Diante da rebelião contra o governo federal deflagrada em 6 de setembro de 1893, sob a liderança do contra-almirante Custódio José de Melo – ex-ministro da Marinha, da Guerra e das Relações Exteriores –, e que ficaria conhecida como Revolta da Armada, encabeçou, uma semana depois, a lista de signatários do manifesto de senadores em defesa de Floriano Peixoto, acusado de ditador e de fomentador da Revolução Federalista, guerra civil que estourara no ano anterior no Rio Grande do Sul. Durante três meses, ocorreram combates na baía da Guanabara e no litoral fluminense. O bombardeio da capital federal e a intervenção de nações estrangeiras que tinham navios fundeados na baía criaram condições para um acordo em 5 de outubro de 1893, pelo qual os revoltosos cessariam o ataque à cidade e Floriano não tomaria iniciativas contra eles, parando de armar-se. Embora permanecesse o estado belicoso, a revolta estagnou, restringindo-se a embates nas águas da

baía sob supervisão de testemunhas situadas em um navio de guerra estrangeiro. Com a adesão do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama à revolta, o comando no Rio de Janeiro passou às suas mãos, e Custódio de Melo dirigiu-se para o Sul, com o objetivo de unir-se aos federalistas gaúchos. Reorganizada a esquadra revoltosa e tomando o governo a ofensiva, o conflito entrou em fase ainda mais violenta. Finalmente, dadas a precariedade do material bélico de que dispunham e a impossibilidade de sair pela barra rumo ao alto-mar, em 13 de março de 1894 os revoltosos buscariam asilo em navios portugueses, depois que o governo sequer aceitou discutir suas condições de paz.

O Partido Republicano Federal defendeu a candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República, vitoriosa no pleito realizado em 1º de março de 1894. Nas eleições legislativas realizadas na mesma data, Quintino foi reeleito para o Senado. Durante esse mandato, presidiu a Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Quando, no ano seguinte, o presidente empreendeu os esforços finais para terminar a guerra civil no Rio Grande do Sul, Quintino se opôs à sua política em relação aos federalistas. Alinhando-se com aqueles que, como Francisco Glicério e o líder republicano gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, em nome do respeito ao rigor com que Floriano Peixoto enfrentara o conflito, defendiam a rendição incondicional dos rebeldes, emitiu, em junho, parecer contrário ao projeto que lhes concedeu anistia, afinal tornado lei em outubro. Foi contrário, também, ao Protocolo de Pacificação firmado entre o governo e os federalistas em 10 de julho, que parou a paz definitiva, alcançada no mês seguinte.

À frente de *O País*, passou a fazer oposição aberta ao governo federal, mas, dizendo-se desiludido com a política, recolheu-se em 1896 à sua fazenda em Pindamonhangaba (SP), embora sem renunciar ao mandato ou licenciar-se no Senado. Diante da cisão do Partido Republicano Federal, ocorrida em maio de 1897, permaneceu na agremiação, integrando, com Pinheiro Machado e Francisco Glicério, a corrente que manteve a direção do partido por meio da comissão renovada em 23 de junho, para a qual os três foram eleitos, com Tomás Delfino, Joaquim Pernambuco, Joaquim Gonçalves Ramos, Pedro Velho e Lauro Müller. Combatendo Prudente de Moraes no Senado e nas páginas de *O País*, articulou-se com civis e militares que acabaram por tentar assassiná-lo em 5 de novembro de 1897, episódio em que morreu o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Por motivos de saúde, Quintino obteve, nesse mesmo mês, dispensa da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Permaneceu, porém, na oposição, recusando o candidato do presidente à sua sucessão, Campos Sales, então à frente do governo de São Paulo. Seu nome, juntamente com o de Júlio de Castilhos, esteve entre os oposicionistas indicados para disputar a eleição, mas a maioria optou pelo de Lauro Sodré, ex-governador do Pará. Realizado em 1º de março de 1898, o pleito foi vencido por

Campos Sales.

De volta ao Senado, foi eleito membro da Comissão de Finanças em maio de 1898. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), que, antes mesmo de empossado, declarara desejar vê-lo como seu sucessor, Quintino, alegando divergências de interpretação quanto à doutrina republicana, se oporia à “política dos governadores”, concebida pelo presidente para, apoiando-se nas correntes dominantes nos estados, garantir alguma estabilidade ao sistema político nacional, abalado por violentas disputas, em todos os níveis, entre facções adversárias. Embora tivesse divulgado um manifesto em que afirmava não desejar novo mandato, foi reeleito senador em 30 de dezembro de 1899.

PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ainda em fins de 1899, Quintino Bocaiúva teve seu nome apresentado por Campos Sales e Nilo Peçanha como alternativa de conciliação entre as correntes políticas fluminenses que disputavam acirradamente a sucessão de Alberto Torres (1897-1900) na presidência do estado do Rio de Janeiro. Anunciada em 22 de junho de 1900 pelo PRF, sua candidatura recebeu o apoio do Partido Autonomista e do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), que já havia lançado o nome de Hermogêneo Silva, mas o retirou da disputa. Candidato único, foi eleito em 8 de julho, tendo Francisco Rangel Pestana, Antônio Augusto Pereira Lima e Antonino Fialho como vice-presidentes. Em seguida, integrou, em outubro, a comitiva que acompanhou Campos Sales a Buenos Aires, em viagem de retribuição à visita do presidente Júlio Roca fizera ao Brasil. Foi o encarregado de responder à saudação com que o presidente do Senado argentino recebeu os congressistas brasileiros. Após renunciar ao Senado mais uma vez, foi empossado no Executivo fluminense em 31 de dezembro de 1900. No ano seguinte tornou grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, posto mais elevado da hierarquia da ordem maçônica, que ocuparia até 1904.

Mal iniciara o governo no estado do Rio de Janeiro, em março de 1901 Quintino teve seu nome indicado pelo PRF para a sucessão de Campos Sales. Recebeu o apoio do PRRJ, do Clube Republicano Quintino Bocaiúva, fundado em setembro na sede da Sociedade Aliança Operária, em Niterói, da União Operária, da União Cívica Quintino Bocaiúva, do Clube Popular de São Cristóvão e da Loja Maçônica de Batatais (SP), mas não das correntes políticas dos outros estados. A convenção nacional realizada no Rio de Janeiro em 20 de setembro consagrou a candidatura de Francisco de Paula Rodrigues Alves, de São Paulo. Apenas a representação fluminense, com Nilo Peçanha à frente, sustentou seu nome. Dias depois, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou uma moção de apoio à sua candidatura, seguindo-se, em 1902, novas manifestações no mesmo sentido por

parte da comissão executiva do PRF e do diretório do PRRJ. Realizado em março, o pleito foi vencido por Rodrigues Alves, com cerca de 316 mil votos, contra aproximadamente 23 mil concedidos a Quintino.

Seramente constrangido pela grave situação econômica que o estado do Rio vinha enfrentando desde meados da década anterior, que combinava reflexos da abolição da escravatura, da primeira crise de superprodução de café e da progressiva decadência das atividades ligadas ao açúcar, Quintino assumiu o governo, segundo suas próprias palavras, como o “síndico de uma massa falida”. Para enfrentar a carência de trabalhadores, procurou estimular a imigração estrangeira e, para diminuir a dependência do café, a diversificação agrícola.

Do ponto de vista político, sua administração foi marcada por disputas entre facções estaduais em torno da localização da capital, que em 1894 fora transferida de Niterói para Petrópolis por força das batalhas travadas na baía da Guanabara durante a Revolta da Armada. Atuou em favor do retorno à antiga localização, o que foi feito pela Lei nº 542, de 4 de agosto de 1902. Apoiou, ainda, a reforma da Constituição estadual de 1892, proposta por várias câmaras municipais fluminenses, que se consumaria no governo seguinte.

Ao final de seu mandato, fez um balanço totalmente negativo, dizendo-se o primeiro a reconhecer que havia sido estéril a sua passagem pelo governo, o que teria acontecido porque todos os “elementos naturais” lhe haviam sido adversos. Como indicador dos problemas não resolvidos, mencionou o quadro de desorganização da instrução pública, lamentando nada ter podido fazer diante da recusa de professores e funcionários a trabalhar: “Nada se pode exigir daqueles a quem se não paga”.

Após transmitir o governo a Nilo Peçanha em 31 de dezembro de 1903, afastou-se dos cargos públicos. Reeleito em abril de 1904 para o Senado, preferiu não tomar posse e voltou a se recolher à fazenda de Pindamonhangaba. Para sustentar-se, e à sua numerosa família, contou com o auxílio financeiro de Bernardo Caymari até sua morte, em 1907. De volta ao Senado por eleição realizada em janeiro de 1909, foi escolhido, em junho, vice-presidente da casa, cargo que exerceria até 1912.

Durante a campanha presidencial de 1910, apoiou a candidatura do marechal [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_da_Fonseca"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_da_Fonseca) \o "Hermes da Fonseca" Hermes da Fonseca, ex-ministro da Guerra, contra Rui Barbosa, lançado pela Campanha Civilista. A competição eleitoral que se travou entre os dois candidatos marcou um ponto de inflexão na história política brasileira, graças, em particular, aos métodos usados por Rui Barbosa, que tinha Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, então presidente do estado de São Paulo, como candidato a vice-presidente. Enquanto Hermes se sustentava no prestígio militar e nos dispositivos eleitorais de muitos estados, em especial de Minas

Gerais, que lhe dera o candidato a vice-presidente, Venceslau Brás, a campanha de Rui exibiu perfil diverso, refletindo alterações na composição do eleitorado, cuja parcela urbana crescia. Os civilistas organizaram caravanas que percorreram o país realizando comícios e mobilizações em ruas e praças públicas. Inaugurava-se no Brasil um estilo de campanha então conhecido como “americano”, distinto daquele até então predominante, restrito a acordos fechados entre chefes de máquinas políticas. Realizado em 1º de março de 1910, o pleito, de resto marcado por denúncias recíprocas de fraude, foi vencido por Hermes da Fonseca, empossado em 15 de novembro.

Pouco tempo depois da posse presidencial, Quintino liderou, com Pinheiro Machado, a fundação do Partido Republicano Conservador (PRC), agremiação política de âmbito nacional destinada a organizar o campo político que apoiara Hermes da Fonseca. Em reunião realizada em 29 de novembro de 1910, foi eleito presidente da comissão executiva, integrada também por Crispim Jaques Bias Fortes (MG), Urbano dos Santos (MA), Augusto Tavares de Lira (RN), Leopoldo Bulhões (GO), José Siqueira Meneses (SE) e Antônio Francisco Azeredo (MT). Os nove pontos programáticos fundamentais do PRC foram a defesa da Constituição contra projetos revisionistas; da autonomia dos estados; da liberdade eleitoral; da estabilidade cambial e monetária, do equilíbrio orçamentário e da revisão do sistema tributário; das atividades econômicas nacionais, por meio da proteção aduaneira; do comércio nacional; dos programas de modernização militar em execução; da liberdade de ensino superior; e de uma mais perfeita organização civil da sociedade, por meio da decretação de códigos e leis necessários.

Ainda em 1910, amigos e correligionários seus, considerando precários os meios materiais de que dispunha para viver, organizaram uma subscrição para a compra de um imóvel que lhe servisse de residência e constituísse uma garantia futura para sua família. Coordenada por uma comissão formada pelos senadores Pinheiro Machado, Lauro Müller e Vitorino Monteiro, no ano seguinte a campanha já arrecadara a quantia considerada necessária para a concretização dos seus objetivos.

Quintino Bocaiúva faleceu em 11 de julho de 1912.

O bairro do Rio de Janeiro onde morava, na freguesia de Inhaúma, foi batizado com seu nome.

Publicou várias traduções de peças teatrais e, além dos trabalhos de sua autoria já mencionados, escreveu *Estudos críticos e literários* (1858), *Sofismas constitucionais ou O sistema representativo entre nós* (1860), *A opinião e a Coroa* (1861), *A comédia constitucional* (1861), *Os nossos homens* (1864) e *A família* (drama, 1868). Sobre sua vida foram escritos vários trabalhos, entre os quais os de Ferreira Viana Filho, *Biografia do senador general Quintino Bocaiúva, chefe da propaganda republicana brasileira* (1900);

de Afonso Costa, *Quintino Bocaiúva* (1943); de Hélio Sodré, *Quintino Bocaiúva* (1944); e de Ciro Silva, *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República* (1962).

Renato Lemos

FONTES: ABRANCHES, J. *Como*; ASSEMB. NAC. CONST. *Anais* (1890-1891); BLAKE, A. *Diccion rio*; BOHERER, G. *Da monarquia*; BUENO, C. *República*; CARONE, E. *República*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_06.html>. Acesso em: 19/1/2011; época. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/edic/541/Carta-0056.pdf>>. Acesso em: 23/1/2011; LAMARÃO, S. *Crise* (p. 97-131); LEMOS, R. *Alternativa* (v. 3, p. 401-444); LEMOS, R. *Implantação* (p. 25-94); MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro* (v.2); *Mensagens do presidente do estado do Rio de Janeiro, 1901-1903*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1891); NASCIMENTO, C. *Questão*; SANTOS, L. *Vov *; SENADO. *Anais* (1890-1891, 1892 - 1899; 1900, 1909-1912); SILVA, C. *Quintino* (v.1, p. 47-102); SILVA, E. *Quintino*; SODRÉ, N. *História da imprensa*; TOIGO, D. *Princípios*; WITTER, J. *Partido*.

BOITEUX, José Artur

* dep. fed. SC 1900-1902.

José Artur Boiteux nasceu em São Sebastião de Tijucas, atual Tijucas (SC), a 9 de dezembro de 1865, filho de Henrique Carlos Boiteux e de Maria Carolina Jacques Boiteux. Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, transferindo-se depois para a capital da província, Desterro, atual Florianópolis, para cursar humanidades. Em seguida matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, sem, contudo, concluir o curso. Na Rio, participou de atividades políticas relacionadas às campanhas abolicionista e republicana, ao lado de Antônio Justiniano Esteves Júnior. Após a proclamação da República (15/11/1889) regressou a Santa Catarina, nomeado oficial de gabinete do então governador Lauro Müller (1889-1890 e 1891).

Eleito deputado estadual em Santa Catarina para sucessivas legislaturas, exerceu o mandato de 1894 a 1900. Concomitantemente, foi secretário geral do Governo do Estado de setembro de 1894 a junho de 1896, na administração de Hercílio Luz (1894-1898). Logo depois, foi eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1900-1902, transferindo-se para o Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Em 1911, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Ao retornar a Santa Catarina, foi mais uma vez eleito deputado estadual, para a legislatura 1916-1918. Entre os anos de 1918 e 1922, no segundo governo Hercílio Luz (1918-1924), ocupou, com pequenas interrupções, o cargo de secretário do Interior e Justiça do Estado. Em julho de 1922, foi nomeado juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça. Foi também fundador do Instituto Politécnico de Santa Catarina (1917), da Academia Catarinense de Letras (1920) e da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932).

Faleceu em Florianópolis no dia 8 de janeiro de 1934.

Era casado com Jocelina Jacques Boiteux, com quem teve quatro filhos.

Tendo-se dedicado ainda ao magistério, ao jornalismo e à literatura, deixou três obras publicadas: *A imprensa catarinense* (1911), *Arcaz de um barriga-verde* (1933) e *Rui*

Barbosa (1930).

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MEIRINHO, J. *Datas*; PIAZZA, W. *Dicionário*; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jali_Meirinho>
o "Jali Meirinho".

BOLIVIAN SYNDICATE

Companhia organizada em Londres em 1901 para estabelecer a colonização boliviana no território do Alto Acre. Foi a última cartada da Bolívia para efetivamente incorporar a seu território a região do Alto Acre, que se tornaria parte do território brasileiro por força do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, e hoje constitui o estado do Acre.

BOLÍVIA: DO SALITRE À BORRACHA

Após a independência, a Bolívia experimentou um curtíssimo surto econômico como resultado da demanda externa por salitre. Salitre era a única forma de se obter nitrogênio fixado, que era utilizado na fabricação de explosivos e de adubo. Ou seja, era um produto que influenciava dois dos componentes principais do Estado moderno: comida e guerra.

A expansão salitreira pode ser entendida como fruto da extinção das reservas de guano do Peru a partir da década de 1860, baseadas na extração de excrementos de pássaros depositados nas rochas de suas ilhas oceânicas. A região do deserto do Atacama (Norte Grande), na confluência entre Peru, Bolívia e Chile provou possuir as únicas reservas de salitre economicamente viáveis, fornecendo assim um substituto ao cada vez mais escasso guano peruano. Três fatores concorreram para isso: o tamanho das reservas, sua pouca profundidade e o fato de que os depósitos estavam localizados relativamente próximos uns dos outros. Nenhuma outra região possuía tais características e, até a década de 1930, quando da descoberta do processo de fixação de nitrogênio em laboratório (Haber-Bosch), deserto do Atacama gozaria de um monopólio virtual. Por conta da disputa por seu controle, em 1880 Peru e Bolívia iniciaram uma guerra contra o Chile da qual saíram perdedores. Como resultado do que se convencionou chamar de Guerra do Pacífico, o Chile incorporou importante território ao norte de suas fronteiras, e Peru e Bolívia perderam dessa forma os frutos econômicos que o salitre proporcionaria somente ao Chile nos 50 anos seguintes. Para piorar, a Bolívia ainda perdeu o acesso ao mar.

Sem acesso ao oceano Pacífico, a alternativa era voltar-se para dentro. O ciclo da borracha começou em 1870 principalmente na Amazônia brasileira, mas Peru e Nova Granada (Colômbia) também mostraram possuir significativas reservas de borracha em seus territórios. Como a floresta amazônica também cobria parte de seu território, era natural que a Bolívia também viesse a desfrutar do *boom* econômico da borracha. O problema foi que novamente o país iria esbarrar na oposição de vizinhos mais poderosos e tenazes.

Inicialmente, a extração da borracha encontrava-se na região do Putumaio, onde as

fronteiras ainda não estavam completamente demarcadas. Essa falta de jurisdição clara levou a novas disputas territoriais em consequência da expansão da produção e do comércio da borracha. No Putumaio, o Peru contou com a vantagem de ter chegado primeiro, já que pôde dispor das rendas provenientes do guano para sustentar seus interesses na Amazônia. Assim, o governo peruano firmou ali uma posição estratégica através da construção de portos, regulação do comércio, definição de direitos de propriedade, subvenção de navegação fluvial etc. Iquitos iria se tornar o principal porto de escoamento da borracha peruana e ponto de contenção de interesses estrangeiros na região. A Colômbia também se mostrou bastante diligente no controle da região do Putumaio, estabelecendo uma política colonizadora. Não dispunha de recursos financeiros nem de estabilidade política para vencer a queda-de-braço com o Peru, mas logrou, ao fim, anexar o Alto Putumaio e Caquetá. Já o Equador não possuía sequer vontade política para aumentar ou sustentar suas demandas territoriais na região, uma vez que sua economia estava toda voltada para o comércio de cacau que se desenvolvia na costa do Pacífico.

Como o Brasil possuía a maior parte da Amazônia e como as suas reservas de borracha se mostraram de melhor qualidade, a expansão peruana foi contida pela oposição brasileira, que contou com enormes rendas provenientes da expansão gomífera. O desenvolvimento da borracha na Amazônia brasileira foi dessa forma importante para consolidar a jurisdição brasileira baseada nos acordos de limites que haviam sido estabelecidos entre Portugal e Espanha nos tempos coloniais. Havia, por certo, disputas em torno de quais tratados eram válidos e quais não o eram, mas no final prevaleceria a posição brasileira fundamentada no *uti possidetis de facto*, ou seja, na jurisdição *de facto*. Assim, a colonização brasileira da região do alto Solimões, fruto da expansão gomífera, sustentou as demandas brasileiras ao mesmo tempo que limitou a expansão peruana na região.

A expansão brasileira foi entretanto mais persistente e mais forte na região do Acre boliviano. O Alto Acre possuía extensas reservas de borracha (provenientes principalmente da árvore *hevea brasiliensis*) que se encontravam em maiores concentrações do que, por exemplo, as observadas na Amazônia brasileira. Ali a expansão da produção de borracha por brasileiros não iria encontrar a mesma oposição que encontrara na região do Putumaio. Para piorar a situação da Bolívia, as fronteiras estavam ainda desmarcadas, e não havia quaisquer indicações geográficas que pudessem facilitar a localização dos seringueiros e seringalistas. Claro, a expansão foi tanta que após certo tempo não havia mais dúvida de que brasileiros estavam explorando borracha dentro do território boliviano, ainda que pagassem impostos sobre a borracha exportada apenas para os governos provinciais/estaduais brasileiros. A colonização boliviana na região era muito escassa, e a exploração da borracha se encontrava nas mãos de poucas casas produtoras de borracha

restritas sobretudo ao rio Beni.

Na Bolívia, a extração de borracha se tornara comercialmente viável após a exploração do baixo rio Beni pelo americano Edwin R. Heath, que confirmara em 1880 que esse rio desaguava no rio Madeira. Apesar de haver várias quedas d'água no rio Madeira, mercadorias (em especial a borracha) podiam ser canalizadas do chamado Oriente boliviano para Manaus, Belém e, a partir daí, para a Europa e os Estados Unidos. O Oriente era abundante em *heveas*, em especial na parte adjacente às fronteiras não demarcadas com o Brasil, exatamente onde iriam surgir os dois maiores produtores de borracha bolivianos: António Vacas Díez e Nicolás Suárez. António Vacas Díez estabelecera alguns seringais na região em 1876, e pôde assim tirar proveito de sua posição estratégica na principal hidrovia para o Atlântico. Entretanto, em 1890, encontrava-se pouco capitalizado, e assim foi para a Europa à procura de capitais, sendo bem-sucedido tanto em Paris quanto em Londres. Em 1º de fevereiro de 1897, a Orton (Bolívia) Rubber Co. Ltd foi oficialmente registrada em Londres. Vacas Díez morreu apenas quatro meses depois (exatamente quando voltava da Europa) e, devido a grandes dívidas, sua companhia foi passada integralmente para a Casa Suárez, que era sua maior credora. Nicolás Suárez se estabelecera no Oriente boliviano em 1881. Assim como Vacas Díez, também recorrera à Inglaterra para se capitalizar e, com a ajuda de seu irmão mais velho, que era o cônsul-geral da Bolívia em Londres, lançara a F. Suárez & Co. Essa estreita ligação com o Reino Unido fez com que a totalidade da produção da Casa Suárez fosse enviada para lá durante o ciclo da borracha (1870-1910).

A DISPUTA PELO ALTO ACRE

Devido à preocupação com a jurisdição boliviana no Acre, houve várias tentativas por parte dos diversos governos bolivianos de produzir movimentos migratórios para a região. Essa preocupação se mostrou logo cedo. Em 1832, o Congresso boliviano criou a província de Utuquis e ofereceu uma concessão de colonização ao major argentino Manuel Luis Oliden. Como não havia comunicação efetiva com a região agraciada, já que as principais artérias fluviais se encontravam fechadas do lado brasileiro da fronteira, o empreendimento do major Oliden não vingou. Em 1870, o governo boliviano autorizou um empreendimento americano organizado como Colonization and Commercial Company of Bolivia a atrair colonos para a região do Alto Acre. Esse empreendimento não foi porém bem-sucedido, e um ano mais tarde foi desfeito como resultado da mudança de presidente da Bolívia. Em 1880, outro empreendimento colonizador na região foi organizado por Francisco Javier Brabo, que procurou em vão capitalizar uma empresa em Londres que se propunha introduzir cem mil colonos no Oriente boliviano num período de dez anos, construir rodovias cruzando o Chaco, estabelecer arsenais no rio Beni e manter navios a

vapor armados no rio Mamoré.

Esses e outros empreendimentos colonizadores pouco fruto deram, e a região foi sendo mesmo mais intensamente povoada em consequência da expansão da produção de borracha. Havia três rotas (fluviais) de penetração. A primeira se iniciava em La Paz e passava por Sorata ou por Yungas, distanciando-se dos Andes e encontrando-se com o rio Beni. Essa foi a rota usada preferencialmente pelos encarregados do governo boliviano que vinham da zona andina. A segunda rota se iniciava em Santa Cruz e se utilizava do rio Grande para chegar no rio Mamoré e continuar na direção norte, alcançando Trinidad e Riberalta. Essa foi a corrente de penetração humana que teve maior êxito econômico. Por fim, a terceira via partia de Cochabamba, entrando pelos rios Mateo e Chapare até encontrar os rios Mamorecillo e o Mamoré, de onde se podia continuar até as regiões que se queria explorar. Dessa rota se originou a maior parte da mão de obra indígena e mestiça para a extração de borracha.

A expansão do povoamento boliviano na região do Alto Acre foi dificultada por dois motivos principais. Primeiramente havia o componente geográfico, isto é, a dificuldade de acessar a região partindo dos principais centros populacionais do país. Ademais, o desnível geográfico da bacia do Mamoré-Madeira fazia com que parte dessa região fosse mais facilmente acessível a partir do território brasileiro. Brasileiros avançaram de fato na região a partir do estado do Amazonas, gerando um fluxo migratório que, assim como o boliviano, também foi inteiramente originado pela expansão gomífera. José Rodrigues Cametá, Serafim Salgado e Manuel Urbano da Encarnação ficaram conhecidos como os ‘Bandeirantes do Purus’, abrindo caminhos e promovendo ensaios de colonização. Em 1887 já havia na região uns dez mil brasileiros, e em 1898 algo como 60 mil brasileiros já haviam adentrado o Alto Acre.

Com o tempo, a exploração brasileira em terras bolivianas começou a gerar conflitos. Tentativas de negociações de limites já se haviam iniciado em 1834 por parte do governo boliviano de Andrés Santa Cruz. O Brasil recusou a negociação com base no desconhecimento da causa. Em 1844, a Bolívia novamente tentou, em vão, negociar um acordo com o Brasil que pudesse criar jurisdição boliviana na região do Acre. Em 1851 foi a vez de o Brasil mandar uma legação à Bolívia, mas a desorganização política desse país não permitiu que as negociações caminhassem. Em 1863 as negociações foram retomadas em Oruro, mas divergências em torno do princípio do *uti possidetis de facto* impediram qualquer acordo. Finalmente, em 1867 o primeiro tratado entre as duas nações foi assinado. De um lado, a Bolívia queria garantir acesso ao oceano Atlântico, e do outro, o Brasil queria garantir a neutralidade da Bolívia durante a Guerra do Paraguai. Nesse tratado, a Bolívia concordou com o princípio do *uti possidetis de facto*, oficializando todas as

possessões brasileiras que havia na região em disputa. Em troca, a Bolívia garantiu o controle de cinco portos no rio Paraguai e o acesso de possíveis navios de guerra bolivianos através da Amazônia brasileira. De qualquer forma, o tratado ainda garantia a posse do Alto Acre ao governo boliviano. Tal tratado foi, no entanto, rechaçado pelo governo brasileiro em 1883, e novos tratados, em 1887 e 1896, esbarraram no Congresso brasileiro, que não os ratificou.

De forma a garantir o domínio sobre o Alto Acre, em 1898 a Bolívia resolveu enviar tropas para a região e fundar uma estação fiscal em Puerto Acre. A imposição de uma tarifa de exportação sobre a borracha de 30% *ad valorem* enfureceu os seringueiros brasileiros, que se rebelaram e, com a ajuda do governo do estado do Amazonas, tomaram controle do Alto Acre. Em 1899, Luis Galvez proclamou a República do Acre e propôs sua anexação à República brasileira. Enfrentando protestos bolivianos, o governo brasileiro resolveu recusar a proposta. De qualquer forma, Galvez resolveu impor uma tarifa de 20% sobre a borracha local, enfurecendo mais uma vez os seringueiros da região e perdendo o apoio do governo do Amazonas, que almejava tais recursos para si. Galvez foi substituído por Sousa Braga, mas a República do Acre não durou muito, sendo retomada pela Bolívia em 1900. Tentativas amazonenses de novamente tomar o controle sobre a área em disputa falharam, e parecia que o Alto Acre permaneceria mesmo sob jurisdição boliviana.

Entretanto, como forma de estabelecer colonização boliviana e gerar *uti possidetis de facto*, o governo boliviano resolveu negociar a criação do Bolivian Syndicate. Apesar de ter sido organizada em Londres em 1901, a companhia tinha na diretoria um primo do presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, e o capital era majoritariamente americano. O capital autorizado montava a cinco milhões de libras e deveria ser vendido a investidores em troca de um aluguel de 30 anos do território do Alto Acre. O Syndicate estava autorizado a administrar o Alto Acre, a recolher impostos, a estabelecer uma polícia, a criar rede de esgoto e outros serviços públicos e a construir ferrovias, portos e outras instalações para comunicação.

A incorporação da companhia gerou feroz oposição de brasileiros, que temiam que a região se tornasse uma nova África, onde as *chartered companies* abrissem caminho para o futuro controle estrangeiro. A região em disputa acabou em mãos brasileiras após o fechamento das vias fluviais, a ocupação da região pelo Exército brasileiro e a compra do Syndicate pelo governo brasileiro por 110 mil libras. Em 17 de novembro de 1903, o barão do Rio Branco firmou com o representante plenipotenciário da Bolívia o Tratado de Petrópolis, pelo qual a região do Alto Acre se tornou oficialmente parte do território brasileiro, em troca de uma indenização à Bolívia (dois milhões de libras esterlinas), da cessão de terras no Mato Grosso e da promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que criaria um

canal de escoamento da produção boliviana para o Atlântico. Infelizmente, por conta de problemas técnicos, administrativos e financeiros, a construção da Madeira-Mamoré levou cinco anos, sendo concluída apenas em 1912, ou seja, dois anos após o ciclo da borracha haver terminado.

Felipe Tâmega Fernandes

FONTES: BELTRÁN, C. *Exploración* (v. 61); CARVALHO, C. *História*; CORTESÃO, J. *Alexandre*; FERNANDES, F. *Institutions*; FIFER, J. *Empire*; REIS, A. *Amazônia e a cobiça*; REIS, A. *Amazonia que os portugueses*; REIS, A. *Expansão*; REIS, A. *Limites*; REIS, A. *Portugueses*; RICUPERO, R. *Rio Branco*; SANTOS, R. *História* (v. 3); SERIER, J. *Barons*; STANFIELD, M. *Red*; TAMBS, L. *Rubber* (p. 254-273); WEINSTEIN, B. *Amazon*.

BOMBARDEIO DE SALVADOR

Episódio ocorrido na cidade de Salvador, capital da Bahia, no dia 10 de janeiro de 1912. Mais um exemplo da intervenção dos militares na política brasileira durante a Primeira República, o bombardeio se deu em consonância com os interesses do então ministro da Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra, candidato a governador do estado nas eleições para o quadriênio 1912-1916. O projeto de J. J. Seabra ao se candidatar a governador ia ao encontro dos interesses das lideranças políticas baianas concentradas no Partido Republicano Baiano e divididas em duas alas: os marcelinistas, liderados pelo senador José Marcelino, e os severinistas, liderados por Severino Vieira. Os conflitos tiveram início durante o governo de Araújo Pinho (1908-1911) e envolveram, além do Exército, jagunços contratados pelo governo, a força policial do estado, políticos de diversas instâncias do poder e populares.

HISTÓRICO

Edgar Carone destaca que os primeiros incidentes envolvendo situacionistas e oposicionistas na política baiana, bem como o partidarismo do Exército, já se haviam anunciado no final de 1910, quando das eleições para intendente municipal (prefeito) em Salvador, em que os dois candidatos, Júlio Brandão (seabrista) e João Santos (situacionista), se proclamaram vitoriosos. Tal fato mobilizou forças policiais e militares na capital baiana, numa prévia da disputa governamental programada para dezembro de 1911. No entanto, a parca historiografia regional sobre o assunto registra as eleições de 1911 para compor a Assembleia estadual como o antecedente imediato da contenda política que levou ao bombardeio da cidade.

Em 8 de janeiro de 1911 foram realizadas as eleições estaduais. Três grupos disputavam vagas na Assembleia: marcelinistas, severinistas e seabristas. O grupo no poder não reconheceu a vitória seabrista. Este, por sua vez, prometeu fazer duplicata da Assembleia, solicitar habeas-corpus a seu favor, e tomar posse à força. O governador Araújo Pinho

tentou assegurar que a decisão situacionista fosse mantida usando a polícia estadual, reforçada com a contratação de milhares de jagunços, para impedir as ações do grupo de oposição. Diante da crise, a política baiana entrou na pauta das reuniões realizadas no palácio do Catete, no Rio de Janeiro. O ministro da Guerra Mena Barreto, dando sinais de partidarismo político, nomeou para chefiar a região militar de Salvador o experiente general Sotero de Meneses, que havia atuado na repressão à Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, em parceria com J. J. Seabra – na época, o futuro governador da Bahia era ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves (1902-1906).

Apesar dos confrontos e do clima de guerra em função da composição da Assembleia, oposição e situação chegaram a um acordo. Os seabristas ficaram com 1/3 da representação na Assembleia, e obtiveram o reconhecimento de um senador da oposição. Com isso, os grupos divergentes firmaram um compromisso de paz.

A proximidade da eleição governamental e a iminência da vitória de Seabra aumentavam, contudo, o desconforto dos situacionistas. A tensão causada pela ostensiva presença do Exército na capital baiana, bem como os supostos desentendimentos de Araújo Pinho com o líder político José Marcelino só fizeram piorar os ânimos. Em 22 de dezembro de 1911, o governador renunciou. Faltavam apenas uma semana para a realização das eleições estaduais e três meses para a conclusão do seu mandato.

O substituto legal de Pinho era o presidente do Senado Estadual, cônego Manuel Leôncio Galvão. Porém, diante do clima de instabilidade política, e dos ares de guerra a soprar na cidade, o religioso não assumiu o governo, após alegar problemas de saúde. Aurélio Rodrigues Viana, catedrático da Faculdade de Medicina e presidente da Câmara dos Deputados, tomou posse, assim, como governador interino no mesmo dia da renúncia de Araújo Pinho. Aconselhado por Rui Barbosa, Viana tentou reduzir a pressão dos militares na política transferindo a Assembleia estadual para o município de Jequié, distante mais de 300km de Salvador, com reunião marcada para o dia 15 de janeiro de 1912. A reunião teria como objetivo resolver a questão da renúncia de Araújo Pinho e oficializar a nova data da eleição para o governo da Bahia.

O presidente do Senado, barão de São Francisco, se opôs à manobra política e insistiu, com sua autoridade, que a Assembleia se reunisse em Salvador. Parte dos parlamentares se dirigiu a Jequié, e outra permaneceu na capital baiana. Em 9 de janeiro de 1912 o juiz federal Paulo Fontes, por meio de habeas-corpus, autorizou a reunião da Assembleia em Salvador. Aurélio Viana mandou uma força policial do estado, reforçada com os jagunços contratadas por Araújo Pinho, cercar o prédio público para impedir a duplicata da Assembleia. O general Sotero de Meneses, por sua vez, atendendo a recomendações vindas do Rio de Janeiro, ordenou que se cumprisse a determinação federal.

Diante da recusa de Viana em atender ao *ultimatum* do general Meneses, no dia 10 de janeiro de 1912 foi dada a ordem para o bombardeio da capital baiana. Do forte de São Marcelo foram feitos os primeiros disparos. Os canhões da fortaleza do Barbalho e do forte São Pedro também entraram em ação. Foram atingidos o Palácio do Governo, a Câmara, o Teatro São João, a Biblioteca Pública e a Intendência. Não há números exatos sobre as baixas. Os dados oficiais apontam aproximadamente 20 mortos, enquanto a revista *A Careta*, no Rio de Janeiro, anunciou mais de 500 perdas.

No dia seguinte, sob os destroços da cidade, Aurélio Viana depôs as armas e renunciou ao cargo de governador. Assumiu o governo o conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, presidente do Tribunal de Apelação e o próximo nome na lista de sucessão governamental. A Assembleia reuniu-se em Salvador e marcou a eleição para 28 de janeiro de 1912.

A repercussão do bombardeio na imprensa nacional detonou uma crise no governo do presidente Hermes da Fonseca. Ninguém sabia de onde viera a ordem dos disparos. Imediatamente o ministro da Marinha, almirante Joaquim Marques Batista Leão, formalizou seu pedido de demissão com uma carta ao presidente, opondo-se ao ocorrido. O ministro da Justiça, Rivadavia Correia, desentendeu-se com o ministro da Guerra, Mena Barreto. A imprensa anunciou o suposto pedido de demissão do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores.

Diante da crise, Hermes da Fonseca ordenou a Sotero de Meneses que garantisse o retorno de Aurélio Viana ao governo da Bahia, o que foi feito em 19 de janeiro. A decisão

aumentou os conflitos na cidade. Nos dias 22, 23 e 24 de janeiro, desordens nas ruas de Salvador colocaram em confronto populares e força policial, de um lado, e soldados do Exército, de outro. No dia 25, uma multidão reunida em frente ao Palácio do Governo pediu a renúncia de Viana, que deixou o poder pela segunda vez. O conselheiro Bráulio Xavier reassumiu o governo no dia seguinte e garantiu que a eleição para governador fosse realizada. Eleito para o quadriênio 1912-1916, ao vencer por diferença considerável de votos o candidato da situação Domingos Guimarães, José Joaquim Seabra tomou posse no dia 29 de março de 1912.

O bombardeio da cidade de Salvador marcou profundamente a política baiana e causou grande impacto na política brasileira. No entanto, o episódio foi relegado ao esquecimento pela historiografia nacional.

Rogério Rosa

FONTES: *Careta* (20/01/1912); CARONE, E. *Republica Velha*; PANG, E. *Coronelismo*; QUARESMA, M. *Salvacionismo*; SAMPAIO, C. *Partidos*.

BONFIM, Manuel

* pedagogo e pensador.

Manuel Bonfim nasceu em Aracaju no dia 8 de agosto de 1868, em família proprietária de engenho de açúcar.

Aos 12 anos mudou-se para Salvador, capital da província da Bahia, para fazer os cursos preparatórios da Faculdade de Medicina, na qual ingressou em 1886. Em 1888 transferiu-se para o Rio de Janeiro – que de capital do Império passaria, com a proclamação da República, a Distrito Federal – e aí se formou em 1890. Clinicou durante oito anos e em 1896 tornou-se professor de educação moral e cívica na Escola Normal, depois Instituto de Educação. Nessa época escreveu livros didáticos, entre eles *Língua portuguesa*, em coautoria com Olavo Bilac. Em 1897 assumiu a direção do Pedagogium, museu de pedagogia criado em 1890 com o objetivo de impulsionar o ensino nacional dando ênfase ao ensino nas escolas normais, e em 1898 assumiu a cátedra de psicologia e pedagogia da Escola Normal, abandonando definitivamente a medicina para aprofundar-se nas disciplinas pelas quais era responsável. No início do século XX, foi para Paris estudar com o médico Georges Dumas e o psicólogo Alfred Binet (inventor do teste de inteligência que recebeu seu nome), que lhe sugeriram a criação de um Laboratório de Psicologia Brasileira dentro do Pedagogium.

Morava em Paris em 1905, quando lançou o livro *América Latina, males de origem*, em que negava a tese de que o atraso do continente se devia à índole de seu povo ou à miscigenação. Para ele, a colonização era a origem dos tais males e só a educação pública de qualidade daria um novo rumo para o Brasil e a América do Sul. Suas teses iam contra as idéias recorrentes na sociologia e psicologia da época, pois considerava o fenômeno psicológico como histórico e social, constituído nas relações entre as consciências mediadas pela linguagem, a qual, para ele, era produto do meio e da socialização. Era contra as pesquisas em laboratório, que considerava artificiais e restritas, e propunha um método de estudo do psiquismo baseado no estudo das manifestações humanas dentro do

contexto histórico. Antecipou, assim, idéias desenvolvidas posteriormente pelo também psicólogo e pedagogo suíço Jean Piaget e pelo cientista político Antonio Gramsci.

A publicação de *América Latina, males de origem*, rendeu uma polêmica com o folclorista e historiador Sílvio Romero, sergipano como Bonfim, 17 anos mais velho, um dos 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras e prestigiado nos meios intelectuais brasileiros. Romero defendia idéias opostas às expostas no livro. Atribuía o atraso brasileiro à miscigenação, que tornava o brasileiro infantil e semibárbaro, pois a mistura com negros e índios havia corrompido o homem branco. A solução seria o branqueamento da população, com a vinda de mais imigrantes europeus. Romero publicou em jornais 25 artigos de crítica ao jovem professor e psicólogo, e a polêmica virou rixa pessoal. Na biografia de Manuel Bonfim, *O rebelde esquecido*, Ronaldo Conde Aguiar conta que os ataques só foram revidados na imprensa uma vez.

Bonfim estava mais interessado em criar o Laboratório de Psicologia do Pedagogium – o que ocorreu em 1907 – para incentivar o debate sobre a prática e a teoria do ensino, fundamental para a cidadania e a consciência social da população. Nessa época assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, sem deixar de ser professor, e passou a registrar em livros a dupla experiência. Com base nas aulas da Escola Normal, publicou *Lições de pedagogia* (1915) e *Noções de psicologia* (1916). Em 1919, deixou a direção do Pedagogium para dedicar-se só às aulas e aos livros. Publicou *Pensar e dizer: um estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), em que discorria sobre as correntes da psicologia da época, *O método dos testes* (1926) e *Cultura do povo brasileiro* (1932).

Após sua morte, em 1932, no Rio de Janeiro, teve mais quatro obras publicadas: *Crítica à escola ativa*, *O fato físico*, *As alucinações auditivas do perseguido* e *O respeito à criança*. Embora com abordagem diferente, é considerado um pensador na linha de Joaquim Nabuco e José Bonifácio que, no século XIX, haviam atribuído o atraso brasileiro à escravidão. Bonfim foi adiante ao relacionar a escravidão à colonização predatória da América Latina, e preconizava como única saída o trabalho livre e a educação pública de qualidade.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: AGUIAR, R. *Rebelde*; FERREIRA, R. *Manuel*; PRADO, M. *Manuel*;
Wikipédia. Acesso em: 5/6/2009.

BONIFÁCIO, José

*rev. 1930; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1979.

José Bonifácio Lafayette de Andrada nasceu em Barbacena (MG) no dia 1º de maio de 1904, filho de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Corina Lafayette de Andrada. Pertencia, pelo lado paterno, a uma das mais ilustres e tradicionais famílias de estadistas brasileiros, em que se destacaram, nos primeiros tempos do Brasil independente, seu bisavô Martim Francisco Ribeiro de Andrada e os irmãos deste, José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o Patriarca da Independência, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Seu avô materno, o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, foi ministro da Justiça do gabinete do visconde de Sinimbu (João Lins Cansansão de Sinimbu), no Segundo Reinado.

Seu pai foi deputado federal por Minas Gerais de 1899 a 1930, embaixador do Brasil em Portugal de 1931 a 1933, na Argentina de 1933 a 1937 e no Vaticano em 1937. Seu tio Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930. Seu irmão Antônio Carlos Lafayette de Andrada foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1945 a 1969; outro irmão, Martim Francisco Lafayette de Andrada, foi embaixador no Peru de 1968 a 1969.

Fez os estudos primários em sua cidade e o curso secundário nos colégios Santo Inácio, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Anchieta, em Nova Friburgo (RJ). Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927.

NA REVOLUÇÃO DE 1930 E NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Ainda em 1927 foi nomeado oficial de gabinete do secretário de Segurança Pública do governo de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, também natural de Barbacena, de quem viria a ser depois concunhado e tradicional adversário, numa luta municipal e familiar que se tornou conhecida em todo o país. De 1929 a 1930 foi professor de história do Brasil no Ginásio Estadual de Barbacena. Nessa época, conforme revelou mais tarde, já estava conspirando para a Revolução de 1930 e “não ia muito dar aula, só uma vez ou outra”. Conspirava com oficiais de elite das forças armadas, entre os quais Eduardo Gomes. Em 3 de outubro de 1930 eclodiu a revolução. Seu pai, naquele momento líder da Aliança Liberal na Câmara dos Deputados, era um dos chefes civis do movimento, assim como seu

tio Antônio Carlos. José Bonifácio também se engajou, tornando-se assistente civil da 4ª Região Militar Revolucionária, cujo quartel-general, sob o comando do coronel Sousa Filho, foi instalado em Barbacena nos primeiros dias da insurreição. Como assistente civil, cabia-lhe obter armas e fornecer homens ao movimento. Nessa época fundou e publicou o *Jornal Revolucionário*, cujo primeiro número saiu em 5 de outubro de 1930. Era ele o diretor, editorialista e principal redator. A publicação teve vida efêmera, e em 29 de outubro, pouco depois da vitória do movimento, circulou pela última vez, pois, segundo seu fundador, nascera “exclusiva e unicamente para a Revolução, para a renovação de nossos costumes políticos, para batalhar pela felicidade do povo e salvação do Brasil”.

Após a posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório em 3 de novembro de 1930, José Bonifácio foi nomeado prefeito de Barbacena, cargo que exerceu de 1931 a 1934. Em outubro desse ano elegeu-se, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), deputado à Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Com a promulgação da nova Carta estadual em julho de 1935, passou a exercer o mandato ordinário, permanecendo na Assembleia até 10 de novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, fecharam-se todos os órgãos legislativos do país. Com a perda do mandato de deputado estadual, passou a dedicar-se à advocacia. Contrário à ditadura de Getúlio Vargas, combateu-a através de sua profissão, defendendo a causa dos que eram perseguidos pelo regime. Nesse período restringiu sua atividade a Barbacena, onde recrudesceu a rivalidade entre os Andradas e os Bias Fortes, estes últimos aliados de Vargas.

Em 24 de outubro de 1943, começou a circular em Minas Gerais um documento dirigido ao povo mineiro, mais tarde conhecido como *Manifesto dos mineiros*, que reivindicava a redemocratização do país. Foi a primeira manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo partida das lideranças políticas liberais e conservadoras. José Bonifácio foi um dos signatários do documento, ao lado de Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Afonso Arinos de Melo Franco, José de Magalhães Pinto e outros.

Em abril de 1945 participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), partido que nasceu da campanha pela redemocratização do país e que reunia as forças políticas contrárias ao presidente Getúlio Vargas. No decorrer de 1945 participou ativamente da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, lançado candidato à presidência da República pela UDN.

Em 2 de dezembro do mesmo ano, pouco depois da deposição de Vargas pelos chefes militares (29/10/1945), elegeu-se deputado por seu estado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. No mesmo pleito, o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) e apoiado por Getúlio.

DOS ANOS 1940 AOS ANOS 1970

Empossado em fevereiro de 1946, José Bonifácio participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário. Iniciou assim um longo período na Câmara dos Deputados, na qual permaneceria, reconduzido em sucessivas legislaturas, por 33 anos.

Encerrados o governo Dutra (1946-1951) e o segundo governo Vargas (1951-1954), e iniciado o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em 1958 foi eleito primeiro-secretário da mesa da Câmara, posto em que permaneceria, graças a sucessivas reeleições, até 1965. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, embora fosse contrário à linha política do vice-presidente João Goulart, foi favorável à sua posse. Logo depois, contudo, moveria intensa oposição a Goulart, acompanhando a posição de seu partido e contribuindo para as articulações que viriam a derrubar o presidente.

Após o movimento político-militar de março de 1964, que depôs João Goulart, diante da extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1966 foi eleito segundo vice-presidente da Câmara. Com a renúncia do presidente da casa, deputado Adauto Lúcio Cardoso, em 17 de outubro do mesmo ano, passou a primeiro vice-presidente. A renúncia de Adauto se deveu à cassação, no dia 12, do mandato de seis deputados, imposta pelo presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco. Adauto negou-se a reconhecer as medidas punitivas, o que deu origem ao fechamento do Congresso durante um mês, decretado no dia 20 de outubro desse ano, através do Ato Complementar nº 27. Entre os parlamentares que apoiavam a aceitação das cassações e eram contrários à decisão de Adauto Lúcio Cardoso, estava o deputado José Bonifácio.

Em fevereiro de 1967 foi reconduzido ao cargo de primeiro-vice-presidente da Câmara, e

um ano depois, em fevereiro de 1968, já no governo do general Artur da Costa e Silva, foi eleito presidente da casa. Em setembro de 1968, num período de acirramento de manifestações estudantis contrárias ao governo, o deputado Márcio Moreira Alves pronunciou em plenário um discurso considerado ofensivo às forças armadas, o que levou o governo a solicitar da Câmara licença para processá-lo. A recusa da Câmara fez com que o presidente Costa e Silva editasse, em 13 de dezembro desse ano, o AI-5 e o Ato Complementar nº 38, que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado. Apesar dos apelos de seus companheiros, José Bonifácio recusou-se a tomar qualquer medida que pudesse parecer contestatória em relação ao governo. O recesso só seria suspenso em 22 de outubro de 1969, para que o Congresso pudesse referendar o nome do novo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, escolhido pelo alto comando do Exército. Em 1970 José Bonifácio deixou a presidência da Câmara, que passou a ser exercida por Geraldo Freire. No ano seguinte foi eleito primeiro vice-presidente da comissão executiva nacional da Arena e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Em janeiro de 1975, já no governo do general Ernesto Geisel, foi eleito líder da Arena na Câmara. Em agosto de 1976, diante dos protestos do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contra a chamada Lei Falcão, que proibiu o livre pronunciamento dos candidatos através do rádio e da televisão durante a campanha para as eleições municipais daquele ano, e das denúncias de abuso de mordomias nos setores administrativos, considerou as notícias publicadas a respeito do assunto “contaminadas pelo germe do comunismo internacional”. Denunciou também a infiltração comunista nas multinacionais e nos quadros do MDB. Afirmou ainda que o ensino de moral e cívica deveria ser abolido, não apenas por ser irrelevante, mas também por se prestar à exploração dos comunistas.

Afastado durante dois meses das atividades parlamentares, devido a uma crise cardíaca, voltou à Câmara em 3 de novembro de 1976. No discurso que proferiu, defendeu a manutenção do regime político vigente e declarou que, em sua opinião, o sucessor do presidente Geisel deveria ser um militar, pois a situação do país não comportava um civil, que não teria a necessária energia para dirigi-lo. No dia 22 de novembro, o presidente Geisel confirmou-o por mais um período legislativo na liderança do governo.

Em 27 de abril de 1977, classificou de “arma comunista” a iniciativa de setores do MDB de empreender uma campanha em favor da Constituinte. Em manifestações na Câmara e em entrevistas à imprensa, declarou-se contrário a qualquer iniciativa que visasse a alterar a ordem de coisas vigente. Era sua preocupação constante combater, com toda a veemência possível, a inspiração “comunista” dessas manifestações, que não cansava de denunciar e repelir.

Em agosto de 1978, em carta a seus correligionários, informou que deixava de ser candidato à reeleição a fim de abrir vaga a políticos mais jovens. Em dezembro, através de seu vice-líder José Blota Júnior, despediu-se da liderança do governo e da militância política. Encerrou seu último mandato em janeiro de 1979 e ainda no mesmo ano, por indicação do governador de Minas Gerais Francelino Pereira, foi nomeado presidente do conselho de administração do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Permaneceu no cargo até 30 de março de 1983, 15 dias depois da posse de Tancredo Neves no governo do Estado, quando renunciou.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 18 de fevereiro de 1986.

Era casado com Vera Raimunda Tamm de Andrada, com quem teve três filhos. Bonifácio José Tamm de Andrada (conhecido como Bonifácio de Andrada), advogado e professor de direito, foi deputado estadual (1959-1975) e deputado federal (1979-1991, 1995-2003 e 2007-), e José Bonifácio Tamm de Andrada (conhecido como José Bonifácio Filho), advogado, foi deputado estadual a partir de 1975.

Publicou vários artigos em jornais e revistas sobre direito, história e política. Colaborou na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade Federal de Minas Gerais, nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era sócio correspondente, e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e no boletim da Câmara dos Deputados.

FONTES: ANSELMO, O. *Revolução*; BEHAR, E. *Vultos*; *Boletim da Bib. Câm. Dep.* (1969-18); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertórios (1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979); CÂM. DEP. *Presidentes*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Congresso* (1948); *Correio Brasiliense* (1/12/75); COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso*

Nacional; *Encic. Mirador*; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (3 e 16/10/1980, 13 e 14/12/1981, 19 e 20/2/1986); FRANCO, A. *Escalada*; *Folha de S. Paulo* (19 e 20/2/1986); *Globo* (23/10/1979, 19/2/1986); HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INST. HIST. GEOG. *Dic.*; *IstoÉ* (6/76); *Jornal da Tarde* (20/9/1976); *Jornal do Brasil* (14 e 26/1, 26/3, 8, 9, 14, 28/12/75, 24/6, 7, 11, 15, 17, 19, 22/8, 14/9, 4, 6, 12, 23/11/76 e 13/1, 2/1, 6, 8, 9, 25, 26, 28/2, 17, 22, 26/3, 5/6, 14, 19, 20, 23, 28/4, 20/5, 1/6, 12, 27, 29/7, 6, 9, 16, 26/8, 7, 14/9, 5, 14, 27/10, 2, 8, 11, 12/11, 12, 16 e 28/12/1977, 7, 9, 10, 17, 21, 30/3, 4, 14/5, 17/6, 1/9, 12/10, 5 e 11/12/1978, 28/1 e 24/4/1979, 31/ e 6/4/1983, 19 e 20/2/1986); LEITE, A. *Páginas*; MAGALHÃES, I. *Segundo*; *Manchete* (8/1977); NÉRI, S. 16; *Pasquim* (23 a 29/7/1976); REIS, A. *Bibliografia bras.*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); *Rev. Ciência Pol.* (1966); ROLIM, F. *Política*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1964; *Veja* (25/8/1976, 20/4/1977, 26/2/1986); VIANA FILHO, L. *Governo*; *Who's who in Brazil*.

BORBA, Manuel

* dep. fed. PE 1912-1915; gov. PE 1915-1919; sen. SE 1920-1928.

Manuel Antônio Pereira Borba nasceu no engenho de Paquivira, próximo a Timbaúba (PE), no dia 19 de março de 1864, filho de Simão Velho Pereira Borba e de Inês Maria de Andrade Lima. Sua mãe era sobrinha-neta do chefe da Revolução Republicana de 1817, José de Barros Lima, o Leão Coroado. Era primo do revolucionário praieiro Manuel Pereira de Moraes.

Em 1871 iniciou os estudos primários no Colégio Professor Demétrio de Toledo, na cidade de Pilar (PB). Em 1875 voltou para Pernambuco para continuar os estudos no Colégio Professor Albino Meira, em Recife, passando em 1879 para o Colégio Pernambucano, onde fez o curso de humanidades. Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Durante o curso, ao lado de Martins Júnior, Joaquim Nabuco e Maciel Pinheiro, dedicou-se às campanhas abolicionista e republicana, seguindo assim o pensamento político de seu pai, que não utilizava mão de obra escrava em seu engenho. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1887, e no ano seguinte dirigiu ao eleitorado do 4º Distrito de Pernambuco (Goiana) um bem elaborado manifesto republicano que teve a assinatura de 36 eleitores. Em 1889 tornou-se promotor em Timbaúba (PE) e ali iniciou a carreira de advogado.

Proclamada a República (15/11/1889), no governo de Albino Gonçalves Meira (abril a junho de 1890) foi promotor em Recife. Afastou-se do cargo para se defender de acusações feitas pelo então juiz de Timbaúba, Lourenço Bezerra Vieira de Melo, seu inimigo político. Em 1891 foi eleito deputado à Câmara estadual de Pernambuco na legenda do Partido Republicano, chefiado por Martins Júnior. Na sua passagem pela Câmara fez parte das comissões permanentes de Contas e Despesas, de Inquérito e de outras comissões especiais. Em 1893 renunciou ao mandato e afastou-se do meio político por 18 anos, passando a dedicar-se a atividades na indústria e na agricultura.

Assim, ainda em 1893 fez sociedade com os amigos Manuel Aurélio T. de Gouveia, Manuel Marques e Barbosa Cordeiro para erguer uma fábrica de tecidos em Goiana. A

fábrica foi inaugurada em 1894, com grandes festas e esperanças de progresso e benefícios para a população da cidade. Juntamente com os amigos Edward Johnson e Henrique Bernardes, em 1902 arquitetou a compra de um automóvel que serviria aos moradores da cidade, organizando daí a Companhia de Transportes de Goiana, empreendimento ousado e moderno para a época. Em 1904, pensando em melhorar a pecuária naquela zona, comprou no sul do país o boi Zebu, de raça nobre, para cruzamento e reprodução de um gado melhor. Voltou ao cenário político em 1911 com a queda do “rosismo”, ou seja, do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva sobre o estado de Pernambuco, um domínio quase que absolutista, já que governador, deputados e altos funcionários públicos só eram eleitos ou nomeados com a sua aquiescência. O partido oposicionista tomou então a iniciativa de mudar a situação política do estado, e começaram as trocas de idéias e as confabulações que terminaram com o surgimento, no Sul do país, do nome do general pernambucano Emídio Dantas Barreto como candidato a governador. Dantas Barreto era ministro da Guerra e venceu a eleição, como disse Raul Azevedo, por ser considerado privilegiado pelo presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca, seu amigo íntimo e irmão de armas.

Com a vitória do general Dantas Barreto, a quem dedicou total apoio político, Manuel Borba teve seu nome apresentado para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1912 foi eleito deputado federal por Pernambuco e foi escolhido líder da bancada. Três anos depois, foi escolhido por unanimidade pela bancada pernambucana para suceder ao general Dantas Barreto no governo do estado. Eleito, tomou posse em 18 de dezembro de 1915.

Em seu governo, colocou como metas a comunicação entre as diversas áreas do estado, com a abertura de estradas ligando a capital ao interior; a construção de pontes de cimento armado; e a criação da imprensa oficial para a redução das despesas com pagamentos a jornais particulares para dar à população as informações necessárias ao funcionamento do governo. Foi assim criado o primeiro jornal diário do estado, lançado no dia 14 de janeiro de 1916. Preocupou-se também com a instrução da população, promulgando a Lei nº 1.389,

que obrigava as indústrias a manter escolas primárias para os filhos dos funcionários. Foram feitos livros de acordo com a realidade das crianças, atentando para as necessidades rurais e urbanas, e aplicando o conhecimento dentro dos diferentes tipos de vivência. Foram erguidas e conservadas escolas, e foi construída a Escola Normal do Recife.

Também durante seu governo grandes reformas foram feitas nas penitenciárias de Pernambuco, com a criação de oficinas para os detentos – marcenaria, carpintaria, serralharia, sapataria, encadernação, cartonagem, alfaiataria e lavanderia. Cada detento era colocado na oficina para a qual tivesse vocação e recebia pagamento pelos trabalhos realizados; o pagamento era dividido, sendo a maior parte destinada à família do presidiário; o restante era depositado na Caixa Econômica de Pernambuco, e seria entregue no momento em que o indivíduo saísse em liberdade. Foi o primeiro governador a visitar a ilha de Fernando de Noronha, na época em que a ilha funcionava como uma penitenciária e os próprios detentos eram responsáveis pela produção de sua subsistência e recreação.

Seu governo foi ainda responsável pela concretização de algumas obras públicas até hoje muito importantes para a população pernambucana, como as pontes de Caxangá, Barão de Lucena e Madalena, entre outras. Na área da saúde, alcançou êxito com as políticas de higienização, controlando as doenças endêmicas da época: febre amarela, peste negra e varíola. Fortaleceu também o funcionalismo público com uma série de medidas: aumentou em 20% os vencimentos dos funcionários; reduziu de dez para cinco por cento a contribuição cobrada a título de novos e velhos direitos; suprimiu o imposto adicional de 20% que gravava a mesma contribuição e cedeu a renda proveniente à caixa Montepio; abonou as faltas do funcionalismo por ocasião da epidemia de influenza; permitiu na mesma ocasião o adiantamento de vencimentos, a ser amortizado pelos próprios funcionários; promoveu a reparação e o reconhecimento de direitos adquiridos e postergados em outras administrações. Em 1917 começou a desenvolver os trabalhos para a fundação de um horto florestal em Dois Irmãos – ainda em funcionamento atualmente.

Também em 1917 começou a se desentender com Dantas Barreto, pois este desejava que o governo do estado fosse apenas representativo, com um chefe aparente, cabendo-lhe ser o

real governante. Em 18 de dezembro de 1919 encerrou seu governo em Pernambuco, tendo como sucessor José Rufino Bezerra Cavalcanti. No ano seguinte foi eleito para o Senado Federal, ocupando a cadeira de José Rufino.

Em 27 de março de 1922, morreu em Recife o governador José Rufino. Sua morte, após longa enfermidade, determinou o início da disputa pelo governo estadual. Com o apoio de Manuel Borba, foi lançada a candidatura situacionista do senador José Henrique Carneiro da Cunha. Por seu lado, a oposição apresentou como candidato Eduardo de Lima Castro. Apesar da tensão, a eleição transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi porém contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte começaram as desordens, com a participação de forças militares de um e de outro lado. Diante da ameaça de intervenção em Pernambuco, as duas facções entraram em acordo, e o juiz Sérgio Lins de Barros Loreto foi eleito governador do estado e empossado em 18 de outubro.

Ainda como senador, quando foi apresentada a Lei de Imprensa no Senado Federal, Manuel Borba se pronunciou contra o projeto. Pensava ele que a livre manifestação de pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, tal como consagrava a Constituição, não poderia sofrer as restrições. Em seu modo de ver o projeto atentava contra os princípios fundamentais e essenciais do sistema democrático, infringia a Constituição e era um exemplo de audaciosa agressão à liberdade.

Faleceu em Recife, no Hospital Português, em agosto de 1928.

Era casado com Maria da Silva Pedrosa de Andrade.

Publicou no *Jornal do Recife* o texto intitulado “Aos meus amigos”, em que contava sua trajetória como ex-governador. Os discursos que pronunciou no Senado, assim como os de Francisco Rosa e Silva, foram publicados no livro *Em defesa de Pernambuco*.

Vanessa Pereira de Albuquerque

FONTES: Acervo Manoel Borba, CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco, Apipucos;
Série Documentos Pessoais (Completa); Série Produção Intelectual (Pasta 1 a 4 –
docs. 1 a 24 g 4)

BORBOREMA, Augusto

*magistrado; gov. PA 1917.

Augusto Borborema era desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Pará quando, em janeiro de 1917, assumiu o governo do estado no lugar de Eneias Martins, que foi deposto por um levante militar irrompido em Belém no dia 27 de dezembro de 1916. Permaneceu no cargo até 1º de fevereiro seguinte, quando Lauro Sodré iniciou seu segundo governo no Pará.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BORGES, Dioclécio Barbosa

*dep. fed. ES 1915-1917.

Dioclécio Barbosa Borges começou sua carreira política no município de Guarapari (ES) e se tornou adversário do principal chefe político local, Pedro José Aboudib. Em 1905, por ocasião da cisão do Partido Republicano Construtor (PRC) entre Muniz Freire e o presidente estadual Henrique Coutinho, Dioclécio se posicionou ao lado do último, já que Aboudib era ligado a Muniz. Encetou uma luta ferrenha, e até violenta, contra o chefe municipal, até expulsá-lo de Guarapari. Aboudib transferiu sua casa comercial para Anchieta e lá retomou a carreira política.

Dioclécio foi eleito deputado estadual duas vezes sucessivas (1910-1915) e, nesse último ano, ao terminar seu segundo mandato, foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), que substituíra o PRC e era presidido por Jerônimo Monteiro. Assumiu, em 22 de junho de 1915, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceria até dezembro de 1917, quando se encerraria o seu mandato e a legislatura.

Antes, porém, em 1916, quando Bernardino Monteiro foi apresentado pelo PRES como candidato à presidência do estado, Dioclécio Borges uniu-se à oposição a essa candidatura. Desencadeou-se a mais grave crise política da Primeira República no Espírito Santo, conhecida como Revolta do Xandoca, apelido do coronel Alexandre Calmon, chefe político de Colatina e vice-presidente do estado, um dos principais líderes do movimento.

A bancada federal capixaba, liderada pelo senador João Luís Alves e pelo deputado federal Torquato Moreira, uniu-se contra a candidatura de Bernardino, à exceção do próprio candidato, que era senador, e de Jerônimo Monteiro, seu irmão, então deputado federal. Apresentaram como candidato à presidência José Gomes Pinheiro Júnior, antigo adversário dos Monteiro, e Alexandre Calmon, como vice, e conseguiram inicialmente o apoio do presidente Wenceslau Brás. A política capixaba se dividiu: houve conflito, muitas vezes violento, em muitos municípios e repressão policial extremamente forte à oposição em

Vitória, o que levou centenas de pessoas a se refugiarem em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro. No dia 23 de maio de 1916, quando terminou o mandato de Marcondes Alves de Sousa, havia duas assembleias, ambas se declarando legítimas e cada uma delas reconhecendo e empossando um presidente do estado. Bernardino Monteiro recebeu o mandato de Marcondes e ocupou o palácio, enquanto a oposição instalou seu governo em Colatina, e recorreu ao governo federal, pedindo intervenção no estado.

O caso passou ao Congresso Nacional, onde os parlamentares de oposição, entre os quais Dioclécio Borges, todos antigos aliados dos Monteiro, fizeram sérias acusações a estes, nas acaloradas sessões em que se discutiu o tema, entre maio e agosto. Wenceslau Brás recuou no apoio à oposição e, finalmente, no dia 17 de agosto, foi recusada a intervenção federal no estado, o que garantia a posse de Bernardino. Dias depois foi aprovada a anistia a todos os envolvidos.

Com a vitória dos Monteiro, a carreira política de Dioclécio Borges se encerrou com o fim do seu mandato em dezembro de 1917.

Nara Saletto

FONTES: ABOUDIB, P. *Coronel* (p. 71-92); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Intervenção* ; CHEQUER FILHO, N. *Revolta*.

BORGES, Frederico Augusto

* dep. fed. CE 1891-1920.

Frederico Augusto Borges nasceu em Fortaleza no dia 7 de abril de 1853, filho do coronel Vitoriano Augusto Borges e de Umbelina Moreira da Rocha.

Estudou no Ateneu Cearense, transferindo-se logo após para o Ginásio Baiano em Salvador. Daí saiu para cursar a Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 1875. Enquanto cursava direito, redigia, juntamente com seus companheiros Salvador Muniz e Moreira Alves, o semanário político conservador *Autoridade* e colaborava no jornal *A Constituição*, do Partido Conservador de Ibiapaba (CE). Em 1876 obteve o grau de doutor em direito.

Voltando a Fortaleza, foi promotor público até 1881, quando foi exonerado e assumiu o cargo de diretor do jornal *A Constituição*. Em 1884 elegeu-se deputado geral pelo Ceará, mas, com a dissolução da Câmara em 1885 pelo ministério de Cotegeipe (1885-1888), mudou-se para o município de Sapucaia (RJ) e aí, além de abrir banca de advogado, fundou o jornal *Gazeta de Sapucaia*. Redigiu também *A Revista*, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

Proclamada a República, elegeu-se continuamente deputado federal pelo Ceará a partir de 1891, o que o fez morar no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Assumiu também a direção do jornal *O Tempo* e fez parte da direção do jornal *Diário do Comércio*, todas funções exercidas quando morava no Rio. Foi ainda nomeado professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, além de sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará. Encerrou seu último mandato na Câmara dos Deputados em dezembro de 1920.

Faleceu no Rio de Janeiro em março de 1921.

Entre outros trabalhos, escreveu *Schiller-Guilherme Tell* (carta a Rocha Lima publicada na *Constituição*, de Fortaleza, em 1872); *Teses e dissertações* (apresentadas na Faculdade de Direito do Recife em 1876), e *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Razões finais* (publicado na *Revista do Instituto Histórico do Ceará* em 1904).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 332-334).

BORGES, Pedro

* dep. fed. CE 1894-1900; pres. CE 1900-1904; sen. CE 1904-1917.

Pedro Augusto Borges nasceu em Fortaleza em 29 de abril de 1851, filho de Vitorino Augusto Borges e de Umbelina Rocha Moreira.

Fez os estudos preparatórios sob a direção de Abílio César Borges, conhecido mais tarde como barão de Macaúbas, e matriculou-se a seguir na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se doutorou em 1873 com a tese “Os obstáculos ao parto provenientes do colo do útero e suas indicações”. Médico cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, onde ingressou em 1874 como segundo-tenente, chefiava o Hospital de Jacarepaguá durante o período da seca de 1877-1879, e prestou socorro à população flagelada. Promovido a capitão em 1885, participou também da campanha abolicionista no Ceará, razão pela qual foi desterrado para a colônia Chopin, no extremo norte do país.

Já após a proclamação da República, foi promovido a major em 1890 e a tenente-coronel em 1892. Eleito e reeleito deputado federal, exerceu o mandato de 1894 a 1900. Nesse foi escolhido presidente do estado do Ceará para o quadriênio 1900-1904, sucedendo a Nogueira Acióli. Inicialmente tentou sair do raio de influência do antecessor, mas acabou sendo cooptado por este. Em seu governo aconteceu a primeira grande greve no Ceará, a dos estivadores do porto de Fortaleza. O movimento foi brutalmente reprimido, o que fez com que Pedro Borges perdesse grande parte do apoio da população. Ainda na sua passagem pelo governo criou a Faculdade Livre de Direito do Ceará em 1903 e solucionou a questão de limites do estado com o vizinho Rio Grande do Norte. Em 12 de julho de 1904 passou o governo ao sucessor, mais uma vez Nogueira Acióli.

Ao deixar o governo foi eleito senador. Renovando o mandato, ocupou uma cadeira no Senado durante 13 anos, de 1904 a 1917. Em 1908 foi escolhido quarto-secretário da Casa, de 1909 a 1913 foi terceiro-secretário, em 1914 segundo-secretário, e de 1915 a 1917 primeiro-secretário. Ao longo desses anos recebeu suas últimas promoções na carreira militar: foi promovido a coronel em 1908 e a general de divisão em 1912, quando se

reformou.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 11 de setembro de 1922.

Era casado com Ludovina da Rocha Moreira.

Kleiton de Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.75-76); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p. 467-468); NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.86-87); STUDART, G. *Dicionário* (v.1. p. 17-18).

BORMAN, José Bernardino

*militar; pres. PR 1899; ch. EME 1909; min. Guerra 1909-1910; min. STM 1911-1912.

José Bernardino Borman, também conhecido pelos pseudônimos literários *Wilagran Cabrita* e *B. de Marbon*, nasceu em Pelotas, na antiga província do Rio Grande do Sul, no dia 4 de maio de 1844. Sua mãe era gaúcha. Seu pai, Wilhelm Borman, era alemão de nascimento e veio para o Brasil para participar do Corpo de Estrangeiros de dom Pedro I, divisão do Exército brasileiro formada inicialmente por imigrantes e posteriormente por mercenários. Em 1827, Wilhelm Borman comandou o batalhão de alemães na batalha do Passo do Rosário (RS) durante a Guerra Cisplatina (1825-1828), conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pela posse da Província Cisplatina, região da atual República Oriental do Uruguai.

José Bernardino estudou com padres em São Leopoldo (RS) e aos 14 anos de idade, valendo-se de uma certidão do irmão mais velho, alistou-se no Exército. Assentou praça em 11 de fevereiro de 1862, contando o tempo de serviço de 15 de abril de 1861. Em dezembro de 1864 seguiu para a campanha do Uruguai e, em 1865, partiu para a Guerra do Paraguai (1864-1870) como alferes do 5º Batalhão de Voluntários da Pátria. Tomou parte, no segundo semestre de 1865, do sítio a Uruguaiana, cidade da província do Rio Grande do Sul que havia sido tomada pelas forças paraguaias, e esteve presente em outras batalhas importantes, como o combate da ilha da Redenção, no rio Paraná, em 1866, e ataque de Curupaiti, naquele mesmo ano, em que foi gravemente ferido. Comandou ainda uma bateria do Regimento de Mallet integrada pelos *brummer*, soldados mercenários alemães contratados em 1851 pelo Império brasileiro para lutar na Guerra do Prata (1851-1852), mas que também atuaram na Guerra do Paraguai.

Ainda durante a campanha do Paraguai foi promovido a segundo-tenente em 18 de janeiro de 1868, e recebeu por bravura, sobretudo na batalha de Avaí, travada em 11 de dezembro daquele ano, a promoção a primeiro-tenente em 20 de fevereiro de 1869, com antiguidade a contar da data do embate. Participou da campanha até 3 de novembro de 1869, destacando-

se pela assistência humanitária que prestou a irmãos de armas atacados de cólera. Terminado o conflito, fez o curso de Estado-Maior de primeira classe, a cujo corpo pertenceu. Tornou-se capitão graduado em 14 de abril de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870, e foi efetivado em 2 de maio de 1872. Também nesse ano formou-se bacharel em matemática e ciências físicas na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Ainda em 1872, em 7 de dezembro, casou-se com Maria Benedita Borman da Câmara Lima, sua sobrinha, filha de sua irmã Maria Luísa Borman e de Patrício Augusto da Câmara Lima, escritor. Maria Benedita foi cronista, romancista, contista e jornalista; sob o pseudônimo Délia publicou livros e colaborou em vários jornais do Rio de Janeiro.

Em 1874, seguiu para o sul como membro de uma comissão de engenheiros militares. Posteriormente, tornou-se ajudante de ordens de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, durante o terceiro período em que este chefiou o gabinete de ministros (1875-1878). Comissionado em missões de especialização militar, em 1877 acompanhou Caxias em viagem à Europa.

Ao regressar, em 1880, foi incumbido de fundar a Colônia Militar de Chapecó, também conhecida como Colônia de Xanxerê, na província do Paraná. Embora tivesse sido criada pelo Decreto n.º 2.502, de 16 de novembro de 1859, a colônia só foi instalada bem mais tarde, porque o governo argentino alegava que as terras escolhidas eram objeto de litígio entre os dois países. Assim, somente em 1880, após uma série de explicações e trocas de notas diplomáticas, o governo brasileiro pôde nomear um diretor encarregado de executar a fundação do povoado. A instalação efetiva ocorreu em 14 de março de 1882, quando Borman chegou à área com um destacamento militar. Lá convidou os caboclos locais para que se acomodassem no perímetro da colônia, tornando-se esta a única da província de Santa Catarina formada com famílias caboclas da própria região, sem a participação de imigrantes europeus. Promovido a major por merecimento em 31 de outubro de 1885, permaneceu como diretor do povoamento por 17 anos. Além disso, trabalhou como desbravador de terras e demarcador de fronteiras da localidade. Também fundou o primeiro jornal da região, o *Chapecó*, cujo primeiro número seria publicado em 7 de fevereiro de

1892.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, por merecimento pelos serviços prestados durante a implantação do novo regime, foi promovido a tenente-coronel em 7 de janeiro de 1890. Promovido a coronel graduado em 18 de março de 1892, tornou-se efetivo em 30 de dezembro de 1893.

Pouco antes, em 6 de setembro daquele ano, iniciou sua participação na repressão à Revolução Federalista, que fora deflagrada em fevereiro no Rio Grande do Sul e se estendia pelos estados vizinhos. O governo republicano interveio na contenda enviando tropas federais para a região. Membro dessas forças, o coronel Borman atuou no conflito até 16 de abril de 1894, destacando-se nos combates travados em Santa Catarina.

Após o falecimento de Maria Benedita Borman Câmara de Lima, em 1895, contraiu segundas núpcias com Ana Vera Monteiro Nogueira. Não teve filhos de nenhum dos dois matrimônios.

Filiado ao Partido Republicano Federal, em 1899 foi eleito vice-presidente do Paraná. Governou interinamente o estado de 3 de abril a 10 de maio daquele ano, período em que o titular, José Pereira dos Santos Andrade, precisou ausentar-se do cargo. Chegou a general de brigada a 22 de setembro seguinte e em 1901 foi eleito deputado estadual no Paraná. Tornou-se general de divisão em 15 de outubro de 1908. Como tal, foi comandante da atual 3.^a Região Militar, que abrangia o Rio Grande do Sul, de 10 de janeiro a 21 de junho de 1909. Pouco antes, por decreto do dia 18 daquele mês, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), do qual já havia sido subchefe. Assumiu o cargo em 9 de julho e o exerceu até 16 de outubro, quando, nomeado pelo presidente Nilo Peçanha (1909-1910), assumiu o Ministério da Guerra sucedendo ao general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães.

MINISTRO DA GUERRA

Parte de sua gestão no ministério foi dedicada à tarefa de organização do Exército. Nesse sentido, foram editados o Regulamento Interno para os Serviços Gerais e o Decreto

n.º 8.083, de 25 de junho de 1910, que regulamentou a Confederação do Tiro Brasileiro e estabeleceu estatutos para as sociedades a ela incorporadas, fundando os Tiros de Guerra, instituição encarregada de formar reservistas para o Exército.

Medidas especiais foram também adotadas em relação aos serviços de saúde: em novembro de 1909, providências foram tomadas para a inclusão no quadro do Corpo de Saúde de médicos, farmacêuticos-adjuntos e dentistas que serviam no Exército. A diretoria do Serviço de Saúde foi reorganizada por decreto legislativo de 6 de janeiro de 1910.

A questão da remonta dos corpos montados em geral também foi tratada em sua gestão. Ciente da necessidade não só da aquisição de bons cavalos para o Exército, mas também da adequada preparação de pessoal especializado e indispensável ao cuidado dos animais, em dezembro de 1909 aprovou uma regulamentação para o Serviço de Remonta, providenciando a inclusão de veterinários, que já trabalhavam para o Exército, no quadro dos serviços gerais de saúde. Em agosto do ano seguinte, aprovou também um regulamento para o Serviço Militar Veterinário.

O general Borman foi ministro da Guerra até 15 de novembro de 1910, quando teve início o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), e o ministério foi entregue ao general Emídio Dantas Barreto. Em seguida, em 11 de janeiro de 1911, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Tomou posse no dia 16 do mesmo mês e foi reformado como marechal a 6 de dezembro do mesmo ano. Exonerou-se do STM, a pedido, em 6 de fevereiro de 1912.

Possuía as medalhas da Campanha do Uruguai, do Mérito Militar e da Campanha do Paraguai, conferidas pelo Brasil, República da Argentina e República Oriental do Uruguai, a medalha comemorativa da rendição de Uruguaiana, a de distinção por serviços prestados à humanidade e a de ouro por serviços militares. Além dessas condecorações, recebeu as insígnias de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, da Imperial Ordem de Cristo e da Imperial Ordem de Aviz.

Foi membro e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, e também um dos fundadores e vice-presidente do Aeroclube Brasileiro, criado em 1911 no

Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. É patrono da cadeira nº 4 da Academia de Letras do Paraná, e da cadeira nº 31 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1º de junho de 1919.

Destacado historiador do Exército, escreveu várias obras sobre as campanhas do Sul que fornecem subsídios para a história diplomática. Também foi romancista. Publicou *O marechal duque de Caxias* (1880); *Fotografia militar* (1880); *História da Guerra do Paraguai* (1897); *Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no estado do Paraná* (1901); *A Campanha do Uruguai* (1907); *Rosas e o exército aliado* (1912); *A batata de Leipzig* (1914); *Campanha de 1851-52* (1916); *Os amores de D. João III de Portugal*, romance histórico, e *Dona Mariquinha de Passo do Carneiro*. Além desses livros, publicou os seguintes artigos e palestras: De Caxias a Mitre e Guerra do Paraguai (em *A República*, de Curitiba, 1903, com o pseudônimo de B. de Marbon); Apontamentos sobre a fotografia e sua aplicação no Depósito de Guerra em França (na *Revista de Engenharia*); Guerra do Paraguai (no *1.º Congresso de História Nacional*); A marcha do Exército de Caxias até Assunção. Operações combinadas de esquadra (na *História Militar do 1.º Congresso de História Nacional*); O marechal duque de Caxias, traços biográficos (introdução e discurso publicados em *O Cruzeiro*, sob o pseudônimo de Wilagran Cabrita, na Homenagem póstuma a duque de Caxias); e Planta da picada da Vila da Palmeira ao Porto União. Traduziu, ainda, obras de caráter militar.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: BLAKE, A. *Diccionario* (v.4, p. 341); CARNEIRO, D; VARGAS, T. *História* (p. 266-267); *Encyc. Diccionario Internacional* (p. 1579); GOV. PA. CASA CIVIL. José Bernardino Bormann. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>>. Acesso em: 1/6/2011.; GUIMARÃES, A. *Diccionario* (p. 76); *Jornal do Brasil* (2/6/1919, p. 5); *Jornal do Comércio* (2/6/1919, p. 2); LAGO, L. *Conselheiros* (p. 31); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 45-46); LOPES, T.; TORRES, G.

Ministros (p. 165-167); MACCANN, F. *Soldados*; MELO, L. *Subsídios* (p. 79); Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A1udio_Moreira_Bento>; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1901, 1909) ; MOREIRA BENTO, C. *Estrangeiros* (p. 141-145); MOREIRA BENTO, C. *Imigrante*; PREF. MUN. XANXERÊ. *Histórico do Município de Xanxerê*. Disponível em: <<http://www.xanxere.sc.gov.br/conteudo/?item=23946&fa=261>>. Acesso em: 1/6/2011; SUP. TRIB. MIL Ministros do STM (1808-2011)". Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>"<http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011; TELLES, N. *Pesquisas*. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/memorial_da_pesquisa.html>. Acesso em: 20/6/2011; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.2, p. 420)'; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/José_Bernardino_Bormann>.

BORRACHA

Produto do qual o Brasil foi o maior exportador de 1870 até 1910, ou seja, das décadas finais do Império às primeiras décadas da Primeira República.

HISTÓRIA DA BORRACHA

Embora pedaços de borracha contendo 1,92% de enxofre tenham sido encontrados na Alemanha em depósitos de lignito datando do período Eoceno (58,8 até 33,7 milhões de anos a.C.), a história moderna dessa matéria-prima está mais intrinsecamente relacionada com o descobrimento das Américas. A presença de árvores seringueiras no México, na América Central e particularmente na bacia Amazônica levou à utilização do líquido leitoso pelas civilizações indígenas americanas, como foi mencionado pelos primeiros exploradores europeus, entre os quais Cristóvão Colombo (na sua segunda viagem em 1493-1496), Pietro Martire d'Anguiera (1530), Gonzalo Fernandez de Oviedo (1535), Antonio Herrera Tordesillas (1601) e F. J. de Torquemada (1615). A maior parte desses relatos descrevia um jogo de bola de borracha, similar ao que chamamos hoje de futebol, mas também cerimônias religiosas nas quais a borracha era usada como oferenda. A utilização da borracha como material impermeável foi logo implementada, porém o produto permaneceu por muito tempo uma simples curiosidade.

O primeiro relatório científico sobre a borracha deveu-se a Charles Marie de la Condamine e François Fresneau, mas seu impacto em termos de industrialização dessa matéria-prima continuou limitado. Foi somente após o desenvolvimento do processo de vulcanização por Charles Goodyear que a borracha se tornou um sucesso comercial. O processo de vulcanização resolveu o principal entrave à utilização da borracha: o produto endurecia quando exposto a temperaturas frias e amolecia/derretia sob altas temperaturas. Goodyear descobriu que expondo-se um composto de enxofre, chumbo e borracha a altas temperaturas, a mistura tomava uma nova forma (vulcanizada) insuscetível às condições climáticas.

A borracha podia ser encontrada em quase todos os continentes, dado que sua elasticidade tênsil podia ser extraída de diversos tipos de árvores, ainda que de gêneros diferentes. No entanto, a qualidade do material (medida através de sua elasticidade tênsil) dependia do tipo de árvore, do método de produção e da destreza do seringueiro. Ainda que a destreza do seringueiro pudesse ser aprimorada (ao menos, até certo ponto), antes da bem-sucedida domesticação em grande escala de árvores seringueiras (*plantation*), a geografia e aos recursos naturais eram os principais determinantes da qualidade da borracha produzida.

O continente europeu não possuía reservas de seringueiras, porém alguns países europeus

tiveram um papel importante no mercado como reexportadores de borracha crua, que vinha principalmente de suas colônias na Ásia e na África. Na Ásia havia, principalmente, duas espécies indígenas de árvores seringueiras: *Ficus elastica* e *gutta-percha*. A *F. elastica* é natural da Birmânia e de Assam e, apesar de a maior parte de seu suprimento ter sido proveniente de fontes naturais, também era cultivada em pequena escala na Índia, Assam, na Península da Malásia, em Java e Sumatra. Por sua vez, a árvore *gutta-percha* era nativa da Malásia e das Índias Orientais Holandesas. Dado que a *gutta-percha* era um tipo de borracha não elástica, seu valor comercial se restringia a seu uso como material isolante em cabos telegráficos (submarinos) e como camada externa de bolas de golfe. Ao contrário do que ocorria com a *F. elastica*, o látex da *gutta-percha* não podia ser extraído com regularidade, podendo-se apenas extraí-lo depois que a árvore era derrubada. Sendo assim, a maior parte das árvores indígenas foi destruída com o passar do tempo. Experimentos com o plantio da *gutta-percha* foram substituídos por colheitas mais lucrativas, e apenas uma plantação levada a cabo pelo governo holandês em 1885 sobreviveu, sendo responsável por uma porcentagem considerável do suprimento de *gutta-percha*. Por sua vez, experimentos com o plantio da árvore *hevea brasiliensis* foram extremamente bem-sucedidos. Nativa da região amazônica, essa árvore era não só a mais resistente, sustentando três períodos de extração por ano, como também a que oferecia a borracha de melhor qualidade. A história do cultivo da *hevea* na Ásia começou em 1876, quando Henry Wickham plantou em Kew Gardens, Londres, algo como 70 mil sementes coletadas por ele na região do Pará, no Brasil. Dessas 70 mil sementes, 2.600 germinaram e foram transplantadas para o Ceilão para serem distribuídas para regiões mais úmidas e quentes. A organização da produção provou ser decisiva. Em 1877, as primeiras árvores foram plantadas em Cingapura e na Federação Malaia, e durante as décadas de 1890 e 1900 essas plantações tomaram uma tendência explosiva, expulsando do mercado após 1910 todos os produtores de borracha nativa, incluindo o maior produtor de borracha crua de então – o Brasil.

Na África, as duas principais fontes de borracha crua eram a árvore *Funtumia elastica* e a videira *Landolphia*. A *Funtumia* se encontrava vastamente distribuída na África tropical, desde Serra Leoa (oeste) até a África oriental, e também no Congo Belga, Libéria, Nigéria, Daomé, República dos Camarões, Congo Francês, Uganda e Costa do Marfim Francesa. A *Landolphia* era principalmente encontrada na África tropical e, ao contrário do que ocorria com a *Funtumia*, não era adequada para extrações frequentes, e assim, o método de extração invariavelmente implicava o corte da planta. Havia também vários arbustos do gênero *Clitandra*, *Carpodinus* e *Cryptostegia*, que eram encontrados principalmente na África tropical, dos quais a borracha também podia ser extraída.

Nas Américas, a borracha nativa podia ser encontrada no México, na América Central e na região Amazônica, mas algumas tentativas de plantação foram também realizadas, especialmente no México. A maior parte das plantações era da árvore *Castilloa elastica*, uma seringueira proveniente da América Central, mas que também pode ser encontrada nos Andes e na região amazônica. Em termos da qualidade da borracha extraída dessas árvores, a plantação da *Castilloa* era um investimento bastante promissor, principalmente na época da escassez da borracha (primeira década do século XX). Entretanto, apesar de essas árvores poderem produzir quantidades abundantes de látex por extração, tais extrações só poderiam ocorrer uma vez por ano (ou duas vezes caso a árvore tivesse oito anos ou mais de idade), o que era pouco comparado com as três extrações anuais da *hevea brasiliensis*. Ademais, métodos nativos normalmente matavam a árvore, impedindo um crescimento constante e duradouro da produção de fontes nativas. Apesar de investimentos pesados nas plantações de *Castilloa*, a maior parte da borracha exportada do México nesse período veio da planta *guayule* (um tipo de arbusto rasteiro).

Na região amazônica (excluindo-se o Brasil), o *boom* da borracha certamente foi uma extensão do que acontecia no Brasil, o maior produtor mundial de borracha, ainda que a região tivesse um dinamismo próprio: remunerações cadentes de exportações tradicionais ajudaram no desenvolvimento do *boom*. A maior parte das reservas de borracha na região amazônica vinha da *Castilloa* (com exceção da Bolívia, cuja fonte de borracha era predominantemente a *hevea*), cuja borracha registrava uma qualidade relativamente boa, gozando assim de boa reputação no mercado.

A árvore *hevea*, por sua vez, foi a base do *boom* da borracha na Amazônia brasileira e boliviana. A árvore é nativa da região ao sul do rio Amazonas. Historicamente, a produção começou nos arredores de Belém (localizada no delta do rio Amazonas) e seguiu o curso do rio em direção à cidade de Manaus, localizada na confluência dos rios Amazonas e Negro. A produção também se espalhou ao longo de vários tributários do rio Amazonas, especialmente em direção ao sul, e ao oeste em direção ao Acre, em busca de árvores *heveas*. Essas árvores dificilmente se apresentavam em grandes concentrações, normalmente encontrando-se espalhadas por vastos territórios. Entretanto, apesar de as seringueiras se encontrarem geograficamente espalhadas, a dificuldade em acessar o interior da região amazônica fez com que a produção ficasse limitada às regiões próximas aos corredores fluviais.

Comparada a outras árvores, a *hevea* podia, com técnica apropriada, passar por anos de extração sem perder muita produtividade. A *hevea* era a base do poder de mercado brasileiro no mercado de borracha: graças a uma combinação de qualidade e quantidade, a Amazônia brasileira assumiu uma posição de liderança no mercado mundial de borracha

crua. De 1870 até 1910, o Brasil exportou, em média, 7.600.995 quilogramas de borracha crua ao ano para o Reino Unido, e 9.095.951 quilogramas ao ano para os Estados Unidos, sendo assim responsável por 45,5% de toda a importação de borracha crua pelo Reino Unido e por 55,1% da importação pelos Estados Unidos. O Brasil foi, portanto, o maior produtor de borracha naquele período, até que plantações do Sudeste Asiático o eliminaram do mercado. Em termos de valor, a parcela de mercado brasileira era ainda maior, devido à maior qualidade da borracha de *hevea*.

Felipe Tâmega Fernandes

FONTES: CONDAMINE, C. *Relation*; COOK, O. *Rubber* (p. 406-407); DEAN, W. *Brazil*; DRABBLE, J. *Rubber*; EATON, B. *Raw* ; FERNANDES, F. *Institutions*; GOODYEAR, C. *Gum-elastic*; HANCOCK, T. *Personal*; JACKSON, J. *Thief*; JONES, F. *Early*; LUNN, R. *Vulcanisation*; ROGERS, H. *Development*; SCHELL, W. *American*.(p. 217-254);; *UK Parliamentary Papers – Annual Statements of Trade (1870-1910)*; *US Trade and Navigation Reports (1870-1910)* WICKHAM, H. *On the plantation*; WOODRUFF, W. *Rise*.

BORRALHO, Carlos Gomes

*dep. fed. MT 1930.

Carlos Gomes Borralho integrou o diretório central do Partido Republicano Conservador (PRC) em Cuiabá.

Foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1930. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, mas teve o mandato interrompido com a vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

João Edson Fanaia

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; FANAIA, J. *Elites*.

“BOTA-ABAIXO, O”

Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com a expressão “o Bota-Abaixo”, buscou-se destacar a maneira radical pela qual foi implementado um conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da capital federal.

No início do século XX, o Rio de Janeiro era a principal e maior cidade do país. Os constantes fluxos migratórios e imigratórios favoreceram um intenso processo de urbanização, que demandava uma reestruturação espacial daquele que era considerado o cartão postal do país. Na base desse debate sobre a necessidade de um planejamento urbano – tanto no Rio quanto em Paris –, esteve presente o conceito de política higienista, relacionada com as precárias condições sanitárias das habitações urbanas, especialmente as coletivas. Uma das figuras preeminentes desse debate foi Pereira Passos, que entre 1857 e 1860 frequentou vários cursos na École de Ponts et Chaussées em Paris, onde acompanhou as obras empreendidas por Georges Haussmann com o intuito de transformar a capital francesa em uma cidade “civilizada”, de acordo com os padrões da época. À frente da prefeitura do departamento do Sena, Haussmann desbastou o emaranhado de ruas estreitas, pôs abaixo habitações populares, e construiu em seu lugar um conjunto monumental de largas e extensas avenidas.

Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos. Por isso mesmo, cortiços, casas de cômodos, estalagens, velhos casarões, passaram a ser os alvos preferenciais da reforma urbanística que empreendeu ao longo de seu mandato. Um dos objetivos principais dessa reforma era livrar a capital federal da pecha de cidade insalubre, assolada por constantes epidemias de febre amarela, varíola e malária, com sérios prejuízos para a atividade comercial do país.

À custa da derrubada de velhos imóveis, foram alargadas e prolongadas diversas vias urbanas, como a rua do Sacramento (futura avenida Passos), a rua da Prainha (atual rua do

Acre) e a rua Uruguaiana, entre outras. Avenidas radiais e diagonais, cortando o centro em várias direções – as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, Marechal Floriano – exigiram o arrasamento de morros, como o do Senado, e a demolição de moradias e casas de comércio que se encontravam no trajeto das “vias do progresso”.

A avenida Central (atual Rio Branco), que uniu o Rio de Janeiro de mar a mar, isto é, do porto, na Prainha, até a avenida Beira-Mar, é o marco principal da reforma urbana então realizada. Apesar de debitada ao prefeito, a obra foi iniciativa do governo federal, que ainda realizou obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro, além de abrir as avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho.

São conflitantes as informações sobre o número de construções demolidas para dar passagem à nova avenida, variando entre setecentas e três mil. Ao atuar sobre velhas freguesias e distritos centrais, esse conjunto de intervenções urbanísticas resultou na destruição de quarteirões inteiros de hospedagens, cortiços, casas de cômodos e estalagens, além de armazéns e trapiches de áreas junto ao mar, forçando boa parte da população que aí vivia e trabalhava a se deslocar para os subúrbios ou a subir os morros próximos – Providência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros –, até então pouco habitados.

Reconhecida como indispensável para o processo de remodelação urbana da capital federal, em especial pelos efeitos que teve sobre a circulação pelo Centro e sua ligação com outras zonas da cidade, a operação “bota-abaixo” ficou marcada pela maneira autoritária com que lidou com as milhares de pessoas prejudicadas pela perda de suas moradias e negócios.

Marly Motta

FONTES: ABREU, M. *Evolução*; BENCHIMOL, J. *Pereira Passos*; REIS, J. *Administrações*; ROCHA, O. *Era*.

BOTELHO, Álvaro Augusto de Andrade

*dep. geral MG 1885; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1899 e 1909-1917.

Álvaro Augusto de Andrade Botelho nasceu na vila de Lavras do Funil, atual cidade de Lavras, na então província de Minas Gerais, em 8 de fevereiro de 1860, filho do comendador José Esteves de Andrade e de Prudenciana de Paiva Botelho.

Concluiu os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Ainda no período imperial foi eleito deputado geral por Minas Gerais em 1885. Retornando à terra natal, foi juiz municipal de 1886 a 1889. Foi também vereador, presidente da Câmara e agente executivo em Lavras, além de exercer a advocacia. Defensor dos ideais republicanos, foi atuante na propaganda republicana na cidade.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1890. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano e, sucessivamente reeleito, exerceu o mandato até 1899. Voltou à Câmara no período 1909-1917 e aí integrou as comissões de Instrução Pública e do Código de Águas.

Faleceu na cidade de Lavras em 16 de dezembro de 1917.

Foi casado com Prudenciana de Resende Alvim e, em segundas núpcias, com Josefina Azevedo Botelho.

Vanessa Lana

FONTE: MONTEIRO, N. *Dicionário*.

BOTELHO, ANTERO DE ANDRADE

*dep. fed. MG 1897-1899 e 1903-1923; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

Antero de Andrade Botelho nasceu em Lavras (MG) no dia 23 de abril de 1873, filho do conselheiro Fidélis de Andrade Botelho e de Emerenciana Elisa de Andrade. Seu primo José Monteiro Ribeiro Junqueira também atuou na política, tendo sido deputado estadual e federal (1903-1930) por Minas Gerais, constituinte de 1934 e senador (1935-1937).

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1893 e em seguida passou a exercer a advocacia em Belo Horizonte. Foi juiz federal no estado de Minas Gerais de outubro de 1894 a junho de 1896.

Filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), iniciou a carreira política elegendo-se deputado federal por Minas para a legislatura 1897-1899. Em 1903 voltou a ser eleito e retornou à Câmara dos Deputados. Renovando o mandato nas legislaturas seguintes, só deixou a Câmara em 1923. Durante sua longa permanência participou da Comissão de Instrução Pública, que presidiu durante muitos anos.

Após a Revolução de 1930, concorreu, na legenda do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, às eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, obtendo a terceira suplência. Em 22 de abril de 1934, em decorrência do falecimento do deputado Antônio Augusto de Lima, passou a participar dos trabalhos da Constituinte, que culminaram com a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte. Teve então o mandato estendido até maio de 1935. Obteve novamente, em outubro de 1934, uma suplência de deputado federal, vindo a ocupar a vaga de Valdomiro de Barros Magalhães, que assumira uma cadeira no Senado. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Faleceu no dia 7 de maio de 1939.

Era casado com Elisa Baker Botelho.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm. dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Diário do Congresso*

Nacional; FED. INDUSTRIAL DO RJ. *Relatório*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); MONTEIRO, N. *Dicionário*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976).

BOTELHO, Oliveira

*dep. fed. RJ 1905-1906; pres. RJ 1906; dep. fed. RJ 1907-1910; pres. RJ 1910-1914; dep. fed. RJ 1924-1927; min. Faz. 1927-1930.

Francisco Chaves de Oliveira Botelho nasceu em Montevideu, no Uruguai, no dia 19 de fevereiro de 1869, filho de Joaquim Antônio de Oliveira Botelho e de Basília Augusta Chaves. Seu pai era diplomata e servia no Uruguai quando do seu nascimento.

Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1890. Depois de formado, mudou-se para o estado do Rio de Janeiro e passou a clinicar em Resende. Nessa cidade iniciou a carreira política, elegendo-se vereador e presidente da Câmara Municipal.

Em 1901 foi eleito deputado estadual pelo 5º distrito eleitoral, na legenda do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), e no ano seguinte tornou-se segundo-secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Em 1903 foi novamente eleito deputado estadual e também vice-presidente do estado do Rio, ao lado de José Caetano Alves de Oliveira e Francisco Marcondes Machado, na chapa que elegeu Nilo Peçanha presidente estadual (1903-1906). Em 1904 tornou-se presidente da ALERJ, mas não concluiu o mandato, pois renunciou em 1905, já que foi eleito deputado federal na vaga aberta com a renúncia de Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, que havia assumido uma cadeira no Senado Federal.

Em 1906 foi reeleito deputado federal, mas em novembro abriu mão de seu mandato para assumir a presidência do Rio de Janeiro, diante do afastamento de Nilo Peçanha, que fora eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada por Afonso Pena e se preparava para tomar posse no dia 15 daquele mês. Transmitiu o poder em 31 de dezembro para o presidente estadual recém-eleito Alfredo Backer (1906-1910) foi novamente eleito deputado federal em abril de 1907 e reeleito em 1909.

Enquanto ocupava o governo, Backer rompeu politicamente com Nilo Peçanha devido, principalmente, às divergências envolvendo a sucessão estadual, o que levou Oliveira Botelho à oposição ao primeiro. A divisão de forças no estado do Rio levou ao lançamento

simultâneo de duas candidaturas à sucessão estadual, em 1910. De um lado, Backer e seus partidários defendiam a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, enquanto Nilo Peçanha apoiava a de Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910. Em consequência dessa divisão, os dois grupos acabaram por deixar a capital do estado, retirando-se ambos para Petrópolis nos dias seguintes ao das eleições. Prevendo a interferência do governo da União, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo sua legitimidade como Assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la. O impasse permanecia, e quando Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República (15/11/1910) encontrou o chamado “Caso Fluminense” nessa situação.

No final de dezembro Backer abandonou o palácio do governo, e o grupo que o apoiava deu posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo federal interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito, sendo empossado o candidato simpático a Hermes da Fonseca, Oliveira Botelho, no dia 31 de dezembro de 1910. A legitimidade do novo governo só foi porém reconhecida pelo Decreto 8.499, expedido em 3 de janeiro de 1911 pelo presidente Hermes. Em 3 de agosto, o Legislativo fluminense foi reorganizado, quando o Congresso Nacional reconheceu a Assembleia Legislativa nilista, pondo fim à divisão surgida durante as eleições.

Ao assumir o governo, Oliveira Botelho prometeu dar continuidade aos programas políticos, econômicos e financeiros do governo de Nilo Peçanha, caracterizados pelo fortalecimento do Poder Executivo, a redução da autonomia municipal, e a intervenção do estado na economia com fortes incentivos à agricultura. No âmbito político, sua administração assegurou ao nilismo o controle da política fluminense a partir da anulação de decretos e resoluções do governo anterior. Seu governo também foi marcado pelo apoio ao prefeito de Niterói, Feliciano Sodré – que ele próprio nomeara –, o qual realizava

diversas obras públicas, desencadeando críticas por parte da imprensa.

Na política nacional, Oliveira Botelho procurou se aproximar politicamente do presidente da República e também de Pinheiro Machado, senador gaúcho e um dos principais políticos do país. Nesse sentido, apoiou a moção de solidariedade a Hermes da Fonseca e a integração do Partido Republicano Fluminense (PRF), agremiação a que pertencia desde a ascensão de Nilo Peçanha, ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo governo. Assim, a partir de fevereiro de 1911, o partido situacionista do estado do Rio de Janeiro passou a se denominar Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), enquanto a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição.

As ligações com o governo federal ficaram evidentes com a nomeação de Sebastião Lacerda para o cargo de secretário geral do estado, já que este fora indicado por Hermes da Fonseca e tinha uma trajetória política de oposição a Nilo Peçanha. Nas eleições federais de 1912, a chapa oficial apoiada por Oliveira Botelho e Hermes da Fonseca foi vitoriosa e elegeu todos os seus candidatos, preterindo parte dos nilistas. Apesar dessas ações, Oliveira Botelho não rompeu politicamente com Nilo Peçanha, que estava na Europa desde fevereiro de 1911. Ao retornar ao Rio de Janeiro em junho de 1912, Nilo Peçanha assumiu a liderança do PRCF, anteriormente liderado por Quintino Bocaiuva, e com o apoio de Oliveira Botelho articulou a eleição de todos os candidatos do partido no pleito estadual de dezembro daquele ano. Mesmo com a crescente ligação do poder estadual com o governo federal, o nilismo mostrou força na política fluminense.

As divergências entre Oliveira Botelho e Nilo Peçanha aumentaram durante as discussões sobre a sucessão de Hermes da Fonseca em 1914. O presidente fluminense apoiou, juntamente com Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, a candidatura do mineiro e então vice-presidente da República Venceslau Brás, enquanto Nilo Peçanha mostrava-se neutro e não comparecia à convenção que homologou essa candidatura, em agosto de 1913. O rompimento definitivo veio com a sucessão estadual, quando Oliveira Botelho, apoiado por

Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, lançou o nome do prefeito de Niterói Feliciano Sodré. Nilo Peçanha não concordou com essa indicação nem com a interferência federal na política estadual, e candidatou-se ao governo fluminense. Com esse rompimento, os nilistas voltaram a usar a sigla do PRF para sua candidatura, enquanto Feliciano Sodré concorreu pelo PRCF.

Durante a campanha eleitoral, Nilo Peçanha percorreu todo o estado promovendo comícios e teve como aliado o jornal *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. Enquanto Feliciano Sodré também viajava procurando apoio das lideranças estaduais, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual pretendia derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos nilistas. Diante da ameaça, a oposição solicitou um *habeas-corpus* preventivo junto ao STF que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um apoiado pelo STF e outro pelos governos estadual e federal. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para formar a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se assim duas assembleias legislativas, a exemplo das eleições estaduais de 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois grupos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, de intervir no estado do Rio de Janeiro, mas, como Hermes estava nos últimos dias de seu governo, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro o STF homologou outro *habeas-corpus* garantido a eleição de Nilo Peçanha, para seu segundo mandato como presidente do Rio de Janeiro (1914-1917). Entretanto, a contenda só foi resolvida quando Venceslau Brás, recém-empossado presidente da República (1914-1918), assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado. O presidente adotou tal medida em respeito à posição

do STF e em função da reaproximação política entre ele e o novo presidente fluminense, que, mesmo sem ter ratificado seu nome como candidato à presidência da República, nunca se mostrara seu opositor. Segundo Mônica Kornis, “o apoio de Venceslau certamente expressava o reconhecimento do prestígio político de Nilo, mas também é possível que tenha pesado na decisão presidencial a rearticulação política do eixo Minas-São Paulo, que tinha como um dos seus objetivos o enfraquecimento de Pinheiro Machado, o grande sustentáculo de Feliciano Sodré e do antinilismo”.

Depois dessa derrota, Oliveira Botelho continuou na política fluminense atuando na oposição à segunda administração estadual de Nilo Peçanha (1914-1917) e aos governos nilistas de Francisco Guimarães (1917), Agnelo Gerard Collet (1917-1918) e Raul Veiga (1918-1922). Em 1919, a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Eptácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiara a candidatura de Rui Barbosa, candidato derrotado, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais, liderados, principalmente, por Oliveira Botelho e Feliciano Sodré. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha para a presidência da República na chapa da Reação Republicana, e a vitória de Artur Bernardes. Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Com essa nova conjuntura, ainda em 1922, Oliveira Botelho apoiou novamente a candidatura de Feliciano Sodré à presidência do estado, contra o candidato nilista Raul Fernandes. Em mais uma conturbada eleição, na qual os dois candidatos se declararam eleitos, reconhecidos por duas assembleias legislativas distintas, o recém-eleito presidente Artur Bernardes (1922-1926) decretou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, nomeou Aurelino Leal interventor federal e convocou novo pleito para outubro de 1923. Oliveira Botelho continuou como um dos principais aliados políticos de Feliciano Sodré, mais uma vez candidato e dessa vez vitorioso. O governo de Sodré (1923-1927) diminuiu a influência nilista no estado, o que foi percebido nas eleições federais de 1924, quando todos os candidatos apoiados pelo Executivo estadual foram eleitos. Nesse pleito, Oliveira

Botelho elegeu-se deputado federal.

Em agosto de 1924, passou a integrar a executiva do PRF, partido que abrigava a oposição ao nilismo desde 1920, quando Nilo Peçanha e seus aliados passaram a utilizar a sigla do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Em 1926 o PRF apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República (1926-1930) e em fevereiro de 1927, com o apoio do governo federal e estadual, Oliveira Botelho foi reeleito deputado federal. Em abril esteve ao lado de Manuel Duarte quando este foi eleito presidente do Rio de Janeiro (1927-1930), por indicação de Feliciano Sodré. Em dezembro, o novo presidente da República, reiterando seu apoio político ao PRF, nomeou Oliveira Botelho ministro da Fazenda, atendendo a uma reivindicação que os políticos situacionistas fluminenses faziam desde 1925. Oliveira Botelho foi nomeado pelo presidente Washington Luís em substituição a Getúlio Vargas, que fora eleito presidente do Rio Grande do Sul (1928-1930).

Como ministro, adotou várias medidas ligadas à contabilidade pública, como o início e o fim do exercício financeiro fixados em 1º de janeiro e 31 de dezembro, respectivamente, e a apresentação do balanço anual em 15 de abril. Além disso, sancionou normas relativas aos leilões públicos de volumes ou objetos abandonados nas repartições públicas e estradas de ferro e ao empréstimo interno por meio de apólices intituladas “Obrigações Rodoviárias” para a construção e conservação de estradas de rodagem e para a criação da Alfândega de Niterói. Em outubro de 1930, com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e destituiu o presidente Washington Luís, juntamente com todos os seus ministros, deixou o ministério.

Em 1934 voltou a atuar no PRF, quando surgiram disputas de poder na direção do partido relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, liderou o grupo composto por Thiers Cardoso e Norival de Freitas, que se sobrepôs ao liderado por Manuel Duarte, que depois dessa derrota interna se desligou do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro. Nessa reformulação, a facção de Oliveira Botelho convidou Feliciano Sodré, que até então estava

afastado do partido, para liderá-lo, fato confirmado em agosto de 1934 na eleição da nova comissão executiva, na qual o grupo de Oliveira Botelho foi dominante. Com essa nova configuração, nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e a Assembleia Constituinte estadual, o PRF não conseguiu eleger nenhum deputado federal e apenas um deputado estadual, Arnaldo Tavares.

Oliveira Botelho faleceu na cidade de Resende (RJ) no dia 3 de junho de 1943.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em::
<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/oliveira_botelho.html>.

Acesso em: 17/3/2011; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS.
GENEALOGIA. Disponível em:

<http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 17/3/2011;
FERREIRA, M. *República*; KORNIS, M. *Enfrentamento*; LACOMBE, L. *Chefes*;
PAULA, C; LATTMAN-WELTMAN, F. *Ministros*.

BRAGA, CINCINATO

*dep. fed. SP 1892-1902 e 1906-1923; pres. Bco Brasil 1923-1925; const. 1934; dep. fed. SP 1935-1937.

Cincinato César da Silva Braga nasceu na fazenda Graciosa, em Belém do Descalvado, município de Piracicaba (SP), no dia 7 de julho de 1864, filho de Domingos José da Silva Braga e de Bárbara Augusta de Matos Braga, de tradicional família paulista.

Fez seus estudos primários no Colégio Padre Antônio José de Castro, em São Carlos do Pinhal (SP), e os secundários de 1878 a 1881 no Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP), sendo aí colega de Alberto Santos Dumont e de Júlio Mesquita. Em 1881 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde passou a integrar desde o início a Confederação Abolicionista Acadêmica. Bacharelando-se em março de 1886 em ciências jurídicas e sociais, envolveu-se abertamente nas campanhas em favor da república e da abolição da escravidão. Ainda em 1886 tornou-se promotor público em São Carlos do Pinhal, mas deixou essa função no ano seguinte a fim de dedicar-se à advocacia.

Iniciou sua carreira política logo após a proclamação da República, elegendo-se deputado à Assembleia Constituinte de São Paulo em 1891, com o apoio dos municípios de São Carlos, Rio Claro, Piracicaba, Jaú, Brotas, Dois Córregos e Jabuticabal. Durante os trabalhos constituintes, discutiu questões relativas à organização do Poder Judiciário e propôs uma corte de arbitramento para dirimir conflitos entre patrões e empregados, proposta essa que a Assembleia rejeitou.

Com a dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, imposta pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, formou, com Júlio Mesquita, Bueno de Andrade, Paulo Novais, Gonçalves Bastos, Eduardo Guimarães, Rivadávia Correia e Vicente de Carvalho, o grupo de deputados paulistas conhecido como Dissidência Paulista, cujos membros renunciaram a seus mandatos em protesto à moção de solidariedade da Assembleia Legislativa ao presidente estadual Américo Brasiliense, que havia apoiado a ação de Deodoro. Embora tivesse apoiado a eleição de Deodoro para a presidência da República, passou para a oposição, participando, nesse período, da revolta ocorrida em São Paulo contra o golpe do governo. Os revoltosos paulistas criaram uma junta composta por Prudente de Moraes, Manuel Ferraz de Campos Sales, Júlio Mesquita e outros, que encarregou Cincinato de representá-la no Rio de Janeiro, então Distrito Federal,

na conspiração para derrubar Deodoro.

A reação ao fechamento do Congresso, e sobretudo a ameaça da Esquadra de bombardear a capital federal, obrigou Deodoro a renunciar 20 dias depois e passar a chefia do país ao vice-presidente Floriano Peixoto. Assumindo a presidência da República em 23 de novembro de 1891, Floriano reabriu o Congresso e nomeou para o Ministério da Fazenda Francisco de Paula Rodrigues Alves, representante paulista na Câmara dos Deputados. Cincinato Braga foi então eleito para substituir Rodrigues Alves em abril de 1892, e tomou posse em junho do mesmo ano. Tornou a se eleger deputado federal por São Paulo em 1894, 1897 e 1900. Na última legislatura foi um dos signatários do manifesto *Aos republicanos de São Paulo*, de setembro de 1901, que serviu de base à formação da Segunda Dissidência Paulista, liderada por Prudente de Moraes e Júlio Mesquita, que se opunha à indicação de Bernardino de Campos para a chefia do Executivo paulista, feita pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902). Apesar disso, Bernardino de Campos foi presidente de São Paulo de 1902 a 1904.

Na Câmara dos Deputados, Cincinato Braga participou das comissões de Constituição e Justiça, de Diplomacia e Tratados e de Finanças, tendo sido relator de diversos orçamentos. Em seus pronunciamentos destacou a questão da siderurgia e defendeu a alteração radical dos processos de cultura agrícola através da assistência às terras que mostravam sinais de esgotamento. Não conseguindo reeleger-se, em dezembro de 1902, ao concluir seu mandato, deixou a Câmara, e no ano seguinte passou a fazer parte de um grupo de personalidades paulistas que constituíram uma sociedade para explorar terrenos na capital do estado. Depois de adquirir grandes áreas nos bairros do Pacaembu, Jardim América e outros, o grupo transferiu a empresa a capitalistas ingleses, que formaram a City of São Paulo.

Reelegendo-se deputado federal para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, nesta última foi um dos líderes da Campanha Civilista, movimento de caráter antimilitarista que promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República contra a do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito no pleito de março de 1910. Voltou a se eleger para as legislaturas 1912-1914 e 1915-1917, tornando-se nesta última líder de sua bancada na Câmara dos Deputados. Em 1916 renunciou à liderança por discordar da candidatura de Altino Arantes para a presidência de São Paulo. Sua atitude, porém, foi inútil, porque

Altino Arantes acabou sendo eleito para o quadriênio 1916-1920. Mais uma vez eleito para as legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, em maio de 1921 representou o Brasil, juntamente com Raul Fernandes e Gastão da Cunha, no Conselho Executivo da Liga das Nações, reunido em Genebra, na Suíça, após o término da Primeira Guerra Mundial. Desempenhou ainda as mesmas funções na Conferência Internacional do Trabalho, realizada, também em Genebra, no mesmo ano.

Em janeiro de 1923, foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) presidente do Banco do Brasil, em substituição a Daniel de Mendonça. Exerceria a função de fevereiro daquele ano até janeiro de 1925, quando foi substituído por James Darci.

Após a Revolução de 1930, elegeu-se em maio de 1933 deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido, de oposição ao presidente Getúlio Vargas, composta de elementos do Partido Democrático (PD) e do Partido Republicano Paulista (PRP). Assumindo seu mandato em novembro do mesmo ano, representou seu estado na Comissão Constitucional, composta de 26 membros oriundos de todas as bancadas estaduais e da bancada de deputados classistas. Nessa comissão, incumbida do estudo e do anteprojeto da Constituição, foi o responsável, juntamente com José Matoso de Sampaio Correia, pela redação do capítulo referente à Discriminação de Renda e Orçamento.

Em julho de 1934, no final dos trabalhos constituintes, ao ser discutida a sucessão presidencial que seria decidida através de eleição indireta, concedeu entrevista à imprensa explicando sua participação num encontro com elementos considerados de esquerda. Afirmou que comparecera a essa reunião como convidado, sem, no entanto, assumir qualquer compromisso. Alegou que nela fora feito um balanço da coordenação de forças que atuariam na oposição à candidatura de Getúlio Vargas, até então chefe do governo provisório, que contava com o apoio da maioria da Assembleia Constituinte. Segundo suas declarações, a bancada paulista ainda não havia deliberado sobre a eleição presidencial, além da decisão de não sufragar o candidato da maioria. A bancada paulista acabou apoiando Antônio Augusto Borges de Medeiros, mas Vargas foi eleito no dia seguinte à promulgação da nova Carta (16/7/1934) por 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros.

Por decisão da Assembleia, os constituintes tiveram seus mandatos prorrogados até maio do ano seguinte, quando teria início a legislatura ordinária. Assim, em outubro ainda de 1934,

Cincinato Braga tornou a se eleger deputado federal por São Paulo, na legenda do PRP. Em maio de 1937 representou o PRP na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República nas eleições que se realizariam em janeiro do ano seguinte. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e a dissolução de todos os órgãos legislativos existentes no país, perdeu seu mandato e se retirou da vida pública.

Após a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em outubro de 1945, foi nomeado em 1949 presidente do Banco do Comércio do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua vida, como historiador e economista, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, além de ter sido sócio fundador do Instituto Histórico de São Paulo. Colaborou ainda em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1953.

Publicou *Caixa de Conversões* (1894), *Indústria pastoril* (1894), *Emissão de papel-moeda* (1894), *Apontamentos históricos sobre a fundação da cidade e município de São Carlos* (1894), *O popular* (1894), *Ação rescisória* (1910), *A questão dos pilões (verdades contra mentiras)* (1910), *O câmbio* (1910), *Questões econômico-financeiras* (1915), *Intensificação econômica do Brasil* (1917), *As secas do Nordeste e a reorganização econômica* (1919), *Ensino industrial, siderurgia etc.* (1919), *Magnum problemas econômicos de São Paulo* (1923, reeditado com o título de *Problemas brasileiros* em 1948), *O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã* (estudo econômico-financeiro, 1923), *Brasil novo* (4v., 1930-1931), *O golpe de Estado*.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5136); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dic.*; *Jornal do Comércio*, Rio (13/8/1953); LEITE, A. *História*;

LOBO, P. *Velhas*; MELO, L. *Dic.*; MONTEIRO, F. *Banco*; MUSEU DO BANCO DO
BRASIL; *Novo dic. de história*; SILVA, H. 1933.

BRAGA, Firmo

*dep. fed. PA 1912-1914; sen. PA 1918-1921.

Firmo José da Costa Braga nasceu em Cametá (PA) no dia 1º de junho de 1859, filho de Francisco José da Costa Braga e de Ana Barradas da Costa Braga.

Formou-se em ciências naturais pela Escola Politécnica de Lisboa em 1880 e em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1886. Ao final do curso, defendeu tese intitulada “As injeções intrauterinas de água quente e a evacuação uterina no tratamento das hemorragias post-partum”, publicada no Brasil em 1891. Nesse mesmo ano teve seu título de doutor validado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1893, foi eleito deputado estadual no Pará. Ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado até 1899. Eleito deputado federal em 1912 pelo Partido Republicano Federal, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro de 1914. Em 1918 foi eleito senador. Permaneceu no Senado de maio desse ano até janeiro de 1921, quando faleceu no Rio de Janeiro, no exercício do mandato.

Foi ainda fundador e diretor do jornal *Folha da Noite*, no Pará, e colaborador de dois importantes jornais paraenses, *A Província do Pará* e *Folha do Norte*.

Adrianna Setemy

FONTES: LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.2); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*.

Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em:

8/1/2009; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1641&li=31&lcab=1918-1920&lf=31>. Acesso em: 29/1/2009.

BRAGA, Francisco de Assis Oliveira

*dep. fed. SP 1897-1902.

Francisco de Assis Oliveira Braga nasceu em Guaratinguetá (SP), filho de Francisco Oliveira Braga. Seu pai foi deputado provincial em São Paulo.

Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1881 e estabeleceu escritório de advocacia em Guaratinguetá. Ainda no Império foi eleito deputado provincial para três legislaturas: a de 1880-1881, quando integrou as comissões de Redação e de Justiça, Constituição e Poderes da Assembleia Provincial de São Paulo; a de 1884-1885, quando participou da Comissão de Câmaras Municipais, e a de 1886-1887, quando voltou a integrar a Comissão de Justiça, Constituição e Poderes. Ingressando também no jornalismo, em maio de 1886 assumiu a redação do *Diário de Santos*. Foi de sua autoria o projeto para a emancipação política de Aparecida, que seria elevada à categoria de distrito de Paz em 1891.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1896 com 31.240 votos, na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP). Na Assembleia Legislativa, integrou a Comissão de Instrução. Em seguida foi eleito deputado federal por São Paulo, sempre na legenda do PRP, para a legislatura 1897-1899. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito para a legislatura 1900-1902 e exerceu o mandato até seu encerramento em dezembro de 1902.

Era casado com Joaquina Martins de Toledo.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CALIMAN, A. *Legislativo*; FONSECA, A; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; Jornal Lince. Disponível em: <<http://www.jornalolince.com.br/2008/out/memoria/centenarios.php>>; LEME, L.

Genealogia (v.7); Estudosobre.com. Disponível em:
<http://www.estudosobre.com/C%C3%A2mara_do_Congresso_Legislativo_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo>; Migalhas. Disponível em:
<http://www.migalhas.com.br/pintassilgo/mig_pintassilgo.aspx?op=3&cod=21430&comarca=Guaratingueta>; Novo Milênio. Disponível em:
<<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g3h.htm>>.

BRAGA, Francisco Ferreira

*dep. fed. SP 1903-1923 e 1925-1928.

Francisco Ferreira Braga nasceu em Sorocaba (SP) em 25 de fevereiro de 1867, filho de José Ferreira Braga, fazendeiro e chefe político liberal, e de Isabel Prestes Braga.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde fez o curso secundário e estudou na Escola Politécnica. Diplomou-se em engenharia civil em 1886, como o aluno com o melhor desempenho na turma. Em 1889 foi nomeado professor adjunto da seção de matemática do curso preparatório da Escola Militar do Rio de Janeiro. Já após a proclamação da República em 15 de novembro desse ano, assumiu em 1890 a cadeira de álgebra; em 1896, tornou-se professor substituto da 1ª seção do curso fundamental da Escola Politécnica, regendo as cadeiras de cálculo, mecânica aplicada e mecânica racional; em 1899, foi habilitado para ocupar como efetivo a cadeira de cálculo. Em 1911 seria nomeado professor catedrático da cadeira de geometria descritiva e topografia da Escola Naval e no ano seguinte passaria a professor catedrático de geometria analítica e cálculo diferencial e integral da Escola Politécnica. Também ocupou o cargo de engenheiro da Carta Cadastral do Rio de Janeiro e da Comissão Construtora de Belo Horizonte.

Somente em 1903 deu início à carreira política quando, na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1903-1905. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito sucessivamente até a legislatura 1921-1923, sempre na legenda do PRP. No pleito de 1924 ficou como suplente, mas em outubro de 1925 voltou à Câmara na vaga aberta em decorrência da renúncia de José Roberto Leite Penteado, que assumiu uma cadeira no Senado estadual de São Paulo. Voltou a ser eleito para a legislatura 1927-1929, sempre na mesma legenda, mas não concluiu seu mandato.

Morreu em 18 de agosto de 1928.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. MUN. OSASCO. Disponível em: <<http://www.camaraosasco.sp.gov.br/osasco/historia/index8.htm>>; *Folha da Noite* (19/2/1921); LEME, L. *Genealogia*; *Memoria viva*. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.org.br/default.asp?id=1&mnu=1&ACT=5&content=1244>>.

BRAGA, José Ferreira

*pres. PA 1889; gov. PR 1894.

Antônio José Ferreira Braga nasceu em Macaé (RJ) no dia 30 de dezembro de 1845.

Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1869, iniciou sua carreira profissional como advogado no município paulista de Sorocaba, onde foi também vereador e presidente da Câmara Municipal. Em 1875, ano em que se filiou ao Partido Liberal do Império, ingressou na magistratura ocupando o cargo de promotor público na cidade de Brotas (SP).

Eleito deputado provincial em São Paulo em diversas legislaturas, exerceu o mandato de 1880 a 1889. Nesse último ano foi nomeado presidente da província do Pará, sucedendo a José de Araújo Roso Danin. Defensor das ideias republicanas, após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi deposto e substituído por uma junta governativa. Depois disso, transferiu-se para Curitiba.

Em abril de 1894, no contexto da chamada Revolução Federalista, foi nomeado governador do Paraná em substituição a Tertuliano Teixeira de Freitas. Permaneceu no cargo somente até o mês seguinte, quando foi substituído por Vicente Machado da Silva Lima. Retornou então a São Paulo, tornando-se mais tarde fiscal do governo federal.

Faleceu em São Paulo em 18 de agosto de 1908.

Era casado com Maria da Cruz Braga, com quem teve seis filhos. Um deles, Joaquim Marques Ferreira Braga, foi vereador e líder político em Sorocaba.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 13/10/2010; CASA CIVIL PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 13/10/2010; LOPES, D. *Joaquim*.

BRAGA, ODILON

*dep. fed. MG 1927-1929; rev. 1930; const. 1934; min. Agric. 1934-1937; dep. fed. MG 1955-1958.

Odilon Duarte Braga nasceu em Guarani (MG) no dia 3 de agosto de 1894, filho de Tertuliano Braga e de Maria Duarte Braga.

Fez os estudos secundários no Colégio Granbery, em Juiz de Fora (MG), matriculando-se em seguida na Escola de Direito do mesmo estabelecimento. Em 1915 transferiu-se para a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pela qual se bacharelou em 1916. Iniciou-se na política ainda estudante, em 1910, presidindo o comitê acadêmico de Juiz de Fora que defendeu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República na chamada Campanha Civilista. Ainda antes de formar-se, colaborou no jornal *Justiça*, da cidade de Rio Pomba (MG), e no *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora.

Uma vez formado, abriu banca de advogado em Rio Pomba. Em 1918 transferiu-se para Ubá (MG), onde assumiu o cargo de promotor público. Em setembro do mesmo ano, porém, foi nomeado oficial de gabinete do novo secretário do Interior do estado de Minas, seu amigo Raul Soares, e transferiu-se para Belo Horizonte. Em 1919, quando Raul Soares foi nomeado ministro da Marinha pelo presidente Eptácio Pessoa (1919-1922), acompanhou-o como oficial de gabinete, só deixando a função quando Soares renunciou à pasta no ano seguinte.

A convite de Afonso Pena Júnior, na época secretário do Interior de Minas Gerais, assumiu então em Juiz de Fora o cargo de inspetor de ensino. Juntamente com Artur Furtado, recebeu do secretário a incumbência de elaborar uma reforma do Regulamento do Ensino Primário em Minas Gerais. Por essa época, ainda uma vez por instância de Raul Soares, assumiu a secretaria executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), dividindo-a com Gudesteu Pires. Nesse posto dedicou-se à preparação da campanha que resultaria na eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em 1º março de 1922.

Eleito vereador em Rio Pomba, presidiu a Câmara Municipal e foi ainda agente executivo do município. Em 1923, elegeu-se deputado ao Congresso Legislativo mineiro pelo PRM, com mandato até 1926. Na Câmara estadual, integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo sido seu relator na apresentação do projeto de organização judiciária do estado.

Em 1927, elegeu-se deputado federal. Tomou posse em maio e apresentou na Câmara um substitutivo propondo a criação do sucedâneo do *habeas-corpus*, que denominou “ordem e garantia” e teve grande influência na instituição da figura do mandado de segurança. Em 1929, ainda durante seu mandato, teve início a campanha da Aliança Liberal, em favor das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República. A partir de agosto, após os discursos dos representantes mineiro e gaúcho que marcaram o início da campanha na Câmara, foi um dos deputados liberais que mais se salientaram na luta parlamentar em prol da causa aliancista, assumindo o cargo de secretário da comissão executiva da Aliança Liberal, encarregada da organização dos trabalhos nos estados. Em setembro, participou da convenção da Aliança Liberal realizada no Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, com a finalidade de ratificar a indicação dos candidatos aliancistas. Juntamente com Ariosto Pinto, atuou como secretário de Ildefonso Simões Lopes, que presidiu os trabalhos.

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E LÍDER REVOLUCIONÁRIO (1929-1930)

Em outubro de 1929, o PRM reuniu-se para indicar o candidato à sucessão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na presidência de Minas Gerais. Após algumas negociações, o partido fixou-se nos nomes de Olegário Maciel para a presidência do estado e Pedro Marques de Almeida para a vice-presidência. Essa decisão provocou a saída de alguns elementos do partido, entre eles Fernando de Melo Viana, vice-presidente da República, e a demissão de alguns membros do governo mineiro, como o secretário de Segurança José Francisco Bias Fortes. Odilon Braga foi nomeado por Antônio Carlos para substituir Bias Fortes na secretaria, à frente da qual deu início à reorganização e ao reaparelhamento da Força Pública.

Após a dissidência no PRM em torno da sucessão estadual, o grupo que deixara o partido formou uma agremiação denominada Concentração Conservadora, que lançou a candidatura de Melo Viana à presidência de Minas em oposição a Olegário Maciel e passou a apoiar, em nível federal, a candidatura situacionista de Júlio Prestes. Vários ocupantes de cargos públicos ingressaram na concentração e passaram a trabalhar contra os interesses do governo mineiro, aumentando o risco de eclosão de uma grave crise entre os executivos estadual e federal. Em face dessa situação, Odilon Braga exerceu até fins de 1929 uma

cerrada vigilância sobre o diretor da Estrada de Ferro Oeste de Minas, o qual, segundo Aurino de Moraes, tentava de diversas maneiras indispor os dois governos. Para manter sua atuação sob controle, o secretário de Segurança trazia o ministro da Viação informado acerca de seus movimentos, bem como sobre as providências que vinha tomando para neutralizá-los.

Em fevereiro de 1930, um mês antes das eleições, a Concentração Conservadora promoveu em Montes Claros, no norte do estado, um congresso do algodão destinado a atrair o apoio de parte das classes produtoras. No dia da chegada dos “concentristas” à cidade, um incidente desencadeou cerrado tiroteio entre estes e os aliancistas locais. Após o conflito, os líderes conservadores expediram diversos telegramas a autoridades federais, comunicando que sua comitiva fora atacada e sugerindo a intervenção federal no estado. O governo do estado abriu inquérito para apurar a ocorrência, dirigido de fato por Odilon Braga e acompanhado por um representante da Justiça Federal, Luís Gallotti. As conclusões do inquérito eximiram o governo mineiro de responsabilidade direta ou indireta nos acontecimentos. Ainda assim, cresceu a tensão no estado, com a proximidade das eleições e acusações mútuas entre os dois grupos, que imputavam ao adversário abuso de poder, fraude e violências.

Em março, Olegário Maciel foi eleito presidente de Minas, enquanto a Aliança Liberal foi derrotada nas eleições presidenciais e legislativas. Tiveram então início as articulações visando à deflagração de um movimento revolucionário, e Odilon Braga passou a desempenhar a importante função de coordenador da participação das forças subordinadas ao governo do estado na eventualidade de eclosão da luta armada. Nessa ocasião, o presidente mineiro Antônio Carlos, em reunião conspiratória com o político gaúcho João Batista Luzardo, disse a este que a Força Pública mineira, apesar dos esforços de Odilon, não estava preparada para enfrentar as forças federais, principalmente por falta de armas e munições. Diante disso, Luzardo comprometeu-se a adquirir o necessário para que Minas se aparelhasse para o movimento, e a partir de então Odilon Braga ampliou o alcance de sua atuação, passando a preparar junto com seus auxiliares o plano militar a ser executado pelos mineiros no movimento revolucionário.

Ao longo dos meses seguintes, Odilon Braga organizou os batalhões da 1ª Força Pública mineira, sediados em Juiz de Fora, Uberaba e Diamantina. Ao mesmo tempo, providenciou

para que fossem minadas as adjacências do quartel e dos bivaques das forças federais estacionadas em Belo Horizonte, procurando neutralizar qualquer movimento que essas tropas pudessem fazer contra a cidade. Nesse trabalho, foi ajudado por Otacílio Negrão de Lima.

O plano de Odilon Braga previa ainda o aproveitamento das estradas de ferro Central do Brasil e Oeste de Minas, ou sua inutilização — principalmente dos túneis e pontes — no caso de caírem nas mãos do adversário. Em relação à navegação fluvial, preconizava a retenção das embarcações mineiras. Quanto à carência de armas e munições, Odilon determinou que se iniciasse em território mineiro a fabricação de armamentos diversos, que foram armazenados no porão da Escola de Sargentos, em Belo Horizonte.

Em setembro, com o fim do mandato de Antônio Carlos e a posse de Olegário Maciel, Odilon Braga deixou a Secretaria de Segurança. Com a troca de governo, cedeu a tensão entre Minas Gerais e o palácio do Catete, e as tropas federais concentradas em Belo Horizonte foram retiradas. Embora não integrasse o novo governo, com a eclosão do movimento no dia 3 de outubro, Odilon Braga passou a ocupar de fato a Secretaria do Interior, de onde orientava a ação dos revoltosos.

Após alguns dias de combate, as forças revolucionárias obtiveram a rendição do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, que lhes opusera séria resistência, assegurando o controle da capital mineira. Em seguida, dominaram a situação no resto do estado. Vitoriosa a revolução, Odilon Braga, discordando da orientação dada ao governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, afastou-se do cenário político. Trabalhou como advogado no Banco do Brasil, e como auxiliar do presidente do banco elaborou o projeto de criação da Caixa de Mobilização Bancária, da qual se tornou consultor jurídico.

NA CONSTITUINTE DE 1934

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista Mineiro. Na Assembleia, instalada em novembro do mesmo ano, integrou a Comissão Constitucional, conhecida como Comissão dos 26 e formada por um representante de cada bancada estadual e dos grupos profissionais. A comissão era encarregada de estudar o anteprojeto de Constituição do governo e as emendas a ele apresentadas, e começou a funcionar logo depois da instalação da

Constituinte.

Em janeiro de 1934, a fim de acelerar os trabalhos de elaboração de um substitutivo pela comissão, esta foi reduzida a cinco ou seis membros fixos, ficando os demais divididos em grupos responsáveis, cada um, pelo estudo e elaboração de uma das partes do substitutivo. Nesse processo, Odilon Braga tornou-se relator do grupo incumbido dos trabalhos sobre o Poder Legislativo.

Após a apresentação do substitutivo da Comissão dos 26 à discussão pelo plenário, em março de 1934, promoveu-se um esforço de coordenação do bloco majoritário formado pelas grandes bancadas da Assembleia no sentido de elaborar emendas comuns, apresentadas em conjunto, relativas aos pontos que não suscitassem “divergências essenciais” entre elas. Constituiu-se com essa finalidade uma comissão, na qual Odilon Braga se destacou como um dos membros mais ativos, que, por ocasião da votação do substitutivo (maio e junho), apresentou “emendas coordenadas”. A apresentação dessas emendas possibilitou às grandes bancadas a aprovação da maioria dos pontos de seu interesse.

MINISTRO DA AGRICULTURA

Em 23 de julho de 1934, após a eleição e posse de Getúlio Vargas como presidente constitucional da República, Odilon Braga foi nomeado ministro da Agricultura. Em sua gestão no ministério, promoveu a realização de um inquérito sobre o petróleo, que resultou na intensificação das pesquisas e sondagens do produto em solo brasileiro. Incentivou a cultura de cacau, café e algodão, e deu início a uma campanha de combate à saúva. Criou o Parque Nacional de Itatiaia e instalou o parque de exposição de gado indiano em Uberaba, além de determinar a aplicação do Código de Minas que havia sido elaborado por Juarez Távora.

Em novembro de 1935, com a eclosão da Revolta Comunista, foi o único civil a assumir um posto de comando no combate aos revoltosos do 3º Regimento de Infantaria, sediado na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Ainda durante sua gestão, o Ministério da Agricultura assumiu o controle da Rádio Transmissora (depois Rádio Globo), instalada em 1936.

Discordando do golpe que instaurou o Estado Novo (10/11/1937), demitiu-se de seu cargo em sinal de protesto e retomou as atividades de advogado no Banco do Brasil, onde

permaneceu até 1943. Durante esse período, emitiu detalhados pareceres, como relator da comissão encarregada de regulamentar o artigo 147 da Constituição outorgada em 1937, que previa a revisão periódica das tarifas dos serviços públicos concedidos, e como relator da comissão nomeada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para examinar o chamado Ato Adicional. Ainda no mesmo período, representou a seção do Distrito Federal da OAB no conselho federal da entidade, e exerceu a vice-presidência dessa seção.

Durante o ano de 1943, manteve encontros com vários políticos mineiros que se propunham tornar pública sua oposição ao governo federal. Numa dessas reuniões, com Afonso Arinos de Melo Franco, surgiu a ideia de redigir-se um manifesto. Após vários esboços, no dia 24 de outubro foi divulgado o *Manifesto dos mineiros* — primeiro gesto das elites políticas em oposição à ditadura do Estado Novo —, do qual foi um dos primeiros signatários. Em consequência disso, foi afastado dos cargos de consultor jurídico do Banco do Brasil e de diretor-presidente da Ultragás, embora esta fosse uma empresa privada.

Com a crise do Estado Novo e o surgimento de novos partidos políticos em 1945, participou da criação da União Democrática Nacional (UDN), e em agosto foi escolhido para integrar a comissão executiva do partido.

Após a queda de Getúlio Vargas (29/10/1945), foi reintegrado ao Banco do Brasil em março de 1946, reassumindo também a vice-presidência da seção do Distrito Federal da OAB. Ainda em março, foi designado representante do Banco do Brasil na representação do Brasil na Conferência sobre Reparações de Guerra, chegando a chefe da delegação brasileira junto à comissão mista que se formou a partir de 30 de abril do mesmo ano.

O ESTATUTO DO PETRÓLEO

Em fevereiro de 1947, foi nomeado presidente de uma comissão especial designada pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) para elaborar o anteprojeto da legislação sobre o petróleo. Faziam também parte da comissão o coronel Artur Levi, representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Nacional do Petróleo, e os engenheiros Glycon de Paiva, Avelino Inácio de Oliveira, Antônio José Alves de Sousa e Rui de Lima e Silva. O resultado dos trabalhos da comissão foi o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, que só em 1948 foi enviado ao Congresso por Dutra.

O ponto principal do anteprojeto dizia respeito a atividades de exploração, refino e transporte do petróleo. Embora não especificasse os termos de um contrato de alienação das jazidas entre a União e as empresas privadas, estabelecia um tipo de concessão que criava de fato o direito de posse, administração e exploração econômica por parte dessas empresas. O anteprojeto possibilitava também a penetração do capital estrangeiro no setor, liberando em até 40% sua participação na subscrição do capital das empresas concessionárias e determinando que toda sociedade estabelecida no país seria considerada nacional. Mesmo a limitação de subscrição a 40% do capital tinha no anteprojeto um caráter explicitamente provisório: uma vez satisfeitas as necessidades do mercado interno, seria admitida a subscrição por estrangeiros da totalidade das ações de empresas petrolíferas.

O anteprojeto provocou forte reação em vários setores, inclusive no Congresso. Em conferência realizada em maio de 1948 no Clube de Engenharia, Odilon Braga negou que o anteprojeto houvesse agradado às empresas estrangeiras interessadas na exploração de petróleo no Brasil. Afirmou ainda que o governo, ao ser informado da resistência que o projeto encontraria, passara a cogitar de um esforço intensivo, em caráter extraordinário, para ampliar as atividades do Conselho Nacional de Petróleo.

Em março de 1948, após o fim dos trabalhos de preparação do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, integrou novamente como relator a comissão interpartidária encarregada de examinar o Plano Salte (Saúde, Alimentos, Transporte e Energia). Em outubro do mesmo ano, assumiu o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

A PARTIR DE 1950

Em fins de junho de 1950, Odilon Braga assumiu a presidência nacional da UDN em substituição a José Eduardo Prado Kelly, candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, que renunciara ao cargo. Em setembro, foi inscrito como candidato à vice-presidência da República na chapa do brigadeiro Eduardo Gomes, com o apoio da UDN, do Partido Libertador (PL) e do Partido de Representação Popular (PRP).

Realizadas as eleições em 3 de outubro, Getúlio Vargas (com 3.849.040 votos) e João Café Filho (com 2.520.790) foram eleitos presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos à presidência Eduardo Gomes (2.342.384 votos) e Cristiano Machado

(1.697.193) e os postulantes à vice-presidência Odilon Braga (2.344.841 votos) e Altino Arantes (1.649.309). Na condição de presidente da UDN, Odilon Braga empenhou-se na campanha de contestação da vitória de Vargas e contra sua posse, apoiando-se na tese da maioria absoluta, que os candidatos mais votados não haviam alcançado nas eleições. Deixou a presidência da UDN em 1952, ocasião em que o partido — que até então não distinguia entre capital nacional e estrangeiro em relação ao petróleo — passou a ter, sob a direção de Olavo Bilac Pinto, uma posição crítica em relação ao projeto da Petrobras, acusando-o de não ser suficientemente nacionalista.

Em 1954, a UDN intensificou sua campanha contra o governo Vargas. Em abril, foi fundado o Clube da Lanterna, “contra o golpe e a corrupção”. Odilon Braga esteve presente a uma de suas primeiras reuniões, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, à qual também compareceram, entre outros, Carlos Lacerda, Prado Kelly, Fidélis do Amaral Neto, Raul Pilla, Raimundo Padilha e Herbert Levy. Diante do agravamento da crise com o atentado da Tonelero em 5 de agosto, o Clube da Lanterna voltou a se reunir e dirigiu um apelo ao ministro da Guerra, Euclides Zenóbio da Costa, para que as forças armadas obtivessem a renúncia de Getúlio. O presidente suicidou-se no dia 24 de agosto.

No pleito realizado em outubro de 1954, Odilon Braga elegeu-se deputado pelo Distrito Federal na legenda da UDN. Assumindo o mandato em fevereiro de 1955, integrou a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Em abril, a comissão executiva e o conselho nacional do Clube da Lanterna hipotecaram seu apoio à candidatura de Etelvino Lins à presidência da República — lançada por representantes da UDN, do Partido Democrata Cristão (PDC) e do PL, e por dissidentes do Partido Social Democrático (PSD). O programa do candidato, com o lema “Pão e vergonha”, coincidia com os princípios do clube, que em maio aderiu oficialmente à campanha. Entretanto, um grupo de udenistas — entre os quais Odilon Braga — retirou o apoio a Etelvino e aderiu à candidatura de Juarez Távora, lançada pelo PDC. Em virtude dessa mudança, Odilon Braga decidiu renunciar ao mandato, já que a UDN ainda mantinha seu apoio oficial a Etelvino. Contudo, em face da retirada da candidatura pelo próprio Etelvino, o partido alterou sua orientação, passando também a apoiar Juarez. Diante disso, em julho o diretório da UDN do Distrito Federal recusou o pedido de renúncia de Odilon. Nas eleições presidenciais realizadas em outubro, Juarez foi derrotado por Juscelino Kubitschek.

Na crise que se seguiu à eleição de Juscelino, com a tentativa de impedir sua posse, o licenciamento do presidente João Café Filho e a posse de Carlos Luz, seguida da deposição (11/11/1955) deste último pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra até a véspera, Odilon Braga foi um dos parlamentares que votaram contra a decretação do impedimento de Café Filho pelo Congresso. Entretanto, foi voto vencido, e a crise se encerrou com Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, ocupando a presidência da República até a posse (31/1/1956) de Kubitschek.

Durante o governo Juscelino, Odilon Braga foi afastado da liderança udenista juntamente com outros membros do partido do chamado “Grupo dos bacharéis”. Reavaliando suas derrotas nas eleições presidenciais anteriores, a UDN concluiu que era anacrônico o antigetulismo que até então pautara seus atos, e passou a adotar uma linha mais pragmática, conduzida pela nova liderança, os chamados “coronéis realistas”. Ainda nesse período Odilon Braga participou, em Genebra, Suíça, de uma reunião do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT-General Agreement on Tariffs and Trade).

Ao longo de sua vida, colaborou na *Folha do Povo*, de Ubá, no *Estado de Minas* e em *A Notícia*, do Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, e presidiu a empresa Instituto Geodésico Brasileiro Sociedade Ltda.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1958.

Era casado com Irene de Saldanha Murgel Braga.

Além de diversos discursos, pareceres e exposições, deixou publicados: *O Estado no direito constitucional positivo moderno* e *Teoria da composição do Poder Legislativo*. Seu arquivo pessoal encontra-se depositado na Universidade Federal de Juiz de Fora, que publicou, sob a coordenação de José Eustáquio Romão, *Arquivo Odilon Braga* (1979). A seu respeito, Afonso Arinos de Melo Franco publicou *Estudos e discursos* (1961).

Helena Faria

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; Atestado de óbito; BELEZA, N. *Evolução*; CAFÉ FILHO, J. *Do Sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; COHN, G. *Petróleo*; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil; Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande*

encic. Delta; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Comércio*, Rio (22/8/1935); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*, LEVINE, R. *Vargas*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PEREIRA, J. *Petróleo*; *Quem é quem no Brasil*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); ROMÃO, J. *Arq.*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; *Tribuna da Imprensa* (16/7/1954).

BRAGA, Pereira

* dep. fed. DF 1909-1917.

José Joaquim da Costa Pereira Braga nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 9 de novembro de 1865. Seu pai e homônimo era comerciante.

Entre 1880 e 1884 interrompeu os estudos preparatórios para trabalhar no comércio. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890, no ano seguinte foi nomeado secretário da Seção de Estatística Comercial do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Exerceu o cargo até a extinção dessa repartição, quando passou a ocupar o lugar de encarregado da Diretoria de Rendas do Tesouro. Em abril de 1897 foi nomeado delegado de polícia, cargo do qual pediu exoneração em função do rompimento político entre o então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) e o Partido Republicano Federal. Em 1899 foi eleito intendente municipal pelo 1º distrito da capital federal. Foi vice-presidente e presidente do Conselho Municipal.

Em janeiro de 1904, no governo Rodrigues Alves (1902-1906), foi nomeado pelo então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, representante da Fazenda Nacional. Exonerou-se do cargo em 1908 para concorrer às eleições para deputado federal na legislatura 1909-1911. Após ser eleito e empossado, exerceu as funções de terceiro e quarto secretário da Câmara dos Deputados, e participou das comissões de Obras Públicas, de Petições e Poderes e de Tomada de Contas. Reelegeu-se para a legislatura 1912-1914, porém não foi reconhecido e empossado. Mas tendo o deputado eleito Irineu Marinho optado pela bancada de Minas Gerais, assumiu a cadeira que então ficou vaga na bancada do Distrito Federal, em junho de 1912. Foi reeleito e empossado na legislatura seguinte, exercendo seu mandato de 1915 a 1917.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BRAGA, Ramiro Saturnino

* dep. fed. RJ 1912-1923.

Ramiro Ferreira Saturnino Braga nasceu em Campos (RJ) no dia 13 de novembro de 1876, filho do coronel Antônio Ferreira Saturnino Braga e de Antônia Eugênia Torres Braga.

Estudou no Liceu de Humanidades, em Campos, e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir de então, passou a exercer a clínica médica em sua cidade natal. Na legislatura 1912-1914, obteve uma cadeira de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, na vaga aberta após a saída do deputado Francisco Portela, que conquistou uma cadeira no Senado Federal. Eleito em 19 de novembro de 1912, foi empossado em 21 de dezembro seguinte. Sucessivamente reeleito para as legislaturas 1915-1917, 1918-1920 e 1921-1923, pronunciou discursos e emitiu pareceres na Câmara dos Deputados que se destacaram pela defesa da moralização do ensino público brasileiro, principalmente o primário.

Além de ter atuado por longos anos como deputado federal, Ramiro Saturnino Braga também exerceu, ao longo da vida, os cargos de presidente da Liga Campista contra a Tuberculose e de professor de história e geografia no Liceu de Humanidades de Campos. Atuou ainda como jornalista, tendo colaborado para os jornais *Monitor*, *Tempo*, *Aurora* e *Campista*.

Casou-se com Maria Adélia Saturnino Braga. Seu filho Francisco Saturnino Braga, engenheiro com importante atuação nos setores de saneamento e viário, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1951 a 1963. Seu neto, Roberto Saturnino Braga, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1963 a 1967, senador de 1975 a 1985, prefeito do Rio de Janeiro de 1986 a 1989, e novamente senador de 1999 a 2007.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BRANDÃO, Alberto

*dep. fed. RJ 1891-1893.

Alberto Olímpio Brandão nasceu em Vassouras (RJ) em 1848, filho de Modesto Brandão e de Maria Moreira de Vasconcelos Brandão.

Fez os primeiros estudos em seu município natal, onde também cursou os preparatórios. Transferiu-se então para a capital paulistana, matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Educador de carreira, foi fundador do Colégio Brandão, originalmente criado em Vassouras e posteriormente instalado na cidade do Rio de Janeiro, onde se transformou num centro educacional de referência. Filiado ao Partido Liberal, elegeu-se deputado provincial fluminense. Foi ainda diretor da Fazenda na província do Rio de Janeiro nos dias finais do Império.

Após a proclamação da República e a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse em maio de 1891, integrou a Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e encerrou o mandato em dezembro de 1893. Retomou então suas atividades como educador e fundou uma nova escola em Niterói, dando seu nome à instituição. Poucos anos antes de falecer, já com a saúde abalada, passou a residir no município paulista de Franca.

Ao longo de sua trajetória profissional colaborou também em diversos periódicos fluminenses, além de ter sido redator do jornal vassourense *O Município*.

Faleceu em Franca (SP) em 9 de maio de 1897.

Foi casado com Ana Paula de Magalhães. Seu genro Coelho Neto, professor, literato e fundador da cadeira número 2 da Academia Brasileira de Letras, também atuou na política como secretário do governo fluminense, diretor dos Negócios do Rio de Janeiro e deputado federal pelo estado do Maranhão.

Entre suas publicações destacam-se *Para a instrução primária* (1896), *Pontos de filosofia* (1896), *O Brasil e O português no Brasil*. O livro *Fatos vassourenses*, de autoria de Jorge Pinto, apresenta diversos textos assinados pelo político e educador no jornal *O Município*.

Luciana Pinheiro

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em:
<<http://www2.academia.org.br/>>. Acesso em: 28/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 13); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v.1, p. 128-129);

BRANDÃO, Francisco Honório Ferreira

* const.1891; dep. fed. MG 1891-1893.

Francisco Honório Ferreira Brandão nasceu no município de Campanha (MG), filho de Martiniano da Silva Reis Brandão e de Bárbara Ferreira Lopes.

Em 1873, juntamente com Luís Mendonça e Manuel Oliveira de Andrade, fundou o jornal *O Colombo*, que pretendia ser um difusor das ideias liberais em Minas Gerais e se solidarizar com os jornais de Juiz de Fora e de Diamantina. No entanto, em função da distância das três cidades, tal projeto não passou de um sonho.

Já após a proclamação da República, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte. Exerceu o mandato de 15 de novembro daquele ano até 31 de dezembro de 1893. Entre os anos de 1899 a 1906, após longo tempo afastado, voltou ao cenário político como deputado estadual em seu estado natal.

Bacharelou-se em medicina. Também foi professor, jornalista e historiador. Teve grande influência intelectual de Euclides da Cunha.

Faleceu em Campanha.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: As Minas Gerais. *A república e a política dos governadores*. Disponível em: <

<<http://www.asminasgerais.com.br/?item=CONTEUDO&codConteudoRaiz=94&codConteudoAtual=169>>. Acesso em: 13/7/2010; BARBOSA, W. *História*; BIO.

Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo. Disponível em: <http://buratto.org/paulistana/TolPizas_1.htm>. Acesso em: 13/7/2010; CÂM. DEP.

Deputados Brasileiros; Constituição de 1891. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Genealogia Brasileira.

Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; Governos da

Campanha. Disponível em: <<http://www.camaracampanha.mg.gov.br/site/evolucao-politica.html>>. Acesso em: 13/8/2010; MESSAGI JÚNIOR, M. *Sociedade*;

NASCIMENTO, C; OLIVEIRA, B. *Sexo*; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; Projeto Euclides da Cunha. Disponível em:

<http://www.projetoeuclides.iltc.br/index.php?page=conteudo&conteudo=impre_noticias&id=13>. Acesso em: 13/7/2010; Senadores e deputados de Minas Gerais.

Disponível em: <<http://www.arquivohistorico->

mg.com.br/deputadosesenadores.html >. Acesso em: 7/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

BRANDÃO, Joaquim Luís Teixeira

*militar; dep. fed. GO 1900-1905.

Joaquim Luís Teixeira Brandão nasceu em Bonfim, hoje Silvânia (GO), no dia 6 de outubro de 1839.

Foi militar e ocupou postos na Guarda Nacional. Ingressou na política em 1899, quando foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás no pleito de 31 de dezembro. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900, foi reeleito nas eleições de 18 de fevereiro de 1903. Exerceu o mandato no Legislativo federal até o fim da legislatura, em dezembro de 1905.

Foi também suplente de juiz municipal da cidade de Pirenópolis (GO).

Casou-se com Bárbara das Dores Fleury Curado.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BRANDÃO, Júlio Bueno

*sen. MG 1898-1908; pres. MG 1908-1909 e 1910-1914; dep. fed. MG 1917-1923; sen. MG 1924-1930.

Júlio Bueno Brandão nasceu em Ouro Fino (MG) no dia 11 de julho de 1858, filho de Francisco de Paiva Bueno e de Francisca Paiva Sanches Bueno. Seu primo Francisco Álvaro Bueno de Paiva foi deputado federal de 1891 a 1892 e de 1900 a 1911, senador de 1912 a 1920 e de 1923 a 1928, e vice-presidente da República de 1920 a 1922, na vaga aberta com a morte de Delfim Moreira, no decorrer do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Seu primo e cunhado Silviano Brandão foi deputado geral de 1881 a 1884 e presidente de Minas Gerais de 1898 a 1902.

Cursou as primeiras letras em sua cidade natal. Autodidata, possuía avançado entendimento das questões jurídicas, o que lhe permitiu advogar e atuar como magistrado. Em 1879 assumiu o posto de juiz de direito do município mineiro de Jaguari, permanecendo no cargo por um triênio. De 1882 a 1883 foi juiz municipal em Ouro Fino, e em seguida foi nomeado delegado da cidade. Membro do Partido Liberal durante o período imperial, ainda em 1883 iniciou a carreira política ao se eleger vereador e presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino por duas legislaturas seguidas, até 1887.

Após a proclamação da República, regime do qual era reconhecido entusiasta, foi escolhido pelo então presidente de Minas Crispim Jacques Bias Fortes para assumir a intendência municipal de Ouro Fino, função que exerceu de janeiro de 1891 até o ano seguinte. Em 1893 candidatou-se pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) a uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sendo eleito com mandato de um biênio. Nas eleições seguintes obteve a reeleição, permanecendo como deputado estadual até 1898. Durante seus cinco anos no Legislativo mineiro foi líder do governo, presidiu a Comissão de Assuntos Municipais e foi relator da Comissão de Orçamento.

Em 1898 foi eleito e empossado senador da República, ocupando a cadeira de Fernando Lobo Leite Pereira. Manteve-se no Senado por uma década, destacando-se na elaboração da reforma da Lei Eleitoral. Em 1906, foi eleito vice-presidente de Minas Gerais, ao lado de João Pinheiro da Silva, eleito presidente. Em outubro de 1908, em decorrência do falecimento de João Pinheiro, afastou-se do Senado para assumir

interinamente o governo estadual. Permaneceu à frente do Executivo mineiro até abril de 1909, quando tomou posse Venceslau Brás, eleito para cumprir o restante do mandato de João Pinheiro.

Em 1910 foi eleito presidente de Minas Gerais e em setembro substituiu Venceslau Brás, que por sua vez fora eleito vice-presidente da República na chapa de Hermes da Fonseca (1910-1914). Entre as medidas tomadas durante seu segundo governo, destacam-se a expansão da rede pública de ensino através da criação de escolas em diversas cidades mineiras, o aumento da malha ferroviária do estado, a adoção de políticas de incentivo à imigração e ao povoamento de núcleos coloniais, a reforma administrativa e a execução do projeto de desenvolvimento regional e municipal.

Em 1913 teve seu nome indicado para a vice-presidência da República na chapa do gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, mas não aceitou a indicação, argumentando que líderes políticos nacionais procuravam afastar o candidato paulista Campos Sales e diminuir a influência de Minas Gerais nas eleições. Na ocasião, visando a consolidar o poder de seu estado na política brasileira, articulou com o então presidente de São Paulo Rodrigues Alves o chamado Pacto de Ouro Fino, aliança que viria a consolidar a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais através da eleição de Venceslau Brás para a presidência da República no quadriênio 1914-1918.

Após o término de sua gestão como presidente de Minas Gerais em 1914, transmitiu o governo a Delfim Moreira e retornou a Ouro Fino. Voltou a exercer mandato eletivo em 1916, quando foi eleito e assumiu uma cadeira no Senado estadual mineiro por poucos meses, em substituição a Gomes Freire de Andrade, recém-falecido. Em 1917 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e tomou posse em setembro. Reeleito para as legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, presidiu a mesa diretora da casa de 1920 a 1921 e a Comissão de Finanças em 1923. Em 1924 voltou a ser eleito senador. Perdeu o mandato com a vitória da Revolução de 1930, quando todos os órgãos legislativos do país foram dissolvidos. Ao longo de seu último mandato legislativo presidiu a Comissão de Finanças e atuou como líder da maioria nas discussões sobre orçamento, além de ter representado o Brasil na Conferência Interparlamentar do Comércio realizada em Paris (1928).

Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de março de 1931.

Era casado com Hilda Bueno Brandão. Seus filhos Júlio Bueno Brandão Filho e Francisco Bueno Brandão foram, respectivamente, deputado federal e prefeito de Ouro Fino.

O nome Bueno Brandão foi dado a um município localizado na região sul do estado de Minas Gerais.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.166); MONTEIRO, N. *Dicionário*. (v.1 e 2, p. 105, 108-111; 499-500); MOURA, A. *Força*; PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12/9/2010; PREF. BUENO BRANDÃO. Disponível em: <<http://www.buenobrandao.com.br/novosite/>>. Acesso em: 12/9/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 12/9/2010.

BRANDÃO, OTÁVIO

*jornalista; mov. comunista.

Otávio Brandão Rego nasceu em Viçosa (AL) no dia 2 de novembro de 1896 e tornou-se órfão aos cinco anos.

A partir de 1912, ainda em seu estado natal, começou a estudar literatura, ciências naturais e filosofia. Formou-se depois em farmácia, em Recife.

Em 1916 publicou um ensaio sobre a língua tupi intitulado *O vocábulo sumáuina*. Um dos pioneiros na luta em defesa do petróleo brasileiro, também em 1916 percorreu cerca de 1.500km do território alagoano em busca de jazidas, tendo descoberto 14 áreas com indícios de petróleo numa época em que se negava a sua existência no país. No ano seguinte apresentou o resultado de suas pesquisas em conferências realizadas em Maceió, quando preconizou a exploração do petróleo no Brasil. Nessa época, lançou-se à atividade política como anarquista e revolucionário, passando a colaborar no jornal *A Semana Social*, editado em Maceió pelo líder anarquista Antônio Bernardo Canelas. Ainda no mesmo ano assumiu uma posição pacifista diante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e sofreu perseguições por haver protestado contra a entrada do Brasil no conflito.

Em 1918 passou a lecionar história natural em Alagoas e fundou a Congregação Libertadora da Terra e do Homem, que propunha a divisão da terra entre os trabalhadores rurais. Em março de 1919 foi preso por ordem do secretário do Interior do governo alagoano, acusado de envolvimento numa conspiração “maximalista”. Em maio fugiu da prisão para escapar, segundo J. Foster Dulles em *Anarquistas e comunistas no Brasil*, das ameaças de morte que recebeu das autoridades locais. Dirigiu-se então para a capital da República, onde, além de exercer a profissão de farmacêutico, continuou a militância anarquista junto aos sindicatos, fábricas e bairros populares. Também escrevia em prosa e verso na imprensa proletária carioca, pronunciando eventualmente conferências sobre a questão do petróleo na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional. Em abril de 1921 casou-se com a poetisa Laura da Fonseca e Silva, que com ele compartilhou as lutas políticas e de quem teve quatro filhas.

MILITANTE COMUNISTA

Na segunda metade de 1922 iniciou contatos com Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil, que o introduziu no estudo da doutrina marxista-leninista. Em outubro, firmou suas novas convicções ideológicas e filiou-se ao PCB, rompendo com o anarquismo. A partir daí atuou no trabalho de mobilização da classe operária e, durante o resto da década de 1920, figurou como um dos principais elementos do partido, sendo considerado seu maior expoente teórico nesse mesmo período. Em 1923 foi designado membro da comissão central executiva do PCB, e em 1925 participou da criação do semanário *A Classe Operária*, primeiro órgão oficial do partido, do qual se tornou editor.

Em janeiro de 1927 organizou-se o Bloco Operário, coligação formada sob a égide do PCB e cujo objetivo era participar dos pleitos eleitorais. Após a fundação do Bloco Operário, este e o PCB, que teoricamente constituíam dois movimentos convergentes, porém distintos, passaram na prática a se confundir inteiramente. Ainda em 1927, no mês de agosto, o PCB foi posto na ilegalidade, depois de sancionada pelo presidente Washington Luís, a chamada “Lei Clerada”, projeto de autoria do deputado federal Aníbal de Toledo que restringiu a liberdade de pensamento e organização, visando a deter o suposto avanço da ideologia comunista no seio da sociedade brasileira. Em consequência, o Bloco Operário transformou-se em agrupamento de massa de caráter nacional, com seções espalhadas em diversas cidades, passando então a se denominar Bloco Operário e Camponês (BOC), embora nunca tenha concretizado seu propósito de aglutinar os trabalhadores do campo.

Indicado representante do BOC, juntamente com Minervino de Oliveira, Brandão disputou uma cadeira no Conselho Municipal do Distrito Federal no pleito de outubro de 1928. Após obterem a vitória, ambos enfrentaram pressões contrárias à sua posse. Já no exercício do mandato de vereador, Brandão apresentou projetos de lei favorecendo os funcionários públicos municipais de baixa categoria, sobretudo nas questões relativas ao salário mínimo e férias, e voltou a pugnar em defesa do petróleo brasileiro e alertar para a existência de zonas petrolíferas nos estados do Amazonas, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Considerado pelo PCB como agente de uma política de conciliação com as oligarquias, o BOC foi dissolvido após à derrota, no pleito de março de 1930, de seus candidatos à presidência e à vice-presidência da República, ao Senado e à Câmara dos Deputados. Essa medida suscitou protestos por parte de Brandão, que discordava do abandono da tática de

formação de frentes populares.

Por ocasião da conferência do secretariado sul-americano da Internacional Comunista, reunido em Buenos Aires de abril a maio de 1930, definiram-se novos planos de ação para os partidos comunistas da América Latina e, paralelamente, procedeu-se a um exame da atuação do PCB, em especial da de seus dirigentes. A direção da Internacional Comunista recomendava agora a adoção de uma política de classe independente, rechaçando as alianças com os grupos não comunistas e propugnando a preparação imediata de um movimento revolucionário baseado exclusivamente no operariado. Nas discussões travadas em torno dessas questões, Brandão, presente em Buenos Aires, dividiu a representação do PCB com Astrojildo Pereira, argumentando que a classe operária brasileira era minoritária no contexto social do país e não tinha condições de realizar sozinha uma revolução. Deveria, portanto, buscar aliados junto aos setores progressistas da burguesia nacional e da pequena-burguesia urbana e ao campesinato pobre, visando à articulação de um bloco de luta contra o imperialismo. Pregava, em suma, a tese da revolução democrático-burguesa, sob cuja hegemonia o proletariado se organizaria para a futura conquista do poder.

Criticado no transcorrer da conferência em virtude de suas posições inspiradas em “conceitos antimarxistas e antileninistas”, Brandão foi acusado de “pequeno-burguês” e “oportunista de direita” e ameaçado de expulsão do PCB como traidor. Apesar de contestar a orientação da Internacional Comunista, obedeceu às determinações da cúpula do partido e empenhou-se num processo de autocrítica. Terminou por ceder às ideias dominantes e fez a defesa pública da nova política ditada pela Internacional Comunista. Em seguida ao encerramento da conferência de Buenos Aires, conforme diretriz expressa do secretariado sul-americano, Brandão foi destituído da comissão central executiva do PCB, juntamente com vários de seus antigos membros, vendo-se relegado ao desempenho de funções de importância menor dentro da estrutura partidária.

Na noite de 3 de outubro de 1930, ao se generalizarem as notícias sobre o levante militar irrompido simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, sob o comando da liderança tenentista e da Aliança Liberal, a polícia carioca desencadeou uma perseguição aos militantes comunistas mais conhecidos. Brandão foi preso em sua residência. Em 24 de outubro, com a deposição do presidente Washington Luís pelas forças armadas e a tomada do poder por uma junta governativa composta de oficiais do Exército e da Marinha, mais de

cem prisioneiros do antigo regime, inclusive Brandão, foram libertados na capital da República pela multidão que saiu às ruas para aclamar a revolução. Quando ainda se comemorava o triunfo revolucionário, exatamente no dia 25 de outubro, Brandão participou de um comício no qual declarou que o movimento responsável pela deposição do governo de Washington Luís (1926-1930) havia sido um golpe de Estado promovido pela oligarquia dissidente associada ao imperialismo norte-americano. Por ordem do general Bertoldo Klinger, chefe de polícia do Distrito Federal nomeado pela junta governativa, o comício foi dissolvido e Brandão novamente preso.

Em 3 de novembro de 1930, após uma série de negociações entre a junta governativa e as forças revolucionárias, Getúlio Vargas, líder nacional destas, assumiu o Governo Provisório. A partir daí intensificou-se a repressão ao comunismo, coordenada por João Batista Luzardo, que fora designado pelo governo recém-instalado para a chefia de polícia do Distrito Federal. Apesar da campanha popular lançada pelos comunistas em favor de sua libertação, Brandão permaneceu recolhido à Casa de Detenção do Rio de Janeiro até fevereiro de 1931. Em seguida à sua libertação continuou a encarregar-se da publicação clandestina de *A Classe Operária*. Ameaçado constantemente pelas forças de segurança, foi novamente preso em abril até que, em junho de 1931, o Governo Provisório resolveu deportá-lo para a Alemanha, juntamente com sua família. Poucos dias depois de chegar a Berlim, a polícia local intimou-o a deixar o país, caso contrário seria detido. Decidiu então refugiar-se na União Soviética, onde passou a viver como exilado político, afastado tanto do PCB quanto da Internacional Comunista.

Em 1936, em virtude de sua manifesta oposição à revolta armada promovida pelo PCB em nome da Aliança Nacional Libertadora em novembro do ano anterior, Brandão foi convocado pela direção da Internacional Comunista para analisar as causas de seu fracasso. O movimento, cujo objetivo era depor o regime vigente e instaurar no país um “governo popular nacional revolucionário”, eclodiu em Natal no dia 23, estendeu-se a Recife e ao Rio de Janeiro, mas resultou em derrota total para os comunistas em 27 de novembro, provocando uma violenta reação por parte do governo, que determinou o aprisionamento de milhares de adversários das mais diversas correntes políticas. Logo após esse episódio, Brandão foi readmitido na Internacional Comunista.

Com a entrada da União Soviética na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado das

potências aliadas em 1941, Brandão serviu como voluntário junto à população civil, colaborando simultaneamente na tarefa de neutralização da propaganda ideológica nazista. Depois de formalmente extinta a Internacional Comunista em 1943, trabalhou na Rádio de Moscou, produzindo programas em língua portuguesa, e viajou por toda a União Soviética realizando palestras sobre o Brasil.

Em 1946, beneficiando-se da queda, no ano anterior, da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e da subsequente redemocratização do país, Brandão retornou do exílio. Em seu regresso foi hostilizado pelos próprios correligionários devido às suas dissensões com Luís Carlos Prestes, investido no posto de secretário-geral do PCB em 1943. Os dois divergiam no tocante à linha imprimida ao partido desde sua legalização em 1945 e que se traduzia, segundo Brandão, no apoio a políticos não comunistas, com o que não concordava.

Reintegrado à comissão central executiva do PCB, concorreu nessa legenda a uma cadeira de vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro no pleito de janeiro de 1947. Eleito, teve o mandato cassado, juntamente com toda a bancada comunista, em janeiro do ano seguinte, após ser decretada a proscrição do partido em maio de 1947. Daí em diante passou a viver constantemente na clandestinidade, fugindo aos órgãos de repressão.

Em 1956, o PCB procedeu a uma abertura de discussões internas, consequência da política de liberalização esboçada no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que foi realizado nesse mesmo ano e representou o início do processo de democratização de vários partidos comunistas do mundo inteiro, em geral regidos pela mesma estrutura autoritária implementada por Stalin no PCUS. Por essa época, Brandão publicou na *Imprensa Popular* uma série de artigos apontando o que considerava erros do PCB, entre os quais destacava a inexistência de uma “política de quadros”, fator organizacional básico para a prática política. Por causa de suas opiniões foi afastado do partido, caindo novamente no ostracismo.

Permaneceu na clandestinidade até 1958, quando teve sua prisão preventiva anulada pela Justiça Militar. Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), e a decretação das medidas discricionárias baixadas pelo novo governo, retornou à clandestinidade. A partir de então dedicou-se ao aprofundamento de seus estudos sobre a doutrina marxista-leninista, só reaparecendo publicamente em 1979 graças ao aceleração do processo de abertura política que, em

agosto desse ano, conduziria à concessão da anistia às vítimas das punições políticas.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de março de 1980.

Após o falecimento de Laura Brandão, sua primeira esposa, durante o período de exílio na União Soviética, casou-se com Lígia Brandão, irmã de Luís Carlos Prestes, com quem teve duas filhas. Casou-se pela terceira vez com Marisa Brandão.

Usou os pseudônimos literários de Fritz Mayer e Daniel Braúna, tendo publicado, além do ensaio já citado, *Canais e lagoas* (estudos sobre mineralogia e problemas sociais, 1919), *Veda do mundo novo* (1920), *Mundos fragmentários* (poemas, 1922), *Rússia proletária* (1924), *Agrarismo e industrialismo* (1926), *Jundiá* (1948), *O caminho* (1950), *Os intelectuais progressistas* (esboços críticos, 1956), *O nülista Machado de Assis* (1958) e *Combates e batalhas* (memórias, 1978).

FONTES: CARONE, E. *Quarta*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *República velha*; DULLES, J. *Anarquistas*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEIXOTO, A.; *Globo* (17/3/1980); LEVINE, R. *Vargas*; MENESES, R. *Dicionário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SODRÉ, N. *História da Imprensa*; *Tribuna da Imprensa* (24 , 25/12/1979).

BRANDÃO, Silviano

*dep. geral MG 1881-1884; pres. MG 1898-1902.

Francisco Silviano de Almeida Brandão nasceu no município de Santana do Sapucaí, atual Silvianópolis (MG), em 8 de setembro de 1848, filho de José Claro de Almeida e de Ana Isabel Bueno Brandão. Seu pai era agricultor.

Estudou humanidades no Seminário Episcopal e fez o curso preparatório no anexo da Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875. Quando da formatura, transferiu-se para Ouro Fino (MG), onde clinicou por cerca de um ano até se mudar para Pouso Alegre (MG) em 1876.

Em Pouso Alegre foi atuante na defesa dos ideais republicanos, participando da fundação do Clube Republicano em 1877. Ingressou na atividade política sendo eleito pelo Partido Liberal deputado à Assembleia Provincial para a legislatura 1880-1881. Durante o mandato, defendeu a autonomia dos municípios e a criação de novas unidades administrativas nas regiões fronteiriças de Minas, como estratégia para garantir o fortalecimento político e econômico da província e minar conflitos com províncias vizinhas. Dessa iniciativa surgiram as cidades de Ouro Fino, Jacuí e São João Nepomuceno, e a comarca de Manhuaçu.

Em 1881 foi eleito deputado geral por Minas Gerais. Defendeu a criação da estrada de ferro Sapucaí e foi simpático às idéias abolicionistas que fermentavam naquele momento. No apoio ao projeto que defendia a libertação aos sexagenários, despertou uma acentuada reação conservadora, o que o impediu de ser reeleito. Deixou assim a Câmara dos Deputados em 1884. Foi novamente eleito em 1889, mas não chegou a assumir o mandato em decorrência da proclamação da República.

Na República, foi eleito senador para o Congresso Constituinte mineiro, com mandato de 1891 a 1895. Foi redator da primeira Lei de Organização Municipal (Lei nº 2, de 14 de setembro de 1891) e autor da lei que alterou a denominação dos governantes mineiros de governador para presidente de estado. Em 1892 renunciou ao mandato ao ser convidado

pelo então presidente estadual Afonso Pena (1892-1894) para assumir a Secretaria do Interior e Justiça. Nesse mesmo ano foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e o primeiro ocupante da cátedra de medicina legal, à qual renunciou em 1895.

Após recusar ser candidato à sucessão de Afonso Pena, voltou a ser eleito senador estadual em 1895. Foi presidente do Senado mineiro, mas em 1898 renunciou ao mandato por ter sido eleito presidente do estado de Minas para o período de 7 de março de 1898 a 7 de setembro de 1902, sucedendo a Bias Fortes. À frente do governo mineiro buscou medidas para reequilibrar a economia estadual, abalada pela crise financeira no setor cafeeiro em fins do século XIX, decorrente das desestabilizações internacionais. Para tanto, executou um programa de contenção de gastos públicos, racionalização do sistema tributário e investimentos maciços na atividade agrícola. Entre outras medidas, implantou o imposto territorial em substituição ao imposto de exportação (Decreto nº 1.495, de 4 de maio de 1901), com o qual conseguiu aumentar os recursos destinados à economia rural, e estabeleceu várias colônias agrícolas. Alcançou seus propósitos, apresentando ao final de 1902 um quadro de estabilidade de dividendos e aumento da confiança no crédito do estado.

Enquanto foi presidente de Minas, o presidente da República foi o paulista Campos Sales. E foi Campos Sales quem organizou a chamada “política dos governadores”, que consistia num acordo entre a presidência da República e as oligarquias estaduais com o intuito de fortalecer e estabilizar o regime republicano. Como presidente do estado que detinha a maior bancada na Câmara, deu total apoio a Campos Sales, para transformar o processo de reconhecimento dos resultados eleitorais. Por contar com a maior bancada, o apoio de Minas era fundamental para a manutenção do equilíbrio de forças buscado e estabelecido com tal política.

Ao deixar o governo mineiro, onde foi substituído por Joaquim Cândido da Costa Sena em 21 de fevereiro de 1902, elegeu-se vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo paulista Rodrigues Alves. No entanto, não chegou a tomar posse, pois faleceu em 25 de

setembro de 1902. Seu lugar foi ocupado por Afonso Pena.

Foi casado com Maria Isabel de Paiva Brandão em primeiras núpcias e, no segundo matrimônio, com Ester Cândido de Paiva Bueno Brandão. Ambas eram suas primas e irmãs de Júlio Bueno Brandão, que também fez carreira política em Minas. Atuaram na política seus filhos Francisco Lafayette Silviano Brandão e Benjamim Franklin Silviano Brandão.

Publicou as obras *Diagnóstico diferencial*, sua tese de doutoramento, e *Negócios de Minas*, coletânea de discursos.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:

<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/francisco-silviano-de-almeida-brandao/5794>>. Acesso em: 25/5/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário bibliográfico*.

BRANDÃO, Teixeira

*dep. fed. RJ 1903-1920.

João Carlos Teixeira Brandão nasceu em São João Marcos (RJ) no dia 28 de dezembro de 1854, filho de Felício Viriato Brandão e de Maria Flora Teixeira Brandão.

Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1877 recebeu diploma de doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciou sua trajetória profissional em 1878, quando começou a clinicar em Barra Mansa (RJ). Permaneceu no município fluminense até 1880, quando se transferiu para a Europa e realizou estudos na área de psiquiatria na Alemanha, na França e na Itália.

Em 1881, já de volta ao Rio de Janeiro, esteve envolvido na criação da Policlínica Geral da cidade, onde se tornou médico do serviço de moléstias do sistema nervoso. Em abril de 1883, após ter sido aprovado em primeiro lugar em concurso, foi nomeado lente da cadeira de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da [HYPERLINK "http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm"](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano assumiu a direção da Casa de Saúde São Sebastião, no bairro carioca do Catete. Em outubro de 1884 ingressou no quadro de clínicos do Hospício de Pedro II, tornando-se diretor do serviço sanitário da instituição em 1887. Entre as medidas tomadas durante o período em que foi administrador no Hospício de Pedro II destaca-se a criação da [HYPERLINK "http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escproenf.htm"](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escproenf.htm) Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, visando à formação de profissionais que atuassem nos hospícios e hospitais civis e militares. Em fevereiro de 1890 tornou-se diretor geral da Assistência Médico Legal de Alienados. Dois anos depois representou o Brasil no III Congresso de Antropologia Criminal, realizado em Bruxelas.

Em 1893, no contexto da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto deflagrado em setembro sob a chefia do almirante Custódio de Melo, apresentou-se a Floriano como voluntário, recebendo o título de coronel honorário do Exército. A insurreição encerrou-se em março de 1894 com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro.

Em agosto de 1886 foi eleito membro titular da Academia Imperial de Medicina. Em fevereiro de 1897 tornou-se inspetor geral da Assistência a Alienados, permanecendo

nesse cargo por cerca de dois anos. Ainda no decorrer de 1897 participou da criação da Sociedade de Jurisprudência Médica e Antropológica.

Em 1903 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano. Político reconhecido por suas medidas em prol da assistência aos alienados, em seu primeiro ano de mandato trabalhou pela publicação do Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903, considerado a primeira lei geral sobre a jurisprudência e a assistência aos alienados no país. Reeleito para outras cinco legislaturas consecutivas, ocupou uma cadeira na Câmara até dezembro de 1920. Ao longo de seu último mandato foi presidente da Comissão de Saúde e participou das discussões que levaram à criação da legislação que reorganizou a saúde pública brasileira.

Precursor da assistência aos alienados brasileiros e criador da disciplina de clínica psiquiátrica no Brasil, Teixeira Brandão foi eleito presidente de honra da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, recebeu as honras de patrono da cadeira nº 36 da Academia Fluminense de Medicina e foi membro da Société de Psychiatrie de Paris e da Société Médico-Psychologique.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1921.

Além de sua tese de doutoramento, intitulada *Operações reclamadas pelos estreitamentos da uretra; Das quinas; Do melhor tratamento das feridas acidentais e cirúrgicas; Lesões orgânicas do coração* (1877), publicou grande número de trabalhos na área médica, entre os quais se destacam *Os alienados no Brasil* (1886), *Perturbações psíquicas elementares – instinto e vontade* (1888), *Causas que concorrem para a pequena frequência da paralisia geral no Brasil* (1888); *A chamada loucura moral* (1897); *Assistência de alienados* (1899); *Educação nacional no regime republicano* (1906) e *Elementos de psiquiatria clínica e forense* (1918).

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2, p. 148-149); BRANDÃO, João Carlos Teixeira J. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/branjcteix.htm#dados> >. Acesso em: 16 dez. 2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 123).

BRANT, MÁRIO

*dep. fed. MG 1921-1922 e 1930; rev. 1930; pres. Bco Bras. 1930-1931; rev. 1932; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1951; pres. Bco Bras. 1955-1956.

Augusto Mário Caldeira Brant nasceu em Diamantina (MG) no dia 15 de dezembro de 1876, filho de Augusto Afonso Caldeira Brant, descendente de tradicional família de contratadores de diamantes, e de Maria Hermínia de Caldeira Brant. Também atuaram na política seu irmão João Edmundo Caldeira Brant, deputado constituinte estadual em Minas Gerais, João Mata Machado, deputado federal, Álvaro da Mata Machado, senador constituinte, e Pedro da Mata Machado, deputado federal.

Após frequentar o curso de humanidades no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em Barbacena (MG), matriculou-se em 1895 na Faculdade de Direito de Ouro Preto, na época capital de Minas Gerais. Transferindo-se depois para a Faculdade de Direito de São Paulo, colou grau em dezembro de 1898. De volta a Minas, assumiu o cargo de provedor de justiça da comarca de Diamantina, em que permaneceu até 1903. Ao mesmo tempo, exerceu a advocacia.

Em 1905 transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi nomeado delegado da 5ª Circunscrição Policial da cidade. Em 1907 assumiu a chefia do serviço de informações da Diretoria de Povoamento do Ministério da Agricultura, e em 1911, tendo abandonado o cargo, assumiu a diretoria do boletim do Ministério da Viação, até 1917. Durante sua estada na capital federal, deu prosseguimento à atividade jornalística iniciada ainda em São Paulo, colaborando nos jornais *Gazeta de Notícias* e *A Noite* e na revista *Kosmos*. Trabalhou também na redação de *O Imparcial*, do qual chegou a ser redator chefe.

Retornando a Minas em 1919, fundou o jornal *Estado de Minas*. Reintegrou-se à política local, e, no ano seguinte, assumiu uma cadeira na Câmara estadual, em substituição a Afonso Pena Júnior. Em 1921, porém, renunciou ao mandato por ter sido eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1922 foi nomeado secretário de Finanças pelo presidente de Minas Gerais Raul Soares e renunciou à cadeira na Câmara dos Deputados. Permaneceu na Secretaria de Finanças de Minas até 1925, quando, já no governo de Fernando de Melo Viana, se exonerou por ter sido nomeado diretor do Banco do Brasil. Logo depois, assumiu também uma diretoria da Companhia Sul América de Seguros.

Em agosto de 1929, logo depois dos discursos dos representantes de Minas e do Rio Grande do Sul na Câmara, marcando o rompimento desses estados com o presidente da República Washington Luís e dando início à campanha da Aliança Liberal, exonerou-se do cargo de diretor do Banco do Brasil e passou a se dedicar à campanha pela eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência e à vice-presidência da República. Em setembro, foi um dos políticos mineiros que participaram, no Distrito Federal, da convenção da Aliança Liberal que ratificou essas candidaturas.

Nas eleições de março de 1930, foi eleito deputado federal na legenda do PRM. No final de abril, foi inteirado da conspiração revolucionária em curso no país, comprometendo-se com a preparação do movimento em Minas Gerais. No mês seguinte, participou da reunião da comissão executiva do PRM em que esta endossou os compromissos formais anteriormente assumidos pelo presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com a revolução. Durante o período mais intenso de preparação do movimento, tomou parte em inúmeras reuniões e encontros para a articulação das ações revolucionárias no estado. Trocou ampla correspondência telegráfica com Virgílio de Melo Franco no período em que este permaneceu no Rio Grande do Sul (julho a outubro de 1930), servindo assim como elemento de ligação entre conspiradores mineiros e gaúchos e procurando coordenar os planos dos dois grupos. Segundo o próprio Virgílio de Melo Franco, Mário Brant era também um “habilíssimo criptógrafo amador”, capaz de decifrar os despachos trocados pelo governo federal e os comandos militares de Minas Gerais que os revolucionários conseguiam interceptar.

No dia 3 de outubro a revolução eclodiu, e Mário Brant permaneceu na Secretaria do Interior, juntamente com Odilon Braga, Djalma Pinheiro Chagas e Francisco Campos, na coordenação dos movimentos das forças revolucionárias em Minas. Após a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado, em novembro, presidente do Banco do Brasil, e transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Em agosto de 1931, a situação política de Minas Gerais agravou-se. O presidente do estado, Olegário Maciel, oscilava em relação ao PRM e estreitava suas ligações com a Legião Mineira, criada basicamente por elementos que só haviam assumido importância na vida política do estado depois da revolução. No dia 15 de agosto, Mário Brant chegou a Belo Horizonte, junto com outros correligionários de Artur Bernardes que acompanhavam o ex-

presidente, para participar de uma reunião do PRM. Na ocasião revelou-se o favorecimento do secretário da Agricultura, José Monteiro Ribeiro Junqueira, pelo governo estadual, o que provocou certa comoção no estado.

No dia 18 de agosto, houve uma tentativa de deposição de Olegário Maciel. A partir desse episódio, acirraram-se as divergências entre o PRM e os revolucionários mais radicais, tanto os da Legião Mineira quanto, em nível federal, os membros do Clube 3 de Outubro. Em consequência dessa crise, em setembro exoneraram-se da alta administração federal os perremistas Mário Brant, da presidência do Banco do Brasil, e Afonso Pena Júnior, da direção de uma das carteiras do mesmo banco, bem como o ministro da Educação Francisco Campos, líder da Legião Mineira.

Entretanto, com o desenrolar da crise, promoveu-se o chamado “Acordo Mineiro”, visando a fundir a Legião com o PRM num partido único, que desse apoio tanto ao governo estadual quanto ao governo federal. Em consequência do acordo, foi fundado, em fevereiro de 1932, o Partido Social Nacionalista (PSN), cujos estatutos foram elaborados por Mário Brant. A atividade do PSN, contudo, durou pouco, e logo depois de sua criação Mário Brant e os demais seguidores de Artur Bernardes em Minas já mantinham os primeiros contatos com os constitucionalistas de São Paulo, conspirando para a derrubada do governo. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em julho, Mário Brant procurou inicialmente dificultar a ação da Força Pública mineira contra as forças paulistas. Ao mesmo tempo, fez intensa propaganda em favor dos revoltosos em Belo Horizonte. Logo após a derrota do movimento, foi preso e exilado, e teve seus direitos políticos cassados.

Retornando ao país, candidatou-se à Câmara dos Deputados nas eleições de outubro de 1934 e obteve uma suplência na bancada do PRM. Em 1943, integrava a Resistência Democrática, que procurava aglutinar a oposição a Getúlio Vargas. Foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros* (24/10/1943), uma das primeiras manifestações de oposição da elite política à ditadura do Estado Novo. Em consequência, devido a pressões governamentais, foi afastado do cargo de diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que era uma empresa privada.

Em abril de 1945, participou da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN). Foi então nomeado membro da comissão de estudos administrativos e financeiros, uma das comissões constituídas naquela oportunidade para

colaborar na elaboração do anteprojeto de estatutos da UDN.

Em dezembro do mesmo ano, foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano (PR), com mandato até janeiro de 1951. Durante seu mandato foi membro da Comissão de Finanças da Câmara. Em março de 1947 ausentou-se para assumir o posto de secretário de Educação e Saúde Pública em Minas Gerais (governo Milton Campos), cargo em que permaneceu até dezembro do mesmo ano. Em novembro de 1949, como chefe da ala liberal do PR, apoiou o lançamento da candidatura do udenista Milton Campos à presidência da República pelo PR.

Entre 1954 e 1956, ocupou por duas vezes a diretoria da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, tendo assumido também, interinamente, a presidência do banco entre novembro de 1955 e fevereiro de 1956.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1968.

Era casado com Alice Dayrell Brant, que sob o pseudônimo Helena Morley escreveu a obra memorialística *Minha vida de menina*. Uma de suas filhas, Inês Caldeira Brant, casou-se com Abgar Renault, ministro da Educação e Cultura (1955-1956) e do Tribunal de Contas da União (1967-1973).

Publicou *Viagem a Buenos Aires* (1917) e *Catecismo cívico e ilusões financeiras* (discurso parlamentar).

Helena Faria

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MUSEU HIST. BANCO DO BRASIL; ARQ. OSVALDO ARANHA; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CHAGAS, P. *Esse*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; DUARTE, P. *Prisão*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, V. *Outubro*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); LEITE, A. *História*; MONTEIRO, F. *Banco*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Publ. Mineiro* (12/1976); SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931.

BRÁS, JOSÉ

*dep. fed. MG 1924-1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

José Brás Pereira Gomes nasceu em Itajubá (MG) no dia 1º de junho de 1894, filho de Venceslau Brás Pereira Gomes, presidente da República de 1914 a 1918, e de Maria Carneiro Pereira Gomes.

Fez os primeiros estudos no Ginásio São José, em sua cidade natal. Entre 1914 e 1916, foi oficial de gabinete do pai. Nesse último ano concluiu o curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese intitulada *Hemorragias obstétricas*. Em 1918 foi nomeado por Amaro Cavalcanti, então prefeito, médico vacinador do Instituto Vacinário da Prefeitura do Distrito Federal, mas deixou o cargo um mês depois.

Deputado estadual em Minas Gerais de 1919 a 1922 na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), foi segundo e primeiro-secretário e vice-presidente da Assembleia Legislativa estadual. Eleito para a legislatura seguinte, renunciou ao mandato ainda em 1923, e em 1924 elegeu-se deputado federal. Reelegeu-se em 1927 e em 1930, e teve o mandato interrompido em outubro desse último ano em decorrência da revolução que suspendeu o funcionamento dos órgãos legislativos do país.

Prosseguindo sua militância política, em maio de 1933 elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista Mineiro (PPM). Assumiu sua cadeira em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes, e, com a promulgação da nova Carta em 16 de julho de 1934, teve o mandato estendido até maio de 1935. Concorrendo ao pleito de outubro de 1934, foi mais uma vez eleito deputado federal por seu estado. Em maio de 1937 representou o PP na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à sucessão de Getúlio Vargas nas eleições previstas para o ano seguinte, e em novembro teve o mandato interrompido pelo advento do Estado Novo, que suprimiu todos os órgãos legislativos do país e cancelou as eleições.

Durante o governo de Eurico Dutra (1946-1951), foi diretor da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil de junho de 1950 a janeiro do ano seguinte.

Seguindo a carreira empresarial do pai, que conjugou os negócios à política, fundou em Itajubá uma fábrica de meias, da qual foi diretor por cinco anos, e outra de chapéus. Foi

ainda diretor gerente da Companhia Industrial do Sul de Minas, com sede em Itajubá e filiais em Brasópolis, Paraisópolis, Maria da Fé, Cambuci e Itanhandu, que se subdividia em três setores principais: produção de tecidos, fornecimento de energia e serviço bancário. Foi também gerente da firma Bráulio Carneiro e Cia., que executou obras de saneamento em Itajubá, aterrando a lagoa existente nos arredores da cidade. Fundou a Escola de Farmácia de Itajubá e respondeu pela provedoria da Santa Casa de Misericórdia na mesma cidade.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro de 1982.

Era casado com Sílvia de Carvalho Brás Pereira Gomes.

Também atuou na política seu sobrinho Teodomiro Carneiro Santiago, deputado federal por Minas Gerais de 1921 a 1930 e de 1935 a 1936.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Diário de Notícias* (26/5/37); *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MOURÃO, M. *Dutra*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); *Quem é quem no Brasil*.

BRÁS, VENCESLAU

*dep. fed. MG 1903-1908; pres. MG 1909-1910; vice-pres. Rep. 1910-1914; pres. Rep. 1914-1918.

Venceslau Brás Pereira Gomes nasceu em São Caetano da Vargem Grande, depois chamada, em sua homenagem, de Brasópolis (MG), no dia 26 de fevereiro de 1868, filho do coronel Francisco Brás Pereira Gomes, deputado à Assembleia da província de Minas Gerais durante muitos anos, e de Isabel Pereira dos Santos. Seu primo Delfim Moreira foi deputado federal por Minas Gerais de 1909 a 1910, presidente estadual de 1914 a 1918 e presidente da República de 1918 a 1919. Seu cunhado Teodomiro Carneiro Santiago foi deputado federal por Minas Gerais de 1921 a 1930 e de 1935 a 1936.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, cursou humanidades no Seminário Episcopal da capital paulista e ingressou em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou em 1890. Retornando a Minas, foi nomeado promotor público em Jacuí e depois transferiu-se para Monte Santo, onde atuou também como advogado e foi intendente municipal.

Eleito deputado estadual em 1892, permaneceu na Câmara mineira até 1898, quando assumiu a Secretaria do Interior do governo chefiado por Silviano Brandão, que se estendeu até 1902. Conquistou então o mandato de deputado federal para a legislatura iniciada em 1903, tornando-se líder da bancada mineira e, pouco depois, da maioria no Congresso. Reeleito, permaneceu na Câmara dos Deputados até 1908.

Em 3 de abril de 1909 assumiu o governo de seu estado em substituição ao vice-presidente Júlio Bueno Brandão, que por sua vez substituíra João Pinheiro da Silva, falecido em 25 de outubro de 1908. Encontrava-se no exercício do cargo quando, em março de 1910, foi eleito vice-presidente da República na chapa encabeçada pelo marechal Hermes da Fonseca. Em setembro do mesmo ano transmitiu o governo mineiro a Júlio Bueno Brandão, que pela segunda vez assumia a presidência estadual, agora eleito para o quadriênio 1910-1914.

Colocado o problema da sucessão de Hermes da Fonseca em 1913, o senador gaúcho José Pinheiro Machado iniciou articulações em torno da sua própria candidatura. Político dotado de grande prestígio e influência, amigo pessoal do presidente, Pinheiro Machado era considerado por boa parte dos governos estaduais e pela maioria do Congresso o nome

mais indicado para assumir a chefia do governo federal. Entretanto, os presidentes de Minas Gerais e de São Paulo, ciosos do poder de influência de seus estados, firmaram o Pacto de Ouro Fino, prevendo a consulta mútua para a escolha de um candidato comum. Ao mesmo tempo em que a oposição a Pinheiro Machado se fortalecia, a Bahia lançou o nome de Rui Barbosa. A tentativa de composição desses dois postulantes não deu certo, provocando um impasse que criou condições para o lançamento de Venceslau Brás pelos governos mineiro e paulista. Pinheiro Machado acabou apoiando o candidato mineiro, que derrotou Rui Barbosa nas eleições de março de 1914, tendo como companheiro de chapa Urbano Santos, presidente do Maranhão.

NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Venceslau Brás assumiu o governo federal em 15 de novembro de 1914, pouco depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Logo no início do seu mandato, defrontou-se com um grave impasse político no estado do Rio de Janeiro, onde dois candidatos se consideravam eleitos presidente do estado pela Assembleia Legislativa. Feliciano Sodré, correligionário de Pinheiro Machado, contava com o apoio expresso da maioria dos deputados, mas a minoria, que detinha o controle da mesa, obteve através de *habeas-corpus* o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) para a eleição de Nilo Peçanha. Inconformada com essa decisão, a maioria solicitou a intervenção federal, mas Venceslau Brás optou pelo cumprimento da decisão judicial, contrariando assim a posição de Pinheiro Machado, que passou a fazer oposição ao governo federal até falecer em 1915. Com o desaparecimento do senador gaúcho, Venceslau passou a exercer plenamente a liderança política do país, resolvendo em seguida a disputa pela chefia do governo de Mato Grosso. Em 1916, promoveu a solução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina na região do Contestado, onde, depois de sucessivas expedições militares, o Exército conseguiu esmagar uma revolta popular de cunho messiânico que se prolongava desde 1912.

Apesar da neutralidade adotada pelo governo de Venceslau Brás nos primeiros anos do conflito mundial, a economia brasileira sofreu os reflexos da crise financeira internacional e teve reduzida sua capacidade para importar, o que provocou um aumento da produção da indústria nacional para substituir importações. O governo adotou então uma série de

medidas, como a emissão de letras do Tesouro, a redução das despesas públicas, o incentivo à implantação de siderurgias e à exploração de jazidas de carvão, e a construção de escolas profissionais para a formação de operários especializados. Visando combater a carestia causada pela especulação, criou também o Comissariado de Alimentação, encarregado de tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade, fiscalizar os depósitos de mercadorias, estabelecer postos de venda, fixar os preços dos fretes etc.

O governo de Venceslau Brás multiplicou ainda os tiros de guerra, destinados à formação de reservistas para o Exército, e dotou o Arsenal de Marinha, no Rio, de novas instalações. Incentivou a adoção de concursos públicos na administração civil e, em 1º de janeiro de 1917, promulgou o novo Código Civil. Em outubro seguinte obteve do Congresso aprovação para a declaração de guerra à Alemanha em virtude do torpedeamento de alguns navios brasileiros por submarinos desse país. Pouco depois, o Brasil enviou um corpo expedicionário à Europa comandado pelo almirante Pedro Max de Frontin a fim de ajudar no patrulhamento do Atlântico Norte.

Em seu último ano de governo Venceslau Brás promoveu o combate à epidemia de gripe espanhola. Apoiou a candidatura vitoriosa de Rodrigues Alves à presidência e, com a posse deste em 15 de novembro de 1918, retirou-se provisoriamente da vida pública, fixando-se em Itajubá (MG).

Durante a revolta paulista de julho de 1924, o general Isidoro Dias Lopes, comandante dos contingentes rebeldes, propôs seu nome para compor uma junta provisória formada por “nomes nacionais de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários”, que substituiria o presidente Artur Bernardes. Essa proposta não foi considerada pelo governo, que conseguiu expulsar os rebeldes da capital paulista depois de três semanas de combates, retomando o controle da situação.

O RETORNO À CENA POLÍTICA

Durante o encaminhamento da sucessão do presidente Washington Luís (1926-1930) ocorreu uma cisão na aliança de Minas Gerais com São Paulo, pois o presidente da República rompeu a alternância de candidatos dos dois estados, indicando o paulista Júlio Prestes para substituí-lo. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, chefe do governo mineiro e candidato natural à presidência, aproximou-se então dos líderes gaúchos, passando a apoiar

a formação da Aliança Liberal, coligação oposicionista que, em meados de 1929, lançou a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. O debate dessa questão coincidiu com o equacionamento da sucessão do próprio Antônio Carlos, que dividiu o Partido Republicano Mineiro (PRM), dominante na política estadual. Membro da comissão executiva desse partido, Venceslau Brás viajou para Belo Horizonte em outubro de 1929 a fim de participar das reuniões para a definição do quadro sucessório, que envolvia três correntes principais, lideradas por Antônio Carlos, Artur Bernardes e Fernando de Melo Viana. Depois de sucessivos encontros, a maioria dos líderes situacionistas de Minas Gerais concordou em apoiar o nome de Olegário Maciel, provocando uma cisão chefiada por Melo Viana, que manteve sua própria candidatura e, no plano nacional, passou a apoiar a candidatura de Júlio Prestes através do movimento denominado Concentração Conservadora.

Após as eleições para a presidência da República e a Câmara dos Deputados, realizadas em 1º de março de 1930, as dissidências se agravaram. Importantes setores aliancistas em diversos estados consideraram fraudulenta a vitória de Júlio Prestes sobre Getúlio Vargas, passando a articular junto com militares oriundos do movimento tenentista um levante armado contra o governo federal. Ao mesmo tempo, a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, incumbida de dar parecer sobre os pleitos estaduais, não reconheceu a eleição em Minas de 14 deputados federais ligados à Aliança Liberal, diplomando em seus lugares elementos vinculados à Concentração Conservadora.

Em 27 de maio de 1930, com o objetivo de ratificar o apoio do PRM aos candidatos derrotados da Aliança Liberal, a comissão executiva do partido reuniu-se na casa de Antônio Carlos, em Juiz de Fora, com a presença de Venceslau Brás, Artur Bernardes, Afonso Pena Júnior, José Bonifácio de Andrada e Silva, Mário Brant e Alaor Prata, entre outros. Todos os participantes desse encontro apoiaram os compromissos assumidos por Antônio Carlos em nome do PRM com a conspiração revolucionária em curso, posição que foi ratificada depois da posse de Olegário Maciel em setembro. A revolução foi deflagrada em 3 de outubro no Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, conduzindo à deposição de Washington Luís depois de 21 dias de luta e à formação, em 3 de novembro, do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. Olegário Maciel foi o único chefe de Executivo estadual a ser mantido no cargo.

Em fevereiro de 1931, foi criada a Legião Mineira, organização que contava com o apoio oficial e se propunha aprofundar as reformas introduzidas pela Revolução de 1930 utilizando um estilo de mobilização semelhante ao do fascismo europeu. Venceslau Brás foi eleito para integrar o conselho supremo da nova entidade, junto com Francisco Campos, Gustavo Capanema, Amaro Lanari, Antônio Carlos, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Teodomiro Santiago e José Bonifácio. Durante o congresso da Legião, realizado em julho, o ex-presidente da República pronunciou discurso afirmando que ela incorporara 80% dos diretórios do PRM, que se enfraquecia nitidamente.

Os perremistas liderados por Artur Bernardes, que não haviam aderido à nova organização, reuniram-se em Belo Horizonte no dia 13 de agosto de 1931 e tentaram depor Olegário Maciel, que estreitava cada vez mais suas relações com a Legião Mineira. Com o fracasso dessa tentativa, a situação política estadual e a relação entre os governos mineiro e federal se tornaram ainda mais tensas. A necessidade de promover a pacificação conduziu a negociações entre a Legião e o PRM com o objetivo de formar um só partido que serviria de base de apoio a Maciel e Vargas. Venceslau Brás teve importante participação na articulação do chamado “Acordo mineiro”, assinado em fevereiro de 1932, que resultou na fundação do Partido Social Nacionalista (PSN), de cuja comissão diretora fez parte.

A posição de Minas nesse período foi marcada pela indefinição entre a defesa do governo provisório e o apoio às reivindicações de reconstitucionalização do país, sustentadas principalmente pelas forças paulistas. O primeiro efeito dessas divergências foi a dissolução do PSN em maio de 1932. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo no início de julho, Venceslau Brás sugeriu a Olegário Maciel que a ação de Minas se limitasse à defesa do seu território. Apesar das pressões de alguns líderes a favor do engajamento na luta armada contra Vargas, o governo mineiro não aderiu à revolta, contribuindo assim para o isolamento dos paulistas, fator decisivo para a vitória legalista.

Com a morte de Olegário Maciel em setembro de 1933 desencadeou-se em Minas uma crise sucessória, pois a possibilidade de acordo entre os dois pretendentes mais fortes à interventoria — Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco — era pequena. Vargas pediu então que Antônio Carlos e outros líderes do estado elaborassem uma lista de nomes alternativos entre os membros do Partido Progressista (PP), fundado em janeiro daquele ano. Venceslau Brás foi um dos quatro nomes sugeridos, mas o chefe do governo

provisório pediu a inclusão do deputado Benedito Valadares, cuja atuação até então tivera pouco destaque. Dias depois, Valadares foi nomeado interventor federal no estado e, desvinculado de qualquer grupo local, conduziu a política mineira de acordo com as diretrizes de Vargas.

Em julho de 1934, o nome de Venceslau Brás foi ventilado como possível candidato à presidência da República, em oposição a Vargas, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. O chefe do governo provisório recebeu dessa assembleia seu primeiro mandato constitucional, que deveria durar até 1938. Em novembro de 1937, entretanto, um golpe de Estado liderado pelo próprio Vargas implantou o Estado Novo.

Em 1943, Venceslau Brás, alegando seu afastamento da vida pública, recusou-se a assinar o *Manifesto dos mineiros*, uma das primeiras manifestações das elites políticas de oposição ao regime ditatorial, que seria derrubado em outubro de 1945. Com a redemocratização do país, Venceslau Brás foi novamente cogitado para se candidatar ao governo mineiro com o apoio do novo presidente da República, Eurico Dutra, numa tentativa de conciliar o Partido Republicano (PR) com as alas do Partido Social Democrático (PSD) lideradas por Melo Viana e José Francisco Bias Fortes. Entretanto, este último foi vitorioso na convenção do PSD, o que fez com que Venceslau Brás e Melo Viana passassem a apoiar a candidatura de Milton Campos, da União Democrática Nacional (UDN), afinal vitorioso no pleito de janeiro de 1947. A partir de então, Venceslau Brás retirou-se definitivamente da vida pública.

Em suas atividades empresariais, foi fundador, em 1912, e presidente da Companhia Industrial Sul Mineira. Presidiu também a Companhia Industrial Força e Luz de Itajubá, a Fábrica de Tecidos Codorna e o Banco de Itajubá S.A., entre outras.

Faleceu em Itajubá no dia 15 de maio de 1966. Era casado com Maria Carneiro Pereira Gomes, com quem teve sete filhos. Um deles, José Brás Pereira Gomes, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1934 na legenda do PP.

A seu respeito foram publicados artigos, discursos e conferências, entre os quais *A presidência da República; quem é Venceslau Brás?* (1913), *O perfil de um grande estadista da República, dr. Venceslau Brás* (coletânea de artigos de Pedro Cavalcanti publicados entre janeiro e março de 1956 no *Jornal do Comércio*) e *Venceslau, um pescador na presidência* (1968), de Darci Bessone de Oliveira Andrade.

O arquivo de Venceslau Brás encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Helena Faria

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMEIDA, A. *Dicionário*; BOMENY, H. *Estratégia*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (3, 4, 5/7/1931); COUTINHO, A. *Brasil; Cronologia da Assembléia; Encic. Barsa; Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias; Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; JARDIM, R. *Aventura; Jornal do Comércio*, Rio (17/5/1966); LEITE, A. *História*; LIMA, J. *Como*; LIRA, A. *Senado*; MORAIS, A. *Minas*; MOURÃO, M. *Dutra*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais; Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografias; Personalidades; Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1931; SODRÉ N. *História da Imprensa; Súmulas*; SOUSA, J. *Índice; Who's who in Brazil; Who's who in Latin America*.

BRASIL, Antônio Americano do

*dep. fed. GO 1921-1923.

Antônio Americano do Brasil nasceu em Bonfim, hoje Silvânia (GO), em 18 de agosto de 1891, filho de Antônio Eusébio de Abreu e de Elisa de Abreu.

Iniciou os estudos no Colégio Bonfinense, fundado e dirigido por seu pai, e prosseguiu-os no Rio de Janeiro, então capital federal, onde estudou no Colégio Morel. Em 1911 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e formou-se em 1917. Nesse mesmo ano retornou a seu estado natal, onde ingressou no Exército como oficial médico. Ainda no Rio de Janeiro, casou-se com Mirtes Caiado de Castro.

Em 1918 iniciou sua vida pública em Goiás como secretário do Interior e Justiça no governo do desembargador João Alves de Castro (1917-1921). Em 1921 elegeu-se deputado federal por Goiás e assumiu o mandato naquele mesmo ano. Em 1923, ao findar a legislatura, deixou a Câmara dos Deputados.

Em 1925 transferiu-se para Santa Luzia, hoje Luziânia (GO), e aí passou a se dedicar à medicina, ao magistério e também à advocacia. Em 1931 fundou e dirigiu a Escola Normal de Luziânia e passou a dedicar-se também a sericultura. Faleceu em Santa Luzia em 20 de abril de 1932, assassinado pelo engenheiro agrônomo Aldovandro Gonçalves. Seus restos mortais foram trasladados do cemitério de Santa Luzia para o de Bonfim em 10 de julho de 1938.

Tendo atuado também como jornalista, poeta, historiador e escritor, tornou-se patrono da Academia Goiana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goianiense de Letras. Deixou muitos trabalhos publicados, entre os quais se destacam sua tese de doutorado na Faculdade de Medicina, *A doutrina endocrinológica* (1917); *No convívio com as traças* (1920); *Questão de limite Goiás – Pará* (1920); *Pela terra goiana* (1922); *Pela terra goiana II* (1923); *Puericultura e a cultura nacional* (1923); *Cunha Matos em Goiás (1823-1826)* (1924); *Cancioneiro de trovas do Brasil Central* (1925); *Súmula de história de Goiás* (1931); *Nos rosais do silêncio* (1947); *Romanceiro trovas*

populares (1979), e *Pela história de Goiás* (1980).

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BRASIL, ASSIS

*const. 1891; emb. Bras. Argentina 1890-1891; membro junta gov. RS 1891; emb. Bras. Argentina 1892-1893; emb. Bras. EUA 1898-1903; emb. Bras. Argentina 1905-1907; rev. 1923; rev. 1924; dep. fed. RS 1927-1929; rev. 1930; min. Agric. 1930-1932; emb. Bras. Argentina 1931-1933; const. 1934.

Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu na estância de São Gonçalo, município de São Gabriel (RS), em 29 de julho de 1857, filho do estancieiro Francisco de Assis Brasil, de quem herdou extensas propriedades no interior gaúcho, e de Josefina de Assis Brasil. Seu irmão, o general Ptolomeu de Assis Brasil, foi interventor em Santa Catarina de 1930 a 1932.

Em 1866 iniciou os estudos primários e em 1870 ingressou no ginásio do Colégio São Gabriel. Dois anos depois, já órfão de pai, seguiu para Pelotas (RS) a cavalo, acompanhando uma tropa de burros, e ali ficou como interno do Colégio Taveira Júnior, cujo diretor era adepto da causa republicana. Em 1874 transferiu-se para Porto Alegre, onde veio a completar seus estudos no Colégio Gomes, também de propriedade de um republicano. Data dessa época sua amizade com Júlio de Castilhos, futuro líder republicano gaúcho por três vezes presidente do Rio Grande do Sul. Contemporâneos de colégio, ambos participaram do grêmio literário Fraternidade Escola, responsável pela publicação de uma revista da qual eram colaboradores.

Em 1877, publicou seu primeiro livro, *Chispas*, que reunia poemas revolucionários e anticlericais.

ATUAÇÃO REPUBLICANA

Ao ingressar em 1878 na Faculdade de Direito de São Paulo, na época um dos principais centros de propaganda do republicanismo, Assis Brasil já possuía portanto toda uma formação republicana. Logo filiou-se ao Clube Republicano Acadêmico de São Paulo, aí participando de diversos debates, sobretudo entre 1880 e 1881, período em que presidiram a agremiação Antônio Gomes Pinheiro Machado Filho (irmão de José Gomes Pinheiro Machado), Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, o próprio Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Colaborou também na revista da entidade, intitulada *A República*, em *Direito e Letras*, órgão mensal do Ateneu Jurídico e Literário, um dos grêmios que floresciam na

faculdade, e em *A Comédia*, outro órgão universitário. Ao lado de Júlio de Castilhos e Pereira da Costa, também gaúcho, fundou o jornal republicano *A Evolução*, mantendo-se ainda como colaborador de órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sempre como defensor de teses republicanas e anticlericais. Fundou e dirigiu a *Revista Federal* e finalmente publicou dois livros nesse período: *A república rio-grandense* (1880), em que defendia ardorosamente a Revolução Farroupilha (1835), e *A república federal* (1881).

Em setembro de 1882, poucos meses antes de sua formatura, Assis Brasil participou da criação de um outro núcleo republicano, o Centro Rio-Grandense 20 de Setembro, fundado em Porto Alegre. Dois meses mais tarde, já tendo concluído o bacharelado de direito, retornou ao Rio Grande do Sul em companhia de Júlio de Castilhos e outros colegas de faculdade. Favorecido pela criação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em fevereiro de 1882, esse grupo pôde então intensificar as campanhas abolicionista e republicana, tarefa na qual se destacaram Castilhos e Assis Brasil.

Durante dois anos, Assis Brasil concentrou sua atuação política no clube republicano de Porto Alegre e, no início de 1884, passou também a colaborar sistematicamente no jornal *A Federação*, órgão do PRR então lançado graças aos trabalhos desenvolvidos desde a fundação do partido por uma comissão à frente da qual se encontrava Castilhos. O nome de *A Federação* fora proposto por Assis Brasil durante o primeiro congresso do PRR, em 1883. No início de 1885, Assis Brasil candidatou-se às eleições para a Assembleia Provincial. Eleito, foi o primeiro representante republicano a obter a cadeira de deputado, tendo sido sua vitória amplamente comemorada no terceiro congresso do PRR, realizado em maio do mesmo ano. Por essa época, casou-se com Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos.

Ainda em 1885, o agravamento da crise provocada pela Questão Militar (1885-1887) possibilitou a Castilhos e a Assis Brasil um amplo uso de *A Federação* na campanha contra a monarquia. Estando proibido desde 1883 todo e qualquer pronunciamento público de oficiais sobre assuntos políticos e de serviço, a questão foi reaberta quando o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, o mesmo que provocara a proibição de 1883, recebeu com aparato militar, na qualidade de comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, o líder do movimento dos jangadeiros cearenses que se recusavam a fazer o transporte de

escravos naquele estado. Essa recepção custou-lhe a acusação de indisciplina, motivo que determinou sua transferência para a Escola de Tiro de Rio Pardo (RS).

O fato foi amplamente explorado pela imprensa oposicionista, em particular pela gaúcha. Através de *A Federação*, Castilhos e Assis Brasil desenvolveram intensa campanha política — que contou, inclusive, com uma manifestação do marechal Deodoro da Fonseca, então comandante das guarnições da província, e com o apoio de José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas, senador liberal e herói da Guerra do Paraguai (1865-1870) —, cujo resultado básico foi aumentar, no Rio Grande do Sul, a separação entre os oficiais e o regime imperial.

Assim, em 1887, quando o gabinete de João Maurício Wanderley, barão de Cotepe, em virtude das pressões que vinha sofrendo, viu-se obrigado a revogar a proibição aos oficiais de se manifestarem, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos, além de outros líderes republicanos gaúchos, já haviam não só conseguido a confiança, mas também atraído para sua causa grande parte da oficialidade estabelecida na província. Por outro lado, sua atuação na imprensa possibilitou-lhes ainda a aproximação com Deodoro, que conseguira obter, graças à Questão Militar, grande popularidade junto aos oficiais.

Em outubro daquele ano, durante a realização do congresso do PRR em Santa Maria (RS), aflorou pela primeira vez a divergência entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Estando o debate centralizado em torno da questão do separatismo — defendido, então, em São Paulo e em outras províncias —, Assis Brasil apresentou uma indicação propondo que o país, com a instituição da República, se organizasse desde o início sob forma federativa, “englobando toda a nação brasileira”. Em sua proposta, só admitia ele a secessão como “recurso temporário e extremo para alcançar-se o ideal federalista”. Assis Brasil teve de enfrentar a oposição de Castilhos, que sugeriu que a comissão executiva do partido se correspondesse com as demais províncias e se pronunciasse publicamente no sentido de deixar claro que o PRR não repelia a idéia da fragmentação territorial enquanto meio de consecução das aspirações federativas, e que a secessão, quando se impusesse, não seria combatida. O impasse veio a ser solucionado com a retirada das duas propostas.

Esse congresso, contudo, não deixou definida qualquer tática para a implantação da República, o que seria feito somente em 1889, quando os líderes republicanos gaúchos se

reuniram, em 21 de março, na fazenda da Reserva, de Júlio de Castilhos. Desse encontro resultou a elaboração de um manifesto no qual era reconhecida a necessidade não só de se organizar a oposição ao futuro Terceiro Reinado, encarado como uma ameaça à nação, como de se “preparar elementos para, no momento oportuno, garantir o sucesso da revolução”. Visando ao cumprimento dessa tarefa, criou-se uma comissão para a qual foram nomeados Assis Brasil, Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, Ramiro Barcelos, Fernando Abbott e Demétrio Ribeiro.

A ação antimonárquica viu-se repentinamente facilitada a partir de junho, por ocasião da posse do gabinete do visconde de Ouro Preto, que pertencia ao Partido Liberal e nomeou para o governo provincial gaúcho seu partidário Gaspar da Silveira Martins. Afastados havia muito do poder no Rio Grande do Sul e temerosos da expansão do republicanismo, os liberais tentaram exercer o controle absoluto do governo, afastando toda a oposição, inclusive o Partido Conservador. Com isso, o PRR passou a contar com a adesão de grande número de conservadores, a tal ponto que, nas eleições parlamentares nacionais realizadas em 31 de agosto, os republicanos alcançaram a segunda maior votação, à frente do Partido Conservador. Nessa ocasião, Assis Brasil foi derrotado por uma diferença de apenas trezentos votos. Todavia, os republicanos gaúchos não chegaram a ter qualquer participação direta na proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889.

O GOVERNO PROVISÓRIO DE DEODORO DA FONSECA

Ao assumir o governo provisório da República, o marechal Deodoro da Fonseca marcou as eleições para o Congresso Nacional Constituinte para o dia 15 de setembro de 1890. Nesse meio tempo, foi posta em prática a reforma financeira de Rui Barbosa, que desencadeou o chamado “encilhamento”, política caracterizada por grande especulação financeira e criação de inúmeras empresas fictícias. Por decreto de 17 de janeiro de 1890, foi determinada a criação de bancos de emissão, justificada pelo ministro da Fazenda como necessária para suprir o déficit dos meios de circulação, já que a medida autorizaria determinados bancos a emitir dinheiro em ritmo três vezes superior ao de seus depósitos. A nação teria o seu território dividido em três zonas — cada qual dotada de um banco emissor —, ficando uma delas no Rio Grande do Sul. A medida provocou forte reação em diversos meios, em particular nesse último estado, onde os republicanos a entenderam como mais

um fator de incremento à inflação, já então bastante elevada.

Por outro lado, Assis Brasil foi nomeado, em 25 de março de 1890, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina, em substituição a Leonel Martiniano, posto que conservaria oficialmente até 1º de janeiro do ano seguinte. Aproveitando sua ida ao Rio de Janeiro — onde receberia instruções para sua missão junto ao governo argentino —, a comissão executiva do PRR e o próprio presidente do Rio Grande do Sul, general Júlio Frota, incumbiram-no de intermediar os interesses gaúchos junto ao governo provisório no sentido de que este não autorizasse o estabelecimento do Banco Emissor do Sul nas condições determinadas pelo decreto governamental. A missão de Assis Brasil foi aparentemente bem-sucedida, uma vez que Deodoro se comprometeu a atender à reivindicação gaúcha.

No entanto, em 16 de abril de 1890, o governo gaúcho foi notificado da organização do Banco Emissor do Sul, o que levou Júlio Frota a renunciar no início de maio, sendo acompanhado nessa atitude por diversos membros do PRR que ocupavam cargos de confiança em sua administração. Para substituí-lo, o governo provisório nomeou o general Francisco da Silva Tavares, conservador que somente às vésperas da proclamação da República aderira à causa republicana.

No dia 8 de maio, Assis Brasil, Castilhos, Homero Batista, Antão de Faria e Ernesto Alves divulgaram um manifesto no qual definiam a posição dos republicanos gaúchos diante da atitude do governo provisório, em especial do ministro da Fazenda, a quem atribuíam a maior responsabilidade pelo incidente. O documento concluía por afirmar que o governo de Silva Tavares não contaria com o apoio do PRR. Poucos dias depois, um grupo de líderes republicanos e alunos da Escola Militar depuseram o novo governo, que passou a ser ocupado pelo comandante do Distrito Militar, general Carlos Machado Bittencourt. Enquanto isso, Castilhos viajava para o Rio de Janeiro, onde conseguiu de Deodoro o afastamento definitivo de Silva Tavares e a nomeação do general Cândido Costa.

A CONSTITUINTE DE 1891

Em meados de julho de 1890, por ocasião da escolha da chapa do PRR que concorreria às eleições para a Constituinte, Assis Brasil teve lançada sua candidatura. Realizado o pleito em 15 de setembro, foi ele um dos deputados republicanos eleitos. Por outro lado, cerca de um mês depois, o governo de Cândido Costa designou Assis Brasil,

Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos para integrar uma comissão responsável pela elaboração da Constituição estadual. Em fins de outubro, juntamente com os demais representantes gaúchos eleitos, Assis Brasil deixou o Rio Grande do Sul com destino ao Rio de Janeiro, já que, no início de novembro, teriam lugar as reuniões preparatórias destinadas ao exame dos documentos de diplomação e reconhecimento dos poderes. No dia 9 de novembro, o plenário da Constituinte, reunido na sexta sessão preparatória, aprovou parecer favorável ao reconhecimento dos 16 deputados gaúchos.

Durante os trabalhos da Constituinte, a bancada do PRR foi liderada por Castilhos, muito embora a maior parte dos discursos coubesse a Assis Brasil e a Ramiro Barcelos. De modo geral, os representantes gaúchos tiveram destacada participação no combate ao convênio tarifário com os Estados Unidos. Esse acordo eliminava ou reduzia em 25% os direitos de importação sobre diversos artigos procedentes daquele país em troca da isenção para o café, o açúcar bruto e o couro cru brasileiros. As duas moções contrárias apresentadas pela bancada gaúcha — uma delas de Assis Brasil —, em fevereiro de 1891, foram derrotadas por manobras protelatórias que impediram sua votação dentro do prazo legal.

No dia 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Constituição. No dia seguinte, quando a Assembleia elegeu o presidente da República, manifestaram-se sintomas de ruptura na liderança exercida por Castilhos: Assis Brasil, Manuel da Rocha Osório, Alcides Lima e Vitorino Monteiro votaram em Prudente de Moraes, enquanto a orientação dada pelo PRR era de apoio à candidatura de Deodoro da Fonseca. Em sua declaração de voto, Assis Brasil acabou por renunciar ao mandato, uma vez que sua escolha contrariava a decisão acatada por seus eleitores, que aceitaram a vitória do marechal. Sua renúncia, contudo, não foi aceita. Ao término dos trabalhos da Constituinte, Assis Brasil, juntamente com os outros deputados gaúchos, retornou ao Rio Grande do Sul, onde chegou no início de março.

No final desse mês, foi convocado o Congresso Constituinte estadual, cujas eleições foram marcadas para 5 de maio. A partir de então, a comissão encarregada de elaborar o projeto constitucional deveria intensificar seus trabalhos, o que, todavia, não ocorreu. Segundo declaração posterior de Assis Brasil — e conforme seu manifesto de 19 de dezembro de 1891 —, Castilhos protelou a elaboração do projeto até às vésperas da

expiração do prazo e apresentou então um outro, de sua autoria, à apreciação da comissão. Assis Brasil se recusou a examinar o projeto, que acabaria sendo aprovado pela Constituinte estadual no dia 14 de julho de 1891. Nesse mesmo dia, Júlio de Castilhos foi eleito presidente do estado.

No início de novembro, com o apoio de Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, ministro da Fazenda, o marechal Deodoro, encontrando dificuldades para manter o seu veto ao projeto que limitara os poderes do Executivo, decretou o fechamento do Congresso e convocou novas eleições. No Rio Grande do Sul, a notícia do golpe originou forte reação, embora Júlio de Castilhos tivesse evitado inicialmente qualquer tipo de pronunciamento definitivo. Iniciou-se então a preparação de um movimento rebelde, liderado em grande parte por oficiais militares e chefes dos antigos partidos monárquicos.

A JUNTA GOVERNATIVA GAÚCHA DE 1891

Os dias que se seguiram foram marcados pela eclosão de vários levantes no interior do estado, ao mesmo tempo em que a Câmara estadual — na qual Júlio de Castilhos contava com a maioria — deixava de se reunir, de modo a não votar a indicação que condenava o golpe. À medida que aumentava a possibilidade de sua deposição, Castilhos via-se obrigado a modificar seu posicionamento, tendo acabado por manifestar-se, em 12 de novembro de 1891, a favor do governo de Deodoro, atitude por ele considerada essencial para a manutenção da ordem pública. No dia seguinte, Castilhos foi obrigado a renunciar e entregou o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto Leite, comandante militar rebelde.

Imediatamente, foram decretadas a anulação da Constituição castilhista e o fechamento do porto do Rio Grande. Durante os primeiros dias que se seguiram à rebelião, Assis Brasil tentou conseguir o apoio dos republicanos, mas não obteve êxito, pois o PRR se manteve coeso em torno de Castilhos. Em vista disso, os deputados estaduais foram afastados de seus postos, ao mesmo tempo em que se demitia a totalidade dos ocupantes dos cargos de confiança, o que marcou o início da imigração de grande número de republicanos para os países vizinhos. Em seguida, já consolidado seu poder no estado, a junta governativa determinou a preparação de uma força de seis mil homens, que deveria marchar em direção ao Rio de Janeiro, onde tentaria depor Deodoro.

No dia 18 de novembro, chegou a Porto Alegre o líder liberal Francisco Antunes

Maciel, que, na qualidade de representante do grupo mais forte dos revoltosos, pretendia participar do governo. Para evitar que os liberais integrassem a junta, seus dirigentes decidiram renunciar em favor do general Barreto Leite, encerrando assim o período que posteriormente ficou conhecido como “governicho”. Barreto Leite governaria sozinho até 1892.

Por outro lado, segundo Joseph Love, o êxito da revolução gaúcha encorajou a revolta em vários pontos do país. No Rio, reagindo à ordem de prisão expedida por Deodoro, o comandante da Esquadra, almirante Custódio de Melo, tomou alguns torpedeiros e couraçados — além de pequenas embarcações —, e apontou seus canhões contra a cidade. Devido à impossibilidade de resistir, Deodoro decidiu renunciar e transferiu o poder ao vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891.

No dia 19 de dezembro — mês em que se reintegrou à carreira diplomática —, Assis Brasil publicou na imprensa gaúcha um manifesto intitulado *Assis Brasil aos seus concidadãos*, onde, rompendo o silêncio, criticava Castilhos e justificava o movimento que provocara sua queda. Entre outras coisas, declarava já se encontrar politicamente afastado do líder republicano desde a primeira dissidência ocorrida no partido, em meados de 1891, por discordar do que qualificou de “extravagante mistura de positivismo e demagogia” contida na Constituição castilhista. Segundo Hégio Trindade, Assis Brasil deixou desde então muito clara a sua posição liberal, visceralmente contrária, portanto, ao autoritarismo castilhista que se iria impor no estado a partir de 1892.

Assim, o fim do “governicho” coincidiu com o alijamento de Assis Brasil da política estadual, já que seu posicionamento político-ideológico, ao divergir do republicanismo castilhista, não chegou a se harmonizar inteiramente nem com os dissidentes históricos do PRR, liderados por Barros Cassal, nem com os ideais do Partido Federalista, que seria criado no início de 1893.

RETORNO À DIPLOMACIA

No dia 15 de janeiro de 1892, Assis Brasil reassumiu seu posto de embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário na Argentina, em substituição a Ciro de Azevedo, e nele permaneceu até outubro de 1893, quando, no mês de outubro, foi enviado à China em missão especial. Data desse ano, ainda, a publicação de seu livro *Democracia representativa; do voto e modo de votar*. No início de 1895, entrou em disponibilidade.

Assis Brasil retornou em seguida ao Rio de Janeiro, aqui chegando no momento em que o governo de Prudente de Moraes (1894-1898) dispunha-se a iniciar os contatos para o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, interrompidas durante a gestão presidencial de Floriano Peixoto, quando o governo português concedeu asilo aos elementos envolvidos na Revolta da Armada (1893-1894). Em 16 de março de 1895 o reatamento foi oficializado e, ainda nesse mesmo dia, o governo nomeou Assis Brasil embaixador em Lisboa. Já viúvo, desembarcou ele na capital portuguesa em 4 de maio daquele mesmo ano, ali permanecendo até 1898. No ano seguinte à sua chegada a Portugal, foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1897, ainda em Portugal, Assis Brasil começou a procurar o apoio de políticos brasileiros para derrubar Júlio de Castilhos do governo do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, escreveu de Lisboa a Manuel Ferraz de Campos Sales, candidato “oficial” do governo às eleições presidenciais, o qual, num primeiro momento, se manifestou interessado na colaboração do antigo líder republicano com a nova administração, muito embora se recusasse a interferir na política interna gaúcha. Posteriormente, contudo, Campos Sales acabaria por conseguir um certo entendimento com o presidente do Rio Grande do Sul, o que levou Assis Brasil a estudar a possibilidade de fundar um partido de oposição nacional.

No início de 1898, Assis Brasil contraiu em Portugal segundas núpcias com Lídia Ferreira Felício, de quem teve oito filhos. Lídia Felício era filha de José Pereira Ferreira Felício e de Lídia Smith Vasconcelos, segundos condes de São Mamede, ambos brasileiros, mas residentes em Lisboa havia muitos anos.

A QUESTÃO DO ACRE E O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Em março de 1898, no momento em que o Brasil iniciava uma aproximação maior, tanto política quanto econômica, com o governo norte-americano, Assis Brasil foi removido para os Estados Unidos, país no qual a representação brasileira se encontrava ainda em nível de legação.

Em 1901, licenciando-se por curto prazo do Itamarati, viajou para o Amazonas e, motivado pelo acordo entre Campos Sales e Júlio de Castilhos, dali escreveu a Prudente de Moraes no dia 27 de outubro propondo a criação de um partido nacional de oposição, uma

vez que o ex-presidente, além de se encontrar em atrito com o governo federal, já vinha articulando a formação de um novo partido em São Paulo. Prudente de Moraes não viu qualquer inconveniente em vincular Assis Brasil a uma organização nacional, e recomendou-lhe apenas que retornasse ao Rio Grande do Sul e ali criasse um partido de oposição. Tais entendimentos, contudo, não tiveram prosseguimento, de vez que, no ano seguinte, faleceu o político paulista.

Logo após o retorno de Assis Brasil aos Estados Unidos, foi divulgada a notícia da assinatura — pela Bolívia e o Bolivian Syndicate, empresa formada por poderosas companhias internacionais, em particular norte-americanas — de um contrato de arrendamento da região que viria a constituir o território do Acre. O contrato dava à empresa o direito de ocupar, administrar e explorar o território em questão, bem como de comprar todas as terras do governo na região. A posse desse território, entretanto, era objeto de uma disputa entre Brasil e Bolívia, iniciada ainda nos primeiros tempos do Império e acirrada com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, que tornou a região alvo do imperialismo internacional.

Poucos dias depois da aprovação desse acordo por parte do Congresso boliviano, em dezembro de 1901 Assis Brasil recebeu orientação do Ministério das Relações Exteriores no sentido de se aproximar do secretário de Estado norte-americano, John Hay, e, através dele, avaliar as possibilidades de os Estados Unidos intervirem na questão favoravelmente ao Brasil. Assim, ao longo de todo o ano de 1902 — durante o qual passou a acumular também a chefia da legação do Brasil no México —, Assis Brasil empenhou-se em sua missão, em grande parte dificultada pela ação dos incorporadores do Bolivian Syndicate, que pressionavam o governo norte-americano para que este interviesse junto ao Brasil de modo a obter um recuo.

Em virtude dessa pressão, o chanceler brasileiro, Olinto de Magalhães, enviou a Assis Brasil extenso relatório sobre as origens e o desenvolvimento da Questão do Acre, além de mantê-lo sempre a par de cada fato novo que surgia, de modo a capacitá-lo a uma ampla argumentação. A atuação da legação brasileira em Washington tornava-se assim primordial para que o Brasil mantivesse possibilidades de vitória na disputa, já que o apoio do governo norte-americano ao Bolivian Syndicate em muito enfraqueceria a posição brasileira. Idêntica instrução foi dada ao chefe da legação na Alemanha, José Maria da

Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, pois também ali havia grupos financeiros vinculados ao Bolivian Syndicate.

Já no mês de julho de 1902, devido ao aumento das pressões da empresa internacional sobre o governo norte-americano, o secretário John Hay alterou sua posição inicial, passando a defender a validade do contrato de arrendamento. Essa mudança levou Assis Brasil a uma nova investida: além de criticar o caráter secreto que norteara o desdobramento das negociações entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate, reafirmou ele a disposição do governo brasileiro de manter fechado o acesso fluvial àquele território, sem o que a companhia não teria como escoar sua produção. Foi nessa ocasião que Assis Brasil sugeriu a Hay a possibilidade de se pagar (a Bolívia, ou mesmo o Brasil) uma indenização ao Bolivian Syndicate em troca de sua renúncia ao contrato, o que traduzia bem a urgência que tinha o governo brasileiro na solução do caso, já que a posse do Acre representava um significativo aumento em suas exportações de borracha. Esse produto, ao lado do café, atingia mais de 75% da exportação global do país.

Em novembro de 1902, teve início o período presidencial de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Logo após tomar posse como ministro das Relações Exteriores, em 3 de dezembro, Rio Branco telegrafou a Assis Brasil, autorizando-o a contratar como consultor jurídico da legação para a Questão do Acre o internacionalista Bassett Moore, ex-subsecretário de Estado norte-americano. Ao mesmo tempo, o chanceler fazia por seu lado mais uma tentativa de negociação de um acordo direto, propondo à Bolívia a compra do território do Acre, o que foi recusado.

Os contatos de Assis Brasil com Rio Branco relativamente ao problema do Acre datavam de antes da posse deste último, quando o ex-líder republicano se colocou a favor de uma política de “não permitir soberanias estrangeiras no continente, em forma de companhias privilegiadas”. Assis Brasil defendia a idéia da indenização, não apenas como expediente para a rescisão do contrato de arrendamento, mas também para predispor a Bolívia no sentido de que esta definisse sua doutrina em relação ao Brasil.

No início de 1903, Assis Brasil enviou ofício ao chanceler brasileiro sugerindo-lhe a criação de uma embaixada em Washington. Sua proposta tinha por base as observações feitas ao longo dos entendimentos desenvolvidos no ano anterior: segundo o diplomata, a criação de outras embaixadas deixava em situação inferior os ministros plenipotenciários

como ele, que vinha enfrentando dificuldades em sua missão por não ter fácil acesso ao presidente norte-americano. A embaixada brasileira nos Estados Unidos, contudo, só seria criada mais tarde, em 1906.

Em 23 de fevereiro de 1903, Assis Brasil assinou em Nova Iorque, como representante do Brasil, uma declaração através da qual o Bolivian Syndicate renunciava, mediante indenização, à concessão que obtivera da Bolívia em 1901. O fator decisivo para a obtenção dessa renúncia foi, segundo Victor Valla, a utilização, por parte do governo brasileiro, da doutrina de Monroe, o que converteu a solução definitiva da Questão do Acre em elemento crucial para a consolidação do papel do Brasil como aliado dos Estados Unidos. Somente a partir do momento em que perigou a aliança com o Brasil — fato este em parte evidenciado até mesmo pela proibição do tráfego comercial no Amazonas, inclusive às nações amigas —, foi que o governo norte-americano se decidiu a interferir favoravelmente aos brasileiros, apesar da pressão exercida pelos grupos financeiros dos Estados Unidos vinculados ao Bolivian Syndicate. Por outro lado, a assinatura dessa declaração foi decisiva para que Rio Branco obtivesse do governo boliviano, em março de 1903, a aceitação de um acordo provisório (*modus vivendi*) que assegurava a suspensão das hostilidades entre a Bolívia e os revolucionários brasileiros — liderados por Plácido de Castro, agrimensor gaúcho de São Gabriel —, além de permitir ao Brasil a ocupação administrativa e territorial da região.

Com a remoção desses obstáculos, Assis Brasil foi chamado ao Rio de Janeiro, a fim de receber novas instruções. Em 14 de abril, foi substituído na chefia da legação brasileira em Washington por Alfredo de Moraes Gomes Ferreira.

Cerca de três meses depois, iniciaram-se as negociações para o estabelecimento das bases de uma permuta equitativa de territórios. Caso não se chegasse a nenhum acordo, Brasil e Bolívia recorreriam ao arbitramento internacional para decidir sobre a interpretação do discutido tratado de 1867. Do lado brasileiro, as negociações ficaram a cargo de Rio Branco, a quem o governo associou, a pedido seu, Assis Brasil, que acompanhou os trabalhos até a ultimação do acordo, e o senador Rui Barbosa — que se exonerou em outubro, por discordar das concessões feitas pelo Brasil, por ele consideradas extremamente onerosas à economia do país.

As conversações se prolongaram por quatro meses, ao fim dos quais foi assinado,

em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis. Por esse acordo, o governo boliviano cedia a região do Acre ao Brasil mediante compensações territoriais em vários pontos da fronteira entre os dois países, a construção pelo governo brasileiro da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, entre outras exigências.

Após a assinatura do tratado, Assis Brasil não mais retornou aos Estados Unidos, muito embora permanecesse formalmente vinculado à chefia da legação brasileira em Washington até abril de 1904. Em janeiro de 1905, foi mais uma vez enviado à Argentina como embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário, em substituição a Ciro de Azevedo, permanecendo no posto até 1907.

Durante o período em que esteve na Argentina, Assis Brasil veio ao Brasil em junho de 1906, quando integrou a delegação do país à III Conferência Internacional Americana, que se reuniu de 23 de julho a 27 de agosto daquele ano no Rio de Janeiro. A escolha da capital brasileira para a realização do conclave visou, segundo Victor Valla, consagrar a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, que, para tanto, enviaram seu secretário de Estado, Elihu Root, o primeiro representante do alto escalão governamental norte-americano a visitar a América Latina, e que acabou sendo eleito presidente de honra da conferência.

A tentativa de aproximação por parte do Brasil, posta em prática principalmente a partir de 1905 — e da qual resultou no ano seguinte a criação da embaixada nos Estados Unidos —, foi aproveitada sem hesitação pelo governo norte-americano, que vinha sendo hostilizado em grande parte da América Latina por sua expansão no Caribe e no Panamá. Afora a aproximação entre os dois países, a conferência não chegou a apresentar maiores resultados práticos. Após o seu término, Assis Brasil e Joaquim Nabuco — embaixador brasileiro nos Estados Unidos — ainda acompanharam Root em sua visita a São Paulo.

AS ELEIÇÕES DE 1907 E O PRD

Em 1907, Assis Brasil voltou a se envolver na política rio-grandense, então agitada pela proximidade das eleições para a presidência do estado, que desde 1898 vinha sendo ocupada por Antônio Augusto Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos na liderança do PRR. Para concorrer com o republicano Carlos Barbosa Gonçalves, indicado

por Borges de Medeiros, que desistiu de postular a segunda reeleição consecutiva, a oposição lançou a candidatura de Fernando Abbott, antigo chefe do PRR em São Gabriel. Abbott contou com o apoio de Assis Brasil, das dissidências republicanas e de uma considerável facção do Partido Federalista, cuja adesão só não foi completa pela recusa do grupo de Francisco Antunes Maciel em apoiar um republicano.

Durante a campanha eleitoral que se seguiu, foi criado, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Bloco Acadêmico Castilhistas, através do qual se iniciaram na política, entre outros, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso, políticos que alcançariam projeção nacional a partir, sobretudo, da Revolução de 1930.

Em dezembro de 1907, Assis Brasil entrou em disponibilidade no Itamarati, indo para o Rio Grande do Sul, onde Abbott, já derrotado, publicara um manifesto no qual defendia a necessidade da revisão da Constituição castilhistas. O retorno de Assis Brasil, que, ao contrário de Abbott, nunca fora castilhistas, em muito contribuiu para o prosseguimento das negociações entre os dissidentes republicanos e as demais facções da oposição.

Assim, em março de 1908, com o objetivo de reunir todos os grupos descontentes com o controle do PRR sobre a política estadual, encontraram-se com Assis Brasil na cidade de Bajé alguns membros da comissão diretora do Partido Federalista, entre os quais Rafael Cabeda e Pedro Moacir. Durante a reunião, chegou-se a redigir uma proposta unificadora das oposições, sugerindo-se que o Partido Federalista, por conveniência política, deixasse em suspenso suas teses parlamentaristas. Esse documento, contudo, não conseguiu promover a fusão, pois a facção federalista de Antunes Maciel mais uma vez se recusou a aceitar a incorporação por entender que isso significava o sacrifício da doutrina parlamentar e o desaparecimento do próprio partido.

Com base nos trabalhos de teoria política de Assis Brasil — considerado por João Camilo de Oliveira Torres o principal teórico do regime presidencialista no país —, as oposições gaúchas finalmente fundaram, em 20 de setembro de 1908, o Partido Republicano Democrático (PRD). O programa partidário, redigido pelo próprio Assis Brasil e por ele justificado durante cerca de sete horas e meia no congresso inaugural de Santa Maria (RS), foi na verdade a base do programa posteriormente elaborado para o Partido Libertador (PL), fundado em 1928. Assis Brasil defendia a revisão da Constituição

federal, a ampliação da autoridade estadual e municipal e a alteração do sistema de eleições presidenciais, que deveriam ser feitas indiretamente pelo Congresso. O PRD adotou o lema “Representação e Justiça”, que, segundo Joseph Love, traduzia vagamente o conservadorismo de seu programa. Ainda em 1908, Assis Brasil desenvolveu essas teses no livro *Ditadura, parlamentarismo e democracia*. Publicou também *Brasil e Inglaterra*, breve comparação entre os dois países a propósito da questão anglo-brasileira.

Contudo, a duração do PRD foi efêmera. Ante o fracasso de mais essa tentativa, Assis Brasil afastou-se pela segunda vez da política. Mantendo-se em disponibilidade no Itamarati, passou a dedicar-se exclusivamente às atividades rurais: ao mesmo tempo em que manteve sua estância de gado em Alegrete (RS), procurou desenvolver, em território do futuro município de Pinheiro Machado (RS), uma granja-modelo cujo projeto lhe forneceu a matéria para o livro *Granja de Pedras Altas* (1908). Data também dessa época a construção do castelo de Pedras Altas, projetado em estilo medieval pelo próprio Assis Brasil.

Aposentando-se da vida diplomática em junho de 1912, Assis Brasil instalou-se definitivamente em Pedras Altas, onde se dedicou à pecuária. Em sua tentativa de criar uma raça bovina com uma proporção de carne muito superior à das demais, tornou-se o responsável direto pela introdução da raça Devons no país, hoje um dos maiores e mais difundidos rebanhos do Rio Grande do Sul.

A REVOLUÇÃO DE 1923

Em 1921, ao mesmo tempo em que se preparavam as eleições presidenciais de março do ano seguinte, iniciaram-se no Rio Grande do Sul as articulações para as eleições para a presidência do estado, que se realizariam em novembro de 1922. Borges de Medeiros, que desde 1913 voltara a chefiar o governo gaúcho, decidiu relançar sua candidatura, aspirando assim ao quinto mandato e visando a “proteger” o Rio Grande do Sul contra Artur Bernardes: nas eleições presidenciais, o PRR apoiava Nilo Peçanha, candidato opositor da Reação Republicana, enquanto a oposição gaúcha dava apoio a Bernardes, candidato da situação. A vitória de Bernardes, muito mais provável, permitiria aos inimigos políticos de Borges contar com o apoio do presidente, inclusive para uma possível intervenção. De fato, em março de 1922 Bernardes foi eleito presidente da

República.

Por seu lado, a oposição gaúcha — que então incluía não apenas os federalistas e os republicanos dissidentes, mas também os antigos democratas de Assis Brasil, que permaneciam inativos desde a derrota de Rui Barbosa em 1910 — decidiu fazer frente à candidatura de Borges de Medeiros, procurando escolher um candidato que a mantivesse unida. Enquanto se desenvolviam as articulações nesse sentido, um grupo de estudantes dirigiu-se a Pedras Altas e convidou Assis Brasil a aceitar a indicação de seu nome, com o que a grande maioria da oposição não contava. Surpreendendo a todos, Assis Brasil aceitou, e sua candidatura foi lançada em 19 de outubro de 1922 — cerca de um mês antes das eleições — por um manifesto redigido por Raul Pilla e assinado por Fernando Abbott, Válder Jobim, Armando Tavares e Joaquim Tibúrcio, entre outros.

Segundo Joseph Love, a eleição de 1922 — precedida por boatos de um levante contra Borges de Medeiros — “foi a primeira disputa governamental contestada no Rio Grande do Sul desde 1907, e surgiram acusações de fraude” de ambos os lados. Iniciada em dezembro e conduzida por uma comissão de três deputados — Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto —, a apuração só foi concluída em 17 de janeiro: Borges de Medeiros foi apontado vencedor (106.360 votos contra 32.216) e a Câmara estadual rapidamente o proclamou reeleito. Oficialmente, Assis Brasil só obteve a maioria de votos no município de São José, apesar de haver recebido grande votação na capital — onde, ainda segundo Love, era mais difícil a fraude —, e na região da campanha gaúcha, onde os federalistas sempre tiveram força.

Logo após a divulgação dos resultados, Assis Brasil ainda tentou exigir que se formasse um tribunal arbitral, constituído de quatro deputados estaduais de cada facção, um deputado federal e um senador também de cada lado, sob a presidência de Bernardes, para decidir sobre a validade das eleições. Essa proposta, embora aceita por Borges de Medeiros — cuja única exigência foi a de que o arbitramento tivesse apenas um desempatador, Bernardes —, acabou sendo recusada pelo presidente da República, que considerou seu envolvimento na questão incompatível com o cargo que ocupava.

Convictos de que houvera fraude, e procurando provocar a intervenção federal, Assis Brasil e seus partidários rebelaram-se então contra o governo estadual. O movimento iniciou-se em 25 de janeiro de 1923, dia da posse de Borges de Medeiros, com uma série de

levantes regionais que visavam não apenas à sua deposição, mas também à retirada dos republicanos de seus cargos e à anulação da Constituição castilhistas. Para que tais objetivos pudessem ser alcançados, porém, tornavam-se necessários a assistência do governo federal e o apoio dos dois maiores estados da Federação, São Paulo e Minas Gerais.

Nesse sentido, Assis Brasil viajou para o Rio de Janeiro, onde, ao mesmo tempo em que sondava Bernardes, punha-se em contato com políticos paulistas e mineiros. Não chegou, contudo, a obter qualquer resultado positivo: embora o presidente de Minas Gerais, Raul Soares, tivesse demonstrado alguma simpatia pelo movimento, o de São Paulo, Washington Luís, recusou-se a intervir na política interna de outro estado. Por seu lado, Bernardes, quando se tratou de concretizar o apoio, manteve-se evasivo, principalmente porque nos escalões superiores do Exército — onde não contava com a simpatia dos oficiais desde o incidente das “cartas falsas” em outubro de 1921 —, havia divergência sobre a revolução no Rio Grande do Sul.

No confronto armado, os rebeldes — pejorativamente chamados pelos republicanos de “maragatos”, numa alusão direta à Revolução Federalista de 1893-1895 —, acharam-se desde o início em desvantagem, principalmente devido ao fato de o apoio do Exército haver sido descartado. Assim, enquanto Borges de Medeiros conseguiu mobilizar cerca de 12 mil homens junto aos efetivos da Brigada Militar e dos corpos provisórios, os maragatos só reuniram a metade desse número, o que os obrigou a adotar como tática uma constante movimentação de tropas. Evitando o combate direto, essa estratégia possibilitou a manutenção de uma guerra ativa enquanto o governo federal não ordenasse a intervenção.

Entretanto, a partir do momento em que se certificaram de que esse apoio não viria, os rebeldes procuraram ganhar tempo até que surgisse a oportunidade de uma paz honrosa, o que, diante das sucessivas derrotas das forças revolucionárias, o próprio governo federal se empenhou em propiciar. Bernardes enviou representantes com a função de atuar como “pacificadores” do Rio Grande do Sul, visando com isso exercer um maior controle sobre Borges de Medeiros — sem, contudo, tirá-lo do poder — e evitar o alastramento do conflito, proporcionando assim aos maragatos um tratado de paz que representasse o atendimento de suas reivindicações. Foi esse o sentido da missão de Augusto Tavares de Lira, ex-ministro da Justiça (1906-1909), e do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra entre 1922 e 1926.

Encarregado em fins de outubro de 1923 de pacificar o Rio Grande do Sul, Setembrino de Carvalho procurou inicialmente ouvir Assis Brasil, que se encontrava na capital federal e cuja principal exigência, em nome das oposições coligadas gaúchas, era o afastamento de Borges de Medeiros do governo estadual. O ministro, contudo, fez-lhe ver a posição de Bernardes, que, havendo reconhecido a legitimidade das eleições, seria obrigado a sustentar o governo de Borges de Medeiros. Após esses contatos iniciais, Setembrino viajou para o Rio Grande do Sul, onde, ao constatar junto aos chefes em armas certa dose de insegurança a respeito da vitória — as derrotas consecutivas haviam desarticulado as forças rebeldes, que, sem liberdade de ação, se haviam embrenhado nas matas —, conferenciou com Borges de Medeiros no início de novembro.

Nos primeiros dias de dezembro, tendo as negociações esbarrado em novo impasse, Setembrino de Carvalho apelou diretamente para Francisco Antunes Maciel Júnior, que contribuiu para a remoção dos obstáculos existentes. Segundo Hélio Silva, a intervenção de Antunes Maciel foi decisiva para que Assis Brasil aceitasse a nova proposta de paz apresentada pelo governo federal, da qual resultou o Tratado de Pedras Altas, assinado em 14 de dezembro de 1923 e ratificado no dia seguinte por Borges de Medeiros: de todas as exigências dos revolucionários, só não foi aceita a da deposição imediata do presidente gaúcho, a quem, entretanto, foram vedadas novas reeleições.

A ALIANÇA LIBERTADORA E A REVOLUÇÃO DE 1924

Em 15 de janeiro de 1924, as oposições gaúchas — representadas por federalistas, democratas e republicanos dissidentes, e tendo como principais líderes João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla — se uniram formalmente na Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil. Integrada ao mesmo tempo por presidencialistas e parlamentaristas, a Aliança Libertadora tinha como objetivo principal a luta pela liberdade política, baseada no princípio representativo, e o combate à situação dominante no Rio Grande do Sul através das eleições de níveis municipal, estadual e federal. Por outro lado, o Pacto de Pedras Altas não conseguiu pôr fim à crise no estado, e os elementos oposicionistas, continuando a se sentir perseguidos por Borges de Medeiros, passaram, parte a ingressar no Exército, parte a estabelecer ligações com a jovem oficialidade revolucionária conhecida como o grupo dos “tenentes”.

O ano de 1924 representou também para Assis Brasil uma mudança no nível da política nacional. Se nos acontecimentos de 1923 esperava ele o apoio do governo federal, encontrava-se agora entre aqueles que combatiam Bernardes. Segundo Neil Macaulay, a morte de Nilo Peçanha em março de 1924 transformou Assis Brasil no mais preeminente político da oposição, a ponto de os “tenentes”, que se sublevaram em São Paulo em julho de 1924, lhe conferirem o título de “chefe civil” da revolução, mesmo não tendo sido ele consultado sobre a eclosão do movimento. Embora defendesse ainda o lema adotado em 1908 — “Representação e Justiça” —, o líder libertador já admitira a revolução como o único recurso para promover-se a reforma política de que necessitava o país: segundo Assis Brasil, somente o emprego das armas possibilitaria uma reforma eleitoral que garantisse um lugar aos partidos minoritários e extinguisse o controle coronelista nos municípios.

Ao eclodir a revolta tenentista de 5 julho de 1924 em São Paulo, Assis Brasil refugiou-se no Uruguai, onde, juntamente com outros veteranos da Revolução de 1923, passou a discutir a possibilidade de um novo levante. Para tanto, procuraram eles obter o apoio dos oficiais de algumas unidades do Exército que haviam simpatizado com o movimento de 1923, como o capitão Luís Carlos Prestes, além de alguns militares que se haviam envolvido no levante tenentista de 1922 e se encontravam então no exílio, como era o caso, em particular, do tenente Antônio de Siqueira Campos.

Quando os rebeldes abandonaram a cidade de São Paulo no final do mês de julho, rumando para o interior, decidiram que seria importante desencadear um movimento no Sul, de modo a dividir as forças legalistas. Já em fins de setembro o coronel João Francisco Pereira de Sousa — veterano da Revolução Federalista de 1893, rompido com Borges de Medeiros desde 1916 e participante da revolta paulista — procurou dar continuidade a esse plano, entrando em contato com os gaúchos; no Rio Grande do Sul, a situação era propícia, com os partidários de Assis Brasil dispostos a se unir aos revolucionários do Exército num movimento armado contra Bernardes e Borges de Medeiros. Em virtude do adiantado estágio em que se encontravam as articulações — encabeçadas por Prestes —, tornou-se necessário apenas ultimar certos detalhes, já que os conspiradores, tanto civis quanto militares, desejavam conhecer a real situação das forças paulistas comandadas pelo general Isidoro Dias Lopes, para então deflagrar o novo movimento.

Assim, no início de outubro, foram feitos os acertos finais. No dia 5, realizou-se em

Foz do Iguaçu (PR) um encontro de representantes dos revoltosos paulistas, entre os quais Juarez Távora e João Francisco, e dos líderes revolucionários civis e militares do Rio Grande do Sul, como Siqueira Campos, Anacleto Firpo — que representava Assis Brasil e o “general” José Antônio Neto, conhecido por Zeca Neto —, e Alfredo Canabarro, emissário político do também “general” Honório Lemes. Após o exame da situação em que se encontravam os revoltosos paulistas, sediados no oeste paranaense, foi debatida a deflagração do levante no Rio Grande do Sul.

No dia 8, Firpo, Siqueira Campos, Canabarro e Juarez partiram de Porto Aguirre, na Argentina, rumo à fronteira gaúcha. Quatro dias depois, encontraram-se com Honório Lemes em Artigas, no Uruguai, onde ficou Canabarro, e de onde, também, remeteram os revoltosos uma carta a Prestes para que este iniciasse os contatos com os militares gaúchos. No dia seguinte, perto de Mello, ainda no Uruguai, Firpo, Siqueira Campos e Juarez reuniram-se com Assis Brasil e Zeca Neto, aceitando o apoio dos líderes civis maragatos. Após esses contatos, Juarez e Siqueira Campos se dedicaram à articulação dos militares revoltosos.

O levante irrompeu durante a madrugada do dia 29 de outubro de 1924 nas cidades gaúchas de Santo Ângelo, São Luís, São Borja, Uruguaiana e Alegrete. Cerca de dois meses depois, em 23 de dezembro, Assis Brasil aceitou o convite de Isidoro Dias Lopes para tornar-se o chefe civil da revolução. O líder libertador, todavia, ao invés de juntar-se ao quartel-general de Isidoro — à época sediado no Paraná — ou mesmo às forças de Prestes em São Luís (RS), permaneceu em seu exílio no Uruguai.

Em 25 de janeiro de 1925, Borges de Medeiros anunciou que fora sufocado no Rio Grande do Sul o movimento revolucionário cujas forças haviam conseguido manter ao longo de dois meses uma base de apoio na região noroeste do estado. A partir de então, Prestes comandou a retirada dos rebeldes para o norte, tentando uma junção com as colunas paulistas. Já em março, estando a situação militar dos revoltosos deteriorada, foram feitas várias sondagens para um acordo de paz. No dia 2 desse mês, Isidoro avistou-se com o deputado João Simplício em Posadas, na Argentina. Assis Brasil, que transferira seu exílio para esse país, fixando-se em Monte Caseros, participou da conferência, na qual foram apresentadas aos rebeldes condições que equivaliam a uma verdadeira rendição incondicional. A proposta de paz foi então recusada, sobretudo por Isidoro, ainda

convencido de que a revolução tinha o apoio da opinião pública brasileira.

A junção das tropas paulistas e gaúchas somente se concretizou no dia 11 de abril, 12 dias após a queda de Catanduvas (PR), defendida durante meses por apenas quinhentos homens. No dia seguinte, realizou-se a reunião do estado-maior dos rebeldes, surgindo uma divergência quanto à tática a ser adotada: ao contrário da maioria, que defendia o exílio, Prestes e o líder paulista Miguel Costa batiam-se pela mobilização de toda a tropa revolucionária para Guaíra (PR) de onde esta se dirigiria para Mato Grosso; caso o caminho estivesse bloqueado naquela localidade, a marcha seria feita pelo extremo nordeste do Paraguai.

Não sendo conveniente recusar esse plano — já que os dois oficiais tinham pleno controle de suas tropas e tentariam realizá-lo a qualquer preço —, o estado-maior revolucionário acabou por concordar com a invasão de Mato Grosso, muito embora decidisse que nem Assis Brasil nem Isidoro acompanhariam as tropas: a liderança suprema passaria a ser exercida do exílio. A junção das tropas de Prestes e de Miguel Costa deu então origem à Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu o país até 1927, quando se internou em território boliviano.

A VOLTA DO EXÍLIO E A CRIAÇÃO DO PDN

Assis Brasil permaneceu no exílio até o início de 1927, quando retornou ao Rio Grande do Sul, que então se preparava para as eleições federais. O pleito, realizado em 2 de fevereiro, determinou a renovação da bancada federal gaúcha, que para a legislatura 1927-1929 passou a contar com sete libertadores, entre os quais Assis Brasil.

A atuação parlamentar de Assis Brasil concentrou-se desde o início na oposição ao governo de Washington Luís (1926-1930), particularmente no que concernia à questão da anistia aos revolucionários de 1922 e 1924 e ao combate à fraude eleitoral. Entre 1927 e 1928, a anistia foi tenazmente defendida por Assis Brasil e demais deputados libertadores, os quais, no entanto, nada obtiveram, já que o governo, através de seu líder, Manuel Vilaboim, monopolizava os votos da maioria.

No início de junho de 1927, Assis Brasil pronunciou um discurso em que reconhecia a existência de “um estado revolucionário”, enraizado na intransigência de Washington Luís, e enfatizava que os revolucionários ainda no exílio desejavam pacificar o país através de reformas liberais, cujo elemento principal era o voto secreto. Por fim,

afirmava o líder libertador estar por eles autorizado a discutir o assunto com o governo, muito embora acreditasse não haver qualquer possibilidade de que isso viesse a ocorrer.

No mês seguinte, o Partido Democrático (PD) de São Paulo, por ocasião do lançamento de seu jornal, *Diário Nacional*, convidou os parlamentares e políticos da oposição ao governo federal a irem àquele estado, onde aproveitariam a oportunidade para debater sobre a conveniência da criação de um partido de oposição nacional. Chegando à capital paulista em 13 de julho, Assis Brasil foi recebido na estação do Brás pelos membros do diretório central e do conselho consultivo do PD, que, para tanto, mobilizaram diversas comissões distritais. No dia seguinte, ainda como parte dos festejos programados, integrou as caravanas que partiram para o interior do estado, onde, durante três dias, tentaram alcançar todos os municípios dominados pelo PD, dando início assim à campanha eleitoral para o pleito de 24 de fevereiro de 1928.

Em agosto de 1927, chegaram a bom termo as articulações para a criação do novo partido. No dia 15 desse mês, no hotel em que Assis Brasil se hospedava no Rio de Janeiro, realizou-se a primeira reunião preparatória para a fundação do Partido Democrático Nacional (PDN), ao término da qual se decidiu que caberia a Francisco Morato — representante, juntamente com Paulo Nogueira Filho, do PD de São Paulo — a elaboração do projeto da lei orgânica da nova agremiação. Em 21 de setembro, afinal, foi fundado o PDN, sob a presidência de honra do conselheiro Antônio Prado, fundador do PD paulista, com o objetivo de aglutinar as oposições para uma ação mais ampla contra o governo federal. Integravam seu diretório provisório Assis Brasil — que, naquele mesmo dia, leu na Câmara o programa do partido —, Paulo de Moraes Barros, Adolfo Bergamini, Francisco Morato, José Adriano Marrey Júnior, Plínio Casado e Batista Luzardo.

Em novembro de 1927, realizaram-se no Rio Grande do Sul as eleições para a presidência do estado. Borges de Medeiros, impedido de se candidatar à reeleição pelos termos do Tratado de Pedras Altas, indicou pelo PRR o nome de Getúlio Vargas, ministro da Fazenda de 1926 a 1927. Por seu turno, os libertadores abstiveram-se de apresentar um candidato próprio, mas publicaram um manifesto, assinado por Assis Brasil, no qual abriam crédito de confiança a Vargas, que teve assim garantida a sua eleição.

No início de 1928, intensificaram-se as articulações para a criação de um novo partido no Rio Grande do Sul. Em 28 de fevereiro, chegou ao estado a delegação do PD paulista — Paulo Nogueira Filho, Valdemar Ferreira, Berto Condé e Paulo Pinho de Carvalho —, que fora convidada para assistir ao congresso da Aliança Libertadora, do qual também participaram Maurício de Lacerda, Plínio Casado e Afonso Schmidt. Iniciado em Bajé no dia 3 de março, o congresso teve como questão central a fundação de um partido único, nó qual se fundissem as oposições reunidas na Aliança Libertadora. A maior resistência veio do setor federalista, que possuía convicções programáticas bastante enraizadas.

Assim, as discussões incidiram sobre a divergência entre o parlamentarismo federalista e o presidencialismo assisista. Durante os trabalhos, contudo, os democráticos de Assis Brasil, os federalistas de Raul Pilla e os republicanos dissidentes conseguiram chegar a uma fórmula conciliatória — de autoria de Assis Brasil e Raul Pilla — que admitia eleições indiretas e um governo coletivo, silenciando sobre os pontos de divergência. Dessa fórmula resultou, em 5 de março, a criação do Partido Libertador (PL). Presidido por Assis Brasil, o novo partido adotou o programa do PDN e o lema assisista “Representação e Justiça”.

Dois dias depois, Assis Brasil reuniu-se em Cerro Formoso, próximo a São Gabriel, com Paulo Nogueira Filho e lhe expôs seu ponto de vista quanto à necessidade de deflagrar-se a “revolução democrática”. Nesse sentido, incumbiu o político paulista de coordenar os esforços em São Paulo e de efetuar a aproximação com os “tenentes” exilados, em particular Isidoro Dias Lopes, Luís Carlos Prestes e Miguel Costa. Em fins de março, Nogueira Filho fez os primeiros contatos, avistando-se em seguida com Raul Pilla, com quem decidiu que a direção política do movimento caberia ao diretório do PDN, ficando Assis Brasil como o chefe civil dos revolucionários. Nogueira Filho voltou a avistar-se com Assis Brasil e acertou um encontro entre ele, Prestes e João Alberto Lins de Barros em Buenos Aires. Na capital argentina, resolveu-se ativar as articulações para a luta armada contra as oligarquias, atribuindo-se a Nogueira Filho a tarefa de desenvolver o núcleo revolucionário no setor democrático de São Paulo e de angariar recursos financeiros para a campanha. Quanto à direção do movimento, Assis Brasil julgou melhor restringi-la, ao menos de início, aos elementos civis.

Em julho de 1928 os políticos cariocas lançaram a “semana democrática”, e no dia 19 desse mesmo mês partiu do Rio em direção aos estados do Norte uma caravana democrática dirigida por Assis Brasil, congregando cariocas, paulistas, catarinenses e fluminenses. Dos estados constantes do roteiro estabelecido — Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas —, só não atingiram este último. De modo geral, os comícios tiveram um tom democrático e revolucionário, embora suavizado, tendo os políticos encontrado grande receptividade junto à massa popular. Na ocasião, foram constituídos nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba grupos incumbidos de organizar seções locais do PDN.

Nos últimos meses de 1928, porém, verificou-se um esvaziamento das articulações revolucionárias. Devido às dificuldades de arrecimação de recursos, Prestes passou a desacreditar da eficácia do movimento. Por outro lado, a divulgação de uma entrevista de Assis Brasil suscitou no líder tenentista a discordância, em geral, com os objetivos do movimento proposto pelos democráticos. Em função disso, o PDN passou a considerar encerrado o ciclo revolucionário e a definir a vitória nas eleições presidenciais marcadas para março de 1930 como o meio mais eficaz de luta.

No início de 1929, já antevendo a possibilidade de o PDN ver-se obrigado a apoiar um candidato à presidência da República que unisse politicamente o estado, Assis Brasil realizou uma proveitosa incursão ao interior do Rio Grande do Sul, onde trocou visitas protocolares com políticos até então tidos como inimigos ferrenhos da revolução. Sua tática de conciliação, contudo, não foi bem recebida por alguns membros do partido, entre os quais Maurício de Lacerda, que chegou a pedir sua saída do diretório. Pouco depois Assis Brasil afastou-se temporariamente das atividades políticas, partindo com a família para a Europa.

Em Paris, na segunda quinzena de maio, Assis Brasil encontrou-se com Paulo Nogueira Filho, que, por problemas de saúde, se afastara do *Diário Nacional* e das articulações revolucionárias. Nessa ocasião, Assis Brasil mostrou-se favorável a mais uma tentativa pacífica — a última — nas eleições de 1º de março de 1930; caso contrário, inclinar-se-ia à deflagração da “revolução democrático-libertadora”. Nesse sentido, o líder libertador informou a Nogueira Filho que recentemente estivera em Libres, na Argentina, onde se avistara com Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e outros chefes revolucionários, à

exceção de Prestes. Quanto à sucessão presidencial, Assis Brasil revelou-se inclinado à indicação de um candidato do próprio PDN, apesar de saber que Batista Luzardo era contrário a essa idéia, pois considerava o partido despreparado do ponto de vista eleitoral na maioria dos estados. Caso essa dificuldade fosse real, Luzardo preferiria a indicação de Getúlio Vargas, desde que houvesse concordância entre os chefes revolucionários. Poucos dias depois desse contato, Assis Brasil regressou ao país.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em junho de 1929, empenhados na disputa pela sucessão do presidente Washington Luís, representantes dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul — reunidos por iniciativa de João Neves da Fontoura, do PRR, líder da bancada republicana gaúcha na Câmara — firmaram secretamente no Rio de Janeiro o Pacto do Hotel Glória, base da Aliança Liberal. Segundo esse documento, ficavam acertados o veto de Minas Gerais ao nome de Júlio Prestes — candidato situacionista à presidência da República —, a retirada da candidatura mineira de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o lançamento de um nome gaúcho, Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas, para encabeçar a chapa aliancista.

Já no mês seguinte, Assis Brasil recebeu carta de Antunes Maciel informando-o de que vinha fazendo, de modo indireto, propaganda favorável à Aliança Liberal no jornal *O Libertador*, órgão do PL, muito embora ainda aguardasse a deliberação oficial do partido. Nesse mesmo dia, Antunes Maciel foi chamado a Porto Alegre por Osvaldo Aranha, então secretário do Interior, que pedia seu comparecimento ao palácio do governo para discutir os termos do Pacto do Hotel Glória: Vargas condicionava sua aceitação ao apoio do PL, de modo a garantir a unidade política do Rio Grande do Sul, e pedia-lhe que atuasse como seu intermediário junto a Assis Brasil.

Após alguns encontros e conferências telegráficas, Vargas obteve, em 27 de julho, a palavra final de Assis Brasil, que se mostrou favorável à indicação do presidente gaúcho desde que este defendesse em troca algumas teses libertadoras, como as do voto secreto, da anistia ampla e da representatividade do voto. A oficialização dessa posição dependeria apenas da reunião do diretório central do PL, à qual estariam presentes, entre outros, o próprio Assis Brasil, Antunes Maciel, Raul Pilla, Batista Luzardo e um emissário de Vargas.

Concluída em 1º de agosto, a reunião decidiu que o PL apoiaria a candidatura de

Vargas. Essa decisão deveu-se em grande parte ao empenho de Assis Brasil e de Batista Luzardo, que conseguiram convencer a maioria do partido, favorável ao lançamento de uma candidatura própria. Cinco dias depois, Assis Brasil lançou um manifesto em que justificava a adesão do PL à Aliança Liberal. Ainda nesse momento, foi oficializada a Frente Única Gaúcha (FUG), que uniu o PRR e o PL, e se tornou uma das principais bases de apoio da Aliança Liberal.

Em manifesto publicado no dia 15 de agosto, a Aliança Liberal lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e de João Pessoa — presidente da Paraíba — respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Chegando ao Rio no final do mês, Assis Brasil foi recebido por representantes da Aliança Liberal e por grande multidão. No último dia de agosto, participou do congresso do PDN, quando foi aprovada a lei orgânica do partido e eleito seu novo diretório. Assis Brasil foi escolhido presidente honorário do PDN após haver recusado a indicação de seu nome para compor o diretório do partido. Por fim, colocou-se a questão da sucessão presidencial, registrando-se uma tendência geral de apoio à chapa aliancista. Em 21 de setembro, reuniu-se no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a convenção da Aliança Liberal, quando foi votada e aprovada a chapa Vargas-Pessoa. Para essa ocasião, Assis Brasil enviou, por intermédio de Emílio Nunes, convencional do Rio Grande do Sul, uma carta em que justificava seu voto em nome do PDN.

Em fins de 1929, numa entrevista à imprensa, Assis Brasil voltou a enfatizar sua intenção de respeitar os resultados eleitorais desde que não houvesse fraude. Ao mesmo tempo, verificava-se no Rio Grande do Sul, como em todo o país, uma radicalização das campanhas. No início de 1930, realizou-se o sexto congresso do PD paulista, ocasião para a qual foi programada, inclusive, uma excursão de Vargas pelo estado de São Paulo. Embora se encontrasse intimamente ligado aos democráticos paulistas, Assis Brasil manteve-se alheio a esses trabalhos, não participando nem mesmo da campanha aliancista, o que levou à divulgação pela imprensa da notícia de seu afastamento. Questionado por Paulo Nogueira Filho, Assis Brasil negou haver-se retirado da política, muito embora houvesse decidido recusar qualquer posto de direção ou representação.

Após a realização do pleito de 1º de março, que deu a vitória a Júlio Prestes, Borges de Medeiros, em declaração à imprensa, aconselhou os políticos gaúchos a acatar os

resultados. No mesmo dia, Assis Brasil convocou a imprensa para uma entrevista, declarando aos jornalistas que a Aliança Liberal deveria “prosseguir na defesa de seus direitos até onde exigir sua dignidade”. Tal posição foi reforçada por ocasião de seu encontro com João Neves.

Às vésperas da partida para o Rio de Antunes Maciel — eleito deputado federal na legenda do PL —, Assis Brasil enviou-lhe um memorando no qual delineava a atuação que a bancada libertadora deveria assumir no Congresso devido à eleição de Júlio Prestes: o PL não reconheceria a autoridade de um presidente eleito pela fraude ou pela violência, e essa posição deveria ser mantida até que o conselho supremo da Aliança Liberal proclamasse eleito o seu candidato — que assumiria o governo da República no Rio Grande do Sul, considerado território já ocupado —, e exigisse a saída de Júlio Prestes do Distrito Federal.

A derrota da chapa aliancista significou, também, a intensificação da organização do movimento armado. A partir de julho de 1930, quando foi assassinado João Pessoa, recrudesceram as articulações revolucionárias, apesar de Vargas não haver dado seu consentimento definitivo desde o início. Durante todo o período, a intermediação entre Assis Brasil e Vargas — e entre estes e os revolucionários — foi feita por Antunes Maciel.

No início de outubro, Assis Brasil se encontrava em Pedras Altas, em companhia de Paulo Nogueira Filho, quando foi informado de que, dependendo ainda de confirmação, a revolução poderia eclodir dentro de 48 horas de sul a norte do país. Nessa ocasião, Assis Brasil revelou ao político paulista sua disposição em seguir com os libertadores para a frente de luta.

Após a deflagração do movimento revolucionário em Porto Alegre no dia 3 de outubro, o diretório central do PL, sob a presidência de Assis Brasil, reuniu-se para definir a diretriz a ser adotada por ocasião da queda do governo de Washington Luís: a organização de uma junta provisória, que governaria o país até a votação de uma Constituinte; ou o reconhecimento de Getúlio Vargas como chefe de um governo provisório que se manteria no poder “apenas pelo tempo indispensável”. Durante essa reunião, Assis Brasil fez prevalecer seu ponto de vista, decidindo-se o PL pela aceitação de Vargas como chefe do Executivo. A única opinião discordante foi a de Raul Pilla, favorável à entrega do governo a uma junta. A ata dessa reunião foi redigida por Mem de Sá e entregue ao presidente gaúcho — que já havia solicitado ao líder libertador um encontro, pois desejava

discutir com ele os problemas suscitados pela revolução antes de partir rumo ao *front* —, por uma comissão presidida por Assis Brasil, que pouco se demorou na capital, apesar da grande manifestação pública com que foi recebido. Mais tarde, em 26 de outubro, Assis Brasil enviou uma carta a Vargas, conhecida como *Decálogo*, na qual reafirmava os princípios com ele assentados antes de sua partida para o Rio. Essa carta, no entanto, só foi divulgada em 7 de novembro.

Assim que se consolidou a situação militar no Rio Grande do Sul, as forças rebeldes iniciaram sua marcha para o Norte e, em poucos dias, alcançaram os arredores de São Paulo. O ataque a essa capital foi sustado em consequência da deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1930, por uma junta governativa provisória, que, em 3 de novembro, empossou Getúlio Vargas na chefia do governo provisório. Nesse mesmo dia, Vargas nomeou seu ministério, entregando a Assis Brasil a pasta da Agricultura.

Com sua indicação para o ministério, Assis Brasil deixou Pedras Altas, partindo de trem para o Rio. No dia 17 de novembro, chegou a São Paulo, onde a nomeação do “tenente” João Alberto como delegado militar no estado provocara forte reação, pois significava a marginalização do segmento da oligarquia política local que participara da revolução, em especial o PD. Recebido por Isidoro Dias Lopes e por vários membros desse partido, Assis Brasil foi longamente ovacionado pelo povo, que, ao mesmo tempo, expressava seu desagrado com a nomeação de João Alberto. No dia seguinte, partiu rumo ao Rio acompanhado de Anacleto Firpo, Joaquim Sampaio Vidal e Paulo Nogueira Filho, que aproveitou a viagem para discutir com ele a situação reinante em São Paulo: afirmando que a manutenção de João Alberto, um militar não paulista, à frente do governo do estado seria um desastre, Nogueira Filho pediu sua intervenção junto ao governo provisório.

Empossado no Ministério da Agricultura, Assis Brasil procurou promover a reorganização de sua estrutura administrativa, motivada principalmente pelo desdobramento da pasta com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sua gestão, contudo, foi efêmera, já que uma semana depois licenciou-se do cargo, no qual foi substituído interinamente por Mário Barbosa Carneiro. Mantendo-se formalmente ligado ao ministério até 23 de dezembro de 1932, durante esse período dedicou-se simultaneamente à política interna, à embaixada na Argentina, à comissão encarregada da

reforma da Lei Eleitoral e à elaboração do anteprojeto da Constituição.

A POLÍTICA INTERNA

A questão de São Paulo refletia bem a situação que se criou após a Revolução de 1930. Entre novembro e dezembro desse ano, delineou-se a formação de duas correntes políticas: uma, integrada pelos “tenentes” e pelos elementos oligárquicos radicais, favorável ao emprego de medidas de exceção; e outra, liderada pelos grupos tradicionais das próprias oligarquias, que se batiam pela adoção de fórmulas legais. No início de 1931, o conflito entre as forças tenentistas e os grupos favoráveis à reconstitucionalização se estendeu por todos os estados. Além de São Paulo, os “tenentes” obtiveram pouco êxito no Rio Grande do Sul, dominado por dois partidos tradicionais e onde o movimento constitucionalista floresceu sob a liderança de Raul Pilla.

A tensão se agravou em São Paulo no dia 2 de fevereiro de 1931, quando da realização do congresso do PD, que decidiu pelo rompimento definitivo com João Alberto e exigiu um governo paulista e civil, não obstante uma moção de solidariedade a Vargas. Nessa ocasião, Assis Brasil — juntamente com Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Batista Luzardo, Virgílio de Melo Franco e José Américo de Almeida entre outros — foi sondado pelos paulistas para atuar como intermediário junto ao chefe do governo provisório.

Vargas, por seu lado, numa primeira tentativa formal de encaminhar a reconstitucionalização do país, assinou no dia 10 de fevereiro um decreto criando uma comissão legislativa encarregada de estudar e rever a legislação eleitoral vigente e por fim apresentar um projeto de código eleitoral. Para integrar a comissão foram nomeados Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva.

Em fins de março, o PD preparou um manifesto em que proclamava o rompimento com João Alberto. Entretanto, por interferência de Assis Brasil, de Luzardo e do próprio Vargas, o documento teve sua divulgação sustada e acabou vindo a público apenas na primeira semana do mês seguinte. Nesse momento, no Rio Grande do Sul, Assis Brasil, o interventor José Antônio Flores da Cunha e Pilla — ou seja, os líderes da FUG — reuniram-se na cidade de Pelotas com o objetivo de estabelecer pontos comuns visando à elaboração de uma nova constituição tão logo se processasse a reforma da legislação eleitoral. Pouco depois, no dia 16 de abril, realizou-se o segundo congresso do PL, ocasião

em que se registrou o primeiro ato público que renunciava a futura cisão desse partido com o governo federal: além de aprovados os pontos comuns fixados em Pelotas, foi manifestada a solidariedade do PL aos paulistas.

No dia 4 de maio, foram oficialmente inaugurados os trabalhos da comissão encarregada da reforma eleitoral. Na verdade, porém, o que foi feito até o final de 1931 foram apenas estudos.

A MISSÃO NA ARGENTINA

A partir de 1931 Assis Brasil realizou diversas viagens de curta duração à Argentina como embaixador em missão especial. Em fins desse ano, como não houvesse perspectivas de melhoria na situação criada pela Questão do Chaco — disputa territorial entre o Paraguai e a Bolívia, pendente desde o século XIX —, tentou-se a assinatura de um pacto de não agressão entre os dois países. O chanceler brasileiro, Afrânio de Melo Franco, autorizou o embaixador do Brasil em Washington a acompanhar as negociações nesse sentido, as quais, todavia, não chegaram a qualquer resultado. Em janeiro de 1932, Assis Brasil foi chamado pelo chanceler argentino, Carlos Saavedra Lamas, que sugeriu uma ação conjunta dos dois países visando a promover a solução pacífica do problema. Essa iniciativa, contudo, também não conseguiu chegar a bom termo, já que, em junho de 1932, quando tudo indicava que a Bolívia aceitaria o arbitramento como parte do pacto de não agressão proposto pelo Paraguai, irrompeu a Guerra do Chaco, o que levou à suspensão das negociações. Até 1933, Assis Brasil faria ainda mais duas viagens à Argentina, na tentativa de coordenar esforços para solucionar o impasse, o que somente ocorreria, porém, em 1936.

A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO

A partir de janeiro de 1932, com a posse de Maurício Cardoso no Ministério da Justiça, intensificaram-se os trabalhos de preparação da reforma eleitoral. Após diversas reuniões, elaborou-se afinal um anteprojeto que, depois de passar por uma comissão revisora, foi enviado a Vargas. Esses esforços resultaram no decreto de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o novo Código Eleitoral, regulando o alistamento e as eleições em todos os níveis, estabelecendo o sufrágio universal e direto e implantando a Justiça Eleitoral, além de outros procedimentos.

No dia seguinte ao da promulgação do novo Código Eleitoral, elementos vinculados

ao Clube 3 de Outubro — agremiação de cunho tenentista, favorável à manutenção e ao aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930 —, empastelaram o jornal *Diário Carioca* no Rio de Janeiro, um dos órgãos que mais se vinha destacando na defesa da reconstitucionalização. Ante a relutância do governo provisório em apurar as responsabilidades, o ministro da Justiça pediu demissão em 3 de março de 1932, tendo sido acompanhado nessa atitude por vários outros gaúchos que ocupavam importantes cargos na administração federal. Na verdade, a questão do empastelamento apenas precipitou uma situação de crise — o debate em torno da reconstitucionalização —, que se evidenciara mais concretamente com a ida de Maurício Cardoso para o ministério.

Por ocasião do empastelamento, Assis Brasil encontrava-se na Argentina. No início de março, recebeu um telegrama de Vargas no qual este lhe comunicava a demissão dos políticos gaúchos e solicitava sua intervenção junto a eles, de modo a evitar maiores perturbações da ordem. A atitude do chefe do governo provisório decorria do agravamento da situação política no Rio Grande do Sul, onde a liderança da FUG cada vez mais se aproximava dos paulistas — no mês de janeiro o PD rompera com Vargas descrente da possibilidade de um encaminhamento pacífico do processo da reconstitucionalização. Imediatamente, Assis Brasil telegrafou para Porto Alegre, solicitando que fossem suspensas as atitudes mais radicais até sua chegada à capital gaúcha.

Chegando a Porto Alegre poucos dias depois, Assis Brasil deu logo início às negociações. Conforme a carta-relatório que escreveu ao chefe do governo provisório em 15 de março, sua primeira iniciativa foi no sentido de obter dos líderes da FUG que estes definissem as condições mínimas para o estabelecimento de um acordo com o governo federal. Após reafirmar sua convicção de que a demora do governo provisório em executar o programa da Aliança Liberal só poderia aumentar as possibilidades de “incidentes perturbadores”, Assis Brasil enumerou as exigências para a manutenção do apoio da FUG ao governo de Vargas.

Conhecido como *Heptálogo*, esse documento apresentava como reivindicações básicas a abertura de inquérito e a punição dos autores do atentado ao *Diário Carioca*; a promulgação de um decreto governamental colocando em vigor a Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos; a suspensão de qualquer medida restritiva à liberdade de imprensa; a convocação de uma comissão para elaborar o projeto de constituição a ser

submetido à futura Assembleia Nacional Constituinte; a adoção de providências imediatas para a efetivação do alistamento eleitoral e a publicação de um decreto marcando para 1932 as eleições para a Assembleia; a organização de uma comissão de técnicos para estudar as bases em que o governo federal deveria encampar as dívidas externas dos estados e municípios considerados insolventes; e a convocação de líderes revolucionários capazes de organizar um plano de ação administrativa e política para o governo provisório adequado aos compromissos da Revolução de 1930, e às aspirações nacionais. Por fim, Assis Brasil afirmou sua disposição de continuar mediando as negociações que se fizessem necessárias, muito embora alertasse para o fato de que obedeceria à posição adotada pelo PL.

Vargas respondeu às reivindicações do *Heptálogo* de modo reticente, afirmando que o governo tencionava promover a reconstitucionalização, mas que esta deveria vir naturalmente, em decorrência da organização administrativa do país, do controle das finanças e da preservação da ordem. Fez-se então mais uma tentativa de reconciliação, através de Borges de Medeiros e de Raul Pilla, que apresentaram um documento ainda mais radical do que o de Assis Brasil mas nada obtiveram.

Para debater a questão com os políticos gaúchos, Vargas designou o interventor Flores da Cunha, que se reuniu no dia 27 de março em Cachoeira do Sul (RS) com Assis Brasil, Borges de Medeiros, Raul Pilla, Maurício Cardoso, João Neves e Lindolfo Collor, entre outros. Ao fim do encontro, os líderes gaúchos reafirmaram todas as condições já apresentadas nos dois documentos, bem como sua solidariedade e confiança na ação política e administrativa de Flores da Cunha. Essa outra tentativa de conciliação também malogrou e, em 29 março, a FUG rompeu com Vargas.

Por outro lado, a radicalização dos constitucionalistas de São Paulo estimulou o alinhamento dos gaúchos ao lado dos paulistas. Pouco depois, Assis Brasil voltou a viajar para Buenos Aires. Lá se encontrava quando, em 9 de julho, irrompeu e movimento armado em São Paulo, do qual foi informado pelos telegramas que lhe enviou Vargas. No dia 15 de julho, em resposta ao chefe do governo provisório, Assis Brasil comentou sua divergência quanto à orientação do governo e apresentou seu pedido de dispensa do Ministério das Relações Exteriores, pois sua saúde exigia um repouso em Pedras Altas.

A Flores da Cunha, afirmou Assis Brasil que só acreditava na pacificação nacional se o Rio Grande do Sul interviesse, o que chegou a ser tentado pela FUG. A proposta de

apaziguamento dos gaúchos, no entanto, foi recusada pelos líderes constitucionalistas de São Paulo. Embora existisse dentro do PL uma forte tendência pró-revolução liderada por Raul Pilla, persistia no partido uma divisão de forças, pois a maioria de seus integrantes continuava do lado de Assis Brasil, que considerava desnecessário o conflito armado.

Após a derrota do movimento paulista no início de outubro, o governo deu prosseguimento ao processo de reconstitucionalização: em 1º de novembro, foi assinado um decreto acelerando e regulamentando os trabalhos da comissão constitucional encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição. Por ocasião da posse de Antunes Maciel no Ministério da Justiça, ainda em novembro de 1932, foi criada uma subcomissão — conhecida como Subcomissão do Itamarati — para atender aos termos do decreto. Era ela constituída por Afrânio de Melo Franco (presidente), Temístocles Cavalcanti, Assis Brasil, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Carlos Maximiliano, Antônio Carlos de Andrada, Artur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, João Mangabeira, Francisco José de Oliveira Viana e o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Os trabalhos dessa subcomissão estenderam-se de novembro de 1932 a maio de 1933. Durante esse período, os pontos principais dos debates foram a questão da instituição da representação de classes (não aprovada no anteprojeto, mas aprovada na Constituição); a unidade ou a dualidade da organização judiciária; a definição da responsabilidade do presidente da República e de seus ministros; as iniciativas no campo da legislação social e, acima de tudo, a questão da centralização política. Entretanto, Assis Brasil não permaneceu na Subcomissão do Itamarati até o término dos trabalhos, já que, em março de 1933, viajou mais uma vez para a Argentina, onde se demorou até julho.

Seu afastamento da embaixada na Argentina, ainda durante este último mês, ocorreu em virtude do convite que lhe fizera o chanceler brasileiro, Afrânio de Melo Franco, para integrar a delegação que, em meados do ano, iria participar da Conferência Econômica e Financeira Mundial, a reunir-se em Londres. Nessa ocasião, seria retribuída a visita do príncipe de Gales, herdeiro do trono inglês, e seriam entabuladas as negociações com o governo da Inglaterra no sentido de proteger as exportações brasileiras dos produtos procedentes dos domínios britânicos. Segundo Hélio Silva, essa missão na Europa teve por objetivo, sem desvincular Assis Brasil do governo, afastá-lo da Argentina, onde se encontrava então grande parte dos exilados da Revolução de 1932, os quais tentavam

articular ali um novo movimento.

A CONSTITUINTE DE 1934

Apesar do afastamento do país, Assis Brasil foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte no pleito de 3 de maio de 1933 na legenda da FUG. Na época, esta se encontrava na oposição ao interventor Flores da Cunha, que dominava o Partido Republicano Liberal (PRL) do Rio Grande do Sul, por ele próprio fundado. Dos 16 representantes eleitos para a Assembleia Constituinte pelo Rio Grande do Sul, a FUG indicara apenas três: Assis Brasil, do PL, e Adroaldo Mesquita e Maurício Cardoso, do PRR. Os outros 13 deputados foram eleitos pelo PRL, com apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram oficialmente abertos em meados de novembro. Contudo, somente no dia 21 de dezembro Assis Brasil fez seu primeiro discurso, no qual voltou a defender, entre outros pontos, a independência da organização judiciária em relação ao poder político e a representação de fato, reportando-se então ao manifesto da Aliança Libertadora. Uma semana depois, afastou-se dos trabalhos, licenciando-se da Assembleia, à qual renunciou em 14 de fevereiro de 1934 através de ofício que, no entanto, só foi votado em 20 de março. Sua vaga foi ocupada pelo suplente Minuano de Moura.

Já afastado da vida pública, Assis Brasil veio a falecer no castelo de Pedras Altas, em Pinheiro Machado, no dia 24 de dezembro de 1938.

Além das obras já citadas, deixou publicados vários discursos, conferências e livros, alguns dos quais sobre problemas da agropecuária.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ANTUNES, D. *História*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BEHAR, E. *Vultos*; BELEZA, N. *Evolução*; BLAKE, A. *Dic.*; CABRAL, C. *Homens*; CAMPOS, R. *Relações*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; COELHO, J. *Dic.*; *Correio do Povo* (23/6/41); DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; FRANCO, S. *Júlio*; FUND. GETULIO VARGAS. *Cronologia da*

Assembléia; Grande encic. Delta; GUERRA FILHO, R. Ministério; GUIMARÃES, A. Dic.; INST. NAC. LIVRO. Índice; JARDIM, R. Aventura; LEITE, A. História; LEITE, A. Memórias; LEVINE, R. Vargas; LIMA, L. Coluna; LOVE, J. Regionalismo; MELO, L. Subsídios; MIN. REL. EXT. Almanaque (1934); MIN. REL. EXT. Anuário; NOGUEIRA FILHO, P. Ideais; Novo dic. de história; PEIXOTO, A. Getúlio; Personalidades; PESAVENTO, S. Política; REIS JÚNIOR, P. Presidentes; SÁ, M. Politização; SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, R. Notas; SOUSA, J. Teatro; SPALDING, V. Construtores; TÁVORA, J. Vida; TOCANTINS, L. Formação; VALLA, V. Penetração; VAMPRÉ, S. Memórias; VELHO SOBRINHO, J. Dic.; VIANA, H. História.

BRASIL, Cristiano Pereira

* dep. fed. MG 1906-1919.

Cristiano Pereira Brasil nasceu na cidade de Itajubá (MG).

Advogado, foi um dos fortes incentivadores da criação do Partido Republicano Itajubense, que estava em total sintonia com o Partido Republicano Mineiro (PRM). Eleito deputado federal por Minas Gerais em 1906, foi reeleito para legislaturas sucessivas, representando assim o estado na Câmara dos Deputados de 1906 a 1919.

Foi patrono da Academia de Letras de Itajubá. Participou da inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro Sapucaí, nas proximidades do atual município de Maria da Fé (MG).

Faleceu em Itajubá.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ACAD. ITAJUBENSE LET. Disponível em: <<http://www.ail.org.br/ail/Pagina.do;jsessionid=9F67D60E8DCF596E52853017FF659D5C?idSecao=17>>. Acesso em: 28/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 18/6/2010; HORTA, C. *Famílias*; ITAJUBÁ. Disponível em: <<http://www.bussolanet.com.br/cidades/inicial.asp?id=18>>. Acesso em: 28/6/2010; MUNI. ITAJUBÁ. . Disponível em: <<http://www.itajuba.mg.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 18/6/2010; Senadores e deputados de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em 4/5/2010; Terras raras. Disponível em: <<http://www.terrasraras.com.br/gomes>>. Acesso em: 28/6/2010; VEIGA, J. *Revista*.

BRASIL, Francisco de Sales

*militar; gov. SC 1893.

Francisco de Sales Brasil nasceu no Ceará (CE) no dia 26 de janeiro de 1862, filho de Policarpo Vieira Brasil e de Teodora Maria Vieira Brasil.

Fez os primeiros estudos na cidade de Desterro (SC), atual Florianópolis, e iniciou sua vida militar em 1876, como cadete. Coursou a Escola Militar, saindo alferes em 1886. Promovido sucessivamente, viria a reformar-se como general de divisão.

Em 1892, durante o governo de Manuel Joaquim Machado, interventor federal em Santa Catarina, foi eleito deputado à Assembleia estadual. Quando esta elegeu Manuel Joaquim Machado governador do estado, foi eleito terceiro vice-governador, enquanto Eliseu Guilherme da Silva e Cristóvão Nunes Pires eram eleitos, respectivamente, primeiro e segundo vice-governadores. Tendo Cristóvão Nunes Pereira assumido o governo em 24 de setembro de 1893, substituiu-o entre 8 e 11 de outubro, quando este voltou ao posto.

A Revolução Federalista iniciada no Rio Grande do Sul, reforçada por parte dos envolvidos na Revolta da Armada, chegou então a Santa Catarina, com os revoltosos ocupando Desterro e instalando um governo provisório da República chefiado pelo capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena. Em 22 de abril de 1894, o coronel Antônio Moreira César, nomeado interventor federal em Santa Catarina, ocupou o lugar de Cristóvão Nunes Pires, ordenou prisões e fuzilamentos, e manteve-se à frente do estado até a posse do governador eleito Hercílio Luz em 28 de setembro. Obrigado a emigrar em razão da situação política local, Francisco de Sales Brasil deixou o país e só retornou ao Brasil depois de anistiado.

Faleceu em 11 de agosto de 1911.

Casou-se duas vezes, sendo a primeira delas com Ana Touchard, com quem não teve filhos. Seus cinco descendentes diretos são fruto do segundo matrimônio, com Clotilde Augusta da Costa.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Walter Piazza. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza> \o "Walter Piazza".

BRASIL, Índio do

*militar; const. 1891; dep. fed. PA 1891-1893 e 1900-1905; sen. PA 1906-1924.

Artur Índio do Brasil e Silva nasceu no Rio Grande do Sul no dia 23 de junho de 1856, filho de Tito Lívio da Silva e de Maria Medeiros da Silva.

Fez os estudos secundários no tradicional Colégio Vitório, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em seguida cursou a Escola Naval, onde deu início à carreira militar.

Em 2 de fevereiro de 1876, o governo brasileiro criou, através do Decreto nº 6.113, a Repartição Hidrográfica da Marinha, incumbida de produzir uma carta geral da costa brasileira que abrangesse todos os portos, barras e pontos acessíveis que pudessem servir de abrigo aos navegantes. Seu primeiro diretor-geral, o capitão de fragata Antônio Luís von Hoonholtz, barão de Tefé, comandou as primeiras expedições destinadas a levantar dados hidrográficos em companhia de dois auxiliares: o desenhista Lauriano José Martins Penha Júnior e o segundo-tenente Artur Índio do Brasil. Ambos foram indicados para serem seus ajudantes naquela repartição.

Em 1882, por ocasião da passagem do planeta Vênus pelo disco solar, em diferentes partes do mundo organizaram-se comissões de engenheiros hidrógrafos a fim de observar o fenômeno astronômico a partir de diferentes pontos da Terra. Para representar o Brasil na observação do trânsito de Vênus, o diretor do Imperial Observatório, o astrônomo Luís Cruls, indicou o barão de Tefé, que partiu do Rio de Janeiro em direção à ilha de São Tomás, nas Antilhas, em 22 de setembro daquele ano. Também nessa ocasião o agora primeiro-tenente Índio do Brasil acompanhou o diretor da Repartição Hidrográfica, assim como o capitão-tenente Calheiros da Graça, secretário da repartição. Conforme as decisões tomadas durante as reuniões do Congresso da Comissão Internacional da Passagem de Vênus, realizado em Paris em outubro de 1881 e do qual participaram representantes de 14 países, coube ao grupo de brasileiros, denominado Comissão de São Tomás, instalar um observatório nas Antilhas.

Em 1883, após o retorno da Comissão de São Tomás ao Brasil, o barão de Tefé propôs ao ministro da Marinha, Antônio de Almeida Oliveira, que nomeasse seus dois ajudantes,

Calheiros da Graça e Índio do Brasil, para a comissão que iria determinar, por meio de aparelhos elétricos, as longitudes da costa brasileira. No relatório relativo ao ano de 1883, apresentado à Assembleia Geral, o ministro informou ter aceitado a proposta do barão de Tefé e comunicou que, naquele ano, o primeiro-tenente Índio do Brasil se havia destacado pela invenção de um aparelho elétrico destinado a registrar automaticamente as diferenças de níveis das marés, o eletromarégrafo.

No ano de 1886, coube a Índio do Brasil a tarefa de seguir no comando da canhoeira *Bracannot* para Paranaguá (PR), a fim de retificar o balizamento de sua baía e de estudar os meios de melhorar o antigo ancoradouro da cidade, que na ocasião se encontrava obstruído por areia. O trabalho demorou cerca de quatro meses para ser concluído e, a respeito dele, Índio do Brasil apresentou um minucioso relatório, acompanhado da planta hidrográfica da região e de mapas meteorológicos e de marés, o que lhe valeu um elogio do governo imperial registrado em sua fé de ofício. Além disso, o barão de Tefé ressaltou no relatório relativo às atividades da Repartição Hidrográfica do ano de 1886 que Índio do Brasil reunia todos os predicados necessários a um bom hidrógrafo.

Em 1890, ano seguinte ao da proclamação da República, Índio do Brasil foi para a reserva no posto de capitão-tenente e a partir de então passou a se ocupar da vida política.

DA CONSTITUINTE DE 1891 À REVOLTA DE 1924

Tendo exercido entre 1889 e 1890 o cargo de chefe de segurança pública do Pará, entre os anos de 1890 e 1891 Índio do Brasil foi presidente do Conselho de Intendência de Belém. Durante a sua gestão realizou importantes obras de urbanização na cidade, especialmente na região da atual praça da República, localizada em frente ao Teatro da Paz, tais como o calçamento com madeira das avenidas periféricas da área, a construção de passeios cimentados e canteiros ajardinados, a instalação de bancos e até a encomenda de um chafariz no exterior, que seria instalado apenas na gestão de seu sucessor, Gama Abreu, o barão de Marajó. Além disso, em 1890, por sugestão sua, o Conselho Municipal fez do distintivo do Clube Republicano Paraense a bandeira de Belém, a qual se tornou, meses

depois, símbolo do estado do Pará.

Realizadas em setembro de 1890 as eleições para o Congresso Constituinte que deveria preparar a primeira Constituição republicana do Brasil, Índio do Brasil foi eleito deputado pelo Pará. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano e foi um dos signatários da Constituição de 1891. Encerrou o mandato em dezembro de 1893 e voltou à Câmara dos Deputados nas legislaturas 1900-1902 e 1903-1905. Eleito em seguida senador pelo Pará, ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1906 a 1924.

Em 1921 participou da Comissão do Monumento ao Cristo Redentor, constituída com o objetivo de discutir o projeto e o local para a edificação do monumento a ser erguido na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da comemoração do Centenário da Independência do Brasil.

Em 23 de janeiro de 1923 casou-se no Rio de Janeiro com Clarisse Lage, filha do comendador Antônio Martins Lage e de Ana Rita de Matos Costa Pereira de Faro. Clarisse casou-se a contragosto de sua família, pois Artur Índio do Brasil era um homem mestiço e não possuía um sobrenome reconhecido. Teve assim que abdicar de seu dote. O casal se tornou uma referência cultural no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, especialmente pelas festas e saraus que oferecia em sua residência, localizada na rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo.

Em 1924, ao lado de jovens militares como Joaquim Távora, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes e João Cabanas, Índio do Brasil participou da revolta tenentista deflagrada em 5 de julho em São Paulo sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Ainda no primeiro dia de conflito, juntamente com o capitão Joaquim Távora e com os tenentes Juarez Távora e Castro Afilhado, foi preso durante a ocupação de quartéis da tropa estadual no bairro da Luz. Os prisioneiros foram sumariamente condenados à morte por fuzilamento pelo secretário de Justiça Bento Bueno, mas foram libertados na tarde do dia 8 de julho.

Artur Índio do Brasil morreu em 21 de março de 1933.

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi intitulado marquês pela Santa

Sé e foi homenageado com as ordens de Cristo, da Rosa, de Aviz e com a Grande Comenda de Simão Bolívar.

Adrianna Setemy

FONTES: ANDRADE, V. *Antônio*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros* ; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BRASIL, PTOLOMEU DE ASSIS

*militar; rev. 1930; interv. SC 1930-1932.

Ptolomeu de Assis Brasil nasceu em São Gabriel (RS) no dia 26 de março de 1876, filho do estancieiro Francisco de Assis Brasil e de Josefina de Assis Brasil. Seu irmão, Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi várias vezes embaixador na Argentina (1890-1891, 1892-1893, 1905-1907 e 1931-1933), constituinte de 1891, embaixador nos EUA de 1898 a 1903, revolucionário de 1923 e 1924, deputado federal de 1927 a 1928, revolucionário de 1930, ministro da Agricultura de 1930 a 1932 e constituinte de 1934, tendo-se destacado como chefe do Partido Libertador e um dos mais importantes líderes políticos gaúchos.

Ingressando na carreira militar, foi promovido a primeiro-tenente em outubro de 1909 e a capitão em agosto de 1916. Chefe do Serviço de Estado-Maior da 3ª Brigada de Cavalaria do Exército a partir de outubro de 1919, em dezembro seguinte foi promovido a major. Deixando aquela chefia em 1921, passou a tenente-coronel em maio de 1922 e a coronel em julho de 1927, e passou então a dirigir o Serviço de Remonte do Exército. Reformou-se como general de brigada em janeiro de 1928.

Participou ativamente da Revolução de 1930, deflagrada em 3 de outubro no Rio Grande do Sul, comandando uma coluna que deixou esse estado e ocupou a capital de Santa Catarina. Em sua companhia chegaram a Florianópolis os chefes liberais catarinenses Nereu Ramos, Henrique Rupp Júnior e Antenor Moraes. Após a deposição do presidente Washington Luís por uma junta governativa na capital federal em 24 de outubro e a entrega do poder ao líder revolucionário Getúlio Vargas em 3 de novembro seguinte, foi nomeado ainda nesse mês interventor federal em Santa Catarina. Exerceu a função até outubro de 1932, quando foi substituído por Rui Zubarán.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 23 de agosto de 1935.

Casou-se duas vezes: primeiro, com Arlinda Porto de Castilhos, com quem teve quatro filhos e, depois de enviudar desta, com Diomira Vieira, com quem teve um filho.

Publicou *Papel da cavalaria em campanha* (1908) e *Batalha de Cabotá* (1935).

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BASBAUM, L. *História* (2); *Correio da Manhã* (24/8/35); *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; *Jornal do Comércio*,

Rio; MELO, L. *Subsídios*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PIAZZA, W. *Dicionário político*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1930; VILAS BOAS, P. *Notas*.

BRASIL, Vital

*médico sanitarista e inventor.

Vital Brasil Mineiro da Campanha nasceu em Campanha (MG) no dia 28 de abril de 1865. Era um dos oito filhos de José Manuel dos Santos Pereira e de Maria Carolina Pereira de Magalhães, prima de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Passou a infância entre Campanha, Poços de Calcas e Itajubá, no sul de Minas, e quando completou 15 anos a família mudou-se para São Paulo. Aos 21 anos foi para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e cursou a Faculdade de Medicina. Para custear os estudos, trabalhou como professor, escrevente de polícia e preparador das aulas de fisiologia na faculdade. Em 1891, aos 26 anos, formou-se em medicina e casou-se com Maria da Conceição Filipina Guimarães, sua prima.

Nos seis anos seguintes, trabalhou como clínico pelo interior de São Paulo. Pertenceu ao Serviço Sanitário em Botucatu, chefiou a Comissão Sanitária de Cachoeira durante as epidemias de febre amarela, varíola e cólera, e trabalhou no combate à peste bubônica em Santos, onde contraiu a doença. Andando pelo interior, impressionou-se com o alto índice de mortes por picada de cobras venenosas, três mil por ano só no interior de São Paulo. Em 1897, abandonou a clínica médica e tornou-se pesquisador do Instituto Bacteriológico de São Paulo, capital, chefiado pelo cientista Adolfo Lutz, que hoje dá nome à instituição. Lá trabalhou com Osvaldo Cruz e Emílio Ribas na fabricação e soros contra peste bubônica, tifo, varíola e febre amarela.

Incentivado por Adolfo Lutz e pelo cientista francês Léon Calmette, do Instituto Pasteur de Paris, iniciou a pesquisa sobre veneno de serpentes no Brasil, envolvendo leigos em seu trabalho. Escreveu um manual para ensinar como se proteger de picada de cobra e animais peçonhentos, e inventou uma caixa de madeira, barata e segura, para os fazendeiros capturarem cobras e as enviarem aos laboratórios. Firmou também convênios com as estradas de ferro para transportar tais caixas até São Paulo.

Em 1901, o presidente de São Paulo Francisco Rodrigues Alves (que seria eleito presidente

da República no ano seguinte) o encarregou de criar o Instituto Serumterápico (nome científico do soro terapêutico) numa fazenda às margens do rio Pinheiros, na capital – em 1925, o instituto passaria a se chamar Instituto Butantã, nome da fazenda onde foi instalado. Ainda em 1901, Vital Brasil publicou o primeiro trabalho demonstrando que o soro para o tratamento da picada de cobra devia ser específico para cada espécie de animal. O Instituto Serumterápico começou a fabricar e a distribuir o antídoto contra o veneno de jararaca e cascavel, enquanto Vital pesquisava um antídoto que fosse polivalente. Seus soros diminuíram a fatalidade das picadas de cobra e tiveram sua eficiência demonstrada no exterior em 1915, quando participava de um congresso científico em Nova Iorque. Um funcionário do Jardim Zoológico do Parque de Bronx foi mordido por uma *crotalus atrox* (víbora comum no estado de Nova Iorque), e o soro levado por Vital Brasil o salvou, depois de tentativas infrutíferas com outras terapias.

Em 1919, a convite do presidente do estado do Rio de Janeiro, Raul de Moraes Veiga, Vital Brasil criou em Niterói um centro de pesquisas biológicas que recebeu o nome de Instituto de Higiene, Soroterapia e Veterinária. A idéia era concentrar numa só instituição a produção de medicamentos, produtos biológicos, quimioterápicos e imunobiológicos de uso humano, assim como a pesquisa nos campos farmacêutico, biológico, econômico e social. Essa preocupação era antiga, pois, desde seus tempos de médico clínico no interior de São Paulo, Vital Brasil acreditava que a educação era fundamental para a melhoria das condições da saúde e, por isso, havia criado cursos noturnos para adultos em escolas que de dia alfabetizavam crianças.

Em 1920, casou-se em segundas núpcias com Diná Carneiro Viana, pois ficara viúvo em 1913. Morreu em 8 de maio de 1950, aos 85 anos, ainda como diretor da instituição de pesquisa que criara e que recebeu logo depois seu nome. Um de seus filhos, Álvaro Vital Brasil, trabalhou na equipe do arquiteto francês Le Corbusier nos anos 1930 e projetou obras no Rio de Janeiro e em São Paulo. Uma das mais conhecidas é a sede do Instituto Vital Brasil, que ainda funciona em Niterói.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: INST. BUTANTÃ. Disponível em: <www.butantan.gov.br/>. Acesso em: 5/6/2009; INST. VITAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.ivb.rj.gov.br/>>. Acesso em: 5/6/2009; Miniweb. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br>>. Acesso em: 5/6/2009.

BREVES, Joaquim

* dep. geral RJ 1878-1881; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893 e 1900-1902.

Joaquim José de Sousa Breves Filho nasceu na localidade de São João Marcos, extinto município situado na antiga província do Rio de Janeiro, no dia 6 de julho de 1846, filho do comendador Joaquim José de Sousa Breves e de Maria Isabel de Moraes Breves. Seu pai foi o maior proprietário de terras e escravos da província do Rio de Janeiro, o que o fez ser conhecido como o “rei do café”, e homem de influência social e política. Seu avô paterno, José de Sousa Breves, foi um grande proprietário rural e capitão-mor da vila de São João Marcos; o avô materno, José Gonçalves de Moraes, o barão de Piraí, foi um dos mais ricos proprietários de terras e escravos do Império.

Frequentou os colégios Kopke e Vitória, concluindo os estudos preparatórios aos 18 anos de idade. Em seguida matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde fez amizade com Rodrigues Alves, Afonso Pena, Camilo de Brito, Teixeira Leite, Moura e Cunha e outros. Formando-se em 1869, iniciou a vida pública como promotor em seu município natal. No entanto, desde os tempos de faculdade já se sentia atraído pela política. Por influência de seu cunhado, Luís Alves Leite de Oliveira Belo, que fora presidente da província do Rio de Janeiro entre 1861 e 1863 e era militante do Partido Liberal (PL), alistou-se e tornou-se um defensor de idéias progressistas no interior da agremiação. Seu parentesco com Oliveira Belo datava de seu casamento, em 11 de novembro de 1876, com Justina Belo de Sousa Breves, com quem teria 11 filhos.

Desde o Império gozou de prestígio político em São João Marcos, onde foi várias vezes vereador e presidiu a Câmara Municipal. Firmando-se como chefe político de grande influência em sua terra natal e nas localidades vizinhas, disputou em várias eleições o mandato de deputado à Assembleia Provincial e à Assembleia Geral. Para esta, foi eleito na legislatura de 1878 a 1881.

Por defender idéias progressistas, muitas vezes discordou da orientação de seu partido, como demonstra sua atuação na Assembleia Geral por ocasião da discussão da reforma

constitucional em 1879. Nesse debate, defendeu o sufrágio universal, a abolição do Poder Moderador, a liberdade de culto, o casamento civil, entre outras teses mais tarde consolidadas na Constituição republicana de 1891. A defesa dessas ideias valeu-lhe a alcunha de “o Republicano”. Apesar de defender tais proposições, naquele momento considerava que ainda não havia chegado a hora da implantação da República.

Tentou eleger-se novamente deputado à Assembleia Geral na legislatura de 1886 a 1889, mas não teve êxito. Em um momento político em que o PL se preocupava apenas com a sustentação do combalido trono imperial, passou a prestar definitiva colaboração à causa republicana. Feita essa opção, foi apresentado pelo Partido Republicano como candidato a deputado geral na legislatura prevista para ter início em 1890. No entanto, essa legislatura não chegou a ser instalada.

Durante a jornada republicana de 15 de novembro de 1889, esteve ao lado de Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, entre outros. Instalado o governo provisório da República sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte. Tomou posse em 15 de novembro e, durante os trabalhos constituintes, apresentou propostas de emendas ao projeto constitucional relativas a questões jurídicas. Após a promulgação da Carta em 24 de fevereiro de 1891 e a eleição indireta de Deodoro para presidente da República no dia seguinte, com o desmembramento do Congresso Constituinte em Câmara e Senado, permaneceu como deputado federal, exercendo o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1893.

Ainda no segundo semestre de 1891, o Parlamento tentou aprovar a “Lei de Responsabilidades”, que reduzia os poderes presidenciais. Em resposta, Deodoro da Fonseca decretou a dissolução do Congresso Nacional. Tal ato desencadeou reações exigindo a volta da normalidade constitucional e culminou com a renúncia do presidente no dia 23 de novembro. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto. Como consequência, os presidentes de estado nomeados por Deodoro perderam seus cargos. Entre eles estava Francisco Portela, então presidente do estado do Rio de Janeiro, que deixou o governo em 10 de dezembro daquele ano, sendo substituído pelo contra-

almirante Carlos Baltasar da Silveira. Declarando-se contrário às ações de Floriano Peixoto, Joaquim Breves manteve-se ao lado de Francisco Portela e em oposição à facção que dominou a política estadual até a subida ao poder de Alberto Torres, em 31 de dezembro de 1897.

Nos anos seguintes manteve-se um tanto afastado da política, porém, como ainda era detentor de grande prestígio, novamente seu nome foi lembrado para concorrer a uma vaga de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi assim eleito para a legislatura de 1900 a 1902. Já na derradeira fase de sua vida, afastou-se por completo da política militante. Com a saúde enfraquecida e dificuldades financeiras, não pôde mais exercer a chefia política de tempos anteriores.

Assim como seus antepassados, foi também fazendeiro, destacando-se pelo entusiasmo com que recebia o progresso em todos os ramos de atividade, o que o levou a introduzir modernos processos de agricultura e indústria pastoril em suas propriedades.

Faleceu em 27 de junho de 1912.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Judiciário*; CÂM. DEP. *Anais* (1891,1900-1902, 1924); CONG. CONST. DA REP. *Anais* (1924) ; DANTAS, L. *Dr. Joaquim; Fluminense* (28/6/1912, p. 1). *História do Café no Brasil Imperial*. Disponível em:
<http://www.brevescafe oi.com.br/bio_jofilho.htm"http://www.brevescafe oi.com.br/bio_jofilho.htm>. Acesso em: 27/2/2011; *Jornal do Comércio* (28/6/1912, p. 4).

BRÍCIO FILHO, Jaime Pombo

*dep. fed. PA 1894-1896; dep. fed. PE 1900-1905.

Jaime Pombo Brício Filho nasceu em Belém, filho do médico Jaime Pombo Brício. Iniciou seus estudos na cidade natal e depois ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou e se especializou em cirurgia.

Iniciou sua vida política ainda durante o Império, defendendo a causa republicana. Depois da proclamação da República (15/11/1889), esteve ao lado do governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), que assumiu a presidência da República depois da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891. Atuou na Revolta da Armada, no ano de 1893, como médico do Batalhão Acadêmico, na cidade de Niterói.

Foi eleito deputado federal pelo estado do Pará em 1894. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, ocupou-a até dezembro de 1896, quando se encerrou seu mandato. Em 1900 voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, agora eleito pelo estado de Pernambuco com a ajuda do líder político Francisco de Assis Rosa e Silva. Nessa legislatura fez oposição ao governo do presidente Campos Sales (1898-1902). Foi reeleito em 1903 pelo mesmo estado e permaneceu na Câmara até dezembro de 1905, quando se encerrou seu mandato.

Foi também professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e fundador e diretor do periódico *O Século*, que circulou nesta cidade até 1915.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BRÍGIDO, Virgílio

*dep. fed. CE 1900-1908.

Virgílio Brígido nasceu em Uruburetama (CE) no dia 24 de abril de 1854, filho do coronel Raimundo Vóssio Brígido dos Santos e de Pacífica de Medeiros Brígido.

Estudou no Seminário Episcopal e no Liceu de Fortaleza. Daí foi para Recife, onde, em 1880, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito. Fez parte de diversos grêmios literários e escreveu para diversos periódicos, entre os quais *O Libertador* e *A Quinzena*, ambos de Fortaleza. Foi professor de geografia no Ateneu do Rio Grande do Norte e de alemão no Liceu do Ceará. Em 1884 foi nomeado promotor em Fortaleza. Em 1902 fundou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o efêmero jornal *Correio Mercantil*. Ingressando na política, foi eleito deputado federal pelo Ceará em 1900. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em maio desse ano, e foi reeleito para as duas legislaturas seguintes (1903-1905 e 1906-1908). Permaneceu na Câmara até dezembro de 1908, quando se encerrou a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 31 de julho de 1913 em decorrência de um acidente de automóvel.

Publicou os seguintes trabalhos: *Cantos do amanhecer* (poesia, 1879); *Traços biográficos do general Tibúrcio* (1888); Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824 (na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, 1888); O pessimismo (na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, 1889); Discurso proferido sobre a seca no Ceará na da Câmara dos Deputados (1901), e *Mineral resources of Ceará* (1903).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE: STUART, G. *Dicionário*. (v.3. p.213-214).

BRITO, Acióli de

*magistrado; min. STF 1891.

Luís Barbosa Acióli de Brito nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, filho de Joaquim Marcelino de Brito.

Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo em 1849, iniciou no ano seguinte sua carreira na magistratura, nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Laranjeiras e Divina Pastora, na província de Sergipe. Em abril de 1857 foi nomeado juiz de direito da comarca de Santo Antônio dos Anjos, na província de Santa Catarina. Retornou a Sergipe, para atuar nas comarcas de Penedo e Laranjeiras, respectivamente, em 1861 e 1864, época na qual o magistrado poderia ser promovido ou removido para qualquer uma das 20 províncias do Império ou para a Corte.

Em 1875, foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá. Em novembro do mesmo ano foi removido para a Relação de São Paulo e lá permaneceu até julho de 1889, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, em vaga aberta com a aposentadoria de Olegário Herculano d'Aquino e Castro. Após a proclamação da República, com a criação, em outubro de 1890, do Supremo Tribunal Federal (STF) como tribunal constitucional a partir do modelo da Suprema Corte norte-americana, tornou-se ministro dessa corte, mas requereu aposentadoria já em março de 1891, retirando-se da vida pública.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 1900.

Foi casado com Cândida Madureira Acióli de Brito.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*. RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

BRITO, Alves de

*dep. fed. RJ 1897-1902.

João Antônio Alves de Brito nasceu na província do Rio de Janeiro em 1848.

Coronel da Guarda Nacional e proprietário de terras, de 1893 a 1896 assumiu o comando da cidade fluminense de Itaperuna. Sua gestão municipal caracterizou-se por diversas lutas pelo poder político local e sobretudo pelos problemas financeiros enfrentados no contexto da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu o mandato até dezembro de 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro em outubro de 1903.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*. (v.1, p. 567); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.121); Itaperuna Online. Disponível em: <<http://www.itaperunaonline.com.br/>>. Acesso em: 12/12/2010.

BRITO, CARVALHO

*dep. fed. MG 1903-1906 e 1921-1924.

Manuel Tomás de Carvalho Brito nasceu em Antônio Dias, então parte do município de Itabira do Mato Dentro (MG), no dia 17 de janeiro de 1872, filho do tenente-coronel da Guarda Nacional Fabriciano Felisberto de Brito e de Ana Angélica de Carvalho Brito.

Fez seus primeiros estudos em Itabira do Mato Dentro e em Ouro Preto (MG), matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1894. Ainda acadêmico, colaborou na redação do jornal *Correio Paulistano*. Retornando a Minas, exerceu de 1894 a 1896 o cargo de promotor da comarca de Santa Bárbara. Em 1897 transferiu-se para Belo Horizonte, onde advogou até 1903.

Em Belo Horizonte ingressou na política, sendo eleito deputado à Câmara Estadual para a legislatura que se iniciou em 1899 e terminou em 1902. Em 1903 foi eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Na Câmara dos Deputados, preocupou-se com questões financeiras, pronunciando-se sobre o orçamento da receita federal e as tarifas alfandegárias. Reeleito em 1906, renunciou ao mandato em setembro do mesmo ano para assumir o cargo de secretário do Interior de Minas Gerais, durante a presidência estadual de João Pinheiro da Silva. Na ocasião efetuou a reforma do ensino primário estadual. Exerceu ainda interinamente as funções de secretário de Finanças do estado de julho de 1907 a outubro de 1908, quando deixou as duas secretarias devido à morte de João Pinheiro.

Em 1909, divergindo da orientação do PRM, que apoiava a candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, assumiu em Minas Gerais a chefia da Campanha Civilista, em prol da candidatura de Rui Barbosa. Na época, dirigia em Belo Horizonte o jornal *O Dia*. Ao fim da campanha, abandonou temporariamente a política, dedicando-se, como empresário, à agricultura e à indústria em Belo Horizonte e em Santa Bárbara. De 1913 a 1918, exerceu o cargo de diretor-presidente da Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Belo Horizonte. Na época, organizou também um parque industrial em Mazagão (MG). Em 1918, participou da comissão do Centro Industrial do Brasil enviada à Exposição de Tecidos realizada em Buenos Aires e em Montevideu.

Em 1919, foi eleito senador estadual. No ano seguinte, participou da delegação brasileira que, a convite da Federation of British Industries, visitou estabelecimentos industriais da

Escócia e da Inglaterra. Em 1921, renunciou à cadeira de senador estadual por ter sido eleito deputado federal, com mandato até o final de 1923. Reeleito para a legislatura seguinte, renunciou em fins de 1924 para assumir o cargo de diretor do Banco do Brasil. Em 1927, assumiu a direção da Carteira Comercial do banco.

A CONCENTRAÇÃO CONSERVADORA

No começo do segundo semestre de 1929, em face da proximidade das eleições presidenciais que escolheriam o sucessor de Washington Luís na presidência da República, e da indicação do paulista Júlio Prestes como candidato oficial, iniciou-se a agitação que resultaria na criação da Aliança Liberal. Segundo Virgílio de Melo Franco, nos primeiros tempos dessa movimentação Carvalho Brito participou da conspiração contra o presidente da República, frequentando diversas reuniões de opositores, principalmente nos aposentos de Francisco Campos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Entretanto, em setembro, quando a Aliança Liberal começou sua campanha de apoio aos candidatos de oposição Getúlio Vargas e João Pessoa, e foi declarado o rompimento entre o governo federal e as forças aliancistas de Minas, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, Carvalho Brito não se desligou da direção do Banco do Brasil, ao contrário do que haviam feito outros políticos mineiros comprometidos com a Aliança Liberal. Permaneceu no cargo e, divergindo novamente de seus companheiros do PRM, passou a apoiar o candidato oficial. Assumiu em Minas a chefia da campanha de Júlio Prestes e, para fazer frente à Aliança Liberal, fundou no estado a Concentração Conservadora. No mês seguinte, Fernando de Melo Viana, então vice-presidente da República, também rompeu com o PRM por ter sido preterido na escolha do sucessor de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no governo mineiro. De qualquer forma, Melo Viana manteve sua candidatura à presidência de Minas, com o apoio de Washington Luís e da Concentração Conservadora.

Desde o início da campanha eleitoral, Carvalho Brito foi acusado de usar seu cargo de diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil para fins políticos. Afirmava-se que mantinha uma política de compressão sobre o comércio, a lavoura e a indústria, transformando as agências do banco em instrumentos de propaganda eleitoral. Essa política teria inclusive provocado a demissão do então presidente do banco, José da Silva Gordo, que se opunha às operações propostas por Carvalho Brito, embora Washington Luís as

apoiasse, por considerá-las de natureza não comercial. Usando de sua influência e do apoio federal, a Concentração Conservadora também agia junto aos correios e telégrafos, às estradas de ferro, ao funcionalismo público e à Delegacia Fiscal do estado, chegando até a contar com forças federais para sustentar suas iniciativas.

Em janeiro de 1930, a Concentração Conservadora apresentou uma chapa completa de candidatos à Câmara dos Deputados. No nível da sucessão estadual, porém, Melo Viana não conseguiu arregimentar nenhum companheiro de chapa.

Em fevereiro, Carvalho Brito procurou atrair as classes produtoras de Minas Gerais para sua corrente política, prometendo-lhes a realização de obras de infraestrutura e a organização de congressos industriais e agrícolas em diversas zonas do estado. O primeiro desses encontros seria o Congresso do Algodão, marcado para o dia 6 de fevereiro em Montes Claros, e depois seria realizado o Congresso de Siderurgia em Itabira.

Às vésperas do congresso, foi organizada a caravana da Concentração Conservadora, chefiada por Carvalho Brito e Melo Viana. Despacharam-se para Montes Claros máquinas agrícolas e material de propaganda. Um grande número de trabalhadores partidários da Concentração Conservadora, que, segundo os autores aliancistas, seriam capangas a serviço da campanha concentrista, também foi transportado para aquela cidade. Pouco depois da chegada dos chefes da caravana a Montes Claros em trem especial, ocorreu, no desfile que os saudava, um incidente provocado pela explosão de fogos de artifício, que precipitou um cerrado tiroteio entre os concentristas que participavam da festa e os aliancistas locais. Houve baixas dos dois lados. Diante dos acontecimentos, a comitiva viu-se obrigada a regressar imediatamente.

A partir desses fatos, Carvalho Brito expediu telegramas ao ministro da Justiça e ao próprio Washington Luís, comunicando-lhes que sua comitiva fora atacada e sugerindo a intervenção federal em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, providenciou para que as estações telegráficas transmitissem apenas os seus comunicados. Dessa forma, o delegado militar de Montes Claros ficou impedido de comunicar-se com o governo estadual, enquanto Carvalho Brito, único a dispor de telégrafo, enviava sucessivas mensagens ao governo federal pedindo a intervenção. Em resposta, Washington Luís ordenou a mobilização das forças federais em Minas Gerais, aumentando a pressão a que estava submetido o governo estadual. Apesar das tentativas de incriminar a presidência de Minas, feitas pela

Concentração Conservadora, o inquérito policial realizado demonstrou que não havia responsabilidade de Antônio Carlos nos acontecimentos.

Em consequência dos distúrbios registrados em Montes Claros, o Congresso de Siderurgia foi suspenso. Entretanto, sempre segundo os autores aliancistas, a Concentração Conservadora intensificou os mecanismos de neutralização dos trabalhos dos liberais, através do controle que mantinha sobre os correios e telégrafos, as estradas de ferro, as coletorias e os estabelecimentos de ensino. Entre as irregularidades de que foram acusados seus membros, estavam a violação de correspondência e o uso de franquias postais para o envio de seu material de propaganda. Como as reclamações feitas pelos aliancistas ao Catete de nada adiantassem, o governo mineiro propôs-se organizar uma rede própria de serviço radiotelegráfico, montando estações em diversos pontos do estado.

Por ocasião das eleições, realizadas em 1º de março, as irregularidades de que foram acusados a Concentração Conservadora e o governo federal não se limitaram à indicação, em alguns municípios, de todos os mesários. Ao fim da votação, a junta apuradora foi composta de modo a beneficiá-los, os livros eleitorais foram adulterados e foram enviadas a Minas Gerais forças federais para fiscalizar as apurações, atividade tradicionalmente reservada à polícia estadual.

Como as reclamações do governo estadual com relação à presença de forças federais não houvessem sido atendidas, realizou-se em Belo Horizonte, no dia 3 de abril, um grande comício em solidariedade a Antônio Carlos. Entretanto, quando os manifestantes passaram pela casa onde se encontrava Carvalho Brito, travou-se um tiroteio entre os ocupantes da casa e os participantes do comício. O quartirão foi logo cercado pela cavalaria da Força Pública, evitando a saída dos responsáveis pelos acontecimentos. Enquanto isso, Carvalho Brito enviava novos despachos a Washington Luís e outras autoridades, afirmando ter sido atacado pelos liberais e exigindo providências urgentes.

No dia seguinte, a polícia realizou uma busca na casa de Carvalho Brito, onde encontrou diversos candidatos concentristas à Câmara, chefes de repartições públicas e operários. Foram retidos os armamentos descobertos e as pessoas acusadas de serem jagunços ou capangas que ali se achavam.

Depois do inquérito policial, durante o qual a casa de Carvalho Brito foi mantida sob vigilância, o chefe concentrista convocou o advogado Mendes Pimentel a fim de requerer

habeas-corpus. Este afirmou que tal pedido seria irrelevante, mas providenciou para que o cerco à casa de Carvalho Brito fosse suspenso.

Os trabalhos da junta encarregada da apuração das eleições encerraram-se apenas com a apuração dos votos para presidente e vice-presidente da República. Esgotado o prazo legal, os livros eleitorais foram enviados pela junta à Câmara dos Deputados, sem que houvessem sido apurados os votos para deputado federal. Dessa forma, a bancada mineira ficava afastada dos trabalhos preliminares da sessão legislativa, já que não havia candidato diplomado de Minas Gerais. Os aliancistas afirmam que, durante o transporte dos livros para o Rio, verificaram-se novas adulterações, sendo que alguns livros chegaram mesmo a ser trocados, em obediência a instruções de Carvalho Brito.

No Congresso, foi aberta uma comissão de inquérito sobre o resultado das apurações em Minas. Com base no parecer da comissão, concluiu-se pelo reconhecimento de 14 candidatos concentristas em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que eram “depurados” (não reconhecidos) todos os candidatos eleitos pela Paraíba, resultado que favorecia nitidamente os partidários do governo federal.

Em seguida a esses fatos, a situação agravou-se, e os membros da Aliança Liberal intensificaram a conspiração que resultaria no movimento revolucionário de outubro. Com a vitória da revolução, Carvalho Brito tentou fugir em um navio mercante, sendo contudo capturado e depois deportado.

Regressando mais tarde ao Brasil, dedicou-se a atividades industriais e comerciais, tendo sido diretor-presidente de várias empresas: Banco do Comércio S.A., fábrica de artefatos de borracha Pneus Brasil, Usina de Beneficiamento de Borracha de Manaus, S.A. Usinas Paineiras do Espírito Santo e Companhia de Fiação e Tecidos de Minas Gerais, em Sabará. Além disso, dedicou-se à administração de várias fazendas de lavoura e criação em Minas e no Espírito Santo. Em 1936, foi primeiro-secretário da Confederação Industrial do Brasil e, na entidade que lhe sucedeu, a Confederação Nacional da Indústria, ocupou a quarta-vice-presidência de agosto de 1938 a março de 1943.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1952.

Era casado com Elisa Robertina de Albuquerque Brito, com quem teve cinco filhos. Também atuou na política seu irmão Eusébio Tomás de Carvalho Brito, que foi deputado estadual em Minas Gerais.

Entre as obras que deixou, figura um trabalho sobre Rui Barbosa e a Campanha Civilista em seu estado, *O civismo em Minas* (1949). Sobre sua atuação nos episódios de 1929-1930, publicou-se a obra *Concentração Conservadora em Minas Gerais; a ação do dr. Carvalho de Brito na atual campanha da sucessão presidencial da República* (1930).

Helena Faria

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Concentração*; CONF. NAC. IND.; CONSULT. MAGALHÃES, B.; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, V. *Outubro*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Comércio* (12/12/1952); LIMA, J. *Como*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; *Personalidades*.

BRITO, Eugênio Toscano de

*junta gov. PB 1891-1892.

Eugênio Toscano de Brito nasceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa, no dia 10 de outubro de 1850, filho de Felizardo Toscano de Brito e de Eugênia Acióli Toscano de Brito. Seu pai foi um dos grandes líderes do Partido Liberal da Paraíba.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1879, defendendo tese sobre o beribéri. Durante o curso colaborou com a revista acadêmica de ciências, letras e artes *A Idéia*, ao lado de Teixeira de Sousa e Miguel Lemos. Depois de formado, retornou à Paraíba e exerceu os cargos de inspetor de Saúde Pública, inspetor do Porto, vacinador provincial, médico da Santa Casa de Misericórdia e cirurgião-mor da província. Em 1883 tornou-se diretor de Instrução Pública e em 1884, diretor da Escola Normal. No ano seguinte passou a lecionar geometria e trigonometria no Liceu Paraibano e pedagogia na Escola Normal. Posteriormente foi professor de ciências físicas e naturais, aritmética, álgebra, biologia e história natural nesses estabelecimentos.

Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando foi eleito deputado provincial na legenda do Partido Liberal para a legislatura de 1880 a 1881. Em 1888 fundou o jornal *Gazeta da Paraíba* e nesse periódico, ao lado de Geminiano da Franca, Rodolfo Galvão, Cordeiro Júnior e Artur Aquiles, criticou intensamente o Partido Conservador. Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano, em 15 de novembro de 1889, atuou na instalação do novo regime em seu estado e apoiou o governo de Venâncio Neiva (1889-1891).

Em 3 de novembro de 1891, quando o presidente Deodoro da Fonseca, diante da crise política que então se manifestava, dissolveu o Congresso Nacional, a Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía de Guanabara. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou ao cargo no dia 23 do mesmo mês, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ao chegar ao poder, destituiu os governantes que apoiavam Deodoro, como era o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo paraibano em 27 de dezembro de 1891. Em seu lugar assumiu uma junta governativa composta por Eugênio Toscano de Brito, o coronel Cláudio do Amaral Savaget e Joaquim Fernandes de Carvalho. A junta governou a Paraíba até 18 de fevereiro de 1892, quando foi substituída por Álvaro Lopes Machado, nomeado presidente do estado por Floriano Peixoto. Quando saiu do poder, Eugênio Toscano de Brito fundou o jornal *O Paraibano*, que fez forte oposição ao

governo de Álvaro Lopes Machado (1892-1896).

Foi também sócio correspondente da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro e membro da Academia Paraibana de Letras.

Faleceu na cidade de Paraíba do Norte no dia 31 de janeiro de 1903.

Foi casado com Josefina Roy Toscano de Brito.

Muitos de seus trabalhos foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BARBOSA, S. *Pequeno*; MARIZ, C. *Apanhados*; MARTINS, E. *Tipografia*.

BRITO, Floriano Correia de

*dep. fed. DF 1912-1914; dep. fed. PE 1915-1917.

Floriano Correia de Brito foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu seu mandato entre 9 de maio de 1912 e 31 de dezembro de 1914. Reeleito deputado federal, agora vez pelo estado de Pernambuco, exerceu seu novo mandato de 19 de junho de 1915 a 31 de dezembro de 1917.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*. (v.1e2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

BRITO, João Ribeiro de

*sen. PE 1912-1921.

João Ribeiro de Brito nasceu em Pernambuco.

Formou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, de volta ao estado natal, exerceu a profissão e iniciou a militância política. Filiou-se ao Partido Republicano de Pernambuco e militou ao lado de Maciel Pinheiro, Ambrósio Machado e José Isidoro Martins Júnior. Foi um dos fundadores e redator do jornal *A República*.

Depois da proclamação da República (15/11/1889) foi nomeado prefeito de Recife, mas, quando Alexandre José Barbosa Lima assumiu o governo do estado, em 1892, o destituiu do cargo por divergências políticas. Depois dessa experiência, continuou a militar politicamente contra a facção liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva e fez oposição aos governos estaduais de Joaquim Correia de Araújo, Antônio Gonçalves Ferreira, Segismundo Gonçalves e Herculano Bandeira de Melo. Na campanha para a sucessão de Herculano Bandeira de Melo, em 1911, apoiou a candidatura do general Dantas Barreto, que se consagrou governador do estado depois de uma conturbada eleição, derrotando a facção liderada por Rosa e Silva. Com seu grupo político no poder estadual, concorreu em 1912 a uma vaga no Senado Federal e foi eleito para um mandato de nove anos, até dezembro de 1921.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 8/10/2010.

BRITO, José Bernardo de Sousa

*dep. fed. BA 1912-1916.

José Bernardo de Sousa Brito nasceu em Inhambupe (BA) no dia 16 de novembro de 1862, filho de Bernardo Maurício de Sousa e de Joana Batista de Sousa Brito.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1885.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa da Bahia na legislatura 1899-1900. Voltou a eleger-se deputado estadual nas legislaturas 1903-1904, 1905-1906 e 1907-1908, e ocupou uma cadeira no Senado Estadual a partir de 1909. Fez parte do grupo liderado por J. J. Seabra que fundou, no dia 15 de março de 1910, o Partido Republicano Democrata da Bahia. Ao lado do chefe e de outros seabristas como J. E. Freire de Carvalho, o coronel Frederico Costa e Antônio Ferrão Muniz de Aragão, passou a integrar a comissão executiva do partido.

Eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914, renunciou ao mandato no Senado baiano e tomou posse na Câmara dos Deputados. Sem dificuldades foi reeleito para a legislatura 1915-1917, mas não chegou a concluir o mandato. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de maio de 1916.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: *Bahia* (2/4/1897, 13/2/1905). Eleição do 3º distrito; BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando*; BULCÃO SOBRINHO, A.. *Histórico ; Diário Oficial do Estado da Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 104).

BRITO, José Inácio Xavier de

*militar; pres. GO 1893-1895.

José Inácio Xavier de Brito, militar, foi eleito segundo vice-presidente de Goiás no pleito realizado em 30 de abril de 1892, em que Leopoldo Bulhões foi eleito presidente do estado. Por estar comprometido com várias comissões na Câmara dos Deputados, onde ocupava uma cadeira, Leopoldo Bulhões renunciou à presidência, e em 17 de julho de 1892 assumiu seu lugar o primeiro vice-presidente Antônio José Caiado. Caiado exerceu o governo até 1º de julho de 1893, quando se afastou e foi substituído por Xavier de Brito. Em 16 de julho de 1895, Xavier de Brito devolveu o governo a Antônio Caiado, que dois dias depois encerrou o mandato, transmitindo o governo de Goiás ao presidente eleito Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BRITO, Luís Correia de

*dep. fed. PE 1918-1926; sen. PE 1927-1930.

Luís Correia de Brito nasceu em Salvador no dia 21 de julho de 1859, filho de João Correia de Brito e de Cândida Nolasco de Brito.

Formou-se em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1880. Depois de formado, trabalhou na Comissão de Abastecimento de Águas do Rio de Janeiro e na construção da Estrada de Ferro Bagé-Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Também atuou na seção de hidráulica da Empresa de Obras Públicas do Brasil, quando fez parte da Comissão de Melhoramentos dos Portos de Sergipe e Pernambuco.

Iniciou sua vida política em 1918, quando foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, e foi reeleito para as duas legislaturas seguintes, permanecendo no exercício do mandato até dezembro de 1926. Durante esse período foi membro das comissões de Finanças, Viação e Obras Públicas, Legislação, Obras Contra a Seca e Tarifas da Câmara. Em abril de 1927 foi eleito senador. Assumindo sua cadeira no Senado Federal no mês seguinte, foi membro das comissões de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas e de Finanças.

No campo jornalístico, colaborou com o jornal *Diário de Pernambuco*. Foi também um dos fundadores e diretor da Companhia Industrial Pernambucana (Fábrica de Tecidos Camaragibe e Usina de Açúcar de Goiana).

Faleceu no dia 11 de setembro de 1930, no exercício do mandato de senador.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros; Grande Encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; NASCIMENTO, L. *História*. (v.1).

BRITO, Otaviano Ferreira de

*dep. fed. MG 1894-1899.

Otaviano Ferreira de Brito nasceu em Três Pontas (MG), filho de Antônio Ferreira de Brito, barão de Boa Esperança.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Constitucional Mineiro e, mais tarde, ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Nessa legenda foi eleito em 1894 deputado federal por Minas Gerais. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e foi reeleito para a legislatura seguinte. Deixou a Câmara em dezembro de 1899, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Foi-lhe atribuída a responsabilidade pela inauguração da rede elétrica da cidade mineira de Poços de Caldas em setembro de 1898, ocasião em que foram acesas 155 lâmpadas de rua e iluminadas 332 residências na cidade.

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1907.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 199); DME Distribuição – Poços de Caldas. Disponível em: <<http://www.dme-pc.com.br/index.php>>. Acesso em: 21/9/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 117).

BRITO, Teotônio Raimundo de

*militar; dep. fed. PA 1894-1899 e 1912-1917.

Teotônio Raimundo de Brito era capitão de fragata quando, em 1865, comandou o vapor *Amazônia* na batalha do Riachuelo, considerada uma das mais importantes da Guerra do Paraguai (1864-1870). O *Amazônia* participou, junto com dois outros navios brasileiros, da batalha travada às margens do rio Riachuelo, afluente do rio Paraguai, na província de Corrientes, na Argentina. A vitória da esquadra brasileira foi decisiva para a Tríplice Aliança (formada por Brasil, Argentina e Uruguai) que, a partir de então, passou a controlar os rios da bacia platina até a fronteira com o Paraguai e tornou impossível a permanência das forças paraguaias no território da Argentina.

Em março de 1894, foi eleito deputado federal pelo Pará na legenda do Partido Republicano do Pará (PRP) e a partir de maio ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Reeleito em 1897, exerceu o mandato até dezembro de 1899. Em 1897, como membro da comissão executiva do PRP, participou dos debates que levaram à cisão do partido, ao lado de republicanos históricos como Lauro Sodré, Justo Chermont, Pedro Leite Chermont, Antônio Lemos, Cipriano José dos Santos, Inocêncio Serzedelo Correia e Augusto Montenegro.

Em 1912 foi eleito novamente deputado federal pelo Pará, dessa vez como candidato do Partido Republicano Federal (PRF). Tomou posse em maio, foi reeleito em 1915 e permaneceu na Câmara até dezembro de 1917.

Casou-se com Inês Leite Chermont, filha de Antônio Lacerda de Chermont, visconde do Arari.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm

Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em:
<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

BRITO, Vítor de

*dep. fed. RS 1912-1914.

Vítor de Brito nasceu em Valença (BA) em 15 de outubro de 1856.

Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1878 e transferiu-se para Pelotas (RS) em 1891. Em 1902 mudou-se para Porto Alegre, onde dirigiu a Casa de Saúde Porto-Alegrense e foi cofundador da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, da qual se tornou professor de clínica oftalmológica.

Em janeiro de 1912 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano até o final da legislatura, em dezembro de 1914. Durante seu mandato parlamentar, assumiu o cargo de vice-diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Foi também cofundador da Sociedade de Medicina de Porto Alegre e membro da Academia Nacional de Medicina.

Faleceu em Porto Alegre no dia 24 de outubro de 1924.

Seu neto, Carlos de Brito Velho, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1963 a 1969.

Publicou *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos* (1908), *O tracoma no Rio Grande do Sul, O sufrágio proporcional e a democracia representativa, Estudos sobre a oftalgranulose e seu tratamento, A tabes dorsal e a doutrina da especificidade, Profilaxia do tracoma, A Santa Casa da Misericórdia – artigos* (1903), *A tuberculose – artigos* (1905), *Paradoxos do gênio – artigos* (1906), *A reforma do ensino e A personalidade de Olavo Bilac* (1916).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: AITA, C.; AXT, G. ; ARAUJO, V. *Parlamentares*; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário*; MARTINS, A.. *Escritores*.

BRITO, XAVIER DE

*militar; rev. 1922.

João Maria Xavier de Brito Júnior nasceu em Alegrete (RS) no dia 21 de janeiro de 1866, filho de João Maria Xavier de Brito, tenente e engenheiro agrimensor, e de Rosalina Gomes de Brito.

Sentou praça em 1883, na antiga Escola Militar de Porto Alegre. Promovido a segundo-tenente em 1890, foi classificado no 3º Batalhão de Artilharia de Posição, na cidade de Rio Grande (RS), onde concluiu o curso de artilharia. Em 1892 matriculou-se na Escola Prática do Exército, em Rio Pardo (RS), a fim de cursar a escola de tiro. Ainda em 1892, foi promovido a primeiro-tenente.

Em fins de 1893, preparava-se para ingressar na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, quando foi convocado para combater a Revolução Federalista, que eclodira no Rio Grande do Sul em fevereiro do mesmo ano. O movimento, deflagrado pelos partidários de Gaspar da Silveira Martins, opunha-se à eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado e à política do presidente da República, Floriano Peixoto. O tenente Xavier de Brito assumiu o comando de uma bateria incorporada à Coluna Sampaio, organizada para socorrer Bajé (RS), sitiada pelas forças do principal comandante federalista, o general Joca Tavares. Após o rompimento do cerco, em janeiro de 1894, Xavier de Brito permaneceu integrado às forças legalistas até os últimos dias da revolução.

Restabelecida a paz no Rio Grande do Sul com a anistia em agosto de 1895, Xavier de Brito foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia, aquartelado em Santa Cruz, no então Distrito Federal. Com esse regimento, e sob o comando do coronel Olímpio da Silveira, marchou em fevereiro de 1897 para Canudos, onde o governo federal se empenhava em desbaratar um movimento popular rebelde de caráter messiânico, liderado por Antônio Conselheiro. Gravemente ferido em um dos combates, Xavier de Brito foi forçado a abandonar o campo de luta antes da ofensiva final contra os revoltosos.

Em 15 de novembro de 1897, foi promovido a capitão e classificado no 1º Regimento de Artilharia, em Recife. Lá permaneceu licenciado alguns meses para tratamento de saúde. Em fevereiro de 1898, casou-se com Abigail Ivo da Silva Henriques, filha do marechal Pedro Ivo Filho. Regressou ao Rio de Janeiro em maio de 1898 e serviu na fortaleza de

Santa Cruz, no 5º Regimento de Artilharia, e, finalmente, no corpo de estado-maior da artilharia. Em 1902, foi nomeado primeiro ajudante do Arsenal de Guerra do Distrito Federal, função que exerceu até 1912. Em 1908, foi promovido a major.

Promovido a tenente-coronel em 1913, foi classificado em Cruz Alta (RS), onde serviu até retornar ao Rio de Janeiro, transferido para o 2º Grupo de Artilharia, em Campinho. Em 1918, promovido a coronel, foi classificado em São Gabriel (RS), sendo depois transferido para o comando do 1º Regimento de Artilharia, na Vila Militar, no Distrito Federal. Em 1919 foi nomeado diretor da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra de Realengo, posto em que ainda se encontrava por ocasião do início da conspiração militar de julho de 1922.

O movimento era uma represália à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República (1/3/1922) e a algumas medidas tomadas pelo presidente Epitácio Pessoa, principalmente a prisão do marechal Hermes da Fonseca (2/7/1922) e o fechamento do Clube Militar (3/7/1922). Contrariado com esses fatos, Xavier de Brito aderiu ao plano revolucionário, propondo-se a encabeçar o levante da Escola Militar, já que era o mais graduado dos revoltosos desse estabelecimento. O plano da revolta contava com a ação conjunta das forças da Escola Militar, da Vila Militar e do Forte de Copacabana, e deveria ser acionado a uma hora da madrugada do dia 5 de julho.

Pouco antes da hora marcada, o comandante da Escola Militar, general Eduardo Monteiro de Barros, foi informado sobre a revolta, sem no entanto conseguir contê-la. A coluna revolucionária, composta de oficiais instrutores e de 588 alunos das três armas, sob o comando de Xavier de Brito, retirou da fábrica de cartuchos a munição necessária e marchou em direção à Vila Militar. De acordo com os planos traçados, a coluna receberia a adesão das tropas aquarteladas na vila e, em Deodoro, o marechal Hermes assumiria o comando das tropas para marchar sobre o palácio do Catete. Entretanto, o governo havia sido avisado da sublevação, e os revoltosos não puderam agir na Vila Militar. Comandadas por oficiais legalistas, as tropas da vila marcharam contra a coluna de Xavier de Brito.

O primeiro combate entre os cadetes do Realengo e as tropas da Vila Militar deu-se em Monte Alegre, perto de Deodoro. A luta, conforme depoimento de Xavier de Brito, manteve-se encarniçada por quatro horas, até que os revoltosos conseguiram repelir os adversários. Até então, o comando dos sublevados acreditava que as forças da Vila Militar

estavam divididas. Por volta das dez horas da manhã, porém, uma nova tropa de infantaria foi vista marchando contra as forças da Escola Militar, e as dúvidas se dissiparam.

Percebendo a inutilidade do combate, Xavier de Brito resolveu reunir seus comandados e voltar para o edifício da Escola Militar, onde aguardou o desfecho dos acontecimentos. À tarde, chegou a Realengo um batalhão de infantaria, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Mariante. Após a ocupação da escola, Xavier de Brito, os instrutores e demais oficiais foram presos e recolhidos ao 1º Regimento de Infantaria e, logo depois, transportados para o centro da cidade. Os alunos foram recolhidos à escola, onde permaneceram por cerca de 20 dias, respondendo a inquéritos e aguardando novas ordens.

Todas as fases do processo se desenrolaram sob rigoroso estado de sítio, com censura à imprensa e a suspensão de alguns jornais. Além dos réus, também os advogados que assumiram sua defesa sofreram perseguições e prisões. Xavier de Brito passou mais de quatro anos preso, sendo posto em liberdade em dezembro de 1926. A sentença de todos os envolvidos no levante foi publicada apenas em 1928. Xavier de Brito e os demais participantes e articuladores mais destacados foram condenados a um ano e quatro meses de prisão. Por essa época, Xavier de Brito, que já cumprira mais do que a pena a ele imposta, pediu reforma no posto de general, não sendo, porém, atendido.

Em 30 de março de 1930, em plena articulação da Revolução de 1930, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, autorizou os partidários da Aliança Liberal a convidar Xavier de Brito para dirigir toda a preparação revolucionária naquele estado e depois, no momento da ação, comandar as tropas mineiras. Entretanto, o convite não chegou a ser feito, porque Xavier de Brito, acometido de um derrame cerebral, faleceu no Rio de Janeiro dois dias depois, em 19 de abril de 1930. Após o sucesso da revolução, em dezembro de 1930, o juiz Sá e Albuquerque mandou cumprir o acórdão pelo qual o processo dos implicados no levante deveria ser arquivado.

Por decreto de 27 de agosto de 1931, Getúlio Vargas resolveu considerar a reforma póstuma de Xavier de Brito no posto de general de divisão e na graduação de marechal.

Do seu casamento com Abigail Henriques Xavier de Brito, teve oito filhos. Sua filha Leda casou-se com Felisberto Batista Teixeira, também militar, diretor-geral do Departamento Federal de Segurança Pública entre 1956 e 1957.

Sílvia Pantoja

FONTES: CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Primeira*; *Correio do Povo* (2/4/1930); *Diário de Notícias*, P. Alegre (2/4/1930); *Jornal do Brasil* (2/4/1930); *Jornal do Comércio*, Rio (2/4/30); *Movimento de 5*; SILVA, H. 1922.

BRUM, Antônio da Silveira

* dep. fed. MG 1915-1920.

Antônio da Silveira Brum nasceu em Muriaé (MG) em meados do século XIX, em uma família de cafeicultores. Na época o município se destacava por ser o segundo na produção cafeeira da região e pelo forte domínio dos coronéis, proprietários de grandes fazendas que constituíam a elite econômica e política local.

Graduou-se em direito, mas pouco exerceu a profissão. Iniciou a carreira política em 10 de novembro de 1904, quando foi eleito vereador em Muriaé, cargo para o qual seria reeleito seguidas vezes. Na primeira reunião da Câmara Municipal foi nomeado seu presidente – posição que ocuparia por 11 anos e que correspondia também à de prefeito da cidade. À frente do Executivo municipal, buscou implantar os serviços de abastecimento de água, luz e esgoto e criou projetos para melhorar as estradas que ligavam Muriaé a seus distritos, de modo a melhor escoar a produção cafeeira. Em 1906 fez uma viagem a Belo Horizonte visando angariar receitas para continuar o processo de urbanização de seu município, mas, mais que receitas, a viagem lhe rendeu uma aliança com a cúpula do Partido Republicano Mineiro (PRM) e a indicação de seu nome, pelo presidente do estado João Pinheiro, para deputado estadual. Mantendo-se como presidente da Câmara de Muriaé, situação permitida na época, assumiu o mandato de deputado estadual e conseguiu autorização para implantar a rede de telefones na cidade. A seguir foi eleito deputado federal para as legislaturas 1915-1917 e 1918-1920.

Durante todo esse período, ou seja, ao longo de 15 anos, dominou o cenário político de Muriaé. A partir da década de 1920 o modelo político que representava entrou em declínio e consequentemente seu prestígio político diminuiu, culminado em sua derrota nas eleições municipais para Antônio J. Monteiro de Castro.

Faleceu em Muriaé no final da década de 1920.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CARVALHO, D. *Ordem*; Firmino de Araújo: *vítima de uma conspiração política*. Disponível em: < http://joaquirmachado.blogspot.com/2006_11_01_archive.html >. Acesso em: 14/5/2010; PREF. MURIAÉ. *A origem da Câmara de Muriaé*. Disponível em: < http://www.camaramuriaemg.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1161&Itemid=454 >. Acesso em: 14/5/2010; *Senadores e deputados de*

Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53).

BUENO, BIAS

*dep. fed. SP 1927-1930 e 1935-1937.

Antônio Bias da Costa Bueno nasceu em Pindamonhangaba (SP) no dia 12 de abril de 1883, filho de Antônio Dino Bueno, presidente do estado de São Paulo em 1927.

Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado estadual, e no início de 1927 foi eleito deputado federal para a legislatura 1927-1929. Reeleito em março de 1930, permaneceu na Câmara até 24 de outubro, quando os mandatos parlamentares foram interrompidos pela vitória do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder.

Radicado em Santos (SP), foi delegado regional de polícia e um dos chefes do departamento legal da Companhia Construtora de Santos. Em outubro de 1934 foi mais uma vez eleito deputado federal por São Paulo. Ocupou sua cadeira na Câmara de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todas as câmaras legislativas do país.

Escreveu vários trabalhos forenses.

Foi casado com Regina de Miranda, com quem teve quatro filhos.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; LEITE, A. *História*; *Personalidades*.

BUENO, Dino

*dep. fed. SP 1894-1902; pres. SP 1927.

Antônio Dino da Costa Bueno nasceu em Pindamonhangaba (SP) no dia 15 de dezembro de 1854.

Iniciou os estudos em sua cidade natal, na escola dirigida por Manuel Cunha Matos, e depois no Colégio Pindamonhangabense. Após fazer os cursos preparatórios no Colégio São Pedro de Alcântara (hoje São José), no Rio de Janeiro, ingressou em 1869 na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1875 e doutorando-se no ano seguinte. Foi então nomeado promotor público, e em 1877, juiz substituto da 1ª Vara da Comarca da capital. Em janeiro de 1883 foi aprovado em concurso e nomeado lente substituto na Faculdade de Direito. Ainda no Império militou no Partido Conservador e foi autoridade policial no governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1887-1888).

Com o advento da República, dedicou-se à faculdade e ao seu escritório de advocacia. Instado pelos líderes republicanos, voltou às atividades políticas, sendo eleito deputado federal em 1894 pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Tomou posse em 3 de maio, sendo designado relator da comissão revisora do Código Civil. Renunciou contudo ao mandato ao ser convidado para ocupar o cargo de secretário do Interior do governo de Campos Sales em São Paulo (1896-1897).

Em 1º de junho de 1898, foi novamente eleito deputado federal na vaga aberta com a renúncia de Francisco Granadeiro Guimarães. Reeleito em 31 de dezembro de 1899, exerceu mais uma vez o mandato parlamentar na legislatura 1900-1902, sendo líder da maioria na Câmara entre 1900 e 1901, agora com Campos Sales como presidente da República (1898-1902). Em agosto de 1901 foi convidado por Campos Sales para o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores, no lugar de Epiácio Pessoa, que fora indicado para o Supremo Tribunal Federal. Não aceitou o convite e recusou também candidatar-se novamente a deputado federal, preferindo regressar para São Paulo ao término do mandato. Foi então eleito, em 1º de dezembro de 1903, senador estadual. Tomou posse em 7 de abril

de 1904, mas renunciou em 2 de setembro de 1908, já no governo Afonso Pena (1906-1909), ao ser nomeado diretor da Faculdade de Direito. Exerceria o cargo até setembro de 1912, quando se aposentou. Durante sua gestão, remodelou o edifício, as instalações e o mobiliário da faculdade, e reorganizou a secretaria e a biblioteca. Em eleição suplementar realizada em 11 de outubro de 1908, foi eleito novamente para sua própria vaga no Senado do Estado, exercendo o mandato até fins de 1909. Foi ainda reeleito para as legislaturas 1910-1918 e 1919-1927. Membro e presidente da comissão diretora do PRP, em 1924 foi escolhido presidente do Senado do Estado, em substituição a Jorge Tibiriçá Piratininga, que deixou o cargo por ter sido nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Como presidente do Senado Estadual, quando do falecimento do presidente do estado Carlos de Campos, e diante da recusa do vice-presidente, coronel Fernando Prestes de Albuquerque, a ocupar o lugar, assumiu o governo de São Paulo em 27 de abril de 1927. Ficou à frente do Executivo paulista até 14 de julho, quando cedeu o lugar a Júlio Prestes de Albuquerque, eleito para um novo quadriênio. Voltou então ao Senado, e em 24 de julho de 1928 foi mais uma vez reeleito, permanecendo como presidente da casa até seu fechamento, em decorrência da Revolução de 1930.

Sempre ligado à sua cidade, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba de 1920 até a sua morte. Contribuiu na reconstrução da igreja matriz, ofereceu o gabinete dentário para a Escola Alfredo Pujol, e ajudou na fundação e manutenção do Externato São José.

Faleceu em São Paulo em 27 de fevereiro de 1931.

Era casado com Maria Risoleta Vieira Bueno, filha dos barões de Taubaté, com quem teve oito filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A, *Dicionário*; EGAS, E. *Galeria*; *Correio paulistano*; *Estado de S. Paulo* – Suplemento do Centenário, 1975, *Legislativo paulista*; VAMPRE, S. *Memórias*.

BUENO, Manuel de Assis Vieira

*dep. fed. SP 1893.

Manuel de Assis Vieira Bueno nasceu em Sorocaba (SP) no dia 2 de novembro de 1848, filho de Francisco de Assis Vieira Bueno e de Francisca Freire Vieira Bueno. Seu pai, paulistano, foi deputado provincial de 1850 a 1857. Em 1878 fixou moradia e negócios no município de Brotas (SP). Ali, aos 62 anos de idade, fundou a propriedade rural denominada Mundo Novo. Com a expansão da malha ferroviária no interior paulista, as terras dos Vieira Bueno abrigou a Estação Campo Alegre, da linha férrea que ligou Visconde de Rio Claro a Brotas. Foi ainda juiz municipal em Bragança Paulista. Recebeu também a comenda de oficial da Ordem da Rosa.

Manuel de Assis Vieira Bueno cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na então capital do Império, e, depois de formado, retornou a São Paulo e passou a residir em Brotas. Montou sua clínica nessa cidade, onde passou a atender à população carente local, do município vizinho de Campo Alegre e de outras localidades sem nada cobrar. Tornou-se chefe político do município, onde fundou o diretório do Partido Republicano Paulista (PRP) e participou ativamente da propaganda republicana. Em 1888 estabeleceu-se em Campinas (SP), onde clinicou e colaborou com os jornais mais importantes do município.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado delegado de polícia do município, cargo que exerceu até o ano seguinte. No dia 23 de março de 1893 foi eleito deputado federal em vaga aberta devido à renúncia de João Álvares Rubião Junior, que assumiu o cargo de secretário das Finanças do estado de São Paulo. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro desse ano, quando se encerrou a legislatura.

Três anos depois foi eleito vereador e assumiu uma cadeira na Câmara Municipal de Campinas. Foi reeleito e nela permaneceria até 1899. Foi intendente municipal de Campinas de 1899 a 1901, período em que se destacou no combate à febre amarela e

realizou importantes reformas em praças, jardins e largos, visando ao saneamento e à higienização do espaço público.

Foi também mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Faleceu no dia 9 de outubro de 1905.

Era casado com Isabel Pinto Bueno.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; Campo Alegre. Brotas (SP). Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/campoalegre.htm>>; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Senado*; LEME, L. *Genealogia* (v.5); LIMA, S. *Sanear*; SANT´ANA, J. *Repertório*.

BULHÕES, Leopoldo

*dep. geral GO 1881-1889; const. 1891; dep. fed. GO 1891-1893; sen. GO 1894-1898 e 1899-1902; min. Faz. 1902-1906 e 1909-1910; sen. GO 1911-1916.

José Leopoldo de Bulhões Jardim nasceu na cidade de Goiás, antiga capital da província de Goiás, em 28 de setembro de 1856, filho de Inácio Soares de Bulhões e de Antônia Emília de Bulhões Jardim. Seu avô materno, José Rodrigues Jardim, foi militar, presidente da província de Goiás de 1831 a 1837 e senador do Império de 1837 a 1842.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e em seguida transferiu-se para São Paulo para matricular-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde havia grande difusão de idéias liberais, republicanas e abolicionistas. Após a formatura, em 1880, regressou a Goiás e filiou-se ao Partido Liberal. No final dos anos 1870, sua família rompera com o então presidente da província Luís Augusto Crespo (julho de 1878 a março de 1879), que era ligado a Augusto Fleury Curado, inimigo dos jovens Bulhões. Com a subida de Aristides de Sousa Espínola ao governo de Goiás (março de 1879 a fevereiro de 1881), a família Bulhões afirmou-se como a principal detentora do poder regional.

Já em 1881, com apenas 25 anos, Leopoldo Bulhões tornou-se o principal redator da *Tribuna Livre* de Goiás e foi eleito deputado geral para a legislatura 1882-1884, transferindo-se com isso para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Com uma atuação ligada à defesa do federalismo e do fim do cativo, em 1883 apresentou um projeto de abolição imediata da escravidão, que seria seguida de um curto período de serviço gratuito prestado pelos libertos. Reeleito deputado geral em 1885 e 1886, fundou nesse último ano, ao lado do irmão Félix Bulhões, o jornal *Goiás*, através do qual divulgava as ideias de liberdade de culto, de secularização dos cemitérios, de registro e casamento civil, acabando por entrar em conflito com os bispos ultramontanos locais. Nesse sentido, pode-se dizer que o predomínio político de sua família esteve ligado a uma ação modernizadora em franca oposição à Igreja católica.

No crepúsculo da monarquia, participou no Rio de Janeiro do Congresso Liberal,

posicionando-se ao lado da minoria favorável ao federalismo que incluía personalidades como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Saraiva. Foi também fundador e o principal líder do Partido Republicano de Goiás, ao lado de Joaquim Xavier de Guimarães Natal, casado com sua irmã Ângela de Bulhões. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 perdeu o mandato de deputado, mas no ano seguinte, ao ser convocado o Congresso Constituinte, voltou a ser eleito deputado em 15 de setembro e tomou posse em 15 de novembro. Integrou o restrito grupo de 21 parlamentares encarregados de dar parecer sobre o projeto da nova Constituição, e posteriormente foi indicado pelo presidente da Comissão Constitucional para redigir o projeto final, ao lado de nomes como Júlio de Castilhos e José Higino. No mesmo dia em que era promulgada a Constituição, 24 de fevereiro de 1891, proferiu célebre discurso em que defendia a necessidade de revisão nova Carta: “Antes de assiná-la, me vejo forçado a declarar a V. Ex. que ela carece de revisão”.

Forte opositor, durante governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), da política econômica de Rui Barbosa que liberalizou as emissões monetárias e provocou inflação, já no dia 19 de janeiro de 1891 afirmara da tribuna que as ações do titular da pasta da Fazenda “parecem-me perigosíssimas, porque eternizam o papel-moeda e o curso forçado, determinando grandes flutuações nos preços e nos câmbios”. Passando a exercer o mandato ordinário em maio de 1891, participou na Câmara dos Deputados da comissão encarregada de estudar a reorganização do Banco da República.

Também em 1891 foram convocadas as constituintes estaduais, e Leopoldo Bulhões foi eleito para compor a Constituinte goiana, passando a exercer simultaneamente os mandatos de deputado federal e estadual. No plano regional, continuou a receber a oposição da Igreja goiana, liderada por dom Eduardo Duarte e Silva, o qual fundara em 20 de julho de 1890 o Partido Católico de Goiás para combater a separação entre a Igreja e o Estado e a “imoralidade do casamento civil”, medidas consagradas pela República. De acordo com suas opções políticas, apoiou a subida ao poder de Floriano Peixoto – que em 23 de novembro de 1891 substituiu o presidente Deodoro da Fonseca – e colaborou para que fosse aprovada na Câmara a lei orçamentária do novo governo.

ENTRE GOIÁS E A CAPITAL FEDERAL

Eleito presidente do estado de Goiás em 30 de abril de 1892, na sucessão de Brás Abrantes, Leopoldo Bulhões preferiu continuar na Câmara dos Deputados e não chegou a assumir o cargo, que foi preenchido pelo primeiro vice-presidente estadual, seu então aliado Antônio José Caiado. Concluindo o mandato de deputado em dezembro de 1893, no ano seguinte, com apenas 38 anos de idade, foi eleito senador por Goiás. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi relator da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. No contexto conturbado da Revolução Federalista, repeliu, na condição de relator da Comissão de Constituição e Poderes, um projeto vindo da Câmara decretando estado de sítio na capital federal, Niterói, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e defendeu o princípio liberal da insurreição dos oprimidos em defesa da liberdade – ainda que ele próprio apoiasse o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), cujo convite para a pasta da Fazenda, entretanto, recusou. Em 1898 tornou-se presidente do Senado e passou a dar sustentação ao governo Campos Sales (1898-1902).

Enquanto sua carreira evoluía na capital federal, o poder em Goiás era exercido por seus aliados. Sucedendo a Antônio José Caiado, presidiram o estado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, seu primo e cunhado, casado com sua irmã Maria Nazaré de Bulhões Jardim, e Urbano de Gouveia, também seu cunhado, casado com sua irmã Leonor de Bulhões Jardim. Foi da consolidada oligarquia bulhonista que surgiu aquele que iria suplantá-la: José Xavier de Almeida, eleito presidente do estado em março de 1901 com o apoio dos Bulhões. No governo, Xavier de Almeida procurou mostrar-se leal à oligarquia dominante, mas poucos meses após ter sido empossado começou a decepcionar. Os Bulhões esperavam consolidar a aliança política com Xavier de Almeida por meio de sua entrada para a família através do casamento, mas não tiveram êxito, pois este logo casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo Lopes de Moraes, dono de uma das maiores fortunas do estado. Além disso, Xavier de Almeida implementou práticas que colidiam com os interesses da família e seus aliados, tais como uma severa política fiscal

que implicou a renovação dos funcionários do fisco e resultou na demissão de pessoas da confiança de Leopoldo Bulhões, uma diretriz a que chamou de “congraçamento”, que consistia na aproximação com antigos adversários políticos.

Em 1902, Leopoldo Bulhões foi um dos articuladores da candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República. Este, após sua confirmação nas urnas, convidou-o para a pasta da Fazenda. Aceitando desta vez o convite, durante sua gestão – que se estendeu de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 – buscou dar continuidade à política econômica do governo anterior, executada pelo ministro Joaquim Murinho, que recebera forte oposição de setores favoráveis a uma política mais protecionista e industrialista. De qualquer modo, buscou regulamentar e fiscalizar as companhias estrangeiras e procurou criar instrumentos de ação do Estado na área financeira e tributária, através da instituição da Inspetoria de Seguros do Tesouro Nacional, bem como da reorganização da Casa da Moeda e das Delegacias Fiscais nos estados. Conseguiu contrair um empréstimo para o porto do Rio de Janeiro, resgatou as inscrições do Banco da República – fortemente abaladas após a crise bancária de 1900 – reformando os estatutos e criando o Banco do Brasil, regulamentou as loterias e elaborou o projeto do Código de Contabilidade Pública. Após seu afastamento do Ministério da Fazenda, foi diretor do Banco do Brasil de 1907 a 1908.

Durante todo esse período, cresceram em Goiás os desentendimentos entre os Bulhões e aqueles que apoiavam Xavier de Almeida. Nas eleições estaduais para o Legislativo, em 1904, e para o Executivo, no ano seguinte, o grupo ligado ao xavierismo ganhou as disputas e passou a controlar a política local. Assim, em 2 de março de 1905, nas eleições para o governo do estado, o candidato apoiado por Xavier de Almeida, Miguel da Rocha Lima, derrotou o candidato apoiado pelos Bulhões, o senador Joaquim José de Sousa. Os Bulhões não aceitaram o resultado e homologaram a eleição de seu candidato. A questão foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde se formou uma comissão julgadora que teve como relator o deputado Estevão Lobo. Os Bulhões pediam que o governo federal interviesse no estado, mas o relator da comissão concluiu contrariamente à intervenção e

deu o ganho da causa a Miguel da Rocha Lima. Empossado, este manteve as linhas mestras do governo de Xavier de Almeida, inclusive a execução da política fiscal que desagradava até mesmo aos “coronéis” ligados ao grupo xavierista.

A ocasião que Leopoldo Bulhões almejava para retornar à cena política goiana se apresentou em 1908, quando se aproximavam as eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. Xavier de Almeida, que então ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados, apoiou a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado. Este foi eleito em 2 de março, mas teve sua eleição repelida pela oposição ligada aos Bulhões, que se aglutinou fortemente em virtude da decisão da comissão executiva do Partido Republicano de homologar a candidatura de Xavier de Almeida ao Senado. Em abril, alguns integrantes da composição política situacionista deixaram o governo e aliaram-se a Leopoldo de Bulhões e a Eugênio Jardim (irmão de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim) para fundar o Partido Democrata. A insatisfação diante da vitória de Hermenegildo Lopes de Moraes para o governo do estado e de Xavier de Almeida para o Senado cresceu a ponto de se transformar em um movimento armado para depor o então presidente estadual Miguel da Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou no dia 11 de março de 1909, e foi substituído pelo primeiro vice-presidente, Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás deflagrando a chamada Revolução de 1909, movimento político liderado por Leopoldo de Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Eugênio Jardim foi quem comandou as forças revolucionárias que entraram vitoriosas na capital de Goiás. Na mesma data, Francisco Bertoldo de Sousa entregou a presidência do estado ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, que assim voltou ao poder em 24 de julho de 1909.

Ainda em 1909 Leopoldo Bulhões foi reeleito senador, mas renunciou ao mandato por ter sido mais uma vez chamado a ocupar a pasta da Fazenda, quando o vice-presidente Nilo Peçanha substituiu o presidente Afonso Pena (1906-1909), então falecido. Em sua curta gestão (1909-1910), realizou uma ampla reforma administrativa que incluiu a regulamentação de concursos públicos para o ingresso no serviço fazendário.

Em 1910, apoiou a Campanha Civilista liderada por Rui Barbosa, que foi derrotado nas eleições presidenciais pelo marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Voltou ao Senado em 1911, na vaga aberta com a renúncia de seu correligionário Francisco Rodrigues Jardim, tornando-se forte opositor do governo Hermes. Reeleito senador em 1912, travou diversas polêmicas com a eminência parda do governo no Congresso, o líder gaúcho Pinheiro Machado. Obteve mais um mandato no Senado em 1915 e, além de desenvolver intensa atividade parlamentar, foi professor da Escola de Altos Estudos, fundada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Transferindo-se para Petrópolis, foi presidente do Conselho Municipal da cidade entre fevereiro e maio de 1917. Novamente eleito para o Senado nesse ano, foi “degolado” pela Comissão de Verificação de Poderes e impedido de tomar posse, apesar dos esforços do senador João Luís Alves e dos protestos de Rui Barbosa, Eptácio Pessoa e Paulo de Frontin. Mas menos de 90 dias após a “degola”, foi convocado para dirigir o Comissariado Geral da Alimentação Pública, encarregado de cuidar dos problemas provenientes do aumento do custo de vida. Em 5 de novembro de 1918 encerrou suas atividades como diretor do Comissariado e a partir de então se dedicou ao jornalismo, escrevendo artigos para o *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Rua* e *A Época*. Foi também diretor-tesoureiro da América Fabril, da Companhia Nacional de Tecidos Nova América S. A., e posteriormente reorganizou a White Martins S. A, além de ter ocupado a presidência da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, dedicada ao saneamento da região.

Morreu em 15 de dezembro de 1928, em Petrópolis.

Casado com Cecília Félix de Sousa, filha do desembargador Benedito Félix de Sousa, teve oito filhos. Seu sobrinho-neto Otávio Gouveia de Bulhões foi ministro da Fazenda do

governo Castelo Branco (1964-1967).

Entre seus principais trabalhos destacam-se: *A conversão do papel-moeda* (1892) *Meio circulante e abolição dos escravos* (1893), *Relatórios do ministro da Fazenda* (1903-1906) e *Relatório do Ministério da Fazenda* (1910).

Demian de Melo/ Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; BULHÕES, A. *Ministros*; CÂM. DEP. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br>>; CAMPOS, W. *Leopoldo*; FURTADO, C. *Formação*; MIN. FAZENDA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>; MIN. FAZENDA. *Ministros*; PRADO JR., C. *História*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; SILVA, M. *Catolicismo* (p.123-146).

BURLAMAQUI, Armando César

*militar; dep. fed. PI 1920-1927.

Armando César Burlamaqui nasceu em Teresina no dia 9 de julho de 1874.

Em 1893 participou da Revolta da Armada (1893-1894) e em 1907 foi técnico naval da delegação brasileira à Conferência de Haia, na Holanda. Foi também adido naval na França e na Inglaterra. Chegou à patente de contra-almirante da Marinha do Brasil.

Representou o Piauí na Câmara dos Deputados nas legislaturas 1921-1923 e 1924-1926. Elegeram-se pela terceira vez consecutiva em 1927. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de junho de 1927, em pleno exercício do mandato. Sua vaga na Câmara foi ocupada por Pedro Borges da Silva.

Publicou *Pela Marinha* (1906), *O problema dos transportes marítimos* (1917), *A Marinha mercante brasileira* (1918), *A questão do Acre* (1920), *Assuntos financeiros e econômicos* (1921), *A situação naval sul-americana* (1922), *A direção da guerra no mar* (1922), *Esboço da política naval brasileira* (1923), *Discursos parlamentares*, *Saldanha da Gama e a Revolução Naval de 1893*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; GONÇALVES, W. *Grande*.

BUXBAUM, EDGAR

*militar; rev. 1922.

Edgar Buxbaum nasceu em 1896.

Sentou praça no Exército em 1912, saindo aspirante a oficial da arma de infantaria pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em abril de 1918. Em dezembro do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente.

Em 5 de julho de 1922 participou do fracassado levante tenentista da Vila Militar, que, articulado aos levantes do forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo, no Rio, e ainda à sublevação da guarnição de Mato Grosso, constituiu um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e algumas punições impostas aos militares pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). A ação de seu grupo, comandada pelo segundo-tenente Frederico Buys, e na qual tomaram parte também os tenentes César Gonçalves e Artur da Costa e Silva – futuro presidente da República –, resultou na morte do capitão José Barbosa Monteiro.

Apesar de preso em consequência da insurreição, em setembro de 1922 foi promovido a primeiro-tenente. Retornando às fileiras, alcançou em fevereiro de 1929 a patente de capitão e no mesmo ano concluiu o curso de aperfeiçoamento de oficiais. Em dezembro de 1937 foi promovido a major, em setembro de 1943 a tenente-coronel e, em setembro de 1949, a coronel. Em 1952 passou para a reserva, sendo promovido a general de divisão.

No período que se seguiu, juntamente com outros militares da ala nacionalista do Exército, foi membro da diretoria da Liga de Emancipação Nacional (LEN), sociedade civil criada no Rio de Janeiro em abril de 1954 com o objetivo de defender as liberdades democráticas, a nacionalização das fontes de energia elétrica e da distribuição do petróleo, a reformulação da política cambial e fiscal, a promoção de uma reforma agrária e um desenvolvimento econômico independente do país. Em abril de 1955 tornou-se presidente-executivo da LEN, cargo que exerceu até o fechamento da entidade, em junho de 1956, por decreto do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), em decorrência do processo instaurado contra ela pela Cruzada Brasileira Anticomunista.

FONTES: LIGA DA EMANCIPAÇÃO NAC.; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1951); SILVA, H. 1922.